ESTE DOCUMENTO É UMA MINUTA INICIAL SUJEITA A ALTERAÇÕES E COMPLEMENTAÇÕES, TENDO SIDO ARQUIVADO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS PARA FINS EXCLUSIVOS DE ANÁLISE E EXIGÊNCIAS POR PARTE DESSA AUTARQUIA. ESTE DOCUMENTO, PORTANTO, NÃO SE CARACTERIZA COMO O PROSPECTO PRELIMINAR DA OFERTA E NÃO CONSTITUI UMA OFERTA DE VENDA OU UMA SOLICITAÇÃO PARA OFERTA DE COMPRA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS NO BRASIL, NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA OU EM QUALQUER OUTRA JURISDIÇÃO, SENDO QUE QUALQUER OFERTA OU SOLICITAÇÃO PARA OFERTA DE AQUISIÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS SÓ SERÁ FEITA POR MEIO DE UM PROSPECTO DEFINITIVO. OS POTENCIAIS INVESTIDORES NÃO DEVEM TOMAR NENHUMA DECISÃO DE INVESTIMENTO COM BASE NAS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTA MINUTA.

As informações contidas neste Prospecto Preliminar estão sob análise da Comissão de Valores Mobiliários, a qual ainda não se manifestou a seu respeito. O presente Prospecto Preliminar está sujeito à complementação e correção. O Prospecto Definitivo estará disponível nas páginas da rede mundial de computadores da Companhia; das Instituições Participantes da Oferta; das entidades administradoras de mercado organizado de valores mobiliários onde os valores mobiliários da Companhia sejam admitidos à negociação; e da CVM.

MINUTA DO PROSPECTO PRELIMINAR DA OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA DE AÇÕES ORDINÁRIAS DE EMISSÃO DA OLEOPLAN S.A. ÓLEOS VEGETAIS PLANALTO

OLEOPLAN S.A. - ÓLEOS VEGETAIS PLANALTO
CNPJ/ME nº 88.676.127/0001-76 | NIRE 43.300.010.864
Rua Dom Pedro II, nº 723, Bairro Higienópolis
CEP 90.550-142, Porto Alegre, RS
[•] Ações
Valor da Oferta: R$[•]
Código ISIN das Ações nº "[•]"
Código de Negociação das Ações na B3: "[•]"

No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•] ("Faixa Indicativa"), podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa.

A **OLEOPLAN S.A. - ÓLEOS VEGETAIS PLANALTO** ("Companhia") e o acionista vendedor pessoa física, conforme identificado neste Prospecto ("Acionista Vendedor"), em conjunto com o **BANCO ITAÚ BBA S.A.** ("Itaú BBA" ou "Coordenador Líder"), a **XP INVESTIMENTOS CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.** ("XP" ou "Agente Estabilizador"), o **BANCO BTG PACTUAL** ("BTG Pactual"), o **BANCO BRADESCO BBI S.A.** ("Bradesco BBI"), o **UBS BRASIL CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.** ("UBS BB"), o **CITIGROUP GLOBAL MARKETS BRASIL, CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.** ("Citi"), e o **BANCO ABC BRASIL S.A.** ("Banco ABC"), e, em conjunto com o Coordenador Líder, a XP, o BTG Pactual, o Bradesco BBI, o UBS BB e o Citi, "Coordenadores da Oferta"), estão realizando uma oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações"), compreendendo a distribuição: (i) primária de, inicialmente, [•] novas Ações de emissão da Companhia ("Oferta Primária"); e (ii) secundária de[, inicialmente,[•] Ações de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista Vendedor ("Oferta Secundária" e, em conjunto com a Oferta Primária, "Oferta")], a ser realizada na República Federativa do Brasil ("Brasil"), em mercado de balcão não organizado, com esforços de colocação das Ações no exterior.

A Oferta será realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), com o Ofício-Circular 02/2020/CVM/SRE, de 5 de março de 2020 ("Ofício-Circular CVM/SRE"), com o "*Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários*", atualmente em vigor ("Código ANBIMA"), bem como com as demais disposições aplicáveis, incluindo sobre esforços de dispersão acionária, conforme previsto no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("Regulamento do Novo Mercado" e "B3", respectivamente), sob a coordenação dos Coordenadores da Oferta e com a participação de determinadas instituições consorciadas autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à B3, convidadas a participar da Oferta exclusivamente para efetuar esforços de colocação das Ações junto a Investidores Não Institucionais (conforme definido neste Prospecto Preliminar).

Simultaneamente, no âmbito da Oferta, serão realizados esforços de colocação das Ações no exterior Itau BBA USA Securities, Inc., pela XP Investments US, LLC, pelo BTG Pactual US Capital, LLC, pelo Bradesco Securities, Inc., pelo UBS Securities LLC e pelo Citigroup Global Markets Inc. (em conjunto, "Agentes de Colocação Internacional"), em conformidade com o Contrato de Colocação Internacional (conforme definido neste Prospecto Preliminar): (i) nos Estados Unidos da América ("Estados Unidos"), exclusivamente para investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), residentes e domiciliados nos Estados Unidos, conforme definidos na *Rule* 144A do *U.S. Securities Act* de 1933, conforme alterado ("*Securities Act*"), editada pela *U.S. Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos* ("SEC"); e (ii) nos demais países, que não os Estados Unidos e o Brasil, para investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos ou não constituídos de acordo com as leis deste país (*non-U.S. persons*), nos termos do *Regulation S*, editado pela SEC, no âmbito do Securities Act, e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor, em ambos os casos (i) e (ii) em operações isentas de registro nos Estados Unidos, em conformidade ao *Securities Act* e aos regulamentos editados ao amparo do Securities Act, bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos sobre títulos e valores mobiliários (investidores descritos nas alíneas (i) e (ii) acima, em conjunto, "Investidores Estrangeiros"), desde que tais Investidores Estrangeiros invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional ("CMN"), pelo Banco Central do Brasil e/ou pela CVM, nos termos da Resolução do CMN nº 4.373, de 29 de setembro de 2014, conforme alterada, da Instrução da CVM nº 560, de 27 de março de 2015, conforme alterada, ou da Lei nº 4.131, de 03 de setembro de 1962, conforme alterada, sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a SEC. Os esforços de colocação das Ações junto a Investidores Estrangeiros, exclusivamente no exterior, foram realizados nos termos do Contrato de Colocação Internacional.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data da disponibilização do "*Anúncio de Início da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Oleoplan S.A. Óleos Vegetais Planalto*" ("Anúncio de Início"), a quantidade total de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Suplementares, conforme abaixo definido) poderá, a critério do Acionista Vendedor, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20% (vinte por cento) do total de Ações inicialmente ofertado, ou seja, em até [•] ([•]) ações ordinárias de titularidade do Acionista Vendedor, na proporção indicada neste Prospecto Preliminar nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas ("Ações Adicionais").

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade total de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais) poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15% (quinze por cento) do total de Ações inicialmente ofertado, ou seja, em até [•] ([•]) ações ordinárias de titularidade do Acionista Vendedor, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas ("Ações Suplementares"), conforme opção a ser outorgada pelo Acionista Vendedor ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Colocação (conforme definido neste Prospecto Preliminar), as quais serão destinadas, exclusivamente, para prestação de serviços de estabilização do preço das Ações ("Opção de Ações Suplementares"). O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Colocação, inclusive, e por um período de até 30 (trinta) dias contados da data de início de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, inclusive, de exercer a Opção de Ações Suplementares, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação, por escrito, aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das Ações seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta quando da fixação do Preço por Ação (conforme abaixo definido). Conforme disposto no Contrato de Colocação, as Ações Suplementares não serão objeto de Garantia Firme de Liquidação (conforme definido neste Prospecto Preliminar) por parte dos Coordenadores da Oferta.

Estima-se que o preço de subscrição/aquisição, conforme o caso, por Ação estará situado na Faixa Indicativa, podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa ("Preço por Ação"). **Na hipótese de o Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, os Pedidos de Reserva (conforme definido neste Prospecto Preliminar) serão normalmente considerados e processados, observadas as condições de eficácia indicadas neste Prospecto Preliminar, exceto no caso de um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa (conforme definido neste Prospecto Preliminar), nos termos do artigo 4º do Anexo II do Código ANBIMA e do item 21 do Ofício-Circular CVM/SRE, hipótese em que o Investidor Não Institucional (conforme definido neste Prospecto Preliminar) poderá desistir do seu Pedido de Reserva, conforme descrito neste Prospecto Preliminar.**

O Preço por Ação será fixado após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento junto a Investidores Institucionais, a ser realizado no Brasil, pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação, e no exterior, pelos Agentes de Colocação Internacional, nos termos do Contrato de Colocação Internacional, em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400 ("Procedimento de *Bookbuilding*") e terá como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade de demanda (por volume e preço) por Ação coletada junto a Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding*.

A escolha do critério de determinação do Preço por Ação é justificada na medida em que o preço de mercado das Ações a serem subscritas/adquiridas será aferido de acordo com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento no contexto da Oferta e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada. **Os Investidores Não Institucionais que aderirem à Oferta Não Institucional não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão do processo de determinação do Preço por Ação.**

	Preço (R$)(1)	Comissões (R$)(2)(4)	Recursos Líquidos (R$)(2)(3)(4)
Por Ação	[•]	[•]	[•]
Oferta Primária	[•]	[•]	[•](5)
[Oferta Secundária]	[•]	[•]	[•](6)
Total	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o preço médio da Faixa Indicativa. O Preço por Ação utilizado neste Prospecto Preliminar serve apenas como um valor indicativo, podendo ser alterado para mais ou para menos após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.
(2) Abrange as comissões a serem pagas aos Coordenadores da Oferta, sem considerar a colocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares.
(3) Sem dedução das despesas e tributas da Oferta.
(4) Para informações sobre as remunerações recebidas pelos Coordenadores da Oferta, veja a seção "*Informações Sobre à Oferta – Custos de Distribuição*", na página 53 deste Prospecto Preliminar.
(5) Para informações sobre a quantidade de Ações a ser emitida pela Companhia e os recursos líquidos a serem recebidos, veja a seção "*Informações Sobre à Oferta – Quantidade, Montante e Recursos Líquidos*", na página 51 deste Prospecto.
(6) [Para informações sobre a quantidade de Ações a ser alienada pelo Acionista Vendedor e os recursos líquidos a serem recebidos pelo Acionista Vendedor, veja a seção "*Informações Sobre à Oferta – Quantidade, Montante e Recursos Líquidos*", na página 51 deste Prospecto.]

A aprovação do protocolo do pedido de registro da Oferta perante a CVM e a efetiva realização da Oferta, e seus termos e condições, bem como a submissão do pedido de adesão da Companhia ao Novo Mercado, foram realizadas em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 14 de outubro de 2020, cuja ata foi arquivada na Junta Comercial, Industrial e Serviços do Estado do Rio Grande do Sul ("JUCOISRS") sob o nº 7381587, em 20 de outubro de 2020, e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul ("DOERS") e no "Jornal do Comércio – Porto Alegre", em 19 de outubro de 2020. O novo estatuto social da Companhia ("Estatuto Social"), adequado às regras do Regulamento do Novo Mercado, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 20 de outubro de 2020, cuja ata foi arquivada na JUCOISRS sob o nº [•] em [•] de [•] de 2020, e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul ("DOERS") e no "Jornal do Comércio – Porto Alegre", em [•] de [•] de 2020.

O Preço por Ação e o efetivo aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado em seu Estatuto Social, serão aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e antes da disponibilização do Anúncio de Início, cuja ata será devidamente registrada na JUCISRS, e publicada no "Jornal do Comércio – Porto Alegre" na data de disponibilização do Anúncio de Início e no DOERS no dia útil subsequente.

Não será necessária qualquer aprovação societária em relação ao Acionista Vendedor para a participação na Oferta Secundária e para a fixação do Preço por Ação.

Exceto pelos registros da Oferta a serem concedidos pela CVM para a realização da Oferta no Brasil em conformidade com os procedimentos previstos na Instrução CVM 400, a Companhia, o Acionista Vendedor, os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional não realizarão nenhum registro da Oferta ou das Ações na SEC dos Estados Unidos e nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país. As Ações não poderão ser ofertadas ou subscritas nos Estados Unidos ou a pessoas consideradas *U.S. persons*, conforme definido no *Regulation S*, exceto se registradas na SEC ou de acordo com uma isenção de registro nos termos do *Securities Act*.

Será admitido o recebimento de reservas para subscrição/aquisição das Ações, a partir de [•] de [•] de 2020.

A Oferta está sujeita à prévia análise e aprovação da CVM, sendo que os registros da Oferta foram requeridos junto à CVM em 21 de outubro de 2020.

O presente Prospecto Preliminar está sujeito a complementação e correção.

O Prospecto Definitivo estará disponível nas páginas da rede mundial de computadores da Companhia; dos Coordenadores; na B3 e da CVM."O REGISTRO DA PRESENTE DISTRIBUIÇÃO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DA COMPANHIA, BEM COMO SOBRE AS AÇÕES A SEREM DISTRIBUÍDAS."

Este Prospecto não deve, em nenhuma circunstância, ser considerado uma recomendação de [subscrição/aquisição] das Ações. Ao decidir subscrever/adquirir e integralizar/liquidar as Ações, os potenciais investidores deverão realizar sua própria análise e avaliação da situação financeira da Companhia, das atividades e dos riscos decorrentes do investimento nas Ações.

OS INVESTIDORES DEVEM LER ESTE PROSPECTO E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL AS SEÇÕES "SUMÁRIO DA COMPANHIA – PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELATIVOS À COMPANHIA" E "FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES", A PARTIR DAS PÁGINAS 23 e 103, RESPECTIVAMENTE, DESTE PROSPECTO E TAMBÉM A SEÇÃO "4. FATORES DE RISCO" DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA, ANEXO A ESTE PROSPECTO A PARTIR DA PÁGINA 526 DESTE PROSPECTO, PARA UMA DESCRIÇÃO DE CERTOS FATORES DE RISCO RELACIONADOS À SUBSCRIÇÃO[/AQUISIÇÃO] DE AÇÕES QUE DEVEM SER CONSIDERADOS NA TOMADA DE DECISÃO DE INVESTIMENTO.

Autorregulação ANBIMA
Ofertas Públicas

Coordenadores da Oferta

Itaú BBA | XP investment banking | btg pactual | bradesco bbi | UBS BB Investment Bank | citi | Banco ABC Brasil

A data deste Prospecto Preliminar é [•] de [•] de 2020.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

DEFINIÇÕES **1**
CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO **6**
SUMÁRIO DA COMPANHIA **9**
IDENTIFICAÇÃO DA COMPANHIA, DOS COORDENADORES DA OFERTA, DOS CONSULTORES E DOS AUDITORES **24**
SUMÁRIO DA OFERTA **26**
INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA **46**
Composição do Capital Social 46
Principais Acionistas e Administradores 47
Identificação do Acionista Vendedor 48
Características Gerais da Oferta 48
Aprovações Societárias 50
Preço por Ação 50
Ações em Circulação (*Free Float*) após a Oferta 51
Quantidade, Montante e Recursos Líquidos 51
Custos de Distribuição 53
Instituições Participantes da Oferta 54
Público Alvo 54
Cronograma Estimado da Oferta 55
Regime de Distribuição 56
Plano Distribuição da Oferta 57
Procedimento da Oferta 58
Oferta Não Institucional 59
Oferta Institucional 68
Prazos da Oferta 69
Contrato de Colocação 70
Suspensão, Modificação, Revogação ou Cancelamento da Oferta 71
Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação 73
Estabilização de Preços das Ações 74
Formador de Mercado 74
Violações das Normas de Conduta 74
Direitos, Vantagens e Restrições das Ações 75
Negociação das Ações na B3 76
Acordos de Restrição à Venda de Ações (*Lock-up*) 76
Instituição Financeira Responsável pela Escrituração das Ações 77
Inadequação da Oferta 77
Informações Adicionais 77
Companhia 78
Coordenadores da Oferta 78
Links para Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta 79
Companhia 79
Instituições Consorciadas 80
APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA **82**
Banco Itaú BBA ou Coordenador Líder 82
XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. 83
Banco BTG Pactual S.A. 85
Banco Bradesco BBI 86
UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. 87
Citigroup Global Markets Brasil, Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. 88
Banco ABC Brasil S.A. 90

RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA E OS COORDENADORES DA OFERTA 92
Relacionamento entre a Companhia e o Coordenador Líder 92
Relacionamento entre a Companhia e a XP 93
Relacionamento entre a Companhia e o BTG Pactual 94
Relacionamento entre a Companhia e o Bradesco BBI 95
Relacionamento entre a Companhia e o Citi 96
Relacionamento entre a Companhia e o UBS BB 97
Relacionamento entre a Companhia e o Banco ABC 98
RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA E O ACIONISTA VENDEDOR 100
Relacionamento entre o Acionista Vendedor e o Coordenador Líder 100
Relacionamento entre o Acionista Vendedor e a XP 100
Relacionamento entre o Acionista Vendedor e o BTG Pactual 100
Relacionamento entre o Acionista Vendedor e o Bradeco BBI 101
Relacionamento entre o Acionista Vendedor e o UBS BB 101
Relacionamento entre o Acionista Vendedor e o Citi 102
Relacionamento entre o Acionista Vendedor e o Banco ABC 102
FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES 103
DESTINAÇÃO DOS RECURSOS 111
CAPITALIZAÇÃO 113
DILUIÇÃO 114
ANEXOS 117
ANEXO A – ESTATUTO SOCIAL VIGENTE DA COMPANHIA 121
ANEXO B – CÓPIA DA ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA REALIZADA EM 14 DE OUTUBRO DE 2020, QUE APROVOU, DENTRE OUTRAS MATÉRIAS, A REALIZAÇÃO DA OFERTA 153
ANEXO C – MINUTA DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA QUE APROVARÁ O PREÇO POR AÇÃO DA OFERTA 159
ANEXO D – DECLARAÇÃO DA COMPANHIA NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400 165
ANEXO E – DECLARAÇÃO DO ACIONISTA VENDEDOR, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400 169
ANEXO F – DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400 173
ANEXO G – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA COMPANHIA RELATIVAS AOS PERÍODOS DE TRÊS E NOVE MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2020 E 30 DE SETEMBRO DE 2020 179
ANEXO H – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA COMPANHIA REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DEZEMBRO DE 2017, 2018 E 2019 397
ANEXO I – FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM 480 497

DEFINIÇÕES

Para fins do presente Prospecto, "Companhia", "Oleoplan" ou "nós" se referem, a menos que o contexto determine de forma diversa, à "Oleoplan S.A. Óleos Vegetais Planalto", suas subsidiárias na data deste Prospecto. Os termos indicados abaixo terão o significado a eles atribuídos neste Prospecto e no Formulário de Referência, anexo a este Prospecto a partir da página 497 deste Prospecto, conforme aplicável.

Os termos relacionados especificamente com a Oferta e respectivos significados constam da seção "Sumário da Oferta", a partir da página 26 deste Prospecto.

Acionistas Controladores	Irineu Boff e IMGC Administração de Participações Ltda.
Acionista Vendedor	Irineu Boff.
Afiliadas	[Significa com relação a uma pessoa: (i) seus acionistas controladores diretos ou indiretos, nos termos do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, (ii) suas sociedades controladas, direta ou indiretamente, nos termos do artigo 243, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações, (iii) as sociedades sob mesmo controle que tal pessoa, (iv) sociedades coligadas, nos termos do artigo 243, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações, e (v) seus conselheiros e diretores.]
Agente Estabilizador	A XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
ANBIMA	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
Assembleia Geral	A assembleia geral de acionistas da Companhia.
Auditores Independentes	KPMG Auditores Independentes.
Banco ABC	Banco ABC Brasil S.A.
Banco Central ou BACEN	Banco Central do Brasil.
B3	B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.
Bradesco BBI	Banco Bradesco BBI S.A.
Brasil ou País	República Federativa do Brasil.
BTG Pactual	Banco BTG Pactual.
Câmara de Arbitragem do Mercado	A câmara de arbitragem prevista no Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado, instituída pela B3, destinada a atuar na composição de conflitos que possam surgir nos segmentos especiais de listagem da B3.
Citi	Citigroup Global Markets Brasil, Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
COVID-19	Doença causada pelo coronavírus SARS-CoV-2.
CMN	Conselho Monetário Nacional.

CNPJ/ME	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia.
CPF/ME	Cadastro Nacional da Pessoa Física do Ministério da Economia.
Código ANBIMA	"*Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários*", atualmente em vigor.
Companhia ou Oleoplan	Oleoplan S.A. Óleos Vegetais Planalto.
Conselho de Administração	O conselho de administração da Companhia.
Conselho Fiscal	O conselho fiscal da Companhia, que até a data deste Prospecto não está instalado.
Coordenador Líder ou Itaú BBA	Banco Itaú BBA S.A.
Corretora	A XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Deliberação CVM 476	Deliberação da CVM nº 476, de 25 de janeiro de 2005.
Diretoria Estatutária	A diretoria estatutária da Companhia.
Doadores	[•].
DOERS	Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul.
Dólar, dólar, dólares ou US$	Moeda oficial dos Estados Unidos.
EBITDA	Medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Instrução CVM 527, conciliada com suas demonstrações financeiras, e consiste no lucro ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelas despesas de depreciação e amortização. Para mais informações sobre medições não contábeis, veja o item 3.2 do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto Preliminar, a partir da página da 1 deste Prospecto Preliminar.
Estados Unidos	Estados Unidos da América.
Estatuto Social	Estatuto Social da Companhia.
FASA	FASA América Latina Participações Societárias S.A.
FGV	Fundação Getúlio Vargas.
Formulário de Referência	Formulário de Referência elaborado pela Companhia, nos termos da Instrução CVM 480, anexo a este Prospecto Preliminar, a partir da página 497 deste Prospecto Preliminar.
IASB	*International Accounting Standards Board* (Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade).

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
Índice de Endividamento	A soma do passivo circulante e o passivo não circulante dividido pelo patrimônio líquido.
IFRS	Normas Internacional de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*) emitidas pelo IASB.
IMGC	IMGC Administração de Participações Ltda.
Instituição Escrituradora	Banco Bradesco S.A.
Instrução CVM 400	Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.
Instrução CVM 480	Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada.
Instrução CVM 505	Instrução da CVM nº 505, de 27 de setembro de 2011, conforme alterada.
Instrução CVM 527	Instrução da CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, conforme alterada.
Instrução CVM 539	Instrução da CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada.
Instrução CVM 560	Instrução da CVM nº 560, de 27 de março de 2015, conforme alterada.
IOF/Câmbio	Imposto Sobre Operações Financeiras cobradas nas operações de câmbio.
Ítau BBA	Banco Itáu BBA S.A.
JUCISRS	Junta Comercial, Industrial e Serviços do Estado do Rio Grande do Sul.
Lei das Sociedades por Ações	Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Lei 4.131	Lei nº 4.131, de 03 de setembro de 1962, conforme alterada.
Lei 6.766	Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, conforme alterada.
Lei 8.213	Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, conforme alterada.
Lei 13.979	Lei nº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, conforme alterada.
Novo Mercado	Segmento especial de negociação de valores mobiliários da B3, que estabelece práticas diferenciadas de governança corporativa e divulgação de informações ao mercado a serem observadas pela Companhia, mais rigorosas do que aquelas estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações.
Ofício-Circular CVM/SRE	Ofício-Circular 05/2020/CVM/SRE, divulgado em 9 de outubro de 2020.

Ofício-Circular CVM/SNC/SEP	Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2020, emitido pela Comissão de Valores Mobiliários em 10 de março de 2020.
Real, real, reais ou R$	Moeda oficial corrente no Brasil.
Regulamento da Câmara de Arbitragem	Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado instituída pela B3, inclusive suas posteriores modificações, que disciplina o procedimento de arbitragem ao qual serão submetidos todos os conflitos estabelecidos na cláusula compromissória inserida no Estatuto Social da Companhia e constante dos termos de anuência dos Administradores, membros do Conselho Fiscal e do Acionista Controlador.
Regulamento do Novo Mercado	Regulamento do Novo Mercado da B3, que disciplina os requisitos para a negociação de valores mobiliários de companhias abertas no Novo Mercado, estabelecendo regras de listagem diferenciadas para essas companhias, seus administradores e seus acionistas controladores.
Resolução 4.373	Resolução do CMN nº 4.373, de 29 de setembro de 2014, conforme alterada.
Securities Act	*U.S. Securities Act* de 1933, conforme alterado.
SEC	*U.S. Securities and Exchange Commission* dos Estados Unidos.
UBS BB	UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
XP	XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.

INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA

Identificação	**OLEOPLAN S.A. - ÓLEOS VEGETAIS PLANALTO**, sociedade por ações, devidamente inscrita no CNPJ/ME sob o nº 88.676.127/0001-76 e com seus atos constitutivos devidamente registrados na JUCISRS sob o NIRE 43.300.010.864.
Registro na CVM	A Companhia se encontra em fase de obtenção de registro como emissora de valores mobiliários categoria "A" perante a CVM, sendo que os registros de companhia aberta e da Oferta foram requeridos junto à CVM em 21 de outubro de 2020.
Sede	Cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, na Rua Dom Pedro II, n° 723, bairro Higienópolis, CEP 90550-142.
Diretoria de Relações com Investidores	Localizada na sede da Companhia. O Diretor de Relações com Investidores é o Angelo Tedesco Muratore. O telefone da Diretoria de Relações com Investidores da Companhia é 51 (11) 3329-5555 e o seu endereço eletrônico é www.ri.oleoplan.com.br.
Instituição Escrituradora	Banco Bradesco S.A.
Auditores Independentes	KPMG Auditores Independentes.
Títulos e Valores Mobiliários Emitidos	As Ações serão listadas no Novo Mercado sob o código "[•]", a partir do primeiro dia útil imediatamente posterior à disponibilização do Anúncio de Início.
Jornais nos Quais Divulga Informações	As informações referentes à Companhia são divulgadas no DOERS e no "Jornal do Comércio – Porto Alegre".
Website	www.ri.oleoplan.com.br As informações constantes do nosso *website* não são parte integrante deste Prospecto, e nem se encontram incorporadas por referência ou anexas a este.

CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO

Este Prospecto contém estimativas e perspectivas para o futuro, principalmente nas seções "*Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relacionados à Companhia*" e "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações*" deste Prospecto, a partir das páginas 23 e 103, respectivamente, e nas seções "*4. Fatores de Risco*", "*7. Atividades do Emissor*" e "*10. Comentários dos Diretores*" do nosso Formulário de Referência, anexo a este Prospecto Preliminar, a partir da página 526 deste Prospecto Preliminar.

As estimativas e declarações futuras têm por embasamento, em grande parte, expectativas atuais da Companhia sobre eventos futuros e tendências financeiras que afetam ou que tenham o potencial de afetar os negócios da Companhia, o seu setor de atuação, sua participação de mercado, reputação, negócios, situação financeira, o resultado de suas operações, margens e/ou fluxo de caixa. As estimativas e perspectivas sobre o futuro estão sujeitas a diversos riscos e incertezas e foram efetuadas somente com base nas informações disponíveis atualmente.

Muitos fatores importantes, além daqueles discutidos neste Prospecto Preliminar, tais como previstos nas estimativas e perspectivas sobre o futuro, podem impactar adversamente os resultados da Companhia e/ou podem fazer com que as estimativas e perspectivas não se concretizem.

Dentre os diversos fatores discutidos em outras seções deste Prospecto Preliminar que podem influenciar as estimativas e declarações futuras da Companhia, podem ser citados, como exemplo, os seguintes:

- efeitos da nova pandemia da COVID-19 na economia brasileira e mundial e as medidas restritivas impostas pelas autoridades governamentais para combater a pandemia da COVID-19;
- a capacidade da Companhia de implementar, tempestiva e efetivamente, qualquer medida necessária para reagir ou mitigar os efeitos da pandemia da COVID-19 nos seus negócios, operações, fluxos de caixa, perspectivas, liquidez e condição financeira;
- rebaixamento na classificação de crédito do Brasil;
- intervenções governamentais, resultando em alteração na economia, tributos, tarifas, ambiente regulatório ou regulamentação no Brasil;
- alterações nas leis e nos regulamentos aplicáveis ao setor de atuação da Companhia, bem como alterações no entendimento dos tribunais ou autoridades brasileiras em relação a essas leis e regulamentos;
- alterações nas condições gerais da economia, incluindo, exemplificativamente, inflação, taxas de juros, câmbio, nível de emprego, crescimento populacional, confiança do consumidor e liquidez dos mercados financeiro e de capitais;
- impossibilidade ou dificuldade de viabilização e implantação de novos projetos e comercialização dos produtos da Companhia;
- condições que afetam o setor de atuação da Companhia e a condição financeira de seus principais clientes;
- a mudança no cenário competitivo no setor de atuação da Companhia;
- o relacionamento com os atuais e futuros fornecedores, clientes e prestadores de serviços da Companhia;
- aumento de custos, incluindo, mas não se limitando aos custos: (i) de operação e manutenção; (ii) encargos regulatórios e ambientais; e (iii) contribuições, taxas e impostos;

- fatores negativos ou tendências que podem afetar negócios, participação no mercado, condição financeira, liquidez ou resultados de operações da Companhia;

- o nível de capitalização e endividamento da Companhia e a sua capacidade de contratar novos financiamentos e executar o nosso plano de expansão; e

- outros fatores de riscos apresentados na seção "Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta" e "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia", nas páginas 103 e 23, respectivamente, deste Prospecto, e na seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto

Essa lista de fatores de risco não é exaustiva e outros riscos e incertezas podem causar resultados que podem vir a ser substancialmente diferentes daqueles contidos nas estimativas e perspectivas sobre o futuro.

O INVESTIDOR DEVE ESTAR CIENTE DE QUE OS FATORES DE RISCO MENCIONADOS ACIMA, ALÉM DE OUTROS DISCUTIDOS NESTE PROSPECTO PRELIMINAR E NO NOSSO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, PODERÃO AFETAR NOSSOS RESULTADOS FUTUROS E PODERÃO LEVAR A RESULTADOS DIFERENTES DAQUELES CONTIDOS, EXPRESSA OU IMPLICITAMENTE, NAS DECLARAÇÕES E ESTIMATIVAS CONTIDAS NESTE PROSPECTO PRELIMINAR E/OU NO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA. TAIS ESTIMATIVAS REFEREM-SE APENAS À DATA EM QUE FORAM EXPRESSAS, SENDO QUE NÓS, O ACIONISTA VENDEDOR E OS COORDENADORES DA OFERTA NÃO ASSUMIMOS A RESPONSABILIDADE E A OBRIGAÇÃO DE ATUALIZAR PUBLICAMENTE OU REVISAR QUAISQUER DESSAS ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES FUTURAS OU DE QUALQUER OUTRA FORMA, EM RAZÃO DA OCORRÊNCIA DE NOVA INFORMAÇÃO, EVENTOS FUTUROS OU DE QUAISQUER OUTROS FATORES. MUITOS DOS FATORES QUE DETERMINARÃO ESSES RESULTADOS E VALORES ESTÃO ALÉM DA NOSSA CAPACIDADE DE CONTROLE OU PREVISÃO.

As palavras "acredita", "pode", "poderá", "deverá", "visa", "estima", "continua", "antecipa", "pretende", "espera" e outras similares têm por objetivo identificar estimativas e perspectivas para o futuro.

Em vista dos riscos e incertezas aqui descritos, as estimativas e declarações acerca do futuro constantes deste Prospecto Preliminar podem não vir a se concretizar.

Declarações prospectivas envolvem riscos, incertezas e premissas, pois se referem a eventos futuros e, portanto, dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer. As condições futuras da situação financeira e dos resultados operacionais, da participação de mercado e posição competitiva no mercado poderão apresentar diferenças significativas se comparados àquela expressa ou sugerida nas referidas declarações prospectivas. Muitos dos fatores que determinarão esses resultados estão além da capacidade de controle ou previsão da Companhia. Tendo em vista estas limitações, os potenciais investidores não devem tomar suas decisões de investimento exclusivamente com base nas estimativas e declarações acerca do futuro contidas neste Prospecto Preliminar.

Estimativas de Mercado e Outras Informações

São feitas declarações neste Prospecto Preliminar sobre estimativas de mercado, a situação em relação aos concorrentes e a participação no mercado da Companhia, bem como sobre o tamanho dos mercados em que atua. Tais declarações são feitas com base em pesquisas internas e pesquisas de mercado e em informações obtidas de fontes que a Companhia considera confiáveis. A menos que indicado de outra forma, todas as informações macroeconômicas foram obtidas junto ao BACEN, IBGE e FGV. A Companhia não tem motivos para acreditar que tais informações não sejam corretas em seus aspectos relevantes, razão pela qual não as verificou de forma independente.

Todas as referências feitas neste Prospecto Preliminar a “Real”, “Reais” ou “R$” dizem respeito à moeda oficial do Brasil e todas as referências a “Dólar”, “Dólares” ou “US$” dizem respeito à moeda corrente dos Estados Unidos.

Adicionalmente, alguns números constantes deste Prospecto Preliminar e no Formulário de Referência, podem não representar totais exatos em razão de arredondamentos efetuados. Sendo assim, os resultados apresentados em algumas tabelas presentes neste Prospecto Preliminar podem não corresponder ao resultado exato da soma dos números que os precedem, ainda que a diferença seja mínima.

SUMÁRIO DA COMPANHIA

Este sumário contém apenas um resumo das informações financeiras e operacionais da Companhia, não pretendendo ser completo nem substituir o restante deste Prospecto e do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto a partir da página 497. Este Sumário não contém todas as informações que o investidor deve considerar antes de investir nas Ações. Antes de tomar uma decisão de investimento nas Ações, o investidor deve ler integral, cuidadosa e atenciosamente este Prospecto e o Formulário de Referência da Companhia, incluindo as informações contidas nas seções "Considerações Sobre Estimativas e Perspectivas Sobre o Futuro", "Sumário da Companhia - Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações, nas páginas 6, 23 e 103, respectivamente, deste Prospecto, bem como as seções "3. Informações Financeiras Selecionadas", "4. Fatores de Risco", e "10. Comentários dos Diretores", respectivamente, do Formulário de Referência da Companhia, assim como em suas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas. Recomenda-se a leitura atenta deste Prospecto e do Formulário de Referência antes de aceitar a Oferta.

Visão Geral

A Oleoplan acredita ser uma das maiores e mais diversificadas companhias de energia renovável da América Latina, com ampla atuação na cadeia produtiva da soja. No ano de 2019, a Companhia figurou como líder em volume vendido de biodiesel no mercado nacional, tendo contratada a venda de 608 milhões de litros, o que lhe garantiu uma participação de mercado de 10,1%, conforme dados da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). A Companhia é a segunda maior companhia do país em capacidade instalada de produção de biodiesel, segundo dados da ANP, totalizando 936 milhões de litros/ano[1], e conta com duas unidades industriais de esmagamento de soja capazes de processar 4.500 toneladas de soja/dia.

A Companhia detém uma trajetória única de crescimento e liderança no mercado de biodiesel do Brasil, sendo que, desde 2011, figura entre os três maiores, e, desde 2014, está posicionada entre os dois maiores produtores, conforme dados da ANP. Fundada pela família Boff, a Oleoplan atua na cadeia produtiva da soja há mais de 40 anos. Foi a pioneira na produção de biodiesel no estado do Rio Grande do Sul. Consolidou-se como um dos principais *players* do setor do Brasil por meio de crescimento orgânico e aquisições estratégicas.

[1] Inclui 180 milhões de litros de biodiesel/ano decorrentes da ampliação da planta de Iraquara/BA, a qual está em fase final de obtenção das aprovações pela ANP.

A Companhia opera de forma integrada e verticalizada na cadeia de processamento da soja e produção de biodiesel. Atua na prospecção, na armazenagem e no transporte dos grãos, no processamento da soja para a produção do óleo, do farelo e da lecitina. A partir dos óleos e gorduras de produção própria e/ou adquiridos de terceiros, produz o biodiesel e a glicerina. A figura abaixo mostra o ciclo de processamento da soja no âmbito das atividades da Companhia:

Os principais segmentos de negócio da Companhia são o biodiesel e a extração, os quais juntos representaram, R$2.585,998 milhões (96,4%) e R$2.564,215 milhões (96,3%) da sua receita líquida no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019e, respectivamente.

Biodiesel. É um combustível renovável que pode ser empregado como substituto parcial ou total do óleo diesel de petróleo em motores ciclo diesel, como os de caminhões, ônibus, locomotivas ferroviárias, embarcações, máquinas agrícolas e geradores de energia elétrica e camionetes. Quando comparado ao óleo diesel mineral, reduz a emissão de carbono (CO2), além de não produzir outros gases poluentes e agressivos à saúde e ao meio ambiente. Foi inserido na matriz energética brasileira, em 2007, como uma política de Estado, com um percentual de mistura obrigatória ao diesel fóssil de 2%, o qual, desde então, tem sido gradativamente elevado, alcançando 12%, em março de 2020. Conforme rege a Resolução CNPE n° 16/2018, o percentual obrigatório de biodiesel deverá chegar a 15% do diesel, aumentando um ponto percentual ao ano até 2023.

O biodiesel, pelo seu alto potencial de contribuição para a descarbonização do setor de combustíveis, está contemplado na Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio), instituída pela Lei n° 13.576, de 26 de dezembro de 2017, que reflete os compromissos ambientais assumidos pelo Brasil na COP21 (Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2015). Ambas as unidades produtoras de biodiesel da Companhia aderiram voluntariamente ao programa, submetendo-se a um processo de Certificação da Produção Eficiente de Biocombustíveis. Em fevereiro de 2020, a ANP certificou as duas unidades da Companhia reconhecendo-a pela sua eficiência energética ao habilitá-la, pelo período de três anos, a emitir e comercializar Créditos de Descarbonização (CBios).

Diferentemente de outros combustíveis comercializados no Brasil, o biodiesel obedece a uma sistemática de comercialização própria: os leilões públicos, os quais costumam ter periodicidade bimestral e são regulados pela ANP. O biodiesel, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, representou 62,2% da receita líquida da Companhia.

Como um coproduto da produção de biodiesel, obtém-se a glicerina, que possui diversas aplicações, sobretudo nas indústrias química, farmacêutica, cosmética e de nutrição animal. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, a glicerina representou 1,4% das vendas da Companhia, sendo a sua maior parte destinada ao mercado internacional.

Extração. O segmento de extração consiste, principalmente, na produção de farelo e óleo de soja, sendo que este corresponde, em média, a 20% do produto final do processamento do grão. No caso da Oleoplan, 100% do óleo é destinado à produção do biocombustível. O farelo de soja representa, aproximadamente, 76% do processamento do grão e 31,8% da receita líquida da Companhia, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020. Devido ao seu alto valor proteico, sua principal destinação é a indústria de nutrição animal para elaboração de ração, sobretudo de aves, suínos e bovinos.

Além do farelo e do óleo, a Companhia também produz lecitina de soja, que corresponde a, aproximadamente, 0,5% da receita líquida no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020. Como um emulsificante natural, ela possui uma ampla gama de aplicações na indústria alimentícia (sobretudo de biscoitos, chocolates, sorvetes, pães, balas e margarinas), farmacêutica, cosmética, de tintas e borrachas.

A Companhia possui uma base diversificada com aproximadamente 5 mil fornecedores diretos e mais milhares de fornecedores indiretos por meio de cooperativas parceiras. Os 40 maiores fornecedores representaram apenas 48% do total de soja recebida pela Companhia, em 2019, sendo 51% pessoa jurídica (principalmente cooperativas de agricultura familiar), garantindo a manutenção do Selo Combustível Social, cuja titularidade lhe confere a capacidade de ser um vetor de inclusão social de agricultores enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Como forma de fidelizar seus fornecedores, a Companhia também revende fertilizantes e defensivos agrícolas. Tudo isso, sem ter que financiar lavouras ou antecipar recursos para produtores, o que mitiga substancialmente seus riscos de crédito. Oportunamente, a Companhia também faz a exportação de grãos, aproveitando a eficiência logística conferida por seu Terminal Portuário em Canoas/RS.

Ao longo da sua trajetória, a Companhia implementou de forma contínua, consistente e exitosa, um bem sucedido plano de negócios para crescer. Com pioneirismo e vocação à inovação, a Oleoplan, impulsionada pelo advento do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB), construiu em 2007 a sua primeira usina de biodiesel junto à planta de esmagamento de soja na cidade de Veranópolis/RS. Já em 2012, a Oleoplan iniciou seu plano de expansão e diversificação geográfica quando adquiriu a unidade de esmagamento de soja e produção de biodiesel em Iraquara/BA. A movimentação estratégica para a região Nordeste do país possibilitou à Companhia atender um mercado carente de suprimento e com alto potencial de crescimento. Por fim, no ano de 2020, a Companhia constituiu uma *joint venture* com a Pacífico Indústria e Comércio de Óleos e Proteínas Ltda. (uma empresa do Grupo FASA), o que lhe garante o suprimento necessário de gordura animal para implantação da nova planta de produção de biodiesel em Rondônia, que é parte do plano estratégico e do destino dos recursos da oferta da Companhia.

Além do projeto de Rondônia, a Companhia planeja investir na construção de sua quarta indústria de biodiesel, esta no Estado do Pará. Somados, esses dois novos projetos devem adicionar 432 milhões de litros/ano à sua capacidade instalada de produção de biodiesel, que já é a segunda maior do país. O início da operação dessas plantas está programado para ocorrer no primeiro semestre de 2022.

O comprovado histórico de transações concluídas, somado à capacidade de identificar oportunidades vantajosas, capturar sinergias e integrar os negócios adquiridos credenciam a Companhia como um *player* relevante na consolidação do setor de produção de biodiesel no Brasil.

A construção da história da Companhia baseada no crescimento e pioneirismo se fundamenta nos membros da sua alta administração que possuem vasta e comprovada experiência e profundo conhecimento no setor de processamento de soja e produção de biodiesel. O Presidente do Conselho de Administração, que desde 1979 detém o controle da empresa, Sr. Irineu Boff, atua na cadeia produtiva da soja há mais de 45 anos e possui sólida *expertise* no setor. Com vocação ESG, a Companhia adota elevados padrões de governança corporativa, estando sempre alinhada com os princípios de transparência, diversidade, equidade e sustentabilidade, incluindo as questões socioambientais.

Nos últimos 25 anos, a Companhia sempre obteve resultados positivos, e, de 2008 a 2019 registrou crescimento composto na produção de biodiesel de 18% ao ano, apesar das condições macroeconômicas desafiadoras que prevaleceram no Brasil durante a maior parte desse tempo. A Companhia entende que esse sucesso se deve à robustez do seu modelo de negócios verticalmente integrado, bem como à capacidade de implementação do seu plano de negócios.

Principais Indicadores Financeiros e Operacionais

A tabela abaixo apresenta alguns dos principais indicadores financeiros e operacionais da Companhia para os períodos indicados, com base em suas demonstrações financeiras consolidadas e outras informações financeiras não contábeis. Para mais informações, vide itens "3.2 Medições Não Contábeis" e "10.1 Comentários dos diretores" do Formulário de Referência da Companhia, na página 497 deste Prospecto.

	Período de doze meses findo em 30 de setembro de	Período de nove meses findo em 30 de setembro de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
(*Em R$ milhares, exceto %*)	**2020**	**2020**	**2019**	**2019**	**2018**	**2017**
Receita Operacional Líquida	3.485.737	2.682.292	1.858.426	2.661.871	2.548.151	1.960.760
Lucro Líquido	311.756	229.155	123.228	205.829	174.312	52.318
Lucro Líquido Ajustado[1]	308.857	229.155	114.531	194.232	163.501	74.726
EBITDA[2]	376.453	309.922	156.378	222.909	259.549	130.796
Margem EBITDA[3]	10,8%	11,6%	8,4%	8,4%	10,2%	6,7%
EBITDA Ajustado[4]	376.312	313.075	138.582	201.819	246.833	152.912
Margem EBITDA Ajustada[5]	10,8%	11,7%	7,5%	7,6%	9,7%	7,8%
ROE[6]	63,1%	N/A	N/A	34,2%	36,9%	20,9%
ROIC[7]	32,0%	N/A	N/A	21,5%	36,6%	30,4%

(1) Calculado por meio do lucro líquido da Companhia adicionado do ajuste a valor presente da conta credora dos recebíveis referentes a venda da Enerplan Part S.A. para o FIP em Infraestrutura Origem, para atendimento do CPC 48/IFRS 9.

(2) Consiste no lucro líquido adicionado ao resultado financeiro líquido, às despesas de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos sobre o lucro e aos custos e despesas de depreciação e amortização.

(3) Corresponde ao EBITDA dividido pela receita líquida de vendas consolidada da Companhia.

(4) Corresponde ao EBITDA ajustado pela variação cambial efeito caixa (impacto de ganhos ou perdas financeiras efetivas ocorridas no período) e acrescido das receitas líquidas de despesas advindas dos Créditos de Descarbonização (CBIOs), as quais são alocadas em outras receitas financeiras e outras despesas financeiras, apesar da Companhia identificá-las como resultado operacional.

(5) Calculada pela divisão entre o EBITDA Ajustado e a receita líquida de vendas.

(6) Calculado pela divisão do Lucro Líquido Ajustado pela média do patrimônio líquido da Companhia correspondente à soma do patrimônio líquido no fim do período corrente e no fim do período anterior, dividido por dois.

(7) Calculado pela divisão do lucro operacional após de impostos (*Net Operating Profit After Taxes*) ("NOPAT") pela média do capital investido dos últimos dois exercícios sociais ("Capital Investido"). O NOPAT é o resultado antes das receitas (despesas) financeiras dos últimos doze meses, líquido de efeito de IRPJ/CSLL calculado pela alíquota efetiva da Companhia, e pelo ajuste a valor presente da conta credora dos recebíveis referentes à venda da Enerplan Part S.A. para o FIP de Infraestrutura Origem, para atendimento do CPC 48/IFRS 9 e acrescido das receitas líquidas de despesas advindas dos CBIOs. O Capital Investido é a soma dos Empréstimos e financiamentos da Companhia, do Patrimônio Líquido menos o Caixa e Equivalentes de Caixa e menos o saldo dos créditos em aberto com a Enerplan Part S.A. e com o FIP de Infraestrutura Origem.

Dando prosseguimento ao seu plano estratégico, em setembro de 2020, a Companhia celebrou um memorando de entendimento vinculante. Uma vez cumpridas as condições ali previstas, passará a deter 20% do capital social da FASA, o que lhe possibilitará maior acesso à produção de gorduras animais. A conclusão desta transação proporcionará uma vantagem competitiva relevante no mercado em que atua. Até a presente data, a transação envolvendo a FASA, embora em fase adiantada de negociação, ainda não havia sido concluída.

A FASA é uma das maiores processadoras independentes de gorduras animais da América Latina, contando com 12 unidades industriais distribuídas pelo Brasil. Há mais de 12 anos, a Companhia é cliente do Grupo FASA, desenvolvendo uma relação mútua de parceria. Abaixo estão os principais indicadores financeiros e patrimoniais de FASA referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019:

Informações adicionais FASA	2019	2018
Receita líquida	819.006	659.223
EBITDA	165.351	144.108
Margem EBITDA	20,2%	21,9%
Lucro líquido	82.741	67.709
Margem líquida	10,1%	10,3%

Setor de Atuação

A Companhia está inserida no setor agropecuário brasileiro, sobretudo com atividades ligadas à cadeia produtiva da soja. Ao longo dos últimos anos, o volume de produção de soja no Brasil aumentou consideravelmente e 36% da produção de soja no Brasil, em 2019, foi processada internamente (ABIOVE).

Maiores produtores de soja mundiais | 2018/19

1	EUA	33,8%
2	Brasil	32,8%
3	Argentina	14,9%
4	China	4,5%
5	Paraguai	2,5%
6	Outros	11,5%

% em milhões de toneladas produzidas

Do esmagamento da soja, obtêm-se dois principais produtos: o óleo e o farelo. A industrialização do grão contribui para o aumento da oferta de óleo para a produção de biodiesel, que passará de 12 para 13% de participação na composição de todo o óleo diesel comercializado em 2021.

O Brasil é o terceiro maior produtor de biodiesel do mundo, com mais de 5,9 bilhões de litros produzidos em 2019, garantindo uma posição de destaque na produção e uso de biocombustíveis. Juntos, o etanol e o biodiesel fortalecem a participação dos biocombustíveis na matriz energética nacional e a imagem do país que valoriza a diversidade de fontes energéticas.

Ranking global de produtores de biodiesel | 2019 (bilhões de litros)

1	Indonesia	7,9
2	EUA	6,5
3	Brasil	5,9
4	Alemanha	3,8
5	França	3,0

No Brasil, o volume comercializado nos leilões deve ser suficiente para atender aos percentuais de mistura obrigatórios de biodiesel ao óleo diesel comercializado em todo o território nacional. No âmbito dos leilões, a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), por deter participação no mercado nacional de refino de derivados de petróleo superior a 99%, adquire todo o biodiesel que as distribuidoras necessitam para o cumprimento da mistura. Essas, por sua vez, retiram o produto diretamente nos produtores que elas escolherem na disputa do leilão. Além do preço, atributos como a logística, qualidade e atendimento são levados em consideração pelas distribuidoras na sua decisão.

Pontos Fortes

A Companhia acredita se destacar, principalmente, pelos seguintes pontos:

Posição consolidada de liderança no mercado de biodiesel no Brasil

A Companhia foi líder em volume vendido de biodiesel no Brasil em 2019, segundo dados da ANP. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 registrou uma produção de 593 milhões e 458 milhões de litros de biodiesel, respectivamente. Entre 2008 e 2019, apresentou um crescimento de 518% em seu volume produzido. Historicamente, a Companhia atua no Rio Grande do Sul e no estado da Bahia, sendo que, recentemente, iniciou projetos de expansão na região Norte, onde acredita estar bem posicionada para replicar o seu modelo de negócios.

Evolução na Produção de Biodiesel da Companhia (milhões de litros)

Modelo de negócios diferenciado e verticalmente integrado

A Companhia opera um modelo de negócios diferenciado que combina (i) originação de grãos, (ii) logística e armazenagem próprias, (iii) esmagamento e processamento de soja, (iv) produção, comercialização e transporte de farelo de soja, e (v) produção e comercialização de biodiesel. Este modelo verticalmente integrado permite ganhos de escala, confiabilidade quanto à disponibilidade de produtos, padrões de qualidade no processo, controle de custos e presença multirregional para atender seus clientes. Dada a localização estratégica das instalações, a Companhia é capaz de atender regiões carentes de alternativas próximas para seu suprimento, a exemplo da região Nordeste, cuja demanda representa 15,6% de todo o biodiesel consumido no país e a produção é de somente 7,7%.

Outro elemento fundamental do modelo verticalmente integrado reside no relacionamento comercial desenvolvido ao longo dos anos com seus fornecedores, o qual é pautado pela extrema confiança e credibilidade, que garantem o suprimento de soja constante e de qualidade durante todo o ano. Dentro da política do Selo Combustível Social, a Companhia tem sido eficaz na interação com sua base de agricultura familiar, provendo assistência técnica e fomentando as melhoras práticas em todas as etapas da produção da soja.

A Companhia conta com uma infraestrutura completa de armazenagem de grãos que alcança mais de 430 mil toneladas de capacidade estática. As 20 unidades de recebimentos permitem a manutenção de estoques estratégicos em períodos como a entressafra, além de facilitar a atividade de originação de grãos. Uma das unidades também possui um terminal portuário em Canoas (RS), permitindo o escoamento de grãos e farelo de soja até o porto de Rio Grande com maior eficiência.

A Companhia também vem diversificando o seu mix de matérias-primas de forma a tornar sua produção mais flexível e capaz de capturar oportunidades do mercado ao mesmo tempo em que reduz a exposição aos riscos de suprimento. Para tanto, a Companhia utiliza variadas alternativas de suprimentos, tais como óleo de soja, óleo de algodão, óleo de canola, óleo de palma, óleo de fritura usado e gorduras animais. Adicionalmente, o mix de matérias-primas utilizado pela Companhia para produção de biodiesel é projetado para garantir a otimização dos custos de produção e, consequentemente, atingir melhores preços aos consumidores com maiores margens operacionais.

Localização estratégica

A Companhia acredita que suas instalações estão estrategicamente localizadas para (i) obter o suprimento constante de soja necessário para a produção de biodiesel e farelo, (ii) facilitar a destinação da produção para os mercados interno e externo; e (iii) atender à demanda reprimida de determinadas regiões. A unidade de Veranópolis/RS encontra-se situada entre a região produtora de soja (principalmente de agricultores familiares), o mercado interno consumidor de farelo e o maior centro de destino de biodiesel do Estado, além de estar próxima ao Terminal Hidroviário de Canoas. A bem-sucedida expansão para novos mercados ao longo dos últimos anos, como é o caso da aquisição da planta de Iraquara/BA, permitiu à Companhia acessar mercados pouco explorados e com grande demanda por biodiesel, além do acesso a rotas alternativas de escoamentos de produtos. Em razão disto, a Companhia acredita possuir vantagens competitivas por ter conhecimento em implementar o modelo de negócios verticalmente integrado para atender as demandas de cada região.

Comprovado histórico de aquisições e integração de negócios

A Companhia está bem posicionada para consolidar o setor em que atua, conquistando uma participação de mercado cada vez maior com a sua experiência em aquisições e desenvolvimento de projetos *greenfield*. A Companhia realizou uma série de importantes investimentos estratégicos ao longo dos anos que representaram passos fundamentais para a sua expansão geográfica e de capacidade. Nesse contexto, destaca-se a aquisição da unidade produtora de biodiesel da "Vanguarda Agro S.A.", em 2012, no município de Iraquara/BA. Desde então, ela vem recebendo sucessivos investimentos em infraestrutura e processos que possibilitaram que se transformasse em um dos *cases* de *turnaround* mais relevantes da história recente do setor. Desde que adquiriu essa unidade, a Companhia já multiplicou a sua capacidade de produção de biodiesel em mais de 3,6 vezes, reativou a sua planta de esmagamento e está concluindo a duplicação da sua capacidade de produção de óleo e farelo de soja. Por fim, a Companhia possui uma equipe multidisciplinar dedicada à prospecção de oportunidades de investimento, seleção de ativos e execução de negócios estratégicos.

DNA socioambiental (ESG) com práticas e controles internos diferenciados no setor de agronegócios

A Companhia é detentora, desde 2007, do Selo Combustível Social, que garante a inclusão da agricultura familiar em sua cadeia de suprimento e, a partir de fevereiro de 2020, com a certificação do RenovaBio, credenciou-se como emissora de Créditos de Descarbonização - CBios. A Nota de Eficiência Energético-Ambiental (NEEA) obtida por cada uma das suas plantas produtoras de biodiesel habilita a Companhia a ser uma das maiores emissoras de CBios entre os produtores nacionais de biodiesel, com receitas financeiras superiores a R$7,5 milhões até 30 de setembro de 2020. No âmbito do Programa do Renovabio, cada CBio gerado corresponde à uma tonelada de gás carbônico (CO_2) que deixa de ser emitido. Há mais de 10 anos, a Companhia vem implementando diversas melhorias nos seus controles internos, tendo suas demonstrações financeiras auditadas por firma de auditoria independente, bem como uma série de práticas e políticas focadas em áreas estratégicas, incluindo controle de qualidade e segurança com auditoria interna por meio de central de monitoramento corporativa. A Companhia acredita que estes fatores contribuem para colocá-la em uma posição diferenciada no mercado em que atua, bem como para alavancar seu crescimento sustentável de longo prazo.

Administração experiente com profundo conhecimento de mercado

A Companhia acredita que a vasta experiência e o profundo conhecimento de mercado de seus administradores constituem vantagens competitivas decisivas no seu complexo mercado de atuação. A administração da Companhia é composta, atualmente, por uma equipe comprometida e experiente no setor de processamento de soja, sendo que os 5 principais executivos possuem, em média, 20 anos de experiência no setor, dos quais 17 anos, em média, foram dedicados exclusivamente à Companhia. Os membros da gerência sênior têm, em média, aproximadamente 11 anos de experiência relevante no setor, com conhecimento específico em todos os aspectos da cadeia de abastecimento, produção e comercialização de biodiesel. A Companhia acredita que o nível de experiência operacional e financeira de sua equipe de gestão permitirá executar com sucesso as suas estratégias de negócios no futuro. Além disso, em virtude do bem sucedido crescimento e comprometimento com as melhores práticas de recursos humanos, a Companhia acredita estar bem posicionada para continuar a atrair e reter profissionais altamente qualificados em todos os níveis. Por fim, os interesses dos administradores estão altamente alinhados com os dos acionistas, uma vez que os principais executivos são beneficiários de planos de remuneração baseado em ações.

Principais Estratégias

Os principais elementos da estratégia da Companhia são os seguintes:

Crescer organicamente por meio de um plano de expansão bem estruturado para o médio e longo prazo

Apesar de sua consolidada posição de liderança no mercado de biodiesel, a Companhia entende haver oportunidades relevantes para expandir ainda mais seus negócios e sua participação de mercado na região Norte do Brasil, onde há um *déficit* de produção do biodiesel. Para tanto, diferentemente dos seus competidores, a Companhia assegurou uma parceria com um dos maiores produtores de gordura animal da América Latina, a FASA, que tem a *expertise* necessária para atuar na região, atualmente já operando unidades no Pará e em Rondônia- esta última em *joint venture* com a Companhia. Este fato irá melhorar a presença geográfica e a cadeia de fornecimento de matéria-prima da Companhia na região Norte. Assim, a Companhia pretende efetivar seu plano de expansão. A nova unidade de produção de biodiesel de Rondônia já possui licença prévia obtida junto ao órgão ambiental, terreno e equipamentos adquiridos. A usina do Pará está em processo de aquisição de área em Distrito Industrial já estruturado junto à CODEC, Companhia de Desenvolvimento Econômico do Pará. Ambas estão previstas para iniciar suas operações no ano de 2022, possuindo capacidade de produção de 216 milhões de litros, cada uma.

Assim como a região Norte, a região Sudeste também apresenta *déficit* na produção de biodiesel. Com vistas a aproveitar as oportunidades nesta região e mercados de nicho em outras, em uma segunda fase de expansão prevista para 2023 a 2026, a Companhia desenvolveu um *pipeline* de projetos *greenfield* com os quais pretende agregar uma capacidade instalada adicional de 576 milhões de litros/ano de biodiesel.

Aproveitar oportunidades atrativas de crescimento por meio de aquisições estratégicas selecionadas

A Companhia entende que o crescimento do setor é uma realidade e que oportunidades para aquisições e parcerias estratégicas serão pilar essencial da Companhia para sua consolidação no mercado. A Oleoplan acredita que o mercado nacional de biodiesel é fragmentado e isso, aliado à ausência de solidez financeira de alguns de seus competidores, confere à Companhia, a oportunidade de ativamente continuar a participar da consolidação do setor no Brasil. Desta maneira, a Companhia acredita estar bem posicionada para conquistar uma participação de mercado cada vez maior, sendo tal fator fundamentado pelo histórico de aquisições que a Companhia apresentou ao longo de sua existência.

Compromisso de entregar produtos sustentáveis alinhados às melhores práticas sociais e ambientais

Como uma das pioneiras na produção de biodiesel no Brasil, a Companhia historicamente tem se preocupado com a sustentabilidade nos negócios em que atua. Atualmente, a Companhia possui aproximadamente 5 mil fornecedores locais de soja, mamona e palma de óleo que se enquadram no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e cerca de 42% de todo o fornecimento de soja é proveniente dos agricultores familiares, de acordo com dados do ano de 2019. Tal parceria garante o Selo Combustível Social (SCS) para as duas usinas de biodiesel, em Iraquara (BA) e Veranópolis (RS). Tal Selo foi concedido à Oleoplan em 2007 pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) mediante o compromisso de adquirir parte de suas matérias-primas dos agricultores familiares enquadrados no Pronaf.

A Companhia, ainda, é caracterizada como uma plataforma sustentável e certificada para monetizar Créditos de Descarbonização (CBios). Atualmente, a Companhia vem se beneficiando da emissão de CBios, tendo contabilizado até 30 de setembro de 2020 mais de R$7,5 milhões em receita financeira. Ambas as plantas em que a Companhia opera possuem o Certificado de Produção Eficiente de Biocombustível desde fevereiro deste ano.

Assegurar flexibilidade e o uso eficiente das matérias-primas

Entre o período de 2009 a 2019, a produção do biodiesel através da gordura animal e outras matérias-primas ganhou relevância frente aos materiais tradicionais, como a soja. Em 2019, o óleo de soja foi responsável por cerca de 68% da matéria-prima usada para se produzir o biodiesel no Brasil, enquanto gorduras animais como a bovina por apenas 11%. Nesse contexto, a Oleoplan destaca-se por possuir um mix diferenciado na composição das suas matérias-primas para a produção do biodiesel, apresentando, nesse mesmo ano, cerca de 30% do seu biodiesel produzido por gorduras animais e 55% por óleo de soja. A Companhia busca flexibilizar o emprego de diferentes matérias-primas além da soja, conforme as diferentes regiões e sazonalidades, sempre respeitando os padrões de qualidade exigidas e buscando maior rentabilidade. Para intensificar essa estratégia, a Companhia celebrou um memorando de entendimento vinculante por meio do qual, uma vez cumpridas as condições ali previstas, passará a deter 20% do capital social da FASA, o que possibilitará maior acesso a sua produção de gordura animal.

Estrutura societária

Eventos Recentes

Em fevereiro de 2020, as duas unidades produtoras de biodiesel receberam o Certificado da Produção Eficiente de Biocombustíveis concedido pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Foi atribuído à Companhia no âmbito da Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio), refletindo os compromissos assumidos pelo Brasil na Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2015 (COP21). Também em 2020, a Companhia realizou as suas primeiras negociações de CBios na B3.

Em agosto de 2020, a Companhia realizou uma cisão parcial de alguns ativos, visando a segregar parte dos ativos e dos passivos que compunham seu patrimônio, notadamente aqueles relacionados às atividades de produção de energia eólica. Em setembro de 2020, foi incorporada à Companhia a Origem Participações LTDA, detentora de 47,5% da *holding* FRROP Participações Societárias S/A que, por sua vez, controla a Pacífico Indústria e Comércio de Óleos e Proteínas Ltda. e a Oleoplan Rondônia. Para mais informações sobre essa reorganização societária, vide item 15.7 do Formulário de Referência, na página 792 deste Prospecto.

Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia

Nossos resultados operacionais, posição financeira e perspectivas de negócios são altamente dependentes dos preços das commodities, que estão sujeitos a significativa volatilidade e incerteza, e da oferta e demanda globalmente e no Brasil, portanto, nossos resultados podem flutuar substancialmente.

Nossos resultados dependem substancialmente dos preços das commodities. Nossos componentes de custo de produção mais significativos são a soja e o óleo de soja. Nossas receitas de vendas dependem especialmente dos preços do biodiesel e farelo de soja. Os preços do biodiesel são afetados por flutuações nos preços da soja e do óleo de soja, bem como pela relação de oferta e demanda de biodiesel nos leilões. Os preços das commodities, globalmente e no Brasil, têm sido historicamente cíclicos e sensíveis às mudanças nacionais e internacionais na oferta e demanda. Como resultado da volatilidade dos preços desses itens, nossos resultados podem flutuar substancialmente e podemos passar por períodos de queda nos preços de nossos produtos e aumento dos custos de nossas matérias-primas e insumos, o que pode afetar negativamente nossos resultados.

Flutuações nos preços da soja, farelo de soja, óleo de soja e biodiesel podem ocorrer por diversos motivos, incluindo fatores fora de nosso controle, tais como: (i) investimentos agrícolas, políticas governamentais (incluindo subsídios) e programas para o setor agrícola; (ii) área plantada de soja, produtividade e condições climáticas, principalmente nas regiões Norte, Sul e Centro-Oeste do Brasil; (iii) políticas de comércio interno e externo, incluindo o comércio global da China com relação a produtos agrícolas; (iv) variações nas taxas de câmbio, em particular do dólar norte-americano; (v) variação da demanda global ou nacional de soja, em especial da China; (vi) variações dos custos de energia, que impactam a produção de soja; (vii) flutuações nos valores e/ou na disponibilidade de fretes; (viii) medidas do governo brasileiro com relação às importações e exportações de soja e derivativos, incluindo tarifas internacionais; (ix) mudanças nas políticas governamentais em relação aos combustíveis renováveis, incluindo mudanças nas exigências de mistura do biodiesel; (x) variações nas capacidades de produção das indústrias de óleo de soja e biodiesel; (xi) a disponibilidade de produtos substitutos para o biodiesel e o farelo de soja que produzimos; e (xii) falta de disponibilidade de substitutos para uso em nosso processo produtivo.

Qualquer um dos fatores mencionados acima ou quaisquer outros fatores que não possamos prever podem causar flutuações nos preços da soja, óleo de soja e biodiesel, o que pode afetar adversamente nossos resultados.

A instabilidade da taxa de câmbio pode afetar adversamente a economia brasileira e a Companhia.

O real flutuou significativamente em relação ao dólar americano e outras moedas estrangeiras nas últimas décadas. O governo brasileiro utilizou no passado diferentes planos econômicos e regimes de taxa de câmbio, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas (durante as quais a frequência dos ajustes variou de diária a mensal), um sistema de taxa de câmbio flutuante, controles de câmbio e mercados de taxa de câmbio dupla. De tempos em tempos, ocorreram flutuações significativas na taxa de câmbio entre o real e o dólar americano e outras moedas.

Em 31 de dezembro de 2017, a taxa de venda do dólar americano era de R$ 3,308 para US$ 1,00. Em 2018 e 2019, o real se desvalorizou em relação ao dólar americano e a taxa de venda do dólar americano foi de R$ 3,8748 para US$ 1,00 em 31 de dezembro de 2018 e R$ 4,0307 para US$ 1,00 em 31 de dezembro de 2019, conforme divulgado pela Banco Central. Em 30 de setembro de 2020, a taxa de venda do dólar americano era de R$ 5,6407 para US$ 1,00, conforme informado pelo Banco Central, representando uma desvalorização de 39,9% do real em relação ao dólar americano em 2020 até o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020o.

Não podemos prever se o Banco Central ou o governo brasileiro continuarão a permitir que o real flutue livremente ou intervirão no mercado de câmbio retornando ao sistema de bandas cambiais ou de outra forma. Além disso, a legislação brasileira prevê que, sempre que houver um sério desequilíbrio na balança de pagamentos do Brasil ou razões substanciais para prever um sério desequilíbrio, restrições temporárias podem ser impostas às remessas de capital estrangeiro para o exterior.

A instabilidade da taxa de câmbio pode ter um efeito adverso relevante sobre a Companhia. O real pode se desvalorizar ou valorizar substancialmente em relação ao dólar americano e outras moedas estrangeiras, o que poderia criar pressões inflacionárias no Brasil por meio do aumento geral dos preços e causar aumentos nas taxas de juros. Essa desvalorização ou valorização pode afetar negativamente o crescimento da economia brasileira, geralmente restringir o acesso de emissores brasileiros, incluindo a Companhia, aos mercados de capitais internacionais e pode ter um efeito significativo em nossos resultados operacionais e condição financeira. A valorização do real em relação ao dólar americano e outras moedas estrangeiras também pode afetar negativamente as contas públicas do Brasil e o balanço de pagamentos, o que pode causar uma redução no crescimento econômico. Não podemos prever ou influenciar quaisquer políticas cambiais adotadas pelo governo brasileiro e podemos ser adversamente afetados por essas políticas.

A redefinição do papel da Petrobras no cenário de combustíveis nacional, em linha com o seu plano estratégico de desinvestimentos, pode impactar o atual modelo de comercialização de biodiesel e, consequentemente, afetar adversamente as atividades da Companhia.

Os leilões de biodiesel são baseados nas normas e diretrizes estabelecidas em âmbito legal, bem como infralegal pelo MME, CNPE e ANP, sendo realizada pela ANP, de acordo com as regras aplicáveis de seus respectivos editais, que são elaborados e publicados pela ANP. A operacionalização dos leilões é realizada pela Petrobras, agente da cadeia de combustíveis com participação de aproximadamente 99% do refino de derivados de petróleo em território nacional, e única adquirente de biodiesel no âmbito dos leilões.

O projeto de desinvestimento de parte das refinarias da Petrobras (RNEST, RLAM, REPAR, REFAP, REGAP, REMAN, LUBNOR, SIX e RPCC), previsto em seu Plano Estratégico 2020-2024, impactará significativamente o modelo de abastecimento de combustíveis no Brasil, e, consequentemente, todo o segmento de *downstream* no país, o qual compreende as atividades de refino, transporte, distribuição e comercialização dos produtos derivados de óleo e gás, até o consumidor final.

Nesse contexto, no âmbito dos estudos sobre a comercialização de biodiesel no país promovidos pelo Governo Federal, no escopo do programa Abastece Brasil (iniciativa do Ministério de Minas e Energia), que objetiva o desenvolvimento do mercado de combustíveis e a segurança do seu abastecimento, com foco na promoção da livre concorrência no setor), a Petrobras sinalizou oficialmente sua posição pela saída de sua participação no que tange ao suporte para a realização dos Leilões Públicos de Biodiesel (de responsabilidade da ANP, mas que contam com a Petrobras para sua efetiva operacionalização).

Como consequência, poderia haver uma eventual descontinuidade da realização de leilões, com permissão de aquisição de biodiesel pelos compradores diretamente das usinas. Uma mudança significativa no atual modelo de comercialização de biodiesel exigirá adaptações do modelo de negócios da Companhia, o que poderá ter um impacto negativo nas suas receitas.

As políticas e regulamentações governamentais que afetam os setores agrícola e de combustível e indústrias relacionadas podem afetar adversamente nossas operações e lucratividade.

A produção agrícola e os fluxos de comércio são significativamente afetados pelas políticas e regulamentações brasileiras federais, estaduais e municipais, bem como estrangeiras. As políticas governamentais que afetam a indústria agrícola, como impostos, tarifas, taxas, subsídios, requisitos regulatórios e restrições de importação e exportação de commodities agrícolas e produtos básicos, podem influenciar a lucratividade, o plantio de certas safras em relação a outras, o uso de recursos agrícolas, a localização e tamanho da produção agrícola, os níveis de comércio de commodities processadas e não processadas e o volume e tipos de importações e exportações.

Futuras políticas governamentais no Brasil e em outros lugares podem afetar adversamente o fornecimento, a demanda e os preços de nossos insumos ou produtos ou restringir nossa capacidade de fazer negócios em nossos mercados existentes e mercados alvo, o que pode afetar adversamente nosso desempenho financeiro.

O governo federal estabelece o percentual obrigatório de biodiesel na composição do diesel "B", comercializado em todo o território nacional. Além disso, o petróleo e seus derivados têm estado historicamente sujeitos a controles de preços no Brasil. Atualmente, não há legislação ou regulamentação em vigor que conceda ao governo brasileiro o poder de fixar os preços do petróleo, derivados do petróleo, diesel e biodiesel, mas não podemos garantir que isso continuará no futuro. Além disso, tendo em vista que a Petrobras, principal fornecedora de combustíveis derivados do petróleo no Brasil, é uma empresa controlada pelo governo, os preços do petróleo e seus derivados podem estar sujeitos à influência do governo, resultando em possíveis inconsistências entre os preços internacionais e os preços internos dos derivados de petróleo que, devido à correlação entre o preço do petróleo, gasolina e biodiesel, pode afetar nossos negócios e nossos resultados financeiros.

A perda ou a incapacidade da Companhia de obter ou manter quaisquer licenças ou autorizações necessárias à consecução de suas atividades pode afetar negativamente o seu negócio e seus resultados.

A Companhia atua em um setor regulado por diversos entes da administração pública, incluindo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ("MAPA"), a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis ("ANP") e demais órgãos ambientais competentes, o que lhe obriga a obter e manter determinadas licenças e autorizações para a produção e comercialização de seus produtos, dentre os quais destaca-se o Selo Combustível Social, que lhe confere determinados benefícios de natureza fiscal, bem como a preferência na participação em leilões de venda de biodiesel. O Selo de Combustível Social é um componente de identificação concedido pelo MAPA a cada unidade industrial do produtor de biodiesel, nos termos da Portaria Nº 144 de 2019 do MAPA ("Portaria 144/2019").

As autorizações para o exercício da atividade de produção de biocombustíveis e para operação das suas unidades produtoras são outorgadas pela ANP mediante a comprovação de atendimento aos critérios estabelecidos pela regulamentação aplicável, notadamente a Resolução ANP 734/2018. Para mais informações a respeito da regulamentação da ANP, vide item 7.5 do Formulário de Referência.

Além disso, as referidas autorizações poderão ser revogadas pela ANP, após conclusão de processo administrativo pertinente, caso o agente autorizado deixe de atender os requisitos estabelecidos pela norma.

A manutenção do Selo Combustível Social exige, entre outros, que a Companhia comprove anualmente, ou a qualquer tempo em razão de denúncia formalizada ao MAPA, o cumprimento dos critérios previstos na Portaria nº 144/2019 do MAPA, dentre as quais destacam-se o fornecimento de assistência técnica aos agricultores familiares, incluindo o acompanhamento e assessoria nos processos de plantio e colheita, bem como a comprovação de que determinado percentual de toda a matéria-prima adquirida para a produção do biodiesel foi produzida por agricultura familiar, nos termos da Portaria nº 144/2019 do MAPA.

No que se refere especificamente à participação em leilões de venda de biodiesel, organizados pela ANP, a Companhia deve confirmar a validade do Selo Combustível Social de sua titularidade, com validade de 5 anos a partir da data de sua emissão, cuja manutenção depende do cumprimento de determinadas obrigações impostas pelo MAPA, conforme indicado acima.

Além disso, considerando as atividades de produção de biodiesel exercidas pela Companhia, esta deverá observar os requisitos dispostos na Lei nº 11.116, de 18 de maio de 2005 ("Lei 11.116/05"), que exigem que a mesma obtenha registro especial, na Secretaria da Receita Federal do Ministério da Economia, de produtor ou importador de biodiesel. No entanto, o Registro Especial poderá ser cancelado, a qualquer tempo, pela Secretaria da Receita Federal se, após a sua concessão, ocorrer qualquer dos seguintes fatos: (i) desatendimento dos requisitos que condicionaram a sua concessão; (ii) cancelamento da autorização instituída pelo inciso XVI do art. 8º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, expedida pela ANP; (iii) não cumprimento de obrigação tributária principal ou acessória, relativa a tributo ou contribuição administrados pela Secretaria da Receita Federal; (iv) utilização indevida do coeficiente de redução diferenciado de que trata o § 1º do art. 5º da Lei 11.116/05; ou (v) prática de conluio ou fraude, como definidos na Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, ou de crime contra a ordem tributária, previsto na Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, ou de qualquer outra infração cuja tipificação decorra do descumprimento de normas reguladoras da produção, importação e comercialização de biodiesel, após decisão transitada em julgado.

Desta forma, Companhia está sujeita a fiscalizações e auditorias realizadas periodicamente por tais entidades, as quais visam a averiguar se a Companhia está em cumprimento com as obrigações estabelecidas na regulamentação aplicável. Caso seja constatado, no âmbito de tais fiscalizações, qualquer descumprimento às regras aplicáveis por parte da Companhia, as licenças e autorizações necessárias às atividades da Companhia, incluindo o Selo Combustível Social, após conclusão de processo administrativo, poderão ser revogadas ou suspensas, além de a Companhia estar sujeita a multas, inabilitação em leilões de venda de biodiesel e outras penalidades administrativas, o que poderá resultar em um efeito negativo nos resultados da Companhia.

Adicionalmente, a Companhia não pode assegurar que eventuais alterações na legislação e regulamentação não afetarão adversamente a produção e comercialização de seus produtos ou seus custos de observância. Qualquer falha da Companhia na obtenção ou manutenção de tais licenças e autorizações poderá fazer com que a Companhia seja impedida de produzir e/ou comercializar determinado produto, gerando, consequentemente, um impacto negativo em seus resultados.

Por fim, para o desempenho de nossas atividades, dependemos também de diferentes cadastros perante órgãos da Administração Pública federal, estadual e municipal e também de licenças, tais como, exemplificativamente, licenças emitidas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), licenças emitidas pelo Exército, Polícia Federal e Polícia Civil no que se refere a produtos químicos controlados, vigilância sanitária, entre outros (em conjunto "Licenças").

Por atuar em um setor sujeito à legislação e regulação extensivas e caracterizado pela necessidade de frequente interação com autoridades governamentais, de modo que alterações nas regulamentações aplicáveis às nossas atividades e produtos, atrasos dos órgãos governamentais na emissão de Licenças de nossos estabelecimentos e/ou produtos ou descumprimento alegado ou efetivo de referidas normas podem nos afetar de modo adverso e relevante. Estamos sujeitos, ainda, à fiscalização ou inspeção dessas entidades em nossos estabelecimentos para verificar o cumprimento das normas e regulamentações vigentes.

As Licenças possuem prazo de validade e devem ser renovadas de tempos em tempos, com ou sem o pagamento de taxas de renovação. A não obtenção ou a não renovação tempestiva das nossas Licenças poderá, caso a caso (1) resultar em autos de infração, (2) nos sujeitar ao pagamento de multas, (3) resultar na interdição ou fechamento de nossos estabelecimentos, (4) expor-nos a riscos adicionais no caso de um acidente de segurança e proteção, ou evento similar, afetar adversamente tal instalação enquanto uma licença estiver pendente; (5) resultar na aplicação de outras penalidades, tais como advertência e apreensão de produtos, de acordo com a legislação específica aplicável (federal, estadual e municipal); entre outros.

IDENTIFICAÇÃO DA COMPANHIA, DOS COORDENADORES DA OFERTA, DOS CONSULTORES E DOS AUDITORES

Para fins do disposto no Item 2 do Anexo III da Instrução CVM 400, esclarecimentos sobre a Companhia e a Oferta, bem como este Prospecto, poderão ser obtidos nos seguintes endereços:

Companhia

OLEOPLAN S.A. - ÓLEOS VEGETAIS PLANALTO
Rua Dom Pedro II, nº 723, Bairro Higienópolis
CEP 90.550-142, Porto Alegre, RS
At.: Angelo Muratore
Tel.: +55 (51) 3329-5555
www.ri.oleoplan.com.br

Acionista Vendedor

Rua Dom Pedro II, nº 723, Bairro Higienópolis
CEP 90.550-142, Porto Alegre, RS
Tel.: +55 (51) 3329-5555

Coordenadores da Oferta

Banco Itaú BBA S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.500, 1°, 2°, 3°, 4° e 5° andares
CEP 04538-132, São Paulo
At.: Sra. Renata Dominguez
Tel.: +55 (11) 3708-8000
www.itau.com.br

Banco BTG Pactual S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.477, 14º andar
CEP 04538-133, São Paulo, SP
At.: Sr. Fabio Nazari
Telefone: +55 (11) 3383-2000
Fax: +55 (11) 3383-2001
https://www.btgpactual.com

UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.440, 7º andar
CEP 04538-132, São Paulo SP
At.: João Auler
Telefone: (11) 2767-6542
http://www.ubs.com/br/

Banco ABC Brasil S.A.
Avenida Cidade Jardim, 803, 2º andar
CEP 01453-000, São Paulo, SP
At.: Bruno Bilate Sbano
Telefone: +55 (11) 3170-2000
https://www.abcbrasil.com.br/

XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Avenida Chedid Jafet, nº 75, Torre Sul, 30º andar
CEP 04551-065, São Paulo, SP
At.: Sr. Vitor Saraiva
Tel.: +55 (11) 4871-4277
http://www.xpi.com.br

Banco Bradesco BBI S.A.
Avenida Juscelino Kubitschek, 1309, 10º andar
CEP 04543-011, São Paulo, SP
At.: Claudia Mesquita
Tel.: +55 (11) 3847-5488
https://www.bradescobbi.com.br

Citigroup Global Markets Brasil, Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Avenida Paulista 1111, 14º andar (parte)
CEP 01311-920 São Paulo, SP
At.: Sr. Marcelo Millen
Tel.: +55 4009-2073
https://corporateportal.brazil.citibank.com

Auditores Independentes

KPMG Auditores Independentes
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
www.kpmg.com.br

Consultor Legal Local dos Coordenadores da Oferta

Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr e Quiroga Advogados
Alameda Joaquim Eugênio de Lima, 447
CEP 01403-001, São Paulo - SP
At.: Sr. Jean Arakawa
Tel.: +55 (11) 3147-2821
www.mattosfilho.com.br

Consultor Legal Local da Companhia e do Acionista Vendedor

Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3144, Itaim Bibi,
CEP 01457-001, São Paulo - SP
At.: Sr. Gustavo Secaf Rebello
Tel.: +55 (11) 3150-7000
www.machadomeyer.com.br

Consultor Legal Intercional dos Coordenadores da Oferta

Davis Polk & Wardwell LLP
Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2.041, Torre E, CJ 17A
CEP 04543-011, São Paulo, SP
At.: Sr. Manuel Garciadiaz
Tel.: +55 (11) 4871-8400
www.davispolk.com

Consultor Legal Intercional da Companhia e do Acionista Vendedor

Milbank LLP
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 4100, 5º andar
CEP: 04542-138, São Paulo, SP
At.: Sra. Fabiana Sakai
Tel.: +55 (11) 3927-7781
www.milbank.com

Declaração de Veracidade das Informações

A Companhia, o Acionista Vendedor e o Coordenador Líder prestaram declarações de veracidade das informações, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, as quais se encontram anexas a este Prospecto Preliminar a partir da página 165.

SUMÁRIO DA OFERTA

O presente sumário não contém todas as informações que o potencial investidor deve considerar antes de investir nas Ações. O potencial investidor deve ler cuidadosa e atentamente todo este Prospecto, principalmente as informações contidas nas seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações", nas partir das páginas 23 e 103, respectivamente, deste Prospecto Preliminar e na seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto Preliminar, a partir da página 526 deste Prospecto Preliminar, e nas informações trimestrais e respectivas notas explicativas, anexas este Prospecto a partir da página 179, respectivamente, e as demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, anexas este Prospecto a partir da página 397, respectivamente, para melhor compreensão das atividades da Companhia e da Oferta, antes de tomar a decisão de investir nas Ações.

Ações	O montante de [•] ([•]) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia e [•] ([•]) ações de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista Vendedor, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravame.
Ações Adicionais	Montante de até [•] ([•]) ações ordinárias de titularidade do Acionista Vendedor correspondentes a até 20% (vinte por cento) do total de Ações inicialmente ofertado, que poderá ser acrescido à Oferta, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400.
Ações Suplementares	Montante de até [•] ([•]) ordinárias de titularidade do Acionista Vendedor correspondentes a até 15% (quinze por cento) do total de Ações inicialmente ofertado, que poderá ser acrescido à Oferta, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400.
Ações da Oferta do Segmento Private *Lock-up*	No contexto da Oferta Não Institucional, o montante de, no mínimo 1% do total das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), que será destinado à colocação pública para Investidores da Oferta do Segmento Private que realizarem seus investimentos de forma direta e que concordarem, em seus respectivos Pedidos de Reserva, com o *Lock-up* do Segmento Private.
Ações da Oferta do Segmento Private Sem *Lock-up*	No contexto da Oferta Não Institucional, o montante de, no mínimo 0,5% do total das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), que será destinado à colocação pública para Investidores da Oferta do Segmento Private que realizarem seus investimentos de forma direta e que não concordem, em seus respectivos Pedidos de Reserva, com o *Lock-up* do Segmento Private.
Ações da Oferta do Segmento Private	Ações da Oferta do Segmento Private *Lock-up* e Ações da Oferta do Segmento Private Sem *Lock-up*, considerados em conjunto.

Ações da Oferta de Varejo *Lock-up*	No contexto da Oferta Não Institucional, o montante de, no mínimo 8% do total das Ações será destinada à colocação pública para Investidores da Oferta de Varejo que realizarem seus investimentos de forma direta e que concordarem, em seus respectivos Pedidos de Reserva, com o *Lock-up* da Oferta de Varejo.
Ações da Oferta de Varejo Sem *Lock-up*	No contexto da Oferta Não Institucional, o montante de, no mínimo 2% do total das Ações será destinado à colocação publica para os Investidores da Oferta de Varejo Sem *Lock-up* que realizarem seus investimentos de forma direta e que não concordem, em seus respectivos Pedidos de Reserva, com o *Lock-up* da Oferta de Varejo.
Ações da Oferta de Varejo	Ações da Oferta de Varejo *Lock-up* e Ações da Oferta de Varejo Sem *Lock-up,* considerados em conjunto.
Opção de Ações Suplementares	Opção a ser outorgada pelo Acionista Vendedor ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Colocação, as quais serão destinadas, exclusivamente, para prestação de serviços de estabilização do preço das Ações. O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Colocação, inclusive, e por um período de até 30 (trinta) dias contados da data de início da negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, inclusive, de exercer a Opção de Ações Suplementares, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação, por escrito, aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das Ações seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta quando da fixação do Preço por Ação. Conforme disposto no Contrato de Colocação, as Ações Suplementares não serão objeto de Garantia Firme de Liquidação por parte dos Coordenadores da Oferta.
Agente Estabilizador	A XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Agentes de Colocação Internacional	Itau BBA USA Securities, Inc., XP Investments US, LLC, BTG Pactual US Capital, LLC, Bradesco Securities, Inc., UBS Securities LLC e Citigroup Global Markets Inc.
Anúncio de Encerramento	"*Anúncio de Encerramento da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Oleoplan S.A. Óleos Vegetais Planalto*", a ser disponibilizado imediatamente após a distribuição das Ações, limitado ao prazo máximo de 6 (seis) meses, contado a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início, com data máxima estimada para ocorrer em [•] de [•] de 2020, em conformidade com os artigos 18 e 29 da Instrução CVM 400, e disponibilizado nos endereços indicados na seção "*Informações Sobre à Oferta – Informações Adicionais*", na página 77 deste Prospecto Preliminar, informando o resultado final da Oferta.

Anúncio de Início	"*Anúncio de Início da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Oleoplan S.A. Óleos Vegetais Planalto*", a ser disponibilizado na forma do artigo 52 e Anexo IV da Instrução CVM 400, nos endereços indicados na seção "*Informações Sobre à Oferta – Informações Adicionais*", na página 77 deste Prospecto Preliminar, informando acerca do início do Prazo de Distribuição.
Anúncio de Retificação	Anúncio a ser imediatamente disponibilizado, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400, nos endereços indicados na seção "*Informações sobre a Oferta – Informações Adicionais*", na página 77 deste Prospecto Preliminar: (i) na hipótese de ser verificada divergência relevante entre as informações constantes neste Prospecto e no Prospecto Definitivo; (ii) que altere substancialmente o risco assumido pelos Investidores Não Institucionais quando da sua decisão de investimento; e/ou (iii) seja verificada a revogação, suspensão, cancelamento ou qualquer modificação na Oferta. Para mais informações veja a seção "*Informações Sobre à Oferta – Suspensão, Modificação, Revogação ou Cancelamento da Oferta*", na página 71 deste Prospecto Preliminar.
Aprovações Societárias	A aprovação do protocolo do pedido de registro da Oferta perante a CVM e a efetiva realização da Oferta, e seus termos e condições, bem como a submissão do pedido de adesão da Companhia ao Novo Mercado, foram realizadas em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 14 de outubro de 2020, cuja ata foi arquivada na JUCISRS sob o nº 7381587, em 20 de outubro de 2020, e publicada no DOERS e no "Jornal do Comércio – Porto Alegre", em 19 de outubro de 2020. O novo Estatuto Social, adequado às regras do Regulamento do Novo Mercado, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 20 de outubro de 2020, cuja ata foi arquivada na JUCISRS sob o nº [•] em [•] de [•] de 2020, e publicada no DOERS e no "Jornal do Comércio – Porto Alegre", em [•] de [•] de 2020. O Preço por Ação e o efetivo aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado em seu Estatuto Social, serão aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada após a conclusão do Procedimento de Bookbuilding e antes da disponibilização do Anúncio de Início, cuja ata será devidamente registrada na JUCISRS, e publicada no "Jornal do Comércio – Porto Alegre" na data de disponibilização do Anúncio de Início e no DOERS no dia útil subsequente. Não será necessária qualquer aprovação societária em relação ao Acionista Vendedor para a participação na Oferta Secundária e para a fixação do Preço por Ação.

Atividade de Estabilização

O Agente Estabilizador, por intermédio da Corretora, após notificação aos Coordenadores da Oferta, poderá, a seu exclusivo critério, realizar operações bursáteis visando à estabilização do preço das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, dentro de até 30 (trinta) dias contados da data de início da negociação das Ações na B3, inclusive, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, o qual foi previamente submetido à análise e aprovação da CVM e da B3, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476, antes da disponibilização do Anúncio de Início.

Não existe obrigação por parte do Agente Estabilizador ou da Corretora de realizar operações bursáteis e, uma vez iniciadas, tais operações poderão ser descontinuadas e retomadas a qualquer momento, observadas as disposições do Contrato de Estabilização. Assim, o Agente Estabilizador e a Corretora poderão escolher livremente as datas em que realizarão as operações de compra e venda das Ações no âmbito das atividades de estabilização, não estando obrigados a realizá-las em todos os dias ou em qualquer data específica, podendo, inclusive, interrompê-las e retomá-las a qualquer momento, a seu exclusivo critério.

O Contrato de Estabilização estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto ao Agente Estabilizador e à CVM a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início nos endereços indicados na seção "*Informações Sobre à Oferta – Informações Adicionais*", na página 77 deste Prospecto Preliminar.

Aviso ao Mercado

Aviso disponibilizado em [•] de [•] de 2020, e a ser novamente disponibilizado em [•] de [•] de 2020, informando acerca de determinados termos e condições da Oferta, incluindo os relacionados ao recebimento de Pedidos de Reserva, em conformidade com o artigo 53 da Instrução CVM 400, nos endereços indicados na seção "*Informações Sobre à Oferta – Informações Adicionais*", a partir página 77 deste Prospecto Preliminar.

Capital Social

Na data deste Prospecto, o capital social da Companhia é de R$80.522.253,04 (oitenta, quinhentos e vinte e dois mil, duzentos e cinquenta e três reais e quatro centavos) totalmente subscrito e integralizado, representado por 19.095.387 (dezenove milhões, noventa e cinco mil, trezentas e oitenta e sete) ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames.

Carta-Convite

Carta disponibilizada pelo Coordenador Líder em [•] de [•] de 2020, para convidar a Instituições Consorciadas a participar da Oferta exclusivamente para efetuar esforços de colocação das Ações junto a Investidores Não Institucionais.

Contrato de Colocação	"Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação de Ações Ordinárias de Emissão da Oleoplan S.A. Óleos Vegetais Planalto" a ser celebrado pela Companhia, pelo Acionista Vendedor, pelos Coordenadores da Oferta e pela B3, na qualidade de interveniente anuente.
Contrato de Colocação Internacional	*Placement Facilitation Agreement*, a ser celebrado entre a Companhia, o Acionista Vendedor e os Agentes de Colocação Internacional, que dispõe sobre os termos e as condições aplicáveis aos esforços de colocação das Ações no exterior.
Contrato de Empréstimo	"*Instrumento Particular de Contrato de Empréstimo de Ações Ordinárias de Emissão da Oleoplan S.A. Óleos Vegetais Planalto*", celebrado entre os Doadores, o Agente Estabilizador, na qualidade de tomador, a Corretora e a Companhia na qualidade de interveniente anuente.
Contrato de Estabilização	"*Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço de Ações Ordinárias de Emissão da Oleoplan S.A. Óleos Vegetais Planalto*", a ser celebrado entre a Companhia, o Acionista Vendedor, o Agente Estabilizador, a Corretora e os demais Coordenadores da Oferta, estes últimos na qualidade de intervenientes anuentes, que rege os procedimentos para a realização de operações de estabilização de preços das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, o qual foi devidamente submetido à análise e aprovação da B3 e da CVM, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476.
Contrato de Participação no Novo Mercado	"*Contrato de Participação no Novo Mercado*", a ser celebrado entre a Companhia e a B3, por meio do qual a Companhia irá aderir às práticas diferenciadas de governança corporativa do Novo Mercado, o qual entrará em vigor na data de disponibilização do Anúncio de Início.
Contrato de Prestação de Serviços	"*Contrato de Prestação de Serviços da B3 – Oferta Pública de Ações – ICVM 400 (Primária e Secundária)*" a ser celebrado entre a Companhia, o Acionista Vendedor e a B3.
Coordenadores da Oferta	O Coordenador Líder, a XP, o BTG Pactual, o Bradesco BBI, o UBS BB, o Citi e o Banco ABC, considerados em conjunto.
Cronograma Estimado da Oferta	Veja a seção "*Informações Sobre à Oferta – Cronograma Estimado da Oferta*", na página 55 deste Prospecto Preliminar.
Data de Liquidação	Data da liquidação física e financeira da Oferta, que deverá ser realizada dentro do prazo de até 2 (dois) dias úteis, contados da data de disponibilização do Anúncio de Início, com a entrega das Ações (considerando as Ações Adicionais) aos respectivos investidores.
Data de Liquidação das Ações Suplementares	Data da liquidação física e financeira das Ações objeto da Opção de Ações Suplementares, que ocorrerá no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da(s) respectiva(s) data(s) de exercício da Opção de Ações Suplementares.

Destinação dos Recursos	Os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária serão destinados para: (i) aquisição de participação na FASA América Latina Participações Societárias S.A.; (ii) construção de duas novas indústrias produtoras de biodiesel que estarão localizadas nos estados de Rondônia e do Pará; (iii) construção de novos armazéns de recebimento de matéria prima; (iv) construção de duas plantas de refino de glicerina; (v) aumento de capacidade das plantas atuais; e (vi) capital de giro para as operações atuais da Companhia. Para mais informações sobre a destinação dos recursos, veja a seção "*Destinação dos Recursos*", na página 111 deste Prospecto Preliminar.
Direitos, Vantagens e Restrições das Ações	As Ações (considerando as Ações Adicionais) conferirão aos seus titulares os direitos e vantagens conforme descritos na seção "*Informações Sobre à Oferta – Direitos, Vantagens e Restrições das Ações*", na página 75 deste Prospecto e na seção "*18 Valores Mobiliários*" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, a partir da página 811 deste Prospecto Preliminar.
Distribuição Parcial	Não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400. Assim, caso não haja demanda para a subscrição[/aquisição] da totalidade das Ações incialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) por parte dos Investidores Não Institucionais e dos Investidores Institucionais até a data da conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos do Contrato de Colocação, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva e intenções de investimento automaticamente cancelados. Neste caso, os valores eventualmente depositados pelos Investidores Não Institucionais serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos, inclusive, em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados da data da disponibilização do comunicado de cancelamento da Oferta. **Para mais informações, veja a seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em subscrever/adquirir a totalidade das Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) no âmbito da Oferta*", a partir da página 107 deste Prospecto Preliminar**.

Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa	Fixação do Preço por Ação abaixo de 20% do preço inicialmente indicado, considerando um preço por Ação que seja o resultado da aplicação de 20% sobre o valor máximo da Faixa Indicativa, sendo que o valor resultante desta aplicação de 20% deverá ser descontado do valor mínimo da Faixa Indicativa, nos termos do artigo 4º do Anexo II do Código ANBIMA e do item 21 do Ofício-Circular CVM/SRE, hipótese em que o Investidor Não Institucional poderá desistir de seus Pedidos de Reserva, sem quaisquer ônus, nos termos descritos neste Prospecto Preliminar.
Faixa Indicativa	A faixa indicativa do Preço por Ação apresentada na capa deste Prospecto Preliminar. Estima-se que o preço de subscrição ou aquisição, conforme o caso, por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], podendo, no entanto, o Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa. Na hipótese de o Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, os Pedidos de Reserva serão normalmente considerados e processados, observadas as condições de eficácia indicadas neste Prospecto Preliminar, exceto no caso de um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, nos termos do artigo 4º do Anexo II do Código ANBIMA e do item 21 do Ofício-Circular CVM/SRE, hipótese em que o Investidor Não Institucional poderá desistir do seu Pedido de Reserva, conforme descrito neste Prospecto Preliminar.
Fatores de Risco	Para uma descrição de certos fatores de risco relacionados à Oferta e às Ações que devem ser considerados na tomada da decisão de investimento, os investidores devem ler as seções "*Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia*" e "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações*", a partir das páginas 23 e 103 deste Prospecto Preliminar, respectivamente, bem como os Fatores de Risco descritos no item "*4. Fatores de Risco*" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto Preliminar, a partir da página 526 deste Prospecto Preliminar, para ciência dos riscos que devem ser considerados antes de investir nas Ações.
Garantia Firme de Liquidação	Obrigação individual e não solidária dos Coordenadores da Oferta, observado o disposto no Contrato de Colocação, de integralizar/liquidar financeiramente as Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares) que tenham sido subscritas/adquiridas, porém não integralizadas/liquidadas, no Brasil, pelos seus respectivos investidores na Data de Liquidação, na proporção e até o limite individual de garantia firme de liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação. A Garantia Firme de Liquidação é vinculante a partir do momento em que for concluído o Procedimento de *Bookbuilding*, concedidos os registros da Oferta pela CVM, assinado o Contrato de Colocação e o Contrato de Colocação Internacional, disponibilizado o Prospecto Definitivo e disponibilizado o Anúncio de Início.

Caso as Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares) objeto de Garantia Firme de Liquidação efetivamente subscritas/adquiridas por investidores não sejam totalmente integralizadas/liquidadas por estes até a Data de Liquidação, cada Coordenador da Oferta, observado o disposto no Contrato de Colocação, subscreverá/adquirirá e integralizará/liquidará, na Data de Liquidação, pelo Preço por Ação, na proporção e até o limite individual da Garantia Firme de Liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, de forma individual e não solidária, a totalidade do saldo resultante da diferença entre (i) o número de Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares) objeto da Garantia Firme de Liquidação prestada pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação e multiplicado pelo Preço por Ação; e (ii) o número de Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares) objeto da Garantia Firme de Liquidação efetivamente subscritas/adquiridas, no Brasil, por investidores e por esses integralizadas/liquidadas no mercado, multiplicada pelo Preço por Ação.

Para os fins do disposto no item 5 do Anexo VI da Instrução CVM 400, em caso de exercício da Garantia Firme de Liquidação, caso os Coordenadores da Oferta, por si ou por suas afiliadas, nos termos do Contrato de Colocação, tenham interesse em vender tais Ações antes da disponibilização do Anúncio de Encerramento, o preço de venda dessas Ações será o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia, limitado ao Preço por Ação, sendo certo, entretanto, que as operações realizadas em decorrência das atividades de estabilização previstas na seção "*Informações Sobre à Oferta – Estabilização de Preço das Ações*", na página 74 deste Prospecto Preliminar, não estarão sujeitas a tais limites, devendo observar, entretanto, os termos e condições estabelecidos no Contrato de Estabilização.

Inadequação da Oferta

O investimento em ações representa um investimento de risco, pois é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir em ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive àqueles relacionados às Ações, à Companhia, ao setor em que atua, aos seus acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil, descritos neste Prospecto Preliminar e no Formulário de Referência, anexo a este Prospecto Preliminar, a partir da página 497 deste Prospecto Preliminar, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. O investimento em ações não é, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais. Ainda assim, não há qualquer classe ou categoria de investidor que esteja proibida por lei de subscrever ações ou, com relação à qual o investimento em ações seria, no entendimento da Companhia, do Acionista Vendedor e dos Coordenadores da Oferta, inadequado.

Instituições Consorciadas	Instituições consorciadas autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à B3, convidadas a participar da Oferta exclusivamente para efetuar esforços de colocação das Ações junto a Investidores Não Institucionais, e que tenham aderido à Oferta por meio da assinatura da Carta-Convite.
Instituições Participantes da Oferta	Coordenadores da Oferta e as Instituições Consorciadas, considerados em conjunto.
Instrumentos de *Lock-up*	Acordos de restrição à venda de Ações a serem assinados pela Companhia e cada um de seus Administradores, e o Acionista Vendedor.
Investidores Estrangeiros	Investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), residentes e domiciliados nos Estados Unidos, conforme definidos na *Rule* 144A do *Securities Act*, editada pela SEC; em operações isentas de registro nos Estados Unidos, em conformidade ao Securities Act e aos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*, bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos sobre títulos e valores mobiliários; e (ii) nos demais países, que não os Estados Unidos e o Brasil, para investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos ou não constituídos de acordo com as leis deste país (*non-U.S. persons*), nos termos do *Regulation S*, editado pela SEC, no âmbito do *Securities Act*, e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor; em ambos os casos (i) e (ii), em operações isentas de registro nos Estados Unidos, previstas no *Securities Act* e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*, bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos sobre títulos e valores mobiliários, desde que tais investidores estrangeiros invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo BACEN e/ou pela CVM, nos termos da Resolução 4.373, da Instrução CVM 560, ou da Lei 4.131, sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a SEC.

Investidores Institucionais	Investidores pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimento registrados na B3 e investidores que sejam considerados profissionais ou qualificados, nos termos da regulamentação da CVM, em qualquer caso, que não sejam considerados Investidores da Oferta Não Institucional, incluindo instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, companhias seguradoras, sociedades de capitalização, entidades abertas e fechadas de previdência complementar, fundos de investimento, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, condomínios destinados à aplicação em carteiras de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na B3 e Investidores Estrangeiros.
Investidores Não Institucionais	Investidores da Oferta do Segmento Private e Investidores da Oferta de Varejo, considerados em conjunto.
Investidores da Oferta do Segmento Private	Investidores pessoas físicas e jurídicas residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, e clubes de investimento registrados na B3, em todos os casos, que (i) sejam considerados investidores qualificados nos termos da regulamentação da CVM, (ii) que não sejam considerados Investidores da Oferta de Varejo, (iii) que realizem pedidos de investimento durante o Período de Reserva no âmbito da Oferta do Segmento Private.
Investidores da Oferta do Segmento Private *Lock-up*	Investidores da Oferta do Segmento Private que realizarem seus investimentos de forma direta e que concordarem, em seus respectivos Pedidos de Reserva, com o *Lock-up* do Segmento Private.
Investidores da Oferta do Segmento Private Sem *Lock-up*	Investidores da Oferta do Segmento Private que realizarem seus investimentos de forma direta e que não concordarem, em seus respectivos Pedidos de Reserva, com o *Lock-up* do Segmento Private.
Investidores da Oferta de Varejo	Investidores pessoas físicas e jurídicas residentes, domiciliados ou com sede no Brasil e clubes de investimento registrados na B3, que realizem pedidos de investimento durante o Período de Reserva no âmbito da Oferta de Varejo.
Investidores da Oferta de Varejo *Lock-up*	Investidores da Oferta de Varejo que realizarem seus investimentos de forma direta e que concordarem, em seus respectivos Pedidos de Reserva, com o *Lock-up* da Oferta de Varejo.

Investidores da Oferta de Varejo Sem *Lock-up*	Investidores da Oferta de Varejo que realizarem seus investimentos de forma direta e que não concordarem, em seus respectivos Pedidos de Reserva, com o *Lock-up* da Oferta de Varejo.
***Lock-up* do Segmento Private**	Os Investidores da Oferta do Segmento Private *Lock-up* não poderão, pelo prazo de 60 (sessenta) dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início, oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, Ações que adquirirem no âmbito da Oferta do Segmento Private *Lock-up*. Dessa forma, como condição para participação na Oferta do Segmento Private *Lock-up*, cada Investidores da Oferta do Segmento Private *Lock-up*, ao realizar seu Pedido de Reserva, estará autorizando seu agente de custódia na Central Depositária gerida pela B3 a depositar tais Ações para a carteira mantida pela Central Depositária gerida pela B3 exclusivamente para este fim. Em qualquer hipótese, tais Ações ficarão bloqueadas na Central Depositária gerida pela B3 até o encerramento do *Lock-up* do Segmento Private. Não obstante o *Lock-up* do Segmento Private, as Ações adquiridas no âmbito da Oferta do Segmento Private *Lock-up* poderão ser outorgadas em garantia da Câmara de Compensação e Liquidação da B3, caso as Ações venham a ser consideradas elegíveis para depósito de garantia, de acordo com os normativos da B3, independentemente das restrições mencionadas acima Neste caso, a Câmara de Compensação e Liquidação da B3 estará autorizada a desbloquear as Ações adquiridas no âmbito da Oferta do Segmento Private que foram depositadas em garantia para fins de excussão da garantia, nos termos dos normativos da B3. Para maiores informações, veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Os Investidores da Oferta do Segmento Private *Lock-up*, diante da impossibilidade da transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta, poderão incorrer em perdas em determinadas situações”, na página 109 deste Prospecto Preliminar.

***Lock-up* da Oferta de Varejo**	Os Investidores da Oferta de Varejo *Lock-up* não poderão, pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início, oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, Ações que adquirirem no âmbito da Oferta de Varejo *Lock-up*. Dessa forma, como condição para a participação na alocação prioritária da Oferta de Varejo *Lock-up*, cada Investidor Não Institucional da Oferta de Varejo *Lock-up*, ao realizar seu Pedido de Reserva, estará autorizando seu agente de custódia na Central Depositária gerida pela B3 a depositar tais Ações para a carteira mantida pela Central Depositária gerida pela B3 exclusivamente para este fim. Em qualquer hipótese, tais Ações ficarão bloqueadas na Central Depositária gerida pela B3 até o encerramento do *Lock-up* da Oferta de Varejo. Não obstante o *Lock-up* da Oferta de Varejo, as Ações adquiridas no âmbito da Oferta de Varejo poderão ser outorgadas em garantia da Câmara de Compensação e Liquidação da B3, caso as Ações venham a ser consideradas elegíveis para depósito de garantia, de acordo com os normativos da B3, independentemente das restrições mencionadas acima. Neste caso, a Câmara de Compensação e Liquidação da B3 estará autorizada a desbloquear as Ações adquiridas no âmbito da Oferta de Varejo que foram depositadas em garantia para fins de excussão da garantia, nos termos dos normativos da B3. Para maiores informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Os Investidores da Oferta de Varejo *Lock-up*, diante da impossibilidade da transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta, poderão incorrer em perdas em determinadas situações", na página 109 deste Prospecto Preliminar.
Negociação na B3	As Ações passarão a ser negociadas no Novo Mercado a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à disponibilização do Anúncio de Início sob o código "[•]".
Oferta	A Oferta Primária e a Oferta Secundária, consideradas em conjunto.
Oferta Primária	A oferta pública de distribuição primária de [•] novas Ações de emissão da Companhia.
Oferta Secundária	A oferta pública de distribuição secundária de, inicialmente, [•] Ações de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista Vendedor.
Oferta Institucional	Distribuição pública de Ações, no âmbito da Oferta, direcionada a Investidores Institucionais. Para mais informações veja a seção "*Informações Sobre à Oferta – Oferta Institucional*", na página 68 deste Prospecto Preliminar.

Offering Memoranda	O *Preliminary Offering Memorandum* e o *Final Offering Memorandum*, conforme definidos no Contrato de Colocação Internacional, considerados em conjunto.
Oferta do Segmento Private	Oferta aos Investidores da Oferta do Segmento Private, no montante de, no mínimo, 1,5% e, no máximo, 10% das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), a qual compreende a Oferta do Segmento Private *Lock-up* e a Oferta do Segmento Private Sem *Lock-up*.
Oferta do Segmento Private *Lock-up*	No contexto da Oferta do Segmento Private, a distribuição pública aos Investidores da Oferta do Segmento Private *Lock-up*, sendo certo que, caso haja demanda de Investidores da Oferta do Segmento Private *Lock-up* (i) de até 1% do total das Ações, tais pedidos serão atendidos, tendo alocação garantida; e (ii) superior a 1% do total das Ações, a alocação, respeitado o montante mínimo estabelecido no item (i), será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, do Acionista Vendedor e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, poderá haver rateio.
Oferta do Segmento Private Sem *Lock-up*	No contexto da Oferta do Segmento Private, a distribuição pública aos Investidores da Oferta do Segmento Private Sem *Lock-up*, sendo certo que, caso haja demanda de Investidores da Oferta do Segmento Private Sem *Lock-up* (i) de até 0,5% do total das Ações, tais pedidos serão atendidos, tendo alocação garantida; e (ii) superior a 0,5% do total das Ações, a alocação, respeitado o montante mínimo estabelecido no item (i), será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, do Acionista Vendedor e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, poderá haver rateio.
Oferta de Varejo	Oferta aos Investidores da Oferta de Varejo, no montante de, no mínimo, 10% e, no máximo, 20% das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), a qual compreende a Oferta de Varejo *Lock-up* e a Oferta de Varejo Sem *Lock-up*.
Oferta de Varejo *Lock-up*	No contexto da Oferta de Varejo, a distribuição pública aos Investidores da Oferta de Varejo *Lock-up*, sendo certo que, caso haja demanda de Investidores da Oferta de Varejo *Lock-up* de (i) de até 8% do total das Ações, tais pedidos serão atendidos, tendo alocação garantida; e (ii) superior a 8% do total das Ações, a alocação, respeitado o montante mínimo estabelecido no item (i), será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, do Acionista Vendedor e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, poderá haver rateio.

Oferta de Varejo Sem *Lock-up*	No contexto da Oferta de Varejo, a distribuição pública aos Investidores da Oferta de Varejo Sem *Lock-up*, sendo certo que, caso haja demanda de Investidores da Oferta de Varejo Sem *Lock-up* de (i) de até 2% do total das Ações, tais pedidos serão atendidos, tendo alocação garantida; e (ii) superior a 2% do total das Ações, a alocação, respeitado o montante mínimo estabelecido no item (i), será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, do Acionista Vendedor e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, poderá haver rateio.
Oferta Não Institucional	Distribuição pública de Ações, no âmbito da Oferta, direcionada prioritariamente à colocação pública junto a Investidores Não Institucionais que tenham realizado Pedido de Reserva dentro do Período de Reserva, a qual compreende: (a) a Oferta de Varejo; e (b) a Oferta do Segmento Private. Para mais informações veja a seção "*Informações Sobre à Oferta – Oferta Não Institucional*", a partir da página 59 deste Prospecto Preliminar.
Pedido de Reserva ou Pedidos de Reserva	Período compreendido entre [•] de [•] de [•], inclusive, e [•] de [•] de [•], inclusive, para formulação de Pedido de Reserva pelos Investidores Não Institucionais.
Período de Colocação	Prazo de até 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início, para que as Instituições Participantes da Oferta efetuem a colocação das Ações.
Período de Reserva	Período compreendido entre [•] de [•] de 2020, inclusive, e [•] de [•] de 2020, inclusive, para formulação de Pedido de Reserva pelos Investidores Não Institucionais.
Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	Período compreendido entre [•] de [•] de [•], inclusive, e [•] de [•] de [•], inclusive, data esta que antecede em pelo menos 7 (sete) dias úteis a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, destinado à formulação de Pedido de Reserva pelos Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas.
Período de *Lock-up*	Período de [•] ([•]) dias contados da data de disponibilização do Anúncio de Início.

Pessoas Vinculadas	Investidores que sejam, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400 e do artigo 1º, inciso VI, da Instrução CVM 505, conforme alterada: (i) controladores ou administradores da Companhia e do Acionista Vendedor ou outras pessoas vinculadas à Oferta, bem como seus cônjuges ou companheiros, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o segundo grau; (ii) controladores ou administradores das Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional; (iii) empregados, operadores e demais prepostos das Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional diretamente envolvidos na estruturação da Oferta; (iv) agentes autônomos que prestem serviços às Instituições Participantes da Oferta e/ou aos Agentes de Colocação Internacional, desde que diretamente envolvidos na Oferta; (v) demais profissionais que mantenham, com as Instituições Participantes da Oferta e/ou com os Agentes de Colocação Internacional, contrato de prestação de serviços diretamente relacionados à atividade de intermediação ou de suporte operacional no âmbito da Oferta; (vi) sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelas Instituições Participantes da Oferta e/ou pelos Agentes de Colocação Internacional, desde que diretamente envolvidos na Oferta; (vii) sociedades controladas, direta ou indiretamente, por pessoas vinculadas às Instituições Participantes da Oferta e/ou aos Agentes de Colocação Internacional, desde que diretamente envolvidos na Oferta; (viii) cônjuge ou companheiro e filhos menores das pessoas mencionadas nos itens (ii) a (v) acima; e (ix) clubes e fundos de investimento cuja maioria das cotas pertença a pessoas vinculadas, salvo se geridos discricionariamente por terceiros que não sejam pessoas vinculadas.
Plano de Distribuição	Plano de distribuição das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares) elaborado pelos Coordenadores da Oferta, com a expressa anuência da Companhia, nos termos do artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do Regulamento do Novo Mercado, no que diz respeito ao esforço de dispersão acionária, o qual levará em conta a criação de uma base acionária diversificada de acionistas e relações da Companhia, do Acionista Vendedor e dos Coordenadores da Oferta com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica da Companhia, do Acionista Vendedor e dos Coordenadores da Oferta, observado que os Coordenadores da Oferta assegurarão: (i) a adequação do investimento ao perfil de risco de seus clientes, em conformidade com a Instrução CVM 539; (ii) o tratamento justo e equitativo a todos os investidores, em conformidade com o artigo 21 da Instrução CVM 400; e (iii) o recebimento prévio, pelas Instituições Participantes da Oferta, dos exemplares dos Prospectos para leitura obrigatória, de modo que suas eventuais dúvidas possam ser esclarecidas por pessoa designada pelo Coordenador Líder.

Prazo de Distribuição	Prazo para a distribuição das Ações que terá início na data de disponibilização do Anúncio de Início, com data estimada para ocorrer em [•] de [•] de 2020, nos termos do artigo 52 e 54-A da Instrução CVM 400, e será encerrado na data de disponibilização Anúncio de Encerramento, limitado ao prazo máximo de 6 (seis) meses, contado a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início, com data máxima estimada para ocorrer em [•] de [•] de 2020, em conformidade com os artigos 18 e 29 da Instrução CVM 400.
Preço por Ação	Estima-se que o Preço por Ação estará situado na Faixa Indicativa, podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo dessa Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa. O Preço por Ação será fixado após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e terá como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade de demanda (por volume e preço) por Ação, coletadas junto a Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding*. A escolha do critério de determinação do Preço por Ação é justificada na medida que o preço de mercado das Ações a serem subscritas[/adquiridas] será aferido de acordo com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento no contexto da Oferta e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações. Os Investidores Não Institucionais não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão do processo de determinação do Preço por Ação. **Os Investidores Não Institucionais que aderirem à Oferta Não Institucional não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão do processo de determinação do Preço por Ação**.
Procedimento de *Bookbuilding*	Procedimento de coleta de intenções de investimento a ser realizado com Investidores Institucionais pelos Coordenadores da Oferta, no Brasil, e pelos Agentes de Colocação Internacional, no exterior, conforme previsto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400. Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, mediante a coleta de intenções de investimento, até o limite máximo de 20% das Ações da Oferta. Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) das Ações da Oferta, não será permitida a colocação, pelos Coordenadores da Oferta, de Ações junto a Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as intenções de investimento realizadas por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas.

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente na formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá reduzir a liquidez das Ações no mercado secundário. Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A participação de Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá afetar adversamente na formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá resultar na redução da liquidez das Ações no mercado secundário" deste Prospecto.

A vedação de colocação disposta no artigo 55 da Instrução CVM 400 não se aplica às instituições financeiras contratadas como formador de mercado, conforme previsto no parágrafo único do artigo 55. Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as Ações como referência são permitidas na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas no âmbito da Oferta para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400, desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas.

Prospecto Definitivo

O "*Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão Oleoplan S.A. Óleos Vegetais Planalto*", incluindo o Formulário de Referência a ele anexo, bem como seus demais anexos.

Prospecto ou Prospecto Preliminar

Este "*Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Oleoplan S.A. Óleos Vegetais Planalto*", incluindo o Formulário de Referência a ele anexo, bem como seus demais anexos.

Prospectos

Prospecto Definitivo e este Prospecto, considerados em conjunto.

Público Alvo da Oferta

Os Investidores Não Institucionais e os Investidores Institucionais, considerandos em conjunto.

Rateio Oferta do Segmento Private *Lock-up*	Caso o total de Ações da Oferta do Segmento Private *Lock-up* objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores da Oferta do Segmento Private *Lock-up* (a) seja igual ou inferior ao montante mínimo de Ações da Oferta do Segmento Private *Lock-up*, não haverá rateio, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores da Oferta do Segmento Private *Lock-up*, de modo que as Ações remanescentes, se houver, poderão, a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, do Acionista Vendedor e dos Coordenadores da Oferta, ser destinadas aos investidores da Oferta do Segmento Private Sem *Lock-up* ou aos Investidores Institucionais, observado os limites previstos no âmbito da Oferta do Segmento Private; ou (b) exceda o montante total de Ações da Oferta do Segmento Private *Lock-up*, será realizado rateio proporcional ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações.
Rateio Oferta Private Sem *Lock-up*	Caso o total de Ações da Oferta do Segmento Private Sem *Lock-up* objeto dos Pedidos de Reserva realizados por investidores da Oferta do Segmento Private Sem *Lock-up* (a) seja igual ou inferior ao montante mínimo de Ações da Oferta do Segmento Private Sem *Lock-up*, não haverá rateio, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por investidores da Oferta do Segmento Private Sem *Lock-up*, de modo que as Ações da Oferta de Varejo Sem *Lock-up* remanescentes, se houver, poderão, a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, do Acionista Vendedor e dos Coordenadores da Oferta, ser destinadas aos Investidores da Oferta do Segmento Private *Lock-up* ou aos Investidores Institucionais, observado os limites previstos no âmbito da Oferta do Segmento Private; ou (b) exceda o total máximo de Ações da Oferta do Segmento Private Sem *Lock-up*, será realizado rateio proporcional ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações.
Rateio Oferta de Varejo *Lock-up*	Caso o total de Ações da Oferta de Varejo *Lock-up* objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores da Oferta de Varejo *Lock-up* (a) seja igual ou inferior ao montante mínimo de Ações da Oferta de Varejo *Lock-up*, não haverá rateio, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores da Oferta de Varejo *Lock-up*, de modo que as Ações da Oferta de Varejo *Lock-up* remanescentes, se houver, poderão, a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, do Acionista Vendedor e dos Coordenadores da Oferta, ser destinadas aos Investidores da Oferta de Varejo Sem *Lock-up* ou aos Investidores Institucionais, observado os limites previstos no âmbito da Oferta de Varejo; ou (b) exceda o total máximo de Ações da Oferta de Varejo *Lock-up*, será realizado rateio proporcional ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações.

Rateio Investidores da Oferta de Varejo Sem *Lock-up*	Caso o total de Ações da Oferta de Varejo Sem *Lock-up* objeto dos Pedidos de Reserva de Investidores da Oferta de Varejo Sem *Lock-up* (a) seja igual ou inferior ao montante mínimo de Ações da Oferta de Varejo Sem *Lock-up*, não haverá rateio, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores da Oferta de Varejo Sem *Lock-up*, de modo que as Ações da Oferta de Varejo Sem *Lock-up* remanescentes, se houver, poderão, a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, do Acionista Vendedor e dos Coordenadores da Oferta, ser destinadas aos Investidores da Oferta de Varejo Sem *Lock-up* ou aos Investidores Institucionais, observado os limites previstos no âmbito da Oferta de Varejo; ou (b) exceda o total máximo de Ações da Oferta de Varejo Sem *Lock-up*, será realizado rateio proporcional ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações.
Registro da Oferta	O pedido de registro da Oferta foi protocolado pela Companhia, pelo Acionista Vendedor e pelo Coordenador Líder perante a CVM em 21 de outubro de 2020, estando a presente Oferta sujeita a prévia aprovação e registro da CVM. Mais informações sobre a Oferta poderão ser obtidas junto às Instituições Participantes da Oferta, nos endereços indicados na seção "*Informações Sobre à Oferta – Informações Adicionais*", na página 77 deste Prospecto.
Resolução de Conflitos	A Companhia, seus acionistas e Administradores, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma do Regulamento da Câmara de Arbitragem, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, Administradores, e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei 6.385, de 07 de dezembro de 1976, conforme alterada, na Lei das Sociedades por Ações, neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo CMN, BACEN e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.
Restrição à Venda de Ações (*Lock-up*)	[**Nota MF**: A ser atualizado conforme o PFA.] [A Companhia e cada um de seus Administradores, e o Acionista Vendedor se comprometerão, perante os Coordenadores da Oferta, a celebrar Instrumentos de *Lock-up*, por meio dos quais, observadas as exceções previstas no Contrato de Colocação, concordarão em não emitir, oferecer, vender, contratar a venda, empenhar, emprestar, dar em garantia, conceder qualquer opção de compra, realizar qualquer venda a descoberto ou de outra forma onerar ou dispor, direta ou indiretamente, pelo Período de *Lock-up*, quaisquer Ações de que sejam titulares imediatamente após a Oferta, ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por, ou que representem um direito de receber Ações, ou que admitam pagamento mediante entrega de Ações, bem como derivativos nelas lastreados.]

	As vedações listadas acima não se aplicam nas hipóteses de transferências das Ações pela Companhia: (i) decorrentes da venda de Ações decorrentes do Contrato de Distribuição e do Contrato de Colocação Internacional (incluindo Ações Suplementares); (ii) decorrentes de doações, desde que anteriormente a referida doação, o beneficiário da doação concorde por escrito a estar sujeito pelos termos dos Instrumentos de *Lock-up* e confirme estar de acordo com seus termos; (iii) para qualquer Afiliadas da Companhia, desde que o beneficiário da transferência confirme estar de acordo com os termos aqui estabelecidos; (iv) ao empréstimo a qualquer dos Coordenadores da Oferta ou a entidade indicada por tais Coordenadores da Oferta para fins de estabilização das Ações; e (v) decorrentes de operações em mercado, desde que em tais operações não precisem ser reportadas, nos termos do Contrato de Colocação e/ou do Contrato de Colocação Internacional.] A venda ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial das Ações poderá prejudicar o valor de negociação das Ações. **Para mais informações, veja a seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A venda, ou a percepção de potencial venda, de quantidades significativas das Ações, após a conclusão da Oferta e o do Período de Lock-up, poderá afetar negativamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário ou a percepção dos investidores sobre a Companhia*", na página 105 deste Prospecto Preliminar**.
Termo de Adesão	"*Termo de Adesão ao Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação de Ações Ordinárias de Emissão da Oleoplan S.A. Óleos Vegetais Planalto*", a ser celebrado pelos Coordenadores da Oferta e pelas Instituições Consorciadas, representadas pela B3.
Valor Mínimo de Pedido de Investimento na Oferta de Varejo	O valor mínimo de pedido de investimento, em valor igual ou superior a R$3.000,00 por Investidor da Oferta de Varejo.
Valor Máximo de Pedido de Investimento na Oferta de Varejo	O valor máximo de pedido de investimento, em valor igual ou inferior R$1.000.000,00 por Investidor da Oferta de Varejo.
Valor Mínimo de Pedido de Investimento na Oferta do Segmento Private	O valor mínimo de pedido de investimento, em valor superior a R$1.000.000,00 por Investidor da Oferta do Segmento Private.
Valor Máximo de Pedido de Investimento na Oferta do Segmento Private	O valor máximo de pedido de investimento, em valor igual ou inferior a R$10.000.000,00 por Investidor da Oferta do Segmento Private.
Valor Total da Oferta	R$[•] ([•] reais), considerando o Preço por Ação (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares). R$[•] ([•] reais), considerando o Preço por Ação (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares).

INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA

Composição do Capital Social

Na data deste Prospecto, o capital social da Companhia é de R$80.522.253,04 (oitenta, quinhentos e vinte e dois mil, duzentos e cinquenta e três reais e quatro centavos) totalmente subscrito e integralizado, representado por 19.095.387 (dezenove milhões, noventa e cinco mil, trezentas e oitenta e sete) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames.

Nos termos do Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar o capital social mediante deliberação do Conselho de Administração e independente de reforma estatutária, até o limite de 100.000.000 (cem milhões) ações ordinárias por deliberação do Conselho de Administração, que fixará o preço e a quantidade de Ações a serem emitidas, bem como demais condições de subscrição integralização dentro do capital autorizado, assim como a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia.

O quadro abaixo indica a composição do capital social da Companhia, integralmente subscrito e integralizado, na data deste Prospecto e a previsão após a conclusão da Oferta:

Na hipótese de colocação total das Ações, sem considerar as Ações Suplementares e sem considerar as Ações Adicionais:

	Subscrito/Integralizado			
	Composição Atual		Composição Após a Oferta, sem considerar as Ações Suplementares e sem considerar as Ações Adicionais	
Espécie e Classe de Ações	**Quantidade**	**Valor**	**Quantidade**	**Valor[1]**
		(R$)		*(R$)*
Ordinárias.....	[•]	[•]	[•]	[•]
Total.....	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Considerando o Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa indicativa e sem dedução de comissões e despesas.

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando as Ações Suplementares e sem considerar as Ações Adicionais:

	Subscrito/Integralizado			
	Composição Atual		Composição Após a Oferta, considerando as Ações Suplementares, mas sem considerar as Ações Adicionais	
Espécie e Classe de Ações	**Quantidade**	**Valor**	**Quantidade**	**Valor[1]**
		(R$)		*(R$)*
Ordinárias.....	[•]	[•]	[•]	[•]
Total.....	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Considerando o Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa indicativa e sem dedução de comissões e despesas.

Na hipótese de colocação total das Ações, sem considerar as Ações Suplementares e considerando as Ações Adicionais:

	Subscrito/Integralizado			
	Composição Atual		Composição Após a Oferta, sem considerar as Ações Suplementares, mas considerando as Ações Adicionais	
Espécie e Classe de Ações	**Quantidade**	**Valor**	**Quantidade**	**Valor[1]**
		(R$)		*(R$)*
Ordinárias.....	[•]	[•]	[•]	[•]
Total.....	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Considerando o Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa indicativa e sem dedução de comissões e despesas.

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando as Ações Suplementares e considerando as Ações Adicionais:

	Subscrito/Integralizado			
	Composição Atual		Composição Após a Oferta, considerando as Ações Suplementares e as Ações Adicionais	
Espécie e Classe de Ações	**Quantidade**	**Valor**	**Quantidade**	**Valor[1]**
		(R$)		*(R$)*
Ordinárias	[•]	[•]	[•]	[•]
Total	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Considerando o Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa indicativa e sem dedução de comissões e despesas.

Tendo em vista que a colocação integral das Ações Adicionais e das Ações Suplementares serão efetivados apenas no âmbito da Oferta Secundária, ou seja, apenas pelo Acionista Vendedor, o quadro acima, independentemente da colocação integral das Ações Adicionais e das Ações Suplementares, não resultará em alteração do capital social da Companhia e, para tanto, não é necessária a apresentação de cenários alternativos.

Principais Acionistas e Administradores

Os quadros abaixo indicam a quantidade de Ações detidas por acionistas titulares de 5% ou mais de Ações, pelos membros Administração, na data deste Prospecto e a previsão para após a conclusão da Oferta.

Na hipótese de colocação total das Ações inicialmente ofertadas, sem considerar a colocação integral das Ações Adicionais e das Ações Suplementares:

	Composição Atual		Composição Após à Oferta	
Acionistas	**Ações Ordinárias**	**%**	**Ações Ordinárias**	**%**
Irineu Boff	[•]	[•]	[•]	[•]
IMGC	[•]	[•]		
Administradores[1]	[•]	[•]	[•]	[•]
Ações em Tesouraria	-	-	[•]	[•]
Ações em circulação	-	-	[•]	[•]
Total	**[•]**	**100**	**[•]**	**[•]**

(1) Considerando que o Acionista Vendedor também é administrador da Companhia. Para mais informações veja o item "*12.5 / 12.6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscaldetentores*" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto a partir da página 746 deste Prospecto Preliminar.

Na hipótese de colocação total das Ações inicialmente ofertadas, considerando a colocação integral das Ações Adicionais e sem considerar a colocação integral das Ações Suplementares:

	Composição Atual		Composição Após à Oferta	
Acionistas	**Ações Ordinárias**	**%**	**Ações Ordinárias**	**%**
Irineu Boff	[•]	[•]	[•]	[•]
IMGC	[•]	[•]		
Administradores[1]	[•]	[•]	[•]	[•]
Ações em Tesouraria	-	-	[•]	[•]
Ações em circulação	-	-	[•]	[•]
Total	**[•]**	**100**	**[•]**	**[•]**

(1) Considerando que o Acionista Vendedor também é administrador da Companhia. Para mais informações veja o item "*12.5 / 12.6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscaldetentores*" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto a partir da página 746 deste Prospecto Preliminar.

Na hipótese de colocação total das Ações inicialmente ofertadas, sem considerar a colocação integral das Ações Adicionais e considerando a colocação integral das Ações Suplementares:

	Composição Atual		Composição Após à Oferta	
Acionistas	**Ações Ordinárias**	**%**	**Ações Ordinárias**	**%**
Irineu Boff	[•]	[•]	[•]	[•]
IMGC	[•]	[•]		
Administradores[1]	[•]	[•]	[•]	[•]
Ações em Tesouraria	-	-	[•]	[•]
Ações em circulação	-	-	[•]	[•]
Total	**[•]**	**100**	**[•]**	**[•]**

(1) Considerando que o Acionista Vendedor também é administrador da Companhia. Para mais informações veja o item "*12.5 / 12.6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscaldetentores*" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto a partir da página 746 deste Prospecto Preliminar.

Na hipótese de colocação total das Ações inicialmente ofertadas, considerando a colocação integral das Ações Adicionais e das Ações Suplementares:

	Composição Atual		Composição Após à Oferta	
Acionistas	**Ações Ordinárias**	**%**	**Ações Ordinárias**	**%**
Irineu Boff	[•]	[•]	[•]	[•]
IMGC	[•]	[•]		
Administradores[1]	[•]	[•]	[•]	[•]
Ações em Tesouraria	-	-	[•]	[•]
Ações em circulação	-	-	[•]	[•]
Total	**[•]**	**100**	**[•]**	**[•]**

(1) Considerando que o Acionista Vendedor também é administrador da Companhia. Para mais informações veja o item "12.5 / 12.6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscaldetentores" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto a partir da página 746 deste Prospecto Preliminar.

Identificação do Acionista Vendedor

Segue abaixo descrição do Acionista Vendedor:

IRINEU BOFF, brasileiro, divorciado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG n° 3013111384, expedida pelo DIC/RS, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia sob o n° 006.642.780-00, com endereço comercial na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, na Rua Dom Pedro II, n° 723, Higienópolis, CEP 90550-142**.**

Para informações adicionais, os investidores devem ler o item "15. Controle" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto a partir da página 786 deste Prospecto.

Características Gerais da Oferta

Descrição da Oferta

A Oferta consistirá na distribuição pública: (i) primária de [•] ([•]) novas Ações a serem emitidas pela Companhia; e (ii) secundária de, inicialmente, de [•] ([•]) Ações de titularidade do Acionista Vendedor, a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, com o Ofício-Circular CVM/SRE, com o Código ANBIMA, bem como com as demais disposições aplicáveis, incluindo os esforços de dispersão acionária previstos no Regulamento do Novo Mercado da B3, sob a coordenação dos Coordenadores da Oferta e com a participação de determinadas Instituições Consorciadas.

Simultaneamente, serão realizados esforços de colocação das Ações no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, em conformidade com o Contrato de Colocação Internacional (conforme definido no item 4): (i) nos Estados Unidos, exclusivamente para investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), residentes e domiciliados nos Estados Unidos, conforme definidos na *Rule* 144A do *Securities Act*, editada pela SEC; em operações isentas de registro nos Estados Unidos, em conformidade ao Securities Act e aos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*, bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos sobre títulos e valores mobiliários; e (ii) nos demais países, que não os Estados Unidos e o Brasil, para investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos ou não constituídos de acordo com as leis deste país (*non-U.S. persons*), nos termos do *Regulation S*, editado pela SEC, no âmbito do *Securities Act*, e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor; em ambos os casos (i) e (ii), em operações isentas de registro nos Estados Unidos, previstas no *Securities Act* e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*, bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos sobre títulos e valores mobiliários, desde que tais investidores estrangeiros invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo BACEN e/ou pela CVM, nos termos da Resolução 4.373, da Instrução CVM 560, ou da Lei 4.131, sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a SEC. Os esforços de colocação das Ações junto a Investidores Estrangeiros, exclusivamente no exterior, foram realizados nos termos do Contrato de Colocação Internacional.

Exceto pelos registros da Oferta a serem concedidos pela CVM para a realização da Oferta no Brasil em conformidade com os procedimentos previstos na Instrução CVM 400, a Companhia, o Acionista Vendedor, os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional não realizarão nenhum registro da Oferta ou das Ações na SEC dos Estados Unidos e nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país. As Ações não poderão ser ofertadas ou subscritas nos Estados Unidos ou a pessoas consideradas *U.S. persons*, conforme definido no *Regulation S*, exceto se registradas na SEC ou de acordo com uma isenção de registro nos termos do *Securities Act*.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data da disponibilização do Anúncio de Início, a quantidade total de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Suplementares, conforme abaixo definido) poderá, a critério do Acionista Vendedor, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20% (vinte por cento) do total de Ações inicialmente ofertado, ou seja, em até [•] ([•]) ações ordinárias de titularidade do Acionista Vendedor, na proporção indicada neste Prospecto Preliminar, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas.

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade total de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais) poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15% (quinze por cento) do total de Ações inicialmente ofertado, ou seja, em até [•] ([•]) ações ordinárias de titularidade do Acionista Vendedor, na proporção indicada neste Prospecto Preliminar, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, conforme opção a ser outorgada pelo Acionista Vendedor ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Colocação, as quais serão destinadas, exclusivamente, para prestação de serviços de estabilização do preço das Ações. O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Colocação, inclusive, e por um período de até 30 (trinta) dias contados da data de início de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, inclusive, de exercer a Opção de Ações Suplementares, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação, por escrito, aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das Ações seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta quando da fixação do Preço por Ação. Conforme disposto no Contrato de Colocação, as Ações Suplementares não serão objeto de Garantia Firme de Liquidação por parte dos Coordenadores da Oferta.

Aprovações Societárias

A aprovação do protocolo do pedido de registro da Oferta perante a CVM e a efetiva realização da Oferta, e seus termos e condições, bem como a submissão do pedido de adesão da Companhia ao Novo Mercado, foram realizadas em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 14 de outubro de 2020, cuja ata foi arquivada na JUCISRS sob o nº 7381587, em 20 de outubro de 2020, e publicada no DOERS e no "Jornal do Comércio – Porto Alegre", em 19 de outubro de 2020. O novo Estatuto Social, adequado às regras do Regulamento do Novo Mercado, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 20 de outubro de 2020, cuja ata foi arquivada na JUCISRS sob o nº [•] em [•] de [•] de 2020, e publicada no DOERS e no "Jornal do Comércio – Porto Alegre", em [•] de [•] de 2020.

O Preço por Ação e o efetivo aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado em seu Estatuto Social, serão aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e antes da disponibilização do Anúncio de Início, cuja ata será devidamente registrada na JUCISRS, e publicada no "Jornal do Comércio – Porto Alegre" na data de disponibilização do Anúncio de Início e no DOERS no dia útil subsequente.

Não será necessária qualquer aprovação societária em relação ao Acionista Vendedor para a participação na Oferta Secundária e para a fixação do Preço por Ação.

Preço por Ação

Estima-se que o Preço por Ação estará situado na Faixa Indicativa, podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa. **Na hipótese de o Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, os Pedidos de Reserva serão normalmente considerados e processados, observadas as condições de eficácia indicadas neste Prospecto Preliminar, exceto no caso de um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, nos termos do artigo 4º do Anexo II do Código ANBIMA e do item 21 do Ofício-Circular CVM/SRE, hipótese em que o Investidor Não Institucional poderá desistir do seu Pedido de Reserva, conforme descrito neste Prospecto Preliminar.**

O Preço por Ação será fixado após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e terá como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade de demanda (por volume e preço) por Ação coletadas junto a Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding*.

A escolha do critério de determinação do Preço por Ação é justificada na medida em que o preço de mercado das Ações a serem subscritas[/adquiridas] será aferido de acordo com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento no contexto da Oferta e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações. **Os Investidores Não Institucionais que aderirem à Oferta Não Institucional não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão do processo de determinação do Preço por Ação.**

Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, até o limite máximo de 10% (dez por cento) do total de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade total de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), não será permitida a colocação de Ações junto aos Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as ordens ou intenções de investimento automaticamente canceladas. **A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente na formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá reduzir a liquidez das Ações no mercado secundário. Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A participação de Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá afetar adversamente na formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá resultar na redução da liquidez das Ações no mercado secundário" deste Prospecto.**

Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400: (i) para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as Ações como referência (incluindo operações de *total return swap*), desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas; ou (ii) que se enquadrem dentre as outras exceções previstas no artigo 48, II da Instrução CVM 400, são permitidos na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400.

Ações em Circulação (*Free Float*) após a Oferta

Após a realização da Oferta (sem considerar a colocação integral das Ações Adicionais e das Ações Suplementares, um montante de [•] Ações, representativas de, aproximadamente, [•]% do capital social da Companhia, estarão em circulação no mercado.

Após a realização da Oferta (considerando a colocação integral das Ações Adicionais e sem considerar as Ações Suplementares, um montante de até [•] Ações, representativas de, aproximadamente, [•]% do capital social da Companhia, estarão em circulação no mercado.

Após a realização da Oferta (sem considerar a colocação integral das Ações Adicionais e considerando as Ações Suplementares, um montante de até [•] Ações, representativas de, aproximadamente, [•]% do capital social da Companhia, estarão em circulação no mercado.

Após a realização da Oferta (considerando a colocação integral das Ações Adicionais e das Ações Suplementares, um montante de até [•] Ações, representativas de, aproximadamente, [•]% do capital social da Companhia, estarão em circulação no mercado.

Para mais informações sobre a composição do capital social da Companhia, veja a seção "*Informações Sobre à Oferta – Composição do Capital Social*", na página 46 deste Prospecto Preliminar.

Quantidade, Montante e Recursos Líquidos

Os quadros abaixo indicam a quantidade de Ações a serem emitidas pela Companhia e as Ações a serem alienadas pelo Acionista Vendedor, o Preço por Ação, o valor total das comissões a serem pagas pela Companhia e pelo Acionista Vendedor aos Coordenadores da Oferta, bem como dos recursos líquidos das comissões oriundos da Oferta (sem considerar as demais despesas e tributos relativos à Oferta).

Assumindo a colocação da totalidade das Ações, sem considerar a colocação integral das Ações Adicionais e das Ações Suplementares:

Ofertante	Quantidade	Preço por Ação[1]	Montante	Comissões	Recursos Líquidos[2]
		(R$)	*(R$)*	*(R$)*	*(R$)*
Oferta Primária	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
[Oferta Secundária]	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]]
Total	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o preço médio da Faixa Indicativa.
(2) Recursos líquidos de comissões, sem considerar a dedução das despesas e tributos da Oferta. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Assumindo a colocação da totalidade das Ações, considerando a colocação integral das Ações Adicionais e sem considerar a colocação integral das Ações Suplementares:

Ofertante	Quantidade	Preço por Ação[1]	Montante	Comissões	Recursos Líquidos[2]
		(R$)	*(R$)*	*(R$)*	*(R$)*
Oferta Primária	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
[Oferta Secundária	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]]
Total	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o preço médio da Faixa Indicativa.
(2) Recursos líquidos de comissões e sem considerar a dedução das despesas e tributos da Oferta. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Assumindo a colocação da totalidade das Ações, sem considerar a colocação integral das Ações Adicionais e considerando a colocação integral das Ações Suplementares:

Ofertante	Quantidade	Preço por Ação[1]	Montante	Comissões	Recursos Líquidos[2]
		(R$)	*(R$)*	*(R$)*	*(R$)*
Oferta Primária	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
[Oferta Secundária	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]]
Total	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o preço médio da Faixa Indicativa.
(2) Recursos líquidos de comissões e sem considerar a dedução das despesas e tributos da Oferta. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Assumindo a colocação da totalidade das Ações, considerando a colocação integral das Ações Adicionais e das Ações Suplementares:

Ofertante	Quantidade	Preço por Ação[1]	Montante	Comissões	Recursos Líquidos[2]
		(R$)	*(R$)*	*(R$)*	*(R$)*
Oferta Primária	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
[Oferta Secundária	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]]
Total	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o preço médio da Faixa Indicativa.
(2) Recursos líquidos de comissões e sem considerar a dedução das despesas e tributos da Oferta. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Custos de Distribuição

As taxas de registro da CVM, B3 e ANBIMA relativas à Oferta, as despesas com auditores, advogados, consultores, bem como outras despesas, comissões, impostos, taxas e outras retenções descritas abaixo serão integralmente arcadas pela Companhia. **Para mais informações, veja a seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A Companhia arcará com as despesas e comissões do Acionista Vendedor relacionadas à Oferta, o que poderá impactar os valores líquidos a serem recebidos pela Companhia em decorrência da Oferta e, consequentemente, afetar adversamente os seus resultados após a conclusão da Oferta*", na página 109 deste Prospecto Preliminar.**

Abaixo segue a descrição dos custos relativos à Oferta, assumindo a colocação da totalidade das Ações inicialmente ofertadas, sem considerar a colocação integral das Ações Adicionais e das Ações Suplementares:

Custos	**Valor[1]**	**% em Relação ao Valor Total da Oferta[6]**	**Valor por Ação**	**% em Relação ao Preço por Ação[1]**
	(R$)		*(R$)*	
Comissão de Coordenação[2]	[•]	[•]	[•]	[•]
Comissão de Colocação[2]	[•]	[•]	[•]	[•]
Comissão de Garantia Firme[2]	[•]	[•]	[•]	[•]
Remuneração de Incentivo[3]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total de Comissões	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**
Impostos, Taxas e Outras Retenções	[•]	[•]	[•]	[•]
Taxa de Registro na CVM	[•]	[•]	[•]	[•]
Despesas com Auditores	[•]	[•]	[•]	[•]
Taxa de Registro na ANBIMA	[•]	[•]	[•]	[•]
Taxa de Registro da B3	[•]	[•]	[•]	[•]
Despesas com Advogados[4]	[•]	[•]	[•]	[•]
Outras despesas da Oferta[5][6]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total de Despesas[7]	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**
Total de Comissões e Despesas	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o preço médio da Faixa Indicativa.
(2) Comissão de Coordenação, Comissão de Colocação e Comissão de Garantia Firme de Liquidação (que constituem parte da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta) correspondem, respectivamente, a [•]%, [•]% e [•]% da remuneração base, calculada como um percentual do produto entre (a) a quantidade total de Ações; e (b) o Preço por Ação.
(3) A Comissão de Incentivo constitui parte da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia. Os critérios utilizados na quantificação da Comissão de Incentivo são de ordem objetiva e subjetiva, de aferição discricionária pela Companhia, tais como, atuação do coordenador durante a preparação, execução e conclusão da oferta no desempenho de suas atividades, buscando o melhor resultado para os ofertantes. A Comissão de Incentivo é equivalente a [•]% sobre o produto resultante da multiplicação entre: (i) a quantidade total de Ações ofertadas; e (ii) o Preço por Ação.
(4) Despesas estimadas dos consultores legais da Companhia e dos Coordenadores da Oferta.
(5) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*).
(6) Incluídos os custos estimados com Assessoria Financeira, traduções, *printer* e outros.
(7) Sem considerar a colocação integral das Ações Adicionais e das Ações Suplementares.

Assumindo a colocação da totalidade das Ações inicialmente ofertadas, considerando a colocação integral das Ações Adicionais e das Ações Suplementares:

Custos	Valor(1)	% em Relação ao Valor Total da Oferta[6]	Valor por Ação	% em Relação ao Preço por Ação[1]
	(R$)		*(R$)*	
Comissão de Coordenação[2]	[•]	[•]	[•]	[•]
Comissão de Colocação[2]	[•]	[•]	[•]	[•]
Comissão de Garantia Firme[2]	[•]	[•]	[•]	[•]
Remuneração de Incentivo[3]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total de Comissões	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**
Impostos, Taxas e Outras Retenções	[•]	[•]	[•]	[•]
Taxa de Registro na CVM	[•]	[•]	[•]	[•]
Despesas com Auditores	[•]	[•]	[•]	[•]
Taxa de Registro na ANBIMA	[•]	[•]	[•]	[•]
Taxa de Registro da B3	[•]	[•]	[•]	[•]
Despesas com Advogados[4]	[•]	[•]	[•]	[•]
Outras despesas da Oferta[5][6]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total de Despesas[7]	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**
Total de Comissões e Despesas	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o preço médio da Faixa Indicativa.
(2) Comissão de Coordenação, Comissão de Colocação e Comissão de Garantia Firme de Liquidação (que, conforme descritas no Contrato de Distribuição, constituem parte da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta) correspondem, respectivamente, a [•]%, [•]% e [•]% da remuneração base, calculada como um percentual do produto entre (a) a quantidade total de Ações; e (b) o Preço por Ação.
(3) A Comissão de Incentivo, conforme descrita no Contrato de Colocação, constitui parte da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia. Os critérios utilizados na quantificação da Comissão de Incentivo são de ordem objetiva e subjetiva, de aferição discricionária pela Companhia, tais como, atuação do coordenador durante a preparação, execução e conclusão da oferta no desempenho de suas atividades, buscando o melhor resultado para os ofertantes. A Comissão de Incentivo é limitada a [•]% sobre o produto resultante da multiplicação entre: (i) a quantidade total de Ações ofertadas; e (ii) o Preço por Ação.
(4) Despesas estimadas dos consultores legais da Companhia e dos Coordenadores da Oferta.
(5) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*).
(6) Incluídos os custos estimados com Assessoria Financeira, traduções, *printer* e outros.
(7) Considerando a colocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares.

Não há outra remuneração devida pela Companhia ou pelo Acionista Vendedor às Instituições Participantes da Oferta (com exceção aos Coordenadores da Oferta, com relação a ganhos decorrentes da atividade de estabilização), ou aos Agentes de Colocação Internacional, exceto pela descrita acima, bem como não existe nenhum tipo de remuneração que dependa do Preço por Ação.

Instituições Participantes da Oferta

As Instituições Consorciadas, em nome da Companhia e do Acionista Vendedor, serão convidadas para participar da colocação das Ações exclusivamente junto a Investidores Não Institucionais.

Público Alvo

O público alvo da Oferta consiste em Investidores Não Institucionais e Investidores Institucionais.

Cronograma Estimado da Oferta

Abaixo um cronograma indicativo e tentativo das etapas da Oferta, informando seus principais eventos a partir do protocolo na CVM do pedido dos registros da Oferta:

#	Eventos	Data[1]
1	Protocolo do pedido de registro da Oferta na CVM.	21 de outubro de 2020
2	Disponibilização do Aviso ao Mercado (sem logotipos das Instituições Consorciadas). Disponibilização deste Prospecto Preliminar. Início das apresentações para potenciais investidores (*roadshow*) Início do Procedimento de *Bookbuilding*.	[•] de [•] de 2020
3	Nova disponibilização do Aviso ao Mercado (com logotipos das Instituições Consorciadas). Início do Período de Reserva. Início do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas.	[•] de [•] de 2020
4	Encerramento do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas.	[•] de [•] de 2020
5	Encerramento do Período de Reserva.	[•] de [•] de 2020
6	Encerramento das apresentações para potenciais investidores (*roadshow*). Encerramento do Procedimento de *Bookbuilding*. Fixação do Preço por Ação. Realização de RCA aprovando o Preço por Ação. Assinatura do Contrato de Colocação, do Contrato de Colocação Internacional e dos demais contratos relacionados à Oferta. Início do prazo de exercício da Opção de Ações Suplementares.	[•] de [•] de 2020
7	Concessão do registro da Oferta pela CVM. Disponibilização do Anúncio de Início. Disponibilização do Prospecto Definitivo.	[•] de [•] de 2020
8	Início de negociação das Ações no Novo Mercado.	[•] de [•] de 2020
9	Data de Liquidação.	[•] de [•] de 2020
10	Data limite do prazo de exercício da Opção de Ações Suplementares.	[•] de [•] de 2020
11	Data limite para a liquidação de Ações Suplementares.	[•] de [•] de 2020
12	Data de Encerramento do *Lock-up* da Oferta de Varejo	[•] de [•] de 2020
13	Data de Encerramento do *Lock-up* do Segmento Private.	[•] de [•] de 2020
14	Data limite para a disponibilização do Anúncio de Encerramento.	[•] de [•] de 2021

(1) Todas as datas futuras previstas são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, suspensões, antecipações ou prorrogações a critério da Companhia, do Acionista Vendedor e dos Coordenadores da Oferta. Qualquer modificação no cronograma da distribuição deverá ser comunicada à CVM e poderá ser analisada como modificação da Oferta, seguindo o disposto nos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400. Ainda, caso ocorram alterações das circunstâncias, revogação ou modificação da Oferta, tal cronograma poderá ser alterado.

Será admitido o recebimento de reservas para subscrição[/aquisição] das Ações a partir da data da nova divulgação do Aviso ao Mercado, as quais somente serão confirmadas pelo subscritor[/adquirente] não institucional por meio da assinatura do Pedido de Reserva e do pagamento do valor informado pela Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva.

Nos termos do parágrafo 2º do artigo 85 da Lei das Sociedades por Ações e da Deliberação CVM nº 860, de 22 de julho de 2020, o Pedido de Reserva é o documento de aceitação por meio do qual o Investidor Não Institucional aceita participar da Oferta, subscrever/adquirir e integralizar/liquidar as Ações a ele alocadas. Dessa forma, a subscrição/aquisição das Ações será formalizada por meio do sistema de registro da B3, sendo, portanto, dispensado a apresentação do boletim de subscrição e do contrato de compra e venda, conforme o caso, após o início do Prazo de Distribuição.

Na hipótese de suspensão, modificação, revogação ou cancelamento da Oferta, este cronograma será alterado nos termos da Instrução CVM 400. Quaisquer comunicados ao mercado relativos a tais eventos relacionados à Oferta serão informados por meio de disponibilização de Aviso ao Mercado nas páginas da rede mundial de computadores da Companhia, das Instituições Participantes da Oferta, da B3 e da CVM.

Para informações sobre os prazos, termos, condições e forma para devolução e reembolso dos valores dados em contrapartida às Ações, nos casos de suspensão, modificação, revogação ou cancelamento da Oferta, consulte as seções "*Informações Sobre a Oferta – Procedimento da Oferta*", "*Informações Sobre à Oferta – Suspensão, Modificação, Revogação ou Cancelamento da Oferta*" e "*Informações Sobre à Oferta – Inadequação da Oferta*", nas páginas 58, 71 e 77 deste Prospecto Preliminar, respectivamente.

Para informações sobre os prazos, condições e preço de revenda no caso de alienação das Ações liquidadas pelos Coordenadores da Oferta, em decorrência do exercício da Garantia Firme de Liquidação, nos termos descritos no Contrato de Colocação, veja a seção "*Informações Sobre à Oferta – Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação*", na página 73 deste Prospecto Preliminar.

A Companhia, o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta realizarão apresentações aos investidores (*roadshow*), no Brasil e no exterior, no período compreendido entre a data em que este Prospecto Preliminar for disponibilizado e a data em que for determinado o Preço por Ação.

Regime de Distribuição

A Oferta será realizada em conformidade com o Contrato de Colocação, e os esforços de colocação das Ações junto a Investidores Estrangeiros, exclusivamente no exterior, serão realizados nos termos do Contrato de Colocação Internacional.

Após: (i) a disponibilização do Aviso ao Mercado e de sua respectiva nova disponibilização (com os logotipos das Instituições Consorciadas); (ii) a disponibilização deste Prospecto Preliminar; (iii) o encerramento do Período de Reserva e do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas; (iv) a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, a celebração do Contrato de Colocação e do Contrato de Colocação Internacional; (v) o deferimento do pedido de registro da Companhia de emissora de valores mobiliários sob a categoria "A" pela CVM; (vi) a concessão dos registros da Oferta pela CVM; (vii) a disponibilização do Anúncio de Início; e (viii) a disponibilização do Prospecto Definitivo, as Instituições Participantes da Oferta realizarão a colocação das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares), em mercado de balcão não organizado, em regime de Garantia Firme de Liquidação, a ser prestada pelos Coordenadores da Oferta, de forma individual e não solidária, na proporção e até os limites individuais previstos no Contrato de Colocação, em conformidade com o disposto da Instrução CVM 400 e observado o esforço de dispersão acionária previsto no Regulamento do Novo Mercado e as disposições deste Prospecto Preliminar. Ainda, conforme disposto no Contrato de Colocação, as Ações Suplementares não serão objeto de Garantia Firme de Liquidação por parte dos Coordenadores da Oferta.

O Contrato de Colocação estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto aos Coordenadores da Oferta e à CVM, nos endereços físicos indicados na seção "*Informações Sobre à Oferta – Informações Adicionais*", na página 77 deste Prospecto Preliminar, a partir da disponibilização do Anúncio de Início.

Não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400. Assim, caso não haja demanda para a subscrição[/aquisição] da totalidade das Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) por parte dos Investidores Não Institucionais e dos Investidores Institucionais até a data da conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos do Contrato de Colocação, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva e intenções de investimento automaticamente cancelados. Neste caso, os valores eventualmente depositados pelos Investidores Não Institucionais serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos, inclusive, em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados da data da disponibilização do comunicado de cancelamento da Oferta. Para mais informações, veja a seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em subscrever/adquirir a totalidade das Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) no âmbito da Oferta*", na página 107 deste Prospecto Preliminar.

Plano Distribuição da Oferta

Os Coordenadores da Oferta, com a expressa anuência da Companhia e do Acionista Vendedor, elaborarão um plano de distribuição das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares), nos termos do artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do Regulamento do Novo Mercado, no que diz respeito ao esforço de dispersão acionária, o qual levará em conta a criação de uma base acionária diversificada de acionistas e relações da Companhia, do Acionista Vendedor e dos Coordenadores da Oferta com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica da Companhia, do Acionista Vendedor e dos Coordenadores da Oferta, observado que os Coordenadores da Oferta assegurarão: (i) a adequação do investimento ao perfil de risco de seus clientes, em conformidade com a Instrução CVM 539; (ii) o tratamento justo e equitativo a todos os investidores, em conformidade com o artigo 21 da Instrução CVM 400; e (iii) o recebimento prévio, pelas Instituições Participantes da Oferta, dos exemplares dos Prospectos para leitura obrigatória, de modo que suas eventuais dúvidas possam ser esclarecidas por pessoa designada pelo Coordenador Líder.

O público alvo da Oferta consiste em Investidores Não Institucionais e Investidores Institucionais.

Para os fins da presente Oferta, e nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400 e do artigo 1º, inciso VI, da Instrução CVM 505, serão consideradas pessoas vinculadas à Oferta os investidores que sejam: (i) controladores ou administradores da Companhia e do Acionista Vendedor ou outras pessoas vinculadas à Oferta, bem como seus cônjuges ou companheiros, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o 2º (segundo) grau; (ii) controladores ou administradores das Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional; (iii) empregados, operadores e demais prepostos das Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional diretamente envolvidos na estruturação da Oferta; (iv) agentes autônomos que prestem serviços às Instituições Participantes da Oferta e/ou aos Agentes de Colocação Internacional, desde que diretamente envolvidos na estruturação da Oferta; (v) demais profissionais que mantenham, com as Instituições Participantes da Oferta e/ou com os Agentes de Colocação Internacional, contrato de prestação de serviços diretamente relacionados à atividade de intermediação ou de suporte operacional no âmbito da Oferta; (vi) sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelas Instituições Participantes da Oferta e/ou pelos Agentes de Colocação Internacional, desde que diretamente envolvidos na estruturação da Oferta; (vii) sociedades controladas, direta ou indiretamente, por pessoas vinculadas às Instituições Participantes da Oferta e/ou aos Agentes de Colocação Internacional, desde que diretamente envolvidos na estruturação da Oferta; (viii) cônjuge ou companheiro, ascendente, filhos menores e colaterais das pessoas mencionadas nos itens (ii) a (v) acima; e (ix) clubes e fundos de investimento cuja maioria das cotas pertença a pessoas vinculadas, salvo se geridos discricionariamente por terceiros que não sejam pessoas vinculadas.

Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400: (i) para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as Ações como referência (incluindo operações de *total return swap*), desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas; ou (ii) que se enquadrem dentre as outras exceções previstas no artigo 48, II da Instrução CVM 400, são permitidos na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400.

Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de total return swap e hedge podem influenciar a demanda e o preço das Ações", na página 108 deste Prospecto Preliminar.

Procedimento da Oferta

As Instituições Participantes da Oferta efetuarão a colocação pública das Ações no Brasil, em mercado de balcão não organizado, observado o disposto na Instrução CVM 400 e os esforços de dispersão acionária previstos no Regulamento do Novo Mercado, por meio de:

I. uma oferta aos Investidores da Oferta Não Institucional, à qual será assegurado o montante de, no mínimo, 11,5% e, a exclusivo critério da Companhia, do Acionista Vendedor e dos Coordenadores da Oferta, o montante de, no máximo, 30%, do total das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), realizada pelas Instituições Consorciadas, compreendendo:

(a) uma oferta aos Investidores da Oferta do Segmento Private na qual terão prioridade de alocação os Investidores da Oferta do Segmento Private *Lock-up*, sobre os Investidores da Oferta do Segmento Private Sem *Lock-up*; e

(b) uma oferta aos Investidores da Oferta de Varejo, na qual terão prioridade de alocação os Investidores da Oferta de Varejo *Lock-up* sobre os Investidores da Oferta de Varejo Sem *Lock-up*.

II. uma oferta aos Investidores Institucionais, realizada exclusivamente pelos Coordenadores da Oferta e pelos Agentes de Colocação Internacional.

Os Coordenadores da Oferta, com a anuência da Companhia e do Acionista Vendedor, elaborarão plano de distribuição das Ações, nos termos do artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do Regulamento do Novo Mercado, no que diz respeito ao esforço de dispersão acionária, o qual levará em conta a criação de uma base acionária diversificada de acionistas, e as relações da Companhia, do Acionista Vendedor e dos Coordenadores da Oferta com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica dos Coordenadores da Oferta, da Companhia e do Acionista Vendedor, observado que os Coordenadores da Oferta assegurarão (i) a adequação do investimento ao perfil de risco de seus clientes; (ii) o tratamento justo e equitativo a todos os investidores; e (iii) o recebimento prévio, pelas Instituições Participantes da Oferta, dos exemplares dos Prospectos para leitura obrigatória, de modo que suas eventuais dúvidas possam ser esclarecidas junto aos Coordenadores da Oferta.

Não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta. Assim, caso não haja demanda para a subscrição/aquisição das Ações da Oferta Base por parte dos Investidores da Oferta Não-Institucional e dos Investidores Institucionais até a data da conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos do Contrato de Colocação, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva e intenções de investimento automaticamente cancelados. Neste caso, os valores eventualmente depositados pelos Investidos Não-Institucionais serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos, inclusive, em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada, no prazo máximo de três dias úteis, contados da data de disponibilização do comunicado de cancelamento da Oferta. Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Na medida que não será admitida a distribuição parcial no âmbito da Oferta, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em adquirir a totalidade das Ações objeto da Oferta", na página 107 deste Prospecto.

Oferta Não Institucional

A Oferta Não Institucional será realizada exclusivamente junto a Investidores da Oferta Não Institucional que realizarem solicitação de reserva antecipada mediante o preenchimento de formulário específico destinado à subscrição/aquisição de Ações, em caráter irrevogável e irretratável, no âmbito da Oferta Não Institucional ("Pedido de Reserva") junto a uma única Instituição Consorciada, durante o período compreendido entre [•] de [•] de 2020, inclusive, e [•] de [•] de 2020, inclusive ("Período de Reserva"), ou, no caso de Investidores da Oferta Não Institucional que sejam Pessoas Vinculadas, durante o período compreendido entre [•] de [•] de 2020, inclusive, e [•] de [•] de 2020, inclusive, terminando em data que antecederá em pelo menos 7 dias úteis a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* ("Período de Reserva para Pessoas Vinculadas"), observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva, nas condições descritas abaixo.

Os Investidores da Oferta Não Institucional que sejam considerados Pessoas Vinculadas poderão realizar Pedido de Reserva durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, sendo que aqueles Investidores da Oferta Não Institucional que sejam considerados Pessoas Vinculadas que não realizarem seus Pedidos de Reserva durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas terão seus Pedidos de Reserva cancelados em caso de excesso de demanda superior a um terço à quantidade de Ações da Oferta Base, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400. Investidores da Oferta Não Institucional que sejam considerados Pessoas Vinculadas que realizarem seus Pedidos de Reserva no Período de Reserva para Pessoas Vinculadas não terão seus Pedidos de Reserva cancelados mesmo no caso de excesso de demanda superior a um terço das Ações da Oferta Base.

No contexto da Oferta Não Institucional, o montante de, no mínimo, 11,5%, e, a exclusivo critério da Companhia, do Acionista Vendedor e dos Coordenadores da Oferta, o montante de, no máximo, 30% do total das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) será destinado à colocação pública para Investidores da Oferta Não Institucional que realizarem Pedido de Reserva, conforme o caso aplicável, de acordo com as condições ali previstas e o procedimento indicado neste item:

I. o montante de, no mínimo 1,5% e, no máximo 10% do total das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), será destinado à colocação pública para Investidores da Oferta do Segmento Private, sendo certo que:

(a) caso haja demanda de Investidores da Oferta do Segmento Private *Lock-up* (i) de até 1% do total das Ações, tais pedidos serão atendidos, tendo alocação garantida; e (ii) superior a 1% do total das Ações, a alocação, respeitado o montante mínimo estipulado estabelecido no item (i), será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, do Acionista Vendedor e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, poderá haver rateio ("Oferta do Segmento Private *Lock-up*"); e

(b) caso haja demanda de Investidores da Oferta do Private Sem *Lock-up* (i) de até 0,5% do total das Ações, tais pedidos serão atendidos, tendo alocação garantida; e (ii) superior a 0,5% do total das Ações, a alocação, respeitado o montante mínimo estabelecido no item (i), será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, do Acionista Vendedor e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, poderá haver rateio ("Oferta do Segmento Private Sem *Lock-up*" e, em conjunto com a Oferta do Segmento Private *Lock-up*, a "Oferta do Segmento Private").

II. o montante de, no mínimo, 10% e, no máximo, 20% do total das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), será destinado à colocação pública para Investidores da Oferta de Varejo, sendo certo que:

(a) caso haja demanda de Investidores da Oferta de Varejo *Lock-up* (i) de até 8% do total das Ações, tais pedidos serão atendidos, tendo alocação garantida; e (ii) superior a 8% do total das Ações, a alocação, respeitado montante mínimo estabelecido no item (i), será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, do Acionista Vendedor e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, poderá haver rateio ("Oferta de Varejo *Lock-Up*"); e

(b) caso haja demanda de Investidores da Oferta de Varejo Sem *Lock-up* (i) de até 2% do total das Ações, tais pedidos serão atendidos, tendo alocação garantida; e (ii) superior a 2% do total das Ações, a alocação, respeitado o montante mínimo estabelecido no item (i), será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, do Acionista Vendedor e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, poderá haver rateio ("Oferta de Varejo Sem *Lock-up*" e, em conjunto com a Oferta de Varejo *Lock-up*, a "Oferta de Varejo", e, em conjunto com a Oferta do Segmento Private, a "Oferta Não Institucional").

No contexto da Oferta Não Institucional, observados (i) o Valor Mínimo de Pedido de Investimento na Oferta de Varejo, (ii) o Valor Máximo de Pedido de Investimento na Oferta de Varejo, (iii) o Valor Mínimo de Pedido de Investimento na Oferta do Segmento Private e (iv) o Valor Máximo de Pedido de Investimento na Oferta do Segmento Private, os Investidores da Oferta Não Institucional, a seu exclusivo critério, poderão aderir simultaneamente a mais de uma das modalidades da Oferta Não Institucional indicadas acima, devendo, para tanto, indicar e discriminar em seus respectivos Pedidos de Reserva os valores a serem alocados em cada modalidade de Oferta Não Institucional desejada, com uma única Instituição Consorciada.

Recomenda-se aos Investidores da Oferta Não Institucional interessados na realização dos Pedidos de Reserva que (i) leiam cuidadosamente os termos e as condições estipulados no Pedido de Reserva, sobretudo os procedimentos relativos à liquidação da Oferta e as informações constantes deste Prospecto e do Formulário de Referência, especialmente as seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações", a partir das páginas 23 e 103, respectivamente, bem como o item "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência; (ii) verifiquem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de realizar seu Pedido de Reserva, se esta exigirá a manutenção de recursos em conta aberta e/ou mantida junto a ela para fins de garantia do Pedido de Reserva; (iii) entrem em contato com a Instituição Consorciada de sua preferência para obter informações mais detalhadas sobre o prazo estabelecido pela Instituição Consorciada para a realização do Pedido de Reserva ou, se for o caso, para a realização do cadastro na Instituição Consorciada, tendo em vista os procedimentos operacionais adotados por cada Instituição Consorciada; e (v) verifiquem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de preencher e entregar o seu Pedido de Reserva, a possibilidade de débito antecipado da reserva por parte da Instituição Consorciada. Os Investidores Não Institucionais interessados na realização do Pedido de Reserva deverão ler cuidadosamente os termos e condições estipulados nos respectivos Pedidos de Reserva, bem como as informações constantes deste Prospecto Preliminar.

Oferta do Segmento Private

Observado o disposto neste item, será permitida aos Investidores da Oferta do Segmento Private a participação na Oferta do Segmento Private mediante preenchimento de Pedido de Reserva com uma única Instituição Consorciada, observado o Valor Mínimo de Pedido de Investimento na Oferta do Segmento Private e o Valor Máximo de Pedido de Investimento na Oferta do Segmento Private por Investidor da Oferta do Segmento Private.

Os Investidores da Oferta do Segmento Private que aderirem à Oferta do Segmento Private não participarão do Procedimento de *Bookbuilding*, e, portanto, não participarão da fixação do Preço por Ação.

Procedimento da Oferta do Segmento Private

Os Investidores da Oferta do Segmento Private deverão observar, além das condições previstas nos Pedidos de Reserva, o procedimento abaixo:

(i) durante o Período de Reserva ou o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso, cada um dos Investidores da Oferta do Segmento Private interessados em participar da Oferta deverá realizar Pedido de Reserva, irrevogável e irretratável, exceto pelo disposto nos incisos (iii), (v), (vi), (x), (xii) e (xiii) abaixo e na seção "Violações das Normas de Conduta" na página 74 deste Prospecto;

(ii) os Investidores da Oferta Não Institucional que tenham interesse em participar diretamente da Oferta do Segmento Private *Lock-up*, deverão, necessariamente, indicar no Pedido de Reserva que estão de acordo com o *Lock-up* do Segmento Private, sob pena de ser considerado um Investidor da Oferta Private Sem *Lock-up* e não participar da Oferta do Segmento Private *Lock-up*;

(iii) os Investidores da Oferta do Segmento Private que realizarem Pedido de Reserva poderão estipular, no Pedido de Reserva, um preço máximo por Ação como condição de eficácia de seu Pedido de Reserva, sem necessidade de posterior confirmação, sendo que, caso o Preço por Ação seja fixado em valor superior ao valor estabelecido pelo Investidor da Oferta do Segmento Private, o respectivo Pedido de Reserva será automaticamente cancelado;

(iv) as Instituições Consorciadas somente atenderão Pedidos de Reserva realizados por Investidores da Oferta do Segmento Private titulares de conta nelas aberta ou mantida pelo respectivo investidor. Recomenda-se aos Investidores da Oferta do Segmento Private interessados na realização de Pedidos de Reserva que (a) leiam cuidadosamente os termos e condições estipulados no Pedido de Reserva, especialmente os procedimentos relativos à liquidação da Oferta e as informações constantes do Prospecto Preliminar; (b) verifiquem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de realizar o seu Pedido de Reserva, se essa, a seu exclusivo critério, exigirá a manutenção de recursos em conta nela aberta e/ou mantida, para fins de garantia do Pedido de Reserva; e (c) entrem em contato com a Instituição Consorciada de sua preferência para obter informações mais detalhadas sobre o prazo estabelecido pela Instituição Consorciada para a realização do Pedido de Reserva ou, se for o caso, para a realização do cadastro na Instituição Consorciada, tendo em vista os procedimentos operacionais adotados por cada Instituição Consorciada;

(v) os Investidores da Oferta do Segmento Private deverão realizar seus Pedidos de Reserva no Período de Reserva, sendo que os Investidores da Oferta do Segmento Private que sejam Pessoas Vinculadas deverão, necessariamente, indicar no Pedido de Reserva a sua condição de Pessoa Vinculada, sob pena de seu Pedido de Reserva ser cancelado pela Instituição Consorciada, observado o Valor Mínimo de Pedido de Investimento na Oferta do Segmento Private e o Valor Máximo de Pedido de Investimento na Oferta do Segmento Private;

(vi) caso seja verificado excesso de demanda superior em um terço à quantidade de Ações da Oferta Base, será vedada a colocação de Ações aos Investidores da Oferta do Segmento Private que sejam Pessoas Vinculadas, sendo os Pedidos de Reserva realizados por Investidores da Oferta do Segmento Private que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente cancelados, exceto os Pedidos de Reserva que tenham sido realizados no Período de Reserva para Pessoas Vinculadas;

(vii) caso o total de Ações objeto dos Pedidos de Reserva realizados por investidores da Oferta do Segmento Private *Lock-up* (a) seja igual ou inferior ao montante de Ações destinadas à Oferta do Segmento Private *Lock-up*, não haverá rateio, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por investidores da Oferta do Segmento Private *Lock-up*, de modo que as Ações remanescentes, se houver, poderão, a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, do Acionista Vendedor e dos Coordenadores da Oferta, ser destinadas aos investidores da Oferta do Segmento Private Sem *Lock-up* ou aos Investidores Institucionais; ou (b) exceda o total de Ações destinadas à Oferta do Segmento Private *Lock-up*, será realizado rateio proporcional ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações ("Rateio Oferta do Segmento Private *Lock-up*"). Caso haja Rateio na Oferta Segmento Private *Lock-up*, os valores depositados em excesso serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes, no prazo de até 3 (três) dias úteis contados da Data de Liquidação;

(viii) caso o total de Ações objeto dos Pedidos de Reserva realizados por investidores da Oferta do Segmento Private Sem *Lock-up* (a) seja igual ou inferior ao montante de Ações destinadas à Oferta do Segmento Private Sem *Lock-up*, não haverá rateio, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por investidores da Oferta do Segmento Private Sem *Lock-up*, de modo que as Ações remanescentes, se houver, poderão, a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, do Acionista Vendedor e dos Coordenadores da Oferta, ser destinadas aos Investidores da Oferta do Segmento Private *Lock-up* ou aos Investidores Institucionais; ou (b) exceda o total de Ações destinadas à Oferta do Segmento Private Sem *Lock-up*, será realizado rateio proporcional ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações ("Rateio Oferta Private Sem *Lock-up*"). Caso haja Rateio na Oferta Private Sem *Lock-up*, os valores depositados em excesso serão devolvidos sem qualquer remuneração juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes, no prazo de até 3 (três) dias úteis contados da Data de Liquidação;

(ix) até as 16h do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação do Anúncio de Início, serão informados a cada Investidor da Oferta do Segmento Private pela Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva, por meio do seu respectivo endereço eletrônico, ou, na sua ausência, por fac-símile, telefone ou correspondência, a Data de Liquidação, a quantidade de Ações alocadas (ajustada, se for o caso, em decorrência de rateio), o Preço por Ação e o valor do respectivo investimento, sendo que, em qualquer caso, o valor do investimento será limitado àquele indicado no respectivo Pedido de Reserva;

(x) até as 10h da Data de Liquidação, cada Investidor da Oferta do Segmento Private que tenha realizado Pedido de Reserva deverá efetuar o pagamento, à vista e em recursos imediatamente disponíveis, em moeda corrente nacional, do valor indicado no item (ix) acima à Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva, sob pena de, em não o fazendo, ter seu Pedido de Reserva automaticamente cancelado; em caso de tal cancelamento automático, a Instituição Consorciada que tenha recebido o Pedido de Reserva deverá garantir a liquidação por parte do respectivo Investidor da Oferta do Segmento Private;

(xi) na Data de Liquidação, a Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva entregará, por meio da B3, as Ações alocadas ao respectivo Investidor da Oferta do Segmento Private que tenha realizado Pedido de Reserva, de acordo com os procedimentos previstos no Contrato de Distribuição da Oferta, desde que tenha efetuado o pagamento previsto no item (x) acima;

(xii) caso (a) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelos Investidores da Oferta do Segmento Private ou a sua decisão de investimento, nos termos do artigo 45, parágrafo 4º, da Instrução CVM 400; (b) a Oferta seja suspensa, nos termos do artigo 20 da Instrução CVM 400; (c) a Oferta seja modificada, nos termos do artigo 27 da Instrução CVM 400; e/ou (d) seja verificado um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, o Investidor da Oferta do Segmento Private poderá desistir do respectivo Pedido de Reserva devendo, para tanto, informar sua decisão à Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva (1) até as 12h do quinto dia útil subsequente à data de disponibilização do Prospecto Definitivo, no caso da alínea (a) acima; e (2) até as 12h do quinto dia útil subsequente à data em que o Investidor da Oferta do Segmento Private for comunicado diretamente pela Instituição Consorciada sobre o Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, a suspensão ou a modificação da Oferta, nos casos das alíneas (b), (c) e (d) acima. Adicionalmente, os casos das alíneas (b) e (c) acima serão imediatamente divulgados por meio de anúncio de retificação, nos mesmos veículos utilizados para divulgação deste Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400. No caso da alínea (c) acima, após a divulgação do anúncio de retificação, a respectiva Instituição Consorciada deverá acautelar-se e certificar-se, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o respectivo Investidor da Oferta do Segmento Private está ciente de que a Oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições. Caso o Investidor da Oferta do Segmento Private não informe sua decisão de desistência do Pedido de Reserva nos termos deste item, o Pedido de Reserva será considerado válido e o Investidor do Segmento Private deverá efetuar o pagamento do valor do investimento. Caso o Investidor do Segmento Private já tenha efetuado o pagamento nos termos do item (x) acima e venha a desistir do Pedido de Reserva nos termos deste item, os valores depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes, no prazo de até três dias úteis contados do pedido de cancelamento do respectivo Pedido de Reserva; e

(xiii) caso não haja conclusão da Oferta ou em caso de resilição do Contrato de Colocação ou de cancelamento ou revogação da Oferta, todos os Pedidos de Reserva serão cancelados e a Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva comunicará ao respectivo Investidor da Oferta do Segmento Private o cancelamento da Oferta, o que poderá ocorrer, inclusive, mediante divulgação de comunicado ao mercado. Caso o Investidor da Oferta do Segmento Private já tenha efetuado o pagamento nos termos do item (x) acima, os valores depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes, no prazo de até 3 (três) dias úteis contados da comunicação do cancelamento da Oferta. A rescisão do Contrato de Colocação importará no cancelamento do registro da Oferta, nos termos do artigo 19, parágrafo 4º da Instrução CVM 400.

Lock-up do Segmento Private

Os investidores da Oferta do Segmento Private *Lock-up* que adquirirem Ações no âmbito da Oferta do Segmento Private *Lock-up* não poderão, pelo prazo de 60 (sessenta) dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início, oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia ou ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título, tais Ações. Dessa forma, como condição para a participação na Oferta do Segmento Private *Lock-up*, cada um dos Investidores da Oferta do Segmento Private, ao realizar seu Pedido de Reserva, estará autorizando seu agente de custódia na Central Depositária gerida pela B3 a depositar tais Ações para a carteira mantida pela Central Depositária gerida pela B3 exclusivamente para este fim. Em qualquer hipótese, tais Ações ficarão bloqueadas na Central Depositária gerida pela B3 até o encerramento do *Lock-up* do Segmento Private. Não obstante o *Lock-up* do Segmento Private, as Ações adquiridas no âmbito da Oferta do Segmento Private *Lock-up* poderão ser outorgadas em garantia da Câmara de Compensação e Liquidação da B3, caso as Ações venham a ser consideradas elegíveis para depósito de garantia, de acordo com os normativos da B3, independentemente das restrições mencionadas acima. Neste caso, a Câmara de Compensação e Liquidação da B3 estará autorizada a desbloquear as Ações adquiridas no âmbito da Oferta do Segmento Private *Lock-up* que foram depositadas em garantia para fins de excussão da garantia, nos termos dos normativos da B3.

Caso o preço de mercado das Ações venha a cair e/ou os Investidores da Oferta do Segmento Private *Lock-up* por quaisquer motivos venham a precisar de liquidez durante o período de *Lock-up* do Segmento Private aplicável e tendo em vista a impossibilidade das Ações da Oferta do Segmento Private *Lock-up* serem transferidas, emprestadas, oneradas, dadas em garantia ou permutadas, de forma direta ou indireta, tais restrições poderão causar-lhes perdas. Para maiores informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Os Investidores da Oferta do Segmento Private *Lock-up* ou da Oferta de Varejo *Lock-up*, diante da impossibilidade da transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta, poderão incorrer em perdas em determinadas situações", na página 109 deste Prospecto Preliminar.

Oferta de Varejo

Os Investidores da Oferta de Varejo que desejarem adquirir Ações no âmbito da Oferta de Varejo poderão preencher seu respectivo Pedido de Reserva com uma única Instituição Consorciada, observados o Valor Mínimo de Pedido de Investimento na Oferta de Varejo e o Valor Máximo de Pedido de Investimento na Oferta de Varejo por Investidor da Oferta de Varejo.

Os Investidores da Oferta de Varejo que aderirem à Oferta Não Institucional não participarão do Procedimento de *Bookbuilding*, e, portanto, não participarão da fixação do Preço por Ação.

Procedimento da Oferta de Varejo

Os Investidores da Oferta de Varejo deverão observar, além das condições previstas nos Pedidos de Reserva, o procedimento abaixo:

(i) durante o Período de Reserva ou o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso, cada um dos Investidores da Oferta de Varejo interessados em participar da Oferta deverá realizar Pedido de Reserva com uma única Instituição Consorciada, irrevogável e irretratável, exceto pelo disposto nos itens (iv), (vi), (vii), (xi), (xiii) e (xiv) abaixo e na seção "Violações das Normas de Conduta" na página 74 deste Prospecto;

(ii) os Investidores da Oferta de Varejo que tenham interesse em participar diretamente da Oferta de Varejo *Lock-up*, deverão, necessariamente, indicar no Pedido de Reserva que estão de acordo com o *Lock-up* da Oferta de Varejo (conforme definido abaixo), sob pena de ser considerado um investidor da Oferta de Varejo Sem *Lock-up*;

(iii) os Investidores da Oferta de Varejo que tenham interesse em participar diretamente da Oferta de Varejo, mas não tenham interesse em participar do *Lock-up* da Oferta de Varejo, deverão, necessariamente, indicar no Pedido de Reserva que desejam ser Investidores da Oferta de Varejo Sem *Lock-up*, sob pena de não participar da Oferta de Varejo;

(iv) os Investidores da Oferta de Varejo que decidirem participar diretamente da Oferta de Varejo poderão estipular, no Pedido de Reserva, um preço máximo por Ação como condição de eficácia de seu Pedido de Reserva, sem necessidade de posterior confirmação, sendo que, caso o Preço por Ação seja fixado em valor superior ao valor estabelecido pelo Investidor da Oferta de Varejo, o respectivo Pedido de Reserva será automaticamente cancelado;

(v) as Instituições Consorciadas somente atenderão Pedidos de Reserva realizados por Investidores da Oferta de Varejo titulares de conta nelas aberta ou mantida pelo respectivo investidor. Recomenda-se aos Investidores da Oferta de Varejo interessados na realização de Pedidos de Reserva que (a) leiam cuidadosamente os termos e condições estipulados no Pedido de Reserva especialmente os procedimentos relativos à liquidação da Oferta e as informações constantes deste Prospecto; (b) verifiquem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de realizar o seu Pedido de Reserva, se essa, a seu exclusivo critério, exigirá a manutenção de recursos em conta nela aberta e/ou mantida, para fins de garantia do Pedido de Reserva; e (c) entrem em contato com a Instituição Consorciada de sua preferência para obter informações mais detalhadas sobre o prazo estabelecido pela Instituição Consorciada para a realização do Pedido de Reserva ou, se for o caso, para a realização do cadastro na Instituição Consorciada, tendo em vista os procedimentos operacionais adotados por cada Instituição Consorciada;

(vi) os Investidores da Oferta de Varejo deverão realizar seus Pedidos de Reserva no Período de Reserva, sendo que os Investidores da Oferta de Varejo que sejam Pessoas Vinculadas deverão, necessariamente, indicar no Pedido de Reserva a sua condição de Pessoa Vinculada, sob pena de seu Pedido de Reserva ser cancelado pela Instituição Consorciada, observado o Valor Mínimo de Pedido de Investimento na Oferta de Varejo e o Valor Máximo de Pedido de Investimento na Oferta de Varejo;

(vii) caso seja verificado excesso de demanda superior em um terço à quantidade de Ações da Oferta Base, será vedada a colocação de Ações aos Investidores da Oferta de Varejo que sejam Pessoas Vinculadas, sendo os Pedidos de Reserva realizados por Investidores da Oferta de Varejo que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente cancelados, exceto os Pedidos de Reserva que tenham sido realizados no Período de Reserva para Pessoas Vinculadas;

(viii) caso o total de Ações objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores da Oferta de Varejo *Lock-up* (a) seja igual ou inferior ao montante de Ações destinadas à Oferta de Varejo *Lock-up*, não haverá rateio, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por investidores da Oferta de Varejo *Lock-up*, de modo que as Ações remanescentes, se houver, poderão, a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, do Acionista Vendedor e dos Coordenadores da Oferta, ser destinadas aos Investidores da Oferta de Varejo Sem *Lock-up* ou aos Investidores Institucionais; ou (b) exceda o total de Ações destinadas à Oferta de Varejo *Lock-up*, será realizado rateio proporcional ao valor das respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações ("Rateio Oferta de Varejo *Lock-up*"). Caso haja Rateio na Oferta de Varejo *Lock-up*, os valores depositados em excesso serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes, no prazo de até 3 (três) dias úteis contados da Data de Liquidação;

(ix) caso o total de Ações objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores da Oferta de Varejo Sem *Lock-up* (a) seja igual ou inferior ao montante de Ações destinadas à Oferta de Varejo Sem *Lock-up*, não haverá rateio, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por investidores da Oferta de Varejo Sem *Lock-up*, de modo que as Ações remanescentes, se houver, poderão, a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, do Acionista Vendedor e dos Coordenadores da Oferta, ser destinadas aos Investidores da Oferta de Varejo Sem *Lock-up* ou aos Investidores Institucionais; ou (b) exceda o total de Ações destinadas à Oferta de Varejo Sem *Lock-up*, será realizado rateio proporcional ao valor das respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações ("Rateio Investidores da Oferta de Varejo Sem *Lock-up*"). Caso haja Rateio na Oferta de Varejo Sem *Lock-up*, os valores depositados em excesso serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes, no prazo de até 3 (três) dias úteis contados da Data de Liquidação;

(x) até as 16h do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação do Anúncio de Início, serão informados a cada Investidor da Oferta de Varejo pela Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva por meio do seu respectivo endereço eletrônico, ou, na sua ausência, por fac-símile, telefone ou correspondência, a Data de Liquidação, a quantidade de Ações alocadas (ajustada, se for o caso, em decorrência do rateio), o Preço por Ação e o valor do respectivo investimento, sendo que, em qualquer caso, o valor do investimento será limitado àquele indicado no respectivo Pedido de Reserva;

(xi) até as 10h da Data de Liquidação, cada Investidor da Oferta de Varejo que tenha realizado Pedido de Reserva deverá efetuar o pagamento, à vista e em recursos imediatamente disponíveis, em moeda corrente nacional, do valor indicado no inciso (x) acima à Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva, caso o Investidor da Oferta de Varejo não tenha estipulado um preço máximo por Ação como condição de eficácia, do Preço por Ação multiplicado pelo número de Ações a eles alocadas sob pena de, em não o fazendo, ter seu Pedido de Reserva automaticamente cancelado; em caso de tal cancelamento automático, a Instituição Consorciada que tenha recebido o Pedido de Reserva deverá garantir a liquidação por parte do respectivo Investidor da Oferta de Varejo;

(xii) na Data de Liquidação, a Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva entregará, por meio da B3, as Ações alocadas ao respectivo Investidor da Oferta de Varejo que tenha realizado Pedido de Reserva de acordo com os procedimentos previstos no Contrato de Distribuição da Oferta, desde que tenha efetuado o pagamento previsto no inciso (xi) acima;

(xiii) caso (a) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelos Investidores da Oferta de Varejo ou a sua decisão de investimento, nos termos do artigo 45, parágrafo 4º, da Instrução CVM 400; (b) a Oferta seja suspensa, nos termos do artigo 20 da Instrução CVM 400; (c) a Oferta seja modificada, nos termos do artigo 27 da Instrução CVM 400; e/ou (d) ocorra um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, o Investidor da Oferta de Varejo poderá desistir do respectivo Pedido de Reserva devendo, para tanto, informar sua decisão à Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva (1) até as 12h do quinto dia útil subsequente à data de disponibilização do Prospecto Definitivo, no caso da alínea (a) acima; e (2) até as 12h do quinto dia útil subsequente à data em que o Investidor da Oferta de Varejo for comunicado diretamente pela Instituição Consorciada sobre o Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, a suspensão ou a modificação da Oferta, nos casos das alíneas (b), (c) e (d) acima. Adicionalmente, os casos das alíneas (b) e (c) acima serão imediatamente divulgados por meio de anúncio de retificação, nos mesmos veículos utilizados para divulgação deste Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400. No caso da alínea (c) acima, após a divulgação do anúncio de retificação, a respectiva Instituição Consorciada deverá acautelar-se e certificar-se, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o respectivo Investidor da Oferta de Varejo está ciente de que a Oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições. Caso o Investidor da Oferta de Varejo não informe sua decisão de desistência do Pedido de Reserva, nos termos deste item, o Pedido de Reserva, será considerado válido e o Investidor da Oferta de Varejo deverá efetuar o pagamento do valor do investimento. Caso o Investidor da Oferta de Varejo já tenha efetuado o pagamento nos termos do item (xi) acima e venha a desistir do Pedido de Reserva nos termos deste item, os valores depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes, no prazo de até três dias úteis contados do pedido de cancelamento do respectivo Pedido de Reserva; e

(xiv) caso não haja conclusão da Oferta ou em caso de resilição do Contrato de Distribuição da Oferta ou de cancelamento ou revogação da Oferta, todos os Pedidos de Reserva serão cancelados e a Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva comunicará ao respectivo Investidor da Oferta de Varejo o cancelamento da Oferta, o que poderá ocorrer, inclusive, mediante divulgação de comunicado ao mercado. Caso o Investidor da Oferta de Varejo já tenha efetuado o pagamento nos termos do inciso (xi) acima, os valores depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes, no prazo de até três dias úteis contados da comunicação do cancelamento da Oferta. A rescisão do Contrato de Colocação importará no cancelamento do registro da Oferta, nos termos do artigo 19, parágrafo 4º da Instrução CVM 400.

Lock-up da Oferta de Varejo

Os Investidores da Oferta de Varejo que adquirirem Ações no âmbito da Oferta de Varejo *Lock-up* não poderão, pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início, oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia ou ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título, tais Ações. Dessa forma, como condição para a participação na alocação prioritária da Oferta de Varejo, cada Investidor Não Institucional da Oferta de Varejo, ao realizar seu Pedido de Reserva, estará autorizando seu agente de custódia na Central Depositária gerida pela B3 a depositar tais Ações para a carteira mantida pela Central Depositária gerida pela B3 exclusivamente para este fim. Em qualquer hipótese, tais Ações ficarão bloqueadas na Central Depositária gerida pela B3 até o encerramento do *Lock-up* da Oferta de Varejo. Não obstante o *Lock-up* da Oferta de Varejo, as Ações adquiridas no âmbito da Oferta de Varejo poderão ser outorgadas em garantia da Câmara de Compensação e Liquidação da B3, caso as Ações venham a ser consideradas elegíveis para depósito de garantia, de acordo com os normativos da B3, independentemente das restrições mencionadas acima. Neste caso, a Câmara de Compensação e Liquidação da B3 estará autorizada a desbloquear as Ações adquiridas no âmbito da Oferta de Varejo que foram depositadas em garantia para fins de excussão da garantia, nos termos dos normativos da B3.

Caso o preço de mercado das Ações venha a cair e/ou os Investidores da Oferta de Varejo *Lock-up* por quaisquer motivos venham a precisar de liquidez durante o período de *Lock-up* da Oferta de Varejo aplicável e tendo em vista a impossibilidade das Ações da Oferta de Varejo serem transferidas, emprestadas, oneradas, dadas em garantia ou permutadas, de forma direta ou indireta, tais restrições poderão causar-lhes perdas. Para maiores informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Os Investidores da Oferta de Varejo *Lock-up* ou da Oferta do Segmento Private *Lock-Up*, diante da impossibilidade da transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta, poderão incorrer em perdas em determinadas situações", na página 109 deste Prospecto Preliminar.

Oferta Institucional

A Oferta Institucional será realizada exclusivamente pelos Coordenadores da Oferta e pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Institucionais.

Após o atendimento dos Pedidos de Reserva, até o limite estabelecido, as Ações remanescentes que não forem colocadas no âmbito da Oferta Não Institucional, serão destinadas à colocação junto a Investidores Institucionais, por meio dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, não sendo admitidas para tais Investidores Institucionais reservas antecipadas, inexistindo valores mínimo e máximo de investimento e assumindo cada Investidor Institucional a obrigação de verificar se está cumprindo os requisitos acima para participar da Oferta Institucional, para então apresentar suas intenções de investimento durante o Procedimento de *Bookbuilding*.

Caso o número de Ações objeto de intenções de investimento recebidas de Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding*, na forma do artigo 44 da Instrução CVM 400, exceda o total de Ações remanescentes após o atendimento dos Pedidos de Reserva, nos termos e condições descritos acima, terão prioridade no atendimento de suas respectivas intenções de investimento os Investidores Institucionais que, a critério da Companhia, do Acionista Vendedor, dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, levando em consideração o disposto no Plano de Distribuição, nos termos do artigo 33, parágrafo 3º da Instrução CVM 400 e do Regulamento do Novo Mercado, melhor atendam ao objetivo da Oferta de criar uma base diversificada de acionistas, formada por Investidores Institucionais com diferentes critérios de avaliação sobre as perspectivas da Companhia, seu setor de atuação e a conjuntura macroeconômica brasileira e internacional.

Até as 16h00 do 1° (primeiro) dia útil imediatamente subsequente à data de disponibilização do Anúncio de Início, os Investidores Institucionais serão informados, por meio de seu respectivo endereço eletrônico ou, na sua ausência, por telefone, sobre a Data de Liquidação, a quantidade de Ações alocada e o valor do respectivo investimento. A entrega das Ações alocadas deverá ser realizada na Data de Liquidação, mediante pagamento em moeda corrente nacional, à vista e em recursos imediatamente disponíveis, do valor resultante do Preço por Ação multiplicado pela quantidade de Ações alocadas, de acordo com os procedimentos previstos no Contrato de Colocação.

Nos termos do parágrafo 2º do artigo 85 da Lei nº 6.404, 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e da Deliberação CVM nº 860, de 22 de julho de 2020, o termo de aceitação da Oferta é o documento de aceitação por meio do qual o Investidor Institucional aceita participar da Oferta, subscrever/adquirir e integralizar/liquidar as Ações a ele alocadas. Dessa forma, a subscrição/aquisição das Ações será formalizada por meio do sistema de registro da B3, sendo, portanto, dispensado a apresentação de boletim de subscrição e de eventual contrato de compra e venda.

As Ações que forem objeto de esforços de venda no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, junto a Investidores Estrangeiros, serão obrigatoriamente subscritas/adquiridas no Brasil junto aos Coordenadores da Oferta, em moeda corrente nacional, nos termos da Resolução 4.373, da Instrução CVM 560, ou da Lei 4.131.

Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, mediante a coleta de intenções de investimento, até o limite máximo de 20% do total das Ações inicialmente ofertadas. Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade total de Ações inicialmente ofertada, não será permitida a colocação de Ações junto aos Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as ordens ou intenções de investimento realizadas por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas.

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente na formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá reduzir a liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário. Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A participação de Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a fixação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas poderá reduzir a liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário", na página 106 deste Prospecto Preliminar.

Prazos da Oferta

Nos termos do artigo 18 da Instrução CVM 400, o prazo para a distribuição das Ações terá início na data de disponibilização do Anúncio de Início, com data estimada para ocorrer em [•] de [•] de 2020, nos termos do artigo 52 e 54-A da Instrução CVM 400, e será encerrado na data de disponibilização do "*Anúncio de Encerramento da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Oleoplan S.A. Óleos Vegetais Planalto"* ("Anúncio de Encerramento"), limitado ao prazo máximo de 6 (seis) meses, contado a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início, com data máxima estimada para ocorrer em [•] de [•] de 2020, em conformidade com os artigos 18 e 29 da Instrução CVM 400 ("Prazo de Distribuição").

As Instituições Participantes da Oferta terão o prazo de até 2 (dois) dias úteis, contados da data de disponibilização do Anúncio de Início, para efetuar a colocação das Ações ("Período de Colocação"). A liquidação física e financeira da Oferta deverá ser realizada até o último dia do Período de Colocação ("Data de Liquidação"), exceto com relação à distribuição das Ações Suplementares, cuja liquidação física e financeira deverá ser realizada até o 2º (segundo) dia útil contado da(s) respectiva(s) data(s) de exercício da Opção de Ações Suplementares (cada uma delas, "Data de Liquidação das Ações Suplementares"). As Ações serão entregues aos respectivos investidores até as 16:00 horas da Data de Liquidação ou da Data de Liquidação das Ações Suplementares, conforme o caso.

A data de início da Oferta será divulgada mediante a disponibilização do Anúncio de Início em conformidade com o artigo 52 da Instrução CVM 400. O término da Oferta e seu resultado serão anunciados mediante a disponibilização do Anúncio de Encerramento, com data máxima para ocorrer em [•] de [•] de 2020, em conformidade com o artigo 29 da Instrução CVM 400.

Contrato de Colocação

O Contrato de Colocação será celebrado pela Companhia, pelo Acionista Vendedor e pelos Coordenadores da Oferta, tendo como interveniente anuente a B3. De acordo com os termos do Contrato de Colocação, os Coordenadores da Oferta concordaram em distribuir, em regime de garantia firme de liquidação individual e não solidária, a totalidade das Ações inicialmente ofertadas (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares), diretamente ou por meio das Instituições Consorciadas, em conformidade com as disposições da Instrução CVM 400 e observados os esforços de dispersão acionária previstos no Regulamento do Novo Mercado.

Os Coordenadores da Oferta prestarão Garantia Firme de Liquidação, conforme disposto na seção "*Informações Sobre à Oferta – Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação*", na página 73 deste Prospecto Preliminar.

Nos termos do Contrato de Colocação Internacional, a ser celebrado na mesma data de celebração do Contrato de Colocação, os Agentes de Colocação Internacional realizarão os esforços de colocação das Ações no exterior

O Contrato de Colocação e o Contrato de Colocação Internacional estabelecerão que a obrigação dos Coordenadores da Oferta de efetuar o pagamento pelas Ações estará sujeita a determinadas condições, como a ausência de eventos adversos relevantes na Companhia e no Acionista Vendedor e em seus negócios, a execução de certos procedimentos pelos auditores independentes da Companhia, entrega de opiniões legais pelos assessores jurídicos da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, bem como a assinatura de termos de restrição à negociação das Ações pela Companhia e pelos Administradores, dentre outras providências necessárias.

De acordo com o Contrato de Colocação e com o Contrato de Colocação Internacional, a Companhia e o Acionista Vendedor assumirão a obrigação de indenizar os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional em certas circunstâncias e contra determinadas contingências.

O Contrato de Colocação Internacional obrigará a Companhia e o Acionista Vendedor, a indenizarem os Agentes de Colocação Internacional caso eles venham a sofrer perdas no exterior por conta de incorreções relevantes ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*. O Contrato de Colocação Internacional possui declarações específicas em relação à observância de isenções das leis de valores mobiliários dos Estados Unidos, as quais, se descumpridas, poderão dar ensejo a outros potenciais procedimentos judiciais. Em cada um dos casos indicados acima, procedimentos judiciais poderão ser iniciados contra a Companhia e o Acionista Vendedor no exterior. Estes procedimentos no exterior, em especial nos Estados Unidos, poderão envolver valores substanciais, em decorrência do critério utilizado nos Estados Unidos para o cálculo das indenizações devidas nestes processos. Se eventualmente a Companhia for condenada em um processo no exterior em relação a incorreções relevantes ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*, se envolver valores elevados, tal condenação poderá ocasionar um impacto significativo e adverso na Companhia.

Para informações adicionais, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A realização desta oferta pública de distribuição das Ações, com esforços de colocação no exterior, poderá deixar a Companhia exposta a riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil e no exterior. Os riscos relativos a ofertas de valores mobiliários no exterior são potencialmente maiores do que os riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil", a partir da página 107 deste Prospecto Preliminar.

O Contrato de Colocação estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto aos Coordenadores da Oferta e à CVM, a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início, nos endereços físicos indicados na seção "*Informações Sobre à Oferta – Informações Adicionais*", na página 77 deste Prospecto Preliminar.

Suspensão, Modificação, Revogação ou Cancelamento da Oferta

Caso: (i) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes deste Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelos Investidores Não Institucionais, ou a sua decisão de investimento, nos termos do artigo 45, parágrafo 4°, da Instrução CVM 400; (ii) a Oferta seja suspensa, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400; (iii) a Oferta seja modificada, nos termos dos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400; e/ou (iv) o Preço por Ação seja fixado abaixo de 20% do preço inicialmente indicado, considerando um preço por Ação que seja o resultado da aplicação de 20% sobre o valor máximo da Faixa Indicativa, sendo que o valor resultante desta aplicação de 20% deverá ser descontado do valor mínimo da Faixa Indicativa, nos termos do artigo 4º do Anexo II do Código ANBIMA e do item 21 do Ofício-Circular CVM/SRE, poderão os Investidores Não Institucionais desistir de seus respectivos Pedidos de Reserva sem quaisquer ônus, nos termos abaixo descritos.

A revogação, suspensão, cancelamento ou qualquer modificação na Oferta será imediatamente divulgada por meio de Anúncio de Retificação a ser disponibilizado nas páginas da Companhia, das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e da B3 na rede mundial de computadores, constantes deste Prospecto Preliminar, mesmos meios utilizados para disponibilização do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400.

Na hipótese de suspensão ou modificação da Oferta, nos termos dos artigos 20 e 27 da Instrução CVM 400, ou da ocorrência de um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, as Instituições Consorciadas deverão acautelar-se e certificar-se, no momento das aceitações da Oferta, de que o Investidor Não Institucional está ciente de que a Oferta foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições estabelecidas. Caso o Investidor Não Institucional já tenha aderido à Oferta, cada Instituição Consorciada deverá comunicar diretamente, por correio eletrônico, correspondência física ou qualquer outra forma de comunicação passível de comprovação ao Investidor Não Institucional que tenha efetuado Pedido de Reserva junto a tal Instituição Consorciada a respeito da modificação efetuada. Em tais casos, o Investidor Não Institucional poderá desistir do seu Pedido de Reserva, nos termos acima descritos, até as 16h00 do 5º (quinto) dia útil subsequente à data em que for disponibilizado o Anúncio de Retificação ou à data de recebimento, pelo Investidor Não Institucional, da comunicação direta pela Instituição Consorciada acerca da suspensão ou modificação da Oferta.

Caso o Investidor Não Institucional não informe, por escrito, sua decisão de desistência do Pedido de Reserva, nos termos descritos acima, seu respectivo Pedido de Reserva será considerado válido e o Investidor Não Institucional deverá efetuar o pagamento do valor total de seu investimento nos termos deste Prospecto Preliminar.

Caso o Investidor Não Institucional já tenha efetuado o pagamento nos termos desse Prospecto Preliminar e decida desistir do Pedido de Reserva nas condições previstas acima, os valores depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que, caso venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados do pedido de cancelamento do respectivo Pedido de Reserva.

Na hipótese de: (i) não haver a conclusão da Oferta; (ii) resilição do Contrato de Colocação; (iii) cancelamento da Oferta; (iv) revogação da Oferta que torne ineficazes a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores; ou, ainda, (v) em qualquer outra hipótese de devolução dos Pedidos de Reserva em função de expressa disposição legal, todos os Pedidos de Reserva serão automaticamente cancelados, e cada uma das Instituições Consorciadas que tenha recebido Pedidos de Reserva comunicará ao respectivo Investidor Não Institucional sobre o cancelamento da Oferta, o que poderá ocorrer, inclusive, mediante disponibilização de comunicado ao mercado.

Caso o Investidor Não Institucional já tenha efetuado o pagamento nos termos deste Prospecto Preliminar, os valores depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio, e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados do recebimento pelo investidor da comunicação acerca de quaisquer dos eventos acima referidos.

Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação

Após: (i) a disponibilização do Aviso ao Mercado e de sua respectiva nova disponibilização (com os logotipos das Instituições Consorciadas); (ii) a disponibilização deste Prospecto; (iii) o encerramento do Período de Reserva e do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas; (iv) a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, a celebração do Contrato de Colocação Internacional; (v) a concessão dos registros da Oferta pela CVM; (vi) a disponibilização do Anúncio de Início; e (vii) a disponibilização do Prospecto Definitivo, as Instituições Participantes da Oferta realizarão a colocação das Ações da Oferta e das Ações Adicionais, em mercado de balcão não organizado, em regime de garantia firme de liquidação, a ser prestada exclusivamente pelos Coordenadores da Oferta, de forma individual e não solidária, na proporção e até os limites individuais abaixo descritos e demais disposições previstas no Contrato de Colocação:

Coordenador da Oferta	**Quantidade**	**Percentual**
		(%)
Coordenador Líder	[•]	[•]%
XP	[•]	[•]%
BTG Pactual	[•]	[•]%
Bradesco BBI	[•]	[•]%
UBS BB	[•]	[•]%
Citi	[•]	[•]%
Banco ABC	[•]	[•]%
Total	**[•]**	**[•]%**

A proporção prevista na tabela acima poderá ser realocada de comum acordo entre os Coordenadores da Oferta.

A Garantia Firme de Liquidação consiste na obrigação individual e não solidária dos Coordenadores da Oferta, observado o disposto no Contrato de Colocação, de liquidar financeiramente as Ações da Oferta e as Ações Adicionais que tenham sido subscritas/adquiridas, porém não integralizadas/liquidadas, no Brasil, pelos seus respectivos investidores na Data de Liquidação, na proporção e até o limite individual de garantia firme de liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação. A Garantia Firme de Liquidação é vinculante a partir do momento em que for concluído o Procedimento de *Bookbuilding*, concedidos os registros da Oferta pela CVM, assinado o Contrato de Colocação e o Contrato de Colocação Internacional, disponibilizados o Prospecto Definitivo e o Anúncio de Início.

Caso as Ações da Oferta e as Ações Adicionais, objeto de Garantia Firme de Liquidação efetivamente subscritas/adquiridas por investidores não sejam totalmente integralizadas/liquidadas por estes até a Data de Liquidação, cada Coordenador da Oferta, observado o disposto no Contrato de Colocação, subscreverá/adquirirá e integralizará/liquidará, na Data de Liquidação, pelo Preço por Ação, na proporção e até o limite individual da Garantia Firme de Liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, de forma individual e não solidária, a totalidade do saldo resultante da diferença entre (i) o número de Ações da Oferta e as Ações Adicionais objeto da Garantia Firme de Liquidação prestada pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação, multiplicada pelo Preço por Ação e (ii) o número de Ações da Oferta e as Ações Adicionais objeto da Garantia Firme de Liquidação efetivamente subscritas/adquiridas e integralizadas/liquidadas, no Brasil, por investidores e por esses integralizadas/liquidadas no mercado, multiplicada pelo Preço por Ação.

Para os fins do disposto no item 5 do Anexo VI da Instrução CVM 400, em caso de exercício da Garantia Firme de Liquidação, caso os Coordenadores da Oferta, por si ou por suas afiliadas, nos termos do Contrato de Colocação, tenham interesse em vender tais Ações antes da disponibilização do Anúncio de Encerramento, o preço de venda dessas Ações será o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia, limitado ao Preço por Ação, sendo certo, entretanto, que as operações realizadas em decorrência das Atividades de Estabilização.

Estabilização de Preços das Ações

O Agente Estabilizador, por intermédio da Corretora, após notificação aos Coordenadores da Oferta, poderá, a seu exclusivo critério, realizar operações bursáteis visando à estabilização do preço das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, dentro de até 30 (trinta) dias contados da data de início da negociação das Ações na B3, inclusive, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, o qual foi previamente submetido à análise e aprovação da CVM e da B3, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476, antes da disponibilização do Anúncio de Início.

Não existe obrigação por parte do Agente Estabilizador ou da Corretora de realizar operações bursáteis e, uma vez iniciadas, tais operações poderão ser descontinuadas e retomadas a qualquer momento, observadas as disposições do Contrato de Estabilização. Assim, o Agente Estabilizador e a Corretora poderão escolher livremente as datas em que realizarão as operações de compra e venda das Ações no âmbito das atividades de estabilização, não estando obrigados a realizá-las em todos os dias ou em qualquer data específica, podendo, inclusive, interrompê-las e retomá-las a qualquer momento, a seu exclusivo critério.

O Contrato de Estabilização estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto ao Agente Estabilizador e à CVM a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início, nos endereços indicados na seção "*Informações Sobre à Oferta – Informações Adicionais*", na página 77 deste Prospecto Preliminar.

Formador de Mercado

Em conformidade com o disposto no Código ANBIMA, os Coordenadores da Oferta recomendaram à Companhia e ao Acionista Vendedor a contratação de instituição para desenvolver atividades de formador de mercado, nos termos da Instrução da CVM nº 384, de 17 de março de 2003[, no entanto, não houve contratação de formador de mercado.]

Violações das Normas de Conduta

Na hipótese de haver descumprimento e/ou indícios de descumprimento, por quaisquer das Instituições Consorciadas, de qualquer das obrigações previstas nos respectivos termos de adesão ao Contrato de Colocação, na Carta-Convite ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta, ou, ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável no âmbito da Oferta, incluindo, sem limitação, as normas previstas na Instrução CVM 400, especialmente as normas referentes ao período de silêncio, condições de negociação com as Ações (considerando as Ações Adicionais), emissão de relatórios de pesquisa e de *marketing* da Oferta, conforme previsto no artigo 48 da Instrução CVM 400, tal Instituição Consorciada, a critério exclusivo dos Coordenadores da Oferta e sem prejuízo das demais medidas por eles julgadas cabíveis: (i) deixará de integrar o grupo de instituições financeiras responsáveis pela colocação das Ações (considerando as Ações Adicionais) no âmbito da Oferta, sendo canceladas todas as ordens de investimento, Pedidos de Reserva, boletins de subscrição e contratos de compra e venda que tenha recebido e a Instituição Consorciada deverá informar imediatamente aos respectivos investidores sobre referido cancelamento, devendo ser restituídos pela Instituição Consorciada integralmente aos respectivos investidores os valores eventualmente dados em contrapartida às Ações (considerando as Ações Adicionais), no prazo máximo de até 3 (três) dias úteis contados da data de divulgação do descredenciamento da Instituição Consorciada, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária e, ainda, sem reembolso de custos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos, inclusive, em função do IOF/Câmbio, e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada; (ii) arcará integralmente com quaisquer custos, perdas, incluindo lucros cessantes, danos e prejuízos relativos à sua exclusão como Instituição Participante da Oferta, incluindo custos com publicações, indenizações decorrentes de eventuais condenações judiciais em ações propostas por investidores por conta do cancelamento, honorários advocatícios e demais custos perante terceiros, inclusive custos decorrentes de demandas de potenciais investidores; (iii) indenizará, manterá indene e isentará os Coordenadores da Oferta, suas afiliadas e respectivos administradores, acionistas, sócios, funcionários e empregados, bem como os sucessores e cessionários dessas pessoas

por toda e qualquer perda que estes possam incorrer; e (iv) poderá ter suspenso, por um período de 6 (seis) meses contados da data da comunicação da violação, o direito de atuar como instituição intermediária em ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários sob a coordenação de quaisquer dos Coordenadores da Oferta. Os Coordenadores da Oferta não serão, em hipótese alguma, responsáveis por quaisquer prejuízos causados aos investidores que tiverem suas intenções de investimento, Pedidos de Reserva, boletins de subscrição e contratos de compra e venda cancelados por força do descredenciamento da Instituição Consorciada. A Instituição Consorciada deverá comunicar imediatamente o referido cancelamento aos investidores de quem tenha recebido ordem de investimento, Pedido de Reserva, boletins de subscrição e contratos de compra e venda, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, a contar da data de divulgação de seu descredenciamento.

Direitos, Vantagens e Restrições das Ações

As Ações (considerando as Ações Adicionais) conferirão aos seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições conferidos aos titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos previstos em seu Estatuto Social, na Lei das Sociedades por Ações e no Regulamento do Novo Mercado, conforme vigentes nesta data, dentre os quais se destacam os seguintes:

(i) direito de voto nas assembleias gerais da Companhia, sendo que a cada ação ordinária de emissão da Companhia corresponderá um voto;

(ii) direito de alienação das ações ordinárias de emissão da Companhia nas mesmas condições asseguradas ao acionista controlador alienante, em caso de alienação, direta ou indireta, a título oneroso, do controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas (*tag along* de 100% do preço);

(iii) direito de alienação das ações ordinárias de emissão da Companhia em oferta pública de aquisição de ações a ser realizada pela Companhia ou pelos eventuais acionistas controladores da Companhia, em caso de cancelamento do registro de companhia aberta ou de saída do Novo Mercado, por, no mínimo, seu valor justo, apurado mediante laudo de avaliação elaborado por instituição ou empresa especializada com experiência comprovada;

(iv) no caso de liquidação da Companhia, direito de participar do acervo da Companhia, na proporção da sua participação no capital social, nos termos do artigo 109, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações;

(v) direito de preferência na subscrição de novas ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição emitidos pela Companhia, conforme conferido pelo artigo 109, inciso IV, da Lei das Sociedades por Ações, exceto conforme previsto no artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações e no artigo 7°, parágrafo 3°, do estatuto social da Companhia;

(vi) direito ao dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 36 do estatuto social da Companhia;

(vii) direito ao recebimento integral de dividendos e demais proventos de qualquer natureza que a Companhia vier a declarar a partir da data de conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*; e

(viii) todos os demais direitos assegurados às ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos previstos no Regulamento do Novo Mercado, no Estatuto Social da Companhia e na Lei das Sociedades por Ações.

Para mais informações sobre os direitos, vantagens e restrições das ações ordinárias de emissão da Companhia, veja a seção "*18. Valores Mobiliários*" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto Preliminar, a partir da página 811 deste Prospecto Preliminar.

Negociação das Ações na B3

A Companhia e a B3 celebrarão oportunamente o Contrato de Participação no Novo Mercado, por meio do qual a Companhia aderirá às práticas diferenciadas de governança corporativa do Novo Mercado da B3, disciplinado pelo Regulamento do Novo Mercado, que estabelece regras diferenciadas de governança corporativa e divulgação de informações ao mercado a serem observadas pela Companhia, mais rigorosas do que aquelas estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações, observado que o referido contrato entrará em vigor na data de disponibilização do Anúncio de Início.

As Ações passarão a ser negociadas no Novo Mercado a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à disponibilização do Anúncio de Início sob o código "[•]".

As principais regras relativas ao Regulamento do Novo Mercado encontram-se resumidas no Formulário de Referência, anexo a este Prospecto Preliminar, a partir da página 497 deste Prospecto Preliminar. Para informações adicionais sobre a negociação das Ações na B3, consulte uma instituição autorizada a operar na B3.

Recomenda-se a leitura, além deste Prospecto, do Formulário de Referência, para informações adicionais sobre a Companhia, incluindo seu setor de atuação, suas atividades e situação econômica e financeira, e os fatores de risco que devem ser considerados antes da decisão de investimento nas Ações.

Acordos de Restrição à Venda de Ações (*Lock-up*)

[**Nota MF**: A ser atualizado conforme o PFA.]

[A Companhia e cada um de seus Administradores, e o Acionista Vendedor se comprometerão, perante os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional, a celebrar Instrumentos de *Lock-up*, por meio dos quais, observadas as exceções previstas no Contrato de Colocação e no Contrato de Colocação Internacional, concordarão em não emitir, oferecer, vender, contratar a venda, empenhar, emprestar, dar em garantia, conceder qualquer opção de compra, realizar qualquer venda a descoberto ou de outra forma onerar ou dispor, direta ou indiretamente, pelo Período de *Lock-up*, quaisquer Ações de que sejam titulares imediatamente após a Oferta, ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por, ou que representem um direito de receber Ações, ou que admitam pagamento mediante entrega de Ações, bem como derivativos nelas lastreados.]

[As vedações listadas acima não se aplicam nas hipóteses de transferências das Ações: **(i)** decorrentes da venda de Ações decorrentes do Contrato de Colocação e do Contrato de Colocação Internacional (incluindo Ações Suplementares); **(ii)** decorrentes de doações, desde que anteriormente a referida doação, o beneficiário da doação concorde por escrito a estar sujeito pelos termos dos Instrumentos de *Lock-up* e confirme estar de acordo com os seus termos; **(iii)** para qualquer Afiliadas da Companhia, desde que o beneficiário da transferência confirme estar de acordo com os termos aqui estabelecidos; **(iv)** ao empréstimo a qualquer dos Coordenadores da Oferta ou a entidade indicada por tais Coordenadores da Oferta para fins de estabilização das Ações; e **(v)** decorrentes de operações em mercado, desde que em tais operações não precisem ser reportadas, nos termos do Contrato de Colocação e/ou do Contrato de Colocação Internacional].

A venda ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial das Ações poderá prejudicar o valor de negociação das Ações.

Para mais informações, veja a seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A venda, ou a percepção de potencial venda, de quantidades significativas das Ações, após a conclusão da Oferta e do Período de Lock-up, poderá afetar negativamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário ou a percepção dos investidores sobre a Companhia*", na página 105 deste Prospecto Preliminar.

Instituição Financeira Responsável pela Escrituração das Ações

A instituição financeira contratada para a prestação de serviços de escrituração, custódia e transferência das ações ordinárias de emissão da Companhia é Banco Bradesco S.A.

Inadequação da Oferta

O investimento em ações representa um investimento de risco, pois é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir em ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive àqueles relacionados às Ações, à Companhia, ao setor em que atua, aos seus acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil, descritos neste Prospecto Preliminar e no Formulário de Referência, anexo a este Prospecto Preliminar, a partir da página 497 deste Prospecto Preliminar, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. O investimento em ações não é, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais. Ainda assim, não há qualquer classe ou categoria de investidor que esteja proibida por lei de subscrever/adquirir ações ou, com relação à qual o investimento em ações seria, no entendimento da Companhia, do Acionista Vendedor e dos Coordenadores da Oferta, inadequado.

Informações Adicionais

A subscrição[/aquisição] das Ações apresenta certos riscos e possibilidades de perdas patrimoniais que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. **Recomenda-se aos potenciais investidores, incluindo-se os Investidores Institucionais, que leiam este Prospecto Preliminar, em especial as seções "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta* e *às Ações*" e "*Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relacionados à Companhia*", nas páginas 103 e 23 deste Prospecto Preliminar, respectivamente, bem como a seção "*4. Fatores de Risco*" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto Preliminar, a partir da página 526 deste Prospecto Preliminar, antes de tomar qualquer decisão de investir nas Ações.**

Os Coordenadores da Oferta recomendam fortemente que os Investidores Não Institucionais interessados em participar da Oferta leiam, atenta e cuidadosamente, os termos e condições estipulados nos Pedidos de Reserva, especialmente os procedimentos relativos ao pagamento do Preço por Ação e à liquidação da Oferta, bem como as informações constantes deste Prospecto Preliminar e do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, a partir da página 497 deste Prospecto Preliminar, especialmente as seções que tratam sobre os riscos aos quais a Companhia está exposta. **É recomendada a todos os investidores a leitura deste Prospecto e do Formulário de Referência antes da tomada de qualquer decisão de investimento.**

Nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 400, o Acionista Vendedor foi dispensado pela CVM de divulgar o Aviso ao Mercado, bem como sua nova disponibilização (com o logotipo das Instituições Consorciadas), o Anúncio de Início, o Anúncio de Encerramento, eventuais Anúncios de Retificação, bem como todo e qualquer aviso ou comunicado relativo à Oferta, uma vez que se tratam de pessoas físicas e não possuem página própria registrada na rede mundial de computadores para este fim.

Os investidores que desejarem obter exemplar do Prospecto Preliminar ou informações adicionais sobre a Oferta deverão se dirigir, a partir da data de disponibilização deste Aviso ao Mercado, aos seguintes endereços e páginas da rede mundial de computadores da Companhia, dos Coordenadores da Oferta e/ou das demais Instituições Participantes da Oferta, da CVM e da B3, conforme abaixo indicados:

Companhia

OLEOPLAN S.A. ÓLEOS VEGETAIS PLANALTO
Rua Dom Pedro II, nº 723, Bairro Higienópolis
CEP 90.550-142, Porto Alegre, RS
At.: Sr. Angelo Muratore
Tel.: +55 (11) 3329-5555
www.ri.oleoplan.com.br (neste *website*, clicar em "[•]")

Coordenadores da Oferta

BANCO ITAÚ BBA S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3500, 1º, 2º, 3º, 4º e 5º andares
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: Sra. Renata Domingues
Tel.: +55 (11) 3708-8000
http://www.itau.com.br/itaubba-pt/nossos-negocios/ofertas-publicas/, neste *website* clicar em "Oleoplan S.A. Óleos Vegetais Planalto", clicar em "2020", em "Oferta Pública Inicial de Ações (IPO)" e acessar o Prospecto Preliminar".

XP INVESTIMENTOS CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
Avenida Chedid Jafet, nº 75, Torre Sul, 30º andar
CEP 04551-065, São Paulo, SP
At.: Sr. Vitor Saraiva
Tel.: +55 (11) 4871-4277
http://www.xpi.com.br (neste *website*, no item "Investimentos", clicar em "Oferta Pública", em seguida clicar em "Oferta Pública de Distribuição de Ações Ordinárias da Oleoplan S.A. Óleos Vegetais Planalto" e, então, clicar em "Prospecto Preliminar").

BANCO BTG PACTUAL S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.477, 14º andar
CEP 04538-133, São Paulo, SP
At.: Sr. Fabio Nazari
Telefone: +55 (11) 3383-2000
https://www.btgpactual.com/investment-bank (neste *website* acessar "Mercado de Capitais – Download", depois clicar em "2020" e, a seguir, logo abaixo de "Distribuição Pública Primária de Ações da Oleoplan S.A. Óleos Vegetais Planalto", clicar no título do documento "Prospecto Preliminar").

BANCO BRADESCO BBI S.A.
Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1309, 10º andar
CEP 04543-011, São Paulo, SP
At.: Sra. Claudia Mesquita
Tel.: +55 (11) 3847-5488
https://www.bradescobbi.com.br/Site/Home/Default.aspx (neste *website*, identificar "IPO Oleoplan" e, posteriormente, clicar no título do documento correspondente).

UBS BRASIL CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.440, 7º andar
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: João Auler
Telefone: (11) 2767-6542
http:///www.ubs.com/br/pt/ubsbb-investment-bank/public-offers.html (neste *website*, clicar no título do documento correspondente no subitem "Oleoplan S.A. - Óleos Vegetais Planalto").

CITIGROUP GLOBAL MARKETS BRASIL, CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
Avenida Paulista, 1111, 10º andar (parte)
CEP 01311-920 São Paulo, SP
At.: Sr. Marcelo Millen
Tel.: +55 (11) 4009-2073
https://corporateportal.brazil.citibank.com/prospectos.html (neste *website*, clicar em "Oleoplan S.A. Óleos Vegetais Planalto" e, a seguir, clicar em "2020", na sequência, clicar em "Oferta Pública Inicial de Ações (IPO)" e, por fim, clicar no *link* do Prospecto Prelimiar).

BANCO ABC BRASIL S.A.
Avenida Cidade Jardim, 803, 2º andar
CEP 01453-000, São Paulo, SP
At.: Sr. Bruno Bilate Sbano
Tel.: +55 (11) 3170-2000
https://www.abcbrasil.com.br/ (neste *website*, localizar o item "ABC Corporate", depois clicar em "Investment Banking", então clicar em "Saiba mais" no link incluído na descrição de "Mercado de Capitais", em seguida clicar em "Oferta de Ações" e localizar "Oleoplan S.A. Óleos Vegetais Planalto" e, a seguir, clicar no documento correspondente).

Este Prospecto também estará disponível nos seguintes endereços e *websites*: (i) **CVM**, situada na Rua Sete de Setembro, 111, 5º andar, CEP 20159-900, na cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, e na Rua Cincinato Braga, 340, 2º, 3º e 4º andares, CEP 01333-010, na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo (www.cvm.gov.br – neste *website* acessar "Central de Sistemas" na página inicial, acessar "Ofertas Públicas", em seguida, na tabela de "Primárias/Secundárias", clicar no item "Ações", depois, na página referente a "Ofertas Primárias/Secundárias em Análise", na tabela "Oferta Inicial (IPO) – Volume em R$", acessar o link referente à "Oleoplan S.A. Óleos Vegetais Planalto" e, posteriormente, clicar no link referente ao Prospecto Preliminar disponível); e (ii) **B3**http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/solucoes-para-emissores/ofertas-publicas/ofertas-em-andamento/, clicar em clicar em "Oleoplan S.A. Óleos Vegetais Planalto" e, posteriormente, acessar "Prospecto Preliminar").

Links para Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta

O AVISO AO MERCADO, BEM COMO SUA NOVA DISPONIBILIZAÇÃO (COM O LOGOTIPO DAS INSTITUIÇÕES CONSORCIADAS), O ANÚNCIO DE INÍCIO, O ANÚNCIO DE ENCERRAMENTO, EVENTUAIS ANÚNCIOS DE RETIFICAÇÃO, BEM COMO TODO E QUALQUER AVISO OU COMUNICADO RELATIVO À OFERTA SERÃO DISPONIBILIZADOS, ATÉ O ENCERRAMENTO DA OFERTA, EXCLUSIVAMENTE, NAS PÁGINAS NA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES DA COMPANHIA, DOS COORDENADORES DA OFERTA E/OU DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA INDICADAS ABAIXO.

Companhia

OLEOPLAN S.A. ÓLEOS VEGETAIS PLANALTO
www.ri.oleoplan.com.br (neste website, clicar em "[•]")

COORDENADORES DA OFERTA

BANCO ITAÚ BBA S.A.
http://www.itau.com.br/itaubba-pt/nossos-negocios/ofertas-publicas/, neste *website* clicar em "Oleoplan S.A. Óleos Vegetais Planalto", clicar em "2020", em "Oferta Pública Inicial de Ações (IPO)" e acessar o "Aviso ao Mercado".

XP INVESTIMENTOS CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
http://www.xpi.com.br (neste *website*, no item "Investimentos", clicar em "Oferta Pública", em seguida clicar em "Oferta Pública de Distribuição de Ações Ordinárias da Oleoplan S.A. Óleos Vegetais Planalto" e, então, clicar em "Aviso ao Mercado").

BANCO BTG PACTUAL S.A.
https://www.btgpactual.com /investment-bank (neste *website* acessar "Mercado de Capitais – Download", depois clicar em "2020" e, a seguir, logo abaixo de "Distribuição Pública Primária de Ações da Oleoplan S.A. Óleos Vegetais Planalto", clicar no título do documento correspondente).

BANCO BRADESCO BBI S.A.
https://www.bradescobbi.com.br/Site/Home/Default.aspx (neste *website*, identificar "IPO Oleoplan" e, posteriormente, clicar no título do documento correspondente).

UBS BRASIL CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
http://www.ubs.com/br/pt/ubsbb-investment-bank/public-offers.html (neste *website*, em "Ofertas em Andamento", acessar "Oleoplan S.A. – Óleos Vegetais Planalto" e, depois, clicar nos *links* disponíveis dos avisos e anúncios da Oferta).

CITIGROUP GLOBAL MARKETS BRASIL, CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
https://corporateportal.brazil.citibank.com/prospectos.html (neste *website*, clicar em "Oleoplan S.A. Óleos Vegetais Planalto" e, a seguir, clicar em "2020", na sequência, clicar em "Oferta Pública Inicial de Ações (IPO)" e, por fim, selecionar o título do documento correspondente).

BANCO ABC BRASIL S.A.
https://www.abcbrasil.com.br/ (neste *website*, localizar o item "ABC Corporate", depois clicar em "Investment Banking", então clicar em "Saiba mais" no link incluído na descrição de "Mercado de Capitais", em seguida clicar em "Oferta de Ações" e localizar "Oleoplan S.A. Óleos Vegetais Planalto" e, a seguir, clicar no documento correspondente).

Instituições Consorciadas

Informações adicionais sobre as Instituições Consorciadas podem ser obtidas nas dependências das Instituições Consorciadas credenciadas junto à B3 para participar da Oferta, bem como na página da rede mundial de computadores da B3 (www.b3.com.br).

Este Prospecto não constitui uma oferta de venda de Ações nos Estados Unidos ou em qualquer outra jurisdição em que a venda seja proibida, sendo que não será realizado nenhum registro da Oferta ou das Ações na SEC ou em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país, exceto o Brasil. As Ações não poderão ser ofertadas ou vendidas nos Estados Unidos ou a pessoas consideradas *U.S. persons*, conforme definido no *Regulation S*, sem que haja o registro sob o *Securities Act*, ou de acordo com uma isenção de registro nos termos do *Securities Act*. A Companhia, o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta não pretendem registrar a Oferta ou as Ações nos Estados Unidos nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país.

Tendo em vista a possibilidade de veiculação de matérias na mídia sobre a Companhia, o Acionista Vendedor e a Oferta, a Companhia, o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta alertam os investidores que estes deverão basear suas decisões de investimento única e exclusivamente nas informações constantes dos Prospectos e do Formulário de Referência.

LEIA ESTE PROSPECTO PRELIMINAR E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL AS SEÇÕES "*SUMÁRIO DA COMPANHIA – PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELACIONADOS À COMPANHIA*" E "*FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES*", NAS PÁGINAS 23 E 103 DESTE PROSPECTO, BEM COMO A SEÇÃO "*4. FATORES DE RISCO*" DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, ANEXO A ESTE PROSPECTO PRELIMINAR, A PARTIR DA PÁGINA 526 DESTE PROSPECTO PRELIMINAR PARA UMA DESCRIÇÃO DE CERTOS FATORES DE RISCO RELACIONADOS À COMPANHIA, À OFERTA E SUBSCRIÇÃO[/AQUISIÇÃO] DE AÇÕES QUE DEVEM SER CONSIDERADOS NA TOMADA DE DECISÃO DE INVESTIMENTO.

A Oferta está sujeita à prévia análise e aprovação da CVM, sendo que os registros da Oferta foram requeridos junto à CVM em [20] de outubro de 2020.

O REGISTRO DA PRESENTE OFERTA NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DA COMPANHIA, BEM COMO SOBRE AS AÇÕES A SEREM DISTRIBUÍDAS.

Não há inadequação específica da Oferta a certo grupo ou categoria de investidor. Como todo e qualquer investimento em valores mobiliários de renda variável, o investimento nas Ações apresenta riscos e possibilidade de perdas patrimoniais que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimentos. Portanto, uma decisão de investimento nas Ações requer experiência e conhecimentos específicos que permitam ao investidor uma análise detalhada dos negócios da Companhia, mercado de atuação e os riscos inerentes aos negócios da Companhia, já que podem, inclusive, ocasionar a perda integral do valor investido. Recomenda-se que os interessados em participar da Oferta consultem seus advogados, contadores, consultores financeiros e demais profissionais que julgarem necessários para auxiliá-los na avaliação da adequação da Oferta ao perfil de investimento, dos riscos inerentes aos negócios da Companhia e ao investimento nas Ações.

O investimento em ações representa um investimento de risco, pois é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir em ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive àqueles relacionados às Ações, à Companhia, ao setor em que atua, aos seus acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil, descritos neste Prospecto Preliminar e no Formulário de Referência, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. O investimento em ações não é, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais. Ainda assim, não há qualquer classe ou categoria de investidor que esteja proibida por lei de subscrever/adquirir ações ou, com relação à qual o investimento em ações seria, no entendimento da Companhia, do Acionista Vendedor e dos Coordenadores da Oferta, inadequado.

APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA

Banco Itaú BBA ou Coordenador Líder

O Itaú BBA é o banco de atacado do conglomerado Itaú Unibanco. O Itaú BBA é resultado da fusão dos bancos BBA e das áreas *corporate* do Banco Itaú S.A. e Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. Em 30 de setembro de 2019, o Itaú Unibanco apresentou os seguintes resultados: ativos na ordem de R$1,6 trilhão e uma carteira de crédito de R$689 bilhões. A história do Itaú BBA começa com o BBA Creditanstalt, fundado em 1988 em São Paulo por Fernão Bracher e Antonio Beltran, em parceria com o Bank Austria Creditanstalt. A atuação do banco estava voltada para operações financeiras bancárias, com características de atacado, e destaque para *underwriting*, *hedge*, crédito e câmbio.

Em 1991, foi a única instituição brasileira a coordenar o consórcio de bancos estrangeiros para investimentos no programa de privatização de empresas estatais no país. Ainda no mesmo ano, recebeu autorização do BACEN para operar subsidiária em Bahamas e atender a demanda de clientes na área internacional.

Em 1994, assinou acordo de cooperação com a administradora de recursos Paribas Capital. No ano seguinte, juntou-se ao Capital Group, de Los Angeles, para formar a administradora de fundos BBA Capital. Em 1996, adquiriu a Financiadora Mappin e criou a Fináustria, especializada em financiamento de veículos. Nessa época, já contava com sucursais em Campinas, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Belo Horizonte.

Em 2001, o BBA tem novo parceiro de negócios, em razão da compra do Creditanstalt pelo grupo alemão HVB. No ano seguinte, a associação com o Grupo Icatu fez surgir duas empresas: a BBA Icatu Corretora e a BBA Icatu Investimentos.

No final de 2002, ocorreu a associação com o Banco Itaú S.A., surgindo assim uma nova instituição: o Itaú BBA. Com gestão autônoma para conduzir todos os negócios de clientes corporativos e banco de investimento do grupo, passa a contar com a base de capital e liquidez do Itaú e a especialização do BBA no segmento de atacado.

Em 2005, o Itaú BBA ampliou as atividades de banco de investimentos e, com isso, consolidou-se como um player de mercado em fusões e aquisições, equities e renda fixa local, conforme descrito abaixo. A partir de 2008, iniciou expansão de suas atividades em renda fixa internacional e produtos estruturados.

Em 2009, o BACEN aprovou a associação entre o Itaú e o Unibanco. O Itaú BBA uniu-se com a área corporate do Unibanco, e ainda concentrou as atividades de tesouraria institucional do grupo.

Atividade de Investment Banking do Itaú BBA

A área de *investment banking* do Itaú BBA oferece assessoria a clientes corporativos e investidores na estruturação de produtos de banco de investimento, incluindo renda variável, renda fixa e fusões e aquisições.

O Itaú BBA tem sido reconhecido como um dos melhores bancos de investimento nas regiões em que atua: foi eleito cinco anos consecutivos, de 2011 a 2015, banco de investimento mais inovador da América Latina pela The Banker, para a mesma região, foi considerado o melhor banco de investimento em 2011, 2012, 2013, 2015, 2016 e 2017 pela Global Finance, mesma instituição que o apontou como o melhor *investment bank* do Brasil em 2009, 2012, 2013, 2014 e 2015 e como o banco mais criativo do mundo em 2016. Também em 2016, o Itaú BBA foi eleito pela Bloomberg como o melhor assessor em transações de M&A da América Latina e Caribe.

Em renda variável, o Itaú BBA oferece serviços para estruturação de ofertas públicas primárias e secundárias de ações e de *Deposit Receipts* (DRs), ofertas públicas para aquisição e permuta de ações, além de assessoria na condução de processos de reestruturação societária de companhias abertas e trocas de participações acionárias. A condução das operações é realizada em conjunto com a Itaú Corretora de Valores S.A., que tem relacionamento com investidores domésticos e internacionais, além de contar com o apoio da melhor casa de *research* do Brasil e da América Latina, segundo a Institucional Investor. Em 2019 o Itaú BBA foi líder em emissões no mercado brasileiro em número de transações que totalizaram US$18,8 bilhões.

Com equipe especializada, a área de fusões e aquisições do Itaú BBA oferece aos clientes estruturas e soluções para assessoria, coordenação, execução e negociação de aquisições, desinvestimentos, fusões e reestruturações societárias. De acordo com o *ranking* de fusões e aquisições da Dealogic, o Itaú BBA prestou assessoria financeira a 45 transações em 2019 na America do Sul, obtendo a primeira colocação no *ranking* por quantidade de operações acumulando um total de US$8,5 bilhões.

No segmento de renda fixa, o Itaú BBA conta com equipe dedicada para prover aos clientes produtos no mercado doméstico e internacional, tais como: notas promissórias, debêntures, *commercial papers*, *fixed* e floating rate notes, fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC), certificados de recebíveis imobiliários (CRI) e certificados de recebíveis do agronegócio (CRA). Em 2014, segundo o *ranking* da ANBIMA, o Itaú BBA foi líder em distribuição de renda fixa local, coordenando 20% do volume total distribuído, que ultrapassou os R$7 bilhões. Pelo mesmo *ranking*, o Itaú BBA ficou em segundo lugar em 2015 e 2016, tendo coordenado operações cujo volume total somou mais de US$4 bilhões em 2015, US$8 bilhões em 2016 e US$6 bilhões em 2017, equivalente a 14%, 21% e 27% do total, respectivamente. Em 2018 o Itaú BBA foi líder obtendo 37% de participação sobre o volume total emitido, tendo coordenado operações cujo volume total somou aproximadamente US$8 bilhões.

XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.

O Grupo XP é uma plataforma tecnológica de investimentos e serviços financeiros, que tem por missão transformar o mercado financeiro no Brasil e melhorar a vida das pessoas.

A XP foi fundada em 2001, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, como um escritório de agentes autônomos de investimentos com foco em investimentos em bolsa de valores e em oferecer educação financeira para os investidores, tornando-se uma corretora de valores no ano de 2007.

Com o propósito de oferecer educação financeira e de melhorar a vida das pessoas através de investimentos desvinculados dos grandes bancos, a XP vivenciou uma rápida expansão.

Em 2017, o Itaú Unibanco adquiriu participação minoritária no Grupo XP, de 49,9%, reafirmando o sucesso de seu modelo de negócios.

Em dezembro de 2019, a XP Inc., sociedade holding do Grupo XP, realizou uma oferta inicial de ações na Nasdaq, sendo avaliada, à época, em mais de R$78 bilhões.

O Grupo XP possui as seguintes áreas de atuação: (i) corretora de valores, que inclui serviços de corretagem e assessoria de investimentos para clientes pessoa física e jurídica, coordenação e estruturação de ofertas públicas e, além disso, uma plataforma de distribuição de fundos independentes com mais de 590 fundos de 150 gestores; (ii) asset management, com mais de R$40 bilhões de reais sob gestão, e que via XP Asset Management oferece fundos de investimentos em renda fixa, renda variável e fundos de investimentos imobiliários; e (iii) mercado de capitais, que engloba um portfólio completo de serviços e soluções para adequação de estrutura de capital e assessoria financeira.

Além da marca “XP” (www.xpi.com.br), o Grupo XP ainda detém as marcas “Rico” (www.rico.com.vc) e “Clear” (www.clear.com.br).

Em 30 de junho de 2020, o Grupo XP contava com mais de 2.360.000 (dois milhões, trezentos e sessenta mil) clientes ativos e mais de 7.000 (sete mil) agentes autônomos em sua rede, totalizando R$436 bilhões de ativos sob custódia, e com escritórios em São Paulo, Rio de Janeiro, Miami, Nova Iorque, Londres e Genebra.

Atividade de Mercado de Capitais da XP

A área de mercado de capitais atua com presença global, oferecendo a clientes corporativos e investidores uma ampla gama de produtos e serviços por meio de uma equipe altamente experiente e dedicada aos seguintes segmentos: Dívida local (Debêntures, Debêntures de Infraestrutura, CRI, CRA, CDCA, FIDC, LF), Dívida Internacional (*Bonds*), Securitização, *Equity Capital Markets*, M&A, Crédito Estruturado, *Project Finance* e *Development Finance*.

No segmento de renda fixa e híbridos, a XP apresenta posição de destaque ocupando o primeiro lugar no Ranking ANBIMA de Distribuição de Fundo de Investimento Imobiliário, tendo coordenado 11 ofertas que totalizaram R$3,7 bilhões em volume distribuído, representando 55,5% de participação nesse segmento até junho de 2020. Ainda, no Ranking ANBIMA de Distribuição de Renda Fixa, a XP detém a 1ª colocação nas emissões de CRA e 2ª colocação nas emissões de CRI. Na visão consolidada, que engloba debêntures, notas promissórias e securitização, a XP está classificada em 4º lugar, tendo distribuído R$1,8 bilhões em 16 operações.

Em renda variável, a XP oferece serviços para estruturação de ofertas públicas primárias e secundárias de ações. A condução das operações é realizada em âmbito global com o apoio de uma equipe de *equity sales* presente na América do Norte, América Latina e Europa e de uma equipe de *equity research* que cobre mais de 45 empresas de diversos setores. Em 2019, a XP atuou de forma ativa no segmento de *Equity Capital Markets* atuando como assessora do Grupo CB na estruturação da operação de R$2,30 bilhões que alterou a estrutura societária da Via Varejo; *follow-on* da Petrobras no valor de R$7,30 bilhões; *follow-on* da Light no valor de R$2,5 bilhões; IPO da Afya no valor de US$250 milhões; *follow-on* da Movida no valor de R$832 milhões; *follow-on* da Omega Geração no valor de R$830 milhões; IPO da Vivara no valor de R$2.041 milhões; *follow-on* de Banco do Brasil no valor de R$5.837 milhões; *follow-on* de LOG Commercial Properties no valor de R$637 milhões; IPO da C&A no valor de R$1.627 milhões de reais e no IPO do Banco BMG no valor de R$1.391 milhões, *follow-on* de Cyrela Commercial Properties no valor de R$760 milhões; IPO da XP Inc. no valor de R$9.276 milhões e no *follow-on* de Unidas no valor de R$1.837 milhões.

Em 2020, a XP atuou de forma ativa no segmento de *Equity Capital Markets* atuando no *follow-on* da Ânima no valor de R$1.100 milhões; *follow-on* da Petrobras no valor de R$22 bilhões; *follow-on* da Positivo Tecnologia no valor de R$353 milhões; IPO da Locaweb no valor de R$1,3 bilhões; IPO da Priner no valor de R$173 milhões; *follow-on* da Via Varejo no valor de R$4,5 bilhões; IPO da Aura Minerals no valor de R$785 milhões; *follow-on* da IMC no valor de R$384 milhões; *follow*-on de Irani no valor de R$405 milhões; *follow*-on da JHSF no valor de R$400 milhões; IPO do Grupo Soma no valor de R$1,8 bilhões; IPO da D1000 no valor de R$400 milhões; IPO da Pague Menos no valor de R$747 milhões; IPO da Lavvi no valor de R$1.027 milhões; IPO da Melnick Even no valor de R$621 milhões. Ademais, nos anos de 2016, 2017 e 2018 a XP foi líder em alocação de varejo em ofertas de renda variável, responsável por alocar o equivalente a 72,2%, 53,4% e 64,1%, respectivamente, do total de ativos de renda variável alocados nos referidos anos.

Adicionalmente, a XP possui uma equipe especializada para a área de fusões e aquisições, oferecendo aos clientes estruturas e soluções para assessoria, coordenação, execução e negociação de aquisições, desinvestimentos, fusões e reestruturações societárias.

Banco BTG Pactual S.A.

O Banco Pactual S.A. foi fundado em 1983 como uma distribuidora de títulos e valores mobiliários. Em 2006, o UBS A.G., instituição global de serviços financeiros, e o Banco Pactual S.A. associaram-se para criar o Banco UBS Pactual S.A. Em 2009, o Banco UBS Pactual S.A. foi adquirido pelo grupo BTG Investments, formando o BTG Pactual. O BTG Pactual tem como foco principal as áreas de pesquisa, finanças corporativas, mercado de capitais, fusões e aquisições, wealth management, asset management e sales and trading (vendas e negociações).

No Brasil, possui escritórios em São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Porto Alegre e Recife. Possui, ainda, escritórios em Londres, Nova Iorque, Santiago, Cidade do México, Lima, Medellín, Bogotá e Buenos Aires.

Na área de asset management, as estratégias de investimento são desenhadas para clientes institucionais, clientes private, empresas e parceiros de distribuição. Na área de wealth management, o BTG Pactual oferece uma ampla seleção de serviços personalizados, que variam desde asset management a planejamento sucessório e patrimonial. O BTG Pactual também oferece serviços de sales and trading (vendas e negociações) em renda fixa, ações e câmbio na América Latina, tanto em mercados locais quanto internacionais. Na área de investment banking, o BTG Pactual presta serviços para diversos clientes em todo o mundo, incluindo serviços de subscrição nos mercados de dívida e ações públicos e privados, assessoria em operações de fusões e aquisições e produtos estruturados personalizados.

O BTG Pactual é o líder no ranking de ofertas de ações do Brasil de 2004 a 2015 pelo número de operações, participando de um total de mais de 170 operações no período, segundo o ranking da base de dados internacional Dealogic. Além disso, ficou em 1º lugar em volume e em número de ofertas em 2012 (Dealogic) e sempre em posição de liderança com base em outros rankings desde 2004 (ANBIMA e Bloomberg). Ademais, vale destacar a forte presença do banco na América Latina, tendo conquistado o 1º lugar em volume e em número de ofertas nos anos de 2013 e 2012 (Dealogic, Bloomberg e Thomson Reuters).

Demonstrando a sua força no Brasil, o BTG Pactual foi eleito em 2010, 2011 e em 2013 como o "Brazil's Equity House of the Year", segundo a Euromoney. O BTG Pactual foi também eleito por três vezes "World's Best Equity House" (Euromoney, em 2003, 2004 e 2007), além de "Equity House of the Year" (IFR, 2007). Sua atuação e grande conhecimento sobre a América Latina renderam sete vezes o título de "Best Equity House Latin America" (Euromoney de 2002 a 2005, 2007, 2008 e 2013; IFR em 2013) e o título de "Best Investment Bank" (Global Finance em 2011 e World Finance em 2012). Como principal suporte a seus investidores, o BTG Pactual sempre investiu fortemente na sua equipe de equity research, buscando os melhores profissionais do mercado para a atuação junto ao grupo de investidores. Seus investimentos na área renderam o título de "#1 Equity Research Team Latin America" em 2012, 2014 e 2015, bem como no período de 2003 a 2007 (Institutional Investor, Weighted Rankings).

Adicionalmente, sua expertise é demonstrada pela forte atuação no Brasil, onde o BTG Pactual foi reconhecido pela sua atuação nos últimos anos, como primeiro colocado no ranking da Institutional Investor de 2003 a 2009, e 2012 a 2015 e como segundo colocado em 2010 e 2011, segundo o ranking publicado pela revista Institutional Investor.

O BTG Pactual apresentou forte atuação em 2010 no mercado de ofertas públicas de renda variável, participando das ofertas de *follow-on* do Banco do Brasil, JBS, Even, PDG Realty, Petrobras, Lopes, Estácio Participações e Anhanguera Educacional, bem como da abertura de capital da Aliansce, Multiplus, OSX, Ecorodovias, Mills, Júlio Simões e Brasil Insurance. Esta posição foi alcançada em função do forte relacionamento do BTG Pactual com seus clientes, com sua atuação constante e de acordo com a percepção de valor agregado para suas operações, fato comprovado pela sua atuação em todas as operações de *follow-on* das empresas nas quais participou em sua abertura de capital. Em 2011, realizou as seguintes ofertas: *follow-on* de Tecnisa, Ternium, Direcional, Gerdau, BR Malls, e Kroton; e as ofertas públicas iniciais de QGEP, IMC, T4F, Magazine Luiza e Brazil Pharma. Deve-se destacar também que o BTG Pactual atuou como coordenador líder e lead settlement agent na oferta de gerdau, a qual foi registrada no brasil e SEC e coordenada apenas por bancos brasileiros. Em 2012, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de Locamérica, Unicasa e de sua própria oferta pública inicial e do *follow-on* de Fibria, Brazil Pharma, Suzano, Taesa, Minerva, Equatorial e Aliansce. Em 2013, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de Linx, Biosev, Alupar, BB Seguridade, CPFL Renováveis, Ser Educacional e CVC e do *follow-on* de Multiplan, BHG, Abril Educação, Iguatemi e Tupy. Em 2014, o BTG Pactual atuou como coordenador líder e agente estabilizador no *follow-on* da Oi S.A. Em 2015, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de Par Corretora e do *follow-on* de telefônica Brasil e Metalúrgica Gerdau. Em 2016, o BTG Pactual participou das ofertas públicas de distribuição de ações da energisa, da Linx e da Sanepar. Em 2017, o BTG Pactual participou das ofertas públicas iniciais de distribuição de ações da Movida, IRB-Brasil Resseguros, Ômega Geração e Biotoscana Investments, bem como dos *follow-on*s da CCR, das Lojas Americanas, e da Alupar e, da BR Malls e do Magazine Luiza e da Rumo, e do re-IPO da Eneva. Em 2018, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de distribuição de ações da Hapvida. Em 2019, o BTG Pactual participou do IPO da Centauro, da C&A e *follow-on* das seguintes companhias: Restoque, JHSF, BR Properties, Magazine Luiza, Unidas, LPS Brasil, CCP – Cyrela Commercial Properties, LOG Commercial Properties, Helbor, Omega Geração, EZ TEC, Banco Pan, Sinqia, Trisul, Localiza Rent A Car, Movida, Banco Inter, Hapvida, Light, Tecnisa, BTG Pactual, CPFL Energia, Totvs, Eneva e Burguer King. Em 2020, o BTG Pactual participou dos *follow-ons* da Minerva, Cogna Educação, Positivo Tecnologia, Centauro, Via Varejo, Lojas Americanas, BTG Pactual, JHSF Participações, Irani, IMC, Dimed, Rumo, JSL Logística, Banco PAN, Banco Inter, Santos Brasil, assim como do IPO da Mitre Realty, Estapar, Ambipar, Lojas Quero Quero, Petz, Plano & Plano, Cury Construtora, Hidrovias do Brasil, Melnick Even e Sequoia Logística. Banco Bradesco BBI S.A.

Banco Bradesco BBI

Banco de Investimento do Banco Bradesco S.A., o Bradesco BBI, é responsável por (i) originação e execução de operações de financiamento de projetos; (ii) originação e execução de operações de fusões e aquisições; (iii) originação, estruturação, sindicalização e distribuição de operações de valores mobiliários de renda fixa no Brasil e exterior; e (iv) originação, estruturação, sindicalização e distribuição de operações de valores mobiliários de renda variável no Brasil e exterior.

Bradesco BBI conquistou em 2020 os prêmios *"Melhor Banco de Investimentos da América Latina"* e *"Melhor Banco de Investimentos em Renda Fixa da América Latina"*, pela Institutional Investor.

- Presença constante em operações de renda variável, com presença na maioria dos IPOs (Initial Public Offerings) e *Follow-ons* que foram a mercado nos últimos anos, tanto no Brasil quanto no exterior.

- O Bradesco BBI apresentou presença significativa no mercado de capitais brasileiro no primeiro semestre de 2020, tendo participado em 11 de 13 ofertas realizadas na B3. Participou como *joint bookrunner* no *Follow-on* da Minerva Foods, no montante de R$1.235 milhões, *joint bookrunner* no *Follow-on* de Ânima Educação, no montante de R$1.100 milhões, *joint bookrunner* no *Follow-on* de Positivo Tecnologia, no montante de R$354 milhões, *joint bookrunner* no IPO de Mitre, no montante de R$1.053 milhões, *joint bookrunner* no *Follow-on* de Petrobras, no montante de R$22.026 milhões, *joint bookrunner* no *Follow-on* de Cogna Educação, no montante de R$2.556 milhões, *joint bookrunner* no IPO de Moura Dubeux, no montante de R$1.105 milhões, *joint bookrunner* no IPO de Estapar, no montante de R$345 milhões, coordenador líder do *Follow-on* de Centauro, no montante de R$900 milhões, coordenador líder do Follow-on da Via Varejo, no montante de R$4.455 milhões, *joint bookrunner* do *Follow-on* do Banco BTG Pactual, no montante de R$2.651 milhões.

- Com importantes transações realizadas, o Bradesco BBI concluiu o primeiro semestre com grande destaque em renda fixa. Participou de 76 operações no mercado doméstico, em ofertas que totalizaram mais de R$58,3 bilhões originados.

- No primeiro semestre do ano de 2020, o Bradesco BBI assessorou 9 transações de M&A envolvendo um volume total de aproximadamente R$14 bilhões, tendo como destaque: (i) assessoria a AES Tietê na condução de todo o processo envolvendo a oferta da Eneva, (ii) assessoria à Hypera na aquisição do portfólio de ativos Brasil da Takeda, (iii) assessoria à OTP na venda das concessionárias de rodovia: CBN, CRA e CRC, para a Monte Equity Partners e (iv) assessoria ao Grupo Festval na aquisição de lojas do GPA em Curitiba.

O Banco Bradesco S.A. está presente em todos os municípios brasileiros e em diversas localidades no exterior. Conta com uma rede de 3.816 agências, 4.300 unidades dedicadas exclusivamente à realização de negócios e relacionamento com clientes ("PAs" – postos de atendimento), 877 Postos de Atendimento Eletrônico ("PAEs") e 40.835 unidades Bradesco Expresso (correspondentes bancários), além de milhares de equipamentos de autoatendimento.

UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.

O UBS BB foi constituído em 2020 através da combinação das operações de banco de investimentos do UBS e do Banco do Brasil, incluindo, entre outras, atividades de mercado de capitais de renda fixa e variáveis, fusões e aquisições, além de corretagem de títulos e valores mobiliários no segmento institucional. Essa parceria abrange o Brasil, assim como em outros países da América Latina, incluindo Argentina, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai.

Essa combinação de forças cria uma plataforma única de banco de investimentos, oferecendo para nossos cliente o melhor da plataforma do UBS, como presença e conhecimento global, *research* de primeira linha, plataforma de análise de dados exclusiva, rede de distribuição com alcance em todos os principais mercados mundiais e uma das maiores corretoras do Brasil, e o melhor da plataforma do do Banco do Brasil, com seu forte relacionamento com clientes e conhecimento local sem paralelo dos clientes locais, principalmente em Corporate Banking. O Banco do Brasil também traz umaposição de liderança em mercados de capital de dívida e histórico comprovado de operações de ECM, project finance e M&A no país, além de uma incrível capacidade de distribuição de varejo.

O UBS, acionista com 50,01% das ações, é um banco sediado em Zurich na Suíça e conta com escritórios espalhados nos maiores centros financeiros globais onde emprega mais de 68.000 funcionários. O sucesso do UBS baseia-se em seu modelo de negócio diversificado, composto pelas áreas de: Wealth Management, Investment Bank, Personal & Corporate Banking e Asset Management, e detém mais de US$2,6 trilhões em ativos sob gestão e uma cadeia de relacionamento em mais de 50 países.

Esse modelo que vem sendo consistentemente reconhecido em todos seus segmentos, o UBS tendo recebido inúmeros prêmios de prestígio ao longo dos anos, tendo sido reconhecido em 2017, pelo terceiro ano consecutivo, “Best Global Investment Bank” e em 2019, pelo quarto ano consecutivo, “Best M&A Bank” pela Global Finance. O UBS também foi nomeado “Most innovative Investment Bank for IPOs and equity raisings” nos anos de 2019 e 2018 e, em 2016, “Most Innovative Bank for M&A” pela The Banker. Ainda, em 2019, o UBS foi nomeado como “Best Bank for Swiss Francs", “Best Equity Bank for Western Europe” e “Best Investment Bank in China, Hong Kong and Singapore”. Além disso, recebeu o primeiro lugar na categoria “Bank of the Year” como parte dos Prêmios IFR em 2015, considerado um dos prêmios mais prestigiados da indústria global de mercados de capitais. Outras plataformas do UBS também têm se destacado, como a de Private Banking que foi reconhecida como "Best Global Private Bank" pela Euromoney em 2019.

O Banco do Brasil, acionista com 49,99% das ações, em seus mais de 210 anos de existência, acumulou experiências e pioneirismos, promovendo o desenvolvimento econômico do Brasil e tornando-se parte integrante da cultura e história brasileira. Sua marca é uma das mais conhecidas no país, ocupando pela 28ª vez consecutiva a primeira colocação na categoria “Bancos” do Prêmio Top of Mind 2018, do Instituto Data Folha, sendo reconhecido como Melhor Banco no Brasil em 2020 pela Euromoney, Banco do Ano na América Latina em 2019 pela The Banker e Banco mais Inovador da América Latina em 2019 e 2020 pela Global Finance.

Ao final do 2º trimestre de 2020, o Banco do Brasil apresentou aproximadamente R$1,7 trilhão de ativos totais e presença em 99% dos municípios brasileiros, resultado do envolvimento de 92 mil funcionários, distribuídos entre 4.367 agências, 15 países e mais de 60.200 pontos de atendimento.

No Brasil e América Latina, a parceria estratégica, por meio de seus acionistas, teve forte atuação em fusões e aquisições, tendo participado em importantes transações como: a aquisição do Éxito pelo Grupo Pão de Açúcar, a aquisição da Avon pela Natura &Co, a aquisição da The Body Shop pela Natura, aquisição da Vale Fertilizantes pela Mosaic, fusão entre a BM&Fbovespa e Cetip, aquisição de participação pela Salic na Minerva Foods e fechamento de capital da Souza Cruz.

Também desempenhou também um papel importante em emissões de ações, tendo atuado em diversas ofertas públicas de ações na região, incluindo as ofertas da Telefônica, Terrafina, Senior Solution, Bioserv, Smiles, Tupy, CPFL Renováveis, BB Seguridade, Fibra Uno, Avianca Holdings, Volaris, Grupo Financiero Inbursa, Oi, Ourofino Saúde Animal, OHL México, Santander México, Volaris, Via Varejo, Unifin Financiera, Grupo Financiero Galicia, Gerdau, Rumo Logística, Azul Linhas Aéreas, CCR, Lojas Americanas, Magazine Luiza, BR Distribuidora, Grupo NotreDame Intermedica, Arco Platform, Banco BTG Pactual, Petrobras, IRB Brasil Resseguros, Centauro, Neoenergia, Banco Inter, Movida, Afya, XP Inc., Vasta Platform, Quero Quero, D1000, Estapar, Moura Dubeux, Minerva Foods, Marfrig, Marisa, entre outros.

Além disso, no mercado doméstico de renda fixa coordenou, em 2019, 81 emissões que totalizaram o valor de R$25,1 bilhões e 10,9% de market share, encerrando o período em 4º lugar no Ranking ANBIMA de Originação por Valor de Renda Fixa Consolidado Acumulado de 2019. No mesmo período, foram estruturadas 16 operações de securitização, sendo 3 CRIs, 12 CRAs e 1 FIDC, com volume total de R$6,4 bilhões. No mercado externo, participou da emissão de US$7,9 bilhões, lhe conferindo o 6º lugar no Ranking ANBIMA de Emissões Externas – Totais Público & Privado, em 2019.

A parceria estratégica também conta com a maior corretora do país em volume de transações na B3 em 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018, e a segunda maior em 2019.

Citigroup Global Markets Brasil, Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.

O Citi possui um comprometimento na América Latina com presença em 24 países da região. O Citi combina recursos globais com presença e conhecimento local para entregar soluções financeiras aos clientes.

O Citi é uma empresa pertencente ao grupo Citigroup. O grupo Citigroup possui mais de 200 anos de história e está presente em mais de 98 países. No Brasil, o grupo Citigroup está presente desde 1915, atendendo pessoas físicas e jurídicas, entidades governamentais e outras instituições.

Desde o início das operações na América Latina, o grupo Citigroup oferece aos clientes globais e locais, acesso, conhecimento e suporte através da equipe diferenciada de atendimento em todas as regiões.

O grupo Citigroup destaca sua forte atuação também nas operações locais, reforçada pela consistência de suas ações ao longo da história. O grupo Citigroup possui estrutura internacional de atendimento, oferecendo produtos e serviços personalizados, soluções para preservação, gestão e expansão de grandes patrimônios individuais e familiares. Atua com forte presença no segmento Citi Markets & Banking, com destaque para áreas de renda fixa e variável, fusões e aquisições, project finance e empréstimos sindicalizados. Com know-how internacional em produtos de banco de investimento e experiência em operações estruturadas, atende empresas de pequeno, médio e grande porte, além de instituições financeiras. Com mais de 200 anos de história no mundo, destes mais de 100 anos no Brasil, o grupo Citigroup atua como uma empresa parceira nas conquistas de seus clientes.

O Citi foi reativado em 2006, tendo como principais atividades operar em sistema mantido pela então BM&FBOVESPA, hoje denominada B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, comprar e vender títulos e valores mobiliários, por conta de terceiros ou por conta própria, encarregar-se da distribuição de valores mobiliários no mercado, administrar recursos de terceiros destinados a operações com valores mobiliários, exercer as funções de agente emissor de certificados, manter serviços de ações escriturais, emitir certificados de depósito de ações, emprestar valores mobiliários para venda (conta margem), entre outros.

O Citi tem atuado no segmento de mercado de capitais de forma ativa desde então, tendo participado de uma das maiores ofertas já realizada na história do mercado de capitais, a Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS, no montante de R$120.2 bilhões (setembro de 2010), a qual ganhou o prêmio de Best Deal of the Year of 2011. Além disso, participou, nos últimos anos, como coordenador nas ofertas públicas de ações de emissão da Redecard S.A., no montante de R$2.2 milhões (março de 2009); BR Malls Participações S.A., no montante de R$836 milhões (julho de 2009); EDP Energias do Brasil S.A., no montante de R$442 milhões (novembro de 2009); Hypermarcas S.A., no montante de R$1.2 bilhão (abril de 2010); Banco do Brasil S.A., no montante de R$9.8 bilhões (agosto de 2010); HRT Participações em Petróleo S.A., no montante de R$2.4 bilhões (outubro de 2010); BTG Pactual S.A., no montante de R$3.2 bilhões (abril de 2012); Brazil Pharma S.A., no montante de R$481 milhões (junho de 2012); SDI Logística Rio – Fundo de Investimento Imobiliário – FII, no montante de R$143.8 milhões (novembro de 2012).

Em 2013, o Citi atuou como coordenador na oferta pública de ações de emissão da BB Seguridade Participações S.A., no montante de R$11.5 bilhões (abril de 2013). No mesmo ano, Citi atuou como coordenador líder na transação de Re-IPO da Tupy S.A., no montante de R$523 milhões (outubro de 2013). Em 2014, o Citi atuou como um dos coordenadores globais na oferta de Oi S.A., com um montante de mercado de R$5.5 bilhões de reais (abril de 2014). Em 2016, o Citi atuou como coordenador na oferta pública de ações de emissão da Rumo Operadora Logística Multimodal S.A., no montante de R$2.6 bilhões (abril de 2016) e coordenador líder do Re-IPO do Grupo Energisa, no montante de R$1.5 bilhões (julho de 2016). Em 2017, o Citi atuou como (i) coordenador na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações preferenciais de emissão da Azul S.A., oportunidade em que atuou, também, como agente estabilizador, no montante de R$2.0 bilhões (abril de 2017), (ii) coordenador na oferta pública de distribuição secundária de ações de emissão da Azul S.A., no montante de R$1.2 bilhão (setembro de 2017), (iii) coordenador no Re-IPO de Eneva S.A., no montante de R$876 milhões (outubro de 2017) e (iv) coordenador líder e agente estabilizador na oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da Petrobras Distribuidora S.A., no montante de R$5.0 bilhões (dezembro de 2017).

Em 2018, o Citi atuou como (i) coordenador na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações preferenciais de emissão do Banco Inter S.A., no montante de R$656 milhões (abril de 2018); (ii) coordenador na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Notre Dame Intermédica Participações S.A., no montante de R$2.7 bilhões (abril de 2018); (iii) coordenador líder da oferta pública de distribuição secundária de ações preferenciais de emissão da Azul S.A., no montante de R$1.2 bilhões (junho de 2018); (iv) coordenador global na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da StoneCo, no montante de R$5.1 bilhões (outubro de 2018); (v) coordenador na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Notre Dame Intermédica Participações S.A., no montante de R$3.0 bilhões (dezembro de 2018) e (vi) coordenador na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia de Locação das Américas S.A., no montante de R$1.4 bilhões (dezembro de 2018).

Em 2019, o Citi atuou como (i) coordenador global na oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da StoneCo, no montante de R$3.0 bilhões (abril), (ii) coordenador na oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da Eneva S.A., no montante de R$1.1 bilhões (abril de 2019), (iii) coordenador na oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da Notre Dame Intermédica Participações S.A., no montante de R$2.7 bilhões (abril de 2019), (iv) coordenador na oferta pública inicial de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da Neoenergia S.A., no montante de R$3.7 bilhões (junho de 2019), (v) coordenador global na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da de Light S.A., no montante de R$2.5 bilhões (julho de 2019), (vi) coordenador na oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão do IRB-Brasil Resseguros S.A., no montante de R$7.4 bilhões (julho de 2019), (vii) coordenador e agente estabilizador na oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da de Petrobras Distribuidora S.A., no montante de R$9.6 bilhões (julho de 2019), (viii) coordenador na oferta pública subsequente de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão do PagSeguro Digital Ltd., no montante de R$2.7 bilhões (outubro de 2019), (ix) coordenador na oferta pública inicial de distribuição primaria e secundária de ações ordinárias de emissão da C&A Modas S.A., no montante de R$1.8 bilhões (outubro de 2019), (x) coordenador na oferta pública inicial de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da XP Inc., no montante de R$9.3 bilhões (dezembro de 2019), (xi) coordenador na oferta pública de distribuição primaria e secundária de ações ordinárias de emissão da Notre Dame Intermédica Participações S.A., no montante de R$5.0 bilhões (dezembro de 2019) e (xii) coordenador na oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia de Locação das Américas S.A., no montante de R$1.8 bilhões (dezembro de 2019).

Em 2020, o Citi atuou como coordenador global na oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS, no montante de R$22.0 bilhões (fevereiro de 2020).

Banco ABC Brasil S.A.

O Banco ABC, controlado pelo Arab Banking Corporation, é um banco múltiplo de capital aberto listado na B3 que está presente no Brasil há mais de 30 anos, atuando na concessão de crédito e serviços financeiros para empresas de grande e médio porte.

Reconhecido pela sua solidez e agilidade, o ABC possui amplo portfólio de produtos bancários e produtos estruturados como Mercado de Capitais Renda Fixa, Equity Capital Markets, Fusões e Aquisições, Treasury e Trade Finance. Com 15 escritórios espalhados pelo território nacional, o ABC possui uma base de 2.010 clientes ativos, carteira expandida (inclui empréstimos, garantias prestadas e títulos privados) de crédito de R$32,1 bilhões, patrimônio líquido de R$4,1 bilhões e Índice de Basiléia de 15,7% (em jun/20).

O acionista controlador, Arab Banking Corporation, é um banco internacional com sede em Manama, Reino do Bahrein. O suporte operacional e financeiro do acionista controlador, em conjunto com o conhecimento do mercado brasileiro, garante ao Banco ABC boa classificação entre as 3 principais agências de risco (AAA pela Fitch, Aa2.br pela Moody's e brAAA pela S&P, em escala local).

Em 2019, o Banco ABC assessorou seus clientes no total de 67 operações em todos os segmentos de Investment Banking, totalizando um montante superior a R$27 bilhões.

Com importantes transações realizadas, o Banco ABC terminou 2019 com grande destaque em renda fixa. Participou de 56 operações no mercado doméstico, em ofertas que totalizaram mais de R$14 bilhões originados.

No final de 2019, o Banco ABC teve 11 transações de M&A anunciadas com mais de R$13 bilhões de valor. As principais transações realizadas foram: (i) assessoria à Dasa na incorporação da Rede Ímpar, (ii e iii) assessoria à Sterlite nas vendas das ações da Sterlite Novo Estado Energia para a Engie e na venda da Arcoverde Transmissão de Energia para o fundo Vinci Energia FIP, (iv) assessoria ao Grupo Santa Isabel na venda de participação no Shopping Leblon para a Alliansce Shopping Centers, (v) co-assessoria da Aena no leilão de concessão dos aeroportos do bloco Nordeste.

RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA E OS COORDENADORES DA OFERTA

Relacionamento entre a Companhia e o Coordenador Líder

Na data deste Prospecto Preliminar, além do relacionamento relativo à Oferta, a Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico mantêm relacionamento comercial relevante com o Itaú BBA e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro, conforme detalhado a seguir:

(i) Contratos FINAME celebrados entre 13 de março de 2019 e 24 de maio de 2019, no valor total de R$332.988,00 com taxa efetiva de TLP + 3,87%, vencimento em 15 de fevereiro de 2024 e são garantidos por aval e alienação fiduciária do equipamento financiado;

(ii) Cédulas de Crédito à Exportação celebradas em 30 de abril de 2019, no valor total aproximado de [R$100.000.000,00], com taxa efetiva aproximada de CDI +2,35%, e vencimento em 17 de abril de 2023, que são garantidos por aval e cessão fiduciária de cotas do fundo de investimento;

(iii) Cédula de Crédito Bancária celebrada em 30 de junho de 2020, no valor de R$50.000.000,00, com taxa efetiva aproximada de CDI + 3,50%, e vencimento em 30 de junho de 2022, que é garantida por aval;

(iv) Contrato de Derivativos de Termo de Moeda celebrado em 16 de março de 2020, no valor de R$11.840.500,00, com taxa efetiva de conversão de 4,964, e vencimento em 08 de março de 2021, que é garantido por aval; e

Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Itaú BBA e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia.

A Companhia contratou e poderá, no futuro, contratar o Itaú BBA e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro para celebrar acordos e para realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimentos, formador de mercado, serviços bancários e de investimentos, operações de crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

Adicionalmente, o Itaú BBA e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro eventualmente possuem títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia, diretamente ou por meio de fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, adquiridos em operações regulares em bolsa de valores a preços e condições de mercado, sendo que a participação adquirida do Itaú BBA e/ou sociedades integrantes do seu conglomerado financeiro não atinge, e não atingiu, nos últimos 12 meses, mais que 5% do capital social da Companhia.

O Itaú BBA e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro poderão negociar outros valores mobiliários (que não Ações ou valores mobiliários referenciados, conversíveis, ou permutáveis em ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Itaú BBA e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas ações ordinárias de emissão da Companhia; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Itaú BBA no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra e venda por terceiros e/ou contratos de compra.

O Itaú BBA e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as Ações como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar seus clientes a taxa de retorno das Ações, contra o recebimento de taxas de juros fixas e flutuantes (incluindo operações de *total return swap*). O Itaú BBA e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro poderão adquirir Ações como forma de proteção *(hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 53 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pela Companhia ao Itaú BBA ou sociedades de seu conglomerado financeiro cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesses referente à atuação do Itaú BBA como instituição intermediária na Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Itaú BBA ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro.

Relacionamento entre a Companhia e a XP

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à Oferta, a XP e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não mantém relacionamento comercial relevante com a Companhia.

Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o a XP e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participou de (i) qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia; ou (ii) operações relevantes de financiamento, ou reestruturações societárias envolvendo o grupo econômico da Companhia.

A Companhia e/ou sociedades controladas poderão, no futuro, contratar a XP e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico para celebrar acordos e para realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimentos, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

A XP e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não Ações ou valores mobiliários referenciados, conversíveis, ou permutáveis em ações ordinárias de emissão da Companhia) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, a XP e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico poderão: (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas ações ordinárias de emissão da Companhia; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação da XP no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra e venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo. A XP e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as Ações como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar seus clientes a taxa de retorno das Ações, contra o recebimento de taxas de juros fixas e flutuantes (incluindo operações de *total return swap*). A XP e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico poderão adquirir Ações conforme de proteção *(hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "*Informações Sobre à Oferta – Custos de Distribuição*" na página 53 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pela Companhia à XP e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. [Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, a XP poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos da estabilização do preço das Ações.]

A Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer conflito de interesses referente à atuação da XP como instituição intermediária na Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e a XP e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico.

Relacionamento entre a Companhia e o BTG Pactual

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à Oferta, o BTG Pactual e/ou sociedades de seu conglomerado econômico possuem os seguintes relacionamentos com a Companhia:

- A Companhia detém aplicações financeiras em 1 (um) fundo de investimento administrado por sociedade integrante do conglomerado econômico do BTG Pactual, com saldo bruto atual de aproximadamente R$18,6 milhões. A Companhia realizou, nos últimos 12 meses, o pagamento de um montante correspondente a aproximadamente R$181,2 mil à respectiva sociedade integrante do conglomerado econômico do BTG Pactual a título de taxa de administração.

- A Companhia possui aplicações financeiras realizadas em Certificados de Depósito Bancário ("CDBs") de emissão do BTG Pactual, com remuneração entre 103% e 105% do CDIE, com saldo bruto na data do presente Prospecto correspondente a aproximadamente R$34,0 milhões, sendo que a emissão de tais CDBs varia entre 18 de maio de 2020 e 21 de setembro de 2020 e o vencimento varia de 18 de maio de 2021 a 21 de setembro de 2021. O saldo inicial de tais operações era de aproximadamente R$34 milhões.

Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o BTG Pactual e/ou sociedades de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia.

A Companhia poderá, no futuro, contratar o BTG Pactual e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para celebrar acordos e para realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimentos, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

O BTG Pactual e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não Ações ou valores mobiliários referenciados, conversíveis, ou permutáveis em ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o BTG Pactual e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas ações ordinárias de emissão da Companhia; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do BTG Pactual no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra e venda por terceiros e/ou contratos de compra.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 53 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pela Companhia ao BTG Pactual ou sociedades de seu conglomerado econômico cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesses referente à atuação do BTG Pactual como instituição intermediária na Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o BTG Pactual ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre a Companhia e o Bradesco BBI

Na data deste Prospecto Preliminar, além do relacionamento relativo à Oferta, a Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico mantêm relacionamento comercial com o Bradesco BBI e/ou sociedades de seu conglomerado econômico, conforme detalhado a seguir: (i) NCE com *Swap* Híbrido datado de 19 de dezembro de 2019, no valor de R$150.000.000, com taxa de 125,84% da CDI, garantia de aval e alienação fiduciária de recebíveis determinados e data de vencimento de 19 de dezembro de 2024; (ii) *Swap* datado de 19 de dezembro de 2019, no valor de R$20.000.000, com taxa de 125,84% da CDI, garantia de aval e data de vencimento de 19 de dezembro de 2024; (iii) NCE data de 10 de setembro de 2020, no valor de R$80.000.000, taxa de CDI +1,80% a.a., garantia de aval e data de vencimento de 26 de agosto de 2021; (iv) Câmbio datado de 03 de julho de 2020, no valor de R$80.000.000, com taxa de custo + spread do banco, garantia de aval e com data de vencimento de 30 de dezembro de 2020; (v) *Swap* datado de 03 de julho de 2020, no valor de USD8.000.000, com taxa de custo + spread do banco, garantia de aval e data de vencimento de 30 de dezembro de 2020; (vi) Cartões datado de 03 de julho de 2020, no valor de R$1.500.000, com taxa de custo + spread do banco, sem garantia e data de vencimento de 30 de dezembro de 2020. Ainda, possuímos as seguintes reciprocidades com a Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico: (i) Centralização dos Cartões Corporativos; (ii) Seguro Saúde – referente a empresa Oleoplan Nordeste; (iii) Seguro Property – renovação realizada em agosto de 2020 (Prêmio: R$1,1 MM); (iv) Captação (CDB) - Detemos aproximadamente 25% do Caixa da Companhia; (v) Tesouraria (FX) – 20% Bradesco.

Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Bradesco BBI e/ou sociedades de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia.

A Companhia poderá, no futuro, contratar o Bradesco BBI e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para celebrar acordos e para realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimentos, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

O Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não Ações ou valores mobiliários referenciados, conversíveis, ou permutáveis em ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas ações ordinárias de emissão da Companhia; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Bradesco BBI no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra e venda por terceiros e/ou contratos de compra

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 53 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pela Companhia ao Bradesco BBI ou sociedades de seu conglomerado econômico cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesses referente à atuação do Bradesco BBI como instituição intermediária na Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Bradesco BBI ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre a Companhia e o Citi

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à Oferta, o Citi e/ou sociedades de seu conglomerado econômico possuem os seguintes relacionamentos com a Companhia: (i) Cédula de Crédito Bancário, datada de 30 de janeiro de 2020, no valor de USD25.000.000,00 – Equivalente na data de contratação a R$104.612.500,00, com taxa de *Swap* para CDI + 2,15% a.a, garantia de aval e bens imóveis, equipamentos e aplicações financeiras, com data de vencimento de 10 de janeiro de 2025; (ii) Cédula de Crédito Bancário, data de 30 de junho de 2020, no valor de R$26.683.000,00, com taxa de CDI + 3,15% a.a.; garantia de aval e aplicações financeiras e data de vencimento de 30 de dezembro de 2021.

Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Citi e/ou sociedades de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia.

A Companhia poderá, no futuro, contratar o Citi e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para celebrar acordos e para realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimentos, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

O Citi e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não Ações ou valores mobiliários referenciados, conversíveis, ou permutáveis em ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Citi e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas ações ordinárias de emissão da Companhia; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Citi no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra e venda por terceiros e/ou contratos de compra.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 53 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pela Companhia ao Citi ou sociedades de seu conglomerado econômico cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesses referente à atuação do Citi como instituição intermediária na Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Citi ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre a Companhia e o UBS BB

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à Oferta, o UBS BB e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não mantém relacionamento comercial relevante com a Companhia.

Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o UBS BB e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participou de (i) qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia; ou (ii) operações relevantes de financiamento, ou reestruturações societárias envolvendo o grupo econômico da Companhia.

A Companhia e/ou sociedades controladas poderão, no futuro, contratar o UBS BB e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico para celebrar acordos e para realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimentos, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

O UBS BB e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não Ações ou valores mobiliários referenciados, conversíveis, ou permutáveis em ações ordinárias de emissão da Companhia) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o UBS BB e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico poderão: (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas ações ordinárias de emissão da Companhia; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do UBS BB no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra e venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo. O UBS BB e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as Ações como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar seus clientes a taxa de retorno das Ações, contra o recebimento de taxas de juros fixas e flutuantes (incluindo operações de *total return swap*). O UBS BB e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico poderão adquirir Ações conforme de proteção *(hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "*Informações Sobre à Oferta – Custos de Distribuição*" na página 53 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pela Companhia ao UBS BB e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. [Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o UBS BB poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos da estabilização do preço das Ações.]

A Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer conflito de interesses referente à atuação do UBS BSS como instituição intermediária na Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o UBS BB e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico.

Relacionamento entre a Companhia e o Banco ABC

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à Oferta, o Banco ABC e/ou sociedades de seu conglomerado econômico possuem os seguintes relacionamentos com a Companhia: (i) Operação de CCB, em nome da Oleoplan S.A. - Óleos Vegetais Planalto Óleos Vegetais Planalto, celebrada em 25 de maio de 2020, com vencimento em 16 de maio de 2022, no valor de R$20.000.000 com taxa de CDI + 3,65% a.a. A presente operação conta com aval como garantia; (ii) Operação de CCB, em nome da Oleoplan S.A. - Óleos Vegetais Planalto Óleos Vegetais Planalto, celebrada em 24 de junho de 2020, com vencimento em 14 de junho de 2022, no valor de R$20.000.000 com taxa de CDI + 3,60% a.a. A presente operação conta com aval como garantia; (iii) Operação de CCE, em nome da Oleoplan S.A. - Óleos Vegetais Planalto Óleos Vegetais Planalto, celebrada em 06 de março de 2018, com vencimento em 18 de fevereiro de 2021, no valor de R$5.600.000 com taxa de variação câmbial + 6,60% a.a. A presente operação conta com aval como garantia; (iv) Fiança, em nome da Oleoplan S.A. - Óleos Vegetais Planalto Óleos Vegetais Planalto, celebrada em 30 de junho de 2020, com vencimento em 30 de junho de 2021, no valor de R$15.000.000 com taxa de 1,75% a.a. A presente operação conta com aval como garantia; (v) Fiança, em nome da Oleoplan S.A. - Óleos Vegetais Planalto Óleos Vegetais Planalto, celebrada em 30 de junho de 2020, com vencimento em 30 de junho de 2021, no valor de R$30.000.000 com taxa de 1,75% a.a. A presente operação conta com aval, R$20.000.000 de aplicações (da Oleoplan Nordeste Indústria Biocombustível Ltda.) e R$8.000.000 de duplicatas (Oleoplan S.A. - Óleos Vegetais Planalto Óleos Vegetais Planalto e/ou Oleoplan Nordeste Indústria Biocombustível Ltda.) como garantias outorgadas; (vi) Aplicação financeira, em nome da Oleoplan S.A. - Óleos Vegetais Planalto Óleos Vegetais Planalto, celebrada em 24 de junho de 2020, com vencimento em 24 de junho de 2021, no valor atualizado em 30 de setembro de 2020 de R$1.140.330,59 com taxa de 100,0% CDI; (vii) Aplicação financeira, em nome da Oleoplan Nordeste Indústria Biocombustível Ltda., celebrada em 30 de junho de 2020, com vencimento em 21 de junho de 2022, no valor atualizado em 30 de setembro de 2020 de R$20.109.811,60 com taxa de 107,0% CDI. A presente operação é garantia de operação de fiança junto à empresa Oleoplan S.A. - Óleos Vegetais Planalto Óleos Vegetais Planalto; (viii) Aplicação financeira, em nome da Oleoplan Nordeste Indústria Biocombustível Ltda., celebrada em 5 de agosto de 2020, com vencimento em 5 de agosto de 2021, no valor atualizado em 30 de Setembro de 2020 de R$3.008.780,43 com taxa de 100,0% CDI.

Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Banco ABC e/ou sociedades de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia.

A Companhia poderá, no futuro, contratar o Banco ABC e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para celebrar acordos e para realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimentos, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

O Banco ABC e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não Ações ou valores mobiliários referenciados, conversíveis, ou permutáveis em ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o O Banco ABC e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas ações ordinárias de emissão da Companhia; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Banco ABC no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra e venda por terceiros e/ou contratos de compra.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 53 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pela Companhia ao Banco ABC ou sociedades de seu conglomerado econômico cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesses referente à atuação do Banco ABC como instituição intermediária na Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Banco ABC ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA E O ACIONISTA VENDEDOR

Relacionamento entre o Acionista Vendedor e o Coordenador Líder

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à presente Oferta, o Acionista Vendedor possui conta corrente em uma da das agências do Itaú BBA.

O Acionista Vendedor poderá, no futuro, vir a contratar o Itaú BBA e/ou sociedades pertencentes ao seu conglomerado financeiros para celebrar acordos, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras relacionadas com o Acionista Vendedor ou sociedades controladas pelo Acionista Vendedor.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista no item "*Informações Sobre a Oferta — Custos de Distribuição*" na página 53 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pelo Acionista Vendedor ao Itaú BBA cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

O Acionista Vendedor declara que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do Itaú BBA como instituição intermediária da Oferta. Ainda, o Acionista Vendedor declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre o Acionista Vendedor e o Itaú BBA e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiros.

Relacionamento entre o Acionista Vendedor e a XP

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à presente Oferta, o Acionista Vendedor não tinha qualquer outro relacionamento com a XP e seu respectivo grupo econômico.

O Acionista Vendedor e sociedades controladas pelo Acionista Vendedor poderão, no futuro, vir a contratar a XP e/ou sociedades pertencentes ao seu grupo econômico para celebrar acordos, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras relacionadas com o Acionista Vendedor ou sociedades controladas pelo Acionista Vendedor.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista no item "*Informações Sobre a Oferta — Custos de Distribuição*" na página 53 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pelo Acionista Vendedor à XP cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. [Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, a XP poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos das atividades de estabilização de preço das Ações.

O Acionista Vendedor declara que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação da XP como instituição intermediária da Oferta. Ainda, o Acionista Vendedor declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre o Acionista Vendedor e a XP e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre o Acionista Vendedor e o BTG Pactual

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à Oferta, o Acionista Vendedor não mantém relacionamento comercial relevante com o BTG Pactual e/ou sociedades de seu conglomerado econômico.

O Acionista Vendedor poderá vir a contratar, no futuro, o BTG Pactual e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para celebrar acordos e para realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimentos, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 53 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelo Acionista Vendedor ao BTG Pactual ou sociedades de seu conglomerado econômico cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

O Acionista Vendedor declara que não há qualquer conflito de interesses referente à atuação do BTG Pactual como instituição intermediária na Oferta. Ainda, o Acionista Vendedor declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre o Acionista Vendedor e o BTG Pactual ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre o Acionista Vendedor e o Bradeco BBI

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à presente Oferta, o Acionista Vendedor possui conta corrente em uma da das agências do Bradesco BBI.

O Acionista Vendedor e sociedades controladas pelo Acionista Vendedor poderão, no futuro, vir a contratar o Bradesco BBI e/ou sociedades pertencentes ao seu grupo econômico para celebrar acordos, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras relacionadas com o Acionista Vendedor ou sociedades controladas pelo Acionista Vendedor.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista no item "*Informações Sobre a Oferta — Custos de Distribuição*" na página 53 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pelo Acionista Vendedor ao Bradesco BBI cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

O Acionista Vendedor declara que não há qualquer conflito de interesses referente à atuação do Bradesco BBI como instituição intermediária na Oferta. Ainda, o Acionista Vendedor declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre o Acionista Vendedor e o Bradesco BBI ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre o Acionista Vendedor e o UBS BB

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à Oferta, o Acionista Vendedor não mantém relacionamento comercial relevante com o UBS BB e/ou sociedades de seu conglomerado econômico.

O Acionista Vendedor poderá vir a contratar, no futuro, o UBS BB e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para celebrar acordos e para realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimentos, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 53 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelo Acionista Vendedor ao UBS BB ou sociedades de seu conglomerado econômico cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

O Acionista Vendedor declara que não há qualquer conflito de interesses referente à atuação do UBS BB como instituição intermediária na Oferta. Ainda, o Acionista Vendedor declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre o Acionista Vendedor e o UBS BB ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre o Acionista Vendedor e o Citi

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à Oferta, o Acionista Vendedor não mantém relacionamento comercial relevante com o Citi e/ou sociedades de seu conglomerado econômico.

O Acionista Vendedor poderá vir a contratar, no futuro, o Citi e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para celebrar acordos e para realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimentos, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 53 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelo Acionista Vendedor ao Citi ou sociedades de seu conglomerado econômico cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

O Acionista Vendedor declara que não há qualquer conflito de interesses referente à atuação do Citi como instituição intermediária na Oferta. Ainda, o Acionista Vendedor declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre o Acionista Vendedor e o Citi ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre o Acionista Vendedor e o Banco ABC

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à Oferta, o Acionista Vendedor não mantém relacionamento comercial relevante com o Banco ABC e/ou sociedades de seu conglomerado econômico.

O Acionista Vendedor poderá vir a contratar, no futuro, o Banco ABC e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para celebrar acordos e para realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimentos, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 53 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelo Acionista Vendedor ao Banco ABC ou sociedades de seu conglomerado econômico cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

O Acionista Vendedor declara que não há qualquer conflito de interesses referente à atuação do Banco ABC como instituição intermediária na Oferta. Ainda, o Acionista Vendedor declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre o Acionista Vendedor e o Banco ABC ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES

O investimento nas Ações envolve alto grau de risco. Antes de tomar qualquer decisão de investimento nas Ações, investidores em potencial devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Prospecto, incluindo os riscos mencionados abaixo, os riscos constantes da seção "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia" a partir da página 23 deste Prospecto e na seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência, anexo este Prospecto a partir da página 526, as informações trimestrais e respectivas notas explicativas, anexas este Prospecto a partir da página 179, respectivamente, e as demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, anexas este Prospecto a partir da página 397, respectivamente.

As atividades, situação financeira, resultados operacionais, fluxos de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia podem ser afetados de maneira adversa por quaisquer desses riscos, dos fatores de risco mencionados abaixo e por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado das Ações pode diminuir devido à ocorrência de quaisquer desses riscos e/ou de outros fatores, e os investidores podem vir a perder parte substancial ou todo o seu investimento nas Ações. Os riscos descritos abaixo são aqueles que, atualmente, a Companhia e o Acionista Vendedor acreditam que poderão lhes afetar de maneira adversa. Riscos adicionais e incertezas atualmente não conhecidas pela Companhia ou pelo Acionista Vendedor, ou que atualmente consideram irrelevantes, também podem prejudicar suas atividades de maneira significativa.

Para os fins desta seção, exceto se indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a indicação de que um risco, incerteza ou problema pode causar ou ter ou causará ou terá "um efeito adverso para a Companhia" ou "afetará a Companhia adversamente" ou expressões similares significa que o risco, incerteza ou problema pode ou poderá resultar em um efeito material adverso em seus negócios, condições financeiras, resultados de operações, fluxo de caixa e/ou perspectivas e/ou o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção devem ser compreendidas nesse contexto.

Esta seção faz referência apenas aos fatores de risco relacionados à Oferta e às Ações. Para os demais fatores de risco, os investidores devem ler a seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência da Companhia, a partir de página 526 deste Prospecto.

O surto de doenças transmissíveis em todo o mundo, como a atual pandemia da COVID-19, pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global e resultar em pressão negativa sobre a economia mundial, incluindo a economia brasileira, impactando o mercado de negociação das ações de nossa emissão

Surtos ou potenciais surtos de doenças (a exemplo da COVID-19) podem ter um efeito adverso no mercado de capitais global, na economia global (incluindo a economia brasileira) e na cotação das ações de nossa emissão. Historicamente, algumas epidemias e surtos regionais ou globais, como zika vírus, vírus ebola, vírus H5N5 (popularmente conhecida como gripe aviária), a febre aftosa, vírus H1N1 (influenza A, popularmente conhecida como gripe suína), a síndrome respiratória do oriente médio (MERS) e a síndrome respiratória aguda grave (SARS) afetaram determinados setores da economia dos países em que essas doenças se propagaram.

Em 11 março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a pandemia da COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2). Na prática, a declaração significou o reconhecimento pela OMS de que o vírus se disseminou por diversos continentes com transmissão sustentada entre as pessoas. A declaração da pandemia da COVID-19 pela OMS desencadeou severas medidas restritivas por parte de autoridades governamentais no mundo todo, a fim de controlar o surto, resultando em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas, incluindo quarentena e lockdown, restrições à viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de uma maneira geral pela população. No Brasil, alguns estados e munícipios, incluindo das localidades em que possuímos lojas, seguiram essas providências, adotando medidas para impedir ou retardar a propagação da doença, como restrição à circulação e o isolamento social, que resultaram no fechamento de parques, shoppings e demais espaços públicos.

As medidas descritas acima aliadas às incertezas provocadas pela pandemia da COVID-19 tiveram um impacto adverso na economia e no mercado de capitais global, incluindo no Brasil, inclusive causando oito paralisações (circuit-breakers) das negociações na B3 durante o mês de março de 2020. A cotação da maioria dos ativos negociados na B3, foi adversamente afetada em razão da pandemia da COVID-19. Não podemos garantir que a cotação das ações de nossa emissão não atingirá patamares inferiores aos mínimos verificados durante a disseminação da atual pandemia.

Adicionalmente, qualquer mudança material nos mercados financeiros globais ou na economia brasileira pode diminuir o interesse de investidores em ativos brasileiros, incluindo as ações de nossa emissão, o que pode afetar adversamente a cotação dos mencionados ativos, além de poder dificultar o acesso ao mercado de capitais e financiamento das operações da Companhia no futuro e em termos aceitáveis.

Um mercado ativo e líquido para as ações ordinárias de emissão da Companhia poderá não se desenvolver. A volatilidade e a falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as Ações pelo preço e na ocasião que desejarem.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais com condições políticas e econômicas mais estáveis, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa.

Esses investimentos estão sujeitos a determinados riscos econômicos e políticos, tais como, entre outros: (i) mudanças no ambiente regulatório, fiscal, econômico e político que possam afetar a capacidade de investidores de obter retorno, total ou parcial, em relação a seus investimentos; e (ii) restrições a investimento estrangeiro e a repatriamento do capital investido.

O mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado do que os principais mercados de valores mobiliários, podendo, inclusive, ser mais volátil do que alguns mercados internacionais, como os dos Estados Unidos. Como exemplo, em 31 de dezembro de 2019, a B3 apresentou uma capitalização bursátil de, aproximadamente, R$4,8 trilhões, com um volume diário de negociação de aproximadamente R$11,5 bilhões durante o ano de 2018. O mercado de capitais brasileiro é significativamente concentrado, de forma que as dez principais ações negociadas na B3 foram responsáveis por, aproximadamente, 47% do volume total de ações negociadas na B3 durante o ano de 2019, enquanto que a New York Stock Exchange teve uma capitalização de mercado de aproximadamente US$20,7 trilhões em 31 de dezembro de 2019 e um volume diário médio de negociação de US$74,1 bilhões durante o ano de 2019.

Essas características do mercado de capitais brasileiro poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as Ações, de que sejam titulares, pelo preço e na ocasião desejados, o que poderá ter efeito substancialmente adverso no preço das ações ordinárias de emissão da Companhia. Se um mercado ativo e líquido de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia não for desenvolvido e mantido, o preço de negociação das Ações pode ser negativamente impactado.

Riscos relacionados à situação da economia global e brasileiras poderão afetar a percepção do risco no Brasil e em outros países, especialmente nos mercados emergentes o que poderá afetar negativamente a economia brasileira inclusive por meio de oscilações nos mercados de valores mobiliários.

O valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive Estados Unidos, países membros da União Europeia e de economias emergentes. Embora a conjuntura econômica desses países seja significativamente diferente da conjuntura econômica do Brasil, a reação dos investidores aos acontecimentos nesses países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive das Ações. Crises nos Estados Unidos, na União Europeia ou em países emergentes podem reduzir o interesse dos investidores nos valores mobiliários das companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários de emissão da Companhia.

Adicionalmente, a economia brasileira é afetada pelas condições de mercado e pelas condições econômicas internacionais, especialmente, pelas condições econômicas dos Estados Unidos. Os preços das ações na B3, por exemplo, são altamente afetados pelas flutuações nas taxas de juros dos Estados Unidos e pelo comportamento das principais bolsas norte-americanas. Qualquer aumento nas taxas de juros em outros países, especialmente os Estados Unidos, poderá reduzir a liquidez global e o interesse do investidor em realizar investimentos no mercado de capitais brasileiro.

A Companhia não pode assegurar que o mercado de capitais brasileiro estará aberto às companhias brasileiras e que os custos de financiamento no mercado sejam favoráveis às companhias brasileiras. Crises econômicas em mercados emergentes podem reduzir o interesse do investidor por valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários emitidos pela Companhia. Isso poderá afetar a liquidez e o preço de mercado das Ações, bem como poderá afetar o futuro acesso da Companhia ao mercado de capitais brasileiros e a financiamentos em termos aceitáveis, o que poderá afetar adversamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia.

A venda, ou a percepção de potencial venda, de quantidades significativas das Ações, após a conclusão da Oferta e o período de Lock-up, poderá afetar negativamente o preço de mercado das Ações no mercado secundário ou a percepção dos investidores sobre a Companhia.

A Companhia, seus administradores e o Acionista Vendedor celebrarão acordos de restrição à venda das ações ordinárias de emissão da Companhia (*Lock-Up*), por meio dos quais se comprometerão a, sujeitos tão somente às exceções previstas em referidos acordos, durante o período de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de disponibilização do Anúncio de Início a não transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das Ações de sua titularidade após a liquidação da Oferta.

Após tais restrições terem se extinguido, as Ações detidas pelo Acionista Vendedor e pelos administradores da Companhia estarão disponíveis para venda no mercado. A ocorrência de vendas ou uma percepção de uma possível venda de um número substancial de Ações pode afetar adversamente o valor de mercado das Ações. Para informações adicionais, veja a seção "Informações Sobre a Oferta – Acordos de restrição à venda de Ações (Instrumentos de *Lock-up*)" na página 76 deste Prospecto.

A Companhia pode vir a precisar de capital adicional no futuro, por meio da emissão de valores mobiliários, o que poderá afetar o preço das Ações e resultar em uma diluição da participação do investidor.

A Companhia pode vir a ter que captar recursos adicionais no futuro por meio de operações de emissão pública ou privada de Ações ou valores mobiliários conversíveis em Ações ou permutáveis por elas. Qualquer captação de recursos por meio da distribuição de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações ou permutáveis por elas pode resultar em alteração no preço de mercado das Ações e na diluição da participação do investidor no capital social da Companhia.

A participação de Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de Bookbuilding poderá afetar adversamente a formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá resultar na redução de liquidez das Ações no mercado secundário.

O Preço por Ação será definido após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*. Nos termos da regulamentação em vigor, poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, mediante a coleta de intenções de investimento, até o limite máximo de 20% das Ações da Oferta Base. Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) das Ações da Oferta Base, não será permitida a colocação, pelos Coordenadores da Oferta, de Ações junto a Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, os quais terão os pedidos de reserva cancelados.

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das Ações no mercado secundário.

A fixação do Preço por Ação em valor inferior à Faixa Indicativa possibilitará a desistência dos Investidores Não Institucionais, o que poderá reduzir a capacidade da Companhia de alcançar dispersão acionária na Oferta.

A faixa de preço apresentada na capa deste Prospecto Preliminar é meramente indicativa e, conforme expressamente previsto neste Prospecto, o Preço por Ação poderá ser fixado em valor inferior à Faixa Indicativa. Caso o Preço por Ação seja fixado abaixo do valor resultante da subtração entre o valor mínimo da Faixa Indicativa e o valor equivalente a 20% do valor máximo da Faixa Indicativa, ocorrerá um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, que possibilitará a desistência dos Investidores Não Institucionais no âmbito da Oferta de Varejo. Na ocorrência de Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, a Companhia alcançará menor dispersão acionária do que a inicialmente esperada, caso uma quantidade significativa de Investidores Não Institucionais decida por desistir da Oferta na ocorrência de um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa.

Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em subscrever/adquirir a totalidade das Ações no âmbito da Oferta.

A garantia firme de liquidação consiste na obrigação individual e não solidária dos Coordenadores da Oferta de subscrição e integralização/aquisição das Ações (considerando as Ações Adicionais, se houver, e sem considerar as Ações Suplementares) que tenham sido subscritas/adquiridas, porém não integralizadas ou pagas e liquidadas, no Brasil, pelos seus respectivos investidores na Data de Liquidação, na proporção e até o limite individual de garantia firme de cada um dos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação. Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, caso as Ações não sejam integralmente subscritas/adquiridas no âmbito da Oferta até a Data de Liquidação, nos termos do Contrato de Colocação, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva, boletins de subscrição, contratos de compra e venda e intenções de investimentos automaticamente cancelados. Nesse caso, o potencial investidor poderá ter a perda do custo de oportunidade do investimento. Para informações adicionais sobre o cancelamento da Oferta, veja a seção "Informações sobre a Oferta – Suspensão, modificação, revogação ou cancelamento da Oferta" na página 71 deste Prospecto.

Investidores que adquirirem Ações poderão sofrer diluição imediata e substancial no valor contábil de seus investimentos.

O Preço por Ação poderá ser fixado em valor superior ao patrimônio líquido por ação das ações emitidas e em circulação imediatamente após a Oferta. Como resultado desta diluição, em caso de liquidação da Companhia, os investidores que adquiram Ações por meio da Oferta poderão receber um valor significativamente menor do que o preço que pagaram ao adquirir as Ações na Oferta, resultando em diluição imediata do valor de seu investimento de [•]%. Para mais informações sobre a diluição da realização da Oferta, consulte a seção "Diluição", na página 114 deste Prospecto.

A realização desta oferta pública de distribuição das Ações, com esforços de colocação no exterior, poderá deixar a Companhia exposta a riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil e no exterior. Os riscos relativos a ofertas de valores mobiliários no exterior são potencialmente maiores do que os riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil.

A Oferta compreende a distribuição primária e secundária das Ações no Brasil, em mercado de balcão não organizado, incluindo esforços de colocação das Ações juntos a Investidores Estrangeiros.

Os esforços de colocação das Ações no exterior expõem a Companhia a normas relacionadas à proteção dos Investidores Estrangeiros por incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*.

Adicionalmente, a Companhia e o Acionista Vendedor são parte do Contrato de Colocação Internacional, que regula os esforços de colocação das Ações no exterior. O Contrato de Colocação Internacional apresenta uma cláusula de indenização em favor dos Agentes de Colocação Internacional para que a Companhia e o Acionista Vendedor os indenizem, caso estes venham a sofrer perdas no exterior por conta de eventuais incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*.

A Companhia e o Acionista Vendedor também prestam diversas declarações e garantias relacionadas aos negócios da Companhia e em cada um dos casos indicados acima, procedimentos judiciais poderão ser iniciados contra a Companhia e o Acionista Vendedor no exterior. Esses procedimentos no exterior, em especial nos Estados Unidos, poderão envolver valores substanciais, em decorrência do critério utilizado nos Estados Unidos para o cálculo das indenizações devidas nesses processos. Além disso, devido ao sistema processual dos Estados Unidos, as partes envolvidas em um litígio são obrigadas a arcar com altos custos na fase inicial do processo, o que penaliza companhias sujeitas a tais processos, mesmo que fique provado que nenhuma incorreção foi cometida. Uma eventual condenação da Companhia em um processo no exterior com relação a eventuais incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*, se envolver valores elevados, poderá afetar negativamente a Companhia.

Eventual descumprimento por quaisquer das Instituições Consorciadas de obrigações relacionadas à Oferta poderá acarretar seu desligamento do grupo de instituições responsáveis pela colocação das Ações, com o consequente cancelamento de todos Pedidos de Reserva e contratos de compra e venda feitos perante as Instituições Consorciadas.

Caso haja descumprimento ou indícios de descumprimento, por quaisquer das Instituições Consorciadas, de qualquer das obrigações previstas no respectivo instrumento de adesão ao Contrato de Colocação, na carta-convite ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta, ou, ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável no âmbito da Oferta, incluindo, sem limitação, as normas previstas na Instrução CVM 400, especialmente as normas referentes ao período de silêncio, condições de negociação com as Ações, emissão de relatórios de pesquisa e de marketing da Oferta, conforme previsto no artigo 48 da Instrução CVM 400, Instituição Consorciada, a critério exclusivo dos Coordenadores da Oferta e sem prejuízo das demais medidas julgadas cabíveis pelos Coordenadores da Oferta, deixará imediatamente de integrar o grupo de instituições responsáveis pela colocação das Ações. Caso tal desligamento ocorra, a[s] Instituição[ões] Consorciada[s] em questão deverá[ão] cancelar todos os Pedidos de Reserva e contratos de compra e venda que tenha[m] recebido e informar imediatamente os respectivos investidores sobre o referido cancelamento, os quais não mais participarão da Oferta, sendo que os valores depositados serão devolvidos sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos sobre movimentação financeira, eventualmente incidentes. Para maiores informações, veja a seção "Violações de Norma de Conduta" na página 74 deste Prospecto.

A eventual contratação e realização de operações de total return swap e hedge podem influenciar a demanda e o preço das Ações.

Os Coordenadores da Oferta e sociedades de seu grupo econômico poderão realizar operações com derivativos para proteção (*hedge*), tendo as Ações como referência (incluindo operações de *total return swap*) contratadas com terceiros, conforme permitido pelo artigo 48 da Instrução CVM 400, e tais investimentos não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400, desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas. A realização de tais operações pode constituir uma porção significativa da Oferta e poderá influenciar a demanda e, consequentemente, o preço das Ações.

Após a Oferta, a Companhia continuará sendo controlada pelo Acionista Controlador, cujos interesses podem diferir dos interesses dos demais acionistas titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia.

Imediatamente após a conclusão da Oferta, o Acionista Controlador continuar sendo titular de, ao menos, 50% mais 1 das ações ordinárias de emissão da Companhia. Dessa forma, o atual Acionista Controlador, por meio de seu poder de voto nas assembleias gerais, continuará capaz de influenciar fortemente ou efetivamente exercer o poder de controle sobre as decisões da Companhia, o que pode se dar de maneira divergente em relação aos interesses dos demais acionistas titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia.

Eventuais matérias veiculadas na mídia com informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta, a Companhia, o Acionista Vendedor ou os Coordenadores da Oferta poderão gerar questionamentos por parte da CVM, B3 e de potenciais investidores da Oferta, o que poderá impactar negativamente a Oferta.

A Oferta e suas condições, incluindo este Prospecto, passarão a ser de conhecimento público após a realização do protocolo do pedido de registro da Oferta na CVM. A partir deste momento e até a disponibilização do Anúncio de Encerramento, poderão ser veiculadas matérias contendo informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta, a Companhia, o Acionista Vendedor ou os Coordenadores da Oferta, ou, ainda, contendo certos dados que não constam deste Prospecto ou do Formulário de Referência. Tendo em vista que o artigo 48 da Instrução CVM 400 veda qualquer manifestação na mídia por parte da Companhia, do Acionista Vendedor ou dos Coordenadores da Oferta sobre a Oferta até a disponibilização do Anúncio de Encerramento, eventuais notícias sobre a Oferta poderão conter informações que não foram fornecidas ou que não contaram com a revisão da Companhia, do Acionista Vendedor ou dos Coordenadores da Oferta. Assim, caso haja informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta divulgadas na mídia ou, ainda, caso sejam veiculadas notícias com dados que não constam deste Prospecto ou do Formulário de Referência, a CVM, a B3 ou potenciais investidores poderão questionar o conteúdo de tais matérias, o que poderá afetar negativamente a tomada de decisão de investimento pelos potenciais investidores podendo resultar, ainda, a exclusivo critério da CVM, na suspensão da Oferta, com a consequente alteração do seu cronograma, ou no seu cancelamento.

Os Investidores da Oferta de Varejo Lock-up ou do Segmento Private Lock-up, diante da impossibilidade da transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta, poderão incorrer em perdas em determinadas situações.

Os Investidores da Oferta de Varejo *Lock-up* e da Oferta do Segmento Private *Lock-up* se comprometeram, durante o período de 45 e 60 dias, conforme o caso, contados da data de disponibilização do Anúncio de Início, a não transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta.

Desta forma, caso o preço de mercado das ações venha a cair e/ou os Investidores da Oferta de Varejo *Lock-up* e da Oferta do Segmento Private *Lock-up* por quaisquer motivos venham a precisar de liquidez durante o período de *Lock-up* da Oferta de Varejo e do Segmento Private aplicável e tendo em vista a impossibilidade das Ações da Oferta de Varejo e do Segmento Private *Lock-up* serem transferidas, emprestadas, oneradas, dadas em garantia ou permutadas, de forma direta ou indireta, tais restrições poderão causar-lhes perdas.

A Companhia arcará com as despesas e comissões do Acionista Vendedor relacionadas à Oferta, o que poderá impactar os valores líquidos a serem recebidos pela Companhia em decorrência da Oferta e, consequentemente, afetar adversamente os seus resultados após a conclusão da Oferta.

Por meio do Contrato de Distribuição, a Companhia arcará com todas as comissões da Oferta, além de assumir a obrigação de pagamento de certas despesas relacionadas à Oferta, incluindo da Oferta Secundária. O desembolso desses valores pela Companhia impactará os valores líquidos a serem recebidos no âmbito da Oferta e, por consequência, os valores creditados ao seu patrimônio líquido e poderá impactar negativamente seus resultados no período de apuração subsequente à realização da Oferta. Para mais informações sobre os custos e despesas incorridos pela Companhia com a Oferta, veja a seção "Informações Relativas à Oferta – Custos de Distribuição" na página 53 deste Prospecto.

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

A Companhia estima que os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária, após a dedução das comissões e despesas estimadas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta, serão de, aproximadamente R$[•] mil, com base no Preço por Ação que é o ponto médio da Faixa Indicativa.

Para informações detalhadas acerca das comissões e despesas da Oferta, veja a seção "*Informações Sobre à Oferta – Custos de Distribuição*", na página 53 deste Prospecto.

As taxas de registro da CVM, B3 e ANBIMA relativas à Oferta, as despesas com auditores, advogados, consultores, bem como outras despesas, comissões, impostos, taxas e outras retenções descritas abaixo serão integralmente arcadas pela Companhia. **Para mais informações, veja a seção *"Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A Companhia arcará com as despesas e comissões do Acionista Vendedor relacionadas à Oferta, o que poderá impactar os valores líquidos a serem recebidos pela Companhia em decorrência da Oferta e, consequentemente, afetar adversamente os seus resultados após a conclusão da Oferta"*, na página 109 deste Prospecto Preliminar.**

A Companhia pretende utilizar os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária para (i) aquisição de participação equivalente a 20% na FASA América Latina Participações Societárias S.A.; (ii) construção de duas novas indústrias produtoras de biodiesel localizadas nos estados de Rondônia (planta referente a joint venture com a Pacífico Indústria e Comércio de Óleos e Proteínas Ltda.) e do Pará; (iii) construção de novos armazéns de recebimento de matéria prima; (iv) construção de duas plantas de refino de glicerina; (v) aumento de capacidade das plantas atuais; e (vi) capital de giro para as operações atuais da Companhia.

A tabela abaixo resume os percentuais da destinação dos recursos líquidos provenientes da Oferta:

Destinação	Percentual Estimado dos Recursos Líquidos	Valor Estimado Líquido[(1)(2)]
		(em R$ mil)
Aquisição de participação na FASA	[•]%	[•]
Construção de plantas em Rondônia e no Pará	[•]%	[•]
Construção de novos armazéns de matéria prima	[•]%	[•]
Construção de plantas de refino de glicerina	[•]%	[•]
Aumento da capacidade das plantas atuais	[•]%	[•]
Capital de giro	[•]%	[•]
Total	**100%**	**R$[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa.
(2) Considerando a dedução das comissões e despesas estimadas da Oferta.

Aquisição da FASA

Em setembro de 2020, a Companhia celebrou um memorando de entendimentos por meio do qual passará a deter 20% do capital social da FASA, o que possibilitará maior acesso a sua produção de gordura animal. Com a conclusão dessa transação, a Companhia acredita que a conclusão dessa transação proporcionará uma vantagem competitiva relevante no mercado em que atua. A transação envolvendo a FASA está sujeita a determinadas condições precedentes, incluindo a aprovação pela CADE. Até a data deste Prospecto, embora em fase adiantada de negociação, a aquisição de participação na FASA não havia sido concluída.

A efetiva aplicação dos recursos captados por meio da Oferta Primária depende de diversos fatores que a Companhia não pode garantir que virão a se concretizar, dentre os quais as condições de mercado então vigentes, e se baseia em suas análises, estimativas e perspectivas atuais sobre eventos futuros e tendências. Alterações nesses e em outros fatores podem obrigar a Companhia a rever a destinação dos recursos líquidos da Oferta Primária quando de sua efetiva utilização. Enquanto os recursos líquidos decorrentes da Oferta Primária não forem efetivamente utilizados, no curso regular dos nossos negócios, eles poderão ser investidos em aplicações financeiras que acreditamos estar dentro de nossa política de investimento, visando a preservação do nosso capital e investimentos com perfil de alta liquidez, tais como títulos de dívida pública e aplicações financeiras de renda fixa contratados ou emitidos por instituições financeiras de primeira linha.

Caso os recursos líquidos captados pela Companhia por meio da Oferta Primária sejam inferiores às suas estimativas, sua aplicação será reduzida de forma proporcional aos objetivos da Companhia e, na hipótese de serem necessários recursos adicionais, a Companhia poderá efetuar emissão de outros valores mobiliários e/ou efetuar a contratação de linha de financiamento junto a instituições financeiras, ou mesmo mediante a realização de outra oferta pública de ações ordinárias de emissão da Companhia. A forma de obtenção desses recursos será definida pela Companhia à época da respectiva captação, dependendo inclusive das condições de mercado.

Um aumento (redução) de R$1,00 no Preço por Ação, após a dedução das comissões e despesas estimadas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta aumentaria (reduziria) o valor dos recursos líquidos a serem captados na Oferta Primária em R$[•] milhões.

A Companhia não receberá qualquer recurso decorrente da Oferta Secundária, por se tratar exclusivamente de Ações de titularidade do Acionista Vendedor. Portanto, os recursos provenientes da Oferta Secundária serão integralmente destinados ao Acionista Vendedor.

Para mais informações sobre o impacto dos recursos líquidos auferidos pela Companhia em decorrência da Oferta Primária na situação patrimonial da Companhia, veja a seção “Capitalização” na página 113 deste Prospecto.

CAPITALIZAÇÃO

As informações constantes da coluna "Efetivo" foram extraídas das Informações Trimestrais – ITR da Companhia relativas aos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e indicam (i) a posição naquela data; e (ii) os valores ajustados para refletir o recebimento pela Companhia dos recursos líquidos provenientes da Oferta Primária, estimados em aproximadamente R$[•] milhões, com base no Preço por Ação que é o ponto médio da Faixa Indicativa, após a dedução das comissões e despesas estimadas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta Primária.

O investidor deve ler as informações da tabela abaixo em conjunto com as Informações Trimestrais – ITR da Companhia relativas aos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e suas respectivas notas explicativas anexas a este Prospecto Preliminar, e com as seções "*3. Informações Financeiras Selecionadas*" e "*10. Comentários dos Diretores*" do Formulário de Referência anexo a este Prospecto Preliminar a partir da página 509.

	Em 30 de setembro de 2020	
	Efetivo	**Ajustado[1]**
	(em R$ mil)	
Empréstimos e Financiamentos (circulante)	431.524	[•]
Arrendamento mercantil a pagar (circulante)	11.909	[•]
Empréstimos e Financiamentos (não circulante)	701.077	[•]
Arrendamento mercantil a pagar (não circulante)	8.592	[•]
Patrimônio líquido	**359.743**	**[•]**
Capitalização Total[2]	**1.512.845**	**[•]**

(1) Ajustado para refletir o recebimento pela Companhia dos recursos líquidos provenientes da Oferta Primária, calculado com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa.

(2) A capitalização total corresponde ao resultado da soma dos saldos de empréstimos e financiamentos e arrendamentos mercantil a pagar com o patrimônio líquido.

Um aumento (redução) de R$1,00 no Preço por Ação, após a dedução das comissões e despesas estimadas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta, aumentaria (reduziria) o patrimônio líquido da Companhia e a capitalização total em R$[•].

O valor do patrimônio líquido da Companhia após a conclusão da Oferta e ajustes decorrentes está sujeito, ainda, a ajustes decorrentes de alterações do Preço por Ação, bem como dos termos e condições gerais da Oferta que somente serão conhecidas após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

Não houve alteração relevante na capitalização total da Companhia desde 30 de setembro de 2020.

DILUIÇÃO

Os investidores que participarem da Oferta sofrerão diluição imediata de seu investimento, calculada pela diferença entre o Preço por Ação e a soma do valor patrimonial contábil das ações de emissão da Companhia subjacentes a cada Ação imediatamente após a Oferta.

Em 30 de setembro de 2020, o valor do patrimônio líquido consolidado da Companhia era de R$359.742 mil e o valor patrimonial contábil por ação de emissão da Companhia, na mesma data, era de R$18,84. O referido valor patrimonial contábil por ação de emissão da Companhia representa o valor do patrimônio líquido consolidado da Companhia, dividido pelo número total de ações de emissão da Companhia em 30 de setembro de 2020.

Considerando a subscrição da totalidade das Ações no âmbito da Oferta Primária e após a dedução das comissões e despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta, com base no Preço por Ação que é o ponto médio da Faixa Indicativa, o patrimônio líquido ajustado da Companhia em 30 de setembro de 2020 seria de R$[•] milhões, representando um valor de R$[•] por ação de emissão da Companhia. Isso representaria (i) [um aumento imediato/uma diluição imediata] do valor patrimonial contábil por ação de emissão da Companhia correspondente a R$[•] para os acionistas existentes; e (ii) [um aumento imediato/uma diluição imediata] do valor patrimonial contábil por ação de R$[•] para os novos investidores, adquirentes de Ações no contexto da Oferta. [Esse aumento/Essa redução] representa a diferença entre o preço por ação ordinária de emissão da Companhia, calculado com base no Preço por Ação que é o ponto médio da Faixa Indicativa, e o valor patrimonial contábil por ação de emissão da Companhia imediatamente após a conclusão da Oferta.

Para informações detalhadas acerca das comissões e despesas da Oferta, veja a seção "Informações Sobre à Oferta – Custos de Distribuição", na página 53 deste Prospecto Preliminar.

O quadro a seguir ilustra a diluição por Ação, com base em seu patrimônio líquido em 30 de setembro de 2020 e considerando os impactos da realização da Oferta.

	Em R$, exceto %
Preço por Ação[(1)]	R$[•]
Preço por ação de emissão da Companhia com base no Preço por Ação	R$[•]
Valor patrimonial contábil por ação de emissão da Companhia em 30 de setembro de 2020[(2)]	R$18,84
Valor patrimonial contábil por ação de emissão da Companhia em 30 de setembro de 2020 ajustado para refletir a Oferta	R$[•]
[Aumento / Redução] do valor patrimonial contábil líquido por ação de emissão da Companhia em 30 de setembro de 2020 para os atuais acionistas	R$[•]
[Aumento / Diluição] do valor patrimonial contábil por ação de emissão da Companhia dos novos investidores[(3)]	R$[•]
Percentual de diluição imediata resultante da Oferta[(4)]	[•]%

(1) Considerando a subscrição das Ações, com base no Preço por Ação, que é o ponto médio da Faixa Indicativa.

(2) O valor patrimonial por ação de emissão da Companhia representa o valor do patrimônio líquido consolidado da Companhia, dividido pelo número total de ações de emissão da Companhia em 30 de setembro de 2020.

(3) Para os fins aqui previstos, diluição representa a diferença entre o preço por ação de emissão da Companhia, calculado com base no Preço por Ação a ser pago pelos investidores, e o valor patrimonial líquido por ação de emissão da Companhia imediatamente após a conclusão da Oferta.

(4) O cálculo da diluição percentual dos novos investidores é obtido por meio da divisão do valor da diluição dos novos investidores pelo Preço por Ação.

A Companhia informa que tem a intenção de aprovar um desdobramento de ações antes da divulgação do Aviso ao Mercado, cujos efeitos serão demonstrados na tabela acima.

O Preço por Ação a ser pago pelos investidores no contexto da Oferta não guarda relação com o valor patrimonial contábil das Ações e será fixado tendo como parâmetro as intenções de investimento manifestadas por Investidores Institucionais, considerando a qualidade da demanda (por volume e preço), no âmbito do Procedimento de *Bookbuilding*. Para maiores informações sobre o Procedimento de *Bookbuilding*, veja a seção "*Informações Sobre à Oferta – Preço por Ação*", na página 50 deste Prospecto.

Um acréscimo (redução) de R$1,00 no Preço por Ação, após a dedução das comissões e das despesas estimadas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta, acarretaria um acréscimo (diminuição), após a conclusão da Oferta, (i) de R$[•] no valor do patrimônio líquido contábil da Companhia; (ii) de R$[•] no valor do patrimônio líquido contábil por ação de emissão da Companhia; e (iii) na diluição do valor patrimonial contábil por ação de emissão da Companhia aos investidores desta Oferta em R$[•] por ação de emissão da Companhia, assumindo que o número de Ações estabelecido na capa deste Prospecto não sofrerá alterações.

O valor do patrimônio líquido contábil da Companhia após a conclusão da Oferta está sujeito, ainda, a ajustes decorrentes de alterações do Preço por Ação, bem como dos termos e condições gerais da Oferta que somente serão conhecidas após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

A realização da Oferta Secundária não resultará em nenhuma mudança no número de ações ordinária de emissão da Companhia, nem em alteração em seu patrimônio líquido, uma vez que os recursos recebidos, nesse caso, serão integralmente entregues ao Acionista Vendedor.

As taxas de registro da CVM, B3 e ANBIMA relativas à Oferta, as despesas com auditores, advogados, consultores, bem como outras despesas, comissões, impostos, taxas e outras retenções descritas abaixo serão integralmente arcadas pela Companhia. **Para mais informações, veja a seção *"Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A Companhia arcará com as despesas e comissões do Acionista Vendedor relacionadas à Oferta, o que poderá impactar os valores líquidos a serem recebidos pela Companhia em decorrência da Oferta e, consequentemente, afetar adversamente os seus resultados após a conclusão da Oferta"*, na página 109 deste Prospecto Preliminar**.

Planos de Opções

Na data deste Prospecto, a Companhia não possui um plano de remuneração baseado em ações em vigor. Contudo, a Companhia esclarece que está em fase de estruturação e implementação de um plano de remuneração baseado em ações, cujos termos e condições, potenciais beneficiários (incluindo membros da administração e colaboradores chave), entre outros aspectos, serão descritos neste Prospecto e no item 13 do Formulário de Referência tão logo tal plano seja aprovado em sede de assembleia geral de acionistas da Companhia, o que ocorrerá antes da divulgação do Aviso ao Mercado. Além disso, estima-se que o percentual de diluição do plano de remuneração baseado em ações a ser aprovado pela Companhia será de até 5% (cinco por cento).

Histórico do preço pago por administradores e acionistas controladores em subscrições de ações da Companhia.

O quadro abaixo apresenta informações sobre o preço pago pelos administradores e acionistas controladores da Companhia em subscrições de ações de emissão da Companhia nos últimos cinco anos.

Data	Natureza da operação	Subscritor/ Adquirente	Quantidade de Ações	Valor	Valor por Ação
				(R$)	*(R$)*
16/09/2020	Subscrição privada	Acionista	237.143	999.994,56	4,216842

Para informações adicionais referentes aos últimos aumentos do capital social da Companhia, veja o item "*17.2. Aumentos do Capital Social"* do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, a partir da página 807 deste Prospecto.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXOS

ANEXO A – ESTATUTO SOCIAL VIGENTE DA COMPANHIA

ANEXO B – CÓPIA DA ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA REALIZADA EM 14 DE OUTUBRO DE 2020, QUE APROVOU, DENTRE OUTRAS MATÉRIAS, A REALIZAÇÃO DA OFERTA

ANEXO C – MINUTA DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA QUE APROVARÁ O PREÇO POR AÇÃO DA OFERTA

ANEXO D – DECLARAÇÃO DA COMPANHIA NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

ANEXO E – DECLARAÇÃO DO ACIONISTA VENDEDOR, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

ANEXO F – DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

ANEXO G – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA COMPANHIA RELATIVAS AOS PERÍODOS DE TRÊS E NOVE MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2020 E 30 DE SETEMBRO DE 2020

ANEXO H – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA COMPANHIA REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DEZEMBRO DE 2017, 2018 E 2019

ANEXO I – FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM 480

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO A – ESTATUTO SOCIAL VIGENTE DA COMPANHIA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ESTATUTO SOCIAL DA
OLEOPLAN S.A. – ÓLEOS VEGETAIS PLANALTO

Companhia de Capital Autorizado

CNPJ/ME n° 88.676.127/0001-76
NIRE 43.300.010.864

CAPÍTULO I

DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO SOCIAL E DURAÇÃO

Artigo 1° A Oleoplan S.A. – Óleos Vegetais Planalto ("Companhia") é uma sociedade por ações regida pelo presente estatuto social ("Estatuto Social") e pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), e o Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("Regulamento do Novo Mercado" e "B3", respectivamente).

Artigo 2° A Companhia tem sede e foro na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, na Rua Dom Pedro II, n° 723, bairro Higienópolis, CEP 90550-142, podendo, por deliberação da Diretoria e atendidos os requisitos legais aplicáveis, abrir, transferir e extinguir, em qualquer localidade do País ou do exterior, escritórios, filiais e sucursais.

Artigo 3° A Companhia tem por objeto social:

(i) a extração, industrialização, comercialização, importação e exportação de óleos vegetais e seus derivados, bem como de grãos vegetais em geral;

(ii) a fabricação de rações e concentrados para alimentação animal;

(iii) a fabricação de farelo de soja, farinha de soja e proteínas concentradas na soja;

(iv) a comercialização de mercadorias, produtos e insumos agropecuários em geral, tais com sementes e fertilizantes;

(v) o serviço de armazenagem e depósito de cereais, armazenagem em geral por conta de terceiros e de mercadorias próprias;

(vi) produção de biodiesel;

(vii) a exploração de atividade agropecuária, de forma direta ou indireta, por meio de subsidiária integral ou empresas controladas;

(viii) a exploração de terminal portuário (exclusivo e misto) e estação de transbordo de cargas (ETC);

(ix) o transporte rodoviário de carga de produtos perigosos e não perigosos;

(x) a prestação de serviços laboratoriais e de análises referentes à avaliação de qualidade e de conformidade de produtos e matérias primas utilizadas no processo produtivo da Companhia;

(xi) a realização de testes e análises técnicas de produtos agrícolas; e

(xii) a atividade de pós colheita, como os serviços de limpeza, lavagem, classificação, desinfecção e ornamentação de produtos agrícolas.

Parágrafo Único. A Companhia poderá explorar outras atividades correlatas ou complementares ao objeto social descrito neste artigo 3°.

Artigo 4° O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

Artigo 5° Com o ingresso da Companhia no segmento especial de listagem denominado Novo Mercado da B3 ("Novo Mercado"), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento do Novo Mercado.

CAPÍTULO II

CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 6° O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R$80.522.253,04 (oitenta, quinhentos e vinte e dois mil, duzentos e cinquenta e três reais e quatro centavos), dividido em 19.095.387 (dezenove milhões, noventa e cinco mil, trezentas e oitenta e sete) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Parágrafo 1°: O capital social é representado exclusivamente por ações ordinárias e cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a 1 (um) voto nas deliberações das assembleias gerais de acionistas da Companhia ("Assembleia Geral").

Parágrafo 2°: As ações são indivisíveis em relação à Companhia. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio.

Parágrafo 3°: As ações da Companhia são escriturais, mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares, junto à instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com que a Companhia mantenha contrato de custódia em vigor, sem emissão de certificados.

Parágrafo 4°: Observados os limites fixados pela legislação e regulamentação vigentes, o custo de transferência e averbação, assim como o custo do serviço relativo às ações escriturais poderá ser cobrado diretamente do acionista pela instituição depositária, conforme definido em contrato de escrituração de ações.

Parágrafo 5°: É vedada a criação ou emissão de ações preferenciais ou partes beneficiárias pela Companhia.

Artigo 7° A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de 100.000.000 (cem milhões) de ações ordinárias adicionais, excluídas as ações já emitidas, independentemente de Assembleia Geral ou reforma estatutária.

Parágrafo 1°: O aumento do capital social, nos limites do capital autorizado, será realizado por meio de emissão de ações, debêntures conversíveis em ações e/ou bônus de

subscrição, mediante deliberação do conselho de administração da Companhia ("Conselho de Administração"), que fixará as condições de emissão, inclusive preço, forma e prazo de integralização. Em havendo subscrição do capital social com integralização em bens, a competência para a aprovação do aumento de capital será da Assembleia Geral, ouvido o Conselho Fiscal, caso instalado.

Parágrafo 2°: O limite do capital autorizado deverá ser automaticamente ajustado em caso de grupamento ou desdobramento de ações.

Parágrafo 3°: A critério do Conselho de Administração, poderá ser realizada a emissão, sem direito de preferência ou com redução do prazo de que trata o parágrafo 4° do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações, de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, bem como outorgar opções de compra de ações, dentro do limite do capital autorizado, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou por meio de permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, ou ainda para fazer frente a planos de outorga de opção de compra de ações da Companhia, nos termos estabelecidos na Lei das Sociedades por Ações.

Artigo 8° A não integralização, pelo subscritor, do valor subscrito, nas condições previstas no boletim ou na chamada requerida pelo órgão da administração, constituirá, de pleno direito, o acionista remisso em mora, de acordo com os artigos 106 e 107 da Lei das Sociedades por Ações, sujeitando-se o subscritor ao pagamento do valor em atraso corrigido monetariamente de acordo com a variação do Índice Geral de Preços ao Mercado divulgado pela Fundação Getulio Vargas, ou por outro índice que vier a substituí-lo, na menor periodicidade legalmente admitida, além de juros de 12% (doze por cento) ao ano, *pro rata temporis*, e multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor da prestação em atraso, devidamente atualizada.

CAPÍTULO III

ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 9° A Assembleia Geral é o órgão deliberativo da Companhia e deverá ser realizada: (a) ordinariamente, uma vez por ano, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao encerramento de cada exercício social, para deliberação das matérias previstas no artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações; e (b) extraordinariamente, sempre que os interesses

sociais assim o exigirem ou quando as disposições deste Estatuto Social ou da legislação aplicável exigirem deliberação dos acionistas.

Parágrafo 1°: Quanto à convocação, instalação e deliberação da Assembleia Geral, aplicam-se as regras previstas na Lei das Sociedades por Ações, na regulamentação da CVM e demais prescrições legais pertinentes, bem como as disposições do presente Estatuto Social.

Parágrafo 2°: Ressalvadas as hipóteses previstas em lei, as Assembleias Gerais somente se instalarão em primeira convocação com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do total das ações com direito a voto representativas do capital social e, em segunda convocação, com qualquer número.

Artigo 10 Além das demais hipóteses previstas em lei, as Assembleias Gerais serão convocadas pelo Conselho de Administração, por meio de seu Presidente ou por dois conselheiros agindo em conjunto, com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência, em primeira convocação, e 8 (oito) dias, em segunda convocação. Independentemente das formalidades de convocação para Assembleias Gerais previstas neste artigo, será considerada regularmente convocada a Assembleia Geral à qual comparecerem todos os acionistas da Companhia.

Artigo 11 A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, em sua ausência ou impedimento, pelo Vice Presidente do Conselho de Administração, ou ainda na ausência do Vice Presidente do Conselho de Administração, por outro indivíduo presente indicado pela maioria do capital social presente, o qual escolherá dentre os presentes aquele que exercerá a função de secretário, que poderá ser acionista ou não da Companhia.

Artigo 12 Sem prejuízo das demais matérias previstas em lei, compete privativamente à Assembleia Geral deliberar sobre as matérias indicadas nos artigos 122, 132 e 136 da Lei das Sociedades por Ações e, ainda:

(i) fixar o limite da remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e dos membros do Conselho Fiscal, se instalado, observado que caberá ao Conselho de Administração deliberar sobre a

distribuição da remuneração individual de cada membro do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, se instalado;

(ii) aprovar planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações ou quaisquer planos de remuneração baseado em ações aos seus administradores, empregados e pessoas físicas que prestem serviços à Companhia, assim como aos administradores, empregados e pessoas físicas que prestem serviços a outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia;

(iii) apresentar pedidos de recuperação judicial ou extrajudicial, ou de autofalência;

(iv) atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações;

(v) deliberar sobre aumento ou redução do capital social, bem como qualquer decisão que envolva a recompra, resgate ou amortização de ações, em conformidade com as disposições deste Estatuto Social, exceto pelo previsto no parágrafo 1°, do artigo 7°, deste Estatuto Social;

(vi) deliberar sobre qualquer emissão de ações ou quaisquer valores mobiliários conversíveis em ações, observado o item (ix) do artigo 22 deste Estatuto Social; e

(vii) aprovar a dispensa da realização de oferta pública de aquisição de ações ("OPA") para saída do Novo Mercado.

Parágrafo Único. A Assembleia Geral poderá suspender o exercício dos direitos, inclusive o de voto, do acionista que deixar de cumprir obrigação legal, regulamentar ou estatutária.

Artigo 13 A Assembleia Geral eventualmente convocada para dispensar a realização de OPA para saída do Novo Mercado deverá ser instalada em primeira convocação com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total das Ações em Circulação. Caso referido quórum não seja atingido, a Assembleia Geral poderá ser instalada em segunda convocação com a presença de qualquer número de acionistas titulares de Ações em Circulação. A deliberação sobre a dispensa de realização da OPA deve ocorrer pela maioria dos votos dos acionistas titulares de Ações em Circulação

presentes na Assembleia Geral, conforme disposto no Regulamento do Novo Mercado. Para fins deste artigo 13, o termo "Ações em Circulação" significa todas as ações emitidas pela Companhia, excetuadas as ações detidas pelo(s) acionista(s) controlador(es), por pessoas a ele vinculadas, por administradores da Companhia e aquelas em tesouraria.

CAPÍTULO IV

ADMINISTRAÇÃO

Seção I

Disposições Gerais

Artigo 14 A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma diretoria em observância e de acordo com os poderes conferidos pela legislação aplicável e pelo presente Estatuto Social.

Parágrafo 1°: A posse dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal, quando instalada, nos seus respectivos cargos faz-se mediante assinatura de termo lavrado em livro próprio, que deve contemplar, inclusive, sua sujeição à cláusula compromissória referida no artigo 43 deste Estatuto Social, bem como sua adesão à Política de Divulgação e Uso de Informações e Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Companhia, sendo dispensada qualquer garantia de gestão.

Parágrafo 2°: O prazo de gestão dos administradores se estenderá até a investidura dos novos membros eleitos.

Parágrafo 3°: Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de diretor presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

Artigo 15 A Companhia assegurará aos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, quando instalado, ou aos membros de quaisquer órgãos sociais com funções técnicas destinadas a aconselhar os administradores, quando legalmente possível, a defesa em processos judiciais e administrativos (propostos por terceiros), durante ou após os respectivos mandatos, por atos praticados no exercício de

suas funções, podendo manter o contrato de seguro para a cobertura de despesas processuais, honorários advocatícios e indenizações decorrentes dos referidos processos.

Artigo 16 Ressalvado o disposto neste Estatuto Social e na legislação aplicável e observadas as regras de convocação aplicáveis, as reuniões de qualquer dos órgãos de administração serão instaladas, em primeira convocação, com a presença da maioria de seus respectivos membros, e, em segunda convocação, com qualquer número, e delibera pelo voto da maioria dos presentes, excluídos os impedidos de votar por conflito de interesses.

Parágrafo Único. É dispensada a convocação prévia da reunião como condição de sua validade se presentes todos os membros do órgão da administração. São considerados presentes os membros que manifestem seu voto: (i) por meio da delegação feita em favor de outro membro do respectivo órgão; ou (ii) por voto escrito antecipado; ou (iii) por voto escrito transmitido por correio eletrônico ou por qualquer outro meio de comunicação que assegure a autoria do documento.

Artigo 17 As deliberações do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, quando instalado, serão tomadas por maioria de votos dos presentes em cada reunião, ou que tenham manifestado seu voto, ressalvadas as hipóteses especiais previstas em lei e observado o disposto em acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia, caso aplicável.

Parágrafo Único. Caso o Conselho de Administração ou a Diretoria esteja constituído por um número par de membros e ocorra um empate na votação pela maioria dos presentes em determinada reunião, será atribuído ao Presidente do Conselho de Administração ou ao Diretor Presidente, conforme o caso, o voto de qualidade.

Seção II

Conselho de Administração

Artigo 18 O Conselho de Administração é composto por, no mínimo, 5 (cinco) membros, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, observado o disposto em eventual acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia e demais disposições legais

aplicáveis ("Conselheiros"), com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

Parágrafo 1°: Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger, sendo também considerados como independentes os conselheiros eleitos mediante faculdade prevista pelo artigo 141, §§ 4° e 5°, da Lei das Sociedades por Ações, na hipótese de haver acionista controlador ("Conselheiros Independentes").

Parágrafo 2°: Quando, em decorrência do cálculo do percentual referido no parágrafo acima, o resultado gerar um número fracionário, a Companhia deve proceder ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior, nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

Artigo 19 O Conselho de Administração terá 1 (um) Presidente e 1 (um) Vice Presidente, eleitos pela maioria de votos da Assembleia Geral que eleger os membros do Conselho de Administração em exercício.

Parágrafo 1°: No caso de ausência ou impedimento temporário do Presidente do Conselho de Administração, as funções do Presidente serão exercidas pelo Vice Presidente. No caso de ausência ou impedimento temporário do Vice Presidente do Conselho de Administração, as funções do Vice Presidente serão exercidas por outro membro do Conselho de Administração indicado pelo Presidente.

Parágrafo 2°: Ocorrendo a vacância do cargo de Conselheiro, o Conselho de Administração elegerá tantos Conselheiros substitutos quantos forem os cargos vagos, sendo que os conselheiros eleitos nos termos deste artigo terão o seu mandato encerrado na próxima Assembleia Geral que for realizada. Se ocorrer vacância da maioria dos cargos, a Assembleia Geral será convocada para proceder a nova eleição.

Artigo 20 O Conselho de Administração reunir-se-á (a) ordinariamente, 4 (quatro) vezes por ano, ao final de cada trimestre; e (b) extraordinariamente, sempre que

convocado por seu Presidente, mediante notificação escrita entregue com antecedência mínima de 5 (cinco) dias corridos, e com apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados, ressalvados os casos de manifesta urgência, nos quais as reuniões do Conselho de Administração poderão ser convocadas por seu Vice Presidente sem a observância do prazo acima, desde que inequivocamente cientes todos os demais integrantes do Conselho. As convocações poderão ser feitas por carta com aviso de recebimento ou por qualquer outro meio, eletrônico ou não, que permita a comprovação de recebimento.

Parágrafo 1°: As reuniões do Conselho de Administração poderão ser realizadas por conferência telefônica, videoconferência ou por qualquer outro meio de comunicação simultânea com todas as demais pessoas presentes à reunião, sendo admitida a gravação de tais reuniões. Nesse caso, os membros do Conselho de Administração que participarem remotamente da reunião do Conselho de Administração poderão expressar seus votos, na data da reunião, por meio de carta ou correio eletrônico digitalmente certificado.

Parágrafo 2°: As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração e secretariadas por quem ele indicar.

Parágrafo 3°: Cada membro do Conselho de Administração em exercício terá direito a 1 (um) voto nas reuniões do Conselho de Administração.

Parágrafo 4°: Independentemente das formalidades previstas neste artigo 20, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os Conselheiros.

Artigo 21 As deliberações do Conselho de Administração constarão de atas lavradas no livro de atas das reuniões do Conselho de Administração. Os votos proferidos por conselheiros que participarem remotamente da reunião do Conselho de Administração ou que tenham se manifestado na forma do parágrafo 1° do artigo 20 deste Estatuto Social, deverão igualmente constar no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração, devendo a cópia da carta ou mensagem eletrônica, conforme o caso, contendo o voto do Conselheiro, ser juntada ao Livro logo após a transcrição da ata.

Parágrafo Único. Deverão ser publicadas e arquivadas no registro público de empresas mercantis as atas de reunião do Conselho de Administração que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros.

Artigo 22 Além das demais atribuições previstas em lei, neste Estatuto Social e no seu Regimento Interno, compete ao Conselho de Administração:

(i) definir as políticas e fixar as estratégias orçamentárias para a condução dos negócios, bem como liderar a implementação da estratégia de crescimento e orientação geral dos negócios da Companhia;

(ii) aprovação, alteração e/ou revogação do plano de negócios, do orçamento anual, bem como quaisquer planos de estratégia, de investimento, anuais e/ou plurianuais, e projetos de expansão da Companhia;

(iii) distribuir a remuneração global aprovada pela Assembleia Geral e fixar a remuneração individual dos diretores, Conselheiros e membros do Conselho Fiscal, se instalado, e dos membros de qualquer Comitê de Assessoramento da Companhia;

(iv) convocar as Assembleias Gerais da Companhia quando julgar conveniente, ou nos casos previstos neste Estatuto Social e na Lei das Sociedades por Ações;

(v) definir o número de cargos a serem preenchidos na Diretoria da Companhia, eleger seus diretores, bem como atribuir aos diretores suas respectivas funções, atribuições e limites de alçada não especificados neste Estatuto Social;

(vi) criar e alterar as competências, regras de funcionamento, convocação e composição dos órgãos de administração da Companhia, incluindo seus comitês de assessoramento;

(vii) fiscalizar e supervisionar a Diretoria no cumprimento do objeto social da Companhia, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitando informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos;

(viii) apreciar o relatório da administração e as contas da Diretoria e deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral;

(ix) autorizar a emissão, pela Companhia, de ações e bônus de subscrição dentro do limite do capital autorizado, fixando as condições de emissão, inclusive preço e prazo de integralização, e deliberar, dentro do limite do capital autorizado, sobre a emissão de debêntures conversíveis em ações, especificando o limite do aumento de capital decorrente da conversão das debêntures, em valor do capital social ou em número de ações, podendo, ainda, excluir o direito de preferência

nas emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis em ações, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou em permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, ou ainda para fazer frente a planos de outorga de opção de compra de ações da Companhia, nos termos estabelecidos em lei e neste Estatuto Social;

(x) autorizar a aquisição, pela Companhia, de ações de sua própria emissão ou sobre o lançamento de opções de venda e compra, referenciadas em ações de emissão da Companhia para manutenção em tesouraria e/ou posterior cancelamento ou alienação;

(xi) aprovar a outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos administradores, empregados ou prestadores de serviços da Companhia ou de suas controladas, assim como aos administradores, empregados e prestadores de serviços de outras sociedades que sejam controladas, direta ou indiretamente, pela Companhia, sem direito de preferência aos acionistas, de acordo com os planos aprovados pela Assembleia Geral;

(xii) aprovação da proposta da administração de distribuição de dividendos, ainda que intercalares ou intermediários, ou pagamento de juros sobre capital próprio com base em balanço anual, semestral, trimestral ou mensal;

(xiii) aprovação de qualquer investimento ou despesa não prevista no orçamento anual aprovado, cujo valor, individual ou agregado, exceda a R$20.000.000,00 (vinte milhões de reais);

(xiv) aquisição, alienação, locação, arrendamento, cessão ou transferência de qualquer ativo ou bem, móvel ou imóvel, cujo valor, individual ou agregado, exceda a R$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), exceto se especificamente previsto no orçamento anual aprovado;

(xv) constituição de quaisquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem, móvel ou imóvel da Companhia, bem como contratação de qualquer operação de *leasing back* (com ou sem alienação fiduciária de bens), cujo valor dado em garantia represente mais da metade do montante, individual ou agregado, da transação contratada, exceto se especificamente previsto no orçamento anual aprovado;

(xvi) aprovação da emissão de notas promissórias, *commercial papers*, *bonds*, *notes*, debêntures simples, certificados de recebíveis (ou qualquer transação de

securitização de recebíveis) ou outros títulos de dívida para distribuição pública ou privada, no Brasil ou no exterior, pela Companhia ou suas subsidiárias;

(xvii) aprovação da celebração, alteração ou rescisão de contratos de abertura de crédito, mútuos, empréstimos, financiamento, arrendamento mercantil, *leasing*, *compror*, *vendor*, desconto de recebíveis ou créditos, adiantamentos ou outras formas de concessão de crédito ou qualquer outro tipo de operação financeira ou série de operações financeiras relacionadas cujo valor exceda R$100.000.000,00 (cem milhões de reais);

(xviii) assunção de quaisquer obrigações ou sucessivas operações relacionadas, bem como a contratação de derivativos de qualquer espécie, que estejam vinculadas a instrumentos financeiros de *hedge* e que impliquem exposição global da Companhia, individual ou agregado, em valor superior a R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);

(xix) celebração de qualquer contrato, acordo ou negócio, de qualquer natureza, com partes relacionadas à Companhia, cujo valor, individual ou agregado, exceda a R$2.000.000,00 (dois milhões de reais), exceto se especificamente previsto no orçamento anual aprovado;

(xx) prestação de fianças, avais ou quaisquer outras garantias, reais ou fidejussórias, em favor de terceiros (a) em operação que não envolvam a própria Companhia e/ou suas subsidiárias; e/ou (b) representem um valor acima de R$2.000.000,00 (dois milhões de reais);

(xxi) aquisição, subscrição, oneração ou alienação de qualquer participação em qualquer outra sociedade ou consórcio, inclusive por meio da constituição de qualquer afiliada ou coligada, bem como a celebração, aditamento ou rescisão de acordo de acionistas, acordos de sócios ou acordos semelhantes em qualquer sociedade na qual a Companhia detiver participação;

(xxii) aprovação das políticas, códigos e regimentos internos da Companhia;

(xxiii) aprovar o orçamento do Comitê de Auditoria da Companhia, da área de auditoria interna e de eventuais outros comitês que sejam constituídos;

(xxiv) definição de voto da Companhia, das suas subsidiárias e seus respectivos representantes nas assembleias gerais, reuniões ou assembleias de sócios ou quaisquer órgãos da administração ou comitês das subsidiárias, afiliadas e

coligadas da Companhia, que vierem a deliberar exclusivamente sobre qualquer das matérias elencadas neste artigo 22;

(xxv) escolha e destituição os auditores independentes da Companhia com base em recomendação do Comitê de Auditoria;

(xxvi) aprovar a realização de oferta pública a ser lançada pela própria Companhia para saída do Novo Mercado ou de qualquer outro mercado no qual as ações da Companhia forem negociadas; e

(xxvii) elaborar e divulgar parecer fundamentado, favorável ou contrário à aceitação de qualquer OPA que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da OPA, que deverá abordar, no mínimo: (a) sobre a conveniência e oportunidade da OPA quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (b) quanto aos planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; e (c) a respeito de alternativas à aceitação da OPA disponíveis no mercado.

Seção III

Comitês de Assessoramento

Artigo 23 O Conselho de Administração, para seu assessoramento e melhor desempenho de suas funções, poderá criar e extinguir comitês de assessoramento ("Comitês de Assessoramento") de natureza técnica, comercial, financeira, jurídica ou ASG (ambiental, social e de governança), com objetivos e funções definidos, que deverão ser compostos por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, sendo integrantes ou não dos órgãos de administração da Companhia, e terão duração de 1 (um) exercício social.

Parágrafo 1°: A instalação dos Comitês de Assessoramento compete ao Conselho de Administração, que estabelecerá as normas aplicáveis aos Comitês de Assessoramento, incluindo regras sobre seu funcionamento, competências, composição, prazo de gestão e remuneração, quando aplicável. Tais normas e regras serão definidas nos regimentos internos dos Comitês de Assessoramento, que serão aprovados pelo Conselho de Administração.

Parágrafo 2°: As matérias analisadas por cada um dos Comitês de Assessoramento serão objeto de relatórios e propostas, que não vincularão as deliberações do Conselho de Administração.

Seção IV

Diretoria

Artigo 24 A diretoria da Companhia será composta por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 7 (sete) diretores, acionistas ou não, residentes no país, os quais serão eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração, com mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida reeleição, observado o disposto no parágrafo 1° do artigo 14 deste Estatuto Social, sendo 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor Financeiro, 1 (um) Diretor de Relações com Investidores, 1 (um) Diretor de Operações e 1 (um) Diretor Industrial e os demais diretores não terão designação específica.

Parágrafo 1°: Compete ao Diretor Presidente: (i) a direção geral dos negócios da Companhia, a convocação e presidência das reuniões da Diretoria e a coordenação dos trabalhos dos demais diretores e do processo de tomada de decisão; (ii) a representação ativa e passiva da Companhia em todas as suas relações com terceiros, em juízo ou fora dele, podendo nomear procuradores e prepostos para que prestem depoimentos em nome da Companhia perante as autoridades requisitantes, responsabilizando-se pelos resultados econômico-financeiros da Companhia e pela proteção de seu nome; (iii) a organização e supervisão das políticas e diretrizes de pessoal, organizacional, gerencial, operacional e de marketing; (iv) a supervisão do cumprimento das políticas e normas estabelecidas pelo Conselho de Administração e das deliberações tomadas em Assembleia Geral; (v) zelar pela observância da lei e deste Estatuto Social; (vi) anualmente, elaborar e apresentar ao Conselho de Administração o plano anual de negócios e o orçamento anual da Companhia; (vii) administrar os assuntos de caráter societário em geral; (viii) avaliar os profissionais sob sua responsabilidade; e (ix) indicar nomes de candidatos a ocupar outros cargos na Diretoria da Companhia.

Parágrafo 2°: Compete ao Diretor Financeiro: (i) coordenar a elaboração das demonstrações financeiras da Companhia; (ii) gerir as atividades da Diretoria Financeira

da Companhia, incluindo administrar, gerir e controlar as áreas de tesouraria, fiscal e tributária, controladoria, contabilidade e de planejamento financeiro, segundo as orientações deste Estatuto Social, das normas legais vigentes e das políticas e diretrizes consignadas pela Assembleia Geral; (iii) assinar propostas, convênios, acordos, contratos com bancos e afins, documentos em geral para abertura, movimentação e encerramento de contas bancárias da Companhia, bem como todo e qualquer documento à administração das finanças da Companhia, em conjunto com qualquer outro Diretor ou um Procurador com poderes específicos; e (iv) administrar os recursos financeiros da Companhia, orientando a aplicação dos excedentes de caixa dentro das políticas e diretrizes existentes, e conduzindo os processos de contratação de empréstimo e de financiamento e os serviços correlatos necessários à expansão da Companhia, conforme orçamento anual.

Parágrafo 3°: Compete ao Diretor de Relações com Investidores: (i) responsabilizar-se pela prestação de informações ao público investidor, à CVM e às bolsas de valores ou mercados de balcão, nacionais e internacionais, bem como às entidades de regulação e fiscalização correspondentes, mantendo atualizados os registros da Companhia nessas instituições; (ii) representar a Companhia perante a CVM, as bolsas de valores e demais entidades do mercado de capitais, bem como prestar informações relevantes aos investidores, ao mercado em geral, à CVM e à B3; e (iii) outras funções estabelecidas em lei e na regulamentação vigente.

Parágrafo 4°: Compete ao Diretor de Operações: (i) planejar, organizar, gerir e supervisionar as atividades operacionais de processamento de soja e produção de biodiesel da Companhia; (ii) supervisionar, coordenar e avaliar os profissionais sob sua responsabilidade, incluindo as gerências de tecnologia da informação, de assuntos administrativos, de logística, de recursos humanos, bem como o departamento jurídico; (iii) implementar os procedimentos e assegurar o cumprimento das normas estipuladas pelos órgãos reguladores das atividades da Companhia; e (iv) supervisionar as atividades e ações industriais da Companhia que estão sob a gestão da Diretoria Industrial.

Parágrafo 5°: Compete ao Diretor Industrial: (i) liderar e coordenar as atividades e ações industriais na Companhia e em suas filiais operacionais relacionadas aos investimentos em ativo fixo, produção, manutenção, planejamento e controle da produção e engenharia de processos de fabricação; (ii) fiscalizar a qualidade dos processos e produtos da Companhia; e (iii) definir as regras operacionais, os controles e processos relacionados à cadeia de produção.

Parágrafo 6°: Compete aos Diretores sem designação específica: (i) cumprir as atribuições definidas pelo Conselho de Administração; (ii) cumprir e fazer cumprir este Estatuto Social, as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral; e (iii) praticar, dentro das suas atribuições, todos os atos necessários ao funcionamento regular da Companhia e à consecução do objeto social.

Parágrafo 7°: Os diretores exercerão os direitos de voto da Companhia no tocante a qualquer de suas coligadas e controladas em conformidade com as deliberações do Conselho de Administração, de acordo com os procedimentos e normas previstos neste Estatuto Social.

Parágrafo 8°: O cargo de Diretor de Relações com Investidores poderá ser acumulado por outro Diretor da Companhia.

Parágrafo 9°: Os diretores serão eleitos pelo Conselho de Administração, observadas as disposições previstas em eventual acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia.

Artigo 25 As atribuições e competências dos diretores serão aquelas estipuladas neste Estatuto Social, bem como nas deliberações do Conselho de Administração. Se um dos diretores for destituído antes do fim do seu mandato, o término do mandato do novo diretor, eleito em sua substituição, deverá coincidir com a data de encerramento do mandato do restante da diretoria.

Parágrafo 1°: Os diretores deverão exercer suas funções no melhor interesse da Companhia e de acordo com as disposições deste Estatuto Social e da lei. Os diretores deverão permanecer na administração da Companhia, dedicados à gestão operacional das atividades da Companhia em caráter de exclusividade.

Parágrafo 2°: Os Diretores não poderão afastar-se do exercício de suas funções por mais de 30 (trinta) dias corridos consecutivos sob pena de perda de mandato, salvo caso de licença concedida pela própria Diretoria.

Artigo 26 Compete à Diretoria, em geral, observadas as disposições deste Estatuto Social, especialmente as competências específicas constantes do artigo 24 acima:

(i) o exercício das atribuições que a lei e este Estatuto Social lhe conferem para assegurar o pleno e regular funcionamento da Companhia e das suas controladas, coligadas e divisões de negócios;

(ii) apresentar, anualmente, até o encerramento de cada exercício social, à apreciação do Conselho de Administração, proposta de orientação geral dos negócios da Companhia, de suas controladas e das divisões de seus negócios, relativa ao exercício seguinte, incluindo:

(a) a estratégia empresarial das divisões de negócios da Companhia e de suas controladas e coligadas;

(b) a estrutura operacional dos negócios, indicando o Diretor que deverá ser responsável pelo acompanhamento de cada uma das suas divisões;

(c) o orçamento e plano de metas de cada divisão de negócios e suas eventuais revisões;

(d) o plano de investimentos e desinvestimentos de cada divisão de negócios;

(e) a remuneração dos gestores de cada divisão de negócios;

(f) a estrutura de capital necessária à execução do orçamento e plano de metas de cada divisão de negócios; e

(g) planejamento de pagamento de juros sobre o capital próprio.

(iii) apresentar, anualmente, nos 3 (três) meses seguintes ao encerramento do exercício social, à apreciação do Conselho de Administração e dos acionistas, o seu relatório e demais documentos pertinentes às contas do exercício social, bem como proposta para destinação do lucro líquido, observadas as imposições legais e o que dispõe o Capítulo VI deste Estatuto Social;

(iv) a eleição e destituição dos administradores das sociedades controladas e coligadas de acordo com as indicações feitas pelo Conselho de Administração;

(v) abrir, movimentar e encerrar contas bancárias e de investimento;

(vi) transigir, renunciar, desistir, fazer acordos, firmar compromissos, contrair obrigações, fazer aplicações de recursos, adquirir, onerar e alienar ativos e conceder garantias, assinando os respectivos termos e contratos;

(vii) representar a Companhia, em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, perante quaisquer terceiros, incluindo repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais; e

(viii) cumprir as demais atribuições que lhe sejam estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia, pela lei e por este Estatuto Social.

Artigo 27 A Companhia será representada e somente se obrigará da seguinte forma:

(i) pelo diretor presidente ou pelo diretor de operações, agindo em conjunto com qualquer outro diretor;

(ii) por qualquer diretor agindo em conjunto com 1 (um) procurador, devidamente constituído;

(iii) por 2 (dois) procuradores, devidamente constituídos com poderes específicos, agindo em conjunto; e

(iv) por 1 (um) diretor ou por 1 (um) procurador, devidamente constituído, (i) perante órgãos, repartições e entidades públicas e em atos que não impliquem responsabilidade financeira para a Companhia, (ii) para assinatura de correspondências, inclusive para bancos, na medida em que tais correspondências não impliquem ou resultem responsabilidade financeira para a Companhia, (iii) em endossos de cheques ou títulos de crédito para a Companhia, (iv) para representação da Companhia em processos judiciais e administrativos, ou arbitrais, ou para a prestação de depoimento pessoal, preposto ou testemunha; ou

(v) por 1 (um) procurador, devidamente constituído com poderes específicos para celebrar contratos e escrituras (incluindo dação em pagamento), na qualidade de credora, relacionadas ao recebimento de garantias de operações comerciais realizadas pela Companhia com seus clientes.

Artigo 28 As procurações outorgadas pela Companhia serão assinadas pelo diretor presidente ou o diretor de operações agindo em conjunto com qualquer outro diretor,

especificarão os poderes outorgados e, salvo procurações para a representação da Companhia em processos judiciais, administrativos ou arbitrais, terão prazo de duração de, no máximo, 1 (um) ano.

Artigo 29 A diretoria reunir-se-á sempre que for necessário aos interesses da Companhia.

Parágrafo 1°: A Diretoria reunir-se-á, na sede social da Companhia, sempre que assim exigirem os negócios sociais, sendo convocada pelo Diretor Presidente, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, ou por quaisquer dos Diretores, neste caso, com antecedência mínima de 3 (três) dias.

Parágrafo 2°: As reuniões da diretoria poderão ser realizadas por conferência telefônica, videoconferência ou por qualquer outro meio de comunicação simultânea com todas as demais pessoas presentes à reunião, sendo admitida a gravação de tais reuniões. Nesse caso, os membros da diretoria que participarem remotamente da reunião poderão expressar seus votos, na data da reunião, por meio de carta ou correio eletrônico digitalmente certificado.

Parágrafo 3°: As atas das reuniões da diretoria serão registradas em livro de atas das reuniões da diretoria.

Parágrafo 4°: Independentemente das formalidades de convocação para as reuniões da diretoria previstas neste artigo, será considerada regularmente convocada a reunião à qual comparecerem todos os diretores da Companhia.

CAPÍTULO V

CONSELHO FISCAL

Artigo 30 A Companhia terá um conselho fiscal de caráter não permanente, com os poderes e deveres conferidos pela lei.

Artigo 31 Sempre que vier a ser instalado, o conselho fiscal será composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros e igual número de suplentes. Os

membros do conselho fiscal podem ser acionistas ou não, e serão eleitos e substituídos de seus cargos a qualquer momento pela Assembleia Geral.

Parágrafo 1°: A posse dos membros do Conselho Fiscal será feita mediante a assinatura de termo respectivo, em livro próprio, assinado pelo Conselheiro empossado, que deverá contemplar a sua sujeição à cláusula compromissória prevista neste Estatuto Social.

Parágrafo 2°: Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos, em suas faltas e impedimentos, pelos respectivos suplentes.

Parágrafo 3°: Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar. Não havendo suplente, a Assembleia Geral será convocada para proceder à eleição de membro para o cargo vago.

Artigo 32 Os membros do conselho fiscal, se instalado, terão um mandato unificado até a próxima assembleia geral ordinária que aprovar as contas relativas ao exercício fiscal em que foram eleitos, sendo permitida a reeleição. A remuneração dos membros do conselho fiscal, sujeita as disposições da legislação aplicável, será fixada pela assembleia geral que os eleger.

Artigo 33 Quando instalado, o Conselho Fiscal se reunirá, nos termos da lei, sempre que necessário, e deliberará sobre as matérias de sua competência.

Parágrafo 1°: O Conselho Fiscal, quando instalado, deverá aprovar seu regulamento interno, que deverá estabelecer as regras gerais de seu funcionamento, estrutura, organização e atividades.

Parágrafo 2°: Independentemente de quaisquer formalidades, será considerada regularmente convocada a reunião à qual comparecer a totalidade dos membros do Conselho Fiscal.

Parágrafo 3°: Todas as manifestações do Conselho Fiscal constarão de atas lavradas no respectivo livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal e assinadas pelos Conselheiros presentes.

CAPÍTULO VI

EXERCÍCIO SOCIAL E DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

Artigo 34 O exercício social terá início em 1° de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano.

Artigo 35 Ao final de cada exercício social, a diretoria elaborará as demonstrações financeiras, as quais serão auditadas por auditores independentes devidamente registrados na CVM, observadas as disposições legais vigentes, submetendo-as ao Conselho de Administração, que, após aprová-las, as submeterá à assembleia geral ordinária, juntamente com a proposta de destinação do lucro líquido do exercício.

Parágrafo 1°: Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá (i) levantar balanços semestrais, trimestrais ou de períodos menores, e declarar dividendos ou juros sobre capital próprio dos lucros verificados em tais balanços; ou (ii) declarar dividendos ou juros sobre capital próprio intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual.

Parágrafo 2°: Os dividendos intermediários ou intercalares distribuídos e os juros sobre capital próprio poderão ser imputados ao dividendo obrigatório previsto neste Estatuto Social.

Artigo 36 O resultado do exercício, após os ajustes e deduções previstos em lei, incluindo qualquer participação, eventuais prejuízos acumulados, bem como a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social, terá a seguinte destinação:

(i) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, para a reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital, de que trata o parágrafo 1° do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações, exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal;

(ii) por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de reserva para contingências e reversão de tais reservas formadas em exercícios anteriores, nos termos do artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações;

(iii) por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório, nos termos do artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações;

(iv) 25% (vinte e cinco por cento) será distribuído como dividendo obrigatório, observadas as demais disposições do presente Estatuto Social e a legislação aplicável;

(v) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações;

(vi) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado pela Assembleia Geral, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações; e

(vii) após qualquer retenção prevista no plano de negócios e no orçamento anual, o saldo remanescente terá a destinação deliberada pela Assembleia Geral.

CAPÍTULO VII

LIQUIDAÇÃO DA COMPANHIA

Artigo 37 A Companhia somente será dissolvida ou liquidada nos casos previstos em lei ou por decisão da Assembleia Geral.

Parágrafo Único. Compete à Assembleia Geral nomear o liquidante, estabelecer o modo de liquidação e eleger os membros do Conselho Fiscal, que desempenharão suas funções durante o período de liquidação, bem como determinar sua remuneração.

CAPÍTULO VIII

ALIENAÇÃO DE CONTROLE

Artigo 38 A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar OPA tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

Parágrafo Único: Em caso de alienação indireta do controle, o adquirente deve divulgar o valor atribuído à Companhia para os efeitos do preço da OPA, bem como divulgar a demonstração justificada desse valor.

Artigo 39 Qualquer Titular de Participação Relevante que adquira, subscreva ou de qualquer outra maneira se torne titular de ações ou direitos sobre as ações de emissão da Companhia, em quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) do total de ações de emissão da Companhia deverá, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações em quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) do total de ações de emissão da Companhia, efetivar uma OPA para a totalidade das ações de emissão da Companhia, observando-se o disposto na regulamentação aplicável da CVM, notadamente a Instrução da CVM n° 361, 5 de março de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 361"), os regulamentos da B3 e os termos deste artigo 39, sendo que na hipótese de OPA sujeita a registro, o prazo de 60 (sessenta) dias referido acima será considerado cumprido se neste período for solicitado tal registro.

Parágrafo 1°: O preço de aquisição na OPA de cada ação de emissão da Companhia deverá ser pago à vista, em moeda corrente nacional e deverá ser o maior valor entre: (a) o preço justo, entendido como o valor de avaliação da Companhia, apurado com base nos critérios, adotados de forma isolada ou combinada, de patrimônio líquido avaliado a preço de mercado, fluxo de caixa descontado (considerando as sinergias resultantes da aquisição

para o Titular de Participação Relevante), comparação por múltiplos ou cotação das ações no mercado de valores mobiliários, assegurada a revisão do valor da oferta na forma do parágrafo 2° deste artigo; (b) 125% (cento e vinte e cinco por cento) do preço de emissão das ações no último aumento de capital realizado mediante distribuição pública antecedente à data em que se tornar obrigatória a realização da oferta pública nos termos deste artigo, devidamente atualizado pelo IGP-M ou por índice de base equivalente que o venha a substituir, até o momento do pagamento; e (c) 125% (cento e vinte e cinco por cento) da cotação média ponderada das ações de emissão da Companhia durante o período de 90 (noventa) dias anterior ao fato ou evento que gerar a obrigação da oferta pública prevista neste artigo, ajustado por eventos societários, tais como a distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio, grupamentos, desdobramentos, bonificações, exceto aqueles relacionados a operações de reorganização societária.

Parágrafo 2°: Os acionistas titulares de, no mínimo, 10% (dez por cento) das ações de emissão da Companhia, excetuadas neste cômputo as ações detidas pelo Titular de Participação Relevante, poderão requerer aos administradores da Companhia que convoquem Assembleia Geral, em que o Titular de Participação Relevante não poderá votar, para deliberar sobre a realização de nova avaliação da Companhia para fins de revisão do preço de aquisição na OPA, conforme estipulado no parágrafo 1° acima, cujo laudo deverá ser preparado por instituição financeira mediante utilização de metodologia prevista na alínea (a) do parágrafo 1° deste artigo, de acordo com os procedimentos previstos no artigo 4°-A da Lei das Sociedades por Ações e com observância ao disposto na regulamentação aplicável da CVM e nos termos deste capítulo.

Parágrafo 3°: Caso a Assembleia Geral referida no parágrafo 2° acima delibere pela realização de nova avaliação e o laudo de avaliação venha a apurar valor superior ao valor inicial da oferta pública, poderá o Titular de Participação Relevante dela desistir, obrigando-se, neste caso, a observar a regras previstas na Instrução CVM 361, e a alienar o excesso de participação no prazo de 3 (três) meses contados da data da mesma Assembleia Geral.

Parágrafo 4°: O Titular de Participação Relevante estará obrigado a atender as eventuais solicitações ou exigências da CVM e da B3, formuladas com base na legislação e regulamentação aplicáveis, relativas à OPA, dentro dos prazos máximos prescritos na regulamentação aplicável.

Parágrafo 5°: Na hipótese de o Titular de Participação Relevante não cumprir com as obrigações impostas por este artigo 39, inclusive no que concerne ao atendimento dos prazos máximos para a realização da OPA, o Conselho de Administração da Companhia convocará Assembleia Geral Extraordinária, na qual o Titular de Participação Relevante não poderá votar, para deliberar sobre a suspensão do exercício dos seus direitos em vista do não cumprimento das obrigações imposta por este artigo 39, conforme disposto no artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos causados aos demais acionistas.

Parágrafo 6°: A realização da OPA mencionada no *caput* deste artigo não excluirá a possibilidade de outro acionista da Companhia, ou, se for o caso, a própria Companhia, formular uma OPA concorrente, nos termos da regulamentação aplicável.

Parágrafo 7°: As obrigações constantes do artigo 254-A da Lei de Sociedade por Ações e do artigo 38 acima deste Estatuto Social não excluem o cumprimento pelo Titular de Participação Relevante das obrigações constantes deste artigo 39, ressalvado o disposto nos artigos 40 e 41 deste Estatuto Social.

Parágrafo 8°: O disposto neste artigo 39 não se aplica na hipótese de uma pessoa se tornar titular de ações de emissão da Companhia em quantidade superior a 20% (vinte por cento) do total das ações de sua emissão em decorrência de: (i) sucessão legal, sob a condição de que o acionista aliene o excesso de ações em até 60 (sessenta) dias contados do evento relevante; (ii) reorganização societária dentro do grupo econômico da Companhia, incluindo, sem limitação, a cessão e/ou transferência de ações de emissão da Companhia entre empresas controladoras e controladas ou sociedades sob controle comum; ou (iii) de incorporação de uma outra sociedade pela Companhia ou a incorporação de ações de uma outra sociedade pela Companhia.

Parágrafo 9°: Caso a regulamentação da CVM aplicável à OPA prevista neste artigo determine a adoção de um critério de cálculo para a fixação do preço de aquisição de cada ação da Companhia na OPA que resulte em preço de aquisição superior àquele determinado nos termos do Parágrafo 1° deste artigo 39, este deverá prevalecer na efetivação da OPA prevista neste artigo 39.

Parágrafo 10: Para fins do cálculo do percentual de 20% (vinte por cento) do total de ações de emissão da Companhia descrito no *caput* deste artigo, não serão computados

os acréscimos involuntários de participação acionária resultantes de cancelamento de ações em tesouraria ou de redução do capital social da Companhia com o cancelamento de ações.

Artigo 40 É facultada a formulação de uma única OPA, visando a mais de uma das finalidades previstas neste Capítulo, no Regulamento do Novo Mercado ou na regulamentação emitida pela CVM, desde que seja possível compatibilizar os procedimentos de todas as modalidades de OPA e não haja prejuízo para os destinatários da oferta e seja obtida a autorização da CVM quando exigida pela legislação aplicável.

Artigo 41 A Companhia ou os acionistas responsáveis pela realização da OPA prevista neste Capítulo, no Regulamento do Novo Mercado ou na regulamentação emitida pela CVM poderão assegurar sua efetivação por intermédio de qualquer acionista, terceiro e, conforme o caso, pela Companhia. A Companhia ou o acionista, conforme o caso, não se eximem da obrigação de realizar a OPA até que a mesma seja concluída com observância das regras aplicáveis.

Artigo 42: Para fins deste Capítulo, os termos abaixo iniciados em letras maiúsculas terão os seguintes significados:

"Atuais Acionistas Controladores" significa o Grupo de Acionistas que exerce o Controle da Companhia na data de publicação do anúncio de início de distribuição pública de ações, no âmbito da primeira oferta pública de ações realizada pela Companhia, seus acionistas controladores, sociedades controladas e sob controle comum.

"Controle" (bem como seus termos correlatos) significa o poder efetivamente utilizado por acionista de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação acionária detida.

"Grupo de Acionistas" significa o grupo de pessoas: (i) vinculadas por contratos ou acordos de voto de qualquer natureza, seja diretamente ou por meio de sociedades controladas, Controladoras ou sob Controle comum; (ii) entre as quais haja relação de Controle; ou (iii) sob Controle comum.

"Titular de Participação Relevante" significa qualquer pessoa, incluindo, sem limitação, qualquer pessoa natural ou jurídica, fundo de investimento, condomínio, carteira de títulos, universalidade de direitos, ou outra forma de organização, residente, com domicílio ou com sede no Brasil ou no exterior, ou Grupo de Acionistas, que passe a ser titular de ações ou de direitos sobre as ações de emissão da Companhia, nos termos do artigo 39 deste Estatuto Social.

CAPÍTULO IX

ARBITRAGEM

Artigo 43 A Companhia, seus acionistas, administradores, membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, e, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei n° 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada (Lei do Mercado de Valores Mobiliários), na Lei das Sociedades Anônimas, neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação do Novo Mercado.

CAPÍTULO X

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 44 A Companhia observará os eventuais acordos de acionistas arquivados em sua sede na forma do artigo 118 da Lei das Sociedades por Ações, cumprindo-lhe fazer com que a instituição financeira depositária os anote no extrato da conta de depósito fornecido ao acionista. Quaisquer votos proferidos em deliberações sociais da Companhia em desacordo com acordos de acionistas eventualmente existentes e arquivados na forma deste artigo serão nulos, sendo expressamente vedado aos integrantes da mesa diretora da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração acatar declaração de voto de

qualquer acionista, signatário de acordo de acionistas devidamente arquivado na sede social, que for proferida em desacordo com o que tiver sido ajustado no referido acordo, sendo também expressamente vedado à Companhia aceitar e proceder à transferência de ações e/ou à oneração e/ou à cessão de direito de preferência à subscrição de ações e/ou de outros valores mobiliários que não respeitar aquilo que estiver previsto e regulado em acordo de acionistas.

Parágrafo Único. As obrigações e responsabilidades resultantes de tais acordos serão válidas e oponíveis a terceiros, devendo a administração da Companhia zelar por sua observância.

Artigo 45 O montante a ser pago pela Companhia a título de reembolso pelas ações dos acionistas que tenham exercido o direito de retirada, nos casos autorizados por lei ou por este Estatuto Social, deverá corresponder ao valor patrimonial apurado na forma da lei.

Artigo 46 Os acionistas da Companhia deverão cumprir com as obrigações de divulgação de informações, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações e nas regulamentação aplicável da CVM, incluindo no que se refere a quaisquer movimentações de suas respectivas participações acionárias.

Artigo 47 Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que dispõe a Lei das Sociedades por Ações e o Regulamento do Novo Mercado.

Artigo 48 As disposições contidas no artigo 1° e artigo 5° (no que se refere ao Regulamento do Novo Mercado), no item (vii) do artigo 12, no artigo 13, no artigo 14, parágrafo 1°, no artigo 31, parágrafo 1°, exclusivamente no que se refere à cláusula compromissória e à adesão à Política de Divulgação e Uso de Informações e Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Companhia, no artigo 18, parágrafos 1° e 2°, nos itens (xxvi) e (xxvii) do artigo 22, no Capítulo VIII, no Capítulo IX e no artigo 47 (no que se refere ao Regulamento do Novo Mercado), somente terão eficácia a partir data de concessão do registro de companhia aberta da Companhia pela CVM e enquanto as ações da Companhia permanecerem listadas no Novo Mercado.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO B – CÓPIA DA ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA REALIZADA EM 14 DE OUTUBRO DE 2020, QUE APROVOU, DENTRE OUTRAS MATÉRIAS, A REALIZAÇÃO DA OFERTA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

OLEOPLAN S.A – ÓLEOS VEGETAIS PLANALTO
CNPJ nº 88.676.127/0001-76
NIRE 43.300.010.864

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 14 DE OUTUBRO DE 2020

DATA, HORA E LOCAL: Às 08:30 horas do dia 14 de outubro de 2020, na sede da Oleoplan S.A. – Óleos Vegetais Planalto ("Companhia"), localizada cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, na Rua Dom Pedro II, nº 723, bairro Higienópolis, CEP 90550-142.

CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Dispensadas todas as formalidades de convocação, nos termos do §4º do Artigo 124 da lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), tendo em vista a presença de acionistas titulares de ações representativas de 100% do capital social da Companhia, conforme assinaturas lançadas no Livro de Presença dos Acionistas.

MESA: A Assembleia foi presidida pelo Sr. Irineu Boff e secretariada pela Sra. Jussara Teresinha Scheffel.

ORDEM DO DIA: Deliberar sobre: **(i)** a abertura do capital da Companhia e a submissão à Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") de pedido de registro da Companhia como emissor de valores mobiliários na categoria "A", nos termos da Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("ICVM 480"); **(ii)** a submissão à B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), de pedido de adesão da Companhia ao segmento especial de listagem denominado "Novo Mercado", bem como de admissão, listagem e negociação de suas ações na B3; **(iii)** a realização da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia ("Ações" e "Oferta", respectivamente); e **(iv)** a autorização para que a Administração da Companhia aprove todos os termos e condições da Oferta, bem como a Diretoria celebre todos os documentos necessários à realização da Oferta, da obtenção de registro como emissor de valores mobiliários categoria A perante a CVM e da listagem no Novo Mercado.

DELIBERAÇÕES: Após discutidas as matérias constantes da ordem do dia, os acionistas, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas, aprovaram:

(i) a abertura de capital da Companhia e a submissão do pedido de registro da Companhia como emissor de valores mobiliários categoria "A" perante a CVM, nos termos da ICVM 480, ficando a Administração da Companhia autorizada a tomar todas as medidas necessárias junto à CVM com vistas à obtenção do registro ora referido;

(ii) a submissão do pedido de adesão da Companhia ao Novo Mercado, bem como de admissão à negociação de suas Ações, na B3, anuindo e sujeitando-se às disposições do Regulamento do Novo Mercado, ficando a Administração da Companhia autorizada a tomar todas as medidas necessárias junto à B3 com vistas à formalização da adesão, admissão, listagem e negociação ora referida;

(iii) a realização da Oferta, no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), e demais disposições aplicáveis, incluindo esforços de colocação das Ações no exterior, exclusivamente para investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), residentes e domiciliados nos Estados Unidos da América, conforme definidos na Regra 144A do *U.S. Securities Act* de 1933, conforme alterado, editada pela *U.S. Securities and Exchange Commission* dos Estados Unidos da América, em operações isentas de registro nos Estados Unidos da América, previstas no *Securities Act*, e a investidores nos demais países, exceto o Brasil e nos Estados Unidos da América, em conformidade com os procedimentos previstos no Regulamento S do *Securities Act*, observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor e, em qualquer caso, por meio de mecanismos de investimento regulamentados pela legislação brasileira aplicável.

A Oferta será realizada sob a coordenação de determinadas instituições intermediárias integrantes do sistema de distribuição a serem contratadas pela Administração da Companhia (em conjunto, "Coordenadores da Oferta").

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada poderá ser acrescida em até 20%, nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, com a finalidade exclusiva de atender a um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta. Adicionalmente, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15% do total das Ações inicialmente ofertadas, nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, as quais serão destinadas, exclusivamente, para prestação dos serviços de estabilização de preço das Ações no âmbito da Oferta.

As Ações serão distribuídas sob o regime de garantia firme de liquidação, a ser prestada pelos Coordenadores da Oferta, e, nos termos dos artigos 30 da Instrução CVM 400, não será permitida a distribuição parcial no contexto da Oferta.

Serão definidos oportunamente pela Administração da Companhia e pelos acionistas vendedores a quantidade de Ações a serem alienadas no contexto da Oferta e o preço de venda das Ações, conforme venha a ser acordado na data de precificação da Oferta, após a apuração do resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento a ser realizado junto a investidores institucionais no Brasil e no exterior, em consonância com o disposto no artigo 170, parágrafo 1º da Lei das Sociedades por Ações, e em conformidade com o artigo 44 da Instrução CVM 400 (*bookbuilding*).

Nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, não será observado o direito de preferência dos acionistas da Companhia no aumento de capital decorrente da Oferta; e

(iv) conceder a autorização para que a Administração da Companhia aprove todos os termos e condições da Oferta relativos à Companhia e celebre todos os contratos e realize todos os atos necessários relacionados à Oferta, inclusive, mas não se limitando a, (i) deliberar sobre o aumento de capital social, dentro do capital

autorizado e com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, a ser realizado no contexto da Oferta, incluindo a fixação do preço de emissão das Ações; (ii) aprovar o Prospecto e o *Offering Memorandum*, incluindo a definição da destinação dos recursos da Oferta; e (iii) celebrar todos os contratos e atos relacionados à Oferta, no que diz respeito à própria Companhia, ressalvada a necessidade de aprovação, pelos respectivos acionistas de informações sobre os mesmos que sejam incluídas no Prospecto, no *Offering Memorandum* ou em qualquer documento relacionado à Oferta, bem como a decisão de qualquer acionistas de alienar suas ações ou não no âmbito da Oferta.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos, para lavratura desta ata, que, lida, conferida e aprovada por unanimidade, sem restrições ou ressalvas, foi assinada pelos acionistas presentes.

Certifico que esta é cópia fiel da ata original, lavrada no Livro de Atas de Assembleias Gerais.

Mesa:

Irineu Boff
Presidente da Mesa

Jussara Teresinha Scheffel
Secretária da Mesa

Acionistas:

Irineu Boff

IMGC Administração de Participações Ltda.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO C – MINUTA DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA QUE APROVARÁ O PREÇO POR AÇÃO DA OFERTA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

OLEOPLAN S.A – ÓLEOS VEGETAIS PLANALTO

CNPJ/ME n° 88.676.127/0001-76
NIRE 43.300.010.864

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM [•] DE [•] DE 2020

1. **DATA, HORA E LOCAL:** Às [•] horas do dia [•] de [•] de 2020, na sede da Oleoplan S.A. – Óleos Vegetais Planalto ("Companhia"), localizada na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, na Rua Dom Pedro II, n° 723, bairro Higienópolis, CEP 90550-142.

2. **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA**: Dispensada a convocação e publicação de anúncios em razão da presença da totalidade dos Conselheiros, conforme dispõe o artigo [19, §4°], do Estatuto Social da Companhia.

3. **MESA**: A reunião foi presidida pelo Sr. Irineu Boff e secretariada pelo Sr. [Jussara Teresinha Scheffel].

4. **ORDEM DO DIA**: Deliberar sobre (i) a fixação do preço de emissão por unidade de ação ordinária de emissão da Companhia, no âmbito da oferta pública de distribuição pública primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia, em conformidade com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), e demais normativos aplicáveis, com esforços de colocação das ações no exterior ("Ações" e "Oferta"); (ii) a aprovação do aumento de capital da Companhia em decorrência da Oferta, dentro do limite de seu capital autorizado, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição das Ações a serem emitidas no âmbito da Oferta, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), e do estatuto social da Companhia; (iii) a aprovação sobre os direitos relacionados às novas ações; (iv) a verificação do número de Ações subscritas e integralizadas no âmbito da Oferta, bem como a homologação do aumento do capital social da Companhia; (v) autorização para que a Diretoria da Companhia pratique todos os atos e tome todas as medidas necessárias à conclusão da Oferta, bem como ratificar todos os atos já praticados pela Diretoria da Companhia relacionados à Oferta e à sua implementação.

5. **DELIBERAÇÕES:** Após discutidas as matérias constantes da ordem do dia, os Conselheiros, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas, deliberaram:

   a. aprovar o preço de R$[•] ([•]) por Ação no âmbito da Oferta ("Preço por Ação"), o qual foi determinado após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento realizado exclusivamente junto a investidores institucionais por instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, em conformidade com o disposto no artigo 44 da Instrução CVM 400, justificando-se a escolha do critério de fixação do Preço por Ação, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso

III, da Lei das Sociedades por Ações, tendo em vista que tal preço não promoverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia e que o valor de mercado das Ações subscritas e/ou adquiridas reflete o resultado das ordens de investimento apresentadas no contexto da Oferta.

b. aprovar o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, no montante de R$[•] ([•]), destinado exclusivamente à conta de capital social, o qual passará de R$[•] ([•]), para R$[•] ([•]), mediante a emissão, em decorrência da Oferta, de [•] ([•]) Ações, passando o capital social da Companhia de [•] ([•]) ações ordinárias, para [•] ([•]) ações ordinárias, com exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na sua subscrição, em conformidade com o disposto no inciso I, do artigo 172, da Lei das Sociedades por Ações e nos termos do artigo 5º, parágrafo 4º, do estatuto social da Companhia.

c. aprovar que as novas ações emitidas no âmbito da Oferta conferirão aos seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições conferidos aos titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos previstos em seu estatuto social e na Lei das Sociedades por Ações, fazendo jus ao recebimento integral de dividendos e demais proventos de qualquer natureza que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da divulgação do anúncio de início da Oferta.

d. aprovar: (a) a verificação da subscrição de [•] ([•]) Ações, distribuídas no âmbito da Oferta, correspondentes à totalidade das Ações emitidas em razão do aumento de capital realizado no âmbito da Oferta, dentro do limite do capital autorizado; e, consequentemente, (b) a homologação do novo capital social da Companhia, que passa a ser de R$[•] ([•]), dividido em [•] ([•]) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

e. autorizar a Diretoria da Companhia a tomar todas as providências e praticar todos os atos necessários à consecução das deliberações tomadas nesta reunião. Para tanto, a Diretoria da Companhia está investida de plenos poderes para, desde já, praticar ou fazer com que sejam praticados quaisquer atos e/ou negociar, aprovar e firmar quaisquer contratos, comunicações, notificações, certificados, documentos ou instrumentos que considerar necessários ou apropriados para a realização da Oferta. Ficam ratificados todos os atos praticados pela Diretoria da Companhia em consonância com as deliberações tomadas nos itens anteriores, no âmbito da Oferta.

6. **ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que, depois de lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes. Composição da Mesa – Presidente: Irineu Boff; Secretário: **[**Jussara Teresinha Scheffel**]**. Conselheiros presentes: Srs. [•], [•], [•], [•] e [•].

(Certifico e dou fé que essa ata é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio)

Porto Alegre, [•] de [•] de 2020.

Mesa:

Irineu Boff Presidente da Mesa	**[**Jussara Teresinha Scheffel**]** Secretário da Mesa

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO D – DECLARAÇÃO DA COMPANHIA NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

[MODELO DE DECLARAÇÃO A SER ASSINADA PELA COMPANHIA]

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

OLEOPLAN S.A. - ÓLEOS VEGETAIS PLANALTO, sociedade por ações, com sede na Rua Dom Pedro II, nº 723, Bairro Higienópolis, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, CEP: 90.550-142, inscrita no CNPJ/ME sob nº 88.676.127/0001-76, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Companhia"), no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações"), de sua emissão e de sua emissão e de titularidade do **ACIONISTA VENDEDOR/COMPANHIA**, conforme identificados no Prospecto Preliminar (conforme definido abaixo) ("Acionista Vendedor"), a ser realizada na República Federativa do Brasil, em mercado de balcão não organizado, com esforços de colocação das Ações no exterior ("Oferta") sob a coordenação do **BANCO ITAÚ BBA S.A.** ("Itaú BBA" ou "Coordenador Líder"), da **XP INVESTIMENTOS CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.** ("XP" ou "Agente Estabilizador"), do **BANCO BTG PACTUAL** ("BTG Pactual"), do **BANCO BRADESCO BBI S.A.** ("Bradesco BBI"), do **UBS BRASIL CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.** ("UBS BB"), do **CITIGROUP GLOBAL MARKETS BRASIL, CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.** ("Citi") e do **BANCO ABC BRASIL S.A.** ("Banco ABC", e, em conjunto com o Coordenador Líder, a XP, o BTG Pactual, o Bradesco BBI, o UBS BB e o Citi, "Coordenadores da Oferta"), cujo pedido de registro está sob análise dessa D. Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), vem, pela presente, apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), declarar que:

(i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas no mercado no âmbito da Oferta;

(ii) **(a)** as informações prestadas no "*Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Oleoplan S.A. - Óleos Vegetais Planalto*" ("Prospecto Preliminar") e no "*Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária [e Secundária] de Ações Ordinárias de Emissão da Oleoplan S.A.*" ("Prospecto Definitivo"), nas datas de suas respectivas publicações, por ocasião do registro e fornecidas no mercado no âmbito da Oferta, são e serão (conforme o caso) verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e **(b)** as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da obtenção do registro de companhia aberta da Companhia e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iii) o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400, o Ofício-Circular 01/2020/CVM/SRE, de 5 de março de 2020, o "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários", atualmente em vigor, bem como as demais disposições aplicáveis, incluindo os esforços de dispersão acionária previstos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão; e

(iv) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

São Paulo, [●] de [●] de 2020

OLEOPLAN S.A. - ÓLEOS VEGETAIS PLANALTO

Nome:	Nome:
Cargo:	Cargo:

ANEXO E – DECLARAÇÃO DO ACIONISTA VENDEDOR, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

[MODELO DE DECLARAÇÃO A SER ASSINADA PELO ACIONISTA VENDEDOR]

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

IRINEU BOFF, brasileiro, divorciado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG n° 3013111384, expedida pelo DIC/RS, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia ("CPF/ME") sob o n° 006.642.780-00, residente e domiciliado na cidade de Eldorado do Sul, estado do Rio Grande do Sul, na Estrada Martinho Poeta, n° 919, Ilha da Pintada, Arquipélago ("Acionista Vendedor"), no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações"), de emissão da **OLEOPLAN S.A. – ÓLEOS VEGETAIS PLANALTO**, sociedade por ações, com sede na Rua Dom Pedro II, nº 723, Bairro Higienópolis, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, CEP: 90.550-142, inscrita no CNPJ/ME sob nº 88.676.127/0001-76, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Companhia"), a ser realizada na República Federativa do Brasil, em mercado de balcão não organizado, com esforços de colocação das Ações no exterior ("Oferta") sob a coordenação do **BANCO ITAÚ BBA S.A.** ("Itaú BBA" ou "Coordenador Líder"), da **XP INVESTIMENTOS CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.** ("XP" ou "Agente Estabilizador"), do **BANCO BTG PACTUAL** ("BTG Pactual"), do **BANCO BRADESCO BBI S.A.** ("Bradesco BBI"), do **UBS BRASIL CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.** ("UBS BB"), do **CITIGROUP GLOBAL MARKETS BRASIL, CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.** ("Citi") e do **BANCO ABC BRASIL S.A.** ("Banco ABC", e, em conjunto com o Coordenador Líder, a XP, o BTG Pactual, o Bradesco BBI, o UBS BB e o Citi, "Coordenadores da Oferta"), cujo pedido de registro está sob análise dessa D. Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), vem, pela presente, apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), declarar que:

(i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas no mercado no âmbito da Oferta;

(ii) **(a)** as informações prestadas no "*Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Oleoplan S.A. - Óleos Vegetais Planalto*" ("Prospecto Preliminar") e no "*Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária [e Secundária] de Ações Ordinárias de Emissão da Oleoplan S.A.*" ("Prospecto Definitivo"), nas datas de suas respectivas publicações, por ocasião do registro e fornecidas no mercado no âmbito da Oferta, são e serão (conforme o caso) verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e **(b)** as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da obtenção do registro de companhia aberta da Companhia e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iii) o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400, o Ofício-Circular 01/2020/CVM/SRE, de 5 de março de 2020, o "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários", atualmente em vigor, bem como as demais disposições aplicáveis, incluindo os esforços de dispersão acionária previstos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão; e

(iv) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

São Paulo, [●] de [●] de 2020

[ACIONISTA VENDEDOR]

Nome:	Nome:
Cargo:	Cargo:

ANEXO F – DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

[MODELO DE DECLARAÇÃO A SER ASSINADA PELO COORDENADOR LÍDER]

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

BANCO ITAÚ BBA S.A., instituição financeira com endereço na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n° 3.500, 1º, 2º, 3º (parte), 4º e 5º andares, CEP 04538-132, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o nº 17.298.092/0001-30, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Coordenador Líder"), vem, na qualidade de instituição intermediária líder da oferta pública de distribuição primária [e secundária] de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações"), de emissão da **OLEOPLAN S.A. - ÓLEOS VEGETAIS PLANALTO**, sociedade por ações, com sede na Rua Dom Pedro II, nº 723, Bairro Higienópolis, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, CEP: 90.550-142, inscrita no CNPJ/ME sob nº 88.676.127/0001-76 ("Companhia) e de emissão da Companhia e de titularidade [do **ACIONISTA VENDEDOR/COMPANHIA]**, conforme identificados no Prospecto Preliminar (conforme definido abaixo) ("Acionista Vendedor")] sob a coordenação do Coordenador Líder, da **XP INVESTIMENTOS CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.** ("XP" ou "Agente Estabilizador"), do **BANCO BTG PACTUAL** ("BTG Pactual"), do **BANCO BRADESCO BBI S.A.** ("Bradesco BBI"), do **UBS BRASIL CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.** ("UBS BB") do **CITIGROUP GLOBAL MARKETS BRASIL, CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.** ("Citi"), e do **BANCO ABC BRASIL S.A.** ("Banco ABC", e, em conjunto com o Coordenador Líder, a XP, o BTG Pactual, o Bradesco BBI, o UBS BB e o Citi, "Coordenadores da Oferta"),cujo pedido de registro está sob análise dessa D. Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), vem, pela presente, nos termos do artigo 56 da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400").

CONSIDERANDO QUE:

(A) a Companhia, o Acionistas Vendedor e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em setembro de 2020, a qual prosseguirá até a divulgação do "*Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Oleopelan S.A. - Óleos Vegetais Planalto*" ("Prospecto Definitivo");

(C) por solicitação dos Coordenadores da Oferta, a Companhia contratou a KPMG Auditores Independentes para aplicação dos procedimentos previstos na Norma Brasileira de Contabilidade – CTA 23, de 15 de maio de 2015, e nos termos definidos pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IBRACON no Comunicado Técnico 01/2015, dentre eles, a emissão de carta conforto para os Coordenadores da Oferta, de modo a verificar a consistência de determinadas informações contábeis e financeiras, incluídas ou incorporadas por referência aos Prospectos, com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, relativas aos

exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 e com as informações financeiras intermediárias consolidadas da Companhia, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referentes aos períodos de três meses findos em 30 de [--] de 2020 e 2019 com relação ao "*Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária [e Secundária] de Ações Ordinárias da Oleoplan S.A. Óleos Vegetais Planalto*" ("Prospecto Preliminar") e ao Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos;

(D) a Companhia e o Acionistas Vendedor disponibilizaram os documentos que estes consideraram relevantes para a Oferta;

(E) além dos documentos referidos no item (D) acima, foram solicitados pelos Coordenadores da Oferta documentos e informações adicionais relativos à Companhia, suas controladas e coligadas, e ao Acionistas Vendedor;

(F) a Companhia e o Acionista Vendedor confirmaram ter disponibilizado para análise dos Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para análise dos demais coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

(G) a Companhia e o Acionistas Vendedor, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais.

O Coordenador Líder, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

(i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que: (a) as informações prestadas pela Companhia e pelo Acionista Vendedor no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da obtenção do registro da Companhia e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(ii) o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400, com o Ofício-Circular 01/2020/CVM/SRE, de 5 de março de 2020, com o "*Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários*", atualmente em vigor, bem como as demais disposições aplicáveis, incluindo os esforços de dispersão acionária previstos no

Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão; e

(iii) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações a serem ofertadas, da Companhia, incluindo aquelas relacionadas às suas atividades e à sua situação econômico-financeira, dos riscos que possam afetar a Companhia e a Oferta e quaisquer outras informações relevantes.

São Paulo, [●] de [●] de 2020

BANCO ITAÚ BBA S.A.

Nome:	Nome:
Cargo:	Cargo:

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO G – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA COMPANHIA RELATIVAS AOS PERÍODOS DE TRÊS E NOVE MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2020 E 30 DE SETEMBRO DE 2020

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

OLEOPLAN S/A - Óleos Vegetais Planalto

Informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2020

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as Informações contábeis intermediárias 3

Balanços patrimoniais 8

Demonstrações do resultado 10

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 11

Demonstrações dos fluxos de caixa 12

Demonstrações do valor adicionado 13

Demonstrações do resultado abrangente 14

Notas explicativas às Informações contábeis intermediárias 15

KPMG Auditores Independentes
Avenida Carlos Gomes, 258 - 6º andar, salas 601 a 606 - Boa Vista
90480-000 - Porto Alegre/RS - Brasil
Caixa Postal 18511 - CEP 90480-000 - Porto Alegre/RS - Brasil
Telefone +55 (51) 3327-0200
Kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as Informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da Oleoplan S.A. Óleos Vegetais Planalto
Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Oleoplan S.A. Óleos Vegetais Planalto (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2020, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os períodos de três e nove meses findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as informações contábeis intermediárias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Oleoplan S.A. Óleos Vegetais Planalto em 30 de setembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para os períodos de três e nove meses findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), bem como estão apresentas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as

ACKPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Classificação das operações Arrendamentos conforme CPC 06 (R2) / IFRS 16

Veja a Nota 34 nas Informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
Em 2 de agosto de 2020 foi aprovada a cisão parcial do patrimônio líquido da Companhia com versão para outras sociedades do acervo líquido contábil no montante de R$ 208.877, que contemplam entre outros ativos, imóveis que foram transferidos da Companhia para outras entidades do mesmo grupo econômico, mas não controladas pela Companhia. Os imóveis em questão foram objeto de celebração de contratos de arrendamento, nos quais a Companhia passou a figurar como arrendatária, nos termos do CPC 06 (R2) / IFRS 16. Devido ao julgamento realizado para avaliar se a transação de cisão parcial, em conjunto com os contratos de arrendamento celebrados, seria uma operação de venda e retroarrendamento (*sale and leaseback*) conforme CPC 06 (R2)/ IFRS 16, e o efeito financeiro significativo da transação, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: - avaliação dos termos contratuais sob a perspectiva de potencial qualificação da cisão parcial como uma venda nos termos do CPC 47 / IFRS 15; - avaliação de todos os contratos de arrendamento, com o objetivo de concluir se são transações de arrendamento formalizadas estão no escopo do CPC 06 (R2) / IFRS 16; - avaliação quanto as opções de renovação presentes nos contratos de arrendamento com o objetivo de determinar se o arrendamento poderia ser classificado como um arrendamento financeiro sob a perspectiva da parte arrendadora; - avaliação quanto as divulgações apresentadas nas Informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas em relação aos requerimentos das normas aplicáveis. Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a classificação dos saldos de ativos de direito de uso e passivos de arrendamento, bem como as respectivas divulgações relacionadas, no contexto das Informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao período de nove meses findos em 30 de setembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das informações contábeis intermediárias da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto..

Período comparativo não auditado

Não examinamos as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas do resultado e do resultado abrangente para o período de nove meses findos em 30 de setembro de 2019, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa individuais e consolidados para o período de três e nove meses findos naquela data, ou de quaisquer notas explicativas relacionadas e, consequentemente, não expressamos uma opinião de auditoria sobre eles. Também, não executamos procedimentos de auditoria sobre a demonstração do valor adicionado (DVA), individual e consolidada, referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, apresentada como informação suplementar para fins de IFRS. Essas informações contábeis intermediárias, apresentadas como valores correspondentes nas informações contábeis intermediárias do período corrente, foram submetidas por nós a um processo de revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente), cujo alcance é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria.

Outras informações que acompanham as Informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as informações contábeis intermediárias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da

Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas Informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de informações contábeis intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das Informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

– Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

– Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

– Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade

operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

– Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das informações contábeis intermediárias e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 21 de outubro de 2020
KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/F-7

Cristiano Jardim Seguecio
Contador CRC SP-244525/O-9 T-RS

BALANÇO PATRIMONIAL
Em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**30/09/2020**	**31/12/2019**	**30/09/2020**	**31/12/2019**
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	11	172.640	393.341	247.489	487.799
Contas a receber de clientes	12	258.377	153.616	412.232	251.289
Adiantamentos a fornecedores	20(c)	144.280	3.339	211.138	3.861
Estoques	13	453.900	190.730	533.705	277.043
Créditos tributários	14	61.034	54.393	122.757	98.735
Instrumentos financeiros derivativos	25	33.933	3.565	33.933	3.565
Créditos por venda de investimentos	15	-	129.988	-	129.988
Outros ativos circulantes		16.231	18.432	22.534	18.747
Total do ativo circulante		**1.140.395**	**947.404**	**1.583.788**	**1.271.027**
Não circulante					
Créditos tributários	14	38.045	48.948	50.216	77.021
Contas a receber de partes relacionadas	33	292	220	-	160
Adiantamentos a fornecedores	20(c)	-	25.698	-	25.698
Depósitos judiciais	22	1.734	1.589	3.639	3.553
Imposto de renda e contribuição social diferidos	27	25.955	5.255	25.955	5.255
Propriedades para investimentos	17	-	21.450	-	21.450
Total do realizável a longo prazo		**66.026**	**103.160**	**79.810**	**133.137**
Investimentos	16	454.433	470.167	40.683	2.397
Imobilizado	18	131.734	186.518	244.953	386.963
Intangível	19	88	514	10.255	10.658
Direito de uso em arrendamento	35	53.177	-	53.177	-
		639.432	**657.199**	**349.068**	**400.018**
Total do ativo não circulante		**705.458**	**760.359**	**428.878**	**533.155**
Total do ativo		**1.845.853**	**1.707.763**	**2.012.666**	**1.804.182**

As notas explicativas são parte integrante das Informações contábeis intermediárias.

BALANÇO PATRIMONIAL
Em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**30/09/2020**	**31/12/2019**	**30/09/2020**	**31/12/2019**
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	20(a)	192.943	166.113	251.188	232.736
Operação de *compror*	21(f)	-	9.857	-	9.857
Salários a pagar		1.444	5.154	3.389	7.232
Impostos e contribuições a pagar	26	11.918	5.651	15.596	8.643
Imposto de renda e contribuição social a pagar	27	18.449	-	29.201	8.289
Empréstimos e financiamentos	21	422.564	303.724	431.524	306.066
Instrumentos financeiros derivativos	25	18.552	3.767	18.552	3.767
Arrendamento mercantil a pagar	35	11.909	-	11.909	-
Outros passivos circulantes	28	131.830	13.112	133.779	14.178
Total do passivo circulante		**809.609**	**507.378**	**895.138**	**590.768**
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	21	630.124	576.206	701.077	580.632
Provisão para contingências	22	5.110	5.110	6.848	6.848
Imposto de renda e contribuição social diferidos	27	-	-	8.593	6.410
Arrendamento mercantil a pagar	35	41.268	-	41.268	-
Contas a pagar a partes relacionadas	36	-	716	-	716
Total do passivo não circulante		**676.502**	**582.032**	**757.786**	**594.606**
Patrimônio líquido					
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores					
Capital social	24(a)	80.522	174.038	80.522	174.038
Reserva de capital	24(a)(ii)	5.674	-	5.674	-
Ajustes de avaliação patrimonial	24(b)	872	2.971	872	2.971
Reservas de lucros	24(c)	272.674	441.344	272.674	441.344
		359.742	**618.353**	**359.742**	**618.353**
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores		-	-	-	455
Total do patrimônio líquido		**359.742**	**618.353**	**359.742**	**618.808**
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.845.853**	**1.707.763**	**2.012.666**	**1.804.182**

As notas explicativas são parte integrante das Informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Períodos findos em 30 de setembro de 2020 e 2019
(em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**30/09/2020**	**30/09/2019 (Não auditado)**	**30/09/2020**	**30/09/2019 (Não auditado)**
Receita líquida de vendas	29	1.716.606	1.140.300	2.682.292	1.858.426
Custo dos produtos e mercadorias vendidas e serviços prestados	30(c)	(1.474.334)	(1.025.426)	(2.298.606)	(1.663.876)
Lucro bruto		**242.272**	**114.874**	**383.686**	**194.550**
Despesas administrativas	30(c)	(20.237)	(17.956)	(30.673)	(27.663)
Despesas com vendas	30(c)	(47.819)	(42.554)	(55.713)	(55.228)
Outras receitas operacionais	30(a)(b)	3.181	23.658	4.543	23.785
Resultado de equivalência patrimonial		114.317	56.304	(3.673)	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras		**291.714**	**134.326**	**298.170**	**135.444**
Receitas financeiras	33	100.299	28.738	106.973	34.941
Despesas financeiras	33	(120.693)	(46.062)	(122.141)	(47.595)
Variação cambial	33	(43.172)	(3.629)	(41.474)	(3.534)
Despesas financeiras líquidas		**(63.566)**	**(20.953)**	**(56.642)**	**(16.188)**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**228.148**	**113.373**	**241.528**	**119.256**
Imposto de renda e contribuição social – correntes	27(a)	(19.693)	-	(33.494)	(3.867)
Imposto de renda e contribuição social – diferidos	27(a)	20.700	9.867	21.121	7.839
Lucro líquido do período		**229.155**	**123.240**	**229.155**	**123.228**
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores				229.155	123.240
Lucro líquido atribuível aos acionistas não controladores				-	(12)
Quantidade de ações				19.095.387	18.858.244
Resultado por ação – Em Reais				12,00	6,53

As notas explicativas são parte integrante das Informações contábeis intermediárias.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Períodos findos em 30 de setembro de 2020 e 2019
(em milhares de reais)

		Reserva de Capital		Reservas de Lucros						
	Capital social	**Ágio na integralização de capital**	**Ajustes de avaliação patrimonial**	**Reserva legal**	**Reserva de subvenções**	**Reserva de retenção lucros**	**Lucros acumulados**	**Total**	**Participação de não controladores**	**Patrimônio líquido total**
Saldo em 31/12/2018	**174.038**	**-**	**3.203**	**24.701**	**118.051**	**198.121**	**-**	**518.114**	**466**	**518.580**
Lucro líquido do período antes das destinações:	-	-	-	-	-	-	123.240	123.240	(12)	123.228
(-) Reserva crédito presumido ICMS	-	-	-	-	28.149	-	(28.149)	-	-	-
Saldo em 30/09/2019 (Não auditado)	**174.038**	**-**	**3.203**	**24.701**	**146.200**	**198.121**	**95.091**	**641.354**	**455**	**641.808**
Saldo em 31/12/2019	**174.038**	**-**	**2.971**	**34.808**	**164.874**	**241.662**	**-**	**618.353**	**455**	**618.808**
Aumento do capital social	1.000	5.674	-	-	-	-	-	6.674	-	6.674
Redução do capital por cisão	(94.516)	-	-	-	-	(114.361)	-	(208.877)	(455)	(209.332)
Lucro líquido do período antes das destinações:	-	-	-	-	-	-	229.155	229.155	-	229.155
Realização reserva de reavaliação	-	-	(2.099)	-	-	-	2.099	-	-	-
(-) Reserva Crédito Presumido ICMS	-	-	-	-	53.293	-	(53.293)	-	-	-
(-) Dividendos pagos antecipadamente	-	-	-	-	-	-	(172.545)	(172.545)	-	(172.545)
(-) Dividendos pagos	-	-	-	-	-	(113.019)	-	(113.019)	-	(113.019)
Saldo em 30/09/2020	**80.522**	**5.674**	**872**	**34.808**	**218.167**	**14.282**	**5.417**	**359.742**	**-**	**359.742**

As notas explicativas são parte integrante das Informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – Método Indireto
Períodos findos em 30 de setembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	**30/09/2019 (Não auditado)**	**30/09/2020**	**30/09/2019 (Não auditado)**
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais				
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	**228.149**	**113.373**	**241.528**	**119.256**
Ajustes para reconciliar o resultado ao fluxo de caixa das atividades operacionais:	**(65.346)**	**4.692**	**58.809**	**74.521**
Depreciação e amortização	7.946	10.513	11.752	20.934
Equivalência patrimonial	(114.317)	(56.304)	3.673	-
Despesas de juros sobre dívidas financeiras	36.137	36.550	33.324	37.943
Baixa residual de imobilizado	4.888	13.933	9.314	15.644
Baixa de investimentos	-	-	746	-
Variações de Ativos e Passivos	**(380.079)**	**(87.733)**	**(531.784)**	**(114.980)**
Contas a receber	(104.361)	10.846	(161.321)	21.844
Estoques	(263.169)	(93.747)	(262.030)	(85.559)
Créditos tributários	4.263	(36.422)	(2.878)	(45.787)
Instrumentos financeiros derivativos ativos	(30.368)	3.822	(30.368)	3.822
Depósitos judiciais	(145)	(79)	(85)	(1.876)
Propriedades para investimentos	656	-	656	-
Outros ativos	(138.743)	(32.385)	(214.451)	(42.819)
Fornecedores	16.974	52.379	9.526	28.369
Impostos a pagar	24.716	2.573	30.181	4.428
Instrumentos financeiros derivativos passivos	14.786	1.237	14.786	1.237
Outros passivos	115.005	4.043	117.694	5.228
Imposto de renda e contribuição social pagos	(19.693)	-	(33.494)	(3.867)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**(217.276)**	**30.332**	**(231.447)**	**78.797**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos				
Aquisições de imobilizado e intangível	(18.435)	(27.300)	(31.813)	(52.597)
Adições de investimentos	(51.922)	(14.578)	(42.705)	(374)
Recebimentos por venda de investimentos	129.988	44.800	129.988	44.800
Dividendos recebidos	80.000	-	-	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	**139.631**	**2.922**	**55.470**	**(8.171)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos				
Aumento de capital e reservas	6.674	-	6.674	-
Empréstimos e financiamentos obtidos	431.897	227.844	511.397	229.732
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(295.276)	(313.312)	(295.525)	(335.499)
Juros sobre o capital próprio pagos	(285.563)	-	(285.563)	-
Financiamentos com partes relacionadas	(788)	(49.516)	(556)	(49.501)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	**(143.056)**	**(134.984)**	**(63.573)**	**(155.268)**
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa	**(220.701)**	**(101.730)**	**(239.550)**	**(84.642)**
Redução do Caixa e Equivalentes de Caixa	**(220.701)**	**(101.730)**	**(239.550)**	**(84.642)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	393.341	337.844	487.799	378.819
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	172.640	236.114	248.249	294.177

As notas explicativas são parte integrante das Informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Períodos findos em 30 de setembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	30/09/2019 (Não auditado)	30/09/2020	30/09/2019 (Não auditado)
Receitas	**1.767.556**	**1.190.831**	**2.782.208**	**1.948.614**
Receita de venda de produtos, mercadorias e serviços prestados	1.764.135	1.167.084	2.777.425	1.924.789
Outras receitas operacionais	3.421	23.746	4.783	23.825
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS, PIS e Cofins)	**1.437.534**	**1.007.918**	**2.221.615**	**1.628.223**
Custos dos produtos vendidos, revendidos e dos serviços prestados	1.387.240	951.528	2.146.444	1.544.911
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	50.294	56.390	75.171	83.312
Valor adicionado bruto	**330.022**	**182.913**	**560.593**	**320.391**
Retenções	**7.946**	**10.513**	**11.752**	**20.934**
Depreciação e amortização	7.946	10.513	11.752	20.934
Valor adicionado líquido produzido	**322.076**	**172.399**	**548.841**	**299.457**
Valor adicionado recebido em transferência	**240.435**	**130.114**	**130.834**	**80.686**
Resultado de equivalência patrimonial	114.317	56.304	(3.673)	-
Receitas financeiras	126.118	73.810	134.506	80.686
Valor adicionado total a distribuir	**562.511**	**302.513**	**679.674**	**380.143**
Distribuição do valor adicionado	**562.511**	**302.514**	**679.675**	**380.143**
Pessoal e encargos	**34.231**	**32.986**	**46.658**	**44.486**
Remuneração direta	28.513	27.159	37.343	35.046
Benefícios	3.043	3.469	5.815	6.193
F.G.T.S	2.675	2.358	3.500	3.247
Impostos, taxas e contribuições	**107.162**	**49.315**	**210.286**	**113.249**
Federais	40.940	10.365	79.080	26.543
Estaduais	66.025	38.730	130.996	86.478
Municipais	198	221	210	229
Remuneração de capitais de terceiros	**191.963**	**96.973**	**193.576**	**99.179**
Juros	36.144	37.930	37.179	39.346
Aluguéis	2.395	2.324	2.563	2.434
Outras	153.423	56.719	153.834	57.400
Remuneração de Capitais Próprios	**229.155**	**123.240**	**229.155**	**123.228**
Dividendos	223.739	-	223.739	-
Lucros retidos / Prejuízo do período	5.416	123.240	5.416	123.228

As notas explicativas são parte integrante das Informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Períodos findos em 30 de setembro de 2020 e 2019
(em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	**30/09/2019 (Não auditado)**	**30/09/2020**	**30/09/2019 (Não auditado)**
Lucro Líquido do período	229.155	100.274	229.155	100.263
Outros Resultados Abrangentes	**-**	**-**	**-**	**-**
Resultado Abrangente do período	**229.155**	**100.274**	**229.155**	**100.263**
Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	229.155	100.274	229.155	100.274
Atribuído a Sócios Não Controladores	-	-	-	(11)

As notas explicativas são parte integrante das Informações contábeis intermediárias.

Notas explicativas às Informações contábeis intermediárias

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto Operacional

A Oleoplan S/A ("Companhia"), é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede em Porto Alegre e unidade fabril na cidade de Veranópolis, ambas no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, e tem como objetivo principal a produção de biodiesel, extração, industrialização, comercialização, importação e exportação de óleos vegetais e seus derivados, bem como de grãos vegetais em geral; fabricação de farelo de soja e proteínas concentradas de soja; comercialização de mercadorias, produtos e insumos agrícolas em geral, tais como sementes e fertilizantes; serviços de armazenagem e depósitos de cereais, por conta de terceiros e de mercadorias próprias; a exploração de atividade agrícola, de forma direta ou indireta, através de subsidiária integral ou empresas controladas.

2 Impactos do Covid-19

Em razão da pandemia mundial declarada pela Organização Mundial de Saúde ("OMS"), relacionada ao novo Coronavírus ("Covid-19") que vem afetando o Brasil e diversos países no mundo, trazendo riscos à saúde pública e impactos na economia mundial, a Companhia tomou todas medidas preventivas e de mitigação dos riscos em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais, visando minimizar eventuais impactos no que se refere à saúde e segurança dos colaboradores, familiares, parceiros e comunidades, e à continuidade das operações e dos negócios. Destacamos a seguir as principais análises e ações da Companhia sobre os impactos do Covid-19:

Efeitos econômicos do Covid-19

A Covid-19 não causou efeitos econômicos relevantes para a Companhia observado até o período findo em 30 de setembro de 2020. A Administração não identificou, até a data de aprovação das presentes Informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, a existência de *impairment* ou outros efeitos materiais negativos, uma vez que todos os ativos existentes seguiram operando em condições consideradas normais, não impactando de forma material a performance da Companhia e suas controladas. A companhia não identificou queda nas vendas durante o período findo em 30 de setembro de 2020, comparado ao mesmo período do ano anterior. Como medida preventiva, a Companhia se utilizou de linhas de crédito disponíveis para reforço de caixa em caso de ocorrência de algum efeito adverso.

A Companhia seguirá acompanhando os efeitos da pandemia nos próximos meses e registrará os ajustes necessários nas informações financeiras intermediárias ou Informações contábeis intermediárias anuais individuais e consolidadas quando e se ocorrerem e venham a produzir efeitos materiais.

Adoção das medidas provisórias e portarias emitidas

A Administração da Companhia avaliou as medidas provisórias e as portarias emitidas e decidiu por não adotar as medidas de postergação de pagamento de tributos federais aprovados na portaria nº 139/2020.

O plano de ação da Companhia visa contribuir para a diminuição da curva de crescimento do COVID-19 no Brasil, com o objetivo de evitar o colapso no sistema de saúde e poder dar

atendimento eficaz nos casos mais graves. Com isso, criou-se um Comitê composto pela Diretoria e setores de Recursos Humanos/Departamento Pessoal e Jurídico para avaliar e deliberar medidas a serem adotados pela Companhia em razão da pandemia.

Entre outras iniciativas tomadas pela Companhia, podemos destacar:

- Distribuição de máscaras para todos os colaboradores;
- Higienização frequente de superfícies de toque;
- Colaboradores da Companhia de risco foram afastados das atividades ou, quando possível, mantêm suas atividades laborais de forma isolada e com monitoramento regular;
- Colaboradores dos setores administrativos, quando possível, estão trabalhando de forma remota (*home office*);
- Busca ativa de colaboradores e terceiros com sintomas, orientando-os para a busca de atendimento médico;
- Orientação através dos técnicos de segurança dos procedimentos de prevenção, bem como fixação de cartazes em locais estratégicos e de fácil visualização a fim de instruir a todos a respeito do novo coronavírus;
- Disponibilização de álcool gel;
  Procedimentos que mitigam aglomerações nos refeitórios.

3 Relação de entidades controladas

Veja política contábil na nota explicativa 9(a)(i).

a. Controladas diretas

Segue abaixo lista das controladas relevantes da Companhia, as quais foram incluídas nas Informações contábeis intermediárias consolidadas:

		Participação acionária %	
	País	**30/09/2020**	**31/12/2019**
Oleoplan Nordeste Indústria de Biocombustível Ltda.	Brasil	99,99%	99,99%
Origem Participações Ltda.	Brasil	100%	-
Palmaplan Agroindustrial Ltda.*	Brasil	-	99,33%

*No período a Palmaplan deixou de ser consolidada nas Informações contábeis intermediárias por ter sido baixada em processo de cisão (nota 24 (a)(i)).

(i) Oleoplan Nordeste Indústria de Biocombustível Ltda.

A Oleoplan Nordeste Indústria de Biocombustíveis Ltda. é uma empresa por quotas de responsabilidade, com sede em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul e com a unidade fabril na cidade de Iraquara no Estado da Bahia, tem como objetivo principal a produção de Biodiesel, extração de óleo de soja, comercialização, importação e exportação de óleos vegetais e seus derivados, bem como de grãos vegetais em geral; fabricação de rações e concentrados para alimentação animal; fabricação de farelo de soja; comercialização de mercadorias, produtos e insumos agrícolas em geral, tais como sementes e fertilizantes.

(ii) Origem Participações Ltda.

A Origem Participações Ltda. é uma empresa por quotas de responsabilidade, com sede em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul e tem como objetivo principal a participação em outras sociedades, localizadas no território nacional ou no exterior.

(iii) Palmaplan Agroindustrial Ltda.

A Palmaplan Agroindustrial Ltda. é uma empresa por quotas de responsabilidade limitada, com sede em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul e com a unidade fabril na cidade de Rorainópolis no Estado de Roraima, tem como objetivo principal o cultivo de dendê, a produção de mudas e outras formas de propagação vegetal certificadas, a fabricação de óleos vegetais brutos, exceto óleo de milho, a fabricação de óleos vegetais refinados, exceto óleo de milho, a fabricação de biocombustíveis, exceto álcool, o cultivo de soja, o comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos de solo.

b. Controle compartilhado indireto

Segue abaixo lista das entidades que a companhia possui controle compartilhado indireto através de sua controlada Origem Participações Ltda.

(i) FRROP Participações Societárias S.A.

A FRROP Participações societárias S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída sob a forma de *joint venture*, com sede em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul e tem como objetivo principal a participação em outras sociedades, localizadas no território nacional ou no exterior.

(ii) Oleoplan Rondônia Indústria de Biocombustíveis Ltda.

A Oleoplan Rondônia Indústria de Biocombustíveis Ltda. é uma empresa por quotas de responsabilidade, com sede em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul e tem como objetivo principal a industrialização de biocombustível e unidade produtiva em Cacoal, no Estado de Rondônia.

(iii) Pacífico Indústria e Comércio de Óleos e Proteínas Ltda.

A Pacífico Indústria e Comércio de Óleos e Proteínas Ltda. é uma empresa por quotas de responsabilidade, com sede em Cocoal, Estado de Rondônia e tem como objetivo principal a preparação de subprodutos do abate, o transporte rodoviário de cargas, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional, aluguel de imóveis próprios e a importação e exportação.

c. Controladas indiretas

Segue abaixo lista das entidades que a Companhia possui controle indireto através de sua controlada Origem Participações Ltda:

(i) Origem - Marabá Indústria de Biocombustíveis Ltda.

A Origem - Marabá Indústria de Biocombustíveis Ltda. é uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, com sede em Belém, Estado do Pará e tem como objetivo principal a fabricação de biocombustíveis, exceto álcool.

(ii) Barcarena Indústria de Biocombustível Ltda.

A Barcarena Indústria de Biocombustíveis Ltda. é uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, com sede em Belém, Estado do Pará, em fase pré-operacional, e tem como objetivo

principal a fabricação de biocombustíveis, exceto álcool, a qual está sendo extinta no quarto trimestre de 2020.

4 Base de preparação

Declaração de conformidade

As Informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das Informações contábeis intermediárias foi autorizada pela Diretoria em 20 de outubro de 2020.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 9.

Todas as informações relevantes próprias das Informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

5 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas Informações contábeis intermediárias estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

6 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas Informações contábeis intermediárias, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas Informações contábeis intermediárias estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Notas explicativas 9(a) e 16(a)- equivalência patrimonial em investidas: determinação se a Companhia tem influência significativa sobre uma investida ou controle compartilhado;

Nota explicativa 30(b) - reconhecimento de receita: nos casos aplicáveis, a receita é reconhecida ao longo do tempo ou em um momento específico no tempo;

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 30 de setembro de 2020 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 30(b) - reconhecimento de receita: estimativa da expectativa de devolução;

Nota explicativa 27(d) - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;

Notas explicativas 22 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;

Nota explicativa 25(c)(ii) - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perdas;

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo com base em uma avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3. Questões significativas de avaliação são reportadas para a administração da Companhia.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das Informações contábeis intermediárias em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 17 - propriedades para investimentos;

Nota explicativa 25 - instrumentos financeiros;

7 Mudanças nas principais políticas contábeis

CPC 47/IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes

A Companhia passou a adotar a partir de 1º de janeiro de 2018 o CPC47/IFRS 15 – Receita de Contratos com Clientes. A Companhia tem como principal fonte de receitas a venda de produtos para os quais a receita respectiva é reconhecida no momento da transferência do controle pela entrega do produto. Dessa forma, conforme avaliação efetuada sobre as cinco etapas do novo modelo de reconhecimento da receita, a Companhia não identificou alterações materiais no reconhecimento atual das suas receitas. Portanto, no exercício de 2018, a Companhia não apresentou impactos e alterações no reconhecimento da receita.

CPC 48/IFRS 9 Instrumentos Financeiros

A norma CPC 48/IFRS 9 substituiu, a partir de 1º de janeiro de 2018, a norma CPC 38/ IAS 39 – Instrumentos Financeiros – Reconhecimento e Mensuração e como resultado da adoção inicial, as principais alterações foram:

- Classificação e mensuração dos ativos financeiros;
- Redução ao valor recuperável (substituição do modelo de "perdas incorridas" por um modelo prospectivo de "perdas em crédito esperadas"); e
- Contabilidade de hedge.

Classificação e Mensuração dos ativos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensuradas ao custo amortizado, valor por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e valor justo por meio do resultado (VJR). A Companhia considerou dois fatores para definir a classificação dos ativos financeiros de acordo com a norma: o modelo de negócio no qual o ativo financeiro é gerenciado e suas características de fluxos de caixa contratuais.

Para os instrumentos financeiros derivativos, a adoção desta norma não apresentou alterações nas políticas contábeis, uma vez que a Companhia não aplica o modelo de contabilidade de *hedge*.

A tabela a seguir e as notas explicativas abaixo explicam as categorias de mensuração originais no CPC 38/IAS 39 e as novas categorias de mensuração do CPC 48/IFRS 9 para cada classe de ativos financeiros da Companhia em 1º de janeiro de 2018. O efeito da adoção do CPC 48/IFRS 9 sobre os valores contábeis dos ativos financeiros em 1º de janeiro de 2018 não é considerado material:

Controladora e consolidado

Ativos financeiros	Nota	Classificação original CPC 38/IAS 39	Nova classificação CPC 48/IFRS 9
Caixa e equivalentes de caixa	11	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Contas a receber de clientes	12	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Créditos por venda de investimento	15	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Instrumentos financeiros derivativos	25	VJR	VJR
Depósitos judiciais	22	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Contas a receber de partes relacionadas	36	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado

Redução no valor recuperável (impairment)

O CPC 48/IFRS 9 substitui o modelo de "perdas incorridas" por um modelo prospectivo de "perdas de créditos esperadas". Essa mudança exige um julgamento sobre como a mudança ou expectativa de mudança em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, as quais serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

A metodologia prevista no CPC 48/IFRS 9 e aplicável principalmente para contas a receber de longo prazo, ou seja com prazo superior a 12 meses, razão pela qual estabeleceu estágios 1 e 2 diferenciando a expectativa de perda de créditos.

Os ativos financeiros de curto prazo da Companhia representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros ativos não tem apresentado aumento no risco de crédito e também não há, nas datas-base apresentadas, expectativa de aumento no risco de crédito ou impacto significativo esperado em relação a provisão para perdas de crédito esperadas.

A Companhia preparou uma estimativa das perdas esperadas em créditos a receber e identificou valores materiais a serem reconhecidos como perdas incorridas em 2017 ou como perdas esperadas em 2018 e 2019.

CPC 06/IFRS 16 - "Arrendamentos"

O CPC 06 (R2)/IFRS 16 introduziu, a partir de 1º de janeiro de 2019, um modelo único para contabilização de arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, estabelecendo o reconhecimento, com limitadas exceções, de ativos e passivos pelo arrendatário. O arrendatário deve reconhecer o direito de uso do ativo subjacente arrendado e o correspondente passivo. O registro por parte dos arrendadores não teve mudanças significativas.

A Companhia e suas subsidiárias avaliaram os potenciais impactos em suas Informações contábeis intermediárias decorrentes da adoção inicial da norma CPC 06 R2/IFRS 16. Essa avaliação foi segregada em etapas, tais como:

i) Levantamento dos contratos;
ii) Abordagem de transição;
iii) Mensuração do passivo inicial e ativo inicial;
iv) Impactos na adoção inicial; e
v) Arrendamentos financeiros.

Com base nos levantamentos efetuados, a Companhia não identificou contratos com efeitos materiais que afetam o exercício 2019. A Companhia também não possui contratos com efeitos materiais na condição de arrendadora.

Além disto, outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, mas não afetaram materialmente as Informações contábeis intermediárias da Companhia.

8 Base de mensuração

As Informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais:

os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo;

os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo.

9 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas Informações contábeis intermediárias, salvo indicação ao contrário. (Veja também nota explicativa 7).

a. Base de consolidação

(i) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As Informações contábeis intermediárias de controladas são incluídas nas Informações contábeis intermediárias consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas Informações contábeis intermediárias individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(ii) Participação de acionistas não-controladores

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

(iii) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as Informações contábeis intermediárias incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do período e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas Informações contábeis intermediárias individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

(iv) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

c. Receita de contrato com cliente

As informações sobre as políticas contábeis da Companhia relacionadas a contratos com clientes são fornecidas na nota explicativa 30(b).

d. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

e. Subvenção e assistência governamentais

Subvenções governamentais relacionadas a ativos são reconhecidas inicialmente como receitas diferidas pelo seu valor justo, quando existe razoável segurança de que elas serão recebidas e que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção e são posteriormente reconhecidas no resultado como 'Outras Receitas', em uma base sistemática ao longo da vida útil do ativo.

As subvenções que visam compensar a Companhia por despesas tributárias incorridas são reconhecidas no resultado como redutoras destas despesas, em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas correlatas são registradas.

f. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

receitas de juros;

despesas de juros;

ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;

ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros;

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A Companhia classifica juros recebidos e dividendos e juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

valor contábil bruto do ativo financeiro; ou

ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

A Companhia aplicou julgamento na determinação da apresentação apropriada das receitas e despesas financeiras e segregou as variações cambiais líquidas de outras receitas e despesas financeiras. A companhia entende que esta apresentação é relevante para o entendimento de sua performance financeira

g. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do período corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 180 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do período.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Companhia determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e, portanto, foram contabilizados de acordo com o CPC 25/IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de Informações contábeis intermediárias e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no período são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;

diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e

diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

h. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques dos produtos prontos e em elaboração foram valorizados pelo custo de produção que não excede o valor de mercado. Os estoques de matérias primas, materiais auxiliares, embalagens e de consumo estão registrados pelo custo médio de aquisição, acrescido dos gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis, que não excede o valor de mercado.

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou produção, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realização, à exceção dos estoques em poder de terceiros e matérias-primas que estão ajustados ao preço de mercado.

i. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo de certos itens do imobilizado em 1º de janeiro de 2009, data de transição da Companhia para as normas CPCs (IFRS) foi determinada com base em seu valor justo naquela data.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As taxas médias, estimadas de acordo com vidas úteis do ativo imobilizado são as seguintes:

Prédios	3% a 4%
Máquinas e equipamentos	5% a 20%
Móveis e utensílios	10%
Veículos	10% a 25%
Instalações	10%
Benfeitorias	10%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

(iv) Propriedade para investimento

Quando o uso da propriedade muda de ocupada pelo proprietário para propriedade para investimento, a propriedade é remensurada ao seu valor justo e reclassificada como propriedade para investimento. Qualquer ganho resultante dessa remensuração é reconhecido no resultado na medida em que o ganho reverta uma perda anterior por redução ao valor recuperável na propriedade específica, sendo que qualquer ganho remanescente é reconhecido como outros resultados abrangentes e apresentado na conta de ajustes de avaliação patrimonial. Qualquer perda é reconhecida imediatamente no resultado. Contudo, na medida em que haja um montante

previamente reconhecido como reavaliação dessa propriedade, a perda é reconhecida em outros resultados abrangentes e reduz a reserva de avaliação no patrimônio líquido.

j. Ativos intangíveis e ágio

(i) Reconhecimento e Mensuração

Ágio
O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Pesquisa e desenvolvimento
Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros for prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

Outros ativos intangíveis
Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado.
As taxas médias, estimadas de acordo com vidas úteis dos ativos intangíveis são as seguintes:

- Softwares 20%
- Intangível – projetos 8%

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

k. Propriedades para investimentos

As propriedades para investimentos são mensuradas pelo custo e, subsequentemente quaisquer alterações no seu valor são reconhecidas no resultado.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado.

Quando uma propriedade para investimento anteriormente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados.

A receita de aluguel de propriedades para investimento, quando ocorre, é reconhecida como outras receitas pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos concedidos são reconhecidos como parte integrante da receita total de aluguel, durante o prazo do arrendamento.

l. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

As classificações abaixo descritas são aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2018. As informações sobre as classificações anteriormente aplicadas estão na nota explicativa 7.

Ativos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR. A companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA - instrumento de dívida ou ao VJORA -instrumento patrimonial.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (veja a nota explicativa 25(a)).

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. A Companhia não possui passivos financeiros designados como instrumentos de hedge.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Quando a Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente

executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge
A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado.

m. Capital social

Ações ordinárias
Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32/IAS 12. (veja nota explicativa 24(a))

n. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais
A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e

ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira para os itens descritos abaixo:

títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e

outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes (incluindo recebíveis de arrendamentos) e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 90 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou

o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas
As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

Ativos financeiros com problemas de recuperação
Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui ”problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

dificuldades financeiras significativas do devedor;

quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;

reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;

a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou

o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas
A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 360 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. A Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto propriedades para investimento, estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pró-rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

o. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Reestruturação

Uma provisão para reestruturação é reconhecida quando a Companhia tem aprovado um plano de reestruturação detalhado e formal, e a reestruturação já teve início ou já foi anunciada publicamente. Perdas operacionais futuras não são provisionadas.

Contratos onerosos

Uma provisão para contratos onerosos é mensurada a valor presente pelo menor valor entre o custo esperado da rescisão do contrato e o custo líquido esperado caso o contrato seja mantido. Antes de a provisão ser constituída, a Companhia reconhece qualquer perda por redução ao valor recuperável dos ativos relacionados àquele contrato.

p. Arrendamentos

A Companhia aplicou o CPC 06(R2)/IFRS 16 utilizando a abordagem prospectiva e, portanto, as informações comparativas não foram reapresentadas e continuam a ser apresentadas conforme o CPC 06(R1)/IAS 17 e ICPC 03/IFRIC 4. Os detalhes das políticas contábeis conforme CPC 06(R1)/IAS 17 e ICPC 03/IFRIC 4 são divulgados separadamente.

Políticas contábeis aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2019

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, o Grupo utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2)/IFRS 16.

Esta política é aplicada aos contratos celebrados a partir de 1º de janeiro de 2019.

Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, o Grupo optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no

arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;

pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mesurados utilizando o índice ou taxa na data de início;

valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e

o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

q. Mensuração do Valor Justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem

acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance).

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros (veja nota explicativa 5(b)).

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

10 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas foram efetivadas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas Informações contábeis intermediárias consolidadas da Companhia:

Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.

Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3).

Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8).

IFRS 17 Contratos de Seguros.

11 Caixa e equivalentes de caixa

Veja política contábil na nota explicativa 9(b), (l)(i)-(ii) e (p)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	**31/12/2019**	**30/09/2020**	**31/12/2019**
Caixa	5	19	24	46
Bancos	67.030	32.368	74.268	38.509
Aplicações financeiras	105.605	360.954	173.197	449.244
Caixa e equivalentes de caixa	**172.640**	**393.341**	**247.489**	**487.799**

As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Para que um investimento financeiro seja qualificado como equivalente de caixa, precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de

valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento original de curto prazo, de três meses ou menos da data da aquisição.

As aplicações financeiras são efetuadas em instituições consideradas pela Companhia como de primeira linha, substancialmente com remuneração baseada na variação do CDI, com rentabilidade média correspondente a 101,7% do CDI em 30 de setembro de 2020 (101% do CDI em 31 de dezembro de 2019), liquidez de curtíssimo prazo (90 dias ou menos) e mantidas para remuneração do capital de giro temporariamente excedente.

12 Contas a receber de clientes

Veja política contábil na nota explicativa 9(b), (l)(i)-(ii) e (p) e (n)(ii).

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	**31/12/2019**	**30/09/2020**	**31/12/2019**
Clientes mercado interno	258.091	151.666	411.408	248.421
Clientes mercado externo	286	1.950	824	2.868
Contas a receber de clientes	**258.377**	**153.616**	**412.232**	**251.289**

O "*aging*" dos saldos reconhecidos nas Informações contábeis intermediárias tem a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	**31/12/2019**	**30/09/2020**	**31/12/2019**
Valores totais a vencer:	**257.637**	**152.439**	**410.755**	**249.093**
Até 30 dias	247.521	137.646	400.095	233.381
De 31 a 90 dias	6.761	8.967	7.299	9.885
De 91 a 180 dias	1.101	5.772	1.107	5.772
Acima de 181 dias*	2.254	54	2.254	55
Valores totais vencidos:	**740**	**1.177**	**1.477**	**2.196**
Até 30 dias	140	634	146	895
De 31 a 90 dias	3	457	3	457
De 91 a 180 dias	327	-	328	156
Acima de 181 dias	270	86	1.000	688
Contas a receber de clientes	**258.377**	**153.616**	**412.232**	**251.289**

**Saldo não possui qualquer indicativo de perdas por impairment em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019.*

Riscos de crédito e de mercado, e perdas por redução ao valor recuperável

A exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado e perdas por redução ao valor recuperável relacionadas ao 'Contas a receber de clientes', está divulgada na nota explicativa 25(c).

13 Estoques

Veja política contábil na nota explicativa 9(h) e (n)(ii).

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	**31/12/2019**	**30/09/2020**	**31/12/2019**
Produtos acabados	38.006	46.526	63.658	63.694
Matérias primas	401.560	136.317	455.699	205.459
Produtos para revenda	8.560	2.511	8.560	2.511
Almoxarifado	5.774	5.376	5.788	5.379
Estoques	**453.900**	**190.730**	**533.705**	**277.043**

A Companhia possui contratos de compra para recebimento futuro com fornecedores de matérias primas, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	**31/12/2019**	**30/09/2020**	**31/12/2019**
Preço médio saca (R$1,00)	105,56	80,29	104,66	79,65
Quantidade de sacas (Unid.)	2.099.420	1.546.882	2.815.916	1.923.220
Total de compras para recebimento futuro	**221.607**	**124.199**	**294.726**	**153.184**

14 Créditos tributários

Ver política contábil na nota explicativa 9(o).

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	**31/12/2019**	**30/09/2020**	**31/12/2019**
Imposto sobre produtos industrializados (IPI)	214	151	214	152
PIS e COFINS compensar	10.369	32.647	16.384	59.037
PIS e COFINS a ressarcir (a)	38.533	30.729	94.692	57.372
ICMS	4.681	3.305	6.174	4.505
ICMS - CIAP	1.299	1.511	1.918	2.025
Outros	-	-	4	10
Reintegra	30	28	76	76
Saldo negativo de IRPJ	10.357	4.142	10.549	4.329
Saldo negativo de CSLL	2.274	4	2.276	4
Crédito de exclusão ICMS da base de cálculo do IRPJ / CSLL (b)	8.017	7.859	17.381	25.281
Precatórios federais (c)	23.305	22.965	23.305	22.965
Créditos tributários	**99.079**	**103.341**	**172.973**	**175.756**
Circulante	61.034	54.393	122.757	98.735
Não circulante	38.045	48.948	50.216	77.021

a) Do montante de Crédito de PIS e COFINS oriundos de crédito presumido nas vendas, a Companhia recebe em espécie 70% dos créditos trimestrais em até 60 dias após o pedido de ressarcimento. Os 30% restantes são recebidos após 1(um) ano, mediante fiscalização da Receita Federal do Brasil.

A recuperação e compensação anual consolidada dos créditos contabilizados ocorreram conforme quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Recebimento	41.344	49.779	54.776	73.973
Compensação	17.770	18.059	24.274	26.554
Total	**59.114**	**67.838**	**79.050**	**100.527**

**O saldo refere-se a créditos recebidos e compensados no período e de exercícios anteriores.*

b) Crédito de IRPJ e CSLL oriundos de crédito presumido de ICMS de anos anteriores, classificados como subvenção investimentos, corrigidos pela Selic, sem prazo para prescrição, os quais foram habilitados pela Receita Federal para sua compensação com quaisquer tributos federais, inclusive INSS.

c) Valor referente ao precatório decorrente da exclusão do ICMS presumido da base de cálculo do IRPJ e CSLL de exercícios anteriores.

Cronograma de realização dos créditos:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
2020	30.849	54.393	58.307	98.735
2021	54.196	38.757	88.815	52.257
2022	14.034	10.191	25.851	24.764
	99.079	**103.341**	**172.973**	**175.756**

15 Créditos por venda de investimentos

A Companhia possuía em 31 de dezembro de 2019 o montante de R$ 129.988 correspondente ao valor a receber do Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura Origem pela venda, em 31 de dezembro de 2015, da totalidade da participação que detinha na então controlada Enerplan Participações S.A.

Em agosto de 2020, o total do crédito foi integralmente recebido.

16 Investimentos

Veja política contábil na nota explicativa 9(a) e (n)(ii).

(i) Movimentação dos Investimentos

A movimentação dos investimentos em controladas, apresentados nas Informações contábeis intermediárias individuais da controladora, é como segue:

	Palmaplan Agroindustrial Ltda.	Oleoplan Nordeste Indústria de Biocombustível Ltda.	Ágio Oleoplan Nordeste	Origem Participações Ltda.	Outros investimentos avaliados ao custo	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**75.341**	**229.683**	**9.968**	**-**	**601**	**315.593**
Aquisição	19.120	-	-	-	-	19.120
Equivalência patrimonial	(1.695)	137.149	-	-	-	135.454
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**92.766**	**366.832**	**9.968**	**-**	**601**	**470.167**
Aquisição - AFAC	13.849	-	-	31.400	-	45.249
Adições	-	-	-	6.673	-	6.673
Equivalência patrimonial	(4.644)	117.989	-	970	-	114.315
Dividendos recebidos	-	(80.000)	-	-	-	(80.000)
Baixa de investimento por cisão	(101.971)	-	-	-	-	(101.971)
Saldo em 30 de setembro de 2020	**-**	**404.821**	**9.968**	**39.043**	**601**	**454.433**

(ii) Informações Financeiras resumidas

Controladora em 30 de setembro de 2020	**Participação acionária**	**Ativo circulante**	**Ativo não circulante**	**Passivo circulante**	**Passivo não circulante**	**Patrimônio líquido**	**Lucro Líquido**
Origem Participações Ltda	**100,00%**	12	39.031	-	-	39.043	6.644
Oleoplan Nordeste Indústria de Biocombustível Ltda.	**99,99%**	454.932	120.640	85.820	84.931	404.821	117.990
		454.944	**159.671**	**85.820**	**84.931**	**443.864**	**124.634**

Controlada em 31 de dezembro de 2019	**Participação acionária**	**Ativo circulante**	**Ativo não circulante**	**Passivo circulante**	**Passivo não circulante**	**Patrimônio líquido**	**Lucro (prejuízo) líquido**
Palmaplan Agroindustrial Ltda.	**99,33%**	1.763	96.264	1.893	2.911	93.223	(1.705)
Oleoplan Nordeste Indústria de Biocombustível Ltda.	**99,99%**	321.862	139.545	81.499	13.077	366.831	137.149
		323.625	**235.809**	**83.391**	**15.989**	**460.054**	**135.443**

17 Propriedades para investimentos

Veja política contábil na nota explicativa 9(k) e (n)(ii).

a. Composição do valor contábil

Os saldos reconhecidos como propriedades para investimentos possuem a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	**31/12/2019**	**30/09/2020**	**31/12/2019**
Imóveis urbanos	-	20.794	-	20.794
Boxes	-	315	-	315
Lojas comerciais	-	341	-	341
Propriedade para investimentos	**-**	**21.450**	**-**	**21.450**

Os saldos relativos às propriedades para investimentos existentes em 31 de dezembro de 2019 foram baixados por meio de cisão parcial conforme nota explicativa 24(a).

b. Valores reconhecidos no resultado

A receita de aluguel reconhecida pela Companhia em 30 de setembro de 2020 de R$ 95 (R$ 621 em 2019) e foi incluída em 'outras receitas' (veja nota explicativa 30).

18 Imobilizado

Veja políticas contábeis nas notas explicativas 9(i) e (n)(ii).

a. Conciliação do valor contábil e movimentação

Controladora

Custo	Terrenos	Prédios	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Instalações	Benfeitorias	Imobilizado em andamento (a)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**10.110**	**36.664**	**173.035**	**2.075**	**44.324**	**24.962**	**20.803**	**23.485**	**335.458**
Adições	-	-	1.087	401	7.135	239	4	20.336	29.203
(-) Baixas	-	-	(591)	(23)	-	(5)	-	(161)	(780)
Transferências	-	-	63	3	-	-	68	(133)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**10.110**	**36.664**	**173.594**	**2.456**	**51.459**	**25.196**	**20.875**	**43.527**	**363.881**
Adições	-	-	874	145	1.143	133	-	16.113	18.408
(-) Baixas	(7.079)	(11.897)	(28.485)	(32)	(657)	(4.335)	(8.364)	(4.674)	(65.523)
Transferências	-	169	2.901	-	-	3.592	(3)	(6.659)	-
Saldo em 30 de setembro de 2020	**3.031**	**24.936**	**148.884**	**2.569**	**51.945**	**24.586**	**12.508**	**48.307**	**316.766**
Depreciação acumulada 2019	-	(15.065)	(107.979)	(1.289)	(29.238)	(18.370)	(5.422)	-	(177.363)
Depreciação acumulada em 30 de setembro de 2020	-	(15.960)	(111.397)	(1.456)	(30.699)	(19.553)	(5.967)	-	(185.032)
Valor contábil líquido									
Em 31 de dezembro de 2019	**10.110**	**21.599**	**65.614**	**1.168**	**22.221**	**6.826**	**15.453**	**43.527**	**186.518**
Em 30 de setembro de 2020	**3.031**	**8.976**	**37.487**	**1.113**	**21.246**	**5.033**	**6.541**	**48.307**	**131.734**

(a) Em 30 de setembro de 2020 o imobilizado em andamento está substancialmente representado pelos custos incorridos nos projetos da Caldeira Aquatubular 70TH/77BAR e sistema de cogeração de energia elétrica para consumo na unidade de Veranópolis.

Consolidado

Custo	Terrenos	Prédios	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Instalações	Benfeitorias	Imobilizado em andamento	Cultura permanente (a)	Plantas portadoras	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**24.598**	**62.846**	**231.049**	**2.890**	**51.132**	**35.425**	**27.210**	**43.435**	**45.959**	**-**	**524.544**
Adições	1.000	-	3.015	563	10.273	346	4	42.199	8.848	-	66.248
(-) Baixas	-	-	(671)	(23)	(3)	(6)	-	(1.794)	-	-	(2.497)
Transferências	-	-	63	3	-	-	68	(134)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**25.598**	**62.846**	**233.456**	**3.433**	**61.402**	**35.765**	**27.282**	**83.706**	**54.807**	**-**	**588.295**
Adições	-	16	1.988	172	1.243	169	379	27.260	512	-	31.739
(-) Baixas	(21.400)	(17.406)	(41.651)	(138)	(4.513)	(5.286)	(10.418)	(6.161)	(512)	(54.807)	(162.292)
Transferências	-	5.667	15.174	-	-	5.972	377	(27.191)	(54.807)	54.807	(1)
Saldo em 30 de setembro de 2020	**4.198**	**51.123**	**208.967**	**3.467**	**58.132**	**36.620**	**17.620**	**77.614**	**-**	**-**	**457.741**
Depreciação acumulada 2019	-	(21.657)	(116.820)	(1.668)	(32.139)	(22.533)	(6.515)	-	-	-	(201.332)
Depreciação acumulada em 30 de setembro de 2020	-	(23.337)	(121.393)	(1.902)	(34.357)	(24.585)	(7.214)	-	-	-	(212.788)
Valor contábil líquido											
Em 31 de dezembro de 2019	**25.598**	**41.189**	**116.635**	**1.765**	**29.263**	**13.232**	**20.767**	**83.707**	**54.807**	**-**	**386.963**
Em 30 de setembro de 2020	**4.198**	**27.786**	**87.572**	**1.565**	**23.774**	**12.034**	**10.408**	**77.615**	**-**	**-**	**244.953**

(a) Em 30 de setembro de 2020 o saldo de cultura permanente representa o plantio de palmas para produção de óleo, na controlada Palmaplan a qual foi cindida em agosto de 2020.

b. Provisão para redução ao valor recuperável e reversão subsequente

Para fins de identificação de possíveis ajustes relativos à provisão para redução ao valor recuperável dos ativos, a Companhia realiza a análise da existência de indicadores advindos de fontes internas ou externas de perda no valor recuperável dos seus ativos de longa duração. Não foram identificados indicadores desta natureza nos períodos apresentados.

19 Ativos intangíveis e ágio

Veja política contábil nas notas explicativas 9(j) e (n)(ii).

Conciliação do valor contábil

Controladora

Custo	Softwares	Projetos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**763**	**424**	**1.187**
Adições	21	-	21
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**784**	**424**	**1.208**
Adições	27	-	27
(-) Baixas	-	(177)	(177)
Saldo em 30 de setembro de 2020	**811**	**247**	**1.058**
Amortização acumulada 2019	(694)	-	(694)
Amortização acumulada em 30 de setembro de 2020	(723)	(247)	(970)
Valor contábil líquido			
Em 31 de dezembro de 2019	**90**	**424**	**514**
Em 30 de setembro de 2020	**88**	**-**	**88**

Consolidado

Custo	Softwares	Projetos	Ágio na aquisição de investimentos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**918**	**424**	**9.968**	**11.311**
Adições	378	-	-	378
(-) Baixas	(322)	-	-	(322)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**974**	**424**	**9.968**	**11.366**
Adições	74	-	-	74
(-) Baixas	(5)	(177)	-	(182)
Saldo em 30 de setembro de 2020	**1.043**	**247**	**9.968**	**11.259**
Amortização acumulada 2019	(708)	-	-	(708)
Amortização acumulada em 30 de setembro de 2020	(756)	(247)	-	(1.004)
Valor contábil líquido				
Em 31 de dezembro de 2019	**266**	**424**	**9.968**	**10.658**
Em 30 de setembro de 2020	**286**	**-**	**9.968**	**10.255**

a. Ágio por expectativa de rentabilidade futura

Em dezembro de 2011 a companhia adquiriu da empresa Vanguarda Agro S.A. (companhia aberta), a empresa V-Biodiesel Indústria de Biocombustível Ltda., unidades de produção de biodiesel, hoje operacionalizadas na controlada Oleoplan Nordeste Indústria de Biocombustível Ltda., pelo valor global de R$ 100.595, tendo apurado na operação ágio no valor de R$ 9.968, o qual foi classificado como ágio por expectativa de rentabilidade futura.

b. Teste por redução ao valor recuperável - *impairment*

A Companhia efetuou avaliação de recuperabilidade do ágio registrado, oriundo da aquisição, em 2011, da Oleoplan Nordeste Indústria de Biocombustível Ltda., e não identificou ajustes necessários ao seu valor de realização, dados os níveis elevados de geração de caixa da controlada. Desta forma, para o período findos em 30 de setembro de 2020 e exercício findo em 31 de dezembro de 2019 não foi reconhecido nenhum *impairment* sobre o ágio reconhecido nas Informações contábeis intermediárias da Companhia.

20 Fornecedores

Veja política contábil nas notas explicativas 9(l)(iii) e (iv).

a) Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	**31/12/2019**	**30/09/2020**	**31/12/2019**
Fornecedores de soja	142.790	111.367	164.109	147.354
Fornecedores diversos	50.153	54.746	87.079	85.382
Fornecedores	**192.943**	**166.113**	**251.188**	**232.736**

A informação sobre a exposição da Companhia aos riscos de moeda e de liquidez relacionados a fornecedores e outras contas a pagar encontram-se divulgados na nota explicativa 25(c).

b) Adiantamentos a fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	**31/12/2019**	**30/09/2020**	**31/12/2019**
Adiantamento a terceiros diversos	77.327	1.552	124.969	2.074
Adiantamento a fornecedores de soja	66.953	27.485	86.169	27.485
Adiantamentos a fornecedores	**144.280**	**29.037**	**211.138**	**29.559**
Circulante	144.280	3.339	211.138	3.861
Não circulante	-	25.698	-	25.698

21 Empréstimos e financiamentos

Ver políticas contábeis nas notas explicativas 9(b)(i), (l)(i) e (iii)

a. Movimentação da dívida

	30/09/2020		31/12/2019	
	Controladora	**Consolidado**	**Controladora**	**Consolidado**
Saldo inicial	**879.930**	**886.697**	**729.276**	**755.724**
Despesas de juros sobre dívidas financeiras	36.137	33.324	47.838	49.386
Empréstimos e financiamentos obtidos	431.897	511.397	407.920	409.812
Pagamento de empréstimos e financiamentos*	(295.276)	(298.817)	(305.104)	(328.225)
Saldo final	**1.052.688**	**1.132.601**	**879.930**	**886.697**

** No Consolidado de 2020 houve redução de R$ 3.292 no saldo de empréstimos e financiamentos decorrente da cisão da Palmaplan.*

b. Termos e condições de amortização da dívida

Os termos e condições dos empréstimos em aberto são:

			Controladora				Controladora			
			30/09/2020				31/12/2019			
Modalidade	**Moeda**	**Indexador**	**Custo Médio Ponderado**	**Saldo Devedor (R$ milhares)**	**Circulante**	**Não circulante**	**Custo Médio Ponderado**	**Saldo Devedor (R$ milhares)**	**Circulante**	**Não circulante**
Capital de Giro	USD	Pré	6,60%	5.679	5.679	-	5,02%	33.786	29.663	4.123
Capital de Giro	USD	Libor 3m	4,16%	141.426	31.428	109.998	5,16%	24.388	14.633	9.755
Capital de Giro	EUR	Pré	-	-	-	-	2,06%	10.329	10.329	-
Capital de Giro	BRL	Pré	-	-	-	-	6,55%	86.814	86.814	-
Capital de Giro	BRL	CDI +	4,30%	665.614	375.544	290.070	6,66%	548.618	154.648	393.970
Capital de Giro	BRL	% CDI	2,42%	221.156	3.750	217.406	5,54%	150.226	-	150.226
Finame	BRL	Pré	5,00%	7.190	2.470	4.720	5,58%	11.373	3.956	7.417
Finame	BRL	IPCA	9,87%	11.338	3.610	7.729	11,74%	14.060	3.613	10.446
Finame	BRL	TLP	5,94%	286	84	202	6,41%	337	67	270
			3,97%	**1.052.688**	**422.564**	**630.124**	**6,37%**	**879.930**	**303.724**	**576.206**

			Consolidado				Consolidado			
			30/09/2020				31/12/2019			
Modalidade	**Moeda**	**Indexador**	**Custo Médio Ponderado**	**Saldo Devedor (R$ milhares)**	**Circulante**	**Não circulante**	**Custo Médio Ponderado**	**Saldo Devedor (R$ milhares)**	**Circulante**	**Não circulante**
Capital de Giro	USD	Pré	6,60%	5.679	5.679	-	5,02%	33.786	29.663	4.123
Capital de Giro	USD	Libor 3m	4,16%	141.426	31.428	109.998	5,16%	24.388	14.633	9.755
Capital de Giro	EUR	Pré	-	-	-	-	2,06%	10.329	10.329	-
Capital de Giro	BRL	Pré	-	-	-	-	6,55%	86.814	86.814	-
Capital de Giro	BRL	CDI +	4,38%	715.958	375.544	340.414	6,66%	548.618	154.648	393.970
Capital de Giro	BRL	% CDI	2,42%	221.156	3.750	217.406	5,54%	150.226	-	150.226
Capital de Giro	BRL	IPCA	5,46%	29.569	8.960	20.609	-	-	-	-
Finame	BRL	Pré	5,00%	7.190	2.470	4.720	5,76%	12.700	4.574	8.125
Finame	BRL	IPCA	9,87%	11.339	3.610	7.729	11,74%	14.060	3.613	10.446
Finame	BRL	TJLP	-	-	-	-	11,67%	348	183	165
Finame	BRL	TJLP e Selic	-	-	-	-	6,60%	890	261	630
Finame	BRL	TLP	5,94%	284	83	201	6,64%	4.538	1.347	3.191
			4,07%	**1.132.601**	**431.524**	**701.077**	**6,37%**	**886.698**	**306.066**	**580.632**

Informações sobre a exposição da Companhia à taxa de juros, moeda estrangeira e risco de liquidez estão incluídas na nota explicativa 25(c).

c. Cronograma de amortização da dívida

O cronograma para amortização e liquidação das parcelas de longo prazo dos empréstimos em aberto são:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	**31/12/2019**	**30/09/2020**	**31/12/2019**
Liquidação em 2021	129.977	326.025	132.665	328.043
Liquidação em 2022	243.858	130.564	304.955	132.080
Liquidação em 2023	190.152	93.691	197.320	94.449
Liquidação em 2024	58.269	25.915	58.269	26.042
Liquidação em 2025	7.868	11	7.868	18
	630.124	**576.206**	**701.077**	**580.632**

d. Garantias

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	**31/12/2019**	**30/09/2020**	**31/12/2019**
Empréstimos bancários com garantia (avais)	757.424	694.325	786.994	729.671
Empréstimos bancários com garantia (físicas)	295.264	185.605	345.607	157.027
	1.052.688	**879.930**	**1.132.601**	**886.698**

e. Cumprimento de cláusulas contratuais restritivas (*covenants*)

A Companhia mantém empréstimos bancários no montante de R$ 423.838 em 30 de setembro de 2020 (R$ 308.294 em 2019) que, de acordo com os termos dos contratos, serão pagos em parcelas nos próximos 4 anos, os quais contêm cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) que estabelecem que, caso não sejam atingidos anualmente, os empréstimos podem se tornar imediatamente vencidos, como segue:

		Controladora		Consolidado	
Banco	***Covenants***	**30/09/2020**	**31/12/2019**	**30/09/2020**	**31/12/2019**
Banco Itaú BBA	Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,0 Patrimônio Líquido/Ativo Total maior ou igual 25% em 2019 Patrimônio Líquido/Ativo Total maior ou igual 30% a partir de 2020	85.371	101.669	85.371	101.669
Banco do Brasil	Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,0	84.634	105.180	84.634	105.180
Citibank	Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,0 Liquidez Corrente maior ou igual a 1,0	168.464	-	168.464	-
Banco Rabobank	Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,0 Patrimônio Líquido/Ativo Total maior ou igual 25% em 2019 Patrimônio Líquido/Ativo Total maior ou igual 30% a partir de 2020	85.369	101.445	85.369	101.445
	Total do saldo devedor	**423.838**	**308.294**	**423.838**	**308.294**

Diversos contratos da Companhia possuem cláusulas de *cross default*, permitindo que as instituições financeiras declarem o vencimento antecipado dos empréstimos e financiamentos, caso alguma outra instituição financeira venha a fazê-lo.

f. Operação de *compror*

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Operações de *compror*	-	9.857	-	9.857
Total	**-**	**9.857**	**-**	**9.857**

A Companhia mantém operação de *compror* na qual obtém a extensão dos prazos de suas compras por meio de financiamento de parte do saldo de fornecedores por intermédio de instituições financeiras, as quais são efetuados a taxa de mercado. A Companhia segrega estas operações dos saldos de fornecedores em função de sua natureza. Não existem operações em aberto em 30 de setembro de 2020.

22 Provisões, contingências e depósitos judiciais

No desenvolvimento de suas operações, a companhia e suas controladas estão sujeitas a certos riscos, representadas por ações trabalhistas, cíveis e tributárias, as quais estão sendo discutidas nas esferas, administrativa e judicial.

A administração da Companhia decidiu, com base na opinião dos seus consultores legais, registrar a provisão para contingências em montante considerado suficiente para as ações e valores cujas perdas foram classificadas como prováveis.

O montante constituído das provisões está sendo apresentado conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Provisões cíveis	223	223	1.894	1.894
Provisões trabalhistas	4.887	4.887	4.954	4.954
Provisão de Contingências	**5.110**	**5.110**	**6.848**	**6.848**

A administração, com base nas opiniões dos seus consultores legais, de que as perdas são possíveis, mas não prováveis com perdas significativas, ou remotas, não procedeu ao registro de provisão para contingências para as referidas ações. A estimativa dos consultores legais para ações com perdas possíveis, mas não prováveis são representadas por:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Provisões cíveis	1.920	1.920	1.925	1.925
Provisões trabalhistas	6.636	6.636	7.791	7.791
Total de causas possíveis de perdas	**8.556**	**8.556**	**9.716**	**9.716**

A Companhia não reconhece ativo contingente. Ativo contingente é um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou

mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade. Com base na opinião dos seus consultores legais, a Companhia divulga saldo de ativos contingentes com provável entrada de benefícios econômicos é de aproximadamente R$ 516 (R$ 516 em 2019).

A movimentação dos depósitos judiciais pode ser assim resumida:

Depósitos Judiciais	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**1.772**	**1.939**
Depósitos efetuados e atualização	341	2.140
(-) Resgates e atualização	(524)	(526)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**1.589**	**3.553**
Depósitos efetuados e atualização	284	345
(-) Baixa por cisão	-	(98)
(-) Resgates e atualização	(139)	(161)
Saldo em 30 de setembro de 2020	**1.734**	**3.639**

23 Subvenções governamentais

A Companhia possui reconhecido valores referentes à parte incentivada do Crédito Presumido de ICMS, usufruído como subvenção para investimento, decorrente da redução da base de cálculo do ICMS do Estado do RS.

A partir da Lei Complementar 160/2017, os incentivos fiscais do ICMS são considerados subvenção para investimentos e não deverão ser tributados pelo IRPJ e CSLL. Diante disso, a Companhia buscou reaver estes valores que foram tributados a maior, dentro do prazo prescricional. Na forma em que estabelece a legislação, o principal requisito para a não tributação é a destinação do valor das receitas de subvenções para reserva de incentivos fiscais, dentro do grupo de reservas de lucros. Os valores que constituem esta reserva referem-se às receitas decorrentes do crédito presumido do ICMS, dos anos de 2013 a 2019, períodos em que a Companhia teve a fruição do benefício até o momento.

No período foram registrados na controladora R$ 53.293, conforme nota explicativa 27(a).

A Companhia, através da controlada Oleoplan Nordeste Indústria de Biocombustível Ltda., possui saldo de investimento oriundo do benefício fiscal previsto na Lei 8.167/1991 (Lucro da Exploração) com prazo de duração até 31 de dezembro de 2023. O benefício fiscal em questão consiste na redução do IRPJ devido pela Companhia que opera na área da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

No período foram registrados na controlada na rubrica de imposto de renda e contribuição social, o montante de R$ 14.189 (R$ 3.212 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019).

24 Patrimônio líquido

Veja políticas contábeis nas notas explicativas 9(e) e (m).

a. Capital social

(i) Cisão parcial

Através de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 02 de agosto de 2020 foi aprovada a cisão parcial do patrimônio líquido da Companhia com versão para outras sociedades do acervo líquido contábil no montante de R$ 208.877, mediante utilização de R$114.361 da reserva de lucros acumulados e redução de capital de R$94.516 sem cancelamento de ações existentes.

Desta forma, o capital social de R$ 174.038 (cento e setenta e quatro milhões, trinta e sete mil reais), foi reduzido para R$ 79.522 (setenta e nove milhões, quinhentos e vinte e dois mil reais), mediante a redução do valor patrimonial de cada ação ordinária nominativa da Companhia e sem o cancelamento de ações, uma vez que as ações da Companhia não têm valor nominal. Dessa forma, o número total de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal unitário, permaneceu o mesmo, qual seja 18.858.244 (dezoito milhões, oitocentas e cinquenta e oito mil, duzentas e quarenta e quatro).

O acervo líquido vertido de R$208.877 está composto conforme segue

Conta contábil	R$	Empresa Cindida
Imobilizado - Veículos	422	IMGC Adm. de Participações Ltda.
Propriedades para investimentos - Imóveis	20.794	IMGC Adm. de Participações Ltda.
Contas a receber - Cessão de créditos	25.298	IMGC Adm. de Participações Ltda.
Imobilizado - Sedes de filiais	58.593	Plano Investimento Imobiliário Ltda.
Imobilizado - Filial de Canoas – RS	1.300	Termican Participações Ltda.
Investimentos - Palmaplan Ltda.	101.973	IMGC Adm. de Participações Ltda.
Imobilizado - Aeronave	497	IMGC Adm. de Participações Ltda.
Total	**208.877**	

O processo de reestruturação societária da Companhia obteve aprovação de todas as instituições financeiras envolvidas.

(ii) Aumento de capital

Através de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de setembro de 2020 foi aprovado o aprovado aumento do capital social da Sociedade em R$1.000 (um milhão de reais), mediante a emissão de 237.143 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal unitário. Desta forma, o capital social passou de R$ 79.522 (setenta e nove milhões, quinhentos e vinte e dois mil reais), dividido em 18.858.244 (dezoito milhões, oitocentas e cinquenta e oito mil, duzentas e quarenta e quatro) para R$ 80.522 (oitenta milhões, quinhentos e vinte e dois mil reais), correspondentes a 19.095.387 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal unitário.

O referido aumento de capital foi totalmente subscrito e integralizado na referida data por meio da conferência à Companhia de quotas representativas da integralidade do capital social da empresa Origem Participações Ltda., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Porto Alegre – RS, tendo sido registrado R$ 1.000 de aumento de capital social e R$ 5.674 de reserva de ágio na integralização de capital, no grupo de reserva de capital.

A empresa Origem Participações Ltda. é uma holding operacional e foi constituída em janeiro de 2020, e possui a seguinte situação patrimonial:

	R$
Total de ativos	38.067
Total de passivos	31.393
Patrimônio líquido	6.674

Ações ordinárias
Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia. Com relação às ações em tesouraria, todos os direitos dessas ações estão suspensos até que essas ações sejam colocadas novamente no mercado.

b. Ajuste de avaliação patrimonial
Refere-se a reserva de reavaliação registrada em 2007 sobre máquinas, equipamentos e prédios, a qual está sendo mantida até a sua total realização.

c. Reserva de lucros

Reserva Legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva de retenção de lucros: É destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital para construção da nova fábrica de papel padrão, conforme proposta no orçamento previamente aprovado na assembleia geral.

Reserva de subvenções: Na controladora refere-se à parte incentivada do Crédito Presumido de ICMS, usufruído como subvenção para investimento, decorrente da redução da base de cálculo do ICMS do Estado do RS, de acordo com a Lei Complementar 160/2017.

Durante o período de 2020 foi constituída reserva no montante de R$53.293 (R$28.149 em igual período de 2019) os quais foram transferidos para a conta de subvenções para investimentos em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades Anônimas.

d. Subvenções governamentais
Referem-se a créditos presumidos de ICMS auferidos no estado do RS, de acordo com a Lei Complementar 160/2017. No exercício de 30 de setembro de 2020 foi constituída reserva no montante de R$ 53.293 os quais foram transferidos para a conta de subvenções para investimentos em conformidade com o artigo 195-A da Lei das SAs.

e. Dividendos
O estatuto social da Companhia determina a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 5% do resultado do exercício ajustado na forma da Lei.

Os dividendos declarados e pagos foram calculados conforme segue:

	31/12/2019
Resultado do exercício	205.829
(-) Reserva legal (5%)	(10.107)
(-) Reserva crédito presumido ICMS	(46.823)
Lucro a disposição da AGO	**148.899**
Dividendos mínimos obrigatórios	7.445
Pagamentos:	**105.600**
Dividendos antecipados sobre lucros	105.600
Dividendos por ação ordinária – em Reais	5,60
Quantidade de ações	18.858.244

Em 30 de setembro de 2020 foi distribuído o montante de R$285.563 sendo o montante de R$113.019 pagos referentes às reservas de lucros acumuladas sobre os exercícios anteriores e R$172.545 antecipados sobre os saldos de lucros acumulados do período.

25 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

Os saldos contábeis são representados por:

Ativos	**Controladora**		**Consolidado**	
	30/09/2020	**31/12/2019**	**30/09/2020**	**31/12/2019**
Ativos financeiros mensurados ao valor justo	**33.933**	**3.565**	**33.933**	**3.565**
Swaps de taxa de juros utilizados para *hedging*	33.744	1.000	33.744	1.000
Contratos de câmbio utilizados para *hedging*	189	2.565	189	2.565
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo	**449.583**	**726.604**	**686.495**	**921.536**
Contas a receber de clientes	258.377	153.616	412.232	251.289
Créditos por Venda de investimentos	-	129.988	-	129.988
Adiantamento a fornecedores	-	29.037	-	29.559
Depósitos judiciais	1.734	1.589	3.639	3.553
Outros créditos	16.231	18.432	22.534	18.747
Caixa e equivalentes de caixa	172.640	393.341	247.489	487.799
Outros investimentos	601	601	601	601
Depósitos judiciais	1.734	1.589	3.639	3.553
Passivos				
Passivos financeiros mensurados ao valor justo	**(18.552)**	**(3.767)**	**(18.552)**	**(3.767)**
Swaps de taxa de juros utilizados para *hedging*	(5.402)	(3.118)	(5.402)	(3.118)

Contratos de câmbio a termo utilizados para *hedging*	(13.150)	(649)	(13.150)	(649)
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo	**(1.377.461)**	**(1.069.012)**	**(1.517.568)**	**(900.876)**
Empréstimos bancários com garantia (avais)	(757.424)	(694.325)	(786.993)	(694.325)
Empréstimos bancários com garantia (físicas[1])	(295.264)	(185.605)	(345.608)	(192.373)
Empréstimos bancários sem garantia	-	-	-	-
Fornecedores	(192.943)	(175.970)	(251.188)	(242.593)
Outras contas a pagar	(131.830)	(13.112)	(133.779)	(14.178)
Ativos (Passivos) líquidos	**(912.497)**	**(342.610)**	**(815.692)**	**20.458**

[1]consideram-se garantias físicas: imóveis, equipamentos e penhor.

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros reconhecidos em 30 de setembro de 2020, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Além disto, a tabela não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Ativos - Controladora **30 de setembro de 2020**	**Valor contábil**				**Valor justo**		
	Valor justo - instrumentos de hedging	**Ativos financeiros a custo amortizado**	**Outros ativos financeiros**	**Total**	**Nível 1**	**Nível 2**	**Total**
Ativos financeiros mensurados ao valor justo	**33.933**	**-**	**-**	**33.933**	**-**	**33.933**	**33.933**
Swaps de taxa de juros utilizados para *hedging*	33.744	-	-	33.744	-	33.744	33.744
Contratos de câmbio a termo utilizados para *hedging*	189	-	-	189	-	189	189
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo	**-**	**449.583**	**-**	**449.583**	**-**	**-**	**449.583**
Contas a receber de clientes	-	258.377	-	258.377	-	-	258.377
Outros créditos	-	16.231	-	16.231	-	-	16.231
Caixa e equivalentes de caixa	-	172.640	-	172.640	-	-	172.640
Outros investimentos	-	601	-	601	-	-	601
Depósitos judiciais	-	1.734	-	1.734	-	-	1.734

[1]consideram-se garantias físicas: imóveis, equipamentos e penhor.

Passivos - Controladora

30 de setembro de 2020	**Valor contábil**				**Valor justo**		
	Valor justo - instrumentos de hedging	**Passivos financeiros a custo amortizado**	**Outros passivos financeiros**	**Total**	**Nível 2**	**Nível 3**	**Total**
Passivos financeiros mensurados ao valor justo	**18.552**	**-**	**-**	**18.552**	**18.552**	**-**	**18.552**
Swaps de taxa de juros utilizados para *hedging*	5.402	-	-	5.402	5.402	-	**5.402**
Contratos de câmbio a termo utilizados para *hedging*	13.150	-	-	13.150	13.150	-	**13.150**
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo	**-**	**1.245.631**	**131.830**	**1.377.461**	**-**	**-**	**1377461**
Empréstimos bancários com garantia (avais)	-	757.424	-	757.424	-	-	**757.424**
Empréstimos bancários com garantia (físicas[1])	-	295.264	-	295.264	-	-	**295.264**
Fornecedores	-	192.943	-	192.943	-	-	**192.943**
Outras contas a pagar	-	-	131.830	131.830	-	-	**131.830**

[1]consideram-se garantias físicas: imóveis, equipamentos e penhor.

Ativos - Consolidado

30 de setembro de 2020	**Valor contábil**				**Valor justo**		
	Valor justo - instrumentos de hedging	**Ativos financeiros a custo amortizado**	**Outros ativos financeiros**	**Total**	**Nível 1**	**Nível 2**	**Total**
Ativos financeiros mensurados ao valor justo	**33.933**	**-**	**-**	**33.933**	**-**	**33.933**	**33.933**
Swaps de taxa de juros utilizados para *hedging*	33.744	-	-	33.744	-	33.744	33.744
Contratos de câmbio a termo utilizados para *hedging*	189	-	-	189	-	189	189
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo	**-**	**686.495**	**-**	**686.495**	**-**	**-**	**686.495**
Contas a receber de clientes	-	412.232	-	412.232	-	-	**412.232**
Outros créditos	-	22.534	-	22.534	-	-	**22.534**
Caixa e equivalentes de caixa	-	247.489	-	247.489	-	-	**247.489**
Outros investimentos	-	601	-	601	-	-	**601**
Depósitos judiciais	-	3.639	-	3.639	-	-	**3.639**

Passivos - Consolidado

30 de setembro de 2020	**Valor contábil**				**Valor justo**		
	Valor justo - instrumentos de hedging	**Passivos financeiros a custo amortizado**	**Outros passivos financeiros**	**Total**	**Nível 2**	**Nível 3**	**Total**
Passivos financeiros mensurados ao valor justo	**18.552**	**-**	**-**	**18.552**	**18.552**	**-**	**18.552**
Swaps de taxa de juros utilizados para *hedging*	5.402	-	-	5.402	5.402	-	**5.402**
Contratos de câmbio a termo utilizados para *hedging*	13.150	-	-	13.150	13.150	-	**13.150**
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo	**-**	**1.383.789**	**133.779**	**1.517.568**	**-**	**-**	**1.517.568**
Empréstimos bancários com garantia (avais)	-	786.993	-	786.993	-	-	**786.993**
Empréstimos bancários com garantia (físicas[1])	-	345.608	-	345.608	-	-	**345.608**
Fornecedores	-	251.188	-	251.188	-	-	**251.188**
Outras contas a pagar	-	-	133.779	133.779	-	-	**133.779**

Ativos - Controladora
31 de dezembro de 2019

	Nota	Valor contábil				Valor justo		
		Valor justo - instrumentos de *hedging*	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros ativos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo		**3.565**	**-**	**-**	**3.565**	**-**	**3.565**	**3.565**
Swaps de taxa de juros utilizados para *hedging*		1.000	-	-	1.000	-	1.000	1.000
Derivativos de moeda utilizados para *hedging*		2.565	-	-	2.565	-	2.565	2.565
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo		**-**	**596.015**	**130.589**	**726.604**	**-**	**-**	**726.604**
Contas a receber de clientes		-	153.616	-	153.616	-	-	153.616
Créditos por Venda de investimentos		-	-	129.988	129.988	-	-	129.988
Adiantamento a fornecedores		-	29.037	-	29.037	-	-	29.037
Outros créditos		-	18.432	-	18.432	-	-	18.432
Caixa e equivalentes de caixa		-	393.341	-	393.341	-	-	393.341
Outros investimentos		-	-	601	601	-	-	601
Depositos judiciais		-	1.589	-	1.589	-	-	1.589

Passivos - Controladora
31 de dezembro de 2019

Em milhares de Reais	Nota	Valor contábil				Valor justo		
		Valor justo - instrumentos de *hedging*	Passivos financeiros a custo amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Passivos financeiros mensurados ao valor justo		**3.767**	**-**	**-**	**3.767**	**-**	**3.767**	**3.767**
Swaps de taxa de juros utilizados para *hedging*		3.118	-	-	3.118	-	3.118	**3.118**
Derivativos de moeda utilizados para *hedging*		649	-	-	649	-	649	**649**
Commodities		-	-	-	-	-	**3.767**	**-**
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo		**-**	**1.055.900**	**13.112**	**1.069.012**	**-**	**-**	**1.069.012**
Empréstimos bancários com garantia (avais e outros)		-	694.325	-	694.325	-	-	**694.325**
Empréstimos bancários com garantia (físicas[1])		-	185.605	-	185.605	-	-	**185.605**
Fornecedores e operações de compror		-	166.113	-	166.113	-	-	**166.113**
Operações de *compror*		-	9.857	-	9.857	-	-	**9.857**
Provisões e Outras contas a pagar		-	-	13.112	13.112	-	-	**13.112**

Ativos - Consolidado
31 de dezembro de 2019

	Nota	Valor contábil				Valor justo		
		Valor justo - instrumentos de *hedging*	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros ativos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo		**3.565**	**-**	**-**	**3.565**	**-**	**3.565**	**3.565**
Swaps de taxa de juros utilizados para *hedging*		1.000	-	-	1.000	-	1.000	1.000
Derivativos de moeda utilizados para *hedging*		2.565	-	-	2.565	-	2.565	2.565
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo		**-**	**790.947**	**130.589**	**921.536**	**-**	**-**	**921.536**
Contas a receber de clientes		-	251.289	-	251.289	-	-	251.289
Créditos por Venda de investimentos		-		129.988	129.988	-	-	129.988
Adiantamento a fornecedores		-	29.559	-	29.559	-	-	29.559
Outros créditos		-	18.747	-	18.747	-	-	18.747
Caixa e equivalentes de caixa		-	487.799	-	487.799	-	-	487.799
Outros investimentos		-	-	601	601	-	-	601
Depósitos judiciais		-	3.553	-	3.553	-	-	3.553

Passivos - Consolidado
31 de dezembro de 2019

Em milhares de Reais	Nota	Valor contábil				Valor justo		
		Valor justo - instrumentos de *hedging*	Passivos financeiros a custo amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Passivos financeiros mensurados ao valor justo		**3.767**	**-**	**-**	**3.767**	**-**	**3.767**	**3.767**
Swaps de taxa de juros utilizados para *hedging*		3.118	-	-	3.118	-	3.118	**3.118**
Derivativos de moeda utilizados para *hedging*		649	-	-	649	-	649	**649**
Commodities		-	-	-	-	-	-	**-**
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo		**-**	**1.129.291**	**14.178**	**1.143.469**	**-**	**-**	**1.143.469**
Empréstimos bancários com garantia (avais e outros)		-	694.325	-	694.325	-	-	**694.325**
Empréstimos bancários com garantia (físicas[1])		-	192.373	-	192.373	-	-	**192.373**
Empréstimos bancários sem garantia		-	-	-	-	-	-	**-**
Fornecedores		-	232.736		232.736	-	-	**232.736**
Operações de *compror*		-	9.857	-	9.857	-	-	**9.857**
Provisões e Outras contas a pagar		-	-	14.178	14.178	-	-	**14.178**

b. Mensuração do valor justo

Técnicas de avaliação e inputs significativos não observáveis

As tabelas abaixo apresentam as técnicas de valorização utilizadas na mensuração dos valores justos de Nível 2 para instrumentos financeiros no balanço patrimonial. Os processos de avaliação estão descritos na Nota explicativa 5(b)(i).

Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo

Tipo	Técnica de avaliação
Contratos de câmbio a termo	Precificação a termo: O valor justo é determinado utilizando taxas de câmbio a termo cotadas na data do balanço e cálculos de valor presente baseados em curvas de taxas de juros nas respectivas moedas contratadas.
Swaps de taxa de juros	Modelos de swap: O valor justo é calculado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. As estimativas dos fluxos de caixa futuros de taxas pós-fixadas são baseadas em taxas cotadas de swap, preços futuros e taxas de juros de empréstimos interbancários. Os fluxos de caixa estimados são descontados utilizando uma curva construída a partir de fontes similares e que reflete a taxa de referência interbancária relevante utilizada pelos participantes do mercado para esta finalidade ao precificar swaps de taxa de juros.

Tipo	Técnica de avaliação
Outros passivos financeiros*	Fluxos de caixa descontados: O modelo de avaliação considera o valor presente do pagamento esperado, descontado utilizando uma taxa de desconto ajustada ao risco.

Outros passivos financeiros incluem empréstimos bancários com e sem garantia e dividendos.

c. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(i) Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco. A diretoria é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

A Administração monitora a aderência às políticas e procedimentos de gerenciamento de risco da Companhia, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais a Companhia está exposto.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

A administração entende que o risco de crédito é baixo devido ao histórico de perdas e à concentração de 60% das suas vendas na modalidade de leilões para fornecimento de biodiesel realizados através da Agência Nacional de Petróleo – ANP, com prazo médio de recebimento de 30 dias. Os valores contábeis dos atos financeiros e ativos de contrato representam a exposição máxima do crédito.

Contas a receber

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera.

A Companhia estabeleceu uma política de crédito para avaliação individual dos clientes da carteira (novos e já existentes) quanto à sua condição financeira. A análise efetuada pela Companhia inclui a avaliação de ratings externos, quando disponíveis, Informações contábeis intermediárias, informações de agências de crédito, informações da indústria e, em alguns casos, referências bancárias. Limites de crédito são estabelecidos para cada cliente e revisados periodicamente, conforme definido em política. Vendas que eventualmente excedam esses limites possuem alçadas de aprovação extraordinárias.

A Companhia pode exigir garantias com relação a contas a receber de clientes e outros recebíveis, conforme análise de crédito individual realizada. A Companhia não possui contas a receber de clientes para os quais nenhuma provisão de perda é reconhecida por causa da garantia.

Em 30 de setembro de 2020, o valor contábil a receber decorrentes de vendas de biodiesel através de leilões é o seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	**31/12/2019**	**30/09/2020**	**31/12/2019**
Biodiesel	191.225	97.655	329.791	182.869

Caixa e equivalentes de caixa

O 'Caixa e equivalentes de caixa' são mantidos com bancos e instituições financeiras com baixo risco, conforme classificação das principais agências de rating e estão segregados em instituições financeiras nacionais e estrangeiras, em aplicações financeiras e depósitos a vista, cujos montantes disponíveis em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	**31/12/2019**	**30/09/2020**	**31/12/2019**
Instituições financeiras nacionais	**166.552**	**370.237**	**241.375**	**464.668**
Depósitos a vista	15.443	4.335	21.156	7.681
Aplicações financeiras	99.639	358.831	167.231	447.121
Numerários em trânsito*	51.470	7.071	52.988	9.866
Instituições financeiras estrangeiras	**6.083**	**23.085**	**6.090**	**23.085**
Depósitos a vista**	117	20.962	124	20.962
Aplicações financeiras	5.966	2.123	5.966	2.123
Instituições financeiras	**172.635**	**393.322**	**247.465**	**487.753**

**os saldos referentes a numerários em trânsito referem-se à valores recebidos em moeda estrangeira que estão aguardando fechamento de câmbio, os quais não são utilizados com propósito especulativo e não estão vinculados a instrumentos financeiros derivativos.*

***os saldos referem-se a depósitos a vista em moeda estrangeira, os quais não são utilizados com propósito especulativo e não estão vinculados a instrumentos financeiros derivativos.*

Derivativos

Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras com baixo risco, conforme classificação das principais agências de rating.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais.

	Controladora				
		Fluxos de caixa contratuais			
	Valor Contábil	2 meses ou menos	2-12 meses	1-2 anos	2-5 anos
Passivos financeiros não derivativos					
Empréstimos bancários com garantia (avais e outros)	757.424	14.854	306.398	216.987	219.185
Empréstimos bancários com garantia (físicas[1])	295.264	19.797	81.516	97.466	96.485
Passivos financeiros derivativos					
Swaps de taxa de juros utilizados para *hedging*	5.403	-	3.994	1.408	-
Contratos a termo de moeda utilizados para *hedging*	13.150	-	13.150	-	-

	Consolidado				
		Fluxos de caixa contratuais			
	Valor Contábil	2 meses ou menos	2-12 meses	1-2 anos	2-5 anos
Passivos financeiros não derivativos					
Empréstimos bancários com garantia (avais e outros)	786.994	14.853	315.359	228.764	228.018
Empréstimos bancários com garantia (físicas[1])	345.608	19.797	81.516	147.810	96.485
Passivos financeiros derivativos					
Swaps de taxa de juros utilizados para *hedging*	5.403	-	3.995	1.408	-
Contratos a termo de moeda utilizados para *hedging*	13.150	-	13.150	-	-

[1]consideram-se garantias físicas: imóveis, equipamentos e penhor.

Os fluxos de entradas/(saídas), divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros derivativos mantidos para fins de gerenciamento de risco. A divulgação apresenta os montantes dos fluxos de caixa líquidos para derivativos que são liquidados em caixa com base em sua exposição líquida e fluxos de caixa bruto de entradas e saídas para os derivativos que têm liquidação simultânea bruta.

Conforme divulgado na nota explicativa 21, a Companhia possui empréstimos bancários com garantia que contém cláusulas contratuais restritivas (covenants). O não cumprimento futuro desta cláusula contratual restritiva pode exigir que a Companhia pague o empréstimo antes da data indicada na tabela acima. A cláusula contratual restritiva é monitorada regularmente pela tesouraria e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido.

Os pagamentos de juros sobre empréstimos a uma taxa de juros pós-fixada e os títulos de dívida incluídos na tabela acima refletem as taxas de juros de mercado a termo na data do balanço e estes montantes podem mudar na medida em que as taxas de juros pós-fixadas mudem. Os instrumentos derivativos podem ser diferentes dos montantes apresentados na tabela acima, uma vez que as taxas de juros e taxas de câmbio ou as condições relevantes das transações podem mudar. Exceto por esses passivos financeiros, não é esperado que os fluxos de caixa incluídos na análise acima possam ocorrer significativamente mais cedo, ou em valores significativamente diferentes.

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Administração.

Risco cambial

A Companhia está exposto ao risco cambial de operações estrangeiras decorrente de diferenças entre as moedas nas quais as vendas, compras, recebíveis e empréstimos são denominados, e as respectivas moedas funcionais da Companhia. A proteção ao risco de variação cambial do conjunto das exportações futuras em dólares norte-americanos da Companhia em um dado período ocorre por meio do conjunto de endividamento em dólares norte-americanos buscando a proteção mais eficiente considerando as alterações nas posições de tais conjuntos ao longo do tempo.

A estratégia de gerenciamento de riscos cambiais pode envolver o uso de instrumentos financeiros derivativos para tratamento da exposição cambial de certas obrigações da Companhia, especialmente quando da existência de compromissos em moedas para as quais a Companhia não possua expectativa de fluxos de recebimentos.

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

Exposição ao risco cambial
Um resumo da exposição a risco cambial da Companhia, conforme reportado à Administração está apresentado abaixo:

	30/09/2020				31/12/2019			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	R$	US$	R$	US$	R$	US$	R$	US$
Caixa e equivalentes de caixa	51.587	9.146	52.420	9.294	28.034	6.956	30.834	7.651
Contas a receber	286	51	824	146	1.950	484	2.868	712
Outros ativos circulantes	5.966	1.058	5.966	1.058	2.123	527	2.123	527
Empréstimos bancários	(147.105)	(26.079)	(147.105)	(26.079)	(68.503)	(16.995)	(68.503)	(16.995)
Contas a pagar	(4.196)	(744)	(4.196)	(744)	(4.754)	(1.179)	(4.754)	(1.179)
Outros passivos circulantes	(76.268)	(13.521)	(76.269)	(13.521)	(12.000)	(2.977)	(12.000)	(2.977)
Exposição líquida do balanço patrimonial	**(169.729)**	**(30.089)**	**(168.359)**	**(29.846)**	**(53.150)**	**(13.185)**	**(49.432)**	**(12.262)**
Contratos de compra para entrega futura	221.615	39.289	294.714	52.248	124.199	30.813	153.184	38.004
Exposição líquida das transações para entrega futura	**221.615**	**39.289**	**294.714**	**52.248**	**124.199**	**30.813**	**153.184**	**38.004**
Contratos cambiais futuros (NDF)	(162.339)	(31.000)	(162.339)	(31.000)	(125.950)	(30.500)	(125.950)	(30.500)
Exposição líquida	**(110.453)**	**(21.800)**	**(35.984)**	**(8.598)**	**(54.900)**	**(12.872)**	**(22.197)**	**(4.758)**

As taxas aplicadas para conversão dos saldos ativos e passivos foram:

	30/09/2020	31/12/2019
Compra	5,6401	4,0301
Venda	5,6407	4,0307
Média	**5,6404**	**4,0304**

;
Para análise dos saldos foram aplicadas as taxas de câmbio de R$ 5,6401 para ativos e R$ 5,6407 para os saldos passivos.

Análise de sensibilidade
Uma valorização (desvalorização) razoavelmente possível do Real x USD em 30 de setembro, teriam afetado a mensuração dos instrumentos financeiros denominados em moeda estrangeira e afetado o patrimônio líquido e o resultado pelos montantes demonstrados abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, permanecem constantes e ignoram qualquer impacto da previsão de vendas e compras.

O cenário considerado provável e referenciado por fonte externa, além dos cenários possível e remoto que consideram valorização do câmbio (risco) em 25% e 50%, respectivamente, à exceção dos saldos de ativos e passivos em moeda estrangeira de controladas no exterior, quando realizados em moeda equivalente às suas respectivas moedas funcionais, estão descritos a seguir:

Em 30 de setembro de 2020:

Operações de derivativos de câmbio

Derivativo	Posição	Moeda	Notional	Strike médio	MtM 30/09/2020
Non-Deliverable Forward	Venda	USD	31.000	R$ 5,2367	(12.960)
TOTAL		**USD**	**31.000**		(12.960)

Análise de sensibilidade			
-50%	**-25%**	**+25%**	**+50%**
73.542	30.296	(56.195)	(99.440)
73.542	**30.296**	(56.195)	(99.440)

Em 31 de dezembro de 2019:

Operações de derivativos de câmbio & commodities

Derivativo	Posição	Moeda	Notional (USD)	Strike médio/ preço	MtM 31/12/2019 (R$)
Non-Deliverable Forward	Venda FX	USD	30.500	R$ 4,1295	R$1.916
TOTAL		**USD**	**30.500**		**R$1.916**

Análise de sensibilidade			
-50%	**-25%**	**+25%**	**+50%**
61.521	31.709	(27.914)	(57.726)
61.521	**31.709**	**(27.914)**	**(57.726)**

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposto ao risco de taxa de juros pós-fixada, tanto para seu caixa e equivalentes de caixa quanto para operações e empréstimos e financiamentos. Um resumo da exposição taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia, conforme reportado à Administração, está apresentado abaixo:

Exposição ao risco de taxa de juros

O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado abaixo:

		30/09/2020		31/12/2019	
	Indexador	**Controladora**	**Consolidado**	**Controladora**	**Consolidado**
Caixa e equivalentes de caixa	CDI	105.605	173.197	360.954	449.244
Empréstimos bancários	CDI	(886.770)	(937.114)	(698.844)	(698.844)
Exposição líquida do balanço patrimonial		**(781.165)**	**(763.917)**	**(337.890)**	**(249.600)**

Outros riscos de preço de mercado

O principal objetivo dos títulos de investimento da Companhia é manter os investimentos de longo prazo para fins estratégicos. Em relação a isso, a Administração é auxiliada por consultores externos. Certos investimentos são designados pelo valor justo por meio do resultado pois seus desempenhos são monitorados ativamente e são gerenciados com base no valor justo.

26 Impostos e contribuições a pagar

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	**31/12/2019**	**30/09/2020**	**31/12/2019**
IRRF - Imposto de renda retido na fonte	397	499	444	605
PIS / COFINS	321	310	334	321
ICMS	8.021	2.204	10.613	3.983
Funrural	34	29	139	189
INSS	2.504	1.972	3.231	2.640
FGTS	620	597	807	849
Outros tributos a pagar	21	40	28	56
Impostos e contribuições a pagar	**11.918**	**5.651**	**15.596**	**8.643**

27 Imposto de renda e contribuição social

Ver política contábil na nota explicativa 9(g).

a. Conciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	30/09/2019 (Não auditado)	30/09/2020	30/09/2019 (Não auditado)
	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL
Resultado antes do IRPJ e CSLL	**228.148**	**113.373**	**241.528**	**119.256**
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada – 34%	77.571	38.547	82.120	40.547
Exclusões permanentes – 34%	**(78.586)**	**(47.356)**	**(69.163)**	**(42.732)**
Equivalência Patrimonial	(38.868)	(19.143)	-	-
Incentivos fiscais do imposto de renda	-	-	(14.189)	(3.212)
Créditos extemporâneos	(21.598)	(15.397)	(21.598)	(15.397)
Crédito Presumido ICMS	(18.120)	(12.816)	(33.376)	(24.123)
Outras adições/exclusões permanentes	**8**	**(1.058)**	**(585)**	**(1.787)**
VALOR RESULTADO LÍQUIDO IRPJ E CSLL	**1.007**	**9.867**	**(12.372)**	**3.972**
ALÍQUOTA EFETIVA	**-0,44%**	**-8,70%**	**5,12%**	**-3,33%**

b. Movimentação dos saldos de ativos e passivos fiscais diferidos

Controladora			**30 de setembro de 2020**	
	Saldo líquido em 1º de janeiro	**Reconhecido no resultado (veja (a))**	**Ativo fiscal diferido**	**Passivo fiscal diferido**
Depreciação societária	(19.279)	(642)	-	(19.921)
Derivativos swap/NDF	(69)	5.298	11.537	(6.309)
Estoque	-	3.263	4.953	(1.689)
Prejuízo fiscal	21.004	(549)	20.455	-
Reserva de reavaliação	(1.011)	714	-	(297)
Variação cambial competência	2.872	12.616	15.489	-
Provisão para contingências	1.738	-	1.738	-
Impostos ativos (passivos) antes da compensação	**5.256**	**20.700**	**54.172**	**(28.216)**
Compensação de imposto				
Imposto líquido (passivo) ativo			**25.956**	

Consolidado			**30 de setembro de 2020**		
	Saldo líquido em 1º de janeiro	**Reconhecido no resultado (veja (a))**	**Cisão**	**Ativo fiscal diferido**	**Passivo fiscal diferido**
Depreciação societária	(28.884)	(2.554)	-	-	(31.438)
Derivativos swap/NDF	(69)	5.298	-	11.537	(6.309)
Estoque	-	5.596	-	8.007	(2.411)
Prejuízo fiscal	23.608	(549)	(2.604)	20.455	-
Reserva de reavaliação	(1.011)	713	-	-	(297)
Variação cambial competência	2.872	12.616	-	15.489	-
Provisão para contingências	2.329	-	-	2.329	-
Impostos ativos (passivos) antes da compensação	**(1.155)**	**21.120**	**(2.604)**	**57.817**	**(40.455)**
Compensação de imposto					
Imposto líquido (passivo) ativo				**17.362**	

Controladora			**31 de dezembro de 2019**	
	Saldo líquido em 1º de janeiro	**Reconhecido no resultado (veja (a))**	**Ativo fiscal diferido**	**Passivo fiscal diferido**
Depreciação societárias	18.319	(960)	-	19.279
Derivativos swap/NDF	2.613	1.283	1.212	1.280
AVP estoque	177	177	-	-
Prejuízo fiscal	3.568	17.436	21.004	-
Reserva de reavaliação	1.089	79	-	1.010
Variação cambial competência	9.310	(6.438)	2.870	-
Provisão de contingências	586	1.152	1.738	-
Impostos ativos (passivos) antes da compensação	**35.699**	**12.692**	**26.824**	**21.569**
Compensação de imposto				
Imposto líquido (passivo) ativo			**5.255**	

Consolidado			**31 de dezembro de 2019**	
	Saldo líquido em 1º de janeiro	**Reconhecido no resultado (veja (a))**	**Ativo fiscal diferido**	**Passivo fiscal diferido**
Capitalização	37	(37)	-	-
Depreciação societárias	24.888	(3.996)	-	28.884
Derivativos swap/NDF	2.613	1.283	1.212	1.281
AVP estoque	181	181	-	-
Prejuízo fiscal	5.535	18.073	23.608	-
Reserva de reavaliação	1.089	79	-	1.010
Variação cambial competência	9.310	(6.438)	2.872	-
Provisão de contingências	1.172	1.157	2.329	-
Impostos ativos (passivos) antes da compensação	**44.825**	**10.301**	**30.021**	**31.176**
Compensação de imposto				
Imposto líquido (passivo) ativo			**(1.155)**	

c. Realização

Os créditos tributários acima não possuem prazo de prescrição.

A Companhia possui saldo de prejuízos fiscais de imposto de renda e de bases negativas de contribuição social na controladora de R$ 162.449 (R$ 178.093 em 2019) e no consolidado de R$ R$ 162.449 (R$ 185.751 em 2019) sobre os quais foram registrados créditos fiscais diferidos no valor de R$ 20.455 (R$ 21.005 em 2019), conforme expectativa de realização.

As projeções de resultados futuros da Companhia indicam que a realização dos créditos tributários diferidos registrados sobre prejuízos fiscais de IR e bases negativas de CS ocorrerá até 31 de dezembro de 2025.

28 Outros passivos circulantes

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	**31/12/2019**	**30/09/2020**	**31/12/2019**
Adiantamento de clientes mercado interno	5.390	894	6.500	1.452
Adiantamento de clientes mercado externo	80.231	12.000	80.232	12.001
Faturamento para entrega futura	1.315	18	1.315	16
Dividendos a pagar	39.000	-	39.000	-
Outras obrigações a pagar	5.894	200	6.732	709
Outros passivos circulantes	**131.830**	**13.112**	**133.779**	**14.178**

Nos adiantamentos de clientes mercado externo o valor de R$ 76.018 referem-se a operação especifica de compra e venda de mercadorias com o fim especifico de exportação, sendo que a contrapartida da compra encontra-se registrada em conta ativo como adiantamento a fornecedores no montante de R$ 74.178.

29 Segmentos operacionais

a. Base para segmentação

A Companhia possui três divisões estratégicas, que são seus segmentos reportáveis. Estas divisões oferecem diferentes produtos e serviços e são administradas separadamente, pois exigem diferentes tecnologias e estratégias de marketing. As informações sobre os segmentos operacionais são aquelas regularmente apresentadas à administração da companhia e utilizadas na sua gestão, na condição de principal tomadora de decisões.

O seguinte resumo descreve as operações em cada um dos segmentos reportáveis da Companhia:

Segmentos reportáveis	**Operações**
Biodiesel	fabricação e venda
Extração	Compra, produção e distribuição
Revenda	Projetar e produzir materiais para embalagem

b. Informações sobre segmentos reportáveis

Informações referentes aos resultados de cada segmento reportável estão apresentadas abaixo. O desempenho é avaliado com base no resultado do segmento antes do imposto de renda e contribuição social, pois a Administração entende que tal informação é a mais relevante na avaliação dos resultados dos respectivos segmentos para comparabilidade com outras entidades que operam nas mesmas indústrias. Os ativos e passivos da Companhia são administrados de forma conjunta para todos os segmentos e não são avaliados separadamente por segmentos pela administração da companhia. As atividades apresentadas nas colunas de "outras" e "corporativo" não se qualificam como segmentos operacionais e representam atividades não alocadas aos segmentos.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
Por segmento do período findo em 30 de setembro de2020

	Controladora					Consolidado					
	Extração	**Biodiesel**	**Revendas**	**Corporativo**	**Total 30/09/2020**	**Extração**	**Biodiesel**	**Revendas**	**Outros**	**Corporativo**	**Total 30/09/2020**
Receita líquida de vendas e serviços	673.314	951.614	91.678	-	1.716.606	877.363	1.708.635	96.295	-	-	2.682.292
Custo dos produtos e serviços vendidos	(524.659)	(865.401)	(80.556)	-	(1.470.615)	(690.831)	(1.513.536)	(85.325)	-	-	(2.289.692)
Depreciações e amortizações	(1.467)	(2.098)	(154)	-	(3.719)	(1.771)	(6.989)	(154)	-	-	(8.914)
Lucro Bruto	**147.188**	**84.115**	**10.968**	**-**	**242.272**	**184.761**	**188.109**	**10.816**	**-**	**-**	**383.686**
(Despesas) receitas operacionais	(22.027)	(27.050)	(361)	(15.437)	(64.874)	(28.747)	(35.333)	(361)	-	(17.403)	(81.843)
Despesas com vendas	(20.395)	(25.417)	(361)	(1.646)	**(47.819)**	(23.560)	(30.146)	(361)	-	(1.647)	(55.713)
Despesas com pessoal de vendas	(7.946)	(7.936)	(327)	(1.509)	(17.717)	(8.346)	(8.336)	(327)	-	(1.510)	(18.519)
Despesas comerciais	(8.589)	(7.467)	(34)	(137)	(16.227)	(8.622)	(7.500)	(34)	-	(77)	(16.233)
Despesas s/vendas	(3.860)	(10.015)	-	-	(13.875)	(6.592)	(14.309)	-	-	(60)	(20.961)
Despesas administrativas	(3.223)	(3.223)	-	(13.791)	(20.237)	(7.458)	(7.458)	-	-	(15.756)	(30.673)
Outras receitas (despesas) operacionais	1.591	1.591	-	-	3.181	2.272	2.272	-	-	-	4.543
Equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.673)	-	(3.673)
Lucro Operacional	**125.161**	**57.065**	**10.607**	**(15.437)**	**177.397**	**156.014**	**152.777**	**10.455**	**(3.673)**	**(17.403)**	**298.170**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
Por segmento do período findo em 30 de setembro de 2019 (Não auditado)

	Controladora					Consolidado					
	Extração	**Biodiesel**	**Revendas**	**Corporativo**	**Total 30/09/2019**	**Extração**	**Biodiesel**	**Revendas**	**Outros**	**Corporativo**	**Total 30/09/2019**
Receita líquida de vendas e serviços	473.656	604.564	62.080	-	1.140.300	649.565	1.129.182	79.654	25	-	1.858.426
Custo dos produtos e serviços vendidos	(445.937)	(511.937)	(58.720)	-	(1.016.594)	(587.280)	(982.315)	(74.986)	(946)	-	(1.645.528)
Depreciações e amortizações	(5.642)	(2.999)	(191)	-	(8.832)	(7.549)	(10.608)	(191)	-	-	(18.348)
Lucro Bruto	**22.077**	**89.628**	**3.169**	**-**	**114.874**	**54.735**	**136.259**	**4.477**	**(921)**	**-**	**194.550**
(Despesas) receitas operacionais	(24.053)	(22.806)	(353)	10.360	(36.852)	(31.692)	(34.898)	(353)	(540)	8.378	(59.106)
Despesas com vendas	(21.118)	(19.871)	(353)	(1.211)	(42.553)	(25.228)	(28.435)	(353)	-	(1.212)	(55.228)
Despesas com pessoal de vendas	(4.975)	(4.804)	(327)	(1.179)	(11.285)	(5.957)	(5.786)	(327)	-	(1.180)	(13.250)
Despesas comerciais	(6.049)	(4.981)	(26)	(32)	(11.088)	(7.217)	(6.148)	(26)	-	(32)	(13.423)
Despesas s/vendas	(10.094)	(10.086)	-		(20.180)	(12.055)	(16.500)	-	-		(28.555)
Despesas administrativas	(3.280)	(3.280)	-	(11.395)	(17.956)	(6.873)	(6.873)	-	(540)	(13.376)	(27.663)
Outras receitas (despesas) operacionais	346	346	-	22.966	23.658	410	410	-	-	22.966	23.785
Lucro Operacional	**(1.975)**	**66.822**	**2.816**	**10.360**	**78.022**	**23.043**	**101.361**	**4.124**	**(1.461)**	**8.378**	**135.444**

30 Receitas

a. Fluxos de receitas

A Companhia gera receita principalmente pela venda de biodiesel e produtos relacionados a extração do óleo degomado da soja. Outras fontes de receitas incluem receita de aluguel de propriedades para investimento e propriedades arrendadas.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	**30/09/2019 (Não auditado)**	**30/09/2020**	**30/09/2019 (Não auditado)**
Vendas de Mercadorias	1.619.892	1.121.384	2.630.465	1.862.757
Revenda de Mercadorias	164.947	58.431	169.828	76.169
Prestação de Serviços	3.362	4.315	3.588	4.478
Receitas de contratos	**1.788.201**	**1.184.130**	**2.803.881**	**1.943.404**

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do período:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	**30/09/2019 (Não auditado)**	**30/09/2020**	**30/09/2019 (Não auditado)**
Receita bruta fiscal	1.788.201	1.184.130	2.803.881	1.943.404
Menos:				
Impostos sobre vendas	(47.529)	(26.784)	(95.132)	(66.364)
Devoluções e abatimentos	(24.066)	(17.046)	(26.457)	(18.614)
Receita líquida	**1.716.606**	**1.140.300**	**2.682.292**	**1.858.426**

b. Obrigações de desempenho e Políticas de reconhecimento de receita

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas. Veja a nota explicativa 9(o) a respeito da política contábil para contratos onerosos.

Tipo de produto / serviço	**Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas**	**Política de reconhecimento da receita**
Biocombustível	Toda venda de Biodiesel é efetuada para a Petróleo Brasileiro S.A. A qual obtêm controle da produção quando os produtos são retirados das dependências da Companhia. As faturas são emitidas naquele momento. Elas devem ser	A receita é reconhecida quando os produtos são retirados pelo cliente nas instalações da Companhia.

	pagas, normalmente, em 30 dias. Nenhum desconto é concedido.	O valor da receita reconhecida é ajustado para as devoluções eventualmente ocorridas. Nessas circunstâncias, um passivo de devolução e um direito de recuperar o ativo a ser devolvido são reconhecidos.
		O direito de recuperar os produtos a serem devolvidos é mensurado ao valor contábil original do estoque, menos os custos esperados de recuperação. O passivo de reembolso, quando ocorrido, está incluído em outros valores a pagar e o direito de recuperar os produtos devolvidos é incluído em estoques. A Companhia reavalia sua expectativa de devoluções na data do balanço, atualizando os valores do ativo e do passivo. A Companhia reconhece provisão para devoluções esperadas sempre que material.
Extração	A Companhia determinou que, para os produtos relativos a extração (farelo, lecitina e casca), o cliente obtêm controle da produção quando os produtos são entregues nas dependências do cliente. Os prazos médios para ocorrer a entrega são de em torno de 2(dois) dias. A cada final de período a companhia avalia a necessidade de eventual ajuste nas receitas reconhecidas em função de algum descumprimento das obrigações de desempenho.	O valor da receita reconhecida é ajustado para as devoluções eventualmente ocorridas. Nessas circunstâncias, um passivo de devolução e um direito de recuperar o ativo a ser devolvido são reconhecidos. A Companhia reconhece provisão para devoluções esperadas sempre material.
Revenda	As faturas são emitidas de acordo com os termos contratuais e geralmente são pagas em 30 dias. O cliente obtém controle da mercadoria quando os produtos são entregues nas dependências do cliente. Nos casos de revendas ao mercado externo, o cliente obtém controle da mercadoria no embarque	O valor da receita reconhecida é ajustado para as devoluções eventualmente ocorridas. Nessas circunstâncias, um passivo de devolução e um direito de recuperar o ativo a ser devolvido são reconhecidos. A Companhia reconhece provisão para devoluções esperadas sempre material.

As receitas oriundas de vendas para a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobrás representaram aproximadamente 60% das receitas consolidadas em 30 de setembro de 2020, 65% em 2019. Não existem outros clientes da Companhia cujas vendas representem acima de 10% das vendas de forma individual.

31 Outras receitas e despesas

a. Outras receitas

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	**30/09/2019 (Não auditado)**	**30/09/2020**	**30/09/2019 (Não auditado)**
Locações de imóveis	203	526	203	526
Ganho líquido na venda de ativo imobilizado	2.950	179	2.948	224
Receita com venda de sucatas	28	48	30	83
Subvenção para investimentos	28	-	1.389	-
Precatórios federais	-	22.966	-	22.966
Indenizações auferidas com sinistro	-	-	-	48
Total de outras receitas operacionais	**3.208**	**23.720**	**4.570**	**23.847**

b. Outras despesas

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	**30/09/2019 (Não auditado)**	**30/09/2020**	**30/09/2019 (Não auditado)**
Despesas relacionadas com sinistros	(27)	(62)	(27)	(62)
Total de outras receitas operacionais	**(27)**	**(62)**	**(27)**	**(62)**

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	**30/09/2019 (Não auditado)**	**30/09/2020**	**30/09/2019 (Não auditado)**
(+) Outras receitas operacionais	3.208	23.720	4.570	23.847
(-) Outras despesas operacionais	(27)	(62)	(27)	(62)
(=) Outras receitas (despesas) operacionais	**3.181**	**23.658**	**4.543**	**23.785**

32 Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	**30/09/2019 (Não auditado)**	**30/09/2020**	**30/09/2019 (Não auditado)**
Despesas com pessoal	41.838	39.650	60.662	56.598
Contratação de prestadores de serviços	9.329	11.067	12.153	14.856
Custos com atividade rural	935	1.772	1.104	1.301
Custos de matérias-primas	1.437.578	1.025.123	2.231.536	1.615.566
Manutenções e reparos de bens tangíveis	12.162	15.411	17.490	20.833
Consumo de materiais e ferramentas	750	764	1.501	1.372
Despesas com informática - hardware e software	582	323	589	335
Aquisição de bens tangíveis	116	146	153	222
Depreciação e amortização	7.945	10.513	11.752	20.934
Taxas e impostos	3.453	3.192	9.036	(28.137)
Indenizações judiciais	145	321	145	346
Despesas legais	211	169	217	206
Aluguéis e arrendamentos	2.395	2.324	2.563	2.434
Consumos de energias elétrica, água, térmica	9.427	8.776	14.221	13.253
Seguros	1.671	1.132	1.903	1.434
Fretes	12.221	14.572	17.604	21.843
Telefone e internet	476	471	537	548
Publicações, publicidades, feiras e exposições	179	65	179	79
Brindes e donativos	5	3	60	20
Custos com proteção ambiental e meio ambiente	16	17	68	30
Viagens e deslocamentos	795	1.008	1.231	2.272
Perdas na realização de créditos	-	-	7	-
Demais despesas operacionais	161	161	281	422
Total de custos e despesas	**1.542.390**	**1.085.936**	**2.384.992**	**1.746.767**

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	**30/09/2019 (Não auditado)**	**30/09/2020**	**30/09/2019 (Não auditado)**
Custo dos produtos vendidos	1.474.334	1.025.426	2.298.606	1.663.876
Despesas administrativas	20.237	17.956	30.673	27.663
Despesas com vendas	47.819	42.554	55.713	55.228
Total de custos e despesas	**1.542.390**	**1.085.936**	**2.384.992**	**1.746.767**

33 Receitas e despesas financeiras

Ver políticas contábeis nas notas explicativas 9(f). O efeito da aplicação inicial do CPC 06(R2)/IFRS 16 está descrito na Nota explicativa 6.

a) Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	30/09/2019 (Não auditado)	30/09/2020	30/09/2019 (Não auditado)
Juros auferidos	2.287	582	2.335	872
Receitas de aplicações financeiras	6.459	8.112	8.613	11.578
Bonificações recebidas	9.456	5.160	10.296	6.024
Resultado das operações de forward e swap	72.544	3.520	72.544	3.520
Ajuste a valor presente	-	8.890	-	8.890
Outras receitas financeiras*	9.553	2.474	13.185	4.057
Total das receitas financeiras	**100.299**	**28.738**	**106.973**	**34.941**

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	30/09/2019 (Não auditado)	30/09/2020	30/09/2019 (Não auditado)
Despesas com empréstimos e financiamentos	(34.764)	(34.652)	(35.571)	(35.382)
Resultado das operações de forward e swap	(81.838)	(5.320)	(81.838)	(5.320)
Despesas com financiamento de ativo imobilizado	(1.372)	(1.898)	(1.594)	(2.579)
Outras despesas financeiras	(2.719)	(4.192)	(3.138)	(4.315)
Total das despesas financeiras	**(120.693)**	**(46.062)**	**(122.141)**	**(47.595)**

* As outras receitas financeiras em 2020 estão impactadas pelos valores de rendimentos relacionados aos créditos de CBIOS - Creditos de Descarbonização recebidos pela Companhia no curso de suas operações, a partir de fevereiro de 2020, sendo na controladora no montante de R$ 4.568 e no consolidado no montante de R$ 7.556.

b) Variações cambiais

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	30/09/2019	30/09/2020	30/09/2019
(+) Variação cambial (caixa)	(6.063)	(17.911)	(4.403)	(17.796)
(-) Variação cambial (competência)	(37.109)	14.283	(37.071)	14.263
(=) Variação cambial (competência)	**(43.172)**	**(3.629)**	**(41.474)**	**(3.534)**

34 Lucro líquido por ação

Lucro básico por ação

O cálculo do lucro básico e diluído por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações em circulação.

	30/09/2020	30/09/2019 (Não auditado)
Lucro atribuível aos acionistas controladores e não controladores	229.155	123.228
Média ponderada de ações ordinárias em circulação	19.095.387	18.858.244
Lucro por ação expresso em Reais	**12,00**	**6,53**

35 Arrendamentos

Ver política contábil na nota explicativa 9(t).

a. Arrendamentos como arrendatário (CPC 06(R2)/IFRS 16)

O Grupo arrenda armazéns e fábricas. Esses arrendamentos normalmente duram dez anos, com opção de renovação do arrendamento após este período. Os pagamentos de arrendamento são reajustados anualmente pelo IGP-M, para refletir os valores de mercado.

As informações sobre arrendamentos para os quais o Grupo é o arrendatário são apresentadas abaixo.

Ativos de direito de uso

Os ativos de direito de uso e passivos de arrendamento decorrem do processo de cisão mencionado na nota 24, no qual determinados ativos foram cedidos a partes relacionadas e passaram a ser objeto de arrendamentos por parte da Companhia. Os ativos de direito de uso relacionados a propriedades arrendadas que não atendem à definição de propriedade para investimento são apresentados como ativo imobilizado (vide Nota explicativa 20(a)).

	Controladora	Consolidado
Em 30 de setembro de 2020	**53.177**	**53.177**

b. Arrendamentos mercantis a pagar (CPC 06(R2)/IFRS 16)

Os passivos apresentados no Balanço Patrimonial estão ajustados a valor presente, com base nas taxas de juros livres de risco observadas em cada país onde a Companhia tem operações, ajustadas pelo spread de crédito da Companhia, onde em 30/09/2020 a taxa média de desconto se situou em 6%a.a. em termos consolidados.

Circulante		
Arrendamentos mercantil a pagar	12.623	12.623

Ajuste ao valor presente	(714)	(714)
	11.909	**11.909**
Não circulante		
Arrendamentos mercantil a pagar	50.497	50.496
Ajuste ao valor presente	(9.229)	(9.229)
	41.267	**41.267**
Total	**53.177**	**53.176**

36 Partes relacionadas

a. Controladora e controladora final

Os saldos com partes relacionadas referem-se exclusivamente aos saldos a receber referentes a mútuos entre a Companhia e a Enerplan Participações S.A a qual que foi vendida ao Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura Origem, cujo montante foi integralmente realizado em 2019. Não resultam de transações que envolvam atividade operacional da companhia, bem como todos os valores são recuperáveis e não representam risco de perda para a companhia.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Ativo	**292**	**130.208**	**852**	**130.148**
Créditos por venda de investimentos	**-**	**129.988**	**-**	**129.988**
FIP em Infraestrutura Origem(a)	-	129.988	-	129.988
Adiantamentos a fornecedores	**-**	**-**	**560**	**-**
Palmaplan Agroindustrial Ltda.(d)	-	-	560	-
Partes relacionadas	**292**	**220**	**292**	**160**
Oleoplan Nordeste Ltda.(b)	292	220	292	-
Diretores e acionistas (c)	-	-	-	160
Passivo	**-**	**(832)**	**-**	**(832)**
Fornecedores	**-**	**(116)**	**-**	**(116)**
Transerra Transp. Nordeste Ltda.	-	(116)	-	(116)
Partes relacionadas	**-**	**(716)**	**-**	**(716)**
Diretores e acionistas (c)	-	(716)	-	(716)
Outros passivos circulantes	**(39.000)**	**-**	**(39.000)**	**-**
Dividendos a pagar (e)	(39.000)	-	(39.000)	-
Líquido a receber (a pagar)	**(38.708)**	**129.376**	**(38.148)**	**129.316**

(a) Vide nota 15.

(b) Despesas administrativas (compartilhadas) pagas pela Companhia são rateadas 80% para a Controladora e 20% para a controlada Oleoplan Nordeste (conforme contrato firmado entre as

partes) na proporção do faturamento estabelecido no momento de implantação do critério em 01 de Janeiro de 2015.

(c) Antecipações de dividendos e distribuições de lucros.

(d) Saldo entre as empresas Oleoplan Nordeste Indústria de Biocombustível Ltda. e a Palmaplan Agroindustrial Ltda. referente a adiantamentos para fornecimento de óleo de palma.

(e) Dividendos propostos e não pagos.

Há despesas administrativas pagas pela Companhia repassadas para as demais empresas da Companhia através de nota de débito.

A Companhia assinou como interveniente fiadora perante ao BNDES e BADESUL os contratos de financiamentos de ativos relativo as empresas Enerplan Energia Eolica IV S/A no montante de R$ 35.120 , pela empresa Enerplan Energia Eolica III S/A no montante de R$ 57.206 e pela empresa Força dos ventos S/A no montante de R$ 26.684, as quais são pertencentes aos mesmos acionistas controladores.

A Companhia assinou como avalista perante ao Itau BBA os contratos de Finames relativo à empresa Palmaplan Agroindustrial no montante de R$ 31.618, a qual é pertencente aos mesmos acionistas controladores.

A Companhia assinou como garantidora perante ao seguradora Junto Seguros relativo ao fiel cumprimento de Leilão da ANEEL cujo beneficiário é a Palmaplan Energia SPE, no montante de R$ 3.518, a qual é pertencente aos mesmos acionistas controladores.

A Companhia assinou contratos de arrendamentos das unidades de armazenamento de soja com a empresa Plano Investimento Imobiliario Ltda no montante de R$ 11.124 ao ano reajustado pelo IGPM , conforme demonstrado Nota explicativa 35, a qual é pertencente aos mesmos acionistas controladores.

A Companhia assinou contrato de arrendamento da unidade do Terminal Portuário com a empresa Termicam Ltda no montante de R$ 1.500 ao ano reajustado pelo IGPM , conforme demonstrado Nota explicativa 35, a qual é pertencente aos mesmos acionistas controladores.
A Companhia realizou empréstimos perante o Itaú e Rabobank no montante de R$ 170.740 , cujas garantias foram o aval da Palmaplan Agroindustrial e as cotas do Fundo de Investimento em Participações Origem, os quais são pertencentes aos mesmos acionistas controladores da Companhia.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	30/09/2019 (Não auditado)	30/09/2020	30/09/2019 (Não auditado)
Resultado				
Palmaplan Agroindustrial Ltda.				
Aquisição de insumos (d)	-	-	1.440	-
Transerra Transp. Serra Nordeste Ltda.				
Aluguéis de veículos	1.119	1.043	1.119	1.391
Oleoplan Nordeste Ltda.				
Despesas compartilhadas	1.965	1.981	-	-
Total	**3.084**	**3.024**	**2.559**	**1.391**

O Sr. Irineu Boff, controlador final da Companhia, o Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura Origem ("FIP") e suas subsidiárias ("Contratos"), e a Palmaplan Agroindustrial possuem garantias entre si e garantias prestadas pela Companhia de determinadas obrigações vinculadas a contratos de empréstimos e financiamentos. Em 30 de setembro de 2020, as partes celebraram um contrato de condições gerais para a prestação de garantia, por meio do qual, entre outras disposições, há previsão de remuneração à Companhia pelas garantias outorgadas em favor do FIP e suas subsidiárias até que o saldo devedor dos Contratos seja integralmente liquidado.

b. Remuneração da Administração

A Companhia não possui transações com o pessoal chave da administração que não aquelas do fluxo normal de suas operações.

A remuneração anual global aprovada para os administradores é de R$ 3.200.

37 Cobertura de seguros

Em 30 de setembro de 2020, os ativos e responsabilidades de valores e riscos relevantes estão cobertos por seguro conforme demonstramos no quadro a seguir:

		LMGA - Limite Máximo de Garantia da Apólice			
		Controladora		Consolidado	
Cobertura	**Vencimento**	**30/09/2020**	**31/12/2019**	**30/09/2020**	**31/12/2019**
Patrimônio*	De 10/2020 a 09/2021	174.370	143.310	174.370	143.310
Seguro Garantia	De 01/2021 a 05/2023	48.128	48.007	180.728	48.007
Responsabilidade Civil	De 10/2020 a 08/2021	128.231	128.171	153.684	151.594
LMGA - Limite Máximo de Garantia da Apólice		**350.729**	**319.488**	**508.782**	**342.911**

*Os veículos leves estão segurados por 100% do preço da tabela fipe e não estão somados aos valores do LMGA.

38 Eventos subsequentes

a. Aquisição

A Companhia assinou em 30 de setembro 2020 memorando de entendimentos vinculante , para a aquisição de 20% do capital da Fasa América Latina Participações S.A. pelo valor de R$ 465.000. A efetivação da operação ainda está sujeita a uma série de condições precedentes, incluindo a aprovação pelo CADE.

b. Encerramento de atividades

A Companhia está em processo de encerramento das atividades da sua controlada indireta. Barcarena Indústria de Biocombustível Ltda., a qual está em fase pré-operacional, devendo concluir o processo de encerramento e baixa até 31 de dezembro de 2020.

* * * * * * *

OLEOPLAN S/A — Óleos Vegetais

Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2020

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto Operacional

A Oleoplan S/A ("Companhia"), é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede em Porto Alegre e unidade fabril na cidade de Veranópolis, ambas no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, e tem como objetivo principal a produção de biodiesel, extração, industrialização, comercialização, importação e exportação de óleos vegetais e seus derivados, bem como de grãos vegetais em geral; fabricação de farelo de soja e proteínas concentradas de soja; comercialização de mercadorias, produtos e insumos agrícolas em geral, tais como sementes e fertilizantes; serviços de armazenagem e depósitos de cereais, por conta de terceiros e de mercadorias próprias; a exploração de atividade agrícola, de forma direta ou indireta, através de subsidiária integral ou empresas controladas.

2 Impactos do Covid-19

Em razão da pandemia mundial declarada pela Organização Mundial de Saúde ("OMS"), relacionada ao novo Coronavírus ("Covid-19") que vem afetando o Brasil e diversos países no mundo, trazendo riscos à saúde pública e impactos na economia mundial, a Companhia tomou todas medidas preventivas e de mitigação dos riscos em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais, visando minimizar eventuais impactos no que se refere à saúde e segurança dos colaboradores, familiares, parceiros e comunidades, e à continuidade das operações e dos negócios. Destacamos a seguir as principais análises e ações da Companhia sobre os impactos do Covid-19:

Efeitos econômicos do Covid-19

A Covid-19 não causou efeitos econômicos relevantes para a Companhia observado até o período findo em 30 de junho de 2020. A Administração não identificou, até a data de aprovação das presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a existência de *impairment* ou outros efeitos materiais negativos, uma vez que todos os ativos existentes seguiram operando em condições consideradas normais, não impactando de forma material a performance da Companhia e suas controladas. A companhia não identificou queda nas vendas durante o período findo em 30 de junhode 2020, comparado ao mesmo período do ano anterior. Como medida preventiva, a Companhia se utilizou de linhas de crédito disponíveis para reforço de caixa em caso de ocorrência de algum efeito adverso.

A Companhia seguirá acompanhando os efeitos da pandemia nos próximos meses e registrará os ajustes necessários nas informações financeiras intermediárias ou demonstrações financeiras anuais individuais e consolidadas quando e se ocorrerem e venham a produzir efeitos materiais.

Adoção das medidas provisórias e portarias emitidas

A Administração da Companhia avaliou as medidas provisórias e as portarias emitidas e decidiu por não adotar as medidas de postergação de pagamento de tributos federais aprovados na portaria nº 139/2020.

O plano de ação da Companhia visa contribuir para a diminuição da curva de crescimento do COVID-19 no Brasil, com o objetivo de evitar o colapso no sistema de saúde e poder dar

atendimento eficaz nos casos mais graves. Com isso, criou-se um Comitê composto pela Diretoria e setores de Recursos Humanos/Departamento Pessoal e Jurídico para avaliar e deliberar medidas a serem adotados pela Companhia em razão da pandemia.

Entre outras iniciativas tomadas pela Companhia, podemos destacar:

- Distribuição de máscaras para todos os colaboradores;
- Higienização frequente de superfícies de toque;
- Colaboradores da Companhia de risco foram afastados das atividades ou, quando possível, mantêm suas atividades laborais de forma isolada e com monitoramento regular;
- Colaboradores dos setores administrativos, quando possível, estão trabalhando de forma remota (*home office*);
- Busca ativa de colaboradores e terceiros com sintomas, orientando-os para a busca de atendimento médico;
- Orientação através dos técnicos de segurança dos procedimentos de prevenção, bem como fixação de cartazes em locais estratégicos e de fácil visualização a fim de instruir a todos a respeito do novo coronavírus;
- Disponibilização de álcool gel;
  Procedimentos que mitigam aglomerações nos refeitórios.

3 Relação de entidades controladas

Veja política contábil na nota explicativa 9(a)(i).

Segue abaixo lista das controladas relevantes da Companhia, as quais foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas:

		Participação acionária %	
	País	**30/06/2020**	**31/12/2019**
Palmaplan Agroindustrial Ltda.	Brasil	99,33%	99,33%
Oleoplan Nordeste Indústria de Biocombustível Ltda.	Brasil	99,99%	99,99%

(i) Palmaplan Agroindustrial Ltda.

A Palmaplan Agroindustrial Ltda. é uma empresa por quotas de responsabilidade limitada, com sede em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul e com a unidade fabril na cidade de Rorainópolis no Estado de Roraima, tem como objetivo principal o cultivo de dendê, a produção de mudas e outras formas de propagação vegetal certificadas, a fabricação de óleos vegetais brutos, exceto óleo de milho, a fabricação de óleos vegetais refinados, exceto óleo de milho, a fabricação de biocombustíveis, exceto álcool, o cultivo de soja, o comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos de solo.

(ii) Oleoplan Nordeste Indústria de Biocombustível Ltda.

A Oleoplan Nordeste Indústria de Biocombustíveis Ltda. é uma empresa por quotas de responsabilidade, com sede em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul e com a unidade fabril na cidade de Iraquara no Estado da Bahia, tem como objetivo principal a produção de Biodiesel, extração de óleo de soja, comercialização, importação e exportação de óleos vegetais e seus derivados, bem como de grãos vegetais em geral; fabricação de rações e concentrados para

alimentação animal; fabricação de farelo de soja; comercialização de mercadorias, produtos e insumos agrícolas em geral, tais como sementes e fertilizantes.

4 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, estão de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 Demonstrações Intermediárias e com a norma internacional *IAS 34 – Interim Financial Reporting* emitida pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

A emissão das demonstrações financeiras intermediárias foi autorizada pela Diretoria em 20 de outubro de 2020.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 9.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

5 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

6 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 30(b) - reconhecimento de receita: nos casos aplicáveis, a receita é reconhecida ao longo do tempo ou em um momento específico no tempo;

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de março de 2020 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 30(b) - reconhecimento de receita: estimativa da expectativa de devolução;

Nota explicativa 27(d) - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;

Notas explicativas 22 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;

Nota explicativa 25(c)(ii) - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perdas;

(i) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo com base em uma avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3. Questões significativas de avaliação são reportadas para a administração da Companhia.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 17 - propriedade para investimento;

Nota explicativa 25 - instrumentos financeiros.

7 Mudanças nas principais políticas contábeis

As emissões/alterações de normas IFRS efetuadas pelo IASB que são efetivas para o exercício iniciado em 2020 não tiveram impactos nas informações contábeis intermediárias da Companhia. Adicionalmente, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício de 2021 ou após, e a Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Financeiras da adoção destas normas: - Alteração da norma IAS 1 – Classificação de passivos como circulante ou não-circulante: Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como passivo circulante ou passivo não-circulante. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciados em/ou após 01 de janeiro de 2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações financeiras.

8 Base de mensuração

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais:

os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo;

os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo.

9 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras intermediárias, salvo indicação ao contrário. (Veja também nota explicativa 7).

a. Base de consolidação

(i) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(ii) Participação de acionistas não-controladores

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

(iii) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

(iv) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Moeda estrangeira

(i) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

c. Receita de contrato com cliente

As informações sobre as políticas contábeis da Companhia relacionadas a contratos com clientes são fornecidas na nota explicativa 30(b).

d. Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

e. Subvenção e assistência governamentais

Subvenções governamentais relacionadas a ativos são reconhecidas inicialmente como receitas diferidas pelo seu valor justo, quando existe razoável segurança de que elas serão recebidas e que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção e são posteriormente

reconhecidas no resultado como 'Outras Receitas', em uma base sistemática ao longo da vida útil do ativo.

As subvenções que visam compensar a Companhia por despesas tributárias incorridas são reconhecidas no resultado como redutoras destas despesas, em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas correlatas são registradas.

f. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- receita de juros;

- despesa de juros;

- ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;

- ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros;

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou

- ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

g. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Companhia determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e, portanto, foram contabilizados de acordo com o CPC 25/IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do período e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no período são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e

diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

h. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques dos produtos prontos e em elaboração foram valorizados pelo custo de produção que não excede o valor de mercado. Os estoques de matérias primas, materiais auxiliares, embalagens e de consumo estão registrados pelo custo médio de aquisição, acrescido dos gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis, que não excede o valor de mercado.

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou produção, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realização, à exceção dos estoques em poder de terceiros e matérias-primas que estão ajustados ao preço de mercado.

i. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo de certos itens do imobilizado em 1º de janeiro de 2009, data de transição da Companhia para as normas CPCs (IFRS) foi determinada com base em seu valor justo naquela data.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As taxas médias, estimadas de acordo com vidas úteis do ativo imobilizado são as seguintes em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019:

	30/06/2020	**31/12/2019**
Prédios	3% a 4%	3% a 4%
Máquinas e equipamentos	5% a 20%	5% a 20%
Móveis e utensílios	10%	10%
Veículos	10% a 25%	10% a 25%
Instalações	10%	10%
Benfeitorias	10%	10%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

(iv) Propriedade para investimento

Quando o uso da propriedade muda de ocupada pelo proprietário para propriedade para investimento, a propriedade é remensurada ao seu valor justo e reclassificada como propriedade para investimento. Qualquer ganho resultante dessa remensuração é reconhecido no resultado na medida em que o ganho reverta uma perda anterior por redução ao valor recuperável na propriedade específica, sendo que qualquer ganho remanescente é reconhecido como outros resultados abrangentes e apresentado na conta de ajustes de avaliação patrimonial. Qualquer perda é reconhecida imediatamente no resultado. Contudo, na medida em que haja um montante previamente reconhecido como reavaliação dessa propriedade, a perda é reconhecida em outros resultados abrangentes e reduz a reserva de avaliação no patrimônio líquido.

j. Ativos intangíveis e ágio

(i) Reconhecimento e Mensuração

Ágio

O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Pesquisa e desenvolvimento

Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado.

As taxas médias, estimadas de acordo com vidas úteis dos ativos intangíveis são as seguintes:

- Softwares 20%
- Intangível - projetos 8%

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

k. Propriedade para investimento

As propriedades para investimentos são mensuradas pelo custo e, subsequentemente quaisquer alterações no seu valor são reconhecidas no resultado.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado.

Quando uma propriedade para investimento anteriormente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados.

A receita de aluguel de propriedades para investimento, quando ocorre, é reconhecida como outras receitas pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos concedidos são reconhecidos como parte integrante da receita total de aluguel, durante o prazo do arrendamento.

l. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR. A companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA - instrumento de dívida ou ao VJORA -instrumento patrimonial.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (veja a nota explicativa 25(a)).

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. A Companhia não possui passivos financeiros designados como instrumentos de hedge.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros
A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Quando a Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros
A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado.

m. Capital social

(i) Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32/IAS 12. (veja nota explicativa 24(a)).

n. Redução ao valor recuperável (Impairment)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e

ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira para os itens descritos abaixo:

títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e

outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes (incluindo recebíveis de arrendamentos) e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera

informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 90 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou

o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui ”problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

dificuldades financeiras significativas do devedor;

quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;

reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;

a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou

o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas
A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa
O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 360 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. A Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros
Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto propriedades para investimento, estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pró-rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

o. Provisões
As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Reestruturação
Uma provisão para reestruturação é reconhecida quando a Companhia tem aprovado um plano de reestruturação detalhado e formal, e a reestruturação já teve início ou já foi anunciada publicamente. Perdas operacionais futuras não são provisionadas.

Contratos onerosos
Uma provisão para contratos onerosos é mensurada a valor presente pelo menor valor entre o custo esperado da rescisão do contrato e o custo líquido esperado caso o contrato seja mantido. Antes de a provisão ser constituída, a Companhia reconhece qualquer perda por redução ao valor recuperável dos ativos relacionados àquele contrato.

p. Arrendamentos

A Companhia aplicou o CPC 06(R2)/IFRS 16 utilizando a abordagem prospectiva e, portanto, as informações comparativas não foram reapresentadas e continuam a ser apresentadas conforme o CPC 06(R1)/IAS 17 e ICPC 03/IFRIC 4. Os detalhes das políticas contábeis conforme CPC 06(R1)/IAS 17 e ICPC 03/IFRIC 4 são divulgados separadamente.

Políticas contábeis aplicáveis a partir de 1 de janeiro de 2019
No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, o Grupo utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2)/IFRS 16.

Esta política é aplicada aos contratos celebrados a partir de 1º de janeiro de 2019.

Como arrendatário
No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, o Grupo optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que

a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;

- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mesurados utilizando o índice ou taxa na data de início;

- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e

- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

q. Mensuração do Valor Justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance).

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros (veja nota explicativa 5(b)).

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

10 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas foram efetivadas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia:

Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.

Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3).

Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8).

IFRS 17 Contratos de Seguros.

11 Caixa e equivalentes de caixa

Veja política contábil na nota explicativa 9(b), (l)(i)-(ii) e (p)

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	**31/12/2019**	**30/06/2020**	**31/12/2019**
Caixa	27	19	70	47
Bancos	78.181	32.368	80.525	38.509
Aplicações financeiras	169.404	360.954	288.942	449.243
Caixa e equivalentes de caixa	**247.612**	**393.341**	**369.537**	**487.799**

As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Para que um investimento financeiro seja qualificado como equivalente de caixa, precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento original de curto prazo, de três meses ou menos da data da aquisição.

As aplicações financeiras são efetuadas substancialmente em instituições consideradas pela Companhia como de primeira linha, com remuneração baseada na variação do CDI, com rentabilidade média correspondente a 101% do CDI em 30 de junho de 2020 (101% em 31 de dezembro de 2019), com liquidez de curtíssimo prazo (90 dias ou menos) e; mantidas para remuneração do capital de giro temporariamente excedente.

12 Contas a receber de clientes

Veja política contábil na nota explicativa 9(b), (l)(i)-(ii) e (p) e (n)(ii).

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	**31/12/2019**	**30/06/2020**	**31/12/2019**
Clientes mercado interno	135.381	151.666	239.491	248.421
Clientes mercado externo	2.407	1.950	2.407	2.868
Contas a receber de clientes	**137.788**	**153.616**	**241.898**	**251.289**

O "*aging*" dos saldos reconhecidos nas demonstrações financeiras tem a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	**31/12/2019**	**30/06/2020**	**31/12/2019**
Valores totais a vencer:	**136.572**	**152.439**	**240.139**	**249.093**
Até 30 dias	127.126	137.646	230.668	233.381
De 31 a 90 dias	9.118	8.967	9.132	9.885
De 91 a 180 dias	7	5.772	10	5.772
Acima de 181 dias*	321	54	329	55
Valores totais vencidos:	**1.216**	**1.177**	**1.759**	**2.196**
Até 30 dias	457	634	604	895
De 31 a 90 dias	1	457	1	457
De 91 a 180 dias	758	-	758	156
Acima de 181 dias	-	86	396	688
Contas a receber de clientes	**137.788**	**153.616**	**241.898**	**251.289**

**Saldo não possui qualquer indicativo de perdas por impairment em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019.*

Riscos de crédito e de mercado, e perdas por redução ao valor recuperável

A exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado e perdas por redução ao valor recuperável relacionadas ao 'Contas a receber de clientes', está divulgada na nota explicativa 25(c).

13 Estoques

Veja política contábil na nota explicativa 9(h) e (n)(ii).

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	**31/12/2019**	**30/06/2020**	**31/12/2019**
Produtos acabados	31.766	46.526	57.374	63.694
Matérias primas	375.992	136.317	420.692	205.459
Produtos para revenda	5.131	2.511	5.131	2.511
Almoxarifado	5.450	5.376	5.462	5.379
Estoques	**418.339**	**190.730**	**488.659**	**277.043**

A Companhia possui compromissos firmes de compra de matérias-primas representados por contratos de compra para entrega futura com fornecedores, com preços determinados, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	**31/12/2019**	**30/06/2020**	**31/12/2019**
Preço médio saca (R$1,00)	92,62	80,29	94,54	79,65
Quant. Sacas (Un.)	969.714	1.546.882	1.419.714	1.923.220
Total de compras para recebimento futuro(R$)	**89.721**	**124.199**	**134.223**	**153.184**

14 Créditos tributários

Ver política contábil na nota explicativa 9(o).

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	**31/12/2019**	**30/06/2020**	**31/12/2019**
Imposto sobre produtos industrializados (IPI)	176	151	176	152
PIS e COFINS compensar	12.325	32.647	34.366	59.037
PIS e COFINS a ressarcir (a)	53.332	30.729	89.882	57.372
ICMS	4.211	3.305	5.582	4.505
ICMS - CIAP	1.321	1.511	2.007	2.025
Outros	-	-	3	10
Reintegra	27	28	77	76
Saldo negativo de IRPJ	6.101	4.142	6.302	4.329
Saldo negativo de CSLL	4	4	5	4
Crédito judicial da exclusão do ICMS da base de cálculo do IRPJ / CSLL (b)	7.981	7.859	17.308	25.281
Precatórios federais (c)	23.228	22.965	23.228	22.965
Total de créditos tributários	**108.706**	**103.341**	**178.936**	**175.756**
Circulante	72.109	54.393	118.616	98.735
Não circulante	36.597	48.948	60.320	77.021

a) Do montante de Crédito de PIS e COFINS oriundos de crédito presumido nas vendas, a Companhia recebe em espécie 70% dos créditos trimestrais em até 60 dias após o pedido de ressarcimento. Os 30% restantes são recebidos após 1(um) ano, mediante fiscalização da Receita Federal do Brasil.

A recuperação e compensação anual dos créditos contabilizados ocorreram conforme quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	**31/12/2019**	**30/06/2020**	**31/12/2019**
Recebimento	10.371	49.779	10.371	73.973
Compensação	11.059	18.059	14.207	26.554
Total*	**21.430**	**67.837**	**24.578**	**100.526**

** Os valores referem-se a créditos recebidos e compensados no período e de exercícios anteriores.*

b) Crédito de IRPJ e CSLL oriundos de crédito presumido de ICMS de anos anteriores, classificados como subvenção investimentos, corrigidos pela Selic, sem prazo para prescrição, os quais foram habilitados pela Receita Federal para sua compensação com quaisquer tributos federais, inclusive INSS.

c) Valor referente ao precatório decorrente da exclusão do ICMS presumido da base de cálculo do IRPJ e CSLL de exercícios anteriores.

Cronograma de realização dos créditos:

A Companhia projeta realizar seus créditos tributários até o ano de 2022, conforme cronograma a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	**31/12/2019**	**30/06/2020**	**31/12/2019**
2020	43.710	54.393	71.903	98.734
2021	52.352	38.757	71.078	52.257
2022	12.644	10.191	35.955	24.766
	108.706	**103.341**	**178.936**	**175.756**

15 Créditos por venda de investimentos

Veja política contábil na nota explicativa 9(a) e (n)(ii).

A Companhia possui em 30 de junho de 2020 o montante de R$ 129.988 (R$ 129.988 em 31 de dezembro de em 2019) correspondente ao valor a receber do Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura Origem pela venda, em 31 de dezembro de 2015, da totalidade da participação que detinha na então controlada Enerplan Participações S.A. A operação foi realizada pelo valor de R$174.788, tendo sido recebido parte em 2019 (R$44.800) e o restante em agosto de 2020, quando foi integralmente recebido.

16 Investimentos

Veja política contábil na nota explicativa 9(a) e (n)(ii).

a. Controladas

(i) Movimentação dos Investimentos

A movimentação dos investimentos em controladas, apresentados nas demonstrações financeiras individuais da controladora, é como segue:

	Palmaplan Agroindustrial Ltda.	Oleoplan Nordeste Indústria de Biocombustível Ltda.	Ágio Oleoplan Nordeste	Outros investimentos avaliados ao custo	TOTAL
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**75.342**	**229.681**	**9.968**	**601**	**315.593**
Aquisição	19.120	-	-	-	19.120
Equivalência patrimonial	(1.694)	137.149	-	-	135.455
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**92.768**	**366.830**	**9.968**	**601**	**470.167**
Aquisição - AFAC	12.448	-	-	-	12.448
Equivalência patrimonial	(2.985)	36.058	-	-	33.073
Saldo em 30 de junho de 2020	**102.231**	**402.888**	**9.968**	**601**	**515.689**

(*) Adiantamento para futuro aumento de capital concedido para a controlada Palmaplan, o qual será objeto de aumento de capital desta na próxima alteração contratual.

(ii) Informações Financeiras resumidas

Controladora **Em 30 de junho de 2020**	**Participação acionária**	**Ativo circulante**	**Ativo não circulante**	**Passivo circulante**	**Passivo não circulante**	**Patrimônio Líquido**	**Lucro (Prejuizo) Líquido**
Palmaplan Agroindustrial Ltda	99,33%	10.258	97.867	3.092	2.368	102.665	(3.006)
Oleoplan Nordeste Indústria de Biocombustível Ltda.	99,99%	339.142	139.405	63.331	12.327	402.889	36.058
Saldos contábeis nas controladas		**349.400**	**237.272**	**66.423**	**14.695**	**505.554**	**33.053**

Controladora **Em 31 de dezembro de 2019**	**Participação acionária**	**Ativo circulante**	**Ativo não circulante**	**Passivo circulante**	**Passivo não circulante**	**Patrimônio Líquido**	**Lucro (Prejuízo) Líquido**
Palmaplan Agroindustrial Ltda	99,33%	1.763	96.264	1.893	2.911	93.223	(1.705)
Oleoplan Nordeste Indústria de Biocombustível Ltda.	99,99%	295.878	165.530	81.499	13.077	366.831	137.149
Saldos contábeis nas controladas		**297.640**	**261.793**	**83.391**	**15.989**	**460.054**	**135.443**

17 Propriedade para investimento

Veja política contábil na nota explicativa 9(k) e (n)(ii).

a. Conciliação do valor contábil

Os saldos reconhecidos como propriedades para investimentos possuem a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	**31/12/2019**	**31/03/2020**	**31/12/2019**
Imóveis urbanos	20.794	20.794	20.794	20.794
Boxes	-	315	-	315
Lojas comerciais	-	341	-	341
Propriedade para investimento	**20.794**	**21.450**	**20.794**	**21.450**

Propriedades para investimento incluem uma série de imóveis que são arrendados a terceiros ou mantidos para valorização. Renovações subsequentes são negociadas com o arrendatário com período médio de quatro anos.

b. Valor de mercado

O valor justo dos imóveis classificados como propriedade para investimentos em 30 de junho de 2020 é de R$ 31.757 (R$ 36.460 em 2019), conforme laudos emitidos por especialistas a cada data de fechamento.

c. Valores reconhecidos no resultado

A receita de aluguel reconhecida pela Companhia no período foi de R$ 160 (R$ 427 em 2019) e foi incluída em 'outras receitas' (veja nota explicativa 30).

18 Imobilizado

Veja políticas contábeis nas notas explicativas 9(i) e (n)(ii).

a. Conciliação do valor contábil e movimentação Controladora

Custo	Terrenos	Prédios	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Instalações	Benfeitorias	Imobilizado em andamento (a)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**10.110**	**36.664**	**173.035**	**2.075**	**44.324**	**24.962**	**20.803**	**23.485**	**335.458**
Adições	-	-	1.087	401	7.135	239	4	20.336	29.203
(-) Baixas	-	-	(591)	(23)	-	(5)	-	(161)	(780)
Transferências	-	-	63	3	-	-	68	(133)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**10.110**	**36.664**	**173.594**	**2.456**	**51.459**	**25.196**	**20.875**	**43.527**	**363.881**
Adições	-	-	762	113	89	93	-	10.415	11.472
(-) Baixas	-	9	(14)	(26)	-	(3)	-	(4.674)	(4.708)
Transferências	-	169	2.432	-	-	1.908	(3)	(4.506)	-
Saldo em 30 de junho de 2020	**10.110**	**36.842**	**176.774**	**2.543**	**51.548**	**27.194**	**20.872**	**44.762**	**370.645**
Depreciação acumulada 2019	-	(15.065)	(107.979)	(1.289)	(29.238)	(18.370)	(5.422)	-	(177.363)
Depreciação acumulada em 30 de junho de 2020	-	(15.751)	(110.647)	(1.401)	(30.066)	(19.202)	(5.836)	-	(182.903)
Valor contábil líquido									
Em 31 de dezembro de 2019	**10.110**	**21.599**	**65.614**	**1.168**	**22.221**	**6.826**	**15.453**	**43.527**	**186.518**
Em 30 de junho de 2020	**10.110**	**21.091**	**66.127**	**1.142**	**21.482**	**7.992**	**15.036**	**44.762**	**187.742**

(a) Em 30 de junho de 2020 o imobilizado em andamento está substancialmente representado pelos custos incorridos nos projetos da Caldeira Aquatubular 70TH/77BAR e sistema de cogeração de energia elétrica para consumo na unidade de Veranópolis.

Consolidado

Custo	Terrenos	Prédios	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	Instalações	Benfeitorias	Imobilizado em Andamento	Plantas Portadoras	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**24.598**	**62.846**	**231.048**	**2.890**	**51.133**	**35.425**	**27.210**	**43.435**	**45.959**	**524.545**
Adições	1.000	-	3.015	563	10.273	346	4	42.199	8.848	66.247
(-) Baixas	-	-	(671)	(23)	(3)	(6)	-	(1.794)	-	(2.498)
Transferências	-	-	63	3	-	-	68	(133)	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**25.598**	**62.846**	**233.454**	**3.433**	**61.402**	**35.765**	**27.282**	**83.707**	**54.807**	**588.295**
Adições	-	16	1.772	133	188	98	379	19.255	512	22.353
(-) Baixas	-	8	(28)	(27)	-	(3)	-	(5.379)	-	(5.429)
Transferências	-	5.667	14.705	-	-	4.288	377	(25.039)		(1)
Saldo em 30 de junho de 2020	**25.598**	**68.538**	**249.904**	**3.539**	**61.590**	**40.147**	**28.038**	**72.545**	**55.319**	**605.218**
Depreciação acumulada 2019	-	(21.657)	(116.820)	(1.668)	(32.139)	(22.533)	(6.515)	-	-	(201.332)
Depreciação acumulada em 30 de junho de 2020	-	(22.940)	(120.732)	(1.829)	(33.900)	(23.971)	(7.069)	-	(1.365)	(211.807)
Valor contábil líquido										
Em 31 de dezembro de 2019	**25.598**	**41.189**	**116.635**	**1.765**	**29.263**	**13.232**	**20.767**	**83.707**	**54.807**	**386.963**
Em 30 de junho de 2020	**25.598**	**45.598**	**129.172**	**1.710**	**27.689**	**16.176**	**20.969**	**72.545**	**53.954**	**393.411**

(a) Em 30 de junho de 2020 o saldo de cultura permanente representa o plantio de palmas para produção de óleo, na controlada Palmaplan a qual foi cindida em agosto de 2020.

Provisão para redução ao valor recuperável e reversão subsequente
Para fins de identificação de possíveis ajustes relativos à provisão para redução ao valor recuperável dos ativos, a Companhia realiza a análise da existência de indicadores advindos de fontes internas ou externas de perda no valor recuperável dos seus ativos de longa duração. Não foram identificados indicadores desta natureza em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

19 Ativos intangíveis e ágio

Veja política contábil nas notas explicativas 9(j) e (n)(ii).

Conciliação do valor contábil

Controlada

Custo	**Software**	**Projetos**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**763**	**424**	**1.187**
Adições	21	-	21
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**784**	**424**	**1.208**
Adições	26	-	26
Saldo em 30 de junho de 2020	**810**	**424**	**1.234**
Amortização acumulada 2019	(694)	-	(694)
Amortização acumulada em 30 de junho de 2020	(714)	(212)	(926)
Valor contábil líquido			
Em 31 de dezembro de 2019	**90**	**424**	**514**
Em 30 de junho de 2020	**96**	**212**	**308**

Consolidado

Custo	**Software**	**Projetos**	**Ágio na aquisição de investimentos**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**918**	**424**	**9.968**	**11.311**
Adições	378	-	-	378
(-) Baixas	(322)	-	-	(322)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**974**	**424**	**9.968**	**11.366**
Adições	60	-	-	60
Transferências	1	-	-	1
Saldo em 30 de junho de 2020	**1.035**	**424**	**9.968**	**11.427**

Amortização acumulada 2019	(708)	-	-	(708)
Amortização acumulada em 30 de junho de 2020	(740)	(212)	-	(952)
Valor contábil líquido				
Em 31 de dezembro de 2019	**266**	**424**	**9.968**	**10.658**
Em 30 de junho de 2020	**295**	**212**	**9.968**	**10.475**

b. Ágio por expectativa de rentabilidade futura:

Em dezembro de 2011 a companhia adquiriu da empresa Vanguarda Agro S.A. (companhia aberta), a empresa V-Biodiesel Indústria de Biocombustível Ltda., unidades de produção de biodiesel, hoje operacionalizadas na controlada Oleoplan Nordeste Indústria de Biocombustível Ltda., pelo valor global de R$ 100.595, tendo apurado na operação ágio no valor de R$ 9.968, com base na expectativa de resultados futuros.

c. Teste por redução ao valor recuperável

A Companhia efetuou avaliação de recuperabilidade do ágio registrado, oriundo da aquisição, em 2011, da Oleoplan Nordeste Indústria de Biocombustível Ltda., e não identificou ajustes necessários ao seu valor de realização, dados os níveis elevados de geração de caixa da controlada. Desta forma, para os períodos findos em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019 não foi reconhecido nenhum *impairment* sobre o ágio reconhecido nas demonstrações financeiras da Companhia.

20 Fornecedores

Veja política contábil nas notas explicativas 9(l)(iii) e (iv).

a) Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	**31/12/2019**	**30/06/2020**	**31/12/2019**
Fornecedores de soja	137.098	111.367	156.899	147.354
Fornecedores diversos	30.519	54.746	67.673	85.382
Fornecedores	**167.617**	**166.113**	**224.572**	**232.736**

A informação sobre a exposição da Companhia aos riscos de moeda e de liquidez relacionados a fornecedores e outras contas a pagar encontram-se divulgados na nota explicativa 25(c).

b) Adiantamentos a fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	**31/12/2019**	**30/06/2020**	**31/12/2019**
Adiantamento a terceiros diversos	125.110	1.552	126.616	2.074
Adiantamento a fornecedores de soja	69.848	27.485	71.331	27.485
Adiantamentos a fornecedores	**194.958**	**29.037**	**197.947**	**29.559**
Circulante	169.260	3.339	172.249	3.861
Não circulante	25.698	25.698	25.698	25.698

21 Empréstimos e financiamentos

Ver políticas contábeis nas notas explicativas 9(b)(i), (l)(i) e (iii).

a. Movimentação da dívida

	30/06/2020		31/12/2019	
	Controladora	**Consolidado**	**Controladora**	**Consolidado**
Saldo inicial	**879.930**	**886.698**	**729.276**	**755.725**
Despesas de juros sobre dívidas financeiras	26.283	26.580	47.838	49.386
Empréstimos e financiamentos obtidos	291.296	291.296	407.920	409.812
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(134.912)	(136.591)	(305.104)	(328.225)
Saldo final	**1.062.597**	**1.067.983**	**879.930**	**886.698**

b. Termos e condições de amortização da dívida

Os termos e condições dos empréstimos em aberto são:

Controladora			**30/06/2020**				**31/12/2019**			
Modalidade	**Moeda**	**Indexador**	**Custo médio ponderado**	**Saldo devedor**	**Curto prazo**	**Longo prazo**	**Custo médio ponderado**	**Saldo devedor**	**Curto prazo**	**Longo prazo**
Capital de Giro	USD	Pré	6,60%	11.203	11.203	-	5,02%	33.786	29.663	4.123
Capital de Giro	USD	Libor 3m	4,16%	137.337	15.260	122.077	5,16%	24.388	14.633	9.755
Capital de Giro	EUR	Pré	-	-	-	-	2,06%	10.329	10.329	-
Capital de Giro	BRL	Pré	6,92%	124.731	97.680	27.051	6,55%	86.814	86.814	-
Capital de Giro	BRL	CDI +	4,64%	607.334	250.925	356.409	6,66%	548.618	154.648	393.970
Capital de Giro	BRL	% CDI	2,72%	160.181	3.147	157.034	5,54%	150.226	-	150.226
Finame	BRL	Pré	5,54%	9.304	3.591	5.712	5,58%	11.373	3.956	7.417
Finame	BRL	IPCA	9,56%	12.202	3.598	8.604	11,74%	14.059	3.613	10.446
Finame	BRL	TLP	6,92%	305	83	222	6,41%	337	68	269
			4,64%	**1.062.597**	**385.487**	**677.110**	**6,37%**	**879.930**	**303.724**	**576.206**

Consolidado			**30/06/2020**				**31/12/2019**			
Modalidade	**Moeda**	**Indexador**	**Custo médio ponderado**	**Saldo devedor**	**Curto prazo**	**Longo prazo**	**Custo médio ponderado**	**Saldo devedor**	**Curto prazo**	**Longo prazo**
Capital de Giro	USD	Pré	6,60%	11.203	11.203	-	5,02%	33.786	29.663	4.123
Capital de Giro	USD	Libor 3m	4,16%	137.337	15.260	122.077	5,16%	24.388	14.633	9.755
Capital de Giro	EUR	Pré	-	-	-	-	2,06%	10.329	10.329	-
Capital de Giro	BRL	Pré	6,92%	124.731	97.680	27.051	6,55%	86.814	86.814	-
Capital de Giro	BRL	CDI +	4,64%	607.334	250.925	356.409	6,66%	548.618	154.648	393.970
Capital de Giro	BRL	% CDI	2,72%	160.181	3.147	157.034	5,54%	150.226	-	150.226
Finame	BRL	Pré	5,76%	10.128	3.822	6.306	5,76%	12.700	4.574	8.126
Finame	BRL	IPCA	9,56%	12.202	3.598	8.604	11,74%	14.060	3.614	10.446
Finame	BRL	TJLP	11,04%	257	183	74	11,67%	348	183	165
Finame	BRL	TJLP e Selic	5,57%	765	255	509	6,60%	891	261	630
Finame	BRL	TLP	7,08%	3.845	1.435	2.410	6,64%	4.538	1.347	3.191
			4,66%	**1.067.983**	**387.508**	**680.475**	**6,37%**	**886.698**	**306.066**	**580.632**

Informações sobre a exposição da Companhia à taxa de juros, moeda estrangeira e risco de liquidez estão incluídas na nota explicativa 25(c).

c. Cronograma de amortização da dívida

O cronograma para amortização e liquidação das parcelas de longo prazo dos empréstimos em aberto são:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	**31/12/2019**	**30/06/2020**	**31/12/2019**
Liquidação em 2021	395.948	326.025	397.777	328.043
Liquidação em 2022	154.472	130.564	155.472	132.080
Liquidação em 2023	80.518	93.691	81.004	94.449
Liquidação em 2024	46.173	25.915	46.221	26.042
Liquidação em 2025	-	11	-	18
	677.110	**576.206**	**680.475**	**580.632**

d. Garantias

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	**31/12/2019**	**30/06/2020**	**31/12/2019**
Empréstimos bancários com garantia (avais)	719.930	694.325	719.930	729.671
Empréstimos bancários com garantia (fisicas)	342.667	185.605	348.053	157.027
	1.062.597	**879.930**	**1.067.983**	**886.698**

e. Cumprimento de cláusulas contratuais restritivas (*covenants*)

A Companhia detém empréstimos bancários no montante de R$ 443.344 (R$ 308.294 em 31 de dezembro de 2019) que, de acordo com os termos dos contratos, serão pagos em parcelas nos próximos 4 anos, os quais contêm cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) que estabelecem que, caso não sejam atingidos anualmente, os empréstimos podem se tornar imediatamente vencidos, como segue:

		Controladora		Consolidado	
Banco	**Covenants**	**30/06/2020**	**31/12/2019**	**30/06/2020**	**31/12/2019**
Banco Itaú BBA	Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,0 Patrimônio Líquido/Ativo Total maior ou igual 25% em 2019 Patrimônio Líquido/Ativo Total maior ou igual 30% a partir de 2020	93.278	101.669	93.278	101.669
Banco do Brasil	Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,0	92.790	105.180	92.790	105.180
Citibank	Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,0 Liquidez Corrente maior ou igual a 1,0	164.020	-	164.020	-
Banco Rabobank	Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,0 Patrimônio Líquido/Ativo Total maior ou igual 25% em 2019 Patrimônio Líquido/Ativo Total maior ou igual 30% a partir de 2020	93.255	101.445	93.255	101.445
	Total do saldo devedor	**443.344**	**308.294**	**443.344**	**308.294**

f. Operação de compror

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Operações de *compror*	-	9.857	-	9.857
Total	**-**	**9.857**	**-**	**9.857**

A Companhia mantém operação de *compror* na qual obtém a extensão dos prazos de suas compras por meio de financiamento de parte do saldo de fornecedores por intermédio de instituições financeiras, as quais são efetuados a taxa de mercado. A Companhia segrega estas operações dos saldos de fornecedores em função de sua natureza. Não existem operações em aberto em 30 de junho de 2020.

22 Contingências e depósitos judiciais

No desenvolvimento de suas operações, a companhia e suas controladas estão sujeitas a certos riscos, representadas por ações trabalhistas, cíveis e tributárias, as quais estão sendo discutidas nas esferas, administrativa e judicial.

A administração da Companhia decidiu, com base na opinião dos seus consultores legais, registrar a provisão para contingências em montante considerado suficiente para as ações e valores cujas perdas foram classificadas como prováveis.

O montante constituído das provisões está sendo apresentado conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Provisões cíveis	223	223	1.894	1.894
Provisões trabalhistas	4.887	4.887	4.954	4.954
Provisão de Contingências	**5.110**	**5.110**	**6.848**	**6.848**

A administração, com base nas opiniões dos seus consultores legais, de que as perdas são possíveis, mas não prováveis com perdas significativas, ou remotas, não procedeu ao registro de provisão para contingências para as referidas ações. A estimativa dos consultores legais para ações com perdas possíveis, mas não prováveis são representadas por:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Provisões cíveis	1.920	1.920	1.925	1.925
Provisões trabalhistas	6.636	6.636	7.791	7.791
Total de causas possíveis de perdas	**8.556**	**8.556**	**9.716**	**9.716**

A Companhia não reconhece ativo contingente. Ativo contingente é um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade. Com base na opinião dos seus consultores legais, a Companhia divulga saldo de ativos contingentes com provável entrada de benefícios econômicos é de aproximadamente R$ 516 em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

A movimentação dos depósitos judiciais pode ser assim resumida:

Depósitos Judiciais	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**1.772**	**1.939**
Depósitos efetuados e atualização	341	2.140
(-) Resgates e atualização	(524)	(526)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**1.589**	**3.553**
Depósitos efetuados e atualização	183	185
(-) Resgates e atualização	(76)	(102)
Saldo em 30 de junho de 2020	**1.696**	**3.636**

23 Subvenções governamentais

A Companhia possui reconhecido valores referentes à parte incentivada do Crédito Presumido de ICMS, usufruído como subvenção para investimento, decorrente da redução da base de cálculo do ICMS do Estado do RS.

A partir da Lei Complementar 160/2017, os incentivos fiscais do ICMS são considerados subvenção para investimentos e não deverão ser tributados pelo IRPJ e CSLL. Diante disso, a Companhia buscou reaver estes valores que foram tributados a maior, dentro do prazo prescricional. Na forma em que estabelece a legislação, o principal requisito para a não tributação é a destinação do valor das receitas de subvenções para reserva de incentivos fiscais, dentro do grupo de reservas de lucros. Os valores que constituem esta reserva referem-se às receitas decorrentes da redução da base de cálculo do ICMS, dos anos de 2013 a 2019, períodos em que a Companhia teve a fruição do benefício até o momento.

No semestre foram registrados na controladora R$ 30.422 (R$ 24.457 no primeiro semestre de 2019) e no consolidado R$ 54.638 (R$ 45.752 no primeiro semestre de 2019).

A Companhia, através da controlada Oleoplan Nordeste Indústria de Biocombustível Ltda., possui saldo de investimento oriundo do benefício fiscal previsto na Lei 8.167/1991 com prazo de duração até 31 de dezembro de 2023. O benefício fiscal em questão consiste na redução do IRPJ devido pela Companhia que opera na área da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

No semestre foram registrados na controlada R$ 1.815 (R$ 2.240 em igual período de 2019).

24 Patrimônio líquido

Veja políticas contábeis nas notas explicativas 9(e) e (m).

a. Capital Social

O capital social da companhia em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019 é de R$ 174.038, totalmente representado por 18.858.244 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal unitário, totalmente integralizado. As ações ordinárias têm os mesmos direitos com relação aos ativos líquidos residuais da Companhia.

Ações ordinárias

Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia. Com relação às ações em tesouraria, todos os direitos dessas ações estão suspensos até que essas ações sejam colocadas novamente no mercado.

b. Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se a reserva de reavaliação registrada em 2007 sobre máquinas, equipamentos e prédios, a qual está sendo mantida até a sua total realização.

c. Reserva de lucros

Reserva Legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva de retenção de lucros: É destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital para construção da nova fábrica de papel padrão, conforme proposta no orçamento previamente aprovado na assembleia geral.

Reserva de subvenções: Na controladora refere-se à parte incentivada do Crédito Presumido de ICMS, usufruído como subvenção para investimento, decorrente da redução da base de cálculo do ICMS do Estado do RS. No semestre foi constituída reserva no valor de R$30.422.

No exercício de 2019 foi constituída reserva referente aos exercícios de 2019, 2018, 2017 e 2016, no montante de R$ 116.319, e no exercício foi constituído o valor de R$ 21.455, os quais foram transferidos para a conta de subvenções para investimentos em conformidade com o artigo 195-A da Lei das SAs.

d. Subvenções governamentais

Referem-se a créditos presumidos de ICMS auferidos no estado do RS, de acordo com a Lei Complementar 160/2017. No semestre foi constituída reserva no montante de R$ 53.293 os quais foram transferidos para a conta de subvenções para investimentos em conformidade com o artigo 195-A da Lei das SAs.

e. Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 5% do resultado do exercício ajustado na forma da Lei.

No semestre findo em 30 de junho de 2020 e 30 de junho de 2019 não foram distribuídos dividendos.

25 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

Os saldos contábeis são representados por:

Ativos	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Ativos financeiros mensurados ao valor justo	**28.735**	**3.565**	**28.735**	**3.565**
Swaps de taxa de juros utilizados para *hedging*	28.735	1.000	28.735	1.000
Contratos de câmbio utilizados para *hedging*		2.565	-	2.565
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo	**730.440**	**726.604**	**964.953**	**921.536**
Contas a receber de clientes	137.788	153.616	241.898	251.289
Créditos por Venda de investimentos	129.988	129.988	129.988	129.988
Adiantamento a fornecedores	194.958	29.037	197.947	29.559
Outros créditos	17.797	18.432	21.346	18.747
Caixa e equivalentes de caixa	247.612	393.341	369.537	487.799
Outros investimentos	601	601	601	601
Depósitos judiciais	1.696	1.589	3.636	3.553
Passivos				
Passivos financeiros mensurados ao valor justo	**(49.647)**	**(3.767)**	**(49.647)**	**(3.767)**
Swaps de taxa de juros utilizados para *hedging*	(5.671)	(3.118)	(5.671)	(3.118)
Derivativos de moeda utilizados para *hedging*	(43.976)	(649)	(43.976)	(649)
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo	**(1.355.548)**	**(1.069.012)**	**(1.419.091)**	**(1.143.469)**
Empréstimos bancários com garantia (avais e outros)	(719.930)	(694.325)	(719.930)	(694.325)
Empréstimos bancários com garantia (físicas[1])	(342.667)	(185.605)	(348.053)	(192.373)
Fornecedores e operações de compror	(167.617)	(175.970)	(224.572)	(242.593)
Outras contas a pagar	(125.334)	(13.112)	(126.536)	(14.178)
Ativos (Passivos) líquidos	**(646.020)**	**(214.034)**	**(275.131)**	**(19.912)**

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros reconhecidos em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Além disto, a tabela não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Ativos - Controladora
30 de junho de 2020

	Nota	Valor contábil				Valor justo		
		Valor justo - instrumentos de *hedging*	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros ativos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo		**28.735**	**-**	**-**	**28.735**	**-**	**28.735**	**28.735**
Swaps de taxa de juros utilizados para *hedging*		28.735	-	-	28.735	-	28.735	28.735
					-			
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo		**-**	**599.851**	**130.589**	**730.440**	**-**	**-**	**730.440**
Contas a receber de clientes		-	137.788	-	137.788	-	-	137.788
Créditos por Venda de investimentos		-	-	129.988	129.988	-	-	129.988
Adiantamento a fornecedores		-	194.958	-	194.958	-	-	194.958
Outros créditos		-	17.797	-	17.797	-	-	17.797
Caixa e equivalentes de caixa		-	247.612	-	247.612	-	-	247.612
Outros investimentos		-	-	601	601	-	-	601
Depósitos judiciais		-	1.696	-	1.696	-	-	1.696

Passivos - Controladora
30 de junho de 2020

Em milhares de Reais	Nota	Valor contábil				Valor justo		
		Valor justo - instrumentos de hedging	Passivos financeiros a custo amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Passivos financeiros mensurados ao valor justo		**49.647**	**-**	**-**	**49.647**	**-**	**49.647**	**49.647**
Swaps de taxa de juros utilizados para *hedging*		5.671	-	-	5.671	-	5.671	**5.671**
Derivativos de moeda utilizados para *hedging*		43.976	-	-	43.976	-	43.976	**43.976**
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo		**-**	**1.230.214**	**125.334**	**1.355.548**	**-**	**-**	**1.355.548**
Empréstimos bancários com garantia (avais e outros)		-	719.930	-	719.930	-	-	**719.930**
Empréstimos bancários com garantia (físicas[1])		-	342.667	-	342.667	-	-	**342.667**
Fornecedores		-	167.617	-	167.617	-	-	**167.617**
Outras contas a pagar		-	-	125.334	125.334	-	-	**125.334**

Ativos - Consolidado
30 de junho de 2020

	Nota	Valor contábil				Valor justo		
		Valor justo - instrumentos de *hedging*	**Ativos financeiros a custo amortizado**	**Outros ativos financeiros**	**Total**	**Nível 1**	**Nível 2**	**Total**
Ativos financeiros mensurados ao valor justo		**28.735**	**-**	**-**	**28.735**	**-**	**28.735**	**28.735**
Swaps de taxa de juros utilizados para *hedging*		28.735	-	-	28.735	-	28.735	28.735
					-			
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo		**-**	**834.364**	**130.589**	**964.953**	**-**	**-**	**964.953**
Contas a receber de clientes		-	241.898	-	241.898	-	-	241.898
Créditos por Venda de investimentos		-	-	129.988	129.988	-	-	129.988
Adiantamento a fornecedores		-	197.947	-	197.947	-	-	197.947
Outros créditos		-	21.346	-	21.346	-	-	21.346
Caixa e equivalentes de caixa		-	369.537	-	369.537	-	-	369.537
Outros investimentos		-	-	601	601	-	-	601
Depósitos judiciais		-	3.636	-	3.636	-	-	3.636

Passivos - Consolidado
30 de junho de 2020

Em milhares de Reais	Nota	Valor contábil				Valor justo		
		Valor justo - instrumentos de hedging	**Passivos financeiros a custo amortizado**	**Outros passivos financeiros**	**Total**	**Nível 1**	**Nível 2**	**Total**
Passivos financeiros mensurados ao valor justo		**49.647**	**-**	**-**	**49.647**	**-**	**49.647**	**49.647**
Swaps de taxa de juros utilizados para *hedging*		5.671	-	-	5.671	-	5.671	5.671
Derivativos de moeda utilizados para *hedging*		43.976	-	-	43.976	-	43.976	43.976
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo		**-**	**1.292.555**	126.536	**1.419.091**	**-**	**-**	**1.419.091**
Empréstimos bancários com garantia (avais e outros)		-	719.930	-	719.930	-	-	**719.930**
Empréstimos bancários com garantia (físicas[1])		-	348.053	-	348.053	-	-	**348.053**
Fornecedores		-	224.572	-	224.572	-	-	**224.572**
Outras contas a pagar		-	-	126.536	126.536	-	-	**126.536**

[1]consideram-se garantias físicas: imóveis, equipamentos e penhor

Ativos - Controladora
31 de dezembro de 2019

		Valor contábil				Valor justo		
	Nota	Valor justo - instrumentos de *hedging*	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros ativos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo		**3.565**	**-**	**-**	**3.565**	**-**	**3.565**	**3.565**
Swaps de taxa de juros utilizados para *hedging*		1.000	-	-	1.000	-	1.000	1.000
Derivativos de moeda utilizados para *hedging*		2.565	-	-	2.565	-	2.565	2.565
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo		**-**	**596.015**	**130.589**	**726.604**	**-**	**-**	**726.604**
Contas a receber de clientes		-	153.616	-	153.616	-	-	153.616
Créditos por Venda de investimentos		-	-	129.988	129.988	-	-	129.988
Adiantamento a fornecedores		-	29.037	-	29.037	-	-	29.037
Outros créditos		-	18.432	-	18.432	-	-	18.432
Caixa e equivalentes de caixa		-	393.341	-	393.341	-	-	393.341
Outros investimentos		-	-	601	601	-	-	601
Depositos judiciais		-	1.589	-	1.589	-	-	1.589

Passivos - Controladora
31 de dezembro de 2019

		Valor contábil				Valor justo		
Em milhares de Reais	Nota	Valor justo - instrumentos de *hedging*	Passivos financeiros a custo amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Passivos financeiros mensurados ao valor justo		**3.767**	**-**	**-**	**3.767**	**-**	**3.767**	**3.767**
Swaps de taxa de juros utilizados para *hedging*		3.118	-	-	3.118	-	3.118	**3.118**
Derivativos de moeda utilizados para *hedging*		649	-	-	649	-	649	**649**
Commodities		-	-	-	-	-	**3.767**	**-**
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo		**-**	**1.055.900**	**13.112**	**1.069.012**	**-**	**-**	**1.069.012**
Empréstimos bancários com garantia (avais e outros)		-	694.325	-	694.325	-	-	**694.325**
Empréstimos bancários com garantia (físicas[1])		-	185.605	-	185.605	-	-	**185.605**
Fornecedores		-	166.113	-	166.113	-	-	**166.113**
Operações de *compror*		-	9.857	-	9.857	-	-	**9.857**
Provisões e Outras contas a pagar		-	-	13.112	13.112	-	-	**13.112**

Ativos - Consolidado
31 de dezembro de 2019

		Valor contábil				Valor justo		
	Nota	Valor justo - instrumentos de *hedging*	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros ativos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo		**3.565**	**-**	**-**	**3.565**	**-**	**3.565**	**3.565**
Swaps de taxa de juros utilizados para *hedging*		1.000	-	-	1.000	-	1.000	1.000
Derivativos de moeda utilizados para *hedging*		2.565	-	-	2.565	-	2.565	2.565
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo		**-**	**790.947**	**130.589**	**921.536**	**-**	**-**	**921.536**
Contas a receber de clientes		-	251.289	-	251.289	-	-	251.289
Créditos por Venda de investimentos		-		129.988	129.988	-	-	129.988
Adiantamento a fornecedores		-	29.559	-	29.559	-	-	29.559
Outros créditos		-	18.747	-	18.747	-	-	18.747
Caixa e equivalentes de caixa		-	487.799	-	487.799	-	-	487.799
Outros investimentos		-	-	601	601	-	-	601
Depósitos judiciais		-	3.553	-	3.553	-	-	3.553

Passivos - Consolidado
31 de dezembro de 2019

		Valor contábil				Valor justo		
Em milhares de Reais	Nota	Valor justo - instrumentos de *hedging*	Passivos financeiros a custo amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Passivos financeiros mensurados ao valor justo		**3.767**	**-**	**-**	**3.767**	**-**	**3.767**	**3.767**
Swaps de taxa de juros utilizados para *hedging*		3.118	-	-	3.118	-	3.118	**3.118**
Derivativos de moeda utilizados para *hedging*		649	-	-	649	-	649	**649**
Commodities		-	-	-	-	-	-	**-**
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo		**-**	**1.129.291**	**14.178**	**1.143.469**	**-**	**-**	**1.143.469**
Empréstimos bancários com garantia (avais e outros)		-	694.325	-	694.325	-	-	**694.325**
Empréstimos bancários com garantia (físicas[1])		-	192.373	-	192.373	-	-	**192.373**
Empréstimos bancários sem garantia		-	-	-	-	-	-	**-**
Fornecedores		-	232.736	-	232.736	-	-	**232.736**
Operações de *compror*		-	9.857	-	9.857	-	-	**9.857**
Provisões e Outras contas a pagar		-	-	14.178	14.178	-	-	**14.178**

b. Mensuração do valor justo

Técnicas de avaliação e inputs significativos não observáveis

As tabelas abaixo apresentam as técnicas de valorização utilizadas na mensuração dos valores justos de Nível 2 para instrumentos financeiros no balanço patrimonial. Os processos de avaliação estão descritos na Nota explicativa 6

Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo

Tipo	**Técnica de avaliação**
Contratos de câmbio a termo	Precificação a termo: O valor justo é determinado utilizando taxas de câmbio a termo cotadas na data do balanço e cálculos de valor presente baseados em curvas de rendimento de investimentos com alta qualidade de crédito nas respectivas moedas contratadas.
Swaps de taxa de juros	Modelos de swap: O valor justo é calculado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. As estimativas dos fluxos de caixa futuros de taxas pós-fixadas são baseadas em taxas cotadas de swap, preços futuros e taxas de juros de empréstimos interbancários. Os fluxos de caixa estimados são descontados utilizando uma curva construída a partir de fontes similares e que reflete a taxa de referência interbancária relevante utilizada pelos participantes do mercado para esta finalidade ao precificar swaps de taxa de juros. A estimativa do valor justo está sujeita a um ajuste de risco de crédito que reflete o risco de crédito da Companhia e da contraparte, calculado com base nos spreads de crédito derivados de "credit default swaps" ou preços atuais de títulos negociados.
Outros passivos financeiros*	Fluxos de caixa descontados: O modelo de avaliação considera o valor presente do pagamento esperado, descontado utilizando uma taxa de desconto ajustada ao risco.

(*) Outros passivos financeiros incluem empréstimos bancários com e sem garantia e dividendos, o mesmo para 2019.

c. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(i) Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco. A diretoria é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

A Administração monitora a aderência às políticas e procedimentos de gerenciamento de risco da Companhia, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais a Companhia está exposto.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

A administração entende que o risco de crédito é baixo devido ao histórico de perdas e à concentração de 60% das suas vendas na modalidade de leilões para fornecimento de biodiesel realizados através da Agência Nacional de Petróleo – ANP, com prazo médio de recebimento de 30 dias. Os valores contábeis dos atos financeiros e ativos de contrato representam a exposição máxima do crédito.

Em 30 de junho de 2020, o valor contábil a receber decorrentes de vendas de biodiesel através de leilões é o seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	**31/12/2019**	**30/06/2020**	**31/12/2019**
Biodiesel	83.869	97.655	174.343	182.869

Durante o primeiro semestre de 2020 e de 2019 não ocorreram perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros e de contrato reconhecidos no resultado.

Contas a receber

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera.

A Companhia estabeleceu uma política de crédito para avaliação individual dos clientes da carteira (novos e já existentes) quanto à sua condição financeira. A análise efetuada pela

Companhia inclui a avaliação de ratings externos, quando disponíveis, demonstrações financeiras, informações de agências de crédito, informações da indústria e, em alguns casos, referências bancárias. Limites de crédito são estabelecidos para cada cliente e revisados periodicamente, conforme definido em política. Vendas que eventualmente excedam esses limites possuem alçadas de aprovação extraordinárias.

A Companhia pode exigir garantias com relação a contas a receber de clientes e outros recebíveis, conforme análise de crédito individual realizada. A Companhia não possui contas a receber de clientes para os quais nenhuma provisão de perda é reconhecida por causa da garantia.

Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o valor contábil a receber junto a Petróleo Brasileiro S.A - Petrobrás é o seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	**31/12/2019**	**30/06/2020**	**31/12/2019**
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	83.869	97.655	174.343	182.869
Total	**83.869**	**97.655**	**174.343**	**182.869**

Caixa e equivalentes de caixa

O 'Caixa e equivalentes de caixa' são mantidos com bancos e instituições financeiras com baixo risco, conforme classificação das principais agências de rating e estão segregados em instituições financeiras nacionais e estrangeiras, em aplicações financeiras e depósitos a vista, cujos montantes disponíveis em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019 são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	**31/12/2019**	**30/06/2020**	**31/12/2019**
Instituições financeiras nacionais	224.958	**372.379**	346.884	**466.837**
Depósitos a vista	30.477	4.354	32.385	7.728
Aplicações financeiras	169.404	360.954	288.942	449.243
Numerários em trânsito*	25.077	7.071	25.556	9.866
Instituições financeiras estrangeiras	22.654	20.962	22.654	20.962
Depósitos a vista**	22.654	20.962	22.654	20.962
Instituições financeiras	**247.612**	**393.341**	**369.537**	**487.799**

**os saldos referentes a numerários em trânsito referem-se à valores recebidos em moeda estrangeira que estão aguardando fechamento de câmbio, os quais não são utilizados com propósito especulativo e não estão vinculados a instrumentos financeiros derivativos.*

***os saldos referem-se a depósitos a vista em moeda estrangeira, os quais não são utilizados com propósito especulativo e não estão vinculados a instrumentos financeiros derivativos.*

Derivativos

Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras consideradas de baixo risco, conforme classificação das principais agências de rating.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais.

	Controladora				
		Fluxos de Caixa Contratuais			
	Valor Contábil	**2 meses ou menos**	**2-12 meses**	**1-2 anos**	**2-5 anos**
Passivos financeiros não derivativos					
Empréstimos bancários com garantia (avais e outros)	719.930	15.544	276.910	254.928	172.547
Empréstimos bancários com garantia (fisicas)	342.667	14.578	78.456	138.393	111.242
Passivos financeiros derivativos					
Swaps de taxa de juros utilizados para *hedging*	5.671	-	3.995	1.215	462
Contratos de câmbio a termo utilizados para *hedging*	43.976	21.492	22.484	-	-

	Consolidado				
		Fluxos de Caixa Contratuais			
	Valor Contábil	**2 meses ou menos**	**2-12 meses**	**1-2 anos**	**2-5 anos**
Passivos financeiros não derivativos					
Empréstimos bancários com garantia (avais e outros)	719.930	15.544	276.910	254.928	172.547
Empréstimos bancários com garantia (fisicas)	348.053	14.914	80.140	140.271	112.728
Passivos financeiros derivativos					
Swaps de taxa de juros utilizados para *hedging*	5.671	-	3.995	1.215	462
Contratos de câmbio a termo utilizados para *hedging*	43.976	21.492	22.484	-	-

Os fluxos de entradas/(saídas), divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros derivativos mantidos para fins de gerenciamento de risco. A divulgação apresenta os montantes dos fluxos de caixa líquidos para derivativos que são liquidados em caixa com base em sua exposição líquida e fluxos de caixa bruto de entradas e saídas para os derivativos que têm liquidação simultânea bruta.

Conforme divulgado na nota explicativa 21, a Companhia possui empréstimos bancários com garantia que contém cláusulas contratuais restritivas (*covenants*). O não cumprimento futuro desta cláusula contratual restritiva pode exigir que a Companhia pague o empréstimo antes da data indicada na tabela acima. A cláusula contratual restritiva é monitorada regularmente pela tesouraria e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido.

Os pagamentos de juros sobre empréstimos a uma taxa de juros pós-fixada e os títulos de dívida incluídos na tabela acima refletem as taxas de juros de mercado a termo na data do balanço e estes montantes podem mudar na medida em que as taxas de juros pós-fixadas mudem. Os

instrumentos derivativos podem ser diferentes dos montantes apresentados na tabela acima, uma vez que as taxas de juros e taxas de câmbio ou as condições relevantes das transações podem mudar. Exceto por esses passivos financeiros, não é esperado que os fluxos de caixa incluídos na análise acima possam ocorrer significativamente mais cedo, ou em valores significativamente diferentes.

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Administração.

Risco cambial

A Companhia está exposta ao risco cambial de operações estrangeiras decorrente de diferenças entre as moedas nas quais as vendas, compras, recebíveis e empréstimos são denominados, e as respectivas moedas funcionais da Companhia. A proteção ao risco de variação cambial do conjunto das exportações futuras em dólares norte-americanos da Companhia em um dado período ocorre por meio do conjunto de endividamento em dólares norte-americanos buscando a proteção mais eficiente considerando as alterações nas posições de tais conjuntos ao longo do tempo.

A estratégia de gerenciamento de riscos cambiais pode envolver o uso de instrumentos financeiros derivativos para tratamento da exposição cambial de certas obrigações da Companhia, especialmente quando da existência de compromissos em moedas para as quais a Companhia não possua expectativa de fluxos de recebimentos.

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

Exposição ao risco cambial

Um resumo da exposição a risco cambial da Companhia, conforme reportado à Administração está apresentado abaixo:

	30/06/2020				31/12/2019			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	R$	US$	R$	US$	R$	US$	R$	US$
Caixa e equivalentes de caixa	47.731	8.717	48.218	8.806	28.034	6.956	30.834	7.651
Contas a receber	2.407	440	2.407	440	1.950	484	2.868	712
Outros ativos circulantes	5.014	916	5.014	916	2.123	527	2.123	527
Empréstimos bancários	-148.540	-27.126	-148.540	-27.126	-68.503	-16.995	-68.503	-16.995
Contas a pagar					-4.754	-1.179	-4.754	-1.179
Outros passivos circulantes	-119.226	-21.772	-119.226	-21.772	-12.000	-2.977	-12.000	-2.977
Exposição líquida do balanço patrimonial	**-212.614**	**-38.825**	**-212.127**	**-38.736**	**-53.150**	**-13.185**	**-49.432**	**-12.262**
Contratos de compra para entrega futura	89.815	16.402	134.220	24.511	124.199	30.813	153.184	38.004
Exposição líquida das transações para entrega futura	**89.815**	**16.402**	**134.220**	**24.511**	**124.199**	**30.813**	**153.184**	**38.004**
Contratos cambiais futuros (NDF)	-186.061	-42.000	-186.061	-42.000	-125.950	-30.500	-125.950	-30.500
Exposição líquida	**-308.860**	**-64.424**	**-263.968**	**-56.226**	**-54.900**	**-12.872**	**-22.197**	**-4.758**

As taxas aplicadas para conversão dos saldos ativos e passivos foram:

	30/06/2020	31/12/2019
Compra	5,4754	4,0301
Venda	5,4760	4,0307
Média	**5,4757**	**4,0304**

Análise de sensibilidade
Uma valorização (desvalorização) razoavelmente possível do Real x USD em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, teriam afetado a mensuração dos instrumentos financeiros denominados em moeda estrangeira e afetado o patrimônio líquido e o resultado pelos montantes demonstrados abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, permanecem constantes e ignoram qualquer impacto da previsão de vendas e compras.

O cenário considerado provável e referenciado por fonte externa, além dos cenários possível e remoto que consideram valorização do câmbio (risco) em 25% e 50%, respectivamente, à exceção dos saldos de ativos e passivos em moeda estrangeira de controladas no exterior, quando realizados em moeda equivalente às suas respectivas moedas funcionais, estão descritos a seguir:

30 de junho de 2020:

Operações de Derivativos de Câmbio & Commodities

Banco	Operação	Valor Contrato	MtM 30/06/2020
Bradesco	Swap de Juros	150.000	-5.671
Citi	Swap de Juros	104.613	28.735
Total		**254.613**	**23.064**

Análise de Sensibilidade

Cenários			
-50%	**-25%**	**+25%**	**+50%**
-9.189	-7.621	-4.692	-3.322
-35.939	-2.770	53.085	75.006
-45.128	**-10.391**	**48.393**	**71.685**

Risco de taxa de juros
A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros pós-fixada, tanto para seu caixa e equivalentes de caixa quanto para operações e empréstimos e financiamentos. Um resumo da exposição taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia, conforme reportado à Administração, está apresentado abaixo:

Exposição ao risco de taxa de juros
O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado abaixo:

		30/06/2020		31/12/2019	
	Indexador	**Controladora**	**Consolidado**	**Controladora**	**Consolidado**
Caixa e equivalentes de caixa	CDI	169.404	288.942	360.954	449.244
Empréstimos bancários	CDI	(767.515)	(767.515)	(698.844)	(698.844)
Exposição líquida do balanço patrimonial		**(598.112)**	**(478.573)**	**(337.890)**	**(249.600)**

Outros riscos de preço de mercado
O principal objetivo dos títulos de investimento da Companhia é manter os investimentos de longo prazo para fins estratégicos. Em relação a isso, a Administração é auxiliada por consultores externos. Certos investimentos são designados pelo valor justo por meio do resultado pois seus desempenhos são monitorados ativamente e são gerenciados com base no valor justo.

26 Impostos e contribuições a pagar

Ver política contábil na nota explicativa 9(g)

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
IRRF - Imposto de renda retido na fonte	350	499	420	605
PIS / COFINS	259	310	271	321
ICMS	1.762	2.204	3.449	3.983
Funrural	43	29	135	190
INSS	2.188	1.972	2.893	2.640
FGTS	559	597	805	849
Outros tributos a pagar	22	40	31	55
Impostos e contribuições a pagar	5.183	5.651	8.004	8.643

27 Imposto de renda e contribuição social

Ver política contábil na nota explicativa 9(g).

a. Conciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	30/09/2019 (Não auditado)	30/09/2020	30/09/2019 (Não auditado)
	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL
Resultado antes do IRPJ e CSLL	**228.148**	**113.373**	**241.528**	**119.256**
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada – 34%	77.571	38.547	82.120	40.547
Exclusões permanentes – 34%	**(78.586)**	**(47.356)**	**(69.163)**	**(42.732)**
Equivalência Patrimonial	(38.868)	(19.143)	-	-
Incentivos fiscais do imposto de renda	-	-	(14.189)	(3.212)
Créditos extemporâneos	(21.598)	(15.397)	(21.598)	(15.397)
Crédito Presumido ICMS	(18.120)	(12.816)	(33.376)	(24.123)
Outras adições/exclusões permanentes	**8**	**(1.058)**	**(585)**	**(1.787)**
VALOR RESULTADO LÍQUIDO IRPJ E CSLL	**1.007**	**9.867**	**(12.372)**	**3.972**
ALÍQUOTA EFETIVA	**-0,44%**	**-8,70%**	**5,12%**	**-3,33%**

b. Movimentação dos saldos de ativos e passivos fiscais diferidos

Controladora			**30 de junho de 2020**	
2020 - 2º ITR	**Saldo líquido em 1º de janeiro**	**Reconhecido no resultado (veja (a))**	**Ativo fiscal diferido**	**Passivo fiscal diferido**
Depreciação societária	19.279	(482)	-	19.761
Derivativos Swap/NDF	1.212	7.042	7.770	1.165
Estoque	-	981	-	981
Prejuízo Fiscal	21.004	-	21.004	-
Reserva de Reavaliação	1.011	-	-	1.011
Variação Cambial Competência	2.872	9.841	12.713	-
Provisão de contingências	1.738	-	1.738	-
Impostos ativos (passivos) antes da compensação	**47.116**	**17.382**	**43.225**	**20.588**
Compensação de imposto				
Imposto líquido (passivo) ativo			**22.637**	

Consolidado			**30 de junho de 2020**	
2020 - 2º ITR	**Saldo líquido em 1º de janeiro**	**Reconhecido no resultado (veja (a))**	**Ativo fiscal diferido**	**Passivo fiscal diferido**
Depreciação societária	28.884	(276)	-	28.608
Derivativos Swap/NDF	1.212	7.042	7.770	- 614
Estoque	-	981	-	981
Prejuízo fiscal	23.608	1.427	25.035	-
Reserva de reavaliação	1.011	--	-	1.011
Variação cambial competência	2.872	9.841	12.713	-
Provisão de contingências	2.329	-	2.329	-
Impostos ativos (passivos) antes da compensação	**59.916**	**19.015**	**47.847**	**29.987**
Compensação de imposto				
Imposto líquido (passivo) ativo			**17.860**	

Controladora			**31 de dezembro de 2019**	
	Saldo líquido em 1º de janeiro	**Reconhecido no resultado (veja (a))**	**Ativo fiscal diferido**	**Passivo fiscal diferido**
Capitalização	37	(37)	-	-
Depreciação societária	18.319	(960)	-	19.279
Derivativos Swap/NDF	2.613	1.283	1.212	1.280
Ajuste do estoque a custo médio	177	177	-	-
Prejuízo Fiscal	3.568	17.436	21.004	-
Reserva de Reavaliação	1.089	79	-	1.010
Variação Cambial Competência	9.310	(6.438)	2.870	-
Provisão de contingências	586	1.152	1.738	-
Impostos ativos (passivos) antes da compensação	**35.699**	**12.692**	**26.824**	**21.569**
Compensação de imposto				
Imposto líquido (passivo) ativo			**5.255**	

Consolidado			**31 de dezembro de 2019**	
	Saldo líquido em 1º de janeiro	**Reconhecido no resultado (veja (a))**	**Ativo fiscal diferido**	**Passivo fiscal diferido**
Capitalização	37	(37)	-	-
Depreciação societária	24.888	(3.996)	-	28.884
Derivativos Swap/NDF	2.613	1.283	1.212	1.281
Ajuste do estoque a custo médio	181	181	-	-
Prejuízo Fiscal	5.535	18.073	23.608	-
Reserva de Reavaliação	1.089	79	-	1.010
Variação Cambial Competência	9.310	(6.438)	2.872	-
Provisão de contingências	1.172	1.157	2.329	-
Impostos ativos (passivos) antes da compensação	**44.825**	**10.301**	**30.021**	**31.176**
Compensação de imposto				
Imposto líquido (passivo) ativo			**(1.155)**	

Realização

Os créditos tributários acima não possuem prazo de prescrição.

A Companhia possui saldo de prejuízos fiscais de imposto de renda e de bases negativas de contribuição social na controladora de R$ 178.093 em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019 e no consolidado de R$ 187.258 (R$ 185.751 em 2019). Entre 1° de janeiro e 30 de junho de 2020 não foram registrados créditos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas.

As projeções de resultados futuros da Companhia indicam que a realização dos créditos tributários diferidos registrados sobre prejuízos fiscais de IR e bases negativas de CS ocorrerá até 31 de dezembro de 2025.

28 Outros passivos circulantes

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	**31/12/2019**	**30/06/2020**	**31/12/2019**
Adiantamento de clientes mercado interno	3.383	894	3.978	1.452
Adiantamento de clientes mercado externo	121.742	12.000	121.743	12.001
Faturamento para entrega futura	9	18	10	16
Outras obrigações a pagar	200	200	805	709
Outros passivos circulantes	**125.334**	**13.112**	**126.536**	**14.178**

29 Segmentos operacionais

a. Base para segmentação

A Companhia possui três divisões estratégicas, que são seus segmentos reportáveis. Estas divisões oferecem diferentes produtos e serviços e são administradas separadamente, pois exigem diferentes tecnologias e estratégias de marketing e são aquelas utilizadas pela administração para a tomada de decisão sobre as estratégias da companhia e alocação dos recursos.

O seguinte resumo descreve as operações em cada um dos segmentos reportáveis da Companhia:

Segmentos reportáveis	**Operações**
Biodiesel	fabricação e venda
Extração	Compra, produção e distribuição
Revenda	Projetar e produzir materiais para embalagem

b. Informações sobre segmentos reportáveis

Informações referentes aos resultados de cada segmento reportável estão apresentadas abaixo. O desempenho é avaliado com base no resultado do segmento antes do imposto de renda e contribuição social, pois a Administração entende que tal informação é a mais relevante na avaliação dos resultados dos respectivos segmentos para comparabilidade com outras entidades que operam nas mesmas indústrias. Os ativos e passivos da Companhia são administrados de forma conjunta para todos os segmentos e não são avaliados separadamente por segmentos pela Administração da Companhia. As atividades apresentadas nas colunas de "outras" e "corporativo" não se qualificam como segmentos operacionais e representam atividades não alocadas aos segmentos.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
Por segmento do período findo em 30 de junho de 2020

	Controladora						Consolidado					
	Extração	**Biodiesel**	**Demais Revendas**	**Outros**	**Corporativo**	**Total 2020**	**Extração**	**Biodiesel**	**Demais Revendas**	**Outros**	**Corporativo**	**Total 2020**
Receita líquida de vendas e serviços	416.184	515.669	17.402	-	-	949.255	540.016	949.469	17.925	28	-	1.507.438
Custo dos produtos e serviços vendidos	(361.095)	(470.698)	(12.930)	-	-	(844.723)	(473.540)	(867.576)	(13.269)	(3.619)	-	(1.358.005)
Depreciações e amortizações	(1.512)	(1.855)	(128)	-	-	(3.494)	(1.276)	(4.857)	(128)	-	-	(6.261)
Lucro Bruto	**53.577**	**43.116**	**4.344**	**-**	**-**	**101.037**	**65.200**	**77.036**	**4.527**	**(3.591)**	**-**	**143.172**
						-						-
(Despesas) receitas operacionais	(15.048)	(18.341)	(222)	-	(9.315)	(42.925)	(18.972)	(24.078)	(222)	(652)	(10.546)	(54.469)
Despesas com vendas	(14.233)	(17.526)	(222)	-	(1.165)	(33.145)	(16.269)	(21.375)	(222)	-	(1.165)	(39.030)
Despesas com pessoal de vendas	(5.604)	(5.595)	(211)	-	(1.088)	(12.499)	(5.927)	(5.918)	(211)	-	(1.088)	(13.144)
Despesas comerciais	(6.117)	(5.369)	(10)	-	(77)	(11.573)	(6.090)	(5.342)	(10)	-	(77)	(11.519)
Despesas s/vendas	(2.511)	(6.561)	-	-	-	(9.073)	(4.252)	(10.115)	-	-	-	(14.367)
Despesas administrativas	(2.114)	(2.114)	-	-	(8.150)	(12.378)	(4.683)	(4.683)	-	(652)	(9.381)	(19.399)
Outras receitas (despesas) operacionais	1.299	1.299	-	-	-	2.599	1.980	1.980	-	-	-	3.960
Lucro Operacional	**38.529**	**24.776**	**4.122**	**-**	**(9.315)**	**58.112**	**46.228**	**52.958**	**4.306**	**(4.243)**	**(10.546)**	**88.703**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
Por segmento do período findo em 30 de junho de 2019

	Controladora					Consolidado					
	Extração	**Biodiesel**	**Demais Revendas**	**Corporativo**	**Total 2019**	**Extração**	**Biodiesel**	**Demais Revendas**	**Outros**	**Corporativo**	**Total 2019**
Receita líquida de vendas e serviços	309.949	398.733	38.899	-	747.580	404.164	756.386	39.052	16	-	1.199.619
Custo dos produtos e serviços vendidos	(296.765)	(352.691)	(35.452)	-	(684.908)	(388.399)	(665.289)	(35.621)	(600)	-	(1.089.908)
Depreciações e amortizações	(3.746)	(2.028)	(127)	-	(5.901)	(5.015)	(7.088)	(127)	-	-	(12.230)
Lucro Bruto	**9.439**	**44.013**	**3.319**	**-**	**56.771**	**10.750**	**84.009**	**3.304**	**(583)**	**-**	**97.480**
(Despesas) receitas operacionais	(17.545)	(16.050)	(221)	(8.878)	(42.694)	(22.264)	(23.596)	(221)	(249)	(10.179)	(56.509)
Despesas com vendas	(15.380)	(13.885)	(221)	(835)	(30.320)	(17.682)	(19.014)	(221)	-	(835)	(37.751)
Despesas com pessoal de vendas	(3.193)	(3.071)	(211)	(803)	(7.278)	(3.797)	(3.675)	(211)	-	(803)	(8.486)
Despesas comerciais	(3.959)	(3.240)	(9)	(32)	(7.240)	(4.527)	(3.809)	(9)	-	(32)	(8.377)
Despesas s/vendas	(8.229)	(7.573)	-	-	(15.802)	(9.358)	(11.530)	-	-	-	(20.888)
Despesas administrativas	(2.260)	(2.260)	-	(8.043)	(12.562)	(4.688)	(4.688)	-	(249)	(9.344)	(18.969)
Outras receitas (despesas) operacionais	94	94	-	-	189	106	106	-	-	-	211
Equivalência patrimonial						-	-	-	-	-	-
Lucro Operacional	**(8.107)**	**27.963**	**3.099**	**(8.878)**	**14.077**	**(11.514)**	**60.413**	**3.083**	**(832)**	**(10.179)**	**40.971**

30 Receitas

a. Fluxos de receitas

A Companhia gera receita principalmente pela venda de biodiesel e produtos relacionados a extração do óleo degomado da soja. Outras fontes de receitas incluem receita de aluguel de propriedades para investimento e propriedades arrendadas.

	Controladora				Consolidado			
	01/04/20 à 30/06/20	01/01/20 à 30/06/20	01/04/19 à 30/06/19	01/01/19 à 30/06/19	01/04/20 à 30/06/20	01/01/20 à 30/06/20	01/04/19 à 30/06/19	01/01/19 à 30/06/19
Vendas de Mercadorias	444.287	935.536	321.532	742.467	731.359	1.524.954	541.015	1.220.182
Revenda de Mercadorias	55.299	57.526	35.077	36.671	55.669	57.907	35.256	36.857
Prestação de Serviços	1.890	2.597	1.582	2.578	1.988	2.821	1.582	2.578
Receita de contratos	**501.476**	**995.659**	**358.191**	**781.716**	**789.016**	**1.585.682**	**577.853**	**1.259.617**

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado dos períodos:

	Controladora				Consolidado			
	01/04/20 à 30/06/20	01/01/20 à 30/06/20	01/04/19 à 30/06/19	01/01/19 à 30/06/19	01/04/20 à 30/06/20	01/01/20 à 30/06/20	01/04/19 à 30/06/19	01/01/19 à 30/06/19
Receita bruta fiscal	501.476	995.659	358.191	781.716	789.016	1.585.682	577.853	1.259.617
Menos:								
Impostos sobre vendas	(9.240)	(24.694)	(6.345)	(19.757)	(23.109)	(55.111)	(19.312)	(44.759)
Devoluções e abatimentos	(19.126)	(21.710)	(1.891)	(14.379)	(20.013)	(23.133)	(2.363)	(15.239)
Total da receita	**473.110**	**949.255**	**349.955**	**747.580**	**745.894**	**1.507.438**	**556.178**	***1.199.619***

b. Obrigações de desempenho e Políticas de reconhecimento de receita

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Tipo de produto / serviço	**Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas**	**Política de reconhecimento da receita**
Biocombustível	Toda venda de Biodiesel é efetuada para a Petróleo Brasileiro S.A. a qual obtêm controle da produção quando os produtos são retirados das dependências da Companhia. As faturas são emitidas naquele momento. Elas devem ser pagas, normalmente, em 30 dias. Nenhum desconto é concedido.	A receita é reconhecida quando os produtos são retirados pelo cliente nas instalações da Companhia.
		O valor da receita reconhecida é ajustado para as devoluções eventualmente ocorridas. Nessas circunstâncias, um passivo de devolução e um direito de recuperar o ativo a ser devolvido são reconhecidos.
		O direito de recuperar os produtos a serem devolvidos é mensurado ao valor contábil original do estoque, menos os custos esperados de recuperação. O passivo de reembolso, quando ocorrido, está incluído em outros valores a pagar e o direito de recuperar os produtos devolvidos é incluído em estoques. A Companhia reavalia sua expectativa de devoluções na data do balanço, atualizando os valores do ativo e do passivo.
Extração	A Companhia determinou que, para os produtos relativos a extração (farelo, lecitina e casca), o cliente obtêm controle da produção quando os produtos são entregues nas dependências do cliente. Os prazos médios para ocorrer a entrega são de em torno de 2(dois) dias. A cada final de período a companhia avalia a necessidade de eventual ajuste nas receitas reconhecidas em função de algum descumprimento das obrigações de desempenho.	O valor da receita reconhecida é ajustado para as devoluções eventualmente ocorridas. Nessas circunstâncias, um passivo de devolução e um direito de recuperar o ativo a ser devolvido são reconhecidos.
Revenda	As faturas são emitidas de acordo com os termos contratuais e geralmente são pagas em 30 dias. O cliente obtém controle da mercadoria quando os produtos são entregues nas dependências do cliente. Nos casos de revendas ao mercado externo, o cliente obtém controle da mercadoria no embarque	O valor da receita reconhecida é ajustado para as devoluções eventualmente ocorridas. Nessas circunstâncias, um passivo de devolução e um direito de recuperar o ativo a ser devolvido são reconhecidos.

As receitas oriundas de vendas para a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobrás representaram aproximadamente 60% das receitas consolidadas em 30 de setembro de 2020, 65% em 2019. Não existem outros clientes da Companhia cujas vendas representem acima de 10% das vendas de forma individual.

31 Outras receitas e despesas

a. Outras receitas

	Controladora				Consolidado			
	01/04/20 à 30/06/20	01/01/20 à 30/06/20	01/04/19 à 30/06/19	01/01/19 à 30/06/19	01/04/20 à 30/06/20	01/01/20 à 30/06/20	01/04/19 à 30/06/19	01/01/19 à 30/06/19
Locações de imóveis	63	160	227	427	63	160	227	427
Ganho líquido na venda de ativo imobilizado	2.301	2.671	9	9	2.301	2.671	9	9
Receita com venda de sucatas	11	21	12	34	11	23	15	63
Subvenção para investimentos	11	28	-	-	14	1.390	-	-
Total de outras receitas operacionais	**2.386**	**2.880**	**248**	**470**	**2.389**	**4.244**	**251**	**499**

b. Outras despesas

	Controladora				Consolidado			
	01/04/20 à 30/06/20	01/01/20 à 30/06/20	01/04/19 à 30/06/19	01/01/19 à 30/06/19	01/04/20 à 30/06/20	01/01/20 à 30/06/20	01/04/19 à 30/06/19	01/01/19 à 30/06/19
Despesas relacionadas com sinistros	-	(281)	(43)	(281)	(3)	(284)	(43)	(288)
Total de outras despesas operacionais, líquidas	**-**	**(281)**	**(43)**	**(281)**	**(3)**	**(284)**	**(43)**	**(288)**

	Controladora				Consolidado			
	01/04/20 à 30/06/20	01/01/20 à 30/06/20	01/04/19 à 30/06/19	01/01/19 à 30/06/19	01/04/20 à 30/06/20	01/01/20 à 30/06/20	01/04/19 à 30/06/19	01/01/19 à 30/06/19
(+) Outras receitas	2.386	2.880	248	470	2.389	4.244	251	499
(-) Outras despesas	-	(281)	(43)	(281)	(3)	(284)	(43)	(288)
(=) Outras receitas operacionais	**2.386**	**2.599**	**205**	**189**	**2.386**	**3.960**	**208**	**211**

c. Despesas por natureza

	Controladora				Consolidado			
	01/04/2020 à 30/06/2020	**01/01/2020 à 30/06/2020**	**01/04/2019 à 30/06/2019**	**01/01/2019 à 30/06/2019**	**01/04/2020 à 30/06/2020**	**01/01/2020 à 30/06/2020**	**01/04/2019 à 30/06/2019**	**01/01/2019 à 30/06/2019**
Despesas com pessoal	14.932	28.684	13.922	26.413	22.443	44.150	19.450	37.461
Contratação de prestadores de serviços	3.049	5.137	4.984	8.499	3.771	7.064	6.176	10.792
Custos com atividade rural	291	633	675	1.322	398	865	599	1.080
Custos de matérias-primas	404.399	823.897	301.313	655.613	649.834	1.312.602	486.392	1.045.737
Manutenções e reparos de bens tangíveis	4.092	8.328	5.842	10.437	6.261	12.531	7.808	13.922
Consumo de materiais e ferramentas	192	502	243	541	540	1.137	412	889
Despesas com informática - hardware e software	99	200	117	209	104	206	126	218
Aquisição de bens tangíveis	36	73	53	108	60	108	76	152
Depreciação e amortização	2.922	5.772	3.633	6.860	5.543	10.720	7.144	13.753
Taxas e impostos	1.546	2.354	1.295	2.646	3.072	5.437	2.550	5.386
Indenizações judiciais	12	134	149	233	15	169	172	257
Despesas legais	28	174	85	140	29	196	86	175
Aluguéis e arrendamentos	973	1.613	976	1.610	996	1.838	1.010	1.673
Consumos de energias elétrica, água, térmica	3.404	6.304	3.358	5.985	5.162	9.656	4.761	8.864
Seguros	330	659	383	779	455	850	486	982
Fretes	3.739	8.123	6.103	11.050	5.390	12.552	8.344	15.489
Telefone e internet	153	319	161	316	181	376	188	363
Publicações, publicidades, feiras e exposições	24	84	32	51	24	86	32	51
Brindes e donativos	2	4	3	3	162	223	17	21
Custos com proteção ambiental e meio ambiente	5	10	5	12	6	62	5	16
Viagens e deslocamentos	390	680	527	755	732	1.621	924	1.587
Perdas na realização de créditos	0	0	0	0	0	7	0	0
Demais despesas operacionais	37	57	69	109	74	239	133	266
Total de custos e despesas	**440.655**	**893.741**	**343.928**	**733.691**	**705.252**	**1.422.695**	**546.891**	**1.159.134**

	Controladora				Consolidado			
	01/04/2020 à 30/06/2020	**01/01/2020 à 30/06/2020**	**01/04/2019 à 30/06/2019**	**01/01/2019 à 30/06/2019**	**01/04/2020 à 30/06/2020**	**01/01/2020 à 30/06/2020**	**01/04/2019 à 30/06/2019**	**01/01/2019 à 30/06/2019**
Custo dos produtos vendidos	417.168	848.218	319.937	690.809	676.385	1.364.265	516.084	1.102.414
Despesas administrativas	6.556	12.378	7.144	12.562	9.706	19.399	10.293	18.969
Despesas com vendas	16.931	33.145	16.847	30.320	19.161	39.031	20.514	37.751
Total de custos e despesas	**440.655**	**893.741**	**343.928**	**733.691**	**705.252**	**1.422.695**	**546.891**	**1.159.134**

32 Receitas e despesas financeiras

Ver políticas contábeis nas notas explicativas 10(g) e (o). O efeito da aplicação inicial do CPC 06(R2)/IFRS 16 está descrito na Nota explicativa 7.

	Controladora				Consolidado			
	01/04/2020 à 30/06/2020	**01/01/2020 à 30/06/2020**	**01/04/2019 à 30/06/2019**	**01/01/2019 à 30/06/2019**	**01/04/2020 à 30/06/2020**	**01/01/2020 à 30/06/2020**	**01/04/2019 à 30/06/2019**	**01/01/2019 à 30/06/2019**
Juros auferidos	75	284	149	461	98	323	181	732
Receitas de aplicações financeiras	1.616	5.663	2.952	5.923	2.347	7.340	4.205	8.179
Bonificações recebidas	3.386	8.423	3.607	4.170	3.706	8.811	4.070	4.633
Resultado das operações de Forward e Swap	11.109	37.150	579	1.568	11.109	37.150	578	1.567
Ajuste a valor presente	-	-	1.987	6.693	-	-	1.987	6.693
Outras receitas financeiras	2.409	3.792	606	2.232	2.538	4.194	981	3.400
Total das receitas financeiras	**18.595**	**55.312**	**9.880**	**21.047**	**19.798**	**57.818**	**12.002**	**25.204**

	Controladora				Consolidado			
	01/04/2020 à 30/06/2020	**01/01/2020 à 30/06/2020**	**01/04/2019 à 30/06/2019**	**01/01/2019 à 30/06/2019**	**01/04/2020 à 30/06/2020**	**01/01/2020 à 30/06/2020**	**01/04/2019 à 30/06/2019**	**01/01/2019 à 30/06/2019**
Despesas sobre empréstimos e financiamentos	(11.711)	(25.331)	(11.743)	(23.288)	(11.711)	(25.331)	(12.164)	(23.937)
Resultado das operações de Forward e Swap	(16.320)	(54.450)	(620)	(2.556)	(16.320)	(54.450)	(1.896)	(3.832)
Despesas sobre financiamento de ativo imobilizado	(251)	(952)	(787)	(1.367)	(345)	(1.250)	(1.076)	(1.875)
Outras despesas financeiras	(635)	(1.457)	(1.814)	(3.510)	(718)	(1.830)	(588)	(2.321)
Total das despesas financeiras	**(28.917)**	**(82.190)**	**(14.964)**	**(30.721)**	**(29.094)**	**(82.861)**	**(15.724)**	**(31.965)**

33 Lucro líquido por ação

Lucro básico por ação

O cálculo do lucro básico e diluído por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

	30/06/2020	30/06/2019
Lucro atribuível aos acionistas controladores	39.910	34.436
Média ponderada das ações ordinárias em circulação	18.858	18.858
Prejuízo por ação expresso em reais – em Reais	**2,11**	**1,82**

34 Partes relacionadas

a. Controladora e controladora final

Os saldos com partes relacionadas referem-se exclusivamente aos saldos a receber referentes a mútuos entre a Companhia e a Enerplan Participações S.A a qual que foi vendida ao Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura Origem, cujo montante foi integralmente realizado em 2019. Não resultam de transações que envolvam atividade operacional da companhia, bem como todos os valores são recuperáveis e não representam risco de perda para a companhia.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Ativo	**180.381**	**130.208**	**180.349**	**130.148**
Créditos por venda de investimentos	**129.988**	**129.988**	**129.988**	**129.988**
FIP em Infraestrutura Origem (a)	129.988	129.988	129.988	129.988
Partes relacionadas	**50.393**	**220**	**50.361**	**160**
Oleoplan Nordeste Ltda.(b)	192	220	-	-
Diretores e acionistas (c)	50.201	-	50.361	160
Passivo	**-**	**(832)**	**-**	**(832)**
Fornecedores	**-**	**(116)**	**-**	**(116)**
Transerra Transp. Nordeste Ltda.	-	(116)	-	(116)
Partes relacionadas	-	**(716)**	**-**	**(716)**
Diretores e acionistas (c)	-	(716)	-	(716)
Líquido a receber (a pagar)	**180.381**	**129.376**	**180.349**	**129.316**

(a) Vide nota 15.
(b) Despesas administrativas (compartilhadas) pagas pela Companhia repassadas para as demais empresas do grupo.
(c) Antecipações de dividendos e distribuições de lucros.

Não há transações comerciais entre as empresas da Companhia. Entretanto existem despesas administrativas pagas pela Companhia repassadas para as demais empresas da Companhia através de nota de débito.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Resultado				

Transerra Transp. Nordeste Ltda.				
Aluguéis de veículos	(746)	(694)	(746)	(694)
Oleoplan Nordeste Ltda.				
Despesas compartilhadas	(1.231)	(1.301)	-	-
Total	**(1.977)**	**(1.995)**	**(746)**	**(694)**

No período compreendido entre 1° de janeiro e junho de 2020 não foi registrado nenhuma provisão para crédito de liquidação duvidosa e nenhuma despesa decorrente de perda de dívidas incobráveis relacionada aos saldos de operações com partes relacionadas em aberto.

Remuneração da Administração

A Companhia não possui transações com o pessoal chave da administração que não aquelas do fluxo normal de suas operações.

A remuneração anual global aprovada para os administradores é de R$ 3.200.

35 Cobertura de seguros

Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019 os ativos e responsabilidades de valores e riscos relevantes estão cobertos por seguro conforme demonstramos no quadro a seguir:

		LMGA			
		Controladora		Consolidado	
Cobertura	**Vencimento**	**30/06/2020**	**31/12/2019**	**30/06/2020**	**31/12/2019**
Patrimônio*	De 10/2020 a 09/2021	144.610	143.310	144.610	143.310
Seguro Garantia	De 08/2020 a 05/2023	48.128	48.007	180.728	48.007
Responsabilidade Civil	De 08/2020 a 05/2021	129.521	128.171	154.974	151.594
LMGA - Limite Máximo de Garantia da Apólice		**322.259**	**319.488**	**480.312**	**342.911**

*Os veículos leves estão segurados por 100% do preço da tabela fipe e não estão somados aos valores do LMGA.

36 Eventos subsequentes

a. Cisão Parcial

Através de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 02 de agosto de 2020 foi aprovada a cisão parcial do patrimônio líquido da Companhia com versão para outras sociedades do acervo líquido contábil no montante de R$ 208.877, mediante utilização de R$114.361 da reserva de lucros acumulados e redução de capital de R$94.516 sem cancelamento de ações existentes.

Desta forma, o capital social de R$ 174.038 (cento e setenta e quatro milhões, trinta e sete mil reais), foi reduzido para R$ 79.522 (setenta e nove milhões, quinhentos e vinte e dois mil reais), mediante a redução do valor patrimonial de cada ação ordinária nominativa da Companhia e sem o cancelamento de ações, uma vez que as ações da Companhia não têm valor nominal. Dessa

forma, o número total de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal unitário, permaneceu o mesmo, qual seja 18.858.244 (dezoito milhões, oitocentas e cinquenta e oito mil, duzentas e quarenta e quatro).

O acervo líquido vertido de R$208.877 está composto conforme segue

Conta contábil	R$	Empresa Cindenda
Imobilizado - Veículos	422	IMGC Adm. de Participações Ltda.
Imobilizado - Imóveis	20.794	IMGC Adm. de Participações Ltda.
Contas a receber - Cessão de créditos	25.298	IMGC Adm. de Participações Ltda.
Imobilizado - Sedes de filiais	58.593	Plano Investimento Imobiliário Ltda.
Imobilizado - Filial de Canoas – RS	1.300	Termican Participações Ltda.
Investimentos - Palmaplan Ltda.	101.973	IMGC Adm. de Participações Ltda.
Imobilizado - Aeronave	497	IMGC Adm. de Participações Ltda.
Total	**208.877**	

Após a conclusão do processo de cisão, a Companhia formalizou contratos de arrendamento para os imóveis e sedes filiais descritos acima. Esses arrendamentos normalmente duram dez anos, com opção de renovação do arrendamento após este período. Os pagamentos de arrendamento são reajustados a cada cinco anos, para refletir os valores de mercado. Alguns arrendamentos proporcionam pagamentos adicionais de aluguel, que são baseados em alterações do índice geral de preços. Para certos arrendamentos, a Companhia é impedida de entrar em qualquer contrato de sub-arrendamento.

Conforme requerido pelo CPC 06 / IFRS 16.99, a Companhia avaliou os requisitos para determinar se a operação de cisão se qualifica como uma obrigação de performance satisfeita com base no CPC 47 / IFR15, para determinar se a transferência do ativo deve ser contabilizada como venda desse ativo. No entendimento da Companhia essa transação não se enquadra no conceito de uma venda pelos seguintes motivos:

- Não existe contraprestação pela transferência dos ativos. Portanto a Companhia não existem termos de pagamento ou direitos a serem recebidos em troca desses ativos. Não existe um contrato de venda, por exemplo, e sim uma ata de cisão em que, basicamente, os ativos são cindidos para outras partes relacionadas em contrapartida a uma redução no patrimônio líquido da Companhia. Portanto, não atende aos critérios do CPC 47 / IFRS 15.9;

- A transação foi realizada entre partes relacionadas que possuem controle comum em último nível, ou seja, pertencentes ao mesmo grupo econômico. Portanto, a Companhia adotou a política contábil de reconhecer essa transação pelos valores contábeis históricos (e não pelo valor justo); e

- A cisão não se enquadra como uma transação usual no curso das operações de venda da Companhia. Portanto, não se qualifica como uma receita operacional dentro do escopo do CPC 47 / IFRS 15.

Com base no exposto, a operação de cisão e posterior arrendamento dos imóveis e sedes filiais não fica caracterizada como uma venda e retroarrendamento (*sale and leaseback*) nos termos do CPC 06 / IFRS 16.

Em 30 de setembro de 2020 os impactos decorrentes das transações de arrendamento foram os seguintes:

No ativo

	Controladora	Consolidado
Em 1 de janeiro de 2020	-	-
Adições a ativos de direito de uso	53.177	53.177
Em 30 de setembro de 2020	**53.177**	**53.177**

No passivo

Curto prazo		
Arrendamentos mercantil a pagar	12.623	12.623
Ajuste ao valor presente	(714)	(714)
	11.909	**11.909**
Longo prazo		
Arrendamentos mercantil a pagar	50.496	50.496
Ajuste ao valor presente	(9.229)	(9.229)
	41.267	**41.267**

b. Aumento de capital

Através de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de setembro de 2020 foi aprovado o aprovado aumento do capital social da Sociedade em R$1.000 (um milhão de reais), mediante a emissão de 237.143 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal unitário. Desta forma, o capital social passou de R$ 79.522 (setenta e nove milhões, quinhentos e vinte e dois mil reais), dividido em 18.858.244 (dezoito milhões, oitocentas e cinquenta e oito mil, duzentas e quarenta e quatro) para R$ 80.522 (oitenta milhões, quinhentos e vinte e dois mil reais), correspondentes a 19.095.387 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal unitário.

O referido aumento de capital foi totalmente subscrito e integralizado na referida data por meio da conferência à Companhia de quotas representativas da integralidade do capital social da empresa Origem Participações Ltda., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Porto Alegre - RS.

A empresa Origem Participações Ltda. é uma holding operacional e foi constituída em janeiro de 2020, e possui a seguinte situação patrimonial:

	R$
Total de ativos	38.067
Total de passivos	31.393
Patrimônio líquido	6.674

* * * * *

KPMG Auditores Independentes
Avenida Carlos Gomes, 258 - 6º andar, salas 601 a 606 - Boa Vista
90480-000 - Porto Alegre/RS - Brasil
Caixa Postal 18511 - CEP 90480-000 - Porto Alegre/RS - Brasil
Telefone +55 (51) 3327-0200
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Conselheiros e Diretores da
Oleoplan S.A. Óleos Vegetais Planalto
Porto Alegre - RS

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia Oleoplan S.A. Óleos Vegetais Planalto ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

ACKPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas**,** referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 21 de Outubro de 2020

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/F-7

Cristiano Jardim Seguecio

Contador CRC SP-244525/O-9 T-RS

ACKPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

OLEOPLAN S/A - Óleos Vegetais

Demonstrações Financeiras
Intermediárias em 31 março de 2020

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto Operacional

A Oleoplan S/A ("Companhia"), é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede em Porto Alegre e unidade fabril na cidade de Veranópolis, ambas no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, e tem como objetivo principal a produção de biodiesel, extração, industrialização, comercialização, importação e exportação de óleos vegetais e seus derivados, bem como de grãos vegetais em geral; fabricação de farelo de soja e proteínas concentradas de soja; comercialização de mercadorias, produtos e insumos agrícolas em geral, tais como sementes e fertilizantes; serviços de armazenagem e depósitos de cereais, por conta de terceiros e de mercadorias próprias; a exploração de atividade agrícola, de forma direta ou indireta, através de subsidiária integral ou empresas controladas.

2 Impactos do Covid-19

Em razão da pandemia mundial declarada pela Organização Mundial de Saúde ("OMS"), relacionada ao novo Coronavírus ("Covid-19") que vem afetando o Brasil e diversos países no mundo, trazendo riscos à saúde pública e impactos na economia mundial, a Companhia tomou todas medidas preventivas e de mitigação dos riscos em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais, visando minimizar eventuais impactos no que se refere à saúde e segurança dos colaboradores, familiares, parceiros e comunidades, e à continuidade das operações e dos negócios. Destacamos a seguir as principais análises e ações da Companhia sobre os impactos do Covid-19:

Efeitos econômicos do Covid-19

A Covid-19 não causou efeitos econômicos relevantes para a Companhia observado até o período findo em 31 de março de 2020. A Administração não identificou, até a data de aprovação das presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a existência de *impairment* ou outros efeitos materiais negativos, uma vez que todos os ativos existentes seguiram operando em condições consideradas normais, não impactando de forma material a performance da Companhia e suas controladas. A companhia não identificou queda nas vendas durante o período findo em 31 de março de 2020, comparado ao mesmo período do ano anterior. Como medida preventiva, a Companhia se utilizou de linhas de crédito disponíveis para reforço de caixa em caso de ocorrência de algum efeito adverso.

A Companhia seguirá acompanhando os efeitos da pandemia nos próximos meses e registrará os ajustes necessários nas informações financeiras intermediárias ou demonstrações financeiras anuais individuais e consolidadas quando e se ocorrerem e venham a produzir efeitos materiais.

Adoção das medidas provisórias e portarias emitidas

A Administração da Companhia avaliou as medidas provisórias e as portarias emitidas e decidiu por não adotar as medidas de postergação de pagamento de tributos federais aprovados na portaria nº 139/2020.

O plano de ação da Companhia visa contribuir para a diminuição da curva de crescimento do COVID-19 no Brasil, com o objetivo de evitar o colapso no sistema de saúde e poder dar

atendimento eficaz nos casos mais graves. Com isso, criou-se um Comitê composto pela Diretoria e setores de Recursos Humanos/Departamento Pessoal e Jurídico para avaliar e deliberar medidas a serem adotados pela Companhia em razão da pandemia.

Entre outras iniciativas tomadas pela Companhia, podemos destacar:

- Distribuição de máscaras para todos os colaboradores;
- Higienização frequente de superfícies de toque;
- Colaboradores da Companhia de risco foram afastados das atividades ou, quando possível, mantêm suas atividades laborais de forma isolada e com monitoramento regular;
- Colaboradores dos setores administrativos, quando possível, estão trabalhando de forma remota (*home office*);
- Busca ativa de colaboradores e terceiros com sintomas, orientando-os para a busca de atendimento médico;
- Orientação através dos técnicos de segurança dos procedimentos de prevenção, bem como fixação de cartazes em locais estratégicos e de fácil visualização a fim de instruir a todos a respeito do novo coronavírus;
- Disponibilização de álcool gel;
- Procedimentos que mitigam aglomerações nos refeitórios.

3 Relação de entidades controladas

Veja política contábil na nota explicativa 9(a)(i).

Segue abaixo lista das controladas relevantes da Companhia:

		Participação acionária %	
	País	**31/03/2020**	**31/12/2019**
Palmaplan Agroindustrial Ltda.	Brasil	99,33%	99,33%
Oleoplan Nordeste Indústria de Biocombustível Ltda.	Brasil	99,99%	99,99%

a. Palmaplan Agroindustrial Ltda.

A Palmaplan Agroindustrial Ltda. é uma empresa por quotas de responsabilidade limitada, com sede em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul e com a unidade fabril na cidade de Rorainópolis no Estado de Roraima, tem como objetivo principal o cultivo de dendê, a produção de mudas e outras formas de propagação vegetal certificadas, a fabricação de óleos vegetais brutos, exceto óleo de milho, a fabricação de óleos vegetais refinados, exceto óleo de milho, a fabricação de biocombustíveis, exceto álcool, o cultivo de soja, o comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos de solo.

b. Oleoplan Nordeste Indústria de Biocombustível Ltda.

A Oleoplan Nordeste Indústria de Biocombustíveis Ltda. é uma empresa por quotas de responsabilidade, com sede em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul e com a unidade fabril na cidade de Iraquara no Estado da Bahia, tem como objetivo principal a produção de Biodiesel, extração de óleo de soja, comercialização, importação e exportação de óleos vegetais e seus derivados, bem como de grãos vegetais em geral; fabricação de rações e concentrados para alimentação animal; fabricação de farelo de soja; comercialização de mercadorias, produtos e insumos agrícolas em geral, tais como sementes e fertilizantes.

4 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, estão de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 Demonstrações Intermediárias e com a norma internacional *IAS 34 – Interim Financial Reporting* emitida pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

A emissão das demonstrações financeiras intermediárias foi autorizada pela Diretoria em 20 de outubro de 2020.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 9.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

5 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

6 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 29(b) -** reconhecimento de receita: nos casos aplicáveis, a receita é reconhecida ao longo do tempo ou em um momento específico no tempo;

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de março de 2020 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 29(b) -** reconhecimento de receita: estimativa da expectativa de devolução;

- **Nota explicativa 27(d) -** reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;

- **Notas explicativas 22 -** reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;

- **Nota explicativa 25(c)(ii) -** mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perdas;

(i) Mensuração do valor justos

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo com base em uma avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3. Questões significativas de avaliação são reportadas para a administração da Companhia.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 17 -** propriedade para investimento;

- **Nota explicativa 25 -** instrumentos financeiros.

7 Mudanças nas principais políticas contábeis

As emissões/alterações de normas IFRS efetuadas pelo IASB que são efetivas para o exercício iniciado em 2020 não tiveram impactos nas informações contábeis intermediárias da Companhia. Adicionalmente, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício de 2021 ou após, e a Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Financeiras da adoção destas normas: - Alteração da norma IAS 1 – Classificação de passivos como circulante ou não-circulante: Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como passivo circulante ou passivo não-circulante. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciados em/ou após 01 de janeiro de 2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações financeiras.

8 Base de mensuração

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo;
- os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo.

9 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras intermediárias, salvo indicação ao contrário. (Veja também nota explicativa 7).

a. Base de consolidação

(i) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(ii) Participação de acionistas não-controladores

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

(iii) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

(iv) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Moeda estrangeira

(i) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

c. Receita de contrato com cliente

As informações sobre as políticas contábeis da Companhia relacionadas a contratos com clientes são fornecidas na nota explicativa 29(b).

d. Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

e. Subvenção e assistência governamentais

Subvenções governamentais relacionadas a ativos são reconhecidas inicialmente como receitas diferidas pelo seu valor justo, quando existe razoável segurança de que elas serão recebidas e que

a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção e são posteriormente reconhecidas no resultado como 'Outras Receitas', em uma base sistemática ao longo da vida útil do ativo.

As subvenções que visam compensar a Companhia por despesas tributárias incorridas são reconhecidas no resultado como redutoras destas despesas, em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas correlatas são registradas.

f. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- receita de juros;
- despesa de juros;
- ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros;

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

g. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Companhia determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e, portanto, foram contabilizados de acordo com o CPC 25/IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do período e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no período são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;

- diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e

- diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

h. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques dos produtos prontos e em elaboração foram valorizados pelo custo de produção que não excede o valor de mercado. Os estoques de matérias primas, materiais auxiliares, embalagens e de consumo estão registrados pelo custo médio de aquisição, acrescido dos gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis, que não excede o valor de mercado.

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou produção, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realização, à exceção dos estoques em poder de terceiros e matérias-primas que estão ajustados ao preço de mercado.

i. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo de certos itens do imobilizado em 1º de janeiro de 2009, data de transição da Companhia para as normas CPCs (IFRS) foi determinada com base em seu valor justo naquela data.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As taxas médias, estimadas de acordo com vidas úteis do ativo imobilizado são as seguintes, em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019:

	31/03/2020	**31/12/2019**
Prédios	3% a 4%	3% a 4%
Máquinas e equipamentos	5% a 20%	5% a 20%
Móveis e utensílios	10%	10%
Veículos	10% a 25%	10% a 25%
Instalações	10%	10%
Benfeitorias	10%	10%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

(iv) Propriedade para investimento

Quando o uso da propriedade muda de ocupada pelo proprietário para propriedade para investimento, a propriedade é remensurada ao seu valor justo e reclassificada como propriedade para investimento. Qualquer ganho resultante dessa remensuração é reconhecido no resultado na medida em que o ganho reverta uma perda anterior por redução ao valor recuperável na propriedade específica, sendo que qualquer ganho remanescente é reconhecido como outros resultados abrangentes e apresentado na conta de ajustes de avaliação patrimonial. Qualquer perda é reconhecida imediatamente no resultado. Contudo, na medida em que haja um montante previamente reconhecido como reavaliação dessa propriedade, a perda é reconhecida em outros resultados abrangentes e reduz a reserva de avaliação no patrimônio líquido.

j. Ativos intangíveis e ágio

(i) Reconhecimento e Mensuração

Ágio

O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Pesquisa e desenvolvimento

Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado.

As taxas médias, estimadas de acordo com vidas úteis dos ativos intangíveis são as seguintes:

- Softwares 20%
- Intangível - projetos 8%

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

k. Propriedade para investimento

As propriedades para investimentos são mensuradas pelo custo e, subsequentemente quaisquer alterações no seu valor são reconhecidas no resultado.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado.

Quando uma propriedade para investimento anteriormente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados.

A receita de aluguel de propriedades para investimento, quando ocorre, é reconhecida como outras receitas pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos concedidos são reconhecidos como parte integrante da receita total de aluguel, durante o prazo do arrendamento.

l. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos Financeiros
No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR. A companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA - instrumento de dívida ou ao VJORA -instrumento patrimonial.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (veja a nota explicativa 25(a)).

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. A Companhia não possui passivos financeiros designados como instrumentos de hedge.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros
A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a

Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Quando a Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros
A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação
Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge
A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado.

m. Capital social

(i) Ações ordinárias
Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32/IAS 12. (veja nota explicativa 24(a)).

n. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais
A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
- ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira para os itens descritos abaixo:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes (incluindo recebíveis de arrendamentos) e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (forward-looking).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 90 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.
- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas
As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

Ativos financeiros com problemas de recuperação
Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui ”problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do devedor;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial
A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa
O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 360 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. A Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros
Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto propriedades para investimento, estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pró-rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

o. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Reestruturação

Uma provisão para reestruturação é reconhecida quando a Companhia tem aprovado um plano de reestruturação detalhado e formal, e a reestruturação já teve início ou já foi anunciada publicamente. Perdas operacionais futuras não são provisionadas.

Contratos onerosos

Uma provisão para contratos onerosos é mensurada a valor presente pelo menor valor entre o custo esperado da rescisão do contrato e o custo líquido esperado caso o contrato seja mantido. Antes de a provisão ser constituída, a Companhia reconhece qualquer perda por redução ao valor recuperável dos ativos relacionados àquele contrato.

p. Arrendamentos

A Companhia aplicou o CPC 06(R2)/IFRS 16 utilizando a abordagem prospectiva e, portanto, as informações comparativas não foram reapresentadas e continuam a ser apresentadas conforme o CPC 06(R1)/IAS 17 e ICPC 03/IFRIC 4. Os detalhes das políticas contábeis conforme CPC 06(R1)/IAS 17 e ICPC 03/IFRIC 4 são divulgados separadamente.

Políticas contábeis aplicáveis a partir de 1 de janeiro de 2019

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, o Grupo utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2)/IFRS 16.

Esta política é aplicada aos contratos celebrados a partir de 1º de janeiro de 2019.

Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, o Grupo optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer

pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mesurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial.

Arrendamentos de ativos de baixo valor
A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

q. Mensuração do Valor Justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance).

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros (veja nota explicativa 5(b)).

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

10 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas foram efetivadas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3).
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8).
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

11 Caixa e equivalentes de caixa

Veja política contábil na nota explicativa 9(b), (l)(i)-(ii) e (p).

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	**31/12/2019**	**31/03/2020**	**31/12/2019**
Caixa	17	19	73	46
Bancos	9.323	32.368	15.663	38.509
Aplicações financeiras	383.409	360.954	483.235	449.244
Caixa e equivalentes de caixa	**392.749**	**393.341**	**498.971**	**487.799**

As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Para que um investimento financeiro seja qualificado como equivalente de caixa, precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento original de curto prazo, de três meses ou menos da data da aquisição.

As aplicações financeiras são efetuadas substancialmente em instituições consideradas pela Companhia como de primeira linha, com remuneração baseada na variação do CDI, com rentabilidade média correspondente a 101% do CDI em 31 de março de 2020 (101% em 31 de dezembro de 2019), com liquidez de curtíssimo prazo (90 dias ou menos) e; mantidas para remuneração do capital de giro temporariamente excedente.

12 Contas a receber de clientes

Veja política contábil na nota explicativa 9(b), (l)(i)-(ii) e (p) e (n)(ii).

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	**31/12/2019**	**31/03/2020**	**31/12/2019**
Clientes mercado interno	138.033	151.666	220.795	248.421
Clientes mercado externo	1.830	1.950	2.266	2.868
Contas a receber de clientes	**139.863**	**153.616**	**223.061**	**251.289**

O "*aging*" dos saldos reconhecidos nas demonstrações financeiras tem a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	**31/12/2019**	**31/03/2020**	**31/12/2019**
Valores totais a vencer:	**138.076**	**152.439**	**220.726**	**249.093**
Até 30 dias	134.333	137.646	216.537	233.381
De 31 a 90 dias	3.724	8.967	4.154	9.885
De 91 a 180 dias	19	5.772	27	5.772
Acima de 181 dias*	-	54	8	55
Valores totais vencidos:	**1.787**	**1.177**	**2.335**	**2.196**
Até 30 dias	1.787	634	1.885	895
De 31 a 90 dias	-	457	-	457

De 91 a 180 dias	-	-	4	156
Acima de 181 dias	-	86	446	688
Contas a receber de clientes	**139.863**	**153.606**	**223.061**	**251.289**

**Saldo não possui qualquer indicativo de perdas por impairment em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019.*

Riscos de crédito e de mercado, e perdas por redução ao valor recuperável

A exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado e perdas por redução ao valor recuperável relacionadas ao 'Contas a receber de clientes', está divulgada na nota explicativa 25(c).

13 Estoques

Veja política contábil na nota explicativa 9(h) e (n)(ii).

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	**31/12/2019**	**31/03/2020**	**31/12/2019**
Produtos acabados	41.332	46.526	65.288	63.694
Matérias primas	268.200	136.317	318.544	205.459
Produtos para revenda	1.358	2.511	1.358	2.511
Almoxarifado	5.451	5.376	5.464	5.379
Contas a receber de clientes	**316.341**	**190.730**	**390.654**	**277.043**

A Companhia possui compromissos firmes de compra de matérias-primas representados por contratos de compra para entrega futura com fornecedores, com preços determinados, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	**31/12/2019**	**31/03/2020**	**31/12/2019**
Preço médio saca (R$ 1,00)	88,97	80,29	88,97	79,65
Quant. Sacas (Un.)	86.100	1.546.882	86.100	1.923.220
Total (R$)	**7.661**	**124.199**	**7.661**	**153.184**

14 Créditos tributários

Ver política contábil na nota explicativa 9(o).

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	**31/12/2019**	**31/03/2020**	**31/12/2019**
Imposto sobre produtos industrializados (IPI)	177	151	177	152
PIS e COFINS compensar	25.260	32.647	49.966	59.037
PIS e COFINS a ressarcir (a)	47.820	30.729	77.148	57.372
ICMS	3.622	3.305	5.138	4.505
ICMS – CIAP	1.446	1.511	1.908	2.025
Outros	-	-	3	10
Reintegra	28	28	77	76
Saldo negativo de IRPJ	3.723	4.142	3.921	4.329
Saldo negativo de CSLL	4	4	5	4
Precatórios federais	23.118	22.965	23.118	22.965
Crédito judicial da exclusão do ICMS da base do IRPJ / CSLL (b)	7.930	7.859	17.203	25.281
Total de créditos tributários	**113.128**	**103.341**	**178.664**	**175.756**
Circulante	70.198	54.393	87.493	98.735
Não circulante	42.930	48.948	91.171	77.021

a) Do montante de Crédito de PIS e COFINS oriundos de crédito presumido nas vendas, a Companhia recebe em espécie 70% dos créditos trimestrais em até 60 dias após o pedido de ressarcimento. Os 30% restantes são recebidos após 1(um) ano, mediante fiscalização da Receita Federal do Brasil.

No período, a recuperação e compensação dos créditos contabilizados ocorreram conforme quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	**31/12/2019**	**31/03/2020**	**31/12/2019**
Recebimento	-	49.779	6.184	73.973
Compensação	2.836	18.059	4.338	26.554
Total*	**2.836**	**67.838**	**10.522**	**100.527**

** Os valores referem-se a créditos recebidos e compensados no período e de exercícios anteriores.*

b) Crédito de IRPJ e CSLL oriundos de crédito presumido de ICMS de anos anteriores, classificados como subvenção investimentos, corrigidos pela Selic, sem prazo para prescrição, os quais foram habilitados pela Receita Federal para sua compensação com quaisquer tributos federais, inclusive INSS.

c) Valor referente ao precatório decorrente da exclusão do ICMS presumido da base de cálculo do IRPJ e CSLL de exercícios anteriores.

Cronograma de realização dos créditos:

A Companhia projeta realizar seus créditos tributários, conforme cronograma a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	**31/12/2019**	**31/03/2020**	**31/12/2019**
2020	70.198	54.393	87.493	98.735
2021	34.948	38.757	72.113	52.257
2022	7.982	10.191	19.058	24.766
	113.128	**103.341**	**178.664**	**175.756**

15 Créditos por venda de investimentos

Veja política contábil na nota explicativa 9(a) e (n)(ii).

A Companhia possui em 31 de março de 2020 o montante de R$ 129.988 (R$ 129.988 em 31 de dezembro de 2019) correspondente ao valor a receber do Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura Origem pela venda, em 31 de dezembro de 2015, da totalidade da participação que detinha na então controlada Enerplan Participações S.A. A operação foi realizada pelo valor de R$ 174.788, tendo sido recebido parte em 2019 (R$ 44.800) e o restante em agosto de 2020, quando foi integralmente recebido.

16 Investimentos em controladas

Veja política contábil na nota explicativa 9(a) e (n)(ii).

(i) Movimentação dos Investimentos

A movimentação dos investimentos em controladas, apresentados nas demonstrações financeiras individuais da controladora, é como segue:

	Palmaplan Agroindustrial Ltda.	Oleoplan Nordeste Indústria de Biocombustível Ltda.	Ágio Oleoplan Nordeste	Outros Investimentos avaliado ao custo	TOTAL
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**75.342**	**229.681**	**9.968**	**601**	**315.592**
Aquisição	19.120	-	-	-	19.120
Equivalência patrimonial	(1.694)	137.149	-	-	135.455
			-		
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**92.768**	**366.830**	**9.968**	**601**	**470.167**
Aquisição - AFAC (*)	5.548	-	-	-	5.548
Equivalência patrimonial	(1.543)	23.431	-	-	21.888
Saldo em 31 de março de 2020	**96.773**	**390.261**	**9.968**	**601**	**497.603**

(*) Adiantamento para futuro aumento de capital concedido para a controlada Palmaplan, o qual será objeto para aumento de capital desta na próxima alteração contratual.

(ii) Informações Financeiras resumidas

Controladora **Em 31 de março de 2020**	**Participação acionária**	**Ativo circulante**	**Ativo não circulante**	**Passivo circulante**	**Passivo não circulante**	**Patrimônio Líquido**	**Lucro (Prejuízo) Líquido**
Palmaplan Agroindustrial Ltda	99,33%	4.554	97.554	2.260	2.632	97.216	(1.544)
Oleoplan Nordeste Indústria de Biocombustível Ltda.	99,99%	289.013	162.165	46.583	14.333	390.262	23.431
Saldos contábeis nas controladas		**293.567**	**259.719**	**48.843**	**16.965**	**487.478**	**21.887**

Controladora **Em 31 de dezembro de 2019**	**Participação acionária**	**Ativo circulante**	**Ativo não circulante**	**Passivo circulante**	**Passivo não circulante**	**Patrimônio Líquido**	**Lucro (Prejuízo) Líquido**
Palmaplan Agroindustrial Ltda	99,33%	1.763	96.264	1.893	2.911	93.223	(1.705)
Oleoplan Nordeste Indústria de Biocombustível Ltda.	99,99%	321.862	139.545	81.499	13.077	366.831	137.159
Saldos contábeis nas controladas		**323.625**	**235.809**	**83.391**	**15.989**	**460.054**	**135.454**

17 Propriedades para investimentos

Veja política contábil na nota explicativa 9(k) e (n)(ii).

a. Composição do valor contábil

Os saldos reconhecidos como propriedades para investimentos possuem a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	**31/12/2019**	**31/03/2020**	**31/12/2019**
Imóveis urbanos	20.794	20.794	20.794	20.794
Boxes	-	315	-	315
Lojas comerciais	-	341	-	341
Propriedade para investimento	**20.794**	**21.450**	**20.794**	**21.450**

Propriedades para investimento incluem uma série de imóveis que são arrendados a terceiros ou mantidos para valorização. Renovações subsequentes são negociadas com o arrendatário com período médio de quatro anos.

b. Valor de mercado

O valor justo dos imóveis classificados como propriedade para investimentos em 31 de março de 2020 é de R$ 31.757 (R$ 36.460 em 31 de dezembro de 2019), conforme laudos emitidos por especialistas a cada data de fechamento.

c. Valores reconhecidos no resultado

A receita de aluguel reconhecida pela Companhia no período compreendido foi de R$ 97 (R$ 200 em 2019) e foi incluída em “outras receitas” (veja nota explicativa 30).

18 Imobilizado

Veja políticas contábeis nas notas explicativas 9(i) e (n)(ii).

a. Conciliação do valor contábil e movimentação

Controladora

Custo	Terrenos	Prédios	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	Instalações	Benfeitorias	Imobilizado em andamento (a)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**10.110**	**36.664**	**173.035**	**2.075**	**44.324**	**24.962**	**20.803**	**23.485**	**335.458**
Adições	-	-	1.087	401	7.135	239	4	20.336	29.203
(-) Baixas	-	-	(591)	(23)	-	(5)	-	(161)	(780)
Transferências	-	-	63	3	-	-	68	(133)	1
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**10.110**	**36.664**	**173.594**	**2.456**	**51.459**	**25.196**	**20.875**	**43.527**	**363.881**
Adições	-	-	430	77	49	85	-	4.747	5.388
(-) Baixas	-	9	(5)	(2)	-	(3)	-	(4.151)	(4.152)
Transferências	-	169	2.432	-	-	1.817	(3)	(4.415)	
Saldo em 31 de março de 2020	**10.110**	**36.842**	**176.451**	**2.531**	**51.508**	**27.095**	**20.872**	**39.708**	**365.117**
Depreciação acumulada 2019	-	(15.065)	(107.979)	(1.289)	(29.238)	(18.370)	(5.422)	-	(177.363)
Depreciação acumulada em 31 de março de 2020	-	(15.412)	(109.278)	(1.345)	(29.662)	(18.772)	(5.629)	-	(180.098)
Valor contábil líquido									
Em 31 de dezembro de 2019	**10.110**	**21.599**	**65.614**	**1.168**	**22.221**	**6.826**	**15.453**	**43.527**	**186.518**
Em 31 de março de 2020	**10.110**	**21.430**	**67.173**	**1.186**	**21.846**	**8.323**	**15.243**	**39.708**	**185.019**

(a) Em 31 de março de 2020 o imobilizado em andamento está substancialmente representado pelos custos incorridos nos projetos da Caldeira Aquatubular 70TH/77BAR e sistema de cogeração de energia elétrica para consumo na unidade de Veranópolis.

Consolidado

Custo	Terrenos	Prédios	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	Instalações	Benfeitorias	Imobilizado em Andamento	Plantas Portadoras	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**24.598**	**62.846**	**231.048**	**2.890**	**51.133**	**35.425**	**27.210**	**43.435**	**45.959**	**524.545**
Adições	1.000	-	3.015	563	10.273	346	4	42.199	8.848	66.247
(-) Baixas	-	-	(671)	(23)	(3)	(6)	-	(1.794)	-	(2.498)
Transferências	-	-	63	3	-	-	68	(133)	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**25.598**	**62.846**	**233.454**	**3.433**	**61.402**	**35.765**	**27.282**	**83.707**	**54.807**	**588.295**
Adições	-	-	1.085	89	145	89	379	10.520	60	12.368
(-) Baixas	-	8	(8)	(2)	-	(3)	-	(4.834)	-	(4.839)
Transferências	-	5.667	9.449	-	-	4.132	377	(19.626)	-	-
Saldo em 31 de março de 2020	**25.598**	**68.522**	**243.980**	**3.520**	**61.547**	**39.983**	**28.038**	**69.768**	**54.687**	**595.823**
Depreciação acumulada 2019	-	(21.657)	(116.820)	(1.668)	(32.139)	(22.533)	(6.515)	-	-	(201.332)
Depreciação acumulada em 31 de março de 2020	-	(22.284)	(118.603)	(1.748)	(33.060)	(23.218)	(6.790)	-	(683)	(206.386)
Valor contábil líquido										
Em 31 de dezembro de 2019	**25.598**	**41.189**	**116.635**	**1.765**	**29.263**	**13.232**	**20.767**	**83.707**	**54.807**	**386.963**
Em 31 de março de 2020	**25.598**	**46.238**	**125.377**	**1.772**	**28.487**	**16.765**	**21.248**	**69.768**	**54.184**	**389.437**

(a) Em 30 de setembro de 2020 o saldo de cultura permanente representa o plantio de palmas para produção de óleo, na controlada Palmaplan a qual foi cindida em agosto de 2020.

b. Provisão para redução ao valor recuperável e reversão subsequente

Para fins de identificação de possíveis ajustes relativos à provisão para redução ao valor recuperável dos ativos, a Companhia realiza a análise da existência de indicadores advindos de fontes internas ou externas de perda no valor recuperável dos seus ativos de longa duração. Não foram identificados indicadores desta natureza em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

19 Ativos intangíveis e ágio

Veja política contábil nas notas explicativas 9(j) e (n)(ii).

Conciliação do valor contábil

Controladora

Custo	Intangível (Software)	Intangível (Projetos)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**763**	**424**	**1.187**
Adições	21	-	21
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**784**	**424**	**1.208**
Adições	20	-	20
Saldo em 31 de março de 2020	**804**	**424**	**1.228**
Amortização acumulada 2019	(694)	-	(694)
Amortização acumulada em 31 de março de 2020	(704)	(106)	(810)
Valor contábil líquido			
Em 31 de dezembro de 2019	**90**	**424**	**514**
Em 31 de março de 2020	**100**	**318**	**418**

Consolidado

Custo	Intangível (Software)	Intangível (Projetos)	Ágio na aquisição de investimentos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**918**	**424**	**9.968**	**11.311**
Adições	378	-	-	378
(-) Baixas	(322)	-	-	(322)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**974**	**424**	**9.968**	**11.366**
Adições	20	-	-	20
(-) Baixas	-	-	-	-
Saldo em 31 de março de 2020	**994**	**424**	**9.968**	**11.386**

Amortização acumulada 2019	(708)	-	-	(708)
Amortização acumulada em 31 de março de 2020	(724)	(106)	-	(830)
Valor contábil líquido				
Em 31 de dezembro de 2019	**266**	**424**	**9.968**	**10.658**
Em 31 de março de 2020	**270**	**318**	**9.968**	**10.556**

a. Ágio por expectativa de rentabilidade futura:
Em dezembro de 2011 a companhia adquiriu da empresa Vanguarda Agro S.A. (companhia aberta), a empresa V-Biodiesel Indústria de Biocombustível Ltda., unidades de produção de biodiesel, hoje operacionalizadas na controlada Oleoplan Nordeste Indústria de Biocombustível Ltda., pelo valor global de R$ 100.595, tendo apurado na operação ágio no valor de R$ 9.968, com base na expectativa de resultados futuros.

b. Teste por redução ao valor recuperável
A Companhia efetuou avaliação de recuperabilidade do ágio registrado, oriundo da aquisição, em 2011, da Oleoplan Nordeste Indústria de Biocombustível Ltda., e não identificou ajustes necessários ao seu valor de realização, dados os níveis elevados de geração de caixa da controlada. Desta forma, para os períodos findos em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019 não foi reconhecido nenhum impairment sobre o ágio reconhecido nas demonstrações financeiras intermediárias da Companhia.

20 Fornecedores e outras contas a pagar

Veja política contábil nas notas explicativas 9(l)(iii) e (iv).

a) Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	**31/12/2019**	**31/03/2020**	**31/12/2019**
Fornecedores de soja	280.705	111.367	289.770	147.354
Fornecedores diversos	45.618	54.746	75.309	85.382
Fornecedores	**326.323**	**166.113**	**365.079**	**232.736**

A informação sobre a exposição da Companhia aos riscos de moeda e de liquidez relacionados a fornecedores e outras contas a pagar encontram-se divulgados na nota explicativa 25(c).

b) Adiantamento a fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Adiantamento a terceiros diversos	10.231	1.552	21.452	2.074
Adiantamento a fornecedores de soja	39.735	27.485	40.307	27.485
Adiantamentos a fornecedores	**49.966**	**29.037**	**61.759**	**29.559**
Circulante	24.268	3.339	36.061	3.861
Não circulante	25.698	25.698	25.698	25.698

21 Empréstimos e financiamentos

Ver políticas contábeis nas notas explicativas 9(b)(i), (l)(i) e (iii)

a. Movimentação da dívida

	31/03/2020		31/12/2019	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Saldo inicial	**879.930**	**886.698**	**729.276**	**755.725**
Despesas de juros sobre dívidas financeiras	14.321	14.524	47.838	49.386
Empréstimos e financiamentos obtidos	104.613	104.613	407.920	409.812
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(70.212)	(71.167)	(305.104)	(328.225)
Saldo final	**928.652**	**934.668**	**879.930**	**886.698**

b. Termos e condições de amortização da dívida

Os termos e condições dos empréstimos em aberto são:

Controladora			31/03/2020				31/12/2019			
Modalidade	**Moeda**	**Indexador**	**Custo médio ponderado**	**Saldo devedor**	**Curto prazo**	**Longo prazo**	**Custo médio ponderado**	**Saldo devedor**	**Curto prazo**	**Longo prazo**
Capital de Giro	USD	Pré	4,78%	38.366	38.366	-	5,02%	33.786	29.664	4.122
Capital de Giro	USD	Libor 3m	4,16%	130.622	14.514	116.108	5,16%	24.388	14.633	9.755
Capital de Giro	EUR	Pré	-	-	-	-	2,06%	10.329	10.329	-
Capital de Giro	BRL	Pré	6,40%	82.885	82.885	-	6,55%	86.814	86.814	-
Capital de Giro	BRL	CDI +	5,88%	500.782	247.775	253.007	6,66%	548.618	154.648	393.970
Capital de Giro	BRL	% CDI	4,59%	152.147	-	152.147	5,54%	150.226	-	150.226
Finame	BRL	Pré	5,57%	10.322	3.764	6.558	5,58%	11.373	3.956	7.417
Finame	BRL	IPCA	10,73%	13.202	3.626	9.576	11,74%	14.059	3.613	10.446
Finame	BRL	TLP	6,34%	326	84	244	6,41%	337	67	270
			5,49%	**928.652**	**391.012**	**537.640**	**6,37%**	**879.930**	**303.724**	**576.206**

Consolidado			31/03/2020				31/12/2019			
Modalidade	**Moeda**	**Indexador**	**Custo médio ponderado**	**Saldo devedor**	**Curto prazo**	**Longo prazo**	**Custo médio ponderado**	**Saldo devedor**	**Curto prazo**	**Longo prazo**
Capital de Giro	USD	Pré	4,78%	38.366	38.366	-	5,02%	33.786	29.663	4.123
Capital de Giro	USD	Libor 3m	4,16%	130.622	14.514	116.108	5,16%	24.388	14.633	9.755
Capital de Giro	EUR	Pré	-	-	-	-	2,06%	10.329	10.329	-
Capital de Giro	BRL	Pré	6,40%	82.885	82.885	-	6,55%	86.814	86.814	-
Capital de Giro	BRL	CDI +	5,88%	500.781	247.774	253.007	6,66%	548.618	154.648	393.970
Capital de Giro	BRL	% CDI	4,59%	152.147	-	152.147	5,54%	150.226	-	150.226
Finame	BRL	Pré	5,80%	11.318	4.109	7.209	5,76%	12.700	4.574	8.126
Finame	BRL	IPCA	10,73%	13.202	3.626	9.576	11,74%	14.060	3.614	10.446
Finame	BRL	TJLP	11,19%	303	183	120	11,67%	348	183	165
Finame	BRL	TJLP e Selic	6,07%	830	256	574	6,60%	891	261	630
Finame	BRL	TLP	6,53%	4.214	1.427	2.787	6,64%	4.538	1.347	3.191
			5,50%	**934.668**	**393.140**	**541.528**	**6,37%**	**886.698**	**306.066**	**580.632**

Informações sobre a exposição da Companhia à taxa de juros, moeda estrangeira e risco de liquidez estão incluídas na nota explicativa 25(c).

c. Cronograma de amortização da dívida

O cronograma para amortização e liquidação das parcelas de longo prazo dos empréstimos em aberto são:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	**31/12/2019**	**31/03/2020**	**31/12/2019**
Liquidação em 2021	-	326.025	-	328.043
Liquidação em 2022	235.833	130.564	237.807	132.080
Liquidação em 2023	142.258	93.691	143.565	94.449
Liquidação em 2024	91.940	25.915	92.477	26.042
Liquidação em 2025	67.609	11	67.679	18
	537.640	**576.206**	**541.528**	**580.632**

d. Garantias

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	**31/12/2019**	**31/03/2020**	**31/12/2019**
Empréstimos bancários com garantia (avais)	449.739	694.325	449.739	729.671
Empréstimos bancários com garantia (físicas)	478.913	185.605	484.929	157.027
	928.652	**879.930**	**934.668**	**886.698**

e. Cumprimento de cláusulas contratuais restritivas (*covenants*)

A Companhia detém empréstimos bancários no montante de R$ 424.853 (R$ 308.294 em 31 de dezembro de 2019) que, de acordo com os termos dos contratos, serão pagos em parcelas nos próximos 4 anos, os quais contêm cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) que estabelecem que, caso não sejam atingidos anualmente, os empréstimos podem se tornar imediatamente vencidos, como segue:

		Controladora		Consolidado	
Banco	***Covenants***	**31/03/2020**	**31/12/2019**	**31/03/2020**	**31/12/2019**
Banco Itaú BBA	Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,0 Patrimônio Líquido/Ativo Total maior ou igual 25% em 2019 Patrimônio Líquido/Ativo Total maior ou igual 30% a partir de 2020	101.291	101.669	101.291	101.669
Banco do Brasil	Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,0	91.667	105.180	91.667	105.180
Citibank	Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,0 Liquidez Corrente maior ou igual a 1,0	130.622	-	130.622	-
Banco Rabobank	Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,0 Patrimônio Líquido/Ativo Total maior ou igual 25% em 2019 Patrimônio Líquido/Ativo Total maior ou igual 30% a partir de 2020	101.274	101.445	101.274	101.445
	Total do saldo devedor	**424.853**	**308.294**	**424.853**	**308.294**

f. Operações de compror

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Operações de *compror*	-	9.857	-	9.857
Total	**-**	**9.857**	**-**	**9.857**

A Companhia mantém operação de *compror* na qual obtém a extensão dos prazos de suas compras por meio de financiamento de parte do saldo de fornecedores por intermédio de instituições financeiras, as quais são efetuados a taxa de mercado. A Companhia segrega estas operações dos saldos de fornecedores em função de sua natureza. Não existem operações em aberto em 31 de março de 2020.

22 Contingências e depósitos judiciais

No desenvolvimento de suas operações, a companhia e suas controladas estão sujeitas a certos riscos, representadas por ações trabalhistas, cíveis e tributárias, as quais estão sendo discutidas nas esferas, administrativa e judicial.

A administração da Companhia decidiu, com base na opinião dos seus consultores legais, registrar a provisão para contingências em montante considerado suficiente para as ações e valores cujas perdas foram classificadas como prováveis.

O montante constituído das provisões está sendo apresentado conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Provisões cíveis	223	223	1.894	1.894
Provisões trabalhistas	4.887	4.887	4.954	4.954
Provisão de Contingências	**5.110**	**5.110**	**6.848**	**6.848**

A Administração, com base nas opiniões dos seus consultores legais, de que as perdas são possíveis, mas não prováveis com perdas significativas, ou remotas, não procedeu ao registro de provisão para contingências para as referidas ações. A estimativa dos consultores legais para ações com perdas possíveis, mas não prováveis são representadas por:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Provisões cíveis	1.920	1.920	1.925	1.925
Provisões trabalhistas	6.636	6.636	7.791	7.791
Total de causas possíveis de perdas	**8.556**	**8.556**	**9.716**	**9.716**

A Companhia não reconhece ativo contingente. Ativo contingente é um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade. Com base na opinião dos

seus consultores legais, a Companhia divulga saldo de ativos contingentes com provável entrada de benefícios econômicos é de aproximadamente R$ 516 em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

A movimentação dos depósitos judiciais pode ser assim resumida:

Depósitos Judiciais	**Controladora**	**Consolidado**
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**1.772**	**1.939**
Depósitos efetuados e atualização	341	2.140
(-) Resgates e atualização	(524)	(526)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**1.589**	**3.553**
Depósitos efetuados e atualização	7	12
(-) Resgates e atualização	(76)	(102)
Saldo em 31 de março de 2020	**1.520**	**3.463**

23 Subvenções governamentais

A Companhia possui reconhecido valores referentes à parte incentivada do Crédito Presumido de ICMS, usufruído como subvenção para investimento, decorrente da redução da base de cálculo do ICMS do Estado do RS.

A partir da Lei Complementar 160/2017, os incentivos fiscais do ICMS são considerados subvenção para investimentos e não deverão ser tributados pelo IRPJ e CSLL. Diante disso, a Companhia buscou reaver estes valores que foram tributados a maior, dentro do prazo prescricional. Na forma em que estabelece a legislação, o principal requisito para a não tributação é a destinação do valor das receitas de subvenções para reserva de incentivos fiscais, dentro do grupo de reservas de lucros. Os valores que constituem esta reserva referem-se às receitas decorrentes da redução da base de cálculo do ICMS, dos anos de 2013 a 2019, períodos em que a Companhia teve a fruição do benefício até o momento.

No período de três meses findo em 31 de março de 2020 foram registrados na controladora R$ 17.058(R$ 14.476 primeiro trimestre de 2019) e no consolidado R$ 28.956 (R$26.283 no primeiro trimestre de 2019).

A Companhia, através da controlada Oleoplan Nordeste Indústria de Biocombustível Ltda., possui saldo de investimento oriundo do benefício fiscal previsto na Lei 8.167/1991 com prazo de duração até 31 de dezembro de 2023. O benefício fiscal em questão consiste na redução do IRPJ devido pela Companhia que opera na área da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

No período de três meses findo em 31 de março de 2020, foram registrados na controlada R$ 1.271 (R$ 2.240 em igual período de 2019).

24 Patrimônio líquido

Veja políticas contábeis nas notas explicativas 9(e) e (m).

a. Capital Social

O capital social da Companhia em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019 é de R$ 174.038, totalmente representado por 18.858.244 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal unitário, totalmente integralizado. As ações ordinárias têm os mesmos direitos com relação aos ativos líquidos residuais da Companhia.

Ações ordinárias

Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia. Com relação às ações em tesouraria, todos os direitos dessas ações estão suspensos até que essas ações sejam colocadas novamente no mercado.

b. Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se a reserva de reavaliação registrada em 2007 sobre máquinas, equipamentos e prédios, a qual está sendo mantida até a sua total realização.

c. Reserva de lucros

- **Reserva Legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

- **Reserva de retenção de lucros:** É destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital para construção da nova fábrica de papel padrão, conforme proposta no orçamento previamente aprovado na assembleia geral.

- **Reserva de subvenções:** Na controladora refere-se à parte incentivada do Crédito Presumido de ICMS, usufruído como subvenção para investimento, decorrente da redução da base de cálculo do ICMS do Estado do RS. No trimestre foi constituída reserva no valor de R$ 17.059.

d. Subvenções governamentais

Referem-se a créditos presumidos de ICMS auferidos no estado do RS, de acordo com a Lei Complementar 160/2017. No exercício de 2019 foi constituída reserva referente aos exercícios de 2019, 2018, 2017 e 2016, no montante de R$116.319, e no exercício foi constituído o valor de R$21.455, os quais foram transferidos para a conta de subvenções para investimentos em conformidade com o artigo 195-A da Lei das SAs.

e. Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 5% do resultado do exercício ajustado na forma da Lei.

No trimestre findo em 31 de março de 2020 e 31 de março de 2019, não foram distribuídos dividendos.

25 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

Os saldos contábeis são representados por:

Ativos	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Ativos financeiros mensurados ao valor justo	**29.216**	**3.565**	**29.216**	**3.565**
Swaps de taxa de juros utilizados para *hedging*	29.216	1.000	29.216	1.000
Contratos de câmbio utilizados para *hedging*		2.565	-	2.565
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo	**732.480**	**726.604**	**936.366**	**921.536**
Contas a receber de clientes	139.863	153.616	223.061	251.289
Créditos por Venda de investimentos	129.988	129.988	129.988	129.988
Adiantamento a fornecedores	49.966	29.037	61.759	29.559
Outros créditos	17.793	18.432	18.523	18.747
Caixa e equivalentes de caixa	392.749	393.341	498.971	487.799
Outros investimentos	601	601	601	601
Depósitos judiciais	1.520	1.589	3.463	3.553
Passivos				
Passivos financeiros mensurados ao valor justo	**(41.295)**	**(3.767)**	**(41.295)**	**(3.767)**
Swaps de taxa de juros utilizados para *hedging*	(5.111)	(3.118)	(5.111)	(3.118)
Derivativos de moeda utilizados para *hedging*	(36.184)	(649)	(36.184)	(649)
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo	**(1.268.077)**	**(1.069.012)**	**(1.314.507)**	**(1.143.469)**
Empréstimos bancários com garantia (avais e outros)	(449.739)	(694.325)	(652.303)	(694.325)
Empréstimos bancários com garantia (físicas[1])	(478.913)	(185.605)	(282.365)	(192.373)
Fornecedores e operações de compror	(326.323)	(175.970)	(365.079)	(242.593)
Outras contas a pagar	(13.102)	(13.112)	(14.760)	(14.178)
Ativos (Passivos) líquidos	**(547.676)**	**(342.610)**	**(390.220)**	**(222.135)**

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros reconhecidos em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Além disto, a tabela não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Ativos - Controladora
31 de março de 2020

	Nota	Valor contábil				Valor justo		
		Valor justo - instrumentos de *hedging*	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros ativos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo		**29.216**	**-**	**-**	**29.216**	**-**	**28.735**	**28.735**
Swaps de taxa de juros utilizados para *hedging*		29.216	-	-	29.216	-	28.735	28.735
					-			
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo		**-**	**601.891**	**130.589**	**732.480**	**-**	**-**	**732.480**
Contas a receber de clientes		-	139.863	-	139.863	-	-	139.863
Créditos por Venda de investimentos		-	-	129.988	129.988	-	-	129.988
Adiantamento a fornecedores		-	49.966	-	49.966	-	-	49.966
Outros créditos		-	17.793	-	17.793	-	-	17.793
Caixa e equivalentes de caixa		-	392.749	-	392.749	-	-	392.749
Outros investimentos		-	-	601	601	-	-	601
Depósitos judiciais		-	1.520	-	1.520	-	-	1.520

Passivos - Controladora
31 de março de 2020

		Valor contábil				Valor justo		
Em milhares de Reais	Nota	Valor justo - instrumentos de hedging	Passivos financeiros a custo amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Passivos financeiros mensurados ao valor justo		**41.295**	**-**	**-**	**41.295**	**-**	**41.295**	**41.295**
Swaps de taxa de juros utilizados para *hedging*		5.111	-	-	5.111	-	5.111	**5.111**
Derivativos de moeda utilizados para *hedging*		36.184	-	-	36.184	-	36.184	**36.184**
Commodities		-	-	-	-	-	-	**-**
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo		**-**	**1.254.975**	**13.102**	**1.268.077**	**-**	**-**	**1.268.077**
Empréstimos bancários com garantia (avais e outros)		-	652.303	-	449.739	-	-	**449.739**
Empréstimos bancários com garantia (físicas[1])		-	276.349	-	478.913	-	-	**478.913**
Fornecedores e operações de compror		-	326.323		326.323	-	-	**326.323**
Outras contas a pagar		-	-	13.102	13.102	-	-	**13.102**

Ativos - Consolidado
31 de março de 2020

		Valor contábil				Valor justo		
	Nota	Valor justo - instrumentos de *hedging*	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros ativos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo		**29.216**	**-**	**-**	**29.216**	**-**	**28.735**	**28.735**
Swaps de taxa de juros utilizados para *hedging*		29.216	-	-	29.216	-	28.735	28.735
					-			
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo		**-**	**805.777**	**130.589**	**936.366**	**-**	**-**	**936.366**
Contas a receber de clientes		-	223.061	-	223.061	-	-	223.061
Créditos por Venda de investimentos		-	-	129.988	129.988	-	-	129.988
Adiantamento a fornecedores		-	61.759	-	61.759	-	-	61.759
Outros créditos		-	18.523	-	18.523	-	-	18.523
Caixa e equivalentes de caixa		-	498.971	-	498.971	-	-	498.971
Outros investimentos		-	-	601	601	-	-	601
Depósitos judiciais		-	3.463	-	3.463	-	-	3.463

Passivos - Consolidado
31 de março de 2020

		Valor contábil				Valor justo		
Em milhares de Reais	Nota	Valor justo - instrumentos de hedging	Passivos financeiros a custo amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Passivos financeiros mensurados ao valor justo		**41.295**	**-**	**-**	**41.295**	**-**	**41.295**	**41.295**
Swaps de taxa de juros utilizados para *hedging*		5.111	-	-	5.111	-	5.111	5.111
Derivativos de moeda utilizados para *hedging*		36.184	-	-	36.184	-	36.184	36.184
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo		**-**	**1.299.747**	**14.760**	**1.314.507**	**-**	**-**	**1.314.507**
Empréstimos bancários com garantia (avais e outros)		-	652.303	-	652.303	-	-	**652.303**
Empréstimos bancários com garantia (físicas[1])		-	282.365	-	282.365	-	-	**282.365**
Fornecedores e operações de compror		-	365.079		365.079	-	-	**365.079**
Outras contas a pagar		-		14.760	14.760	-	-	**14.760**

[1]consideram-se garantias físicas: imóveis, equipamentos e penhor.

Ativos - Controladora
31 de dezembro de 2019

	Nota	Valor contábil				Valor justo		
		Valor justo - instrumentos de *hedging*	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros ativos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo		**3.565**	**-**	**-**	**3.565**	**-**	**3.565**	**3.565**
Swaps de taxa de juros utilizados para *hedging*		1.000	-	-	1.000	-	1.000	1.000
Derivativos de moeda utilizados para *hedging*		2.565	-	-	2.565	-	2.565	2.565
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo		**-**	**596.015**	**130.589**	**726.604**	**-**	**-**	**726.604**
Contas a receber de clientes		-	153.616	-	153.616	-	-	153.616
Créditos por Venda de investimentos		-	-	129.988	129.988	-	-	129.988
Adiantamento a fornecedores		-	29.037	-	29.037	-	-	29.037
Outros créditos		-	18.432	-	18.432	-	-	18.432
Caixa e equivalentes de caixa		-	393.341	-	393.341	-	-	393.341
Outros investimentos		-	-	601	601	-	-	601
Depositos judiciais		-	1.589	-	1.589	-	-	1.589

Passivos - Controladora
31 de dezembro de 2019

Em milhares de Reais	Nota	Valor contábil				Valor justo		
		Valor justo - instrumentos de *hedging*	Passivos financeiros a custo amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Passivos financeiros mensurados ao valor justo		**3.767**	**-**	**-**	**3.767**	**-**	**3.767**	**3.767**
Swaps de taxa de juros utilizados para *hedging*		3.118	-	-	3.118	-	3.118	**3.118**
Derivativos de moeda utilizados para *hedging*		649	-	-	649	-	649	**649**
Commodities		-	-	-	-	-	**3.767**	**-**
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo		**-**	**1.055.900**	**34.681**	**1.090.581**	**-**	**-**	**1.090.581**
Empréstimos bancários com garantia (avais e outros)		-	694.325	-	694.325	-	-	**694.325**
Empréstimos bancários com garantia (físicas[1])		-	185.605	-	185.605	-	-	**185.605**
Fornecedores e operações de compror		-	175.970		175.970	-	-	**175.970**
Provisões e Outras contas a pagar *		-	-	13.112	13.112	-	-	**13.112**
Impostos diferidos		-	-	21.569	21.569	-	-	**21.569**

Ativos - Consolidado
31 de dezembro de 2019

	Nota	Valor contábil				Valor justo		
		Valor justo - instrumentos de *hedging*	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros ativos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo		**3.565**	**-**	**-**	**3.565**	**-**	**3.565**	**3.565**
Swaps de taxa de juros utilizados para *hedging*		1.000	-	-	1.000	-	1.000	1.000
Derivativos de moeda utilizados para *hedging*		2.565	-	-	2.565	-	2.565	2.565
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo		**-**	**790.947**	**130.589**	**921.536**	**-**	**-**	**921.536**
Contas a receber de clientes		-	251.289	-	251.289	-	-	251.289
Créditos por Venda de investimentos		-		129.988	129.988	-	-	129.988
Adiantamento a fornecedores		-	29.559	-	29.559	-	-	29.559
Outros créditos		-	18.747	-	18.747	-	-	18.747
Caixa e equivalentes de caixa		-	487.799	-	487.799	-	-	487.799
Outros investimentos		-	-	601	601	-	-	601
Depósitos judiciais		-	3.553	-	3.553	-	-	3.553

Passivos - Consolidado
31 de dezembro de 2019

Em milhares de Reais	Nota	Valor contábil				Valor justo		
		Valor justo - instrumentos de *hedging*	Passivos financeiros a custo amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Passivos financeiros mensurados ao valor justo		**3.767**	**-**	**-**	**3.767**	**-**	**3.767**	**3.767**
Swaps de taxa de juros utilizados para *hedging*		3.118	-	-	3.118	-	3.118	**3.118**
Derivativos de moeda utilizados para *hedging*		649	-	-	649	-	649	**649**
Commodities		-	-	-	-	-	-	**-**
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo		**-**	**1.129.291**	**45.353**	**1.174.644**	**-**	**-**	**1.174.644**
Empréstimos bancários com garantia (avais e outros)		-	694.325	-	694.325	-	-	**694.325**
Empréstimos bancários com garantia (físicas[1])		-	192.373	-	192.373	-	-	**192.373**
Empréstimos bancários sem garantia		-	-	-	-	-	-	**-**
Fornecedores e operações de compror		-	242.593		242.593	-	-	**242.593**
Provisões e Outras contas a pagar		-	-	14.178	14.178	-	-	**14.178**
Impostos diferidos		-	-	31.175	31.175	-	-	**31.175**

b. Mensuração do valor justo

Técnicas de avaliação e inputs significativos não observáveis

As tabelas abaixo apresentam as técnicas de valorização utilizadas na mensuração dos valores justos de Nível 2 para instrumentos financeiros no balanço patrimonial. Os processos de avaliação estão descritos na Nota explicativa 6

Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo

Tipo	**Técnica de avaliação**
Contratos de câmbio a termo	Precificação a termo: O valor justo é determinado utilizando taxas de câmbio a termo cotadas na data do balanço e cálculos de valor presente baseados em curvas de rendimento de investimentos com alta qualidade de crédito nas respectivas moedas contratadas.
Swaps de taxa de juros	Modelos de swap: O valor justo é calculado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. As estimativas dos fluxos de caixa futuros de taxas pós-fixadas são baseadas em taxas cotadas de swap, preços futuros e taxas de juros de empréstimos interbancários. Os fluxos de caixa estimados são descontados utilizando uma curva construída a partir de fontes similares e que reflete a taxa de referência interbancária relevante utilizada pelos participantes do mercado para esta finalidade ao precificar swaps de taxa de juros. A estimativa do valor justo está sujeita a um ajuste de risco de crédito que reflete o risco de crédito da Companhia e da contraparte, calculado com base nos spreads de crédito derivados de "credit default swaps" ou preços atuais de títulos negociados.
Outros passivos financeiros*	Fluxos de caixa descontados: O modelo de avaliação considera o valor presente do pagamento esperado, descontado utilizando uma taxa de desconto ajustada ao risco.

(*) Outros passivos financeiros incluem empréstimos bancários com e sem garantia e dividendos.

c. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(i) Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco. A diretoria é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

A Administração monitora a aderência às políticas e procedimentos de gerenciamento de risco da Companhia, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais a Companhia está exposto.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

A administração entende que o risco de crédito é baixo devido ao histórico de perdas e à concentração de 60% das suas vendas na modalidade de leilões para fornecimento de biodiesel realizados através da Agência Nacional de Petróleo – ANP, com prazo médio de recebimento de 30 dias. Os valores contábeis dos atos financeiros e ativos de contrato representam a exposição máxima do crédito.

Durante o primeiro trimestre de 2020 e de 2019 não ocorreram perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros e de contrato reconhecidas no resultado.

Contas a receber

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera.

A Companhia estabeleceu uma política de crédito para avaliação individual dos clientes da carteira (novos e já existentes) quanto à sua condição financeira. A análise efetuada pela Companhia inclui a avaliação de ratings externos, quando disponíveis, demonstrações financeiras, informações de agências de crédito, informações da indústria e, em alguns casos, referências bancárias. Limites de crédito são estabelecidos para cada cliente e revisados periodicamente, conforme definido em política. Vendas que eventualmente excedam esses limites possuem alçadas de aprovação extraordinárias.

A Companhia pode exigir garantias com relação a contas a receber de clientes e outros recebíveis, conforme análise de crédito individual realizada. A Companhia não possui contas a receber de clientes para os quais nenhuma provisão de perda é reconhecida por causa da garantia.

Em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o valor contábil a receber junto a Petróleo Brasileiro S.A - Petrobrás é o seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	**31/12/2019**	**31/03/2020**	**31/12/2019**
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	90.647	97.655	161.043	182.869
Total	**90.647**	**97.655**	**161.043**	**182.869**

Caixa e equivalentes de caixa

O 'Caixa e equivalentes de caixa' são mantidos com bancos e instituições financeiras com baixo risco, conforme classificação das principais agências de rating e estão segregados em instituições financeiras nacionais e estrangeiras, em aplicações financeiras e depósitos a vista, cujos montantes disponíveis em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019 são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	**31/12/2019**	**31/03/2020**	**31/12/2019**
Instituições financeiras nacionais	**391.607**	**372.379**	**497.827**	**466.837**
Depósitos a vista	3.133	4.354	4.862	7.728
Aplicações financeiras	383.409	360.954	483.235	449.243
Numerários em trânsito*	5.065	7.071	9.732	9.866
Instituições financeiras estrangeiras	1.142	20.962	1.142	20.962
Depósitos a vista**	1.142	20.962	1.142	20.962
Instituições financeiras	**392.749**	**393.341**	**498.971**	**487.799**

**os saldos referentes a numerários em trânsito referem-se à valores recebidos em moeda estrangeira que estão aguardando fechamento de câmbio, os quais não são utilizados com propósito especulativo e não estão vinculados a instrumentos financeiros derivativos.*

***os saldos referem-se a depósitos a vista em moeda estrangeira, os quais não são utilizados com propósito especulativo e não estão vinculados a instrumentos financeiros derivativos.*

Derivativos

Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras com baixo risco, conforme classificação das principais agências de rating.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais.

	CONTROLADORA				
		Fluxos de Caixa Contratuais			
	Valor Contábil	2 meses ou menos	2-12 meses	1-2 anos	2-5 anos
Passivos financeiros não derivativos	**928.652**	**46.279**	**344.732**	**235.833**	**301.808**
Empréstimos bancários com garantia (avais e outros)	652.303	32.234	282.088	148.846	189.135
Empréstimos bancários com garantia (físicas)	276.349	14.045	62.644	86.987	112.673
Passivos financeiros derivativos	**41.897**	**1.911**	**39.202**	**291**	**493**
Swaps de taxa de juros utilizados para *hedging*	5.111	-	4.327	291	493
Contratos de câmbio a termo utilizados para *hedging*	36.184	1.911	34.273	-	-
Commodities	602	-	602	-	-

	CONSOLIDADO				
		Fluxos de Caixa Contratuais			
	Valor Contábil	2 meses ou menos	2-12 meses	1-2 anos	2-5 anos
Passivos financeiros não derivativos	**934.668**	**46.730**	**346.410**	**237.807**	**303.721**
Empréstimos bancários com garantia (avais e outros)	652.303	32.234	282.088	148.846	189.135
Empréstimos bancários com garantia (físicas)	282.365	14.496	64.322	88.961	114.586
Passivos financeiros derivativos	**41.897**	**1.911**	**39.202**	**291**	**493**
Swaps de taxa de juros utilizados para *hedging*	5.111	-	4.327	291	493
Contratos de câmbio a termo utilizados para *hedging*	36.184	1.911	34.273	-	-
Commodities	602	-	602	-	-

Os fluxos de entradas/(saídas), divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros derivativos mantidos para fins de gerenciamento de risco. A divulgação apresenta os montantes dos fluxos de caixa líquidos para derivativos que são liquidados em caixa com base em sua exposição líquida e fluxos de caixa bruto de entradas e saídas para os derivativos que têm liquidação simultânea bruta.

Conforme divulgado na nota explicativa 21, a Companhia possui empréstimos bancários com garantia que contém cláusulas contratuais restritivas (*covenants*). O não cumprimento futuro desta cláusula contratual restritiva pode exigir que a Companhia pague o empréstimo antes da data indicada na tabela acima. A cláusula contratual restritiva é monitorada regularmente pela tesouraria e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido.

Os pagamentos de juros sobre empréstimos a uma taxa de juros pós-fixada e os títulos de dívida incluídos na tabela acima refletem as taxas de juros de mercado a termo na data do balanço e estes montantes podem mudar na medida em que as taxas de juros pós-fixadas mudem. Os instrumentos derivativos podem ser diferentes dos montantes apresentados na tabela acima, uma vez que as taxas de juros e taxas de câmbio ou as condições relevantes das transações podem mudar. Exceto por esses passivos financeiros, não é esperado que os fluxos de caixa incluídos na

análise acima possam ocorrer significativamente mais cedo, ou em valores significativamente diferentes.

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Administração.

Risco cambial

A Companhia está exposto ao risco cambial de operações estrangeiras decorrente de diferenças entre as moedas nas quais as vendas, compras, recebíveis e empréstimos são denominados, e as respectivas moedas funcionais da Companhia. A proteção ao risco de variação cambial do conjunto das exportações futuras em dólares norte-americanos da Companhia em um dado período ocorre por meio do conjunto de endividamento em dólares norte-americanos buscando a proteção mais eficiente considerando as alterações nas posições de tais conjuntos ao longo do tempo.

A estratégia de gerenciamento de riscos cambiais pode envolver o uso de instrumentos financeiros derivativos para tratamento da exposição cambial de certas obrigações da Companhia, especialmente quando da existência de compromissos em moedas para as quais a Companhia não possua expectativa de fluxos de recebimentos.

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

Exposição ao risco cambial

Um resumo da exposição a risco cambial da Companhia, conforme reportado à Administração está apresentado abaixo:

	31/03/2020				31/12/2019			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	R$	US$	R$	US$	R$	US$	R$	US$
Caixa e equivalentes de caixa	6.207	1.194	10.882	2.094	28.034	6.956	30.834	7.651
Contas a receber	1.830	352	2.266	436	1.950	484	2.868	712
Outros ativos circulantes	3.111	598	3.111	598	2.123	527	2.123	527
Empréstimos bancários	- 168.988	- 32.506	- 168.988	- 32.506	-68.503	- 16.995	-68.503	- 16.995
Contas a pagar	-4.943	-951	-4.943	-951	-4.754	-1.179	-4.754	-1.179
Outros passivos circulantes	-8.171	-1.572	-8.171	-1.572	-12.000	-2.977	-12.000	-2.977
Exposição líquida do balanço patrimonial	**- 170.954**	**- 32.884**	**- 165.843**	**- 31.900**	**-53.150**	**- 13.185**	**-49.432**	**- 12.262**
Contratos de compra para entrega futura	7.660	1.474	7.660	1.474	124.199	30.813	153.184	38.004
Exposição líquida das transações para entrega futura	**7.660**	**1.474**	**7.660**	**1.474**	**124.199**	**30.813**	**153.184**	**38.004**
Contratos cambiais futuros (NDF)	- 212.496	- 47.498	- 212.496	- 47.498	- 125.950	- 30.500	- 125.950	- 30.500
Exposição líquida	**- 375.790**	**- 78.908**	**- 370.679**	**- 77.925**	**-54.900**	**- 12.872**	**-22.197**	**-4.758**

As taxas aplicadas para conversão dos saldos ativos e passivos foram:

	31/03/2020	31/12/2019
Compra	5,1981	4,0301
Venda	5,1987	4,0307
Média	**5,1984**	**4,0304**

Análise de sensibilidade

Uma valorização (desvalorização) razoavelmente possível do Real x USD em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019, teriam afetado a mensuração dos instrumentos financeiros denominados em moeda estrangeira e afetado o patrimônio líquido e o resultado pelos montantes demonstrados abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, permanecem constantes e ignoram qualquer impacto da previsão de vendas e compras.

O cenário considerado provável e referenciado por fonte externa, além dos cenários possível e remoto que consideram valorização do câmbio (risco) em 25% e 50%, respectivamente, à exceção dos saldos de ativos e passivos em moeda estrangeira de controladas no exterior, quando realizados em moeda equivalente às suas respectivas moedas funcionais, estão descritos a seguir:

31 de março de 2020

Operações de Derivativos de Câmbio & Commodities

Derivativo	Posição	Moeda	Notional (USD)	Strike Médio/ Preço	MtM 31/03/2020 (R$)
Non-Deliverable Forward	Venda FX	USD	47.498	R$ 4,47	R$ 36.184
Non-Deliverable Forward	Venda Soybean Meal	USD	3.498	R$ 318,00	R$ 51
Non-Deliverable Forward	Venda Soybean Meal	BRL	3.498	R$ 1.615,00	R$ 551
TOTAL		**USD**	**54.494**		**R$ 36.786**

Análise de Sensibilidade			
-50%	**-25%**	**25%**	**50%**
85.961	25.160	-96.441	-157.241
4.510	3.363	-5.733	-13.682
13.082	7.413	-10.728	-23.199
103.553	**35.936**	**-112.902**	**-194.122**

31 de dezembro de 2019:

Operações de Derivativos de Câmbio & Commodities

Derivativo	Posição	Moeda	Notional (USD)	Strike Médio/ Preço	MtM 31/12/2019 (R$)
Non-Deliverable Forward	Venda FX	USD	30.500	R$ 4,1295	R$1.916
TOTAL		**USD**	**30.500**		**R$1.916**

Análise de Sensibilidade			
-50%	**-25%**	**+25%**	**+50%**
61.521	31.709	-27.914	-57.726
61.521	**31.709**	**-27.914**	**-57.726**

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposto ao risco de taxa de juros pós-fixada, tanto para seu caixa e equivalentes de caixa quanto para operações e empréstimos e financiamentos. Um resumo da exposição taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia, conforme reportado à Administração, está apresentado abaixo:

Exposição ao risco de taxa de juros

O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado abaixo:

		31/03/2020		31/12/2019	
	Indexador	**Controladora**	**Consolidado**	**Controladora**	**Consolidado**
Caixa e equivalentes de caixa	CDI	383.409	483.234	360.954	449.244
Empréstimos bancários	CDI	(652.928)	(652.928)	(698.844)	(698.844)
Exposição líquida do balanço patrimonial		**(269.520)**	**(169.695)**	**(337.890)**	**(249.600)**

Outros riscos de preço de mercado
O principal objetivo dos títulos de investimento da Companhia é manter os investimentos de longo prazo para fins estratégicos. Em relação a isso, a Administração é auxiliada por consultores externos. Certos investimentos são designados pelo valor justo por meio do resultado pois seus desempenhos são monitorados ativamente e são gerenciados com base no valor justo.

26 Impostos e contribuições a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	**31/12/2019**	**31/03/2020**	**31/12/2019**
IRRF - Imposto de renda retido na fonte	339	499	454	605
PIS / COFINS	273	310	283	321
ICMS	-	2.204	1.176	3.983
Funrural	2.140	29	2.305	190
INSS	2.166	1.972	2.848	2.640
FGTS	524	597	748	849
Outros tributos a pagar	19	40	32	55
Impostos e contribuições a pagar	**5.461**	**5.651**	**7.846**	**8.643**

27 Imposto de renda e contribuição social

Ver política contábil na nota explicativa 9(g).

d. Conciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	**31/03/2019**	**31/03/2020**	**31/03/2019**
	IRPJ/CSLL	**IRPJ/CSLL**	**IRPJ/CSLL**	**IRPJ/CSLL**
Resultado antes do IRPJ e CSLL	**(4.994)**	**25.800**	**(2.591)**	**28.790**
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada – 34%	(1.698)	8.772	(881)	9.789
Adições permanentes – 34%	**551**	**-**	**-**	**-**
Equivalência Patrimonial	551	-	-	-

Exclusões permanentes – 34%	**(13.586)**	**(4.922)**	**(9.988)**	**(8.936)**
Equivalência Patrimonial	(7.786)	-	-	-
Incentivos fiscais do imposto de renda	-	-	-	-
Crédito Presumido ICMS	(5.800)	(4.922)	(9.988)	(8.936)
Outras adições/exclusões permanentes	**(306)**	**13**	**(834)**	**42**
VALOR RESULTADO LÍQUIDO IRPJ E CSLL	**12.771**	**7.402**	**10.358**	**4.409**
ALÍQUOTA EFETIVA	**-39,10%**	**28,69%**	**-25,01%**	**15,31%**

e. Movimentação dos saldos de ativos e passivos fiscais diferidos

Controladora			**31/03/2020**	
2020 - 1º ITR	**Saldo líquido em 1º de janeiro**	**Reconhecido no resultado (veja (a))**	**Ativo fiscal diferido**	**Passivo fiscal diferido**
Depreciação Societária	19.279	(269)	-	19.548
Derivativos Swap/NDF	1.212	4.243	5.185	1.011
Ajuste do estoque a custo médio	0	(1.690)	-	1.690
Prejuízo Fiscal	21.004	-	21.004	0
Reserva de Reavaliação	1.011	-	-	1.011
Variação Cambial Competência	2.872	10.487	13.359	0
Provisão de contingências	1.738	-	1.738	-
Impostos ativos (passivos) antes da compensação	**47.116**	**12.771**	**41.286**	**23.260**
Compensação de imposto				
Imposto líquido (passivo) ativo			**18.027**	

Consolidado			**31/03/2020**	
2020 - 1º ITR	**Saldo líquido em 1º de janeiro**	**Reconhecido no resultado (veja (a))**	**Ativo fiscal diferido**	**Passivo fiscal diferido**
Capitalização	-	-		
Depreciação societaria	28.884	(1.063)		29.947
Derivativos swap/NDF	1.212	4.243	5.185	1.011
Ajuste do estoque a custo médio	0	(2.411)	-	2.411
Prejuízo fiscal	23.608	770	24.378	0
Reserva de reavaliação	1.011	-		1.011
Variação cambial competência	2.872	10.487	13.359	
Provisão de contingências	2.329		2.329	
Impostos ativos (passivos) antes da compensação	**59.916**	**12.026**	**45.251**	**34.380**
Compensação de imposto				
Imposto líquido (passivo) ativo			**10.871**	

Controladora			**31/12/2019**	
2019	**Saldo líquido em 1º de janeiro**	**Reconhecido no resultado (veja (a))**	**Ativo fiscal diferido**	**Passivo fiscal diferido**
Capitalização	37	(37)	0	
Depreciação Societaria	18.319	(960)		19.279
Derivativos Swap/NDF	2.613	1.283	1.212	1.280
Ajuste do estoque a custo médio	177	177		0
Prejuízo Fiscal	3.568	17.436	21.004	
Reserva de Reavaliação	1.089	79		1.010
Variação Cambial Competência	9.310	(6.438)	2.870	
Provisão de contingências	586	1.152	1.738	
Impostos ativos (passivos) antes da compensação	**35.699**	**12.692**	**26.824**	**21.569**
Compensação de imposto				
Imposto líquido (passivo) ativo			**5.255**	

Consolidado			**31/12/2019**	
2019	**Saldo líquido em 1º de janeiro**	**Reconhecido no resultado (veja (a))**	**Ativo fiscal diferido**	**Passivo fiscal diferido**
Capitalização	37	(37)	0	
Depreciação Societaria	24.888	(3.996)		28.884
Derivativos Swap/NDF	2.613	1.283	1.212	1.281
Ajuste do estoque a custo médio	181	181		0
Prejuízo Fiscal	5.535	18.073	23.608	
Reserva de Reavaliação	1.089	79		1.010
Variação Cambial Competência	9.310	(6.438)	2.872	
Provisão de contingências	1.172	1.157	2.329	
Impostos ativos (passivos) antes da compensação	**44.825**	**10.301**	**30.021**	**31.176**
Compensação de imposto				
Imposto líquido (passivo) ativo			**(1.155)**	

f. Realização

Os créditos tributários acima não possuem prazo de prescrição.

A Companhia possui saldo de prejuízos fiscais de imposto de renda e de bases negativas de contribuição social na controladora de R$ 178.093 em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019 e no consolidado de R$ 186.541 (R$ 185.751 em 2019). Entre 1° de janeiro e 31 de março de 2020 não foram registrados créditos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas.

As projeções de resultados futuros da Companhia indicam que a realização dos créditos tributários diferidos registrados sobre prejuízos fiscais de IR e bases negativas de CS ocorrerá até 31 de dezembro de 2025.

28 Segmentos operacionais

a. Base para segmentação

A Companhia possui três divisões estratégicas, que são seus segmentos reportáveis. Estas divisões oferecem diferentes produtos e serviços e são administradas separadamente, pois exigem diferentes tecnologias e estratégias de marketing e são aquelas utilizadas pela administração para a tomada de decisão sobre as estratégias da companhia e alocação dos recursos. As atividades apresentadas nas colunas de "outras" e "corporativo" não se qualificam como segmentos operacionais e representam atividades não alocadas aos segmentos.

O seguinte resumo descreve as operações em cada um dos segmentos reportáveis da Companhia:

Segmentos reportáveis	**Operações**
Biodiesel	fabricação e venda
Extração	Compra, produção e distribuição
Revenda	Projetar e produzir materiais para embalagem

b. Informações sobre segmentos reportáveis

Informações referentes aos resultados de cada segmento reportável estão apresentadas abaixo. O desempenho é avaliado com base no resultado do segmento antes do imposto de renda e contribuição social, pois a Administração entende que tal informação é a mais relevante na avaliação dos resultados dos respectivos segmentos para comparabilidade com outras entidades que operam nas mesmas indústrias. Os ativos e passivos da Companhia são administrados de forma conjunta para todos os segmentos e não são avaliados separadamente por segmentos pela Administração da Companhia. As informações sobre os segmentos operacionais são aquelas regularmente apresentadas à administração da companhia e utilizadas na sua gestão, na condição de principal tomadora de decisões.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Por segmento do período findo em 31 de março de 2020

(em milhares de reais)

	Controladora						Consolidado					
	Extração	**Biodiesel**	**Revenda**	**Outros**	**Corporativo**	**Total 2020**	**Extração**	**Biodiesel**	**Revenda**	**Outros**	**Corporativo**	**Total 2020**
Receita líquida de vendas e serviços	177.020	296.313	2.813	-	-	476.145	237.782	520.830	2.922	10	-	761.544
						-						-
Custo dos produtos e serviços vendidos	(164.038)	(263.509)	(1.761)	-	-	(429.309)	(217.181)	(463.928)	(1.761)	(1.915)	-	(684.785)
Depreciações e amortizações	(753)	(924)	(64)	-	-	(1.741)	(467)	(2.564)	(64)	-	-	(3.095)
Lucro Bruto	**12.229**	**31.880**	**987**	**-**	**-**	**45.095**	**20.133**	**54.339**	**1.096**	**(1.904)**	**-**	**73.664**
						-						-
(Despesas) receitas operacionais	(7.487)	(9.870)	(97)	-	(4.371)	(21.823)	(9.650)	(12.931)	(97)	(308)	(5.004)	(27.989)
Despesas com vendas	(6.543)	(8.927)	(97)	-	(648)	(16.214)	(7.923)	(11.203)	(97)	-	(648)	(19.871)
Despesas com pessoal de vendas	(2.640)	(2.638)	(92)	-	(633)	(6.002)	(2.805)	(2.803)	(92)	-	(633)	(6.333)
Despesas comerciais	(3.048)	(2.673)	(5)	-	(15)	(5.741)	(3.054)	(2.680)	(5)	-	(15)	(5.754)
Despesas s/vendas	(856)	(3.616)	-	-	-	(4.471)	(2.063)	(5.720)	-	-	-	(7.784)
						-						-
Despesas administrativas	(1.050)	(1.050)	-	-	(3.722)	(5.822)	(2.515)	(2.515)	-	(308)	(4.356)	(9.693)
Outras receitas (despesas) operacionais	106	106	-	-	-	213	787	787	-	-	-	1.574
Equivalência patrimonial							-	-	-	-	-	-
Lucro Operacional	**4.742**	**22.009**	**891**	**-**	**(4.371)**	**23.272**	**10.483**	**41.408**	**1.000**	**(2.212)**	**(5.004)**	**45.675**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Por segmento do período findo em 31 de março de 2019

(em milhares de reais)

	Controladora						Consolidado					
	Extração	**Biodiesel**	**Revenda**	**Outros**	**Corporativo**	**Total 2019**	**Extração**	**Biodiesel**	**Revenda**	**Outros**	**Corporativo**	**Total 2019**
Receita líquida de vendas e serviços	151.127	244.049	2.449	-	-	397.625	203.323	437.663	2.449	7	-	643.441
						-						-
Custo dos produtos e serviços vendidos	(151.683)	(212.974)	(3.311)	-	-	(367.968)	(198.974)	(377.652)	(3.311)	(335)	-	(580.272)
Depreciações e amortizações	(1.853)	(987)	(64)	-	-	(2.903)	(2.484)	(3.511)	(64)	-	-	(6.058)
Lucro Bruto	**(2.409)**	**30.088**	**(926)**	**-**	**-**	**26.753**	**1.865**	**56.501**	**(926)**	**(328)**	**-**	**57.111**
						-						-
(Despesas) receitas operacionais	(7.085)	(7.662)	(103)	-	(4.057)	(18.907)	(9.615)	(11.418)	(103)	(120)	(4.654)	(25.910)
Despesas com vendas	(6.206)	(6.783)	(103)	-	(381)	(13.473)	(7.475)	(9.278)	(103)	-	(381)	(17.237)
Despesas com pessoal de vendas	(1.457)	(1.410)	(100)	-	(372)	(3.340)	(1.745)	(1.698)	(100)	-	(372)	(3.916)
Despesas comerciais	(1.738)	(1.373)	(3)	-	(9)	(3.124)	(1.997)	(1.632)	(3)	-	(9)	(3.641)
Despesas s/vendas	(3.010)	(3.999)	-	-	-	(7.009)	(3.733)	(5.948)	-	-	-	(9.680)
						-						-
Despesas administrativas	(871)	(871)	-	-	(3.676)	(5.418)	(2.142)	(2.142)	-	(120)	(4.273)	(8.676)
Outras receitas (despesas) operacionais	(8)	(8)	-	-	-	(16)	2	2	-	-	-	3
Equivalência patrimonial							-	-	-	-	-	-
Lucro Operacional	**(9.494)**	**22.426**	**(1.029)**	**-**	**(4.057)**	**7.846**	**(7.750)**	**45.082**	**(1.029)**	**(448)**	**(4.654)**	**31.201**

29 Receitas

a. Fluxos de receitas

A Companhia gera receita principalmente pela venda de biodiesel e produtos relacionados a extração do óleo degomado da soja. Outras fontes de receitas incluem receita de aluguel de propriedades para investimento e propriedades arrendadas.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	**31/03/2019**	**31/03/2020**	**31/03/2019**
Vendas de Mercadorias	491.249	420.935	793.595	679.167
Revenda de Mercadorias	2.227	1.594	2.238	1.601
Prestação de Serviços	706	996	833	996
Receita de contratos com clientes	**494.182**	**423.525**	**796.666**	**681.764**

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do período:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	**31/03/2019**	**31/03/2020**	**31/03/2019**
Receita bruta fiscal	494.182	423.525	796.666	681.764
Menos:				
Impostos sobre vendas	(15.454)	(13.411)	(32.002)	(25.447)
Devoluções e abatimentos	(2.583)	(12.489)	(3.120)	(12.876)
Receita líquida de vendas	**476.145**	**397.625**	**761.544**	**643.441**

b. Obrigações de desempenho e Políticas de reconhecimento de receita

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Tipo de produto / serviço	**Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas**	**Política de reconhecimento da receita**
Biocombustível	Toda venda de Biodiesel é efetuada para a Petróleo Brasileiro S.A., a qual obtêm controle da produção quando os produtos são retirados das dependências da Companhia. As faturas são emitidas naquele momento. Elas devem ser pagas, normalmente, em 30 dias. Nenhum desconto é concedido.	A receita é reconhecida quando os produtos são retirados pelo cliente nas instalações da Companhia.
		O valor da receita reconhecida é ajustado para as devoluções eventualmente ocorridas. Nessas circunstâncias, um passivo de devolução e um direito de recuperar o ativo a ser devolvido são reconhecidos.
		O direito de recuperar os produtos a serem devolvidos é mensurado ao valor contábil original do estoque, menos os custos esperados de recuperação. O passivo de reembolso, quando ocorrido, está incluído em outros valores a pagar e o direito de recuperar os produtos devolvidos é incluído em estoques. A Companhia reavalia sua expectativa de devoluções na data do balanço, atualizando os valores do ativo e do passivo.
Extração	A Companhia determinou que, para os produtos relativos a extração (farelo, lecitina e casca), o cliente obtêm controle da produção quando os produtos são entregues nas dependências do cliente. Os prazos médios para ocorrer a entrega são de em torno de 2(dois) dias. A cada final de período a companhia avalia a necessidade de eventual ajuste nas receitas reconhecidas em função de algum descumprimento das obrigações de desempenho.	O valor da receita reconhecida é ajustado para as devoluções eventualmente ocorridas. Nessas circunstâncias, um passivo de devolução e um direito de recuperar o ativo a ser devolvido são reconhecidos.
Revenda	As faturas são emitidas de acordo com os termos contratuais e geralmente são pagas em 30 dias. O cliente obtém controle da mercadoria quando os produtos são entregues nas dependências do cliente. Nos casos de revendas ao mercado externo, o cliente obtém controle da mercadoria no embarque	O valor da receita reconhecida é ajustado para as devoluções eventualmente ocorridas. Nessas circunstâncias, um passivo de devolução e um direito de recuperar o ativo a ser devolvido são reconhecidos.

As receitas oriundas de vendas para a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobrás representaram aproximadamente 60% das receitas consolidadas em 31 de março de 2020, 65% em 2019. Não existem outros clientes da Companhia cujas vendas representem acima de 10% das vendas de forma individual.

30 Outras receitas e outras despesas operacionais, líquidas

a. Outras receitas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	**31/03/2019**	**31/03/2020**	**31/03/2019**
Locações de imóveis	97	200	97	200
Ganho líquido na venda de ativo imobilizado	370	-	370	-
Receita com venda de sucatas	10	22	11	48
Subvenção para investimentos	17	-	1.377	-
Total de outras receitas operacionais	**494**	**222**	**1.855**	**248**

b. Outras despesas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	**31/03/2019**	**31/03/2020**	**31/03/2019**
Despesas relacionadas com sinistros	(281)	(238)	(281)	(245)
Total de outras despesas operacionais	**(281)**	**(238)**	**(281)**	**(245)**

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	**31/03/2019**	**31/03/2020**	**31/03/2019**
(+) Outras receitas	494	222	1.855	248
(-) Outras despesas	(281)	(238)	(281)	(245)
(=) Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	**213**	**(16)**	**1.574**	**3**

c. Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	**31/03/2019**	**31/03/2020**	**31/03/2019**
Despesas com pessoal	13.752	12.491	21.707	18.011
Contratação de prestadores de serviços	2.088	3.515	3.293	4.616
Custos com atividade rural	342	647	467	481
Custos dos produtos vendidos	419.498	354.300	662.768	559.345
Manutenções e reparos de bens tangíveis	4.236	4.595	6.270	6.114
Consumo de materiais e ferramentas	310	298	597	477
Despesas com informática - hardware e software	101	92	102	92
Aquisição de bens tangíveis	37	55	48	76
Depreciação e amortização	2.850	3.227	5.177	6.609
Taxas e impostos	808	1.351	2.365	2.836
Indenizações judiciais	122	84	154	85
Despesas legais	146	55	167	89
Aluguéis e arrendamentos	640	634	842	663
Consumos de energias elétrica, água, térmica	2.900	2.627	4.494	4.103
Seguros	329	396	395	496
Fretes	4.384	4.947	7.162	7.145
Telefone e internet	166	155	195	175
Publicações, publicidades, feiras e exposições	60	19	62	19
Brindes e donativos	2	-	61	4
Custos com proteção ambiental e meio ambiente	5	7	56	11
Viagens e deslocamentos	290	229	889	663
Perdas na realização de créditos	-	-	7	-
Demais despesas operacionais	20	39	165	133
Total de custos e despesas	**453.086**	**389.763**	**717.443**	**612.243**

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	**31/03/2019**	**31/03/2020**	**31/03/2019**
Custo dos produtos vendidos	431.050	370.872	687.880	586.330
Despesas administrativas	5.822	5.418	9.693	8.676
Despesas com vendas	16.214	13.473	19.870	17.237
Total de custos e despesas	**453.086**	**389.763**	**717.443**	**612.243**

31 Receitas financeiras e despesas financeiras

Ver políticas contábeis nas notas explicativas 9(f).

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	**31/03/2019**	**31/03/2020**	**31/03/2019**
Juros auferidos	209	312	225	551
Receitas de aplicações financeiras	4.047	2.971	4.993	3.974
Bonificações recebidas	5.037	563	5.105	563
Resultado das Operações de Forward e Swap	26.041	989	26.041	989
Ajuste a valor presente	-	4.706	-	4.706
Outras receitas financeiras	1.382	1.626	1.656	2.419
Total das Receitas financeiras	**36.716**	**11.167**	**38.020**	**13.202**

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020	31/03/2019
Despesas s/Empréstimos e Financiamentos	(13.620)	(11.545)	(13.620)	(11.773)
Resultado das Operações de Forward e Swap	(38.130)	(1.936)	(38.130)	(1.936)
Despesas s/Financ. de Ativo Imobilizado	(701)	(580)	(905)	(799)
Outras Despesas Financeiras	(822)	(1.696)	(1.112)	(1.733)
Total das Despesas financeiras	**(53.273)**	**(15.757)**	**(53.767)**	**(16.241)**

32 Lucro líquido por ação

Lucro básico por ação

O cálculo do lucro básico e diluído por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

	31/03/2020	31/03/2019
Lucro atribuível aos acionistas controladores	7.777	33.203
Média ponderada de ações ordinárias em circulação	18.858.244	18.858.244
Lucro por ação expresso em reais	**0,41**	**1,76**

33 Partes relacionadas

a. Controladora e controladora final

Os saldos com partes relacionadas referem-se em sua maioria aos saldos a receber referentes a mútuos entre a Companhia e a Enerplan Participações S.A a qual que foi vendida ao Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura Origem, cujo montante foi integralmente realizado em 2019. Não resultam de transações que envolvam atividade operacional da companhia, bem como todos os valores são recuperáveis e não representam risco de perda para a companhia.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Ativo	**170.668**	**130.208**	**170.612**	**130.148**
Créditos por venda de investimentos	**129.988**	**129.988**	**129.988**	**129.988**
FIP em Infraestrutura Origem (a)	129.988	129.988	129.988	129.988
Partes relacionadas	**40.680**	**220**	**40.624**	**160**
Oleoplan Nordeste Ltda.(b)	216	220	-	-
Diretores e acionistas (c)	40.464	-	40.624	160
Passivo	**(573)**	**(832)**	**(573)**	**(832)**
Fornecedores	**-**	**(116)**	**-**	**(116)**
Transerra Transp. Nordeste Ltda.	-	(116)	-	(116)
Partes relacionadas	**(573)**	**(716)**	**(573)**	**(716)**
Diretores e acionistas (c)	(573)	(716)	(573)	(716)
Líquido a receber (a pagar)	**170.095**	**129.376**	**170.039**	**129.316**

(a) Vide nota 15.

(b) Despesas administrativas (compartilhadas) pagas pela Companhia repassadas para as demais empresas da Companhia.

(c) Antecipações de dividendos e distribuições de lucros.

Não há transações comerciais entre as empresas da Companhia. Entretanto existem despesas administrativas pagas pela Companhia repassadas para as demais empresas da Companhia através de nota de débito.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020	31/03/2019
Resultado				
Transerra Transp. Nordeste Ltda.				
Aluguéis de veículos	(373)	(348)	(373)	(348)
Oleoplan Nordeste Ltda.				
Despesas compartilhadas	(633)	(597)	-	-
Total	**(1.006)**	**(945)**	**(373)**	**(348)**

Em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019não foi registrada nenhuma provisão para crédito de liquidação duvidosa, e nenhuma despesa decorrente de perda de dívidas incobráveis relacionada aos saldos de operações com partes relacionadas em aberto.

b. Remuneração da Administração

A Companhia não possui transações com o pessoal chave da administração que não aquelas do fluxo normal de suas operações.

A remuneração anual global aprovada para os administradores é de R$3.200.

34 Cobertura de seguros

Em 31 de março de 2020, os ativos e responsabilidades de valores e riscos relevantes estão cobertos por seguro conforme demonstramos no quadro a seguir:

		LMGA			
		Controladora		Consolidado	
Cobertura	Vencimento	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Patrimônio*	De 10/2020 a 09/2021	143.310	143.310	143.310	143.310
Seguro Garantia	De 08/2020 a 01/2021	48.128	48.007	48.128	48.007
Responsabilidade Civil	De 04/2020 a 12/2020	128.171	128.171	151.614	151.594
LMGA - Limite Máximo de Garantia da Apólice		**319.609**	**319.488**	**343.052**	**342.911**

*Os veículos leves estão segurados por 100% do preço da tabela fipe e não estão somados aos valores do LMGA.

35 Eventos subsequentes

a. Cisão Parcial

Através de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 02 de agosto de 2020 foi aprovada a cisão parcial do patrimônio líquido da Companhia com versão para outras sociedades do acervo líquido contábil no montante de R$ 208.877, mediante utilização de R$114.361 da reserva de lucros acumulados e redução de capital de R$ 94.516 sem cancelamento de ações existentes.

Desta forma, o capital social de R$ 174.038 (cento e setenta e quatro milhões, trinta e sete mil reais), foi reduzido para R$ 79.522 (setenta e nove milhões, quinhentos e vinte e dois mil reais), mediante a redução do valor patrimonial de cada ação ordinária nominativa da Companhia e sem o cancelamento de ações, uma vez que as ações da Companhia não têm valor nominal. Dessa forma, o número total de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal unitário, permaneceu o mesmo, qual seja 18.858.244 (dezoito milhões, oitocentas e cinquenta e oito mil, duzentas e quarenta e quatro ações).

O acervo líquido vertido de R$ 208.876 está composto conforme segue:

Conta contábil	R$	Empresa Cindenda
Imobilizado - Veículos	422	IMGC Adm. de Participações Ltda.
Imobilizado - Imóveis	20.794	IMGC Adm. de Participações Ltda.
Contas a receber - Cessão de créditos	25.298	IMGC Adm. de Participações Ltda.
Imobilizado - Sedes de filiais	58.593	Plano Investimento Imobiliário Ltda.
Imobilizado - Filial de Canoas – RS	1.300	Termican Participações Ltda.
Investimentos - Palmaplan Ltda.	101.973	IMGC Adm. de Participações Ltda.
Imobilizado - Aeronave	497	IMGC Adm. de Participações Ltda.
Total	**208.876**	

Após a conclusão do processo de cisão, a Companhia formalizou contratos de arrendamento para os imóveis e sedes filiais descritos acima. Esses arrendamentos normalmente duram dez anos, com opção de renovação do arrendamento após este período. Os pagamentos de arrendamento são reajustados a cada cinco anos, para refletir os valores de mercado. Alguns arrendamentos proporcionam pagamentos adicionais de aluguel, que são baseados em alterações do índice geral de preços. Para certos arrendamentos, a Companhia é impedida de entrar em qualquer contrato de sub-arrendamento.

Conforme requerido pelo CPC 06 / IFRS 16.99, a Companhia avaliou os requisitos para determinar se a operação de cisão se qualifica como uma obrigação de performance satisfeita com base no CPC 47 / IFR15, para determinar se a transferência do ativo deve ser contabilizada como venda desse ativo. No entendimento da Companhia essa transação não se enquadra no conceito de uma venda pelos seguintes motivos:

- Não existe contraprestação pela transferência dos ativos. Portanto a Companhia não existem termos de pagamento ou direitos a serem recebidos em troca desses ativos. Não existe um contrato de venda, por exemplo, e sim uma ata de cisão em que, basicamente, os ativos são cindidos para outras partes relacionadas em contrapartida a uma redução no patrimônio líquido da Companhia. Portanto, não atende aos critérios do CPC 47 / IFRS 15.9;

- A transação foi realizada entre partes relacionadas que possuem controle comum em último nível, ou seja, pertencentes ao mesmo grupo econômico. Portanto, a Companhia adotou a política contábil de reconhecer essa transação pelos valores contábeis históricos (e não pelo valor justo); e

- A cisão não se enquadra como uma transação usual no curso das operações de venda da Companhia. Portanto, não se qualifica como uma receita operacional dentro do escopo do CPC 47 / IFRS 15.

Com base no exposto, a operação de cisão e posterior arrendamento dos imóveis e sedes filiais não fica caracterizada como uma venda e retroarrendamento (*sale and leaseback*) nos termos do CPC 06 / IFRS 16.

b. Aumento de capital

Através de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de setembro de 2020 foi aprovado o aprovado aumento do capital social da Sociedade em R$ 1.000 (um milhão de reais), mediante a emissão de 237.143 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal unitário. Desta forma, o capital social passou de R$ 79.522 (setenta e nove milhões, quinhentos e vinte e dois mil reais), dividido em 18.858.244 (dezoito milhões, oitocentas e cinquenta e oito mil, duzentas e quarenta e quatro) para R$ 80.522 (oitenta milhões, quinhentos e vinte e dois mil reais), correspondentes a 19.095.387 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal unitário.

O referido aumento de capital foi totalmente subscrito e integralizado na referida data por meio da conferência à Companhia de quotas representativas da integralidade do capital social da empresa Origem Participações Ltda., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Porto Alegre - RS.

A empresa Origem Participações Ltda. é uma holding operacional e foi constituída em janeiro de 2020, e possui a seguinte situação patrimonial:

	R$
Total de ativos	32.379
Total de passivos	31.393
Patrimônio líquido	986

* * * * *

KPMG Auditores Independentes
Avenida Carlos Gomes, 258 - 6º andar, salas 601 a 606 - Boa Vista
90480-000 - Porto Alegre/RS - Brasil
Caixa Postal 18511 - CEP 90480-000 - Porto Alegre/RS - Brasil
Telefone +55 (51) 3327-0200
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Conselheiros e Diretores da
Oleoplan S.A. Óleos Vegetais Planalto
Porto Alegre - RS

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia Oleoplan S.A. Óleos Vegetais Planalto ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

ACKPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas**,** referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 21 de Outubro de 2020

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/F-7

Cristiano Jardim Seguecio

Contador CRC SP-244525/O-9 T-RS

ACKPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

ANEXO H – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA COMPANHIA REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DEZEMBRO DE 2017, 2018 E 2019

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Oleoplan S/A - Óleo Vegetais Planalto

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras **3**

Balanços patrimoniais **7**

Demonstrações do resultado **9**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido **10**

Demonstrações dos fluxos de caixa **11**

Demonstrações do valor adicionado **12**

Demonstrações do resultado abrangente **13**

Notas explicativas às demonstrações financeiras **14**

KPMG Auditores Independentes
Avenida Carlos Gomes, 258 - 6º andar, salas 601 a 606 - Boa Vista
90480-000 - Porto Alegre/RS - Brasil
Caixa Postal 18511 - CEP 90480-000 - Porto Alegre/RS - Brasil
Telefone +55 (51) 3327-0200
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos diretores e acionistas da Oleoplan S.A. Óleos Vegetais Planalto

Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Oleoplan S.A. Óleos Vegetais Planalto (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Oleoplan S.A. Óleos Vegetais Planalto em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

ACKPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Evento subsequente – Classificação das operações Arrendamentos conforme CPC 06 (R2) / IFRS 16	
Veja a Nota 35 a. nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas	
Principais assuntos de auditoria	**Como auditoria endereçou esse assunto**
Em 2 de agosto de 2020 foi aprovada a cisão parcial do patrimônio líquido da Companhia com transferência para outras sociedades do acervo líquido contábil no montante de R$ 208.877, que contemplam, entre outros ativos, os imóveis que foram transferidos da Companhia para outras entidades do mesmo grupo econômico, mas não controladas pela Companhia. Os imóveis transferidos foram objeto para celebração de contratos de arrendamento, nos quais a Companhia passou a ser uma arrendatária, de acordo com o CPC 06 (R2) / IFRS 16. Devido ao julgamento realizado para avaliar se a transação de cisão parcial, em conjunto com os contratos de arrendamento celebrados, seria uma operação de venda e retroarrendamento *(sale and leaseback)* conforme CPC 06 (R2)/ IFRS 16, e o efeito financeiro significativo da transação, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: - avaliação dos termos contratuais sob a perspectiva de potencial qualificação da cisão parcial como uma venda nos termos do CPC 47 / IFRS 15; - avaliação de todos os contratos de arrendamento, com o objetivo de concluir se são transações de arrendamento formalizadas estão no escopo do CPC 06 (R2) / IFRS 16; - avaliação quanto as opções de renovação presentes nos contratos de arrendamento com o objetivo de determinar se o arrendamento poderia ser classificado como um arrendamento financeiro sob a perspectiva da parte arrendadora; - avaliação quanto as divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em relação aos requerimentos das normas aplicáveis, em especial quanto aos requerimentos do CPC 24 / IAS 10 – Eventos subsequentes. Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a classificação subsequente adotada pela Companhia dos saldos de ativos de direito de uso e passivos de arrendamento, bem como as respectivas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento

Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

– Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação,

omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 21 de Outubro de 2020

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/F-7

Cristiano Jardim Seguecio

Contador CRC SP-244525/O-9 T-RS

ACKPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(em milhares de reais)

		Controladora			Consolidado		
	Nota	**2019**	**2018**	**2017**	**2019**	**2018**	**2017**
Ativos							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	11	393.341	337.844	200.528	487.799	378.819	222.131
Contas a receber clientes	12	153.616	148.570	114.174	251.289	248.492	170.244
Adiantamentos a fornecedores	20(c)	3.339	5.593	18.803	3.861	18.015	21.808
Estoques	13	190.730	136.522	126.656	277.043	190.778	171.824
Créditos tributários	14	54.393	53.240	29.936	98.735	76.820	39.596
Instrumentos financeiros derivativos	25	3.565	5.831	-	3.565	5.831	-
Créditos por venda de investimentos	15	129.988	-	-	129.988	-	-
Outros ativos circulantes		18.432	6.062	7.976	18.747	6.480	8.136
Total do ativo circulante		**947.404**	**693.662**	**498.073**	**1.271.027**	**925.235**	**633.739**
Não circulante							
Créditos tributários	14	48.948	12.859	7.195	77.021	19.813	10.804
Contas a receber de partes relacionadas	32	220	54.756	51.570	160	54.718	51.535
Adiantamentos a fornecedores	20(c)	25.698	27.258	28.325	25.698	27.258	28.325
Créditos por venda de investimentos	15	-	163.191	152.380	-	163.191	152.380
Depósitos judiciais	22	1.589	1.772	1.527	3.553	1.939	1.645
Imposto de renda e contribuição social diferidos	27	5.255	-	-	5.255	-	-
Propriedades para investimentos	17	21.450	21.450	21.450	21.450	21.450	21.450
Total do realizável a longo prazo		**103.160**	**281.286**	**262.447**	**133.137**	**288.369**	**266.139**
Investimentos	16	470.167	315.593	242.668	2.397	1.877	1.119
Imobilizado	18	186.518	169.279	151.477	386.963	339.415	297.174
Intangível	19	514	547	584	10.658	10.668	10.561
		657.199	**485.419**	**394.729**	**400.018**	**351.960**	**308.854**
Total do ativo não circulante		**760.359**	**766.705**	**657.176**	**533.155**	**640.329**	**574.993**
Total do ativo		**1.707.763**	**1.460.367**	**1.155.249**	**1.804.182**	**1.565.564**	**1.208.732**

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(em milhares de reais)

		Controladora			Consolidado		
	Nota	**2019**	**2018**	**2017**	**2019**	**2018**	**2017**
Passivos							
Circulante							
Fornecedores	20(a)	166.113	151.727	189.201	232.736	216.832	227.593
Operações de *compror*	21(f)	9.857	26.727	24.040	9.857	26.727	24.040
Salários a pagar		5.154	4.956	4.560	7.232	6.804	5.938
Impostos e contribuições a pagar		5.651	4.198	7.697	8.643	7.264	9.259
Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	1	-	8.289	1.619	913
Empréstimos e financiamentos	21	303.724	418.765	295.100	306.066	439.026	300.191
Instrumentos financeiros derivativos	25	3.767	1.856	4.476	3.767	1.856	4.476
Outros passivos circulantes		13.112	16.763	10.951	14.178	17.664	11.744
Total do passivo circulante		**507.378**	**624.993**	**536.025**	**590.768**	**717.792**	**584.154**
Não circulante							
Empréstimos e financiamentos	21	576.206	310.512	230.113	580.632	316.699	233.088
Provisão Contingências	22	5.110	1.722	916	6.848	3.446	973
Imposto de renda e contribuição social diferidos	27	-	3.492	7.905	6.410	7.513	9.770
Contas a pagar à partes relacionadas	32	716	1.534	14.143	716	1.534	14.143
Total do passivo não circulante		**582.032**	**317.260**	**253.077**	**594.606**	**329.192**	**257.974**
Patrimônio líquido							
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores							
Capital social	24(a)	174.038	174.038	174.038	174.038	174.038	174.038
Ajustes de avaliação patrimonial	24(b)	2.971	3.203	3.893	2.971	3.203	3.893
Reserva de lucros	24(c)	441.344	340.873	188.216	441.344	340.873	188.216
		618.353	**518.114**	**366.147**	**618.353**	**518.114**	**366.147**
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores		-	-	-	455	466	457
Total do patrimônio líquido		**618.353**	**518.114**	**366.147**	**618.808**	**518.580**	**366.604**
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.707.763**	**1.460.367**	**1.155.249**	**1.804.182**	**1.565.564**	**1.208.732**

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

(em milhares de reais)

		Controladora			Consolidado		
	Nota	**2019**	**2018**	**2017**	**2019**	**2018**	**2017**
Receita líquida de vendas	29	1.629.628	1.760.342	1.367.192	2.661.871	2.548.151	1.960.760
Custo dos produtos e mercadorias vendidas e dos serviços prestados	30(c)	(1.492.929)	(1.545.149)	(1.246.638)	(2.367.664)	(2.199.501)	(1.766.898)
Lucro bruto		**136.699**	**215.193**	**120.554**	**294.207**	**348.650**	**193.862**
Despesas administrativas	30(c)	(26.185)	(19.756)	(24.664)	(39.540)	(32.018)	(35.103)
Despesas com vendas	30(c)	(55.710)	(63.163)	(47.571)	(72.015)	(72.764)	(55.111)
Outras receitas operacionais	30(a)(c)	23.842	1.535	12.286	23.990	1.774	12.618
Resultado da equivalência patrimonial		135.454	102.057	47.638	-	-	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras		**214.100**	**235.866**	**108.243**	**206.642**	**245.642**	**116.266**
Receitas financeiras	31	44.170	33.709	14.240	68.696	38.921	17.391
Despesas financeiras	31	(58.988)	(63.906)	(76.673)	(60.775)	(65.517)	(78.837)
Variação cambial		(2.191)	(35.765)	3.175	(2.199)	(35.725)	3.619
Despesas financeiras líquidas		**(17.009)**	**(65.962)**	**(59.258)**	**5.722**	**(62.321)**	**(57.827)**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**197.091**	**169.904**	**48.985**	**212.364**	**183.321**	**58.439**
Imposto de renda e contribuição social - correntes	27	-	-	(7.200)	(12.893)	(11.267)	(16.105)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	27	8.748	4.413	10.541	6.358	2.258	9.984
Lucro líquido do exercício		**205.839**	**174.317**	**52.326**	**205.829**	**174.312**	**52.318**
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores		-	-	-	205.839	174.318	52.326
Lucro líquido atribuível aos acionistas não controladores		-	-	-	(10)	(5)	(8)
Resultado por ação básico e diluído em Reais		**-**	**-**	**-**	**10,91**	**9,24**	**2,77**

.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(em milhares de reais)

	Atribuível aos acionistas controladores								
			Reserva de lucros						
	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva legal	Reservas de subvenções	Reserva de retenção lucros	Lucros acumulados	Total	Participação de não controladores	Patrimônio líquido total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**174.038**	**5.017**	**14.135**	**19.380**	**136.391**	**-**	**348.961**	**465**	**349.426**
Ajustes – nota 8 (r)	-	-	(766)	-	(14.550)	-	**(15.316)**		**(15.316)**
Saldo em 01 de janeiro de 2017	**174.038**	**5.017**	**13.369**	**19.380**	**121.841**	-	**333.645**	**465**	**334.110**
Realização reserva de reavaliação	-	(800)	-	-	800	-	-	-	-
Baixa da reserva de reavaliação	-	(324)	-	-	-	-	**(324)**	-	**(324)**
Lucro líquido do exercício antes das destinações:	-	-	-	-	-	52.326	**52.326**	(8)	**52.318**
(-) Reserva legal	-	-	2.616	-	-	(2.616)	-	-	-
(-) Reserva crédito presumido ICMS	-	-	-	44.285	-	(44.285)	-	-	-
(-) Lucro a disposição da AGO	-	-	-	-	5.425	(5.425)	-	-	-
(-) Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(19.500)	-	**(19.500)**	-	**(19.500)**
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**174.038**	**3.893**	**15.985**	**63.665**	**108.566**	**-**	**366.147**	**457**	**366.604**
Realização reserva de reavaliação	-	(690)	-	-	690	-	-	-	-
Variação de participação societária	-	-	-	-	-	-	-	14	**14**
Lucro líquido do exercício antes das destinações:	-	-	-	-	-	174.317	**174.317**	(5)	**174.312**
(-) Reserva legal	-	-	8.716	-	-	(8.716)	-	-	-
(-) Reserva crédito presumido ICMS	-	-	-	54.386	-	(54.386)	-	-	-
(-) Lucro a disposição da AGO	-	-	-	-	111.215	(111.215)	-	-	-
(-) Dividendos pagos	-	-	-	-	(12.350)	-	**(12.350)**	-	**(12.350)**
(-) Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(10.000)	-	**(10.000)**	-	**(10.000)**
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**174.038**	**3.203**	**24.701**	**118.051**	**198.121**	**-**	**518.114**	**466**	**518.580**
Realização reserva de reavaliação	-	(232)	-	-	232	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício antes das destinações:	-	-	-	-	-	205.839	**205.839**	(11)	**205.828**
(-) Reserva legal	-	-	10.107	-	-	(10.107)	-	-	-
(-) Reserva crédito presumido ICMS	-	-	-	46.823	-	(46.823)	-	-	-
(-) Lucro a disposição da AGO	-	-	-	-	148.909	(148.909)	-	-	-
(-) Dividendos pagos antecipadamente	-	-	-	-	(105.600)	-	**(105.600)**	-	**(105.600)**
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**174.038**	**2.971**	**34.808**	**164.874**	**241.662**	**-**	**618.353**	**455**	**618.808**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – Método Indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Controladora			Consolidado		
	2019	**2018**	**2017**	**2019**	**2018**	**2017**
Fluxo de caixa das atividades operacionais						
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	**197.091**	**169.905**	**48.985**	**212.363**	**183.321**	**58.439**
Ajustes para reconciliar o resultado ao fluxo de caixa das atividades operacionais:	**(72.211)**	**(38.609)**	**16.738**	**71.874**	**70.919**	**70.124**
Depreciação e amortização	11.238	10.050	10.980	16.267	13.907	14.530
Equivalência patrimonial	(135.454)	(102.057)	(47.638)	-	-	-
Baixa de ajustes de avaliação patrimonial	-	-	(324)	-	-	(324)
Despesas de juros sobre dívidas financeiras	47.838	51.944	47.253	49.385	53.147	49.335
Baixa residual de imobilizado e intangível	780	648	5.551	2.820	1.378	5.610
Provisões para contingências	3.387	806	916	3.402	2.473	973
Variação de participação societária	-	-	-	-	14	-
Variações de ativos e passivos	**(105.177)**	**(97.813)**	**20.291**	**(171.042)**	**(159.508)**	**21.104**
Contas a receber	(3.486)	(33.329)	(43.122)	(1.238)	(77.180)	(53.877)
Estoques	(54.208)	(9.866)	25.916	(86.265)	(18.955)	28.909
Créditos tributários	(37.243)	(28.968)	39.033	(79.122)	(46.234)	46.830
Instrumentos financeiros derivativos ativos	2.266	(5.831)	-	2.266	(5.831)	-
Depósitos judiciais	183	(245)	(483)	(1.614)	(294)	(601)
Outros ativos	(10.114)	15.124	991	1.888	5.448	685
Fornecedores	(2.484)	(34.787)	3.395	(966)	(8.074)	13.498
Impostos a pagar	1.453	(3.499)	4.832	8.049	(1.289)	5.339
Instrumentos financeiros derivativos passivos	1.911	(2.620)	9.961	1.911	(2.620)	9.961
Outros passivos	(3.455)	6.208	(13.032)	(3.058)	6.788	(13.535)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(7.200)	(12.893)	(11.267)	(16.105)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**19.703**	**33.483**	**86.014**	**113.195**	**94.732**	**149.667**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos						
Aquisições de imobilizado e intangível	(29.224)	(28.463)	(11.576)	(66.625)	(57.632)	(27.141)
Aquisições de investimentos	(19.120)	(10.868)	(8.454)	(520)	(757)	10.116
Dividendos recebidos	-	40.000	15.000	-	-	-
Recebimentos por venda de investimentos	33.203	(10.811)	22.408	33.203	(10.811)	22.408
Recebimentos de partes relacionadas	53.719	-	-	53.741	-	-
CAIXA LÍQUIDO (APLICADO) GERADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	**38.578**	**(10.142)**	**17.378**	**19.799**	**(69.200)**	**5.383**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos						
Empréstimos e financiamentos obtidos	407.920	588.665	447.896	409.811	611.055	451.821
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(305.104)	(436.545)	(399.144)	(328.225)	(441.756)	(422.640)
Juros sobre o capital próprio pagos	-	(10.000)	(19.500)	-	(10.000)	(19.500)
Dividendos pagos	(105.600)	(12.350)	-	(105.600)	(12.350)	-
Financiamentos com acionistas	-	(15.795)	(207)	-	(15.793)	(13.238)
CAIXA LÍQUIDO (APLICADO) GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	**(2.784)**	**113.975**	**29.045**	**(24.014)**	**131.156**	**(3.557)**
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	**55.497**	**137.316**	**132.437**	**108.980**	**156.688**	**151.493**
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	**55.497**	**137.316**	**132.437**	**108.980**	**156.688**	**151.493**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	337.844	200.528	68.091	378.819	222.131	70.638
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	393.341	337.844	200.528	487.799	378.819	222.131

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(em milhares de reais)

	Controladora			Consolidado		
	2019	**2018**	**2017**	**2019**	**2018**	**2017**
Receitas	**1.691.448**	**1.806.952**	**1.418.651**	**2.776.476**	**2.628.395**	**2.042.561**
Receita de venda de produtos, mercadorias e serviços prestados	1.667.486	1.805.224	1.405.331	2.752.413	2.626.573	2.028.796
Descontos e abatimentos	-	-	-	-	-	-
Outras receitas operacionais	23.962	1.728	13.320	24.063	1.822	13.765
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS, PIS e Cofins)	**1.453.770**	**1.512.171**	**1.215.475**	**2.292.423**	**2.135.448**	**1.711.390**
Custos dos produtos vendidos, revendidos e dos serviços prestados	1.377.159	1.431.729	1.146.857	2.179.795	2.026.312	1.618.559
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	76.611	80.442	68.618	112.628	109.136	92.831
Valor adicionado bruto	**237.678**	**294.781**	**203.176**	**484.053**	**492.947**	**331.171**
Retenções	**11.238**	**10.050**	**10.980**	**16.267**	**13.907**	**14.530**
Depreciação e amortização	11.238	10.050	10.980	16.267	13.907	14.530
Valor adicionado líquido produzido	**226.440**	**284.731**	**192.196**	**467.786**	**479.040**	**316.641**
Valor adicionado recebido em transferência	**221.830**	**216.621**	**97.775**	**111.694**	**121.014**	**53.972**
Resultado de equivalência patrimonial	135.454	102.057	47.638	-	-	-
Receitas financeiras	86.376	114.564	50.137	111.694	121.014	53.972
Valor adicionado total a distribuir	**448.270**	**501.352**	**289.971**	**579.480**	**600.054**	**370.613**
Distribuição do valor adicionado	**448.270**	**501.352**	**289.971**	**579.480**	**600.054**	**370.613**
Pessoal e encargos	**43.782**	**41.502**	**39.771**	**59.480**	**55.272**	**52.135**
Remuneração direta	36.043	34.301	32.609	46.636	43.723	41.882
Benefícios	4.642	4.213	4.395	8.539	7.509	6.733
F.G.T.S	3.097	2.988	2.767	4.305	4.040	3.520
Impostos, taxas e contribuições	**92.342**	**102.572**	**85.997**	**205.086**	**184.565**	**151.836**
Federais	33.172	46.719	42.502	78.561	82.958	75.952
Estaduais	58.869	55.470	43.254	126.210	101.210	75.632
Municipais	301	383	241	315	397	252
Remuneração de capitais de terceiros	**106.308**	**182.960**	**111.877**	**109.085**	**185.905**	**114.324**
Juros	49.234	51.946	47.268	50.806	53.167	49.357
Aluguéis	3.040	2.629	2.614	3.255	2.762	2.659
Outras	54.034	128.385	61.995	55.024	129.976	62.308
Remuneração de Capitais Próprios	**205.839**	**174.317**	**52.326**	**205.829**	**174.312**	**52.318**
Juros sobre o capital próprio	-	10.000	19.500	-	10.000	19.500
Dividendos	105.600	12.350	-	105.600	12.350	-
Participação dos acionistas não controladores	-	-	-	(10)	(5)	(8)
Lucros retidos	100.239	151.967	32.826	100.239	151.967	32.826

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(em milhares de reais)

	Controladora			Consolidado		
	2019	**2018**	**2017**	**2019**	**2018**	**2017**
Lucro líquido do exercício	205.839	174.317	52.326	205.829	174.312	52.318
Outros Resultados Abrangentes	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Parcela de outros resultados abrangentes de controladas	-	-	-	-	-	-
Resultado Abrangente do Exercício	**205.839**	**174.317**	**52.326**	**205.829**	**174.312**	**52.318**
Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	205.839	174.317	52.326	205.839	174.317	52.326
Atribuído a Sócios Não Controladores	-	-	-	(10)	(5)	(8)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto Operacional

A Oleoplan S/A e controladas ("Companhia"), é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede em Porto Alegre e unidade fabril na cidade de Veranópolis, ambas no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, e tem como objetivo principal a produção de biodiesel, extração, industrialização, comercialização, importação e exportação de óleos vegetais e seus derivados, bem como de grãos vegetais em geral; fabricação de farelo de soja e proteínas concentradas de soja; comercialização de mercadorias, produtos e insumos agrícolas em geral, tais como sementes e fertilizantes; serviços de armazenagem e depósitos de cereais, por conta de terceiros e de mercadorias próprias; a exploração de atividade agrícola, de forma direta ou indireta, através de subsidiária integral ou empresas controladas.

2 Relação de entidades controladas

Veja política contábil na nota explicativa 9(a)(i).

Segue abaixo lista das controladas relevantes da Companhia.

		Participação acionária %		
	País	**2019**	**2018**	**2017**
Palmaplan Agroindustrial Ltda.	Brasil	99,33%	99,33%	98,99%
Oleoplan Nordeste Indústria de Biocombustível Ltda.	Brasil	99,99%	99,99%	99,99%

a. Palmaplan Agroindustrial Ltda.

A Palmaplan Agroindustrial Ltda. é uma empresa por quotas de responsabilidade limitada, com sede em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul e com a unidade fabril na cidade de Rorainópolis no Estado de Roraima, tem como objetivo principal o cultivo de dendê, a produção de mudas e outras formas de propagação vegetal certificadas, a fabricação de óleos vegetais brutos, exceto óleo de milho, a fabricação de óleos vegetais refinados, exceto óleo de milho, a fabricação de biocombustíveis, exceto álcool, o cultivo de soja, o comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos de solo.

b. Oleoplan Nordeste Indústria de Biocombustível Ltda.

A Oleoplan Nordeste Indústria de Biocombustíveis Ltda. é uma empresa por quotas de responsabilidade, com sede em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul e com a unidade fabril na cidade de Iraquara no Estado da Bahia, tem como objetivo principal a produção de Biodiesel, extração de óleo de soja, comercialização, importação e exportação de óleos vegetais e seus derivados, bem como de grãos vegetais em geral; fabricação de rações e concentrados para alimentação animal; fabricação de farelo de soja; comercialização de mercadorias, produtos e insumos agrícolas em geral, tais como sementes e fertilizantes.

3 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 20 de outubro de 2020.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 9.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 29(b) -** reconhecimento de receita: nos casos aplicáveis, a receita é reconhecida ao longo do tempo ou em um momento específico no tempo;

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 29(b) -** reconhecimento de receita: estimativa da expectativa de devolução;

- **Nota explicativa 27(d) -** reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;

- **Notas explicativas 22 -** reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;

- **Nota explicativa 25(c)(ii) -** mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perdas;

(i) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo com base em uma avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3. Questões significativas de avaliação são reportadas para a administração da Companhia.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 17 -** propriedade para investimento;

- **Nota explicativa 25 -** instrumentos financeiros;

6 Mudanças nas principais políticas contábeis

CPC 47/IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes

A Companhia passou a adotar a partir de 1º de janeiro de 2018 o CPC47/IFRS 15 – Receita de Contratos com Clientes. A Companhia tem como principal fonte de receitas a venda de produtos para os quais a receita respectiva é reconhecida no momento da transferência do controle pela entrega do produto. Dessa forma, conforme avaliação efetuada sobre as cinco etapas do novo modelo de reconhecimento da receita, a Companhia não identificou alterações materiais no reconhecimento atual das suas receitas. Portanto, no exercício de 2018, a Companhia não apresentou impactos e alterações no reconhecimento da receita.

CPC 48/IFRS 9 Instrumentos Financeiros

A norma CPC 48/IFRS 9 substituiu, a partir de 1º de janeiro de 2018, a norma CPC 38/ IAS 39 – Instrumentos Financeiros – Reconhecimento e Mensuração e como resultado da adoção inicial, as principais alterações foram:

- Classificação e mensuração dos ativos financeiros;
- Redução ao valor recuperável (substituição do modelo de "perdas incorridas" por um modelo prospectivo de "perdas em crédito esperadas"); e
- Contabilidade de hedge.

Classificação e Mensuração dos ativos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensuradas ao custo amortizado, valor por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e valor justo por meio do resultado (VJR). A Companhia considerou dois fatores para definir a classificação dos ativos financeiros de acordo com a norma: o modelo de negócio no qual o ativo financeiro é gerenciado e suas características de fluxos de caixa contratuais.

Para os instrumentos financeiros derivativos, a adoção desta norma não apresentou alterações nas políticas contábeis, uma vez que a Companhia não aplica o modelo de contabilidade de *hedge*.

A tabela a seguir e as notas explicativas abaixo explicam as categorias de mensuração originais no CPC 38/IAS 39 e as novas categorias de mensuração do CPC 48/IFRS 9 para cada classe de ativos financeiros da Companhia em 1º de janeiro de 2018. O efeito da adoção do CPC 48/IFRS 9 sobre os valores contábeis dos ativos financeiros em 1º de janeiro de 2018 não é considerado material:

Controladora e consolidado

Ativos financeiros	Nota	Classificação original CPC 38/IAS 39	Nova classificação CPC 48/IFRS 9
Caixa e equivalentes de caixa	11	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Contas a receber de clientes	12	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Créditos por venda de investimento	15	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Instrumentos financeiros derivativos	25	VJR	VJR
Depósitos judiciais	22	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Contas a receber de partes relacionadas	32	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado

Redução no valor recuperável (impairment)

O CPC 48/IFRS 9 substitui o modelo de "perdas incorridas" por um modelo prospectivo de "perdas de créditos esperadas". Essa mudança exige um julgamento sobre como a mudança ou expectativa de mudança em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, as quais serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

A metodologia prevista no CPC 48/IFRS 9 e aplicável principalmente para contas a receber de longo prazo, ou seja com prazo superior a 12 meses, razão pela qual estabeleceu estágios 1 e 2 diferenciando a expectativa de perda de créditos.

Os ativos financeiros de curto prazo da Companhia representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros ativos não tem apresentado aumento no risco de crédito e também não há, nas datas-base apresentadas, expectativa de aumento no risco de crédito ou impacto significativo esperado em relação a provisão para perdas de crédito esperadas.

A Companhia preparou uma estimativa das perdas esperadas em créditos a receber e identificou valores materiais a serem reconhecidos como perdas incorridas em 2017 ou como perdas esperadas em 2018 e 2019.

CPC 06/IFRS 16 - "Arrendamentos"

- O CPC 06 (R2)/IFRS 16 introduziu, a partir de 1º de janeiro de 2019, um modelo único para contabilização de arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, estabelecendo o reconhecimento, com limitadas exceções, de ativos e passivos pelo arrendatário. O arrendatário deve reconhecer o direito de uso do ativo subjacente arrendado e o correspondente passivo. O registro por parte dos arrendadores não teve mudanças significativas.

A Companhia e suas subsidiárias avaliaram os potenciais impactos em suas demonstrações financeiras decorrentes da adoção inicial da norma CPC 06 R2/IFRS 16. Essa avaliação foi segregada em etapas, tais como:

i) Levantamento dos contratos;
ii) Abordagem de transição;
iii) Mensuração do passivo inicial e ativo inicial;
iv) Impactos na adoção inicial; e
v) Arrendamentos financeiros.

Com base nos levantamentos efetuados, a Companhia não identificou contratos com efeitos materiais que afetam o exercício 2019. A Companhia também não possui contratos com efeitos materiais na condição de arrendadora.

Além disto, outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

7 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo;
- os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo.

8 Reapresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram reapresentadas, em conexão com o pedido de registro de companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, para apresentar a demonstração de valor adicionado, resultado por ação, informações de segmentos e para incluir outras divulgações requeridas nas notas explicativas, relativas, principalmente, análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros na nota de instrumentos financeiros e riscos de mercado.

Adicionalmente, após a emissão das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, a administração identificou a necessidade de corrigir o saldo e/ou a classificação de determinadas rubricas que afetam os valores anteriormente divulgados. Consequentemente, a Companhia está reapresentando as demonstrações financeiras desses exercícios, conforme descrito abaixo.

Ajustes no patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2016 foi ajustado o valor negativo de R$15.316, referente ao imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre a diferença entre a depreciação societária e a fiscal. Consequentemente, a Companhia ajustou o saldo de Reserva Legal em 5% do valor do ajuste de acordo com a Lei das S.As.

(i) Demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019

A Companhia está apresentando as correções efetuadas nas demonstrações financeiras nas colunas abaixo de "ajustes", para correções que afetam o lucro líquido e o patrimônio líquido e "reclassificações", para correções que afetam apenas a classificação e apresentação das demonstrações financeiras.

		Controladora				Consolidado			
	Nota	Originalmente apresentado	Ajustes	Reclassificações	Valores Reapresentados	Originalmente apresentado	Ajustes	Reclassificações	Valores Reapresentados
ATIVO									
Circulante									
Caixa e equivalentes de caixa	(f)	393.291	-	50	393.341	487.749	-	50	487.799
Contas a receber de clientes	(h)	154.016	-	(400)	153.616	251.689	-	(400)	251.289
Adiantamentos a fornecedores		3.339	-	-	3.339	3.861	-	-	3.861
Estoques		190.730	-	-	190.730	277.043	-	-	277.043
Créditos tributários	(v)	78.865	-	(24.472)	54.393	150.766	-	(52.031)	98.735
Instrumentos financeiros derivativos	(g)	-	-	3.565	3.565	-	-	3.565	3.565
Créditos por Venda de investimentos		-	-	129.988	129.988	-		129.988	129.988
Outros ativos circulantes	(g)	22.217	-	(3.785)	18.432	22.314	-	(3.567)	18.747
		842.458	**-**	**104.946**	**947.404**	**1.193.422**	**-**	**77.605**	**1.271.027**
Não circulante									
Créditos tributários	(v)	1.512	22.965	24.471	48.948	2.025	22.965	52.031	77.021
Contas a receber de partes relacionadas	(e)	-	-	220	220	160	-	-	160
Adiantamentos a fornecedores	(h)	-	-	25.698	25.698	-	-	25.698	25.698
Depósitos judiciais		-	-	1.589	1.589	-	-	3.553	3.553
Outros ativos não circulantes		**156.874**	**-**	**(156.874)**	**-**	**158.839**	**-**	**(158.839)**	**-**
- Crédito por venda de investimentos	(i)	129.988		(129.988)	-	129.988		(129.988)	-
- Depósitos judiciais	(j)	1.588		(1.588)	-	3.553		(3.553)	-
- Adiantamentos de longo prazo	(h)	25.298		(25.298)	-	25.298		(25.298)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(a)	25.088	1.737	(21.570)	5.255	27.692	2.328	(24.765)	5.255
Propriedades para investimentos	(k)	-	-	21.450	21.450	-	-	21.450	21.450
Investimentos	(b) / (f)	**461.397**	**(1.148)**	**9.918**	**470.167**	**2.447**	**-**	**9.918**	**12.365**
Imobilizado		**218.360**	**-**	**(31.842)**	**186.518**	**418.805**	**-**	**(31.842)**	**386.963**
- Demais ativos imobilizados		186.518	-	-	186.518	**386.963**		-	386.963
- Propriedade para investimento	(k)	21.450	-	(21.450)	-	21.450		(21.450)	-
- Ágio	(l)	9.968	-	(9.968)	-	9.968		(9.968)	-
- Projeto em desenvolvimento	(s)	424	-	(424)	-	424		(424)	-
Intangível		**90**	**-**	**424**	**514**	**266**	**-**	**10.392**	**10.658**
- Outros ativos intangíveis		**90**		-	90	**266**		-	266
- Ágio	(l)	-		-	-	-	-	9.968	9.968
- Projeto em desenvolvimento	(s)	-		424	424	-	-	424	424
		863.321	**23.554**	**(126.516)**	**760.359**	**610.234**	**25.293**	**(102.372)**	**533.155**
Total ativo		**1.705.779**	**23.554**	**(21.570)**	**1.707.763**	**1.803.656**	**25.293**	**(24.767)**	**1.804.182**

		Controladora				Consolidado			
	Nota	**Originalmente apresentado**	**Ajustes**	**Reclassificações**	**Valores Reapresentados**	**Originalmente apresentado**	**Ajustes**	**Reclassificações**	**Valores Reapresentados**
PASSIVO									
Circulante									
Fornecedores		175.970	-	(9.857)	166.113	242.593	-	(9.857)	232.736
Operações de *compror*		-		9.857	9.857	-		9.857	9.857
Salários a pagar	(m)	5.143	-	11	5.154	7.221	-	11	7.232
Impostos e contribuições a pagar		5.651	-	-	5.651	16.932	-	(8.289)	8.643
Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	-	-	-	-		8.289	8.289
Empréstimos e financiamentos		303.724	-	-	303.724	306.066	-	-	306.066
Instrumentos financeiros derivativos	(g)	-		3.767	3.767	-		3.767	3.767
Outros passivos circulantes	(g)	16.879	-	(3.767)	13.112	17.946	-	(3.768)	14.178
		507.367	**-**	**11**	**507.378**	**590.758**	**-**	**10**	**590.768**
Não circulante									
Empréstimos e financiamentos		576.206	-	-	576.206	580.632	-	-	580.632
Provisão para contingências	(c)	-	5.110	-	5.110	-	6.848	-	6.848
Outros passivos não circulantes		-	-	-	-	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(r)	21.570	-	(21.570)	-	31.175	-	(30.020)	6.410
Contas a pagar a partes relacionadas	(m)	727	-	(11)	716	728	-	(12)	716
		598.503	**5.110**	**(21.581)**	**582.032**	**612.535**	**6.848**	**(30.032)**	**594.606**
Patrimônio líquido									
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores									
Capital social		174.038	-	-	174.038	174.038	-	-	174.038
Ajustes de avaliação patrimonial		2.971	-	-	2.971	2.971	-	-	2.971
Reserva de lucros	(d)	422.899	18.445	-	441.344	422.899	18.445	-	441.344
		599.908	**18.445**	**-**	**618.353**	**599.908**	**18.445**	**-**	**618.353**
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores		-	-	-	**-**	**455**	-	-	455
		599.908	**18.445**	**-**	**618.353**	**600.363**	**18.445**	**-**	**618.808**
Total passivo		**1.705.779**	**23.555**	**(21.570)**	**1.707.763**	**1.803.656**	**25.293**	**(30.022)**	**1.804.182**

		Controladora				Consolidado			
	Nota	**Originalmente apresentado**	**Ajustes**	**Reclassificações**	**Valores Reapresentados**	**Originalmente apresentado**	**Ajustes**	**Reclassificações**	**Valores Reapresentados**
Demonstração do resultado									
Receita líquida de vendas		**1.629.628**	**-**	**-**	**1.629.628**	**2.661.871**	-	-	**2.661.871**
Custo dos produtos e mercadorias vendidos e dos serviços prestados	(p)	(1.494.571)	-	1.642	(1.492.929)	(2.369.306)	-	1.642	(2.367.664)
Lucro bruto		**135.057**	**-**	**1.642**	**136.699**	**292.565**	**-**	**1.642**	**294.207**
Despesas administrativas		(22.798)	(3.387)	-	(26.185)	(36.138)	(3.402)	-	(39.540)
Despesas com vendas	(p)	(54.068)	-	(1.642)	(55.710)	(70.373)	-	(1.642)	(72.015)
Outras receitas operacionais		876	22.965	-	23.841	1.025	22.965	-	23.990
Resultado de equivalência patrimonial		135.464	(9)	-	135.455	-	-	-	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras		**194.531**	**19.569**	**-**	**214.100**	**187.079**	**19.563**	**-**	**206.642**
Receitas financeiras		32.573	11.597	-	44.170	57.099	11.597	-	68.696
Despesas financeiras		(58.988)	-	-	(58.988)	(60.775)	-	-	(60.775)
Variação cambial		(2.191)	-	-	(2.191)	(2.199)	-	-	(2.199)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**165.925**	**31.166**	**-**	**197.091**	**181.204**	**31.160**	**-**	**212.364**
Imposto de renda e contribuição social - correntes		-	-	-	-	(12.893)	-	-	(12.893)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	(a)	10.220	(1.472)	-	8.748	7.826	(1.468)	-	6.358
Reversão dos juros sobre o capital próprio		-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		**176.145**	**29.694**	**-**	**205.839**	**176.137**	**29.692**	**-**	**205.829**
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores						176.145			205.839
Lucro líquido atribuível aos acionistas não controladores						**(8)**			**(10)**
Lucro líquido por ação em Reais						**9,34**			**10,91**

	Controladora				Consolidado			
	Originalmente apresentado	**Ajustes**	**Reclassificações**	**2019**	**Originalmente apresentado**	**Ajustes**	**Reclassificações**	**2019**
Fluxo de caixa das atividades operacionais								
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	**165.926**	**31.165**	**-**	**197.091**	**181.203**	**31.160**		**212.363**
Ajustes para reconciliar o resultado ao fluxo de caixa das atividades operacionais:	**(65.388)**	**3.398**	**(10.221)**	**(72.211)**	**74.350**	**3.402**	**(5.878)**	**71.874**
Depreciação e amortização	11.239	-	(1)	11.238	16.267	-	-	16.267
Equivalência patrimonial	(135.465)	11	-	(135.454)	-	-	-	-
Despesas de juros sobre dívidas financeiras	47.838	-	-	47.838	49.385	-	-	49.385
Baixa residual de imobilizado e intangível	780	-	-	780	873	-	1.947	2.820
Impostos diferidos	10.220	-	(10.220)		7.825	-	(7.825)	
Provisões para contingências	-	3.387		3.387	-	3.402	-	3.402
Variação de participação societária	-	-	-	-	-	-	-	-
Variações de ativos e passivos	**2.846**	**(34.563)**	**(73.460)**	**(105.177)**	**(60.603)**	**(34.562)**	**(75.877)**	**(171.042)**
Contas a receber	(3.486)		-	(3.486)	(1.237)	-	(1)	(1.238)
Estoques	(54.208)		-	(54.208)	(86.265)	-	-	(86.265)
Créditos tributários	(25.821)	(22.966)	11.544	(37.243)	(68.336)	(22.965)	12.180	(79.122)
Instrumentos financeiros derivativos ativos	-		2.266	2.266	-	-	2.266	2.266
Depósitos judiciais	-		183	183	-	-	(1.614)	(1.614)
Outros ativos	88.490	(11.597)	(87.007)	(10.114)	98.713	(11.597)	(85.229)	1.888
Fornecedores	(2.484)	-	-	(2.484)	(966)	-	-	(966)
Impostos a pagar	2.774	-	(1.321)	1.453	12.403	-	(4.354)	8.049
Instrumentos financeiros derivativos passivos	-	-	1.911	1.911	-	-	1.911	1.911
Outros passivos	(2.419)	-	(1.036)	(3.455)	(2.022)	-	(1.036)	(3.058)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	-	-	(12.893)	-	-	(12.893)
Fluxo de caixa das atividades operacionais	**103.384**	**-**	**(83.681)**	**19.703**	**194.950**	**-**	**(81.755)**	**113.195**
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**103.384**	**-**	**(83.681)**	**19.703**	**194.950**	**-**	**(81.755)**	**113.195**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos								
Aquisições de imobilizado e intangível	-	-	(29.224)	(29.224)	-	-	(66.625)	(66.625)
Aquisições de investimentos	-	-	(19.120)	(19.120)	-	-	(520)	(520)
Recebimentos por venda de investimentos	-	-	33.203	33.203	-	-	33.203	33.203
Recebimentos de partes relacionadas	-	-	53.719	53.719	-	-	53.741	53.741
Aquisições de imobilizado e investimento	(48.344)	-	48.344	-	(65.198)	-	65.198	
CAIXA LÍQUIDO (APLICADO) GERADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	**(48.344)**	**-**	**86.922**	**38.578**	**(65.198)**	**-**	**84.997**	**19.799**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos								
Empréstimos e financiamentos obtidos	407.978	-	(58)	407.920	409.870	-	(59)	409.811
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(305.104)	-	-	(305.104)	(328.225)	-	-	(328.225)
Juros sobre o capital próprio pagos	-	-	-	-	(105.600)	-	105.600	-
Dividendos pagos	(105.600)	-	-	(105.600)	-	-	(105.600)	(105.600)
Financiamentos com partes relacionadas	3.183	-	(3.183)	-	3.183	-	(3.183)	-
CAIXA LÍQUIDO (APLICADO) GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	**457**	**-**	**(3.241)**	**(2.784)**	**(20.772)**	**-**	**(3.242)**	**(24.014)**
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	**55.497**	**-**	**-**	**55.497**	**108.980**	**-**	**-**	**108.980**
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	**55.497**	**-**	**-**	**55.497**	**108.980**	**-**	**-**	**108.980**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	337.794		50	337.844	378.769		50	378.819
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	393.291		50	393.341	487.749		50	487.799

(ii) Demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018

A Companhia está apresentando as correções efetuadas nas demonstrações financeiras nas colunas abaixo de "ajustes", para correções que afetam o lucro líquido e o patrimônio líquido e "reclassificações", para correções que afetam apenas a classificação e apresentação das demonstrações financeiras.

		Controladora				Consolidado			
	Nota	Originalmente apresentado	Ajustes	Reclassificações	Valores Reapresentados	Originalmente apresentado	Ajustes	Reclassificações	Valores Reapresentados
ATIVO									
Circulante									
Caixa e equivalentes de caixa	(f)	337.794	-	50	337.844	378.769	-	50	378.819
Contas a receber de clientes	(h)	150.530	-	(1.960)	148.570	250.452	-	(1.960)	248.492
Adiantamentos a fornecedores		5.593	-	-	5.593	18.015	-	-	18.015
Estoques		136.522	-	-	136.522	190.778	-	-	190.778
Créditos tributários	(v)	65.074	-	(11.834)	53.240	94.955	-	(18.135)	76.820
Instrumentos financeiros derivativos	(g)	-	-	5.831	5.831	-	-	5.831	5.831
Outros ativos circulantes		**63.298**	**-**	**(57.236)**	**6.062**	**63.516**	**-**	**(57.036)**	**6.480**
- Outros créditos		6.262		(200)	6.062	6.480		-	6.480
- Contas a receber de partes relacionadas	(o)	51.375		(51.375)	-	51.375		(51.375)	-
- Instrumentos financeiros	(g)	5.831		(5.831)	-	5.831		(5.831)	-
- Créditos com consórcios a contemplar	(q)	(170)	-	170	-	(170)		170	-
		758.811	**-**	**(65.149)**	**693.662**	**996.485**	**-**	**(71.250)**	**925.235**
Não circulante									
Créditos tributários	(v)	1.025	-	11.834	12.859	1.678	-	18.135	19.813
Contas a receber de partes relacionadas	(o)	3.183	-	51.573	54.756	3.343		51.375	54.718
Adiantamentos a fornecedores	(h)	-		27.258	27.258	-		27.258	27.258
Créditos por Venda de investimentos	(i)	-	(11.597)	174.788	163.191	-	(11.597)	174.788	163.191
Depósitos judiciais		-	-	1.772	1.772	-	-	1.939	1.939
Outros ativos não circulantes		**202.027**	**-**	**(202.027)**	**-**	**202.194**	**-**	**(202.194)**	**-**
- Crédito por venda de investimentos	(i)	174.788		(174.788)	-	174.788		(174.788)	-
- Créditos com consórcios a contemplar	(q)	170		(170)	-	170		(170)	-
- Depósitos judiciais	(j)	1.771		(1.771)	-	1.938		(1.938)	-
- Clientes a receber em longo prazo	(h)	25.298		(25.298)	-	25.298		(25.298)	-
Impostos de renda e contribuição social diferidos	(a)	13.546	586	(14.132)	-	15.513	586	(16.099)	-
Propriedades para investimentos	(k)	-	-	21.450	21.450	-	-	21.450	21.450
Investimentos	(b) / (f)	**306.812**	**(1.137)**	**9.918**	**315.593**	**1.927**	**-**	**9.918**	**11.845**
Imobilizado		**201.122**	**(1)**	**(31.842)**	**169.279**	**371.257**	**(1)**	**(31.841)**	**339.415**
- Demais ativos imobilizados		**169.280**		**-**	169.280	**339.415**		**-**	339.415
- Propriedade para investimento	(k)	21.450		(21.450)	-	21.450		(21.450)	-
- Ágio	(l)	9.968		(9.968)	-	9.968		(9.968)	-
- Projeto em desenvolvimento	(s)	424		(424)	-	424		(424)	-
Intangível		**123**	**-**	**424**	**547**	**276**	**-**	**424**	**700**
- Outros ativos intangíveis		123		-	123	276		-	276
- Ágio	(l)	-		-	-	-		9.968	9.968
- Projeto em desenvolvimento	(s)	-		424	424	-		424	424
		727.838	**(12.149)**	**51.016**	**766.705**	**596.188**	**(11.012)**	**55.153**	**640.329**
Total ativo		**1.486.649**	**(12.149)**	**(14.133)**	**1.460.367**	**1.592.673**	**(11.012)**	**(16.097)**	**1.565.564**

	Nota	Originalmente apresentado	Ajustes	Reclassificações	Valores Reapresentados	Originalmente apresentado	Ajustes	Reclassificações	Valores Reapresentados
PASSIVO									
Circulante									
Fornecedores		178.454	-	(26.727)	151.727	243.559	-	(26.727)	216.832
Operações de *compror*		-	-	26.727	26.727		-	26.727	26.727
Salários a pagar	(m)	4.945	-	11	4.956	6.792	-	12	6.804
Impostos e contribuições a pagar		4.199	-	(1)	4.198	8.883	-	(1.619)	7.264
Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	-	1	1	-	-	1.619	1.619
Empréstimos e financiamentos		418.765	-	-	418.765	439.026	-	-	439.026
Instrumentos financeiros derivativos	(g)	-		1.856	1.856	-		1.856	1.856
Outros passivos circulantes	(g)	18.621	-	(1.858)	16.763	19.522	-	(1.858)	17.664
		624.984	**-**	**9**	**624.993**	**717.782**	**-**	**10**	**717.792**
Não circulante									
Empréstimos e financiamentos		310.453	-	59	310.512	316.640	-	59	316.699
Provisão para contingências	(c)	-	1.722	-	1.722	-	3.446	-	3.446
Outros passivos não circulantes		58	-	(58)	-	58	-	(58)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(r)	20.248	(2.623)	(14.132)	3.493	26.820	(2.623)	(16.684)	7.513
Contas a pagar a partes relacionadas	(m)	1.545	-	(11)	1.534	1.545	-	(11)	1.534
		332.304	**(901)**	**(14.142)**	**317.261**	**345.063**	**823**	**(16.694)**	**329.192**
Patrimônio líquido									
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores									
Capital social		174.038	-	-	174.038	174.038	-	-	174.038
Ajustes de avaliação patrimonial		3.203	-	-	3.203	3.203	-	-	3.203
Reserva de lucros	(d)	352.120	(11.247)	-	340.873	352.120	(11.247)	-	340.873
		529.361	**(11.247)**	**-**	**518.114**	**529.361**	**(11.247)**	**-**	**518.114**
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores		-	-	-	-	**466**	-	-	466
		529.361	**(11.247)**	**-**	**518.114**	**529.827**	**(11.247)**	**-**	**518.580**
Total passivo		**1.486.649**	**(12.148)**	**(14.133)**	**1.460.368**	**1.592.672**	**(10.424)**	**(16.684)**	**1.565.564**

	Nota	Controladora				Consolidado			
		Originalmente apresentado	Ajustes	Reclassificações	Valores Reapresentados	Originalmente apresentado	Ajustes	Reclassificações	Valores Reapresentados
Demonstração do resultado									
Receita líquida de vendas		**1.760.342**	**-**	**-**	**1.760.342**	**2.548.151**	-	-	**2.548.151**
Custo dos produtos e mercadorias vendidos e dos serviços prestados	(p)	(1.545.149)	-	-	(1.545.149)	(2.199.501)	-	-	(2.199.501)
Lucro bruto		**215.193**	**-**	**-**	**215.193**	**348.650**	**-**	**-**	**348.650**
Despesas administrativas		(18.950)	(806)	-	(19.756)	(29.547)	(2.471)	-	(32.018)
Despesas com vendas	(p)	(63.163)	-	-	(63.163)	(72.764)	-	-	(72.764)
Outras receitas operacionais		1.536	-	-	1.536	1.774	-	-	1.774
Resultado da equivalência patrimonial		99.513	2.544	-	102.057	-	-	-	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras		**234.129**	**1.738**	**-**	**235.867**	**248.113**	**(2.471)**	**-**	**245.642**
Receitas financeiras		22.897	10.812	-	33.709	28.109	10.812	-	38.921
Despesas financeiras		(73.906)	-	10.000	(63.906)	(75.517)	-	10.000	(65.517)
Variação cambial		(35.765)	-	-	(35.765)	(35.725)	-	-	(35.725)
Reversão dos juros sobre o capital próprio	(t)	10.000	-	(10.000)	-	10.000	-	(10.000)	-
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**157.355**	**12.550**	**-**	**169.905**	**174.980**	**8.341**	**-**	**183.321**
Imposto de renda e contribuição social - correntes		-	-	-	-	(11.267)	-	-	(11.267)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	(a)	(7.065)	11.478	-	4.413	(13.429)	15.687	-	2.258
Lucro líquido do exercício		**150.290**	**24.028**	**-**	**174.318**	**150.284**	**24.028**	**-**	**174.312**
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores						150.290			174.318
Lucro líquido atribuível aos acionistas não controladores						**(6)**			**(6)**
Lucro líquido por ação em Reais						7,97			9,24

	Controladora				Consolidado			
	Originalmente apresentado	**Ajustes**	**Reclassificações**	**2018**	**Originalmente apresentado**	**Ajustes**	**Reclassificações**	**2018**
Fluxo de caixa das atividades operacionais								
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	**157.356**	**12.549**	**-**	**169.905**	**174.984**	**8.337**		**183.321**
Ajustes para reconciliar o resultado ao fluxo de caixa das atividades operacionais:	**(43.981)**	**(1.738)**	**7.110**	**(38.609)**	**55.000**	**2.474**	**13.445**	**70.919**
Depreciação e amortização	10.050	-	-	10.050	13.907	-	-	13.907
Equivalência patrimonial	(99.513)	(2.544)		(102.057)	-	-	-	-
Despesas de juros sobre dívidas financeiras	51.944	-	-	51.944	53.147	-	-	53.147
Baixa residual de imobilizado e intangível	604	-	44	648	1.364	-	14	1.378
Impostos diferidos	(7.066)	-	7.066		(13.432)	1	13.431	
Provisões para contingências	-	806	-	806	-	2.473	-	2.473
Variação de participação societária	-	-	-	-	14	-	-	14
Variações de ativos e passivos	**(105.328)**	**(10.811)**	**18.326**	**(97.813)**	**(160.655)**	**(10.811)**	**11.958**	**(159.508)**
Contas a receber	(36.356)	(10.811)	13.838	(33.329)	(80.208)	(10.811)	13.839	(77.180)
Estoques	(9.866)	-	-	(9.866)	(18.954)	-	(1)	(18.955)
Créditos tributários	(40.819)	-	11.851	(28.968)	(58.272)	-	12.038	(46.234)
Instrumentos financeiros derivativos ativos	-	-	(5.831)	(5.831)	-	-	(5.831)	(5.831)
Depósitos judiciais	-	-	(245)	(245)	-	-	(294)	(294)
Outros ativos	10.043	-	5.081	15.124	323	-	5.125	5.448
Fornecedores	(34.787)	-	-	(34.787)	(8.074)	-	-	(8.074)
Impostos a pagar	15.417	-	(18.916)	(3.499)	24.179	-	(25.468)	(1.289)
Instrumentos financeiros derivativos passivos	-	-	(2.620)	(2.620)	-	-	(2.620)	(2.620)
Outros passivos	(8.960)	-	15.168	6.208	(8.382)	-	15.170	6.788
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	-	-	(11.267)	-	-	(11.267)
Fluxo de caixa das atividades operacionais	**8.047**	**-**	**25.436**	**33.483**	**69.329**	**-**	**25.403**	**94.732**
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**8.047**	**-**	**25.436**	**33.483**	**69.329**	**-**	**25.403**	**94.732**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos								
Aquisições de imobilizado e intangível	-	-	(28.463)	(28.463)	-	-	(57.632)	(57.632)
Aquisições de investimentos	-	-	(10.868)	(10.868)	-	-	(757)	(757)
Distribuição de lucros recebidas	40.000	-	-	40.000	-	-	-	-
Recebimentos por venda de investimentos	-	-	(10.811)	(10.811)	-	-	(10.811)	(10.811)
Recebimentos de partes relacionadas	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisições de imobilizado e investimento	(39.288)	-	39.288		(58.376)	-	58.376	
CAIXA LÍQUIDO (APLICADO) GERADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	**712**	**-**	**(10.854)**	**(10.142)**	**(58.376)**	**-**	**(10.824)**	**(69.200)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos								
Empréstimos e financiamentos obtidos	588.607	-	58	588.665	610.997	-	58	611.055
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(436.545)	-	-	(436.545)	(441.756)	-	-	(441.756)
Juros sobre o capital próprio pagos	(22.350)	-	12.350	(10.000)		-	(10.000)	(10.000)
Dividendos pagos	-	-	(12.350)	(12.350)	(22.350)	-	10.000	(12.350)
Financiamentos com partes relacionadas	(3.183)	-	(12.612)	(15.795)	(3.183)	-	(12.610)	(15.793)
CAIXA LÍQUIDO (APLICADO) GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	**126.529**	**-**	**(12.554)**	**113.975**	**143.708**	**-**	**(12.552)**	**131.156**
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	**135.288**	**-**	**2.028**	**137.316**	**154.661**	**-**	**2.027**	**156.688**
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	**135.288**	**-**	**2.028**	**137.316**	**154.661**	**-**	**2.027**	**156.688**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	202.506		(1.978)	200.528	224.108		(1.977)	222.131
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	337.794		50	337.844	378.769		50	378.819

(iii) Demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017

A Companhia está apresentando as correções efetuadas nas demonstrações financeiras nas colunas abaixo de "ajustes", para correções que afetam o lucro líquido e o patrimônio líquido e "reclassificações", para correções que afetam apenas a classificação e apresentação das demonstrações financeiras.

		Controladora				Consolidado			
	Nota	Originalmente apresentado	Ajustes	Reclassificações	Valores Reapresentados	Originalmente apresentado	Ajustes	Reclassificações	Valores Reapresentados
ATIVO									
Circulante									
Caixa e equivalentes de caixa	(f)/(w)	202.506	-	(1.978)	200.528	224.109	-	(1.978)	222.131
Contas a receber de clientes		114.174	-	-	114.174	170.244	-	-	170.244
Adiantamentos a fornecedores		47.128	-	(28.325)	18.803	50.133	-	(28.325)	21.808
Estoques		126.656	-	-	126.656	171.824	-	-	171.824
Créditos tributários	(v)	36.173	-	(6.237)	29.936	48.915	-	(9.319)	39.596
Outros ativos circulantes		**57.502**	**-**	**(49.526)**	**7.976**	**57.467**	**-**	**(49.331)**	**8.136**
- Outros créditos		6.144	-	1.832	7.976	6.109		2.027	8.136
- Contas a receber de partes relacionadas	(o)	51.375	-	(51.375)	-	51.375		(51.375)	-
- Créditos com consórcios a contemplar	(q)	(17)	-	17	-	(17)		17	-
		584.139	**-**	**(86.066)**	**498.073**	**722.692**	**-**	**(88.953)**	**633.739**
Não circulante									
Créditos tributários	(v)	2.653	-	4.542	7.195	4.959	-	5.845	10.804
Contas a receber de partes relacionadas	(o)	-	-	51.570	51.570	160	-	51.375	51.535
Adiantamentos a fornecedores	(h)	-	-	28.325	28.325	-	-	28.325	28.325
Créditos por Venda de investimentos	(i)	-	(22.408)	174.788	152.380	-	(22.408)	174.788	152.380
Depósitos judiciais	(j)	-	-	1.527	1.527	-	-	1.645	1.645
Outros ativos não circulantes		**176.331**	**-**	**(176.331)**	**-**	**176.449**	**-**	**(176.449)**	**-**
- Crédito por venda de investimentos	(i)	174.788	-	(174.788)	-	174.788	-	(174.788)	-
- Créditos com consórcios a contemplar	(q)	17	-	(17)	-	17	-	(17)	-
- Depósitos judiciais	(j)	1.526	-	(1.526)	-	1.645	-	(1.645)	-
Impostos de renda e contribuição social diferidos	(a)	-	312	(312)	-	-	(3.475)	3.475	-
Propriedades para investimentos	(k)	-	-	21.450	21.450	-	-	21.450	21.450
Investimentos	(b) / (f)	**236.431**	**(3.681)**	**9.918**	**242.668**	**1.169**	**-**	**9.918**	**11.087**
Imobilizado		**183.319**	**-**	**(31.842)**	**151.477**	**329.017**	**-**	**(31.843)**	**297.174**
- Demais ativos imobilizados		151.477	-	-	151.477	297.175	-	-	297.175
- Propriedade para investimento	(k)	21.450	-	(21.450)	-	21.450	-	(21.450)	-
- Ágio	(l)	9.968	-	(9.968)	-	9.968	-	(9.968)	-
- Projeto em desenvolvimento	(s)	424	-	(424)	-	424	-	(424)	-
Intangível		**160**	**-**	**424**	**584**	**169**	**-**	**424**	**593**
- Ágio	(l)	-	-	-	-	-	-	9.968	9.968
- Projeto em desenvolvimento	(s)	-	-	424	424	-	-	424	424
		598.894	**(25.777)**	**84.059**	**657.176**	**511.923**	**(25.883)**	**88.953**	**574.993**
Total ativo		**1.183.034**	**(25.778)**	**(2.007)**	**1.155.249**	**1.234.615**	**(25.883)**	**-**	**1.208.732**

Controladora	Consolidado

	Nota	Originalmente apresentado	Ajustes	Reclassificações	Valores Reapresentados	Originalmente apresentado	Ajustes	Reclassificações	Valores Reapresentados
PASSIVO									
Circulante									
Fornecedores		213.241	-	(24.040)	189.201	251.633	-	(24.040)	227.593
Operações de *compror*		-	-	24.040	24.040			24.040	24.040
Salários a pagar	(m)	4.560	-	-	4.560	5.938	-	-	5.938
Impostos e contribuições a pagar		7.697	-	-	7.697	10.173	-	(914)	9.259
Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	-	-	-	-	-	913	913
Empréstimos e financiamentos		295.100	-	-	295.100	300.191	-	-	300.191
Instrumentos financeiros derivativos	(g)	-		4.476	4.476	-		4.476	4.476
Outros passivos circulantes	(g)	15.427	-	(4.476)	10.951	16.219	-	(4.475)	11.744
		536.025	**-**	**-**	**536.025**	**584.154**	**-**	**-**	**584.154**
Não circulante									
Empréstimos e financiamentos		230.113	-	-	230.113	233.088	-	-	233.088
Provisão para contingências	(c)	-	916	-	916	-	973	-	973
Outros passivos não circulantes		-	-	-	-	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(r)	1.332	8.581	(2.007)	7.906	1.351	8.419	-	9.770
Contas a pagar a partes relacionadas	(m)	14.143	-	-	14.143	14.143	-	-	14.143
		245.588	**9.497**	**(2.007)**	**253.078**	**248.582**	**9.392**	**-**	**257.974**
Patrimônio líquido									
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores									
Capital social		174.038	-	-	174.038	174.038	-	-	174.038
Ajustes de avaliação patrimonial		3.893	-	-	3.893	3.893	-	-	3.893
Reserva de lucros	(d)	223.490	(35.274)	-	188.216	223.490	(35.274)	-	188.216
		401.421	**(35.274)**	**-**	**366.147**	**401.421**	**(35.274)**	**-**	**366.147**
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores		-	-	-	**-**	**457**	-	-	457
		401.421	**(35.274)**	**-**	**366.147**	**401.878**	**(35.274)**	**-**	**366.604**
Total passivo		**1.183.034**	**(25.777)**	**(2.007)**	**1.155.250**	**1.234.614**	**(25.882)**	**-**	**1.208.732**

	Nota	Controladora				Consolidado			
		Originalmente apresentado	Ajustes	Reclassificações	Valores Reapresentados	Originalmente apresentado	Ajustes	Reclassificações	Valores Reapresentados
Demonstração do resultado									
Receita líquida de vendas		**1.367.192**	**-**	**-**	**1.367.192**	**1.960.760**	**-**	**-**	**1.960.760**
Custo dos produtos e mercadorias vendidos e dos serviços prestados	(p)	(1.246.638)	-	-	(1.246.638)	(1.766.898)	-	-	(1.766.898)
Lucro bruto		**120.554**	**-**	**-**	**120.554**	**193.862**	**-**	**-**	**193.862**
Despesas administrativas		(23.748)	(916)	-	(24.664)	(34.130)	(973)	-	(35.103)
Despesas com vendas	(p)	(47.571)	-	-	(47.571)	(55.111)	-	-	(55.111)
Outras receitas operacionais		12.286	-	-	12.286	12.617	1	-	12.618
Resultado da equivalência patrimonial		50.101	(2.463)	-	47.638	-	-	-	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras		**111.622**	**(3.379)**	**-**	**108.243**	**117.238**	**(972)**	**-**	**116.266**
Receitas financeiras		14.240	-	-	14.240	17.391	-	-	17.391
Despesas financeiras		(73.765)	(22.408)	19.500	(76.673)	(75.929)	(22.408)	19.500	(78.837)
Variação cambial		3.175	-	-	3.175	3.619	-	-	3.619
Reversão dos juros sobre o capital próprio	(t)	19.500	-	(19.500)	-	19.500	-	(19.500)	-
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**74.772**	**(25.787)**	**-**	**48.985**	**81.819**	**(23.380)**	**-**	**58.439**
Imposto de renda e contribuição social - correntes		(7.200)	-	-	(7.200)	(16.104)	(1)	-	(16.105)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	(a)	4.712	5.829	-	10.541	6.562	3.422	-	9.984
Lucro líquido do exercício		**72.284**	**(19.958)**	**-**	**52.326**	**72.277**	**(19.959)**	**-**	**52.318**
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores						72.284			52.326
Lucro líquido atribuível aos acionistas não controladores						**(7)**			**(8)**
Lucro líquido por ação em Reais						3,83			2,77

	Controladora				Consolidado			
	Originalmente apresentado	Ajustes	Reclassificações	2017	Originalmente apresentado	Ajustes	Reclassificações	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais								
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	**74.773**	**(25.788)**	**-**	**48.985**	**81.819**	**(23.380)**	**-**	**58.439**
Ajustes para reconciliar o resultado ao fluxo de caixa das atividades operacionais:	**18.061**	**3.379**	**(4.701)**	**16.738**	**75.703**	**972**	**(6.551)**	**70.124**
Depreciação e amortização	10.980	-	-	10.980	14.530	-	-	14.530
Equivalência patrimonial	(50.101)	2.463	-	(47.638)	-	-	-	-
Baixa da reserva de reavaliação	(324)	-	-	(324)	(324)	-	-	(324)
Despesas de juros sobre dívidas financeiras	47.253	-	-	47.253	49.335	-	-	49.335
Baixa residual de imobilizado e intangível	5.541	-	11	5.551	5.600	(1)	11	5.610
Impostos diferidos	4.712	-	(4.712)		6.562	-	(6.562)	
Provisões para contingências	-	916	-	916	-	973	-	973
Variação de participação societária	-	-	-	-	-	-	-	-
Variações de ativos e passivos	**15.948**	**22.409**	**(18.067)**	**20.291**	**13.888**	**22.408**	**(15.192)**	**21.104**
Contas a receber	(14.797)	22.409	(50.734)	(43.122)	(25.552)	22.408	(50.733)	(53.877)
Estoques	25.916	-	-	25.916	28.908	-	1	28.909
Créditos tributários	37.338	-	1.695	39.033	43.337	-	3.493	46.830
Depósitos judiciais	-	-	(483)	(483)	-	-	(601)	(601)
Outros ativos	(41.590)	-	42.581	991	(41.821)	-	42.506	685
Fornecedores	3.394	-		3.395	13.498	-	-	13.498
Impostos a pagar	1.816	-	3.016	4.832	1.052	-	4.287	5.339
Instrumentos financeiros derivativos passivos		-	9.961	9.961	-	-	9.961	9.961
Outros passivos	11.071	-	(24.103)	(13.032)	10.570	-	(24.105)	(13.535)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(7.200)	-	-	(7.200)	(16.104)	-	(1)	(16.105)
Fluxo de caixa das atividades operacionais	**108.782**	**-**	**(22.768)**	**86.014**	**171.410**	**-**	**(21.743)**	**149.667**
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**108.782**	**-**	**(22.768)**	**86.014**	**171.410**	**-**	**(21.743)**	**149.667**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos								
Aquisições de imobilizado e intangível	-	-	(11.576)	(11.576)	-	-	(27.141)	(27.141)
Aquisições de investimentos	-	-	(8.454)	(8.454)	-	-	10.116	10.116
Distribuição de lucros recebidas	15.000	-	-	15.000	-	-	-	-
Recebimentos por venda de investimentos	-	-	22.408	22.408	-	-	22.408	22.408
Recebimentos de partes relacionadas	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisições de imobilizado e investimento	(20.070)	-	20.070		(27.621)	-	27.621	
CAIXA LÍQUIDO (APLICADO) GERADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	**(5.070)**	**-**	**22.448**	**17.378**	**(27.621)**	**-**	**33.004**	**5.383**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos								
Empréstimos e financiamentos obtidos	447.896	-	-	447.896	451.821	-	-	451.821
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(399.144)	-	-	(399.144)	(422.640)	-	-	(422.640)
Juros sobre o capital próprio pagos	(19.500)	-	-	(19.500)	(19.500)	-	-	(19.500)
Dividendos pagos		-	-	-	-	-	-	-
Financiamentos com partes relacionadas	1.452	-	(1.659)	(207)	-	-	(13.238)	(13.238)
CAIXA LÍQUIDO (APLICADO) GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	**30.704**	**-**	**(1.659)**	**29.045**	**9.681**	**-**	**(13.238)**	**(3.557)**
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	**134.416**	**-**	**(1.979)**	**132.437**	**153.470**	**-**	**(1.977)**	**151.493**
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	**134.416**	**-**	**(1.979)**	**132.437**	**153.470**	**-**	**(1.977)**	**151.493**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	68.090		1	68.091	70.638		-	70.638
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	202.506		(1.978)	200.528	224.108		(1.977)	222.131

(a) Referem-se substancialmente aos ajustes efetuados nos impostos diferidos sobre prejuízos fiscais e diferenças de depreciação fiscal x societária.
(b) Refere-se ao ajuste efetuado sobre as equivalências patrimoniais em função dos ajustes efetuados nas demonstrações para reapresentação.
(c) Referem-se a provisões para contingências atualizadas, conforme melhor estimativa da Companhia, com base nas informações dos seus assessores jurídicos.
(d) Referem-se aos reflexos dos ajustes efetuados em lucros cumulados posteriormente transferidos para reservas de lucros da Companhia decorrentes, principalmente, do reconhecimento dos impostos diferidos passivos e provisões para riscos tributários e trabalhistas.
(e) Refere-se a correção de saldos por reconciliação das informações contábeis.
(f) Refere-se a saldos anteriormente classificados como investimentos onde a Companhia verificou que se trata de aplicações financeiras de alta liquidez, cuja correta classificação deveria ser em caixa e equivalentes de caixa.
(g) Referem-se a instrumentos financeiros derivativos que a Companhia segregou dos saldos de outros ativos circulantes.
(h) Referem-se a adiantamentos a realizar a longo prazo que a Companhia reclassificou para o ativo não circulante e segregou de outros ativos não circulantes.
(i) Refere-se ao montante a receber do Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura originado pela venda da totalidade da participação que a Companhia detinha na Enerplan Participações S.A. Em agosto de 2020 o saldo a receber foi integralmente realizado, conforme previsão contratual. A Companhia reclassificou, em 2019, a integralidade do saldo para o ativo circulante, com a finalidade de melhor refletir o prazo o prazo de realização.
(j) Referem-se à depósitos judiciais que a Companhia, para melhor apresentação, segregou dos saldos de outros ativos circulantes.
(k) Refere-se a imóveis em nome da Companhia, cuja correta classificação é em propriedades para investimentos, conforme nota explicativa nº 17.
(l) Refere-se ao ágio pela expectativa de rentabilidade futura pago na aquisição da Oleoplan Nordeste, conforme nota explicativa nº 19.
(m) Referem-se a saldos relativos ao pró-labore a pagar aos administradores que estava classificado em outros passivos não circulantes.
(n) Referem-se à instrumentos financeiros derivativos que a Companhia segregou dos saldos de outros passivos circulantes.
(o) Refere-se a saldo a receber com mútuo entre a Companhia e empresa ligada cujo montante foi integralmente realizado em 2019.
(p) Correção de erro por meio de reclassificação dos gastos com frota e filiais de despesas de vendas para custo de produção para as empresas Oleoplan S/A e Oleoplan Nordeste Indústria de Biocombustível Ltda.
(q) Referem-se a quotas de consórcio segregado para outros ativos circulantes.
(r) Correção de erro nos saldos de impostos diferidos, substancialmente representados por diferenças temporárias entre a depreciação do ativo imobilizado para fins societários e fiscais.
(s) Reclassificação de projetos em desenvolvimento, correspondente ao parque eólico.
(t) Correção de erro na reversão dos juros sobre o capital próprio por meio de reclassificação para despesa financeira e que estavam anteriormente apresentados em conta segregada.
(u) Correção por meio da reclassificação de aplicações financeiras dadas em garantia, segregadas de caixa e equivalentes de caixa.

9 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. (Veja também nota explicativa 7).

Certos montantes comparativos nas demonstrações do resultado e do resultado abrangente foram atualizados, reclassificados ou reapresentados, como resultado de uma mudança na política contábil (Veja nota explicativa 8).

a. Base de consolidação

(i) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(ii) Participação de acionistas não-controladores

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

(iii) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

(iv) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

c. Receita de contrato com cliente

As informações sobre as políticas contábeis da Companhia relacionadas a contratos com clientes são fornecidas na nota explicativa 29(b).

d. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

e. Subvenção e assistência governamentais

Subvenções governamentais relacionadas a ativos são reconhecidas inicialmente como receitas diferidas pelo seu valor justo, quando existe razoável segurança de que elas serão recebidas e que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção e são posteriormente reconhecidas no resultado como 'Outras Receitas', em uma base sistemática ao longo da vida útil do ativo.

As subvenções que visam compensar a Companhia por despesas tributárias incorridas são reconhecidas no resultado como redutoras destas despesas, em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas correlatas são registradas.

f. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- receita de juros;
- despesa de juros;
- ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros;

- A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

- A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou

- ao custo amortizado do passivo financeiro.

- No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

- A Companhia aplicou julgamento na determinação da apresentação apropriada das receitas e despesas financeiras e segregou as variações cambiais líquidas de outras receitas e despesas financeiras. A companhia entende que esta apresentação é relevante para o entendimento de sua performance financeira

g. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Companhia determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e, portanto, foram contabilizados de acordo com o CPC 25/IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil

- diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e

- diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

h. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques dos produtos prontos e em elaboração foram valorizados pelo custo de produção que não excede o valor de mercado. Os estoques de matérias primas, materiais auxiliares, embalagens e de consumo estão registrados pelo custo médio de aquisição, acrescido dos gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis, que não excede o valor de mercado.

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou produção, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realização, à exceção dos estoques em poder de terceiros e matérias-primas que estão ajustados ao preço de mercado.

i. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). O custo de certos itens do imobilizado em 1º de janeiro de 2009, data de transição da Companhia para as normas CPCs (IFRS) foi determinada com base em seu valor justo naquela data.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As taxas médias, estimadas de acordo com vidas úteis do ativo imobilizado são as seguintes:

Prédios	3% a 4%
Máquinas e equipamentos	5% a 20%
Móveis e utensílios	10%
Veículos	10% a 25%
Instalações	10%
Benfeitorias	10%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

(iv) Propriedade para investimento

Quando o uso da propriedade muda de ocupada pelo proprietário para propriedade para investimento, a propriedade é remensurada ao seu valor justo e reclassificada como propriedade para investimento. Qualquer ganho resultante dessa remensuração é reconhecido no resultado na medida em que o ganho reverta uma perda anterior por redução ao valor recuperável na propriedade específica, sendo que qualquer ganho remanescente é reconhecido como outros resultados abrangentes e apresentado na conta de ajustes de avaliação patrimonial. Qualquer perda é reconhecida imediatamente no resultado. Contudo, na medida em que haja um montante previamente reconhecido como reavaliação dessa propriedade, a perda é reconhecida em outros resultados abrangentes e reduz ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

j. Ativos intangíveis e ágio

(i) Reconhecimento e Mensuração

Ágio
O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Pesquisa e desenvolvimento
Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

Outros ativos intangíveis
Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado.

As taxas médias, estimadas de acordo com vidas úteis dos ativos intangíveis são as seguintes:

- Softwares 20%
- Intangível - projetos 8%

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

k. Propriedade para investimento

As propriedades para investimentos são mensuradas pelo custo e, subsequentemente quaisquer alterações no seu valor são reconhecidas no resultado.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado.

Quando uma propriedade para investimento anteriormente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados.

A receita de aluguel de propriedades para investimento, quando ocorre, é reconhecida como outras receitas pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos concedidos são reconhecidos como parte integrante da receita total de aluguel, durante o prazo do arrendamento.

l. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes é reconhecido inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

As classificações abaixo descritas são aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2018. As informações sobre as classificações anteriormente aplicadas estão na nota explicativa 6.

Ativos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR. A companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA - instrumento de dívida ou ao VJORA -instrumento patrimonial.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (veja a nota explicativa 25(a)).

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. A Companhia não possui passivos financeiros designados como instrumentos de hedge.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Quando a Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge
A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado.

m. Capital social

Ações ordinárias
Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32/IAS 12. (veja nota explicativa 24(a))

n. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais
A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
- ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira para os itens descritos abaixo:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes (incluindo recebíveis de arrendamentos) e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (forward-looking).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 90 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas
As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

Ativos financeiros com problemas de recuperação
Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui ”problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do devedor;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial
A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 360 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. A Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto propriedades para investimento, estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pró-rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

o. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

p. Mensuração do Valor Justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance).

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros (veja nota explicativa 5(b)).

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

10 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas foram efetivadas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019.

As seguintes normas alteradas e interpretações não apresentaram um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3).
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8).
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

11 Caixa e equivalentes de caixa

Veja política contábil na nota explicativa 9(b), (l)(i)-(ii) e (p)

	Controladora			Consolidado		
	2019	**2018**	**2017**	**2019**	**2018**	**2017**
Caixa	19	18	10	46	47	38
Contas correntes	32.368	173.240	85.171	38.509	177.099	88.516
Aplicações financeiras	360.954	164.586	115.347	449.244	201.673	133.577
	393.341	**337.844**	**200.528**	**487.799**	**378.819**	**222.131**

As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Para que um investimento financeiro seja qualificado como equivalente de caixa, precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de

valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento original de curto prazo, de três meses ou menos da data da aquisição.

As aplicações financeiras são efetuadas em instituições consideradas pela Companhia como de primeira linha, substancialmente com remuneração baseada na variação do CDI, com rentabilidade média correspondente a 101% do CDI em 2019, 100,5% em 2018 e 100% em 2017, liquidez de curtíssimo prazo (90 dias ou menos) e mantidas para remuneração do capital de giro temporariamente excedente.

12 Contas a receber de clientes

Veja política contábil na nota explicativa 9(b), (l)(i)-(ii) e (p) e (n)(ii).

	Controladora			Consolidado		
	2019	**2018**	**2017**	**2019**	**2018**	**2017**
Contas a receber de clientes mercado interno	151.666	136.448	104.735	248.421	235.590	159.302
Contas a receber de clientes mercado externo	1.950	12.122	9.439	2.868	12.902	10.942
Contas a receber de clientes	**153.616**	**148.570**	**114.174**	**251.289**	**248.492**	**170.244**

O "*aging*" dos saldos reconhecidos nas demonstrações financeiras tem a seguinte composição:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2019	**31/12/2018**	**31/12/2017**	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**31/12/2017**
Valores totais a vencer:	**152.439**	**146.806**	**104.749**	**249.093**	**245.984**	**158.107**
Até 30 dias	137.646	134.363	90.192	233.781	233.540	142.002
De 31 a 90 dias	8.967	9.729	11.414	9.885	9.731	12.962
De 91 a 180 dias	5.772	2.714	3.143	5.427	2.713	3.143
Acima de 181 dias *	54	-	-	-	-	-
Valores totais vencidos:	**1.177**	**1.764**	**9.425**	**2.196**	**2.508**	**12.137**
Até 30 dias	634	789	3.633	895	1.492	6.244
De 31 a 90 dias	457	420	161	457	423	162
De 91 a 180 dias	-	77	3	156	77	4
Acima de 181 dias	86	478	5.628	688	516	5.727
Contas a receber de clientes	**153.616**	**148.570**	**114.174**	**251.289**	**248.492**	**170.244**

**Saldo não possui qualquer indicativo de perdas por impairment em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017..*

Riscos de crédito e de mercado, e perdas por redução ao valor recuperável

A exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado e perdas por redução ao valor recuperável relacionadas ao 'Contas a receber de clientes', está divulgada na nota explicativa 25(c).

13 Estoques

Veja política contábil na nota explicativa 9(h) e (n)(ii).

	Controladora			Consolidado		
	2019	**2018**	**2017**	**2019**	**2018**	**2017**
Produtos acabados	46.526	42.176	32.867	63.694	67.744	49.440
Matérias primas e materiais de consumo	136.317	87.966	88.901	205.459	116.652	117.483
Produtos para revenda	2.511	1.162	801	2.514	1.164	814
Almoxarifado	5.376	5.218	4.087	5.376	5.218	4.087
Estoques	**190.730**	**136.522**	**126.656**	**277.043**	**190.778**	**171.824**

A Companhia possui compromissos firmes de compra de matérias-primas representados por contratos de compra para entrega futura com fornecedores, com preços determinados, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	2019	**2018**	**2017**	**2019**	**2018**	**2017**
Preço médio saca (em Reais)	80,29	82,07	71,65	79,65	80,24	71,07
Quant. Sacas (Un.)	1.546.882	1.491.561	1.238.711	1.923.220	1.836.561	1.391.974
Total	**124.199**	**122.412**	**88.754**	**153.184**	**147.366**	**98.928**

14 Créditos tributários

Ver política contábil na nota explicativa 9(o).

		Controladora			Consolidado		
	Notas	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**31/12/2017**	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**31/12/2017**
Imposto sobre produtos industrializados (IPI)		151	51	28	152	51	28
PIS e COFINS compensar		32.647	14.069	6.366	59.037	21.284	7.298
PIS e COFINS a ressarcir	a)	30.729	40.880	22.512	57.372	62.868	33.731
ICMS		3.305	1.203	472	4.505	1.830	938
ICMS - CIAP		1.511	1.025	958	2.025	1.678	1.484
Outros		-	2	2	10	4	3
Reintegra		28	349	421	76	390	534
Saldo negativo de IRPJ		4.142	6.450	4.777	4.329	6.458	4.789
Saldo negativo de CSLL		4	2.070	1.595	4	2.070	1.595
Crédito judicial da exclusão do ICMS da base do IRPJ / CSLL	b)	7.859	-	-	25.281	-	-
Precatórios federais	c)	22.965	-	-	22.965	-	-
Total		**103.341**	**66.099**	**37.131**	**175.756**	**96.633**	**50.400**
Ativo Circulante		**54.393**	**53.240**	**29.936**	**98.735**	**76.820**	**39.596**
Ativo Não Circulante		**48.948**	**12.859**	**7.195**	**77.021**	**19.813**	**10.804**

a) Do montante de Crédito de PIS e COFINS oriundos de crédito presumido nas vendas, a Companhia recebe em espécie 70% dos créditos trimestrais em até 60 dias após o pedido de ressarcimento. Os 30% restantes são recebidos após 1(um) ano, mediante fiscalização da Receita Federal do Brasil.

A recuperação e compensação anual consolidada dos créditos contabilizados ocorreram conforme quadro abaixo:

	Controladora			Consolidado		
	2019	**2018**	**2017**	**2019**	**2018**	**2017**
Recebimento	49.779	16.891	59.255	73.973	23.401	72.078
Compensação	18.059	12.430	7.421	26.554	17.048	11.287
Total	**67.838**	**29.321**	**66.676**	**100.527**	**40.449**	**83.365**

** Os valores referem-se a créditos recebidos e compensados no exercício e de exercícios anteriores.*

b) Crédito de IRPJ e CSLL oriundos de crédito presumido de ICMS de anos anteriores, classificados como subvenção investimentos, corrigidos pela Selic, sem prazo para prescrição, os quais foram habilitados pela Receita Federal para sua compensação com quaisquer tributos federais, inclusive INSS.

Cronograma de realização dos créditos:

	Controladora			Consolidado		
	2019	**2018**	**2017**	**2019**	**2018**	**2017**
2018	-	-	29.936	-	-	39.596
2017	-	53.240	7.195	-	76.820	10.804
2020	54.393	12.859	-	98.735	19.813	-
2021	38.757	-	-	52.256	-	-
2022	10.191	-	-	24.765	-	-
	103.341	**66.099**	**37.131**	**175.756**	**96.633**	**50.400**

c) Valor referente ao precatório federal decorrente da exclusão do ICMS presumido da base de cálculo do IRPJ e CSLL de exercícios anteriores.

15 Créditos por venda de investimentos

A Companhia possui em 31 de dezembro de 2019 o montante de R$ 129.988 (2018 R$ 163.191, 2017 R$ 152.380) correspondente ao valor a receber do Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura Origem pela venda, em 31 de dezembro de 2015, da totalidade da participação que detinha na então controlada Enerplan Participações S.A.

Em agosto de 2020, o total do crédito foi integralmente recebido.

16 Investimentos em controladas

Veja política contábil na nota explicativa 9(a) e (n)(ii).

(i) Movimentação dos Investimentos

A movimentação dos investimentos em controladas, apresentados nas demonstrações financeiras individuais da controladora, é como segue:

Controlada	2016	Aquisição	Participação nos lucros	Dividendos recebidos	2017
Palmaplan Agroindustrial Ltda.	**57.550**	8.454	(763)	**-**	**65.241**
Oleoplan Nordeste Indústria de Biocombustível Ltda.	**133.457**	**-**	48.401	(15.000)	**166.858**
Ágio Oleoplan Nordeste	**9.968**	**-**	-	-	**9.968**
Outros Investimentos	**601**	**-**	**-**	**-**	**601**
31 de dezembro	**201.576**	**8.454**	**47.638**	**(15.000)**	**242.668**

Controlada	2017	Aquisição	Participação nos lucros	Dividendos recebidos	2018
Palmaplan Agroindustrial Ltda.	**65.241**	10.868	(768)	-	**75.341**
Oleoplan Nordeste Indústria de Biocombustível Ltda.	**166.858**	**-**	102.825	(40.000)	**229.683**
Ágio Oleoplan Nordeste	**9.968**	**-**	-	-	**9.968**
Outros Investimentos	**601**	**-**	-	-	**601**
31 de dezembro	**242.668**	**10.862**	**102.057**	**(40.000)**	**315.593**

Controlada	2018	Aquisição	Participação nos lucros	Dividendos recebidos	2019
Palmaplan Agroindustrial Ltda.	**75.341**	19.120	(1.695)	**-**	**92.766**
Oleoplan Nordeste Indústria de Biocombustível Ltda.	**229.683**	**-**	137.149	**-**	**366.832**
Ágio Oleoplan Nordeste	**9.968**	**-**	-	-	**9.968**
Outros Investimentos	**601**	**-**		**-**	**601**
31 de dezembro	**315.593**	**19.120**	**135.454**	**-**	**470.167**

(ii) Informações Financeiras resumidas

2019	Participação acionária	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio Líquido	Lucro (Prejuízo) Líquido
Controlada							
Palmaplan Agroindustrial Ltda.	**99,33%**	1.763	96.264	1.893	2.911	93.223	(1.705)
Oleoplan Nordeste Indústria de Biocombustível Ltda.	**99,99%**	321.862	139.545	81.499	13.077	366.831	137.149
		323.625	**235.809**	**83.391**	**15.989**	**460.054**	**135.443**

2018	Participação acionária	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio Líquido	Lucro (Prejuízo) Líquido
Controlada							
Palmaplan Agroindustrial Ltda.	**99,33%**	1.499	77.914	1.353	2.252	75.808	(773)
Oleoplan Nordeste Indústria de Biocombustível Ltda.	**99,99%**	229.818	103.767	91.473	12.429	229.682	102.825
		231.317	**181.681**	**92.826**	**14.682**	**305.490**	**102.052**

2017	Participação acionária	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio Líquido	Lucro (Prejuízo) Líquido
Controlada							
Palmaplan Agroindustrial Ltda.	**98,99%**	3.741	63.719	1.078	684	65.699	(771)
Oleoplan Nordeste Indústria de Biocombustível Ltda.	**99,99%**	131.961	88.191	47.087	6.207	166.857	48.401
		135.702	**151.910**	**48.165**	**6.891**	**232.556**	**47.630**

17 Propriedades para investimentos

Veja política contábil na nota explicativa 9(k) e (n)(ii).

a. Composição do valor contábil

Os saldos reconhecidos como propriedades para investimentos possuem a seguinte composição:

	Controladora			Consolidado		
	2019	**2018**	**2017**	**2019**	**2018**	**2017**
Imóveis urbanos	20.794	20.794	20.794	20.794	20.794	20.794
Boxes	315	315	315	315	315	315
Lojas comerciais	341	341	341	341	341	341
Saldo em 31 de dezembro	**21.450**	**21.450**	**21.450**	**21.450**	**21.450**	**21.450**

Propriedades para investimento incluem uma série de imóveis que são arrendados a terceiros ou mantidos para valorização. Renovações subsequentes são negociadas com o arrendatário com período médio de quatro anos.

b. Valor de mercado

O valor justo dos imóveis classificados como propriedade para investimentos em 31 de dezembro de 2019 é de R$ 36.460 (R$ 35.834 em 2018 e R$ 35.346 em 2017), conforme laudos emitidos por especialistas a cada data de fechamento.

c. Valores reconhecidos no resultado

A receita de aluguel reconhecida pela Companhia em 2019 foi de R$ 621 (2018: R$ 1.224, 2017: R$ 1.099) e foi incluída em 'outras receitas' (veja nota explicativa 30).

18 Imobilizado

Veja políticas contábeis nas notas explicativas 9(i) e (n)(ii).

a. Conciliação do valor contábil e movimentação

Controladora

Custo	Terrenos	Prédios	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	Instalações	Benfeitorias	Imobilizado em Andamento (a)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**23.609**	**40.317**	**173.906**	**1.648**	**42.420**	**23.628**	**21.099**	**6.918**	**333.545**
Reclassificação para o Intangível	-	-	(9.968)	-	-	-	-	(424)	(10.392)
Reclassificação para Propriedade de investimento	(18.429)	(3.021)	-	-	-	-	-	-	(21.450)
Saldo em 1º de janeiro de 2017	**5.180**	**37.296**	**163.938**	**1.648**	**42.420**	**23.628**	**21.099**	**6.494**	**301.703**
Adições	5.467	17	1.082	209	449	47	6	4.240	11.517
(-) Baixas	(426)	(857)	(3.467)	(33)	(18)	(172)	(573)	(1)	(5.547)
Transferências	-	135	5.716	-	(137)	296	256	(6.266)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**10.221**	**36.591**	**167.269**	**1.824**	**42.714**	**23.799**	**20.788**	**4.467**	**307.673**
Adições	-	4	1.773	260	1.610	130	16	24.641	28.434
(-) Baixas	(111)	-	(411)	(18)	-	(3)	(1)	(104)	(648)
Transferências	-	69	4.404	9	-	1.036	-	(5.519)	(1)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**10.110**	**36.664**	**173.035**	**2.075**	**44.324**	**24.962**	**20.803**	**23.485**	**335.458**
Adições	-	-	1.087	401	7.135	239	4	20.336	29.203
(-) Baixas	-	-	(591)	(23)	-	(5)	-	(161)	(780)
Transferências	-	-	63	3	-	-	68	(133)	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**10.110**	**36.664**	**173.594**	**2.456**	**51.459**	**25.196**	**20.875**	**43.527**	**363.881**
Depreciação acumulada 2016	-	(10.852)	(91.452)	(731)	(25.655)	(13.678)	(2.927)	-	(145.295)
Depreciação acumulada 2017	-	(12.287)	(97.324)	(900)	(26.688)	(15.229)	(3.768)	-	(156.196)
Depreciação acumulada 2018	-	(13.676)	(102.394)	(1.085)	(27.640)	(16.790)	(4.594)	-	(166.179)
Depreciação acumulada 2019	-	(15.065)	(107.979)	(1.289)	(29.238)	(18.370)	(5.422)	-	(177.363)
Valor contábil líquido									
Em 1 de janeiro de 2017	**5.180**	**26.444**	**72.486**	**917**	**16.765**	**9.950**	**18.172**	**6.494**	**156.408**
Em 31 de dezembro de 2017	**10.221**	**24.304**	**69.945**	**924**	**16.026**	**8.570**	**17.020**	**4.467**	**151.477**
Em 31 de dezembro de 2018	**10.110**	**22.988**	**70.641**	**990**	**16.684**	**8.172**	**16.209**	**23.485**	**169.279**
Em 31 de dezembro de 2019	**10.110**	**21.599**	**65.615**	**1.167**	**22.221**	**6.826**	**15.453**	**43.527**	**186.518**

(a) Em 31 de dezembro de 2019 o imobilizado em andamento está substancialmente representado pelos custos incorridos nos projetos da Caldeira Aquatubular 70TH/77BAR e sistema de cogeração de energia elétrica para consumo na unidade de Veranópolis.

Consolidado

Custo	Terrenos	Prédios	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	Instalações	Benfeitorias	Imobilizado em Andamento	Cultura Permanente (a)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**37.997**	**66.499**	**213.779**	**2.344**	**47.868**	**32.495**	**27.210**	**19.875**	**30.774**	**478.841**
Reclassificação para o Intangível	-	-	(9.968)	-	-	-	-	(424)	-	(10.392)
Reclassificação para Propriedade de investimento	(18.429)	(3.021)	-	-	-	-	-	-	-	(21.450)
Saldo em 1º de janeiro de 2017	**19.568**	**63.478**	**203.811**	**2.344**	**47.868**	**32.495**	**27.210**	**19.451**	**30.774**	**446.999**
Adições	5.467	17	4.659	270	1.338	58	6	8.995	6.261	27.071
(-) Baixas	(426)	(857)	(3.487)	(33)	(19)	(172)	(572)	(39)	-	(5.605)
Transferências	-	136	10.956	-	(515)	667	407	(11.650)	-	1
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**24.609**	**62.774**	**215.939**	**2.581**	**48.672**	**33.048**	**27.051**	**16.757**	**37.035**	**468.466**
Adições	100	4	3.613	313	2.571	146	29	41.758	8.924	57.458
(-) Baixas	(111)	-	(946)	(18)	(111)	(2)	(1)	(189)	-	(1.378)
Transferências	-	68	12.440	14	-	2.233	133	(14.889)	-	(1)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**24.598**	**62.846**	**231.046**	**2.890**	**51.132**	**35.425**	**27.212**	**43.437**	**45.959**	**524.545**
Adições	1.000	-	3.015	563	10.273	346	4	42.199	8.848	66.248
(-) Baixas	-	-	(674)	(23)	(3)	(6)	-	(1.794)	-	(2.500)
Transferências	-	-	63	3	-	-	68	(133)	-	1
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**25.598**	**62.846**	**233.450**	**3.433**	**61.402**	**35.765**	**27.284**	**83.709**	**54.807**	**588.294**
Depreciação acumulada 2016	-	(14.303)	(97.095)	(893)	(26.133)	(15.002)	(3.417)	-	-	(156.842)
Depreciação acumulada 2017	-	(16.785)	(103.726)	(1.127)	(27.757)	(17.440)	(4.455)	-	-	(171.292)
Depreciação acumulada 2018	-	(19.221)	(109.721)	(1.383)	(29.385)	(19.937)	(5.482)	-	-	(185.130)
Depreciação acumulada 2019	-	(21.657)	(116.820)	(1.668)	(32.139)	(22.533)	(6.515)	-	-	(201.331)
Valor contábil líquido										
Em 1 de janeiro de 2017	**19.568**	**49.175**	**106.716**	**1.451**	**21.735**	**17.493**	**23.793**	**19.451**	**30.774**	**290.157**
Em 31 de dezembro de 2017	**24.609**	**45.989**	**112.213**	**1.454**	**20.915**	**15.608**	**22.595**	**16.756**	**37.035**	**297.174**
Em 31 de dezembro de 2018	**24.598**	**43.625**	**121.328**	**1.507**	**21.747**	**15.488**	**21.728**	**43.435**	**45.959**	**339.415**
Em 31 de dezembro de 2019	**25.598**	**41.189**	**116.635**	**1.765**	**29.263**	**13.232**	**20.767**	**83.707**	**54.807**	**386.963**

(a) Em 31 de dezembro de 2019 o saldo de cultura permanente representa o plantio de palmas para produção de óleo, na controlada Palmaplan a qual foi cindida em agosto de 2020.

b. Provisão para redução ao valor recuperável e reversão subsequente

Para fins de identificação de possíveis ajustes relativos à provisão para redução ao valor recuperável dos ativos, a Companhia realiza a análise da existência de indicadores advindos de fontes internas ou externas de perda no valor recuperável dos seus ativos de longa duração. Não foram identificados indicadores desta natureza nos exercícios apresentados.

19 Ativos intangíveis e ágio

Veja política contábil nas notas explicativas 9(j) e (n)(ii).

Conciliação do valor contábil

Controladora

Custo	Softwares	Projetos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**678**	**-**	**678**
Reclassificação para o Intangível	-	424	424
Saldo em 1º de janeiro de 2017	**678**	**424**	**1.102**
Adições	60	-	60
(-) Baixas	(6)	-	(6)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**732**	**424**	**1.156**
Adições	30	-	30
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**762**	**424**	**1.186**
Adições	21	-	21
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**783**	**424**	**1.207**
Amortização acumulada 2016	(494)	-	(494)
Amortização acumulada 2017	(572)	-	(572)
Amortização acumulada 2018	(639)	-	(639)
Amortização acumulada 2019	(693)	-	(693)
Valor contábil líquido			
Em 1 de janeiro de 2017	**184**	**424**	**608**
Em 31 de dezembro de 2017	**160**	**424**	**584**
Em 31 de dezembro de 2018	**123**	**424**	**547**
Em 31 de dezembro de 2019	**90**	**424**	**514**

Consolidado

Custo	Software	Projetos	Ágio na aquisição de investimentos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**679**	**-**	**-**	**679**
Reclassificação para o Intangível	-	424	9.968	10.392
Saldo em 1º de janeiro de 2017	**679**	**424**	**9.968**	**11.071**
Adições	68	-	-	68
(-) Baixas	(5)	-	-	(5)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**742**	**424**	**9.968**	**11.134**
Adições	175	-	-	175
Transferências	1	-	-	1
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**918**	**424**	**9.968**	**11.310**
Adições	378	-	-	378
(-) Baixas	(322)	-	-	(322)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**974**	**424**	**9.968**	**11.366**
Amortização acumulada 2016	(494)	-	-	(494)
Amortização acumulada 2017	(573)	-	-	(573)
Amortização acumulada 2018	(642)	-	-	(642)
Amortização acumulada 2019	(708)	-	-	(708)
Valor contábil líquido				
Em 1 de janeiro de 2017	**185**	**424**	**9.968**	**10.577**
Em 31 de dezembro de 2017	**169**	**424**	**9.968**	**10.561**
Em 31 de dezembro de 2018	**276**	**424**	**9.968**	**10.668**
Em 31 de dezembro de 2019	**266**	**424**	**9.968**	**10.658**

a. Ágio por expectativa de rentabilidade futura:

Em dezembro de 2011 a companhia adquiriu da empresa Vanguarda Agro S.A. (companhia aberta), a empresa V-Biodiesel Indústria de Biocombustível Ltda., unidades de produção de biodiesel, hoje operacionalizadas na controlada Oleoplan Nordeste Indústria de Biocombustível Ltda., pelo valor global de R$ 100.595, tendo apurado na operação ágio no valor de R$ 9.968, o qual foi classificado como ágio por expectativa de rentabilidade futura.

b. Teste por redução ao valor recuperável

A Companhia efetuou avaliação de recuperabilidade do ágio registrado, oriundo da aquisição, em 2012, da Oleoplan Nordeste Indústria de Biocombustível Ltda., e não identificou ajustes necessários ao seu valor de realização, dados os níveis elevados de geração de caixa da controlada. Desta forma, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 não foi reconhecido nenhum *impairment* sobre o ágio reconhecido nas demonstrações financeiras da Companhia.

20 Fornecedores e outras contas a pagar

Veja política contábil nas notas explicativas 9(l)(iii) e (iv).

a. Fornecedores

	Controladora			Consolidado		
	2019	**2018**	**2017**	**2019**	**2018**	**2017**
Fornecedores de soja	101.627	88.165	134.337	137.614	118.160	145.581
Fornecedores diversos	64.486	63.562	54.864	95.122	98.672	82.012
Total de fornecedores	**166.113**	**151.727**	**189.201**	**232.736**	**216.832**	**227.593**

A informação sobre a exposição da Companhia aos riscos de moeda e de liquidez relacionados a fornecedores e outras contas a pagar encontram-se divulgados na nota explicativa 25(c).

b. Adiantamento a Fornecedores

	Controladora			Consolidado		
	2019	**2018**	**2017**	**2019**	**2018**	**2017**
Adiantamento a terceiros diversos	1.552	580	4.532	2.074	12.936	7.448
Adiantamento a fornecedores de soja	27.485	32.271	42.596	27.485	32.337	42.685
Adiantamentos a fornecedores	**29.037**	**32.851**	**47.128**	**29.559**	**45.273**	**50.133**
Circulante	3.339	5.593	18.803	3.861	18.015	21.808
Não circulante	25.698	27.258	28.325	25.698	27.258	28.325

21 Empréstimos e financiamentos

Ver políticas contábeis nas notas explicativas 9(b)(i), (l)(i) e (iii)

a. Termos e condições de amortização da dívida

Os termos e condições dos empréstimos em aberto são:

			Controladora				Controladora				Controladora			
			2019				2018				2017			
Modalidade	**Moeda**	**Indexador**	**Custo médio ponderado**	**Saldo devedor**	**Circulante**	**Não circulante**	**Custo médio ponderado**	**Saldo devedor**	**Circulante**	**Não circulante**	**Custo médio ponderado**	**Saldo devedor**	**Circulante**	**Não circulante**
ACC	USD	Pré	-	-	-	-	4,73%	215.433	215.433	-	4,71%	185.789	185.789	-
Capital de Giro	USD	Pré	5,02%	33.786	29.663	4.123	6,26%	75.309	63.431	11.878	7,06%	16.172	16.172	-
Capital de Giro	USD	Libor 3m	5,16%	24.388	14.633	9.755	5,16%	37.545	14.080	23.465	5,61%	20.888	5.968	14.920
Capital de Giro	EUR	Pré	2,06%	10.329	10.329	-	2,06%	10.121	-	10.121	-	-	-	-
Capital de Giro	BRL	Pré	6,55%	86.814	86.814	-	8,60%	25.633	15.281	10.352	10,08%	30.401	14.144	16.257
Capital de Giro	BRL	CDI +	6,66%	548.618	154.649	393.969	9,80%	334.793	102.564	232.229	11,15%	245.502	65.281	180.221
Capital de Giro	BRL	% CDI	5,54%	150.226	-	150.226	-	-	-	-	-	-	-	-
Finame	BRL	Pré	5,58%	11.373	3.956	7.417	5,64%	18.158	6.784	11.374	5,66%	25.736	7.601	18.135
Finame	BRL	IPCA	11,74%	14.059	3.613	10.446	11,21%	9.643	638	9.005	-	-	-	-
Finame	BRL	TJLP	-	-	-	-	12,35%	1.901	408	1.493	-	-	-	-
Finame	BRL	TJLP e Selic	-	-	-	-	13,04%	683	146	537	13,16%	725	145	580
Finame	BRL	TLP	6,41%	337	67	270	-	-	-	-	-	-	-	-
Cotas de consórcios	BRL	Pré	-	-	-	-	-	58	-	58	-	-	-	-
			6,37%	**879.930**	**303.724**	**576.206**	**7,47%**	**729.277**	**418.765**	**310.512**	**8,20%**	**525.213**	**295.100**	**230.113**

			Consolidado				Consolidado				Consolidado			
			2019				2018				2017			
Modalidade	**Moeda**	**Indexador**	**Custo Médio Ponderado**	**Saldo Devedor**	**Circulante**	**Não circulante**	**Custo Médio Ponderado**	**Saldo Devedor**	**Circulante**	**Não circulante**	**Custo Médio Ponderado**	**Saldo Devedor**	**Circulante**	**Não circulante**
ACC	USD	Pré	-	-	-	-	4,73%	216.736	216.736	-	4,72%	188.400	188.400	-
Capital de Giro	USD	Pré	5,02%	33.786	29.663	4.123	6,26%	75.309	63.431	11.878	7,06%	16.172	16.172	-
Capital de Giro	USD	Libor 3m	5,16%	24.388	14.633	9.755	5,16%	37.544	14.079	23.465	5,61%	20.888	5.968	14.920
Capital de Giro	EUR	Pré	2,06%	10.329	10.329	-	2,06%	10.121	-	10.121	-	-	-	-
Capital de Giro	BRL	Pré	6,55%	86.814	86.814	-	8,60%	25.633	15.281	10.352	10,08%	30.401	14.144	16.257
Capital de Giro	BRL	CDI +	6,66%	548.618	154.648	393.970	9,80%	334.793	102.564	232.229	11,15%	245.502	65.281	180.221
Capital de Giro	BRL	% CDI	5,54%	150.226	-	150.226	-	-	-	-	-	-	-	-
Capital de Giro	BRL	IPCA	-	-	-	-	6,70%	15.476	15.476	-	-	-	-	-
Finame	BRL	Pré	5,76%	12.700	4.574	8.126	5,76%	21.563	8.854	12.709	5,65%	31.004	10.040	20.964
Finame	BRL	IPCA	11,74%	14.060	3.614	10.446	11,21%	9.643	638	9.005	-	-	-	-
Finame	BRL	TJLP	11,67%	348	183	165	12,51%	2.431	591	1.840	13,10%	187	41	146
Finame	BRL	TJLP e Selic	6,60%	891	261	630	10,12%	1.683	292	1.391	13,16%	725	145	580
Finame	BRL	TLP	6,64%	4.538	1.347	3.191	10,12%	4.735	1.084	3.651	-	-	-	-
Cotas de consórcios	BRL	Pré	0,00%	-	-	-	-	58	-	58	-	-	-	-
			6,37%	**886.698**	**306.066**	**580.632**	**7,47%**	**755.725**	**439.026**	**316.699**	**8,16%**	**533.279**	**300.191**	**233.088**

Informações sobre a exposição da Companhia à taxa de juros, moeda estrangeira e risco de liquidez estão incluídas na nota explicativa 25(c).

b. Movimentação da dívida

	2017		2018		2019	
	Controladora	**Consolidado**	**Controladora**	**Consolidado**	**Controladora**	**Consolidado**
Saldo inicial	**429.208**	**454.763**	**525.213**	**533.279**	**729.277**	**755.725**
Despesas de juros sobre dívidas financeiras	47.253	49.335	51.943	53.147	47.838	49.386
Empréstimos e financiamentos obtidos	447.896	451.821	588.665	611.055	407.920	409.812
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(399.144)	(422.640)	(436.545)	(441.756)	(305.104)	(328.225)
Saldo final	**525.213**	**533.279**	**729.277**	**755.725**	**879.930**	**886.698**

c. Cronograma de amortização da dívida

O cronograma para amortização e liquidação das parcelas de longo prazo dos empréstimos em aberto são:

	Controladora			Consolidado		
	2019	**2018**	**2017**	**2019**	**2018**	**2017**
Liquidação em 2019	-	-	148.875	-	-	150.950
Liquidação em 2020	-	230.127	73.546	-	232.434	74.069
Liquidação em 2021	326.025	66.831	3.368	328.043	68.733	3.488
Liquidação em 2022	130.564	9.327	2.360	132.080	10.781	2.444
Liquidação em 2023	93.691	3.389	1.306	94.449	3.842	1.390
Liquidação em 2024	25.915	827	647	26.042	891	729
Liquidação em 2025	11	11	11	18	18	18
	576.206	**310.512**	**230.113**	**580.632**	**316.699**	**233.088**

d. Garantias

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos da seguinte forma:

	Controladora			**Consolidado**		
	2019	**2018**	**2017**	**2019**	**2018**	**2017**
Empréstimos e financiamentos com garantia (avais e outros)	694.325	298.367	247.396	729.671	484.064	363.114
Empréstimos e financiamentos com garantia (físicas[1])	185.605	337.095	160.839	157.027	177.847	53.187
Empréstimos e financiamentos sem garantia	-	93.815	116.978	-	93.814	116.978
	879.930	**729.277**	**525.213**	**886.698**	**755.725**	**533.279**

[1] consideram-se garantias físicas: imóveis, equipamentos e penhor.

e. Cumprimento de cláusulas contratuais restritivas (*covenants*)

A Companhia mantém empréstimos e financiamentos bancários no montante de R$ 308.294 em 31 de dezembro de 2019 (2018: R$ 238.042, 2017: R$ 151.172) que, de acordo com os termos dos contratos, serão pagos em parcelas nos próximos 4 anos, os quais contêm cláusulas contratuais restritivas (covenants) que estabelecem que, caso não sejam atingidos, os empréstimos podem se tornar imediatamente vencidos, como segue:

		Controladora			Consolidado		
Banco	**Covenants**	**2019**	**2018**	**2017**	**2019**	**2018**	**2017**
Banco Itaú BBA	Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,0 Patrimônio Líquido/Ativo Total maior ou igual 25% em 2019 Patrimônio Líquido/Ativo Total maior ou igual 30% a partir de 2020	101.669	58.773	75.575	101.669	58.773	75.575
Banco do Brasil	Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 4,0 em 2018 Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,0 a partir de 2019	105.180	120.505	-	105.180	120.505	-
Banco Rabobank	Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,0 Patrimônio Líquido/Ativo Total maior ou igual 25% em 2019 Patrimônio Líquido/Ativo Total maior ou igual 30% a partir de 2020	101.445	58.764	75.597	101.445	58.764	75.597
	Total do saldo devedor	**308.294**	**238.042**	**151.172**	**308.294**	**238.042**	**151.172**

Diversos contratos da Companhia possuem cláusulas de *cross default*, permitindo que as instituições financeiras declarem o vencimento antecipado dos empréstimos e financiamentos, caso alguma outra instituição financeira venha a fazê-lo.

f. Operações de *Compror*

	Controladora			Consolidado		
	2019	**2018**	**2017**	**2019**	**2018**	**2017**
Compror – Banco do Brasil	9.857	26.727	24.040	9.857	26.727	24.040
Total	**9.857**	**26.727**	**24.040**	**9.857**	**26.727**	**24.040**

A Companhia mantém operação de *compror* na qual obtém a extensão dos prazos de suas compras por meio de financiamento de parte do saldo de fornecedores por intermédio de instituições financeiras, as quais são efetuados a taxa de mercado

22 Provisões, contingências e depósitos judiciais

No desenvolvimento de suas operações, a Companhia e suas controladas estão sujeitas a certos riscos, representadas por ações trabalhistas, cíveis e tributárias, as quais estão sendo discutidas nas esferas, administrativa e judicial.

A administração da Companhia decidiu, com base na opinião dos seus consultores legais, registrar a provisão para contingências em montante considerado suficiente para as ações e valores cujas perdas foram classificadas como prováveis.

O montante constituído das provisões está sendo apresentado conforme segue:

	Controladora			Consolidado		
	2019	**2018**	**2017**	**2019**	**2018**	**2017**
Provisões cíveis	223	223	-	1.894	1.894	-
Provisões trabalhistas	4.887	1.499	916	4.954	1.552	973
	5.110	**1.722**	**916**	**6.848**	**3.446**	**973**

A administração, com base nas opiniões dos seus consultores legais, de que as perdas são possíveis, mas não prováveis, não procedeu ao registro de provisão para contingências para as referidas ações. A estimativa dos consultores legais para ações com perdas possíveis, mas não prováveis são representadas por:

	Controladora			Consolidado		
	2019	**2018**	**2017**	**2019**	**2018**	**2017**
Contingência cíveis	1.920	6.742	8.118	1.925	6.850	8.773
Contingências trabalhistas	6.636	21.313	22.291	7.791	22.513	23.890
	8.556	**28.055**	**30.409**	**9.716**	**29.363**	**32.663**

A Companhia não reconhece ativo contingente. Ativo contingente é um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade. Com base na opinião dos seus consultores legais, a Companhia divulga saldo de ativos contingentes com provável entrada de benefícios econômicos é de aproximadamente R$ 516 (R$ 431 em 2018 e R$ 411 em 2017).

A movimentação dos depósitos judiciais pode ser assim resumida:

Depósitos Judiciais	**Controladora**	**Consolidado**
Saldo em 1º de janeiro de 2017	**1.044**	**1.103**
Depósitos efetuados e atualização	1.038	1.135
(-) Resgates e atualização	(555)	(593)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**1.527**	**1.645**
Depósitos efetuados e atualização	365	448
(-) Resgates e atualização	(120)	(153)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**1.772**	**1.939**
Depósitos efetuados e atualização	341	2.140
(-) Resgates e atualização	(524)	(526)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**1.589**	**3.553**

23 Subvenções governamentais

A Companhia possui reconhecido valores referentes à parte incentivada do Crédito Presumido de ICMS, usufruído como subvenção para investimento, decorrente da redução da base de cálculo do ICMS do Estado do RS.

A partir da Lei Complementar 160/2017, os incentivos fiscais do ICMS são considerados subvenção para investimentos e não deverão ser tributados pelo IRPJ e CSLL. Diante disso, a Companhia buscou reaver estes valores que foram tributados a maior, dentro do prazo prescricional. Na forma em que estabelece a legislação, o principal requisito para a não tributação é a destinação do valor das receitas de subvenções para reserva de incentivos fiscais, dentro do grupo de reservas de lucros. Os valores que constituem esta reserva referem-se às receitas decorrentes do crédito presumido do ICMS, dos anos de 2013 a 2019, períodos em que a Companhia teve a fruição do benefício até o momento.

No exercício 2019 foram registrados na controladora R$ 56.930 (R$ 63.102 em 2018 e R$ 46.901 em 2017) e no consolidado R$ 67.266 (R$ 103.213 em 2018 e zero em 2017), contabilizados na rubrica de impostos sobre vendas.

A Companhia, através da controlada Oleoplan Nordeste Indústria de Biocombustível Ltda., possui saldo de investimento oriundo do benefício fiscal previsto na Lei 8.167/1991 (Lucro da Exploração) com prazo de duração até 31 de dezembro de 2023. O benefício fiscal em questão consiste na redução do IRPJ devido pela Companhia que opera na área da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

No exercício foram registrados na controlada, na rubrica de imposto de renda e contribuição social, o montante de R$ 12.827 (R$ 12.205 em 2018 e R$ 5.225 em 2017), sendo que os valores referentes aos exercícios de 2018 e 2017, já foram utilizados para aumento de capital.

24 Patrimônio líquido

Veja políticas contábeis nas notas explicativas 9(e) e (m).

a. Capital Social

O capital social da Companhia em 2019, 2018 e 2017 é de R$ 174.038, totalmente representado por 18.858.244 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal unitário, totalmente integralizado. As ações ordinárias têm os mesmos direitos com relação aos ativos líquidos residuais da Companhia.

Ações ordinárias

Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia. Com relação às ações em tesouraria, todos os direitos dessas ações estão suspensos até que essas ações sejam colocadas novamente no mercado.

b. Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se a reserva de reavaliação registrada em 2007 sobre máquinas, equipamentos e prédios, a qual está sendo mantida até a sua total realização.

c. Reserva de lucros

- **Reserva Legal:** É constituída à razão de 5 % do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20 % do capital social.

- **Reserva de retenção de lucros:** É destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital para construção da nova fábrica de papel padrão, conforme proposta no orçamento previamente aprovado na assembleia geral.

- **Reserva de subvenções:** Na controladora refere-se à parte incentivada do Crédito Presumido de ICMS, usufruído como subvenção para investimento, decorrente da redução da base de cálculo do ICMS do Estado do RS.

d. Subvenções governamentais

Referem-se a créditos presumidos de ICMS auferidos no estado do RS, de acordo com a Lei Complementar 160/2017. No exercício de 2019 foi constituída reserva no montante de R$ 46.823 (R$ 54.386 em 2018 e R$ 44.285 em 2017), os quais foram transferidos para a conta de subvenções para investimentos em conformidade com o artigo 195-A da Lei das SAs.

e. Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 5% do resultado do exercício ajustado na forma da Lei.

Os dividendos declarados e pagos foram calculados conforme segue:

	2019	2018	2017
Resultado do exercício	205.829	174.312	52.318
(-) Reserva legal (5%)	(10.107)	(8.716)	(2.616)
(-) Reserva crédito presumido ICMS	(46.823)	(54.386)	(44.285)
Lucro a disposição da AGO	**148.899**	**111.210**	**5.417**
Dividendos mínimos obrigatórios	7.445	5.561	271
Pagamentos:	**105.600**	**22.350**	**19.500**
Dividendos antecipados	105.600	12.350	-
Juros sobre capital próprio	-	10.000	19.500
Dividendos por ação ordinária – em Reais			
Quantidade de ações - 18.858.244	5,60	1,19	1,03

25 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

Os saldos contábeis são representados por:

Ativos	Controladora			Consolidado		
	2019	2018	2017	2019	2018	2017
Ativos financeiros mensurados ao valor justo	**3.565**	**5.831**	**-**	**3.565**	**5.831**	**-**
Swaps de taxa de juros utilizados para *hedging*	1.000	4.875	-	1.000	4.875	-
Contratos de câmbio utilizados para *hedging*	2.565	956	-	2.565	956	-
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo	**726.604**	**690.891**	**524.314**	**921.536**	**844.795**	**605.270**
Contas a receber de clientes	153.616	148.570	114.174	251.289	248.492	170.244
Créditos por Venda de investimentos	129.988	163.191	152.380	129.988	163.191	152.380

Adiantamento a fornecedores	29.037	32.851	47.128	29.559	45.273	50.133
Outros créditos	18.432	6.062	7.976	18.747	6.480	8.136
Caixa e equivalentes de caixa	393.341	337.844	200.528	487.799	378.819	222.131
Outros investimentos	601	601	601	601	601	601
Depósitos judiciais	1.589	1.772	1.527	3.553	1.939	1.645
Passivos						
Passivos financeiros mensurados ao valor justo	**(3.767)**	**(1.856)**	**(4.476)**	**(3.767)**	**(1.856)**	**(4.476)**
Swaps de taxa de juros utilizados para *hedging*	(3.118)	(723)	-	(3.118)	(723)	-
Derivativos de moeda utilizados para *hedging*	(649)	(1.133)	(3.754)	(649)	(1.133)	(3.754)
Commodities	-	-	(722)	-	-	(722)
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo	**(1.069.012)**	**(924.494)**	**(749.405)**	**(1.143.469)**	**(1.016.949)**	**(796.655)**
Empréstimos bancários com garantia (avais e outros)	(694.325)	(298.367)	(247.396)	(694.325)	(315.146)	(250.007)
Empréstimos bancários com garantia (físicas[1])	(185.605)	(337.095)	(160.839)	(192.373)	(346.764)	(166.294)
Empréstimos bancários sem garantia	-	(93.815)	(116.978)	-	(93.815)	(116.978)
Fornecedores	(175.970)	(178.454)	(213.241)	(242.593)	(243.559)	(251.633)
Outras contas a pagar	(13.112)	(16.763)	(10.951)	(14.178)	(17.665)	(11.743)
Ativos (Passivos) líquidos	**(342.610)**	**(147.227)**	**(184.336)**	**(18.912)**	**(52.858)**	**(135.679)**

[1]consideram-se garantias físicas: imóveis, equipamentos e penhor.

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros reconhecidos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Além disto, a tabela não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Ativos - Controladora
31 de dezembro de 2019

	Valor contábil				Valor justo		
	Valor justo - instrumentos de *hedging*	**Ativos financeiros a custo amortizado**	**Outros ativos financeiros**	**Total**	**Nível 1**	**Nível 2**	**Total**
Ativos financeiros mensurados ao valor justo	**3.565**	**-**	**-**	**3.565**	**-**	**3.565**	**3.565**
Swaps de taxa de juros utilizados para *hedging*	1.000	-	-	1.000	-	1.000	1.000
Derivativos de moeda utilizados para *hedging*	2.565	-	-	2.565	-	2.565	2.565
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo	**-**	**596.015**	**130.589**	**726.604**	**-**	**-**	**726.604**
Contas a receber de clientes	-	153.616	-	153.616	-	-	153.616
Créditos por Venda de investimentos	-	-	129.988	129.988	-	-	129.988
Adiantamento a fornecedores	-	29.037	-	29.037	-	-	29.037
Outros créditos	-	18.432	-	18.432	-	-	18.432
Caixa e equivalentes de caixa	-	393.341	-	393.341	-	-	393.341
Outros investimentos	-	-	601	601	-	-	601
Depositos judiciais	-	1.589	-	1.589	-	-	1.589

Passivos - Controladora
31 de dezembro de 2019

	Valor contábil				Valor justo		
Em milhares de Reais	**Valor justo - instrumentos de *hedging***	**Passivos financeiros a custo amortizado**	**Outros passivos financeiros**	**Total**	**Nível 1**	**Nível 2**	**Total**
Passivos financeiros mensurados ao valor justo	**3.767**	**-**	**-**	**3.767**	**-**	**3.767**	**3.767**
Swaps de taxa de juros utilizados para *hedging*	3.118	-	-	3.118	-	3.118	**3.118**
Derivativos de moeda utilizados para *hedging*	649	-	-	649	-	649	**649**
Commodities	-	-	-	-	-	**3.767**	**-**
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo	**-**	**1.055.900**	**13.112**	**1.069.012**	**-**	**-**	**1.069.012**

Empréstimos bancários com garantia (avais e outros)	-	694.325	-	694.325	-	-	**694.325**
Empréstimos bancários com garantia (físicas[1])	-	185.605	-	185.605	-	-	**185.605**
Fornecedores	-	166.113		166.113	-	-	**166.113**
Operações de *compror*		9.857	-	9.857	-	-	**9.857**
Provisões e Outras contas a pagar	-	-	13.112	13.112	-	-	**13.112**

[1]consideram-se garantias físicas: imóveis, equipamentos e penhor.

Ativos - Consolidado **31 de dezembro de 2019**	**Valor contábil**				**Valor justo**		
	Valor justo - instrumentos de *hedging*	**Ativos financeiros a custo amortizado**	**Outros ativos financeiros**	**Total**	**Nível 1**	**Nível 2**	**Total**
Ativos financeiros mensurados ao valor justo	**3.565**	**-**	**-**	**3.565**	**-**	**3.565**	**3.565**
Swaps de taxa de juros utilizados para *hedging*	1.000	-	-	1.000	-	1.000	1.000
Derivativos de moeda utilizados para *hedging*	2.565	-	-	2.565	-	2.565	2.565
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo	**-**	**790.947**	**130.589**	**921.536**	**-**	**-**	**921.536**
Contas a receber de clientes	-	251.289	-	251.289	-	-	251.289
Créditos por Venda de investimentos	-		129.988	129.988	-	-	129.988
Adiantamento a fornecedores	-	29.559	-	29.559	-	-	29.559
Outros créditos	-	18.747	-	18.747	-	-	18.747
Caixa e equivalentes de caixa	-	487.799	-	487.799	-	-	487.799
Outros investimentos	-	-	601	601	-	-	601
Depósitos judiciais	-	3.553	-	3.553	-	-	3.553

Passivos - Consolidado **31 de dezembro de 2019**	**Valor contábil**				**Valor justo**		
Em milhares de Reais	**Valor justo - instrumentos de *hedging***	**Passivos financeiros a custo amortizado**	**Outros passivos financeiros**	**Total**	**Nível 1**	**Nível 2**	**Total**
Passivos financeiros mensurados ao valor justo	**3.767**	**-**	**-**	**3.767**	**-**	**3.767**	**3.767**
Swaps de taxa de juros utilizados para *hedging*	3.118	-	-	3.118	-	3.118	**3.118**
Derivativos de moeda utilizados para *hedging*	649	-	-	649	-	649	**649**

Commodities	-	-	-	-	-	-	-
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo	**-**	**1.129.291**	**14.178**	**1.143.469**	**-**	**-**	**1.143.469**
Empréstimos bancários com garantia (avais e outros)	-	694.325	-	694.325	-	-	**694.325**
Empréstimos bancários com garantia (físicas[1])	-	192.373	-	192.373	-	-	**192.373**
Empréstimos bancários sem garantia	-	-	-	-	-	-	**-**
Fornecedores	-	232.736		232.736	-	-	**232.736**
Operações de *compror*	-	9.857	-	9.857	-	-	**9.857**
Provisões e Outras contas a pagar	-	-	14.178	14.178	-	-	**14.178**

Ativos - Controladora
31 de dezembro de 2018

	Valor contábil				Valor justo		
	Valor justo - instrumentos de *hedging*	**Ativos financeiros a custo amortizado**	**Outros ativos financeiros**	**Total**	**Nível 1**	**Nível 2**	**Total**
Ativos financeiros mensurados ao valor justo	**5.831**	**-**	**-**	**5.831**	**-**	**5.831**	**5.831**
Swaps de taxa de juros utilizados para *hedging*	4.875	-	-	4.875	-	4.875	4.875
Derivativos de moeda utilizados para *hedging*	956	-	-	956	-	956	956
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo	**-**	**527.099**	**163.792**	**690.891**	**-**	**-**	**690.891**
Contas a receber de clientes	-	148.570	-	148.570	-	-	148.570
Créditos por Venda de investimentos	-	-	163.191	163.191	-	-	163.191
Adiantamento a fornecedores	-	32.851	-	32.851	-	-	32.851
Outros créditos	-	6.062	-	6.062	-	-	6.062
Caixa e equivalentes de caixa	-	337.844	-	337.844	-	-	337.844
Outros investimentos	-	-	601	601	-	-	601
Depositos judiciais	-	1.772	-	1.772	-	-	1.772

Passivos - Controladora
31 de dezembro de 2018

	Valor contábil				Valor justo		
Em milhares de Reais	**Valor justo - instrumentos de *hedging***	**Passivos financeiros a custo amortizado**	**Outros passivos financeiros**	**Total**	**Nível 1**	**Nível 2**	**Total**
Passivos financeiros mensurados ao valor justo	**1.856**	**-**	**-**	**1.856**	**-**	**1.856**	**1.856**
Swaps de taxa de juros utilizados para *hedging*	723	-	-	723	-	723	**723**
Derivativos de moeda utilizados para *hedging*	1.133	-	-	1.133	-	1.133	**1.133**
Commodities	-	-	-	-	-	-	**-**
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo	**-**	**907.731**	**16.763**	**924.494**	**-**	**-**	**924.494**
Empréstimos bancários com garantia (avais e outros)	-	298.367	-	298.367	-	-	**298.367**
Empréstimos bancários com garantia (físicas[1])	-	337.095	-	337.095	-	-	**337.095**

Empréstimos bancários sem garantia	-	93.815	-	93.815	-	-	**93.815**
Fornecedores	-	151.727	-	151.727	-	-	**151.727**
Operações de *compror*	-	26.727	-	26.727	-	-	**26.727**
Provisões e Outras contas a pagar	-	-	16.763	16.763	-	-	**16.763**

[1]consideram-se garantias físicas: imóveis, equipamentos e penhor.

Ativos - Consolidado
31 de dezembro de 2018

	Valor contábil				Valor justo		
	Valor justo - instrumentos de *hedging*	**Ativos financeiros a custo amortizado**	**Outros ativos financeiros**	**Total**	**Nível 1**	**Nível 2**	**Total**
Ativos financeiros mensurados ao valor justo	**5.831**	**-**	**-**	**5.831**	**-**	**5.831**	**5.831**
Swaps de taxa de juros utilizados para *hedging*	4.875	-	-	4.875	-	4.875	4.875
Derivativos de moeda utilizados para *hedging*	956	-	-	956	-	956	956
				-			
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo	**-**	**681.003**	**163.792**	**844.795**	**-**	**-**	**844.795**
Contas a receber de clientes	-	248.492	-	248.492	-	-	248.492
Créditos por Venda de investimentos	-	-	163.191	163.191	-	-	163.191
Adiantamento a fornecedores	-	45.273	-	45.273	-	-	45.273
Outros créditos	-	6.480	-	6.480	-	-	6.480
Caixa e equivalentes de caixa	-	378.819	-	378.819	-	-	378.819
Outros investimentos	-	-	601	601	-	-	601
Depósitos judiciais	-	1.939	-	1.939	-	-	1.939

Passivos - Consolidado
31 de dezembro de 2018

	Valor contábil				Valor justo		
Em milhares de Reais	**Valor justo - instrumentos de *hedging***	**Passivos financeiros a custo amortizado**	**Outros passivos financeiros**	**Total**	**Nível 1**	**Nível 2**	**Total**
Passivos financeiros mensurados ao valor justo	**1.856**	**-**	**-**	**1.856**	**-**	**1.856**	**1.856**
Swaps de taxa de juros utilizados para *hedging*	723	-	-	723	-	723	**723**
Derivativos de moeda utilizados para *hedging*	1.133	-	-	1.133	-	1.133	**1.133**
Commodities	-	-	-	-	-	-	**-**
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo	**-**	**999.284**	**17.665**	**1.016.949**	**-**	**-**	**1.016.949**
Empréstimos bancários com garantia (avais e outros)	-	315.146	-	315.146	-	-	**315.146**
Empréstimos bancários com garantia (físicas[1])	-	346.764	-	346.764	-	-	**346.764**
Empréstimos bancários sem garantia	-	93.815	-	93.815	-	-	**93.815**
Fornecedores	-	216.832	-	216.832	-	-	**216.832**
Operações de *compror*	-	26.727	-	26.727	-	-	**26.727**
Provisões e Outras contas a pagar	-		17.665	17.665	-	-	**17.665**

[1]consideram-se garantias físicas: imóveis, equipamentos e penhor.

Ativos - Controladora

31 de dezembro de 2017	**Valor contábil**				**Valor justo**		
	Valor justo - instrumentos de *hedging*	**Ativos financeiros a custo amortizado**	**Outros ativos financeiros**	**Total**	**Nível 1**	**Nível 2**	**Total**
Ativos financeiros mensurados ao valor justo	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Swaps de taxa de juros utilizados para *hedging*	-	-	-	-	-	-	-
Derivativos de moeda utilizados para *hedging*	-	-	-	-	-	-	-
				-			
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo	**-**	**371.333**	**152.981**	**524.314**	**-**	**-**	**524.314**
Contas a receber de clientes	**-**	114.174	-	114.174	-	-	**114.174**
Créditos por Venda de investimentos	**-**	-	152.380	152.380	-	-	**152.380**
Adiantamento a fornecedores	**-**	47.128	-	47.128	-	-	**47.128**
Outros créditos	**-**	7.976	-	7.976	-	-	**7.976**
Caixa e equivalentes de caixa	**-**	200.528	-	200.528	-	-	**200.528**
Outros investimentos	**-**	-	601	601	-	-	**601**
Depósitos judiciais	**-**	1.527	-	1.527	-	-	**1.527**

Passivos - Controladora

31 de dezembro de 2017	**Valor contábil**				**Valor justo**		
Em milhares de Reais	**Valor justo - instrumentos de *hedging***	**Passivos financeiros a custo amortizado**	**Outros passivos financeiros**	**Total**	**Nível 1**	**Nível 2**	**Total**
Passivos financeiros mensurados ao valor justo	**4.476**	**-**	**-**	**4.476**		**3.754**	**3.754**
Swaps de taxa de juros utilizados para *hedging*	-	-	-	-		-	**-**
Derivativos de moeda utilizados para *hedging*	3.754	-	-	3.754		3.754	**3.754**
Commodities	722	-	-	722	-	-	**-**
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo	**-**	**738.454**	**10.951**	**749.405**	**-**	**-**	**749.405**
Empréstimos bancários com garantia (avais e outros)	-	247.396	-	247.396	-	-	**247.396**
Empréstimos bancários com garantia (físicas[1])	-	160.839	-	160.839	-	-	**160.839**
Empréstimos bancários sem garantia	-	116.978	-	116.978	-	-	**116.978**
Fornecedores	-	189.201	-	189.201	-	-	**189.201**
Operações de *compror*	-	24.040	-	24.040	-	-	**24.040**
Provisões e Outras contas a pagar	-	-	10.951	10.951	-	-	**10.951**

[1]consideram-se garantias físicas: imóveis, equipamentos e penhor.

Ativos - Consolidado

31 de dezembro de 2017	**Valor contábil**				**Valor justo**		
	Valor justo - instrumentos de *hedging*	**Ativos financeiros a custo amortizado**	**Outros ativos financeiros**	**Total**	**Nível 1**	**Nível 2**	**Total**
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo	**-**	**452.289**	**152.981**	**605.270**	**-**	**-**	**605.270**
Contas a receber de clientes	-	170.244	-	170.244	-	-	170.244
Créditos por Venda de investimentos	-	-	152.380	152.380	-	-	152.380
Adiantamento a fornecedores	-	50.133	-	50.133	-	-	50.133
Outros créditos	-	8.136	-	8.136	-	-	8.136
Caixa e equivalentes de caixa	-	222.131	-	222.131	-	-	222.131
Outros investimentos	-	-	601	601	-	-	601
Depósitos judiciais	-	1.645	-	1.645	-	-	1.645

Passivos - Consolidado

31 de dezembro de 2017	**Valor contábil**				**Valor justo**		
Em milhares de Reais	**Valor justo - instrumentos de *hedging***	**Passivos financeiros a custo amortizado**	**Outros passivos financeiros**	**Total**	**Nível 1**	**Nível 2**	**Total**
Passivos financeiros mensurados ao valor justo	**4.476**	**-**	**-**	**4.476**	**-**	**3.754**	**3.754**
Swaps de taxa de juros utilizados para *hedging*	-	-	-	-	-	-	**-**
Derivativos de moeda utilizados para *hedging*	3.754	-	-	3.754	-	3.754	**3.754**
Commodities	722	-	-	722	-	-	**-**
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo	**-**	**784.912**	**11.743**	**796.655**	**-**	**-**	**796.655**
Empréstimos bancários com garantia (avais e outros)	-	250.007	-	250.007	-	-	**250.007**
Empréstimos bancários com garantia (físicas[1])	-	166.294	-	166.294	-	-	**166.294**
Empréstimos bancários sem garantia	-	116.978	-	116.978	-	-	**116.978**
Fornecedores e operações de compror	-	227.593	-	227.593	-	-	**22.593**
Operações de *compror*	-	24.040	-	24.040	-	-	**24.040**
Provisões e Outras contas a pagar	-	-	11.743	11.743	-	-	**11.743**

[1]consideram-se garantias físicas: imóveis, equipamentos e penhor.

b. Mensuração do valor justo

Técnicas de avaliação e inputs significativos não observáveis

As tabelas abaixo apresentam as técnicas de valorização utilizadas na mensuração dos valores justos de Nível 2 para instrumentos financeiros no balanço patrimonial. Os processos de avaliação estão descritos na Nota explicativa 5(b)(i)

Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo

Tipo	Técnica de avaliação
Derivativos de moeda	Precificação a termo: O valor justo é determinado utilizando taxas de câmbio a termo cotadas na data do balanço e cálculos de valor presente baseados em curvas de taxas de juros nas respectivas moedas contratadas.
Swaps de taxa de juros	Modelos de swap: O valor justo é calculado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. As estimativas dos fluxos de caixa futuros de taxas pós-fixadas são baseadas em taxas cotadas de swap, preços futuros e taxas de juros de empréstimos interbancários. Os fluxos de caixa estimados são descontados utilizando uma curva construída a partir de fontes similares e que reflete a taxa de referência interbancária relevante utilizada pelos participantes do mercado para esta finalidade ao precificar swaps de taxa de juros.

Tipo	Técnica de avaliação
Outros passivos financeiros*	Fluxos de caixa descontados: O modelo de avaliação considera o valor presente do pagamento esperado, descontado utilizando uma taxa de desconto ajustada ao risco.

(*) Outros passivos financeiros incluem empréstimos bancários com e sem garantia e dividendos para 2019, 2018 e 2017.

c. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(i) Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco. A diretoria é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

A Administração monitora a aderência às políticas e procedimentos de gerenciamento de risco da Companhia, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais a Companhia está exposto.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

A administração entende que o risco de crédito é baixo devido ao histórico de perdas e à concentração de 60% das vendas para a Petróleo Brasileiro S.A. com prazo médio de pagamento de 30 dias. Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito.

Contas a receber

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera.

A Companhia estabeleceu uma política de crédito para avaliação individual dos clientes da carteira (novos e já existentes) quanto à sua condição financeira. A análise efetuada pela Companhia inclui a avaliação de ratings externos, quando disponíveis, demonstrações financeiras, informações de agências de crédito, informações da indústria e, em alguns casos, referências bancárias. Limites de crédito são estabelecidos para cada cliente e revisados periodicamente, conforme definido em política. Vendas que eventualmente excedam esses limites possuem alçadas de aprovação extraordinárias.

A Companhia pode exigir garantias com relação a contas a receber de clientes e outros recebíveis, conforme análise de crédito individual realizada. A Companhia não possui contas a receber de clientes para os quais nenhuma provisão de perda é reconhecida por causa da garantia.

Em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, o valor contábil a receber junto a Petróleo Brasileiro S.A - Petrobrás é o seguinte:

	Controladora			Consolidado		
	2019	**2018**	**2017**	**2019**	**2018**	**2017**
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	97.655	96.166	61.762	182.869	179.413	107.020
Total	**97.655**	**96.166**	**61.762**	**182.869**	**179.413**	**107.020**

Caixa e equivalentes de caixa

O 'Caixa e equivalentes de caixa' são mantidos com bancos e instituições financeiras com baixo risco, conforme classificação das principais agências de rating e estão segregados em instituições financeiras nacionais e estrangeiras, em aplicações financeiras e depósitos a vista, cujos montantes disponíveis em 2019, 2018 e 2017 são os seguintes:

	Controladora			Consolidado		
	2019	**2018**	**2017**	**2019**	**2018**	**2017**
Instituições financeiras nacionais	**370.237**	**183.136**	**120.620**	**464.668**	**224.082**	**142.195**
Depósitos a vista	4.335	14.701	2.401	7.681	16.983	2.669
Aplicações financeiras	358.831	163.021	114.233	447.121	200.108	134.491
Numerários em trânsito*	7.071	5.414	3.986	9.866	6.991	5.035
Instituições financeiras estrangeiras	**23.085**	**154.690**	**79.898**	**23.085**	**154.690**	**79.898**
Depósitos a vista**	20.962	153.125	78.784	20.962	153.125	78.784
Aplicações financeiras	2.123	1.565	1.114	2.123	1.565	1.114
Instituições financeiras	**393.322**	**337.826**	**200.518**	**487.753**	**378.772**	**222.093**

**os saldos referentes a numerários em trânsito referem-se à valores recebidos em moeda estrangeira que estão aguardando fechamento de câmbio, os quais não são utilizados com propósito especulativo e não estão vinculados a instrumentos financeiros derivativos.*

***os saldos referem-se a depósitos a vista em moeda estrangeira, os quais não são utilizados com propósito especulativo e não estão vinculados a instrumentos financeiros derivativos.*

Derivativos

Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras com baixo risco, conforme classificação das principais agências de rating.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais.

	Controladora				
		Fluxos de Caixa Contratuais			
	Valor Contábil	**2 meses ou menos**	**2-12 meses**	**1-2 anos**	**2-5 anos**
Passivos financeiros não derivativos					
Empréstimos bancários com garantia (avais e outros)	694.325	55.115	172.902	249.813	216.495
Empréstimos bancários com garantia (físicas[1])	185.605	19.426	56.280	76.212	33.687
Passivos financeiros derivativos					
Swaps de taxa de juros utilizados para *hedging*	3.118	-	1.910	715	493
Contratos a termo de moeda utilizados para *hedging*	649	-	649	-	-

	Consolidado				
		Fluxos de Caixa Contratuais			
	Valor Contábil	**2 meses ou menos**	**2-12 meses**	**1-2 anos**	**2-5 anos**
Passivos financeiros não derivativos					
Empréstimos bancários com garantia (avais e outros)	694.325	55.115	172.902	249.813	216.495
Empréstimos bancários com garantia (físicas*)	192.373	19.965	58.083	78.230	36.095
Passivos financeiros derivativos					
Swaps de taxa de juros utilizados para *hedging*	3.118	-	1.910	715	493
Contratos a termo de moeda utilizados para *hedging*	649	-	649	-	-

*consideram-se garantias físicas: imóveis, equipamentos e penhor

Os fluxos de entradas/(saídas), divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros derivativos mantidos para fins de gerenciamento de risco. A divulgação apresenta os montantes dos fluxos de caixa líquidos para derivativos que são liquidados em caixa com base em sua exposição líquida e fluxos de caixa bruto de entradas e saídas para os derivativos que têm liquidação simultânea bruta.

Conforme divulgado na nota explicativa 21, a Companhia possui empréstimos bancários com garantia que contém cláusulas contratuais restritivas (covenants). O não cumprimento futuro desta cláusula contratual restritiva pode exigir que a Companhia pague o empréstimo antes da data indicada na tabela acima. A cláusula contratual restritiva é monitorada regularmente pela tesouraria e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido.

Os pagamentos de juros sobre empréstimos a uma taxa de juros pós-fixada e os títulos de dívida incluídos na tabela acima refletem as taxas de juros de mercado a termo na data do balanço e estes montantes podem mudar na medida em que as taxas de juros pós-fixadas mudem. Os instrumentos derivativos podem ser diferentes dos montantes apresentados na tabela acima, uma vez que as taxas de juros e taxas de câmbio ou as condições relevantes das transações podem mudar. Exceto por esses passivos financeiros, não é esperado que os fluxos de caixa incluídos na análise acima possam ocorrer significativamente mais cedo, ou em valores significativamente diferentes.

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e

controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Administração.

Risco cambial

A Companhia está exposto ao risco cambial de operações estrangeiras decorrente de diferenças entre as moedas nas quais as vendas, compras, recebíveis e empréstimos são denominados, e as respectivas moedas funcionais da Companhia. A proteção ao risco de variação cambial do conjunto das exportações futuras em dólares norte-americanos da Companhia em um dado período ocorre por meio do conjunto de endividamento em dólares norte-americanos buscando a proteção mais eficiente considerando as alterações nas posições de tais conjuntos ao longo do tempo.

A estratégia de gerenciamento de riscos cambiais pode envolver o uso de instrumentos financeiros derivativos para tratamento da exposição cambial de certas obrigações da Companhia, especialmente quando da existência de compromissos em moedas para as quais a Companhia não possua expectativa de fluxos de recebimentos.

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

Exposição ao risco cambial

Um resumo da exposição a risco cambial da Companhia, conforme reportado à Administração está apresentado abaixo:

	2019				2018				2017			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	R$	USD	R$	USD	R$	USD	R$	USD	R$	USD	R$	USD
Contas a receber	1.950	484	2.868	712	12.122	3.129	12.902	3.330	9.439	2.854	10.942	3.308
Caixa e equivalentes de caixa	28.034	6.956	30.834	7651	158.539	40.922	160.609	41.456	82.769	25.026	83.819	25.343
Outros ativos circulantes	2.123	527	2.123	527	6.062	1.565	6.062	1.565	1.114	337	1.114	337
Empréstimos bancários com garantia	(68.503)	(16.995)	(68.503)	(16.995)	(338.408)	(87.335)	(339.711)	(87.672)	(222.849)	(67.367)	(225.460)	(68.156)
Contas a pagar	(4.754)	(1.179)	(4.754)	(1.179)	-	-	-	-	(2.493)	(754)	(2.493)	(754)
Outros passivos circulantes	(12.000)	(2.977)	(12.000)	(977)	(15.877)	(4.097)	(15.877)	(4.097)	(9.905)	(2.994)	(9.905)	(2.994)
Exposição líquida do balanço patrimonial	**(53.150)**	**(13.185)**	**(49.432)**	**(12.262)**	**(177.561)**	**(45.818)**	**(176.014)**	**(45.418)**	**(141.924)**	**42.898)**	**(141.983)**	**(42.916)**
Contratos de compra para entrega futura	124.199	30.813	153.184	38.004	122.412	31.592	147.366	38.032	88.754	26.830	98.928	29.906
Exposição líquida das transações para entrega futura	**124.199**	**30.813**	**153.814**	**38.004**	**122.412**	**31.592**	**147.366**	**38.032**	**88.754**	**26.830**	**98.928**	**29.906**
Contratos cambiais futuros (NDF)	(125.950)	(30.500)	(125.950)	(30.500)	(17.850)	(5.000)	(17.850)	(5.000)	73.005	20.600	73.005	20.600
Exposição líquida	**(54.900)**	**(12.872)**	**(22.197)**	**(4.758)**	**(72.999)**	**(19.226)**	**(46.499)**	**(12.386)**	**19.835**	**4.532**	**29.950**	**7.590**

As taxas aplicadas para conversão dos saldos ativos e passivos foram:

	2019	2018	2017
Compra	3,3074	3,8742	4,0301
Venda	3,3080	3,8748	4,0307
Média	**3,3077**	**3,8745**	**4,0304**

Análise de sensibilidade

Uma valorização (desvalorização) razoavelmente possível do Real x USD em 31 de dezembro, teriam afetado a mensuração dos instrumentos financeiros denominados em moeda estrangeira e afetado o patrimônio líquido e o resultado pelos montantes demonstrados abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, permanecem constantes e ignoram qualquer impacto da previsão de vendas e compras.

O cenário considerado provável e referenciado por fonte externa, além dos cenários possível e remoto que consideram valorização do câmbio (risco) em 25% e 50%, respectivamente, à exceção dos saldos de ativos e passivos em moeda estrangeira de controladas no exterior, quando realizados em moeda equivalente às suas respectivas moedas funcionais, estão descritos a seguir:

31 de dezembro de 2019:

Operações de Derivativos de Câmbio & Commodities — **Em mil**

Derivativo	Posição	Moeda	Notional (USD)	Strike Médio/ Preço	MtM 31/12/2019 (R$)
Non-Deliverable Forward	Venda FX	USD	30.500	R$ 4,1295	R$1.916
TOTAL		**USD**	**30.500**		**R$1.916**

Análise de Sensibilidade — **Em mil R$**

-50%	-25%	+25%	+50%
61.521	31.709	-27.914	(57.726)
61.521	**31.709**	**-27.914**	**(57.726)**

31 de dezembro de 2018:

Operações de Derivativos de Câmbio & Commodities — **Em mil**

Derivativo	Posição	Moeda	Notional (USD)	Strike Médio/ Preço	MtM 31/12/2018 (R$)
Non-Deliverable Forward	Venda FX	USD	(17.000)	R$ 3,9053	R$110
Non-Deliverable Forward	Compra FX	USD	12.000	R$ 3,8067	(R$1.844)
TOTAL		**USD**	**(5.000)**		**(R$1.734)**

Análise de Sensibilidade — **Em mil R$**

-50%	-25%	+25%	+50%
(22.528)	(11.218)	11.400	22.709
30.433	14.371	(17.753)	(33.815)
7.905	**3.152**	**11.400**	**22.709**

31 de dezembro de 2017:

Operações de Derivativos de Câmbio & Commodities — **Em mil**

Derivativo	Posição	Moeda	Notional (USD)	Strike Médio/ Preço	MtM 31/12/2017 (R$)
Non-Deliverable Forward	Compra FX	USD	20.600	R$ 3,5439	-R$3.754
Non-Deliverable Forward	Compra Oil Soybean	USD	7.777	$0,3411	-R$ 722
TOTAL		**USD**	**28.377**		**-R$4.476**

Análise de Sensibilidade — **Em mil R$**

-50%	-25%	+25%	+50%
-37.021	-20.436	12.733	29.318
-6.485	-5.054	7.155	17.934
-43.506	**-25.491**	**19.888**	**47.252**

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposto ao risco de taxa de juros pós-fixada, tanto para seu caixa e equivalentes de caixa quanto para operações e empréstimos e financiamentos. Um resumo da exposição taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia, conforme reportado à Administração, está apresentado abaixo:

Exposição ao risco de taxa de juros

O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado abaixo:

		2019		2018		2017	
	Indexador	**Controladora**	**Consolidado**	**Controladora**	**Consolidado**	**Controladora**	**Consolidado**
Caixa e equivalentes de caixa	CDI	360.954	449.244	164.586	201.673	115.347	133.577
Empréstimos bancários	CDI	(698.844)	(698.844)	(334.793)	(334.793)	(245.502)	(245.502)
Exposição líquida do balanço patrimonial		**(337.890)**	**(249.600)**	**(170.207)**	**(133.120)**	**(130.155)**	**(111.925)**

Outros riscos de preço de mercado

O principal objetivo dos títulos de investimento da Companhia é manter os investimentos de longo prazo para fins estratégicos. Em relação a isso, a Administração é auxiliada por consultores externos. Certos investimentos são designados pelo valor justo por meio do resultado pois seus desempenhos são monitorados ativamente e são gerenciados com base no valor justo.

26 Impostos a pagar

	Controladora			Consolidado		
	2019	**2018**	**2017**	**2019**	**2018**	**2017**
IRRF - Imposto de renda retido na fonte	499	481	3.363	605	588	3.451
PIS / COFINS	310	265	242	321	278	259
ICMS	2.204	945	1.588	3.983	2.781	2.222
Funrural	29	27	74	189	282	108
INSS	1.972	1.878	1.853	2.640	2.494	2.421
FGTS	597	573	561	849	802	776

Outros tributos a pagar	40	29	16	56	39	22
Impostos e contribuições a pagar	**5.651**	**4.198**	**7.697**	**8.643**	**7.264**	**9.259**

27 Imposto de renda e contribuição social

Ver política contábil na nota explicativa 9(g).

a. Conciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social

	Controladora			Consolidado		
	2019	**2018**	**2017**	**2019**	**2018**	**2017**
	IRPJ/CSLL	**IRPJ/CSLL**	**IRPJ/CSLL**	**IRPJ/CSLL**	**IRPJ/CSLL**	**IRPJ/CSLL**
Resultado antes do IRPJ e CSLL	**197.090**	**169.905**	**48.985**	**212.364**	**183.321**	**58.439**
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada – 34%	67.011	57.768	16.655	72.204	62.329	19.869
Adições permanentes – 34%	**576**	**261**	**260**	**-**	**-**	**-**
Equivalência Patrimonial	576	261	260	-	-	-
Exclusões permanentes – 34%	**(74.088)**	**(59.544)**	**(22.827)**	**(61.277)**	**(50.698)**	**(11.855)**
Equivalência Patrimonial	(46.054)	(34.699)	(16.197)	-	-	-
Incentivos fiscais do imposto de renda	-	-	-	(12.827)	(12.205)	(5.225)
Créditos do PRONAF	(8.677)	-	-	(25.580)	-	
Juros sobre o capital próprio	-	(3.400)	(6.630)	-	(3.400)	(6.630)
Crédito Presumido ICMS	(19.356)	(21.455)	-	(22.870)	(35.092)	-
Outras adições/exclusões permanentes	**(2.247)**	**(2.888)**	**2.571**	**(4.392)**	**(2.622)**	**(1.893)**
VALOR RESULTADO LÍQUIDO IRPJ E CSLL	**8.748**	**4.413**	**3.341**	**(6.535)**	**(9.009)**	**(6.119)**
ALÍQUOTA EFETIVA	**-4,44%**	**-2,60%**	**-6,82%**	**3,08%**	**3,10%**	**10,47%**

b. Movimentação dos saldos de ativos e passivos fiscais diferidos

Controladora 2019	**Saldo líquido em 1º de janeiro**	**Reconhecido no resultado (veja (a))**	**31 de dezembro**	
			Ativo fiscal diferido	**Passivo fiscal diferido**
Capitalização	37	(37)	-	
Depreciação Societaria	18.319	(960)		19.279
Derivativos Ganhos	2.613	1.282	1.212	1.280
AVP Estoque	177	177	-	-
Prejuízo Fiscal	3.568	17.436	21.004	
Reserva de Reavaliação	1.089	79	-	1.010
Variação Cambial Competência	9.310	(6.438)	2.872	-
Provisão de contingências	585	1.152	1.736	-
AVP contas a receber	3.943	(3.943)	-	-
Impostos (ativos) passivos antes da compensação	**39.641**	**8.748**	**26.824**	**21.569**
Compensação de imposto				
Imposto líquido passivo (ativo)			**5.255**	

Consolidado 2019	**Saldo líquido em 1º de janeiro**	**Reconhecido no resultado (veja (a))**	**31 de dezembro**	
			Ativo fiscal diferido	**Passivo fiscal diferido**
Capitalização	37	(37)	-	-
Depreciação Societaria	24.888	(3.996)	-	28.884
Derivativos Swap/NDF	2.613	1.283	1.212	1.281
AVP Estoque	181	181	0	
Prejuízo Fiscal	5.535	18.073	23.608	
Reserva de Reavaliação	1.089	79		1.010
Variação Cambial Competência	9.310	(6.438)	2.872	-
Provisão de contingências	1.171	1.157	2.328	-
AVP contas a receber	3.943	(3.943)	-	-
Impostos (ativos) passivos antes da compensação	**48.767**	**6.358**	**30.020**	**31.175**
Compensação de imposto				
Imposto líquido passivo (ativo)			**(1.155)**	

Controladora 2018	**Saldo líquido em 1º de janeiro**	**Reconhecido no resultado (veja (a))**	**31 de dezembro**	
			Ativo fiscal diferido	**Passivo fiscal diferido**
Capitalização	-	34	37	
Depreciação Societaria	16.208	(2.111)	-	18.319
Derivativos Ganhos	-	(2.873)	631	1.982
AVP Estoque	177	(347)	-	177
Prejuízo Fiscal	-	3.568	3.568	-
Reserva de Reavaliação	1.324	234	-	1.090
Variação Cambial Competência	-	9.310	9.310	-
Provisão de contingências	313	273	585	-
AVP contas a receber	7.618	(3.675)	3.943	-
Impostos (ativos) passivos antes da compensação	**25.640**	**4.413**	**18.074**	**21.568**
Compensação de imposto				
Imposto líquido passivo (ativo)			**(3.493)**	

Consolidado 2018	**Saldo líquido em 1º de janeiro**	**Reconhecido no resultado (veja (a))**	**Reconhecido no patrimônio líquido** (veja (c))	**31 de dezembro**	
				Ativo fiscal diferido	**Passivo fiscal diferido**
Capitalização	-	34	-	37	-
DepreciaçãoSocietaria	19.872	(5.016)	-	-	24.888
Derivativos Swap/NDF	-	(2.873)	-	631	1.982
AVP Estoque	-	(534)	-		181
Prejuízo Fiscal	395	3.938	1.202	5.535	-
Reserva de Reavaliação	1.324	234	-		1.090
Variação Cambial Competência	-	9.310	-	9.310	-
Provisão de contingências	332	840	-	1.171	-
Avp contas a receber	7.618	(3.675)	-	3.943	-
Impostos (ativos) passivos antes da compensação	**29.541**	**2.258**		**20.627**	**28.141**
Compensação de imposto					
Imposto líquido passivo (ativo)				**(7.513)**	

Controladora 2017	**Saldo líquido em 1º de janeiro**	**Reconhecido no resultado (veja (a))**	**31 de dezembro**	
			Ativo fiscal diferido	**Passivo fiscal diferido**
Capitalização	39	(36)	-	-
DepreciaçãoSocietaria	14.097	(2.111)	-	16.208
Derivativos Ganhos	(1.867)	(343)	1.525	-
AVP Estoque	4.547	4.718	171	-
Reserva de Reavaliação	1.706	382	-	1.325
Provisão de contingências	-	313	313	-
Avp contas a receber	-	7.618	7.618	-
Impostos (ativos) passivos antes da compensação	**18.522**	**10.541**	**9.627**	**17.533**
Compensação de imposto				
Imposto líquido (passivo) ativo			**(7.906)**	

Consolidado 2017	**Saldo líquido em 1º de janeiro**	**Reconhecido no resultado (veja (a))**	**Reconhecido no patrimônio líquido** (veja (c))	**31 de dezembro**	
				Ativo fiscal diferido	**Passivo fiscal diferido**
Capitalização	39	(35)	-	4	
DepreciaçãoSocietaria	15.316	(4.556)	-	-	19.872
Derivativos Swap/NDF	(1.865)	(343)	-	-	-
AVP Estoque	5.838	6.191	1.202	1.480	-
Prejuízo Fiscal	1.597	395		1.992	-
Reserva de Reavaliação	1.706	382		-	1.325
Provisão de contingências	-	332		332	-
- Avp contas a receber	-	7.618		7.618	-
Impostos (ativos) passivos antes da compensação	**22.631**	**9.984**		**11.427**	**21.197**
Compensação de imposto					
Imposto líquido (passivo) ativo				**(9.770)**	

c. Realização

Os créditos tributários acima não possuem prazo de prescrição.

A Companhia possui saldo de prejuízos fiscais de imposto de renda e de bases negativas de contribuição social na controladora de R$178.093 (R$ 104.701 em 2018 e 2017 reconhecidos extemporaneamente) e no consolidado de R$ R$185.751 (R$ 109.946 em 2018 e R$ 108.783 2017), sobre os quais foram registrados créditos fiscais diferidos na controladora de R$17.436 (R$ 3.568 em 2018 e zero em 2017) e no consolidado R$18.073 (R$ 3.938 em 2018 e R$ 395 em 2017), conforme expectativa de realização.

As projeções de resultados futuros da Companhia indicam que a realização dos créditos tributários diferidos registrados sobre prejuízos fiscais de IR e bases negativas de CS ocorrerá até 31 de dezembro de 2025.

28 Segmentos operacionais

a. Base para segmentação

A Companhia possui três divisões estratégicas, que são seus segmentos reportáveis. Estas divisões oferecem diferentes produtos e serviços e são administradas separadamente, pois exigem

diferentes tecnologias e estratégias de marketing. As informações sobre os segmentos operacionais são aquelas regularmente apresentadas à administração da companhia e utilizadas na sua gestão, na condição de principal tomadora de decisões.

O seguinte resumo descreve as operações em cada um dos segmentos reportáveis da Companhia:

Segmentos reportáveis	**Operações**
Biodiesel	fabricação e venda
Extração	Compra, produção e distribuição
Revenda	Projetar e produzir materiais para embalagem

b. Informações sobre segmentos reportáveis

Informações referentes aos resultados de cada segmento reportável estão apresentadas abaixo. O desempenho é avaliado com base no resultado do segmento antes do imposto de renda e contribuição social, pois a Administração entende que tal informação é a mais relevante na avaliação dos resultados dos respectivos segmentos para comparabilidade com outras entidades que operam nas mesmas indústrias. Os ativos e passivos da Companhia são administrados de forma conjunta para todos os segmentos e não são avaliados separadamente por segmentos pela administração da companhia. As atividades apresentadas nas colunas de "outras" e "corporativo" não se qualificam como segmentos operacionais e representam atividades não alocadas aos segmentos.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Por segmento do exercício findo em 31 de dezembro de 2019

	Controladora						Consolidado					
	Extração	**Biodiesel**	**Revenda**	**Outros**	**Corporativo**	**Total 2019**	**Extração**	**Biodiesel**	**Revenda**	**Outros**	**Corporativo**	**Total 2019**
Receita líquida de vendas e serviços	634.345	916.970	78.314	-	-	1.629.628	843.121	1.721.094	97.629	27	-	2.661.871
Custo dos produtos e serviços vendidos	(602.847)	(807.320)	(73.622)	-	-	(1.483.789)	(792.769)	(1.468.151)	(91.810)	(1.345)	-	(2.354.075)
Depreciações e amortizações	(6.226)	(2.659)	(255)	-	-	(9.140)	(4.644)	(8.690)	(255)	-	-	(13.589)
Lucro Bruto	**25.271**	**106.991**	**4.437**	**-**	**-**	**136.699**	**45.708**	**244.253**	**5.564**	**(1.318)**	**-**	**294.207**
(Despesas) receitas operacionais	(29.995)	(31.187)	(472)	-	3.600	(58.054)	(40.494)	(46.897)	(472)	(678)	975	(87.565)
Despesas com vendas	(26.211)	(27.403)	(472)	-	(1.625)	(55.710)	(31.767)	(38.155)	(472)	-	(1.624)	(72.017)
Despesas com pessoal de vendas	(6.580)	(6.355)	(430)	-	(1.593)	(14.959)	(7.933)	(7.710)	(430)	-	(1.593)	(17.667)
Despesas comerciais	(8.808)	(7.391)	(41)	-	(31)	(16.271)	(10.021)	(8.604)	(41)	-	(30)	(18.697)
Despesas s/vendas	(10.823)	(13.657)	-	-	-	(24.480)	(13.813)	(21.841)	-	-	-	(35.653)
Despesas administrativas	(4.222)	(4.222)	-	-	(17.741)	(26.185)	(9.240)	(9.255)	-	(678)	(20.367)	(39.540)
Outras receitas (despesas) operacionais	438	438	-	-	22.966	23.841	513	513	-	-	22.966	23.991
Equivalência patrimonial							-	-	-	-	-	-
Lucro Operacional	**(4.723)**	**75.804**	**3.965**	**-**	**3.600**	**78.645**	**5.214**	**197.356**	**5.093**	**(1.996)**	**975**	**206.642**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Por segmento do exercício findo em 31 de dezembro de 2018

	Controladora						Consolidado					
	Extração	**Biodiesel**	**Revenda**	**Outros**	**Corporativo**	**Total 2018**	**Extração**	**Biodiesel**	**Revenda**	**Outros**	**Corporativo**	**Total 2018**
Receita líquida de vendas e serviços	637.847	961.775	160.720	-	-	1.760.342	848.668	1.538.604	160.864	14	-	2.548.151
Custo dos produtos e serviços vendidos	(556.646)	(833.862)	(146.008)	-	-	(1.536.516)	(741.340)	(1.299.308)	(146.020)	(651)	-	(2.187.318)
Depreciações e amortizações	(5.132)	(3.250)	(251)	-	-	(8.633)	(3.553)	(8.379)	(251)	-	-	(12.182)
Lucro Bruto	**76.068**	**124.664**	**14.462**	**-**	**-**	**215.193**	**103.775**	**230.918**	**14.594**	**(636)**	**-**	**348.650**
(Despesas) receitas operacionais	(37.329)	(29.615)	(65)	-	(14.374)	(81.383)	(45.347)	(40.368)	(65)	(403)	(16.824)	(103.007)
Despesas com vendas	(34.785)	(27.071)	(65)	-	(1.241)	(63.163)	(39.051)	(32.404)	(65)	-	(1.242)	(72.763)
Despesas com pessoal de vendas	(6.093)	(6.093)	(36)	-	(1.349)	(13.569)	(7.219)	(7.217)	(36)	-	(1.349)	(15.820)
Despesas comerciais	(9.350)	(9.350)	(30)	-	107	(18.623)	(10.279)	(10.279)	(30)	-	106	(20.481)
Despesas s/vendas	(19.342)	(11.628)	-	-	-	(30.971)	(21.553)	(14.908)	-	-	-	(36.461)
Despesas administrativas	(3.312)	(3.312)	-	-	(13.132)	(19.756)	(7.183)	(8.850)	-	(404)	(15.582)	(32.018)
Outras receitas (despesas) operacionais	768	768	-	-	-	1.536	886	886	-	1	-	1.774
Equivalência patrimonial							-	-	-	-	-	-
Lucro Operacional	**38.739**	**95.049**	**14.396**	**-**	**(14.374)**	**133.810**	**58.427**	**190.550**	**14.528**	**(1.039)**	**(16.824)**	**245.642**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Por segmento do exercício findo em 31 de dezembro de 2017

	Controladora						Consolidado					
	Extração	**Biodiesel**	**Revendas**	**Outros**	**Corporativo**	**Total 2017**	**Extração**	**Biodiesel**	**Revenda**	**Outros**	**Corporativo**	**Total 2017**
Receita líquida de vendas e serviços	486.057	711.821	169.313	-	-	1.367.192	644.221	1.135.193	181.334	13	-	1.960.760
Custo dos produtos e serviços vendidos	(442.130)	(642.869)	(152.234)	-	-	(1.237.233)	(585.713)	(1.004.191)	(163.498)	(837)	-	(1.754.240)
Depreciações e amortizações	(5.402)	(3.780)	(222)	-	-	(9.405)	(4.256)	(8.180)	(222)	-	-	(12.658)
Lucro Bruto	**38.525**	**65.172**	**16.857**	**-**	**-**	**120.554**	**54.251**	**122.821**	**17.613**	**(824)**	**-**	**193.862**
(Despesas) receitas operacionais	(27.716)	(15.011)	(50)	-	(17.171)	(59.948)	(35.679)	(22.041)	(50)	(339)	(19.486)	(77.595)
Despesas com vendas	(29.637)	(16.932)	(50)	-	(951)	(47.570)	(33.902)	(20.207)	(50)	-	(952)	(55.111)
Despesas com pessoal de vendas	(5.567)	(5.567)	(12)	-	(1.179)	(12.325)	(6.272)	(6.272)	(12)	-	(1.180)	(13.736)
Despesas comerciais	(4.735)	(4.735)	(38)	-	229	(9.280)	(5.533)	(5.532)	(38)	-	229	(10.874)
Despesas s/vendas	(19.335)	(6.630)	-	-	-	(25.965)	(22.097)	(8.403)	-	-	-	(30.500)
Despesas administrativas	(4.222)	(4.222)	-	-	(16.220)	(24.664)	(8.086)	(8.143)	-	(339)	(18.534)	(35.103)
Outras receitas (despesas) operacionais	6.143	6.143	-	-	-	12.286	6.309	6.309	-	-	-	12.618
Equivalência patrimonial							-	-	-	-	-	-
Lucro Operacional	**10.808**	**50.161**	**16.807**	**-**	**(17.171)**	**60.605**	**18.572**	**100.780**	**17.564**	**(1.163)**	**(19.486)**	**116.266**

29 Receitas

a. Fluxos de receitas

A Companhia gera receita principalmente pela venda de biodiesel e produtos relacionados a extração do óleo degomado da soja. Outras fontes de receitas incluem receita de aluguel de propriedades para investimento e propriedades arrendadas.

	Controladora			Consolidado		
	2019	**2018**	**2017**	**2019**	**2018**	**2017**
Vendas de Mercadorias	1.607.655	1.679.157	1.233.891	2.675.181	2.487.036	1.852.582
Revenda de Mercadorias	73.021	158.240	169.411	92.677	158.261	181.980
Prestação de Serviços	6.323	8.908	7.141	6.486	9.070	7.258
Receita de contratos com clientes	**1.686.999**	**1.846.305**	**1.410.443**	**2.774.344**	**2.654.367**	**2.041.820**

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	Controladora			Consolidado		
	2019	**2018**	**2017**	**2019**	**2018**	**2017**
Receita bruta fiscal	1.686.999	1.846.305	1.410.443	2.774.344	2.654.367	2.041.820
Menos:						
Devoluções e abatimentos	(19.513)	(41.081)	(5.112)	(21.929)	(27.794)	(13.023)
Impostos sobre vendas	(37.858)	(44.882)	(38.139)	(90.544)	(78.422)	(68.037)
Receita líquida	**1.629.628**	**1.760.342**	**1.367.192**	**2.661.871**	**2.548.151**	**1.960.760**

b. Obrigações de desempenho e Políticas de reconhecimento de receita

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas. Veja a nota explicativa 9(o) a respeito da política contábil para contratos onerosos.

Tipo de produto / serviço	**Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas**	**Política de reconhecimento da receita**
Biocombustível	Toda venda de Biodiesel é efetuada para a Petróleo Brasileiro S.A. A qual obtêm controle da produção quando os produtos são retirados das dependências da Companhia. As faturas são emitidas naquele momento. Elas devem ser	A receita é reconhecida quando os produtos são retirados pelo cliente nas instalações da Companhia.

	pagas, normalmente, em 30 dias. Nenhum desconto é concedido.	O valor da receita reconhecida é ajustado para as devoluções eventualmente ocorridas. Nessas circunstâncias, um passivo de devolução e um direito de recuperar o ativo a ser devolvido são reconhecidos.
		O direito de recuperar os produtos a serem devolvidos é mensurado ao valor contábil original do estoque, menos os custos esperados de recuperação. O passivo de reembolso, quando ocorrido, está incluído em outros valores a pagar e o direito de recuperar os produtos devolvidos é incluído em estoques. A Companhia reavalia sua expectativa de devoluções na data do balanço, atualizando os valores do ativo e do passivo, quando materiais.
Extração	A Companhia determinou que, para os produtos relativos a extração (farelo, lecitina e casca), o cliente obtêm controle da produção quando os produtos são entregues nas dependências do cliente. Os prazos médios para ocorrer a entrega são de em torno de 2(dois) dias. A cada final de período a companhia avalia a necessidade de eventual ajuste nas receitas reconhecidas em função de algum descumprimento das obrigações de desempenho.	O valor da receita reconhecida é ajustado para as devoluções eventualmente ocorridas. Nessas circunstâncias, um passivo de devolução e um direito de recuperar o ativo a ser devolvido são reconhecidos. Uma provisão para devoluções esperadas é reconhecida quando material.
Revenda	As faturas são emitidas de acordo com os termos contratuais e geralmente são pagas em 30 dias. O cliente obtém controle da mercadoria quando os produtos são entregues nas dependências do cliente. Nos casos de revendas ao mercado externo, o cliente obtém controle da mercadoria no embarque	O valor da receita reconhecida é ajustado para as devoluções eventualmente ocorridas. Nessas circunstâncias, um passivo de devolução e um direito de recuperar o ativo a ser devolvido são reconhecidos. Uma provisão para devoluções esperadas é reconhecida quando material.

As receitas oriundas de vendas para a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobrás representaram aproximadamente 65% das receitas consolidadas em 2019, 60% em 2018 e 58% em 2017. Não existem outros clientes da Companhia cujas vendas representem acima de 10% das vendas de forma individual.

30 Outras receitas e outras despesas

a. Outras receitas

	Controladora			Consolidado		
	2019	**2018**	**2017**	**2019**	**2018**	**2017**
Locações de imóveis	621	1.224	1.099	621	1.224	1.099
Ganho líquido na venda de ativo imobilizado	276	201	11.329	334	226	11.409
Receita com venda de sucatas	58	50	132	92	116	133
Recebimentos de indenizações judiciais	-	-	15	-	-	15
Subvenção para investimentos	-	-	-	-	-	250
Precatórios federais	22.965	-	-	22.966	-	-
Indenizações auferidas com sinistro	-	61	-	57	204	-
Total de outras receitas operacionais	**23.920**	**1.536**	**12.575**	**24.070**	**1.774**	**12.906**

b. Outras despesas

	Controladora			Consolidado		
	2019	**2018**	**2017**	**2019**	**2018**	**2017**
Desembolsos com indenizações judiciais	(19)	-	-	(19)	-	-
Despesas relacionadas com sinistro	(60)	-	(289)	(61)	-	(289)
Total de outras despesas operacionais	**(79)**	**-**	**(289)**	**(80)**	**-**	**(289)**

	Controladora			Consolidado		
	2019	**2018**	**2017**	**2019**	**2018**	**2017**
Outras receitas	23.920	1.536	12.575	24.070	1.774	12.906
(-) Outras despesas	(79)	-	(289)	(80)	-	(289)
(=) Outras receitas operacionais	**23.841**	**1.536**	**12.286**	**23.990**	**1.774**	**12.618**

c. Despesas por natureza

	Controladora			Consolidado		
	2019	**2018**	**2017**	**2019**	**2018**	**2017**
Despesas com pessoal	52.760	49.971	47.803	75.959	70.968	67.414
Contratação de prestadores de serviços	12.555	15.992	19.885	17.325	18.775	24.417
Custos com atividade rural	2.207	1.858	1.844	1.561	1.323	1.895
Custos dos produtos vendidos	1.427.159	1.482.515	1.186.538	2.265.559	2.104.531	1.678.371
Manutenções e reparos de bens tangíveis	19.965	16.965	13.337	27.342	23.703	17.669
Consumo de materiais e ferramentas	1.054	1.003	787	1.918	1.598	1.235
Despesas com informática - hardware e software	406	346	341	425	357	347
Aquisição de bens tangíveis	177	117	112	274	170	204
Depreciação e amortização	11.239	10.050	10.980	16.267	13.907	14.529
Taxas e impostos	4.387	2.475	2.546	10.980	7.533	6.341
Indenizações judiciais	398	424	659	441	460	664
Despesas legais	215	215	321	280	287	357
Aluguéis e arrendamentos	3.040	2.629	2.614	3.255	2.762	2.659
Consumos de energias elétrica, água, térmica	11.702	10.427	9.657	17.821	16.215	14.423
Seguros	1.434	1.708	1.688	1.836	2.123	2.088
Fretes	18.969	20.260	16.482	28.456	24.342	19.500
Juros	13	-	-	14	9	-
Telefone e internet	635	636	598	739	750	714
Publicações, publicidades, feiras e exposições	80	110	105	110	113	105
Brindes e donativos	28	15	601	50	35	612
Custos com proteção ambiental e meio ambiente	22	17	17	35	18	17
Viagens e deslocamentos	1.234	1.045	812	3.052	3.236	2.268
Perdas na realização do contas a receber	1.560	8.265	-	1.560	8.265	-
Demais despesas operacionais	198	219	230	558	330	310
Provisões para contingências	3.387	806	916	3.402	2.473	973
Total de custos e despesas	**1.574.824**	**1.628.068**	**1.318.873**	**2.479.219**	**2.304.283**	**1.857.112**

	Controladora			Consolidado		
	2019	**2018**	**2017**	**2019**	**2018**	**2017**
Custo dos produtos vendidos	(1.492.929)	(1.545.149)	(1.246.638)	(2.367.664)	(2.199.501)	(1.766.898)
Despesas administrativas	(26.185)	(19.756)	(24.664)	(39.540)	(32.018)	(35.103)
Despesas com vendas	(55.710)	(63.163)	(47.571)	(72.015)	(72.764)	(55.111)
Total de custos e despesas	**(1.574.824)**	**(1.628.068)**	**(1.318.873)**	**(2.479.219)**	**(2.304.283)**	**(1.857.112)**

31 Receitas financeiras e despesas financeiras

Ver políticas contábeis nas notas explicativas 9(f). O efeito da aplicação inicial do CPC 06(R2)/IFRS 16 está descrito na Nota explicativa 6.

	Controladora			Consolidado		
	2019	**2018**	**2017**	**2019**	**2018**	**2017**
Juros auferidos	730	778	4.693	1.045	988	4.986
Receitas de aplicações financeiras	10.259	5.986	5.563	14.481	8.084	6.914
Resultado das operações de forward e swap	7.342	2.786	500	7.342	2.786	500
Ajuste a valor presente	11.597	10.811	-	11.597	10.811	-
Outras receitas financeiras	8.851	9.130	1.913	28.782	12.034	4.991
Bonificações recebidas	5.391	4.218	1.571	5.449	4.218	1.571
Total das Receitas financeiras	**44.170**	**33.709**	**14.240**	**68.696**	**38.921**	**17.391**

	Controladora			Consolidado		
	2019	**2018**	**2017**	**2019**	**2018**	**2017**
Despesas s/empréstimos e financiamentos	(45.523)	(50.330)	(45.539)	(46.252)	(51.072)	(47.324)
Resultado das operações de forward e swap	(4.260)	(10.312)	(4.920)	(4.260)	(10.312)	(4.920)
Despesas s/ financiamento de imobilizado	(2.315)	(1.614)	(1.714)	(3.150)	(2.080)	(2.011)
Ajuste a valor presente	-	-	(22.408)	-	-	(22.408)
Outras despesas financeiras	(6.890)	(1.650)	(2.092)	(7.113)	(2.053)	(2.174)
Total das Despesas financeiras	**(58.988)**	**(63.906)**	**(76.673)**	**(60.775)**	**(65.517)**	**(78.837)**

Variações cambiais

	Controladora			Consolidado		
	2.019	**2.018**	**2.017**	**2.019**	**2.018**	**2.017**
(+) Variação cambial (caixa)	(21.127)	(13.274)	21.565	(21.090)	(12.717)	22.117
(-) Variação cambial (competência)	18.935	(22.492)	(18.389)	18.890	(23.009)	(18.497)
(=) Variação Cambial	**(2.192)**	**(35.766)**	**3.176**	**(2.200)**	**(35.726)**	**3.620**

32 Lucro líquido por ação

Lucro básico por ação

O cálculo do lucro básico é diluído por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações em circulação.

	2019	2018	2017
Resultado do exercício	205.838	174.318	52.326
Média ponderada das ações em crculação	18.858.244	18.858.244	18.858.244
Lucro líquido por ação – em Reais	**10,91**	**9,24**	**2,77**

33 Partes relacionadas

a. Controladora e controladora final

Os saldos com partes relacionadas referem-se exclusivamente aos saldos a receber referentes a mútuos entre a Companhia e a Enerplan Participações S.A a qual que foi vendida ao Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura Origem, cujo montante foi integralmente realizado em 2019. Não resultam de transações que envolvam atividade operacional da companhia, bem como todos os valores são recuperáveis e não representam risco de perda para a companhia.

	Controladora			Consolidado		
	2019	2018	2017	2019	2018	2017
Ativo	**129.156**	**161.549**	**138.130**	**129.156**	**161.549**	**138.130**
Créditos por venda de investimentos	**129.988**	**163.191**	**152.380**	**129.988**	**163.191**	**152.380**
FIP em Infraestrutura Origem (a)	129.988	163.191	152.380	129.988	163.191	152.380
Partes relacionadas	**220**	**54.756**	**51.570**	**160**	**54.718**	**51.535**
Oleoplan Nordeste Ltda.(b)	220	198	195	-	-	-
Diretores e acionistas (c)	-	3.183	-	160	3.343	160
Enerplan Part. S/A (d)	-	51.375	51.375	-	51.375	51.375
Passivo	**(832)**	**(1.642)**	**(14.250)**	**(832)**	**(1.642)**	**(14.250)**
Fornecedores	**(116)**	**(108)**	**(107)**	**(116)**	**(108)**	**(107)**
Transerra Transp. Nordeste Ltda.	(116)	(108)	(107)	(116)	(108)	(107)
Partes relacionadas	**(716)**	**(1.534)**	**(14.143)**	**(716)**	**(1.534)**	**(14.143)**
Diretores e acionistas (c)	(716)	(1.534)	(14.143)	(716)	(1.534)	(14.143)
Líquido a receber (a pagar)	**129.376**	**227.902**	**212.108**	**129.306**	**227.864**	**212.073**

(a) Vide nota 15.

(b) Despesas administrativas (compartilhadas) pagas pela Companhia repassadas para as demais empresas do grupo. As despesas são rateadas com base em 20% da composição das despesas corporativas para a controlada Oleoplan Nordeste.

(c) Antecipações de dividendos e distribuições de lucros.

(d) Adiantamentos cedidos para a então controlada Enerplan, que foi realizado através de alienação para o FIP Origem.

A Companhia assinou como interveniente fiadora perante ao BNDES e BADESUL os contratos de financiamentos de ativos relativo as empresas Enerplan Energia Eolica IV S/A no valor contratado de R$ 42.370 , pela empresa Enerplan Energia Eolica III S/A no valor contratado R$ 65.747 e pela empresa Força dos ventos S/A no valor contratado de R$ 32.300, as quais são pertencentes aos mesmos acionistas controladores.

A Companhia assinou como avalista perante ao Itau BBA os contratos de Finames relativo a empresa Palmaplan Agroindustrial no valor contratado de R$ 31.618, a qual é pertencente aos mesmos acionistas controladores.

A Companhia assinou como garantidora perante ao seguradora Junto Seguros relativo ao fiel cumprimento de Leilão da ANEEL cujo beneficiário é a Palmaplan Energia SPE , no montante de R$ 3.518 , a qual é pertencente aos mesmos acionistas controladores.

A Companhia realizou empréstimo perante o Itaú e Rabobank no montante de R$ 200.000 , cujo as garantias dadas foram o aval da Palmaplan Agroindustrial e as cotas do Fundo de Investimento em Participações Origem, as quais são pertencentes aos mesmos acionistas/cotistas controladores.

Não há transações comerciais entre as empresas da Companhia. Entretanto existem despesas administrativas pagas pela Companhia repassadas para as demais empresas da Companhia através de nota de débito.

	Controladora			Consolidado		
	2019	**2018**	**2017**	**2019**	**2018**	**2017**
Resultado						
Transerra Transp. Serra Nordeste Ltda.						
Aluguéis de veículos	1.391	1.293	1.286	1.391	1.293	1.286
Oleoplan Nordeste Ltda.						
Despesas compartilhadas	2.626	2.450	2.314	-	-	-
Total	**4.017**	**3.743**	**3.600**	**1.391**	**1.293**	**1.286**

Nos exercícios de 2019, 2018 e 2017 não foi registrado nenhuma provisão para crédito de liquidação duvidosa, e nenhuma despesa decorrente de perda de dívidas incobráveis relacionada aos saldos de operações com partes relacionadas em aberto.

b. Remuneração da Administração

A Companhia não possui transações com o pessoal chave da administração que não aquelas do fluxo normal de suas operações.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram pagos honorários dos administradores no montante de R$ 5.754 (R$ 5.304 em 2018 e R$ 4.185 em 2017). Os honorários dos administradores podem ser pagos pela Companhia ou por outras empresas do grupo.

34 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2019, os ativos e responsabilidades de valores e riscos relevantes estão cobertos por seguro conforme demonstramos no quadro a seguir:

		LMGA	
Cobertura	**Vencimento**	**Controladora**	**Consolidado**
Patrimônio*	De 10/2020 a 09/2021	143.310	143.310
Seguro Garantia	De 01/2020 a 08/2020	48.007	48.007
Responsabilidade Civil	De 02/2020 a 12/2020	128.171	151.594
LMGA - Limite Máximo de Garantia da Apólice		**319.488**	**342.911**

*Os veículos leves estão segurados por 100% do preço da tabela fipe e não estão somados aos valores do LMGA.

35 Eventos subsequentes

a. Cisão Parcial

Através de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 02 de agosto de 2020 foi aprovada a cisão parcial do patrimônio líquido da Companhia com versão para outras sociedades do acervo líquido contábil no montante de R$ 208.877, mediante utilização de R$114.361 da reserva de lucros acumulados e redução de capital de R$94.516 sem cancelamento de ações existentes.

Desta forma, o capital social de R$ 174.038 (cento e setenta e quatro milhões, trinta e sete mil reais), foi reduzido para R$ 79.522 (setenta e nove milhões, quinhentos e vinte e dois mil reais), mediante a redução do valor patrimonial de cada ação ordinária nominativa da Companhia e sem o cancelamento de ações, uma vez que as ações da Companhia não têm valor nominal. Dessa forma, o número total de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal unitário, permaneceu o mesmo, qual seja 18.858.244 (dezoito milhões, oitocentas e cinquenta e oito mil, duzentas e quarenta e quatro).

O acervo líquido vertido de R$208.877 está composto conforme segue

Conta contábil	**R$**	**Empresa Cindida**
Imobilizado - Veículos	422	IMGC Adm. de Participações Ltda.
Imobilizado - Imóveis	20.794	IMGC Adm. de Participações Ltda.
Contas a receber - Cessão de créditos	25.298	IMGC Adm. de Participações Ltda.
Imobilizado - Sedes de filiais	58.593	Plano Investimento Imobiliário Ltda.
Imobilizado - Filial de Canoas – RS	1.300	Termican Participações Ltda.
Investimentos - Palmaplan Ltda.	101.973	IMGC Adm. de Participações Ltda.
Imobilizado - Aeronave	497	IMGC Adm. de Participações Ltda.
Total	**208.876**	

Após a conclusão do processo de cisão, a Companhia formalizou contratos de arrendamento para os imóveis e sedes filiais descritos acima. Esses arrendamentos normalmente duram dez anos, com opção de renovação do arrendamento após este período. Os pagamentos de arrendamento são reajustados a cada cinco anos, para refletir os valores de mercado. Alguns arrendamentos proporcionam pagamentos adicionais de aluguel, que são baseados em alterações do índice geral de preços. Para certos arrendamentos, a Companhia é impedida de entrar em qualquer contrato de sub-arrendamento.

Conforme requerido pelo CPC 06 / IFRS 16.99, a Companhia avaliou os requisitos para determinar se a operação de cisão se qualifica como uma obrigação de performance satisfeita com base no CPC 47 / IFR15, para determinar se a transferência do ativo deve ser contabilizada como venda desse ativo. No entendimento da Companhia essa transação não se enquadra no conceito de uma venda pelos seguintes motivos:

- Não existe contraprestação pela transferência dos ativos. Portanto a Companhia não existem termos de pagamento ou direitos a serem recebidos em troca desses ativos. Não existe um contrato de venda, por exemplo, e sim uma ata de cisão em que, basicamente, os ativos são cindidos para outras partes relacionadas em contrapartida a uma redução no patrimônio líquido da Companhia. Portanto, não atende aos critérios do CPC 47 / IFRS 15.9;

- A transação foi realizada entre partes relacionadas que possuem controle comum em último nível, ou seja, pertencentes ao mesmo grupo econômico. Portanto, a Companhia adotou a política contábil de reconhecer essa transação pelos valores contábeis históricos (e não pelo valor justo); e

- A cisão não se enquadra como uma transação usual no curso das operações de venda da Companhia. Portanto, não se qualifica como uma receita operacional dentro do escopo do CPC 47 / IFRS 15.

Com base no exposto, a operação de cisão e posterior arrendamento dos imóveis e sedes filiais não fica caracterizada como uma venda e retroarrendamento (*sale and leaseback*) nos termos do CPC 06 / IFRS 16.

Em 30 de setembro de 2020 os impactos decorrentes das transações de arrendamento foram os seguintes:

No ativo

	Controladora	**Consolidado**
Em 1 de janeiro de 2020	-	-
Adições a ativos de direito de uso	53.177	53.177
Em 30 de setembro de 2020	**53.177**	**53.177**

No passivo

Circulante

Arrendamentos mercantil a pagar	12.623	12.623
Ajuste ao valor presente	(714)	(714)
	11.909	**11.909**

Não circulante

Arrendamentos mercantil a pagar	50.496	50.496
Ajuste ao valor presente	(9.229)	(9.229)
	41.267	**41.267**

b. Aumento de capital

Através de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de setembro de 2020 foi aprovado o aprovado aumento do capital social da Sociedade em R$1.000 (um milhão de reais), mediante a emissão de 237.143 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal unitário. Desta forma, o capital social passou de R$ 79.522 (setenta e nove milhões, quinhentos e vinte e dois mil reais), dividido em 18.858.244 (dezoito milhões, oitocentas e cinquenta e oito mil, duzentas e quarenta e quatro) para R$ 80.522 (oitenta milhões, quinhentos e vinte e dois mil reais), correspondentes a 19.095.387 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal unitário.

O referido aumento de capital foi totalmente subscrito e integralizado na referida data por meio da conferência à Companhia de quotas representativas da integralidade do capital social da empresa Origem Participações Ltda., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Porto Alegre - RS.

A empresa Origem Participações Ltda. é uma holding operacional e foi constituída em janeiro de 2020, e possui a seguinte situação patrimonial:

	R$
Total de ativos	38.067
Total de passivos	31.393
Patrimônio líquido	6.674

c. Impactos do Covid-19

Em razão da pandemia mundial declarada pela Organização Mundial de Saúde ("OMS"), relacionada ao novo Coronavírus ("Covid-19") que vem afetando o Brasil durante o ano de 2020 e diversos países no mundo, trazendo riscos à saúde pública e impactos na economia mundial, a Companhia tomou todas medidas preventivas e de mitigação dos riscos em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais, visando minimizar eventuais impactos no que se refere à saúde e segurança dos colaboradores, familiares, parceiros e

comunidades, e à continuidade das operações e dos negócios. Destacamos a seguir as principais análises e ações da Companhia sobre os impactos do Covid-19:

Efeitos econômicos do Covid-19
A Covid-19 não causou efeitos econômicos relevantes para a Companhia observado até o período findo em 30 de setembro de 2020. A Administração não identificou, até a data de aprovação das presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a existência de *impairment* ou outros efeitos materiais negativos, uma vez que todos os ativos existentes seguiram operando em condições consideradas normais, não impactando de forma material a performance da Companhia e suas controladas. A Companhia não identificou queda nas vendas durante o período findo em 30 de setembro de 2020, comparado ao mesmo período do ano anterior. Como medida preventiva, a Companhia se utilizou de linhas de crédito disponíveis para reforço de caixa em caso de ocorrência de algum efeito adverso.

A Companhia seguirá acompanhando os efeitos da pandemia nos próximos meses e registrará os ajustes necessários nas informações financeiras intermediárias ou demonstrações financeiras anuais individuais e consolidadas quando e se ocorrerem e venham a produzir efeitos materiais.

Adoção das medidas provisórias e portarias emitidas
A Administração da Companhia avaliou as medidas provisórias e as portarias emitidas e decidiu por não adotar as medidas de postergação de pagamento de tributos federais aprovados na portaria nº 139/2020.

O plano de ação da Companhia visa contribuir para a diminuição da curva de crescimento do COVID-19 no Brasil, com o objetivo de evitar o colapso no sistema de saúde e poder dar atendimento eficaz nos casos mais graves. Com isso, criou-se um Comitê composto pela Diretoria e setores de Recursos Humanos/Departamento Pessoal e Jurídico para avaliar e deliberar sobre medidas a serem adotados pela Companhia em razão da pandemia.

Entre outras iniciativas tomadas pela Companhia, podemos destacar:

- Distribuição de máscaras para todos os colaboradores;
- Higienização frequente de superfícies de toque;
- Colaboradores da Companhia, considerados como grupo de risco, foram afastados das atividades ou, quando possível, mantêm suas atividades laborais de forma isolada e com monitoramento regular;
- Colaboradores dos setores administrativos, quando possível, estão trabalhando de forma remota (*home office*);
- Busca ativa de colaboradores e terceiros com sintomas, orientando-os para a busca de atendimento médico;
- Orientação através dos técnicos de segurança dos procedimentos de prevenção, bem como fixação de cartazes em locais estratégicos e de fácil visualização a fim de instruir a todos a respeito do novo coronavírus;
- Disponibilização de álcool gel;
- Procedimentos que mitigam aglomerações nos refeitórios.

d. Aquisição

A Companhia assinou em 30 de setembro 2020 memorando de entendimentos vinculante , para a aquisição de 20% do capital da Fasa América Latina Participações S.A. pelo valor de R$ 465.000. A efetivação da operação ainda está sujeita a uma série de condições precedentes, incluindo a aprovação pelo CADE.

e. Encerramento de atividades

A Companhia está em processo de encerramento das atividades da sua controlada indireta. Barcarena Indústria de Biocombustível Ltda., a qual está em fase pré-operacional, devendo concluir o processo de encerramento e baixa até 31 de dezembro de 2020.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO I – FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM 480

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Índice

1. Responsáveis Pelo Formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis 1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente 2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores 3
1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores 4

2. Auditores Independentes

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores 5
2.3 - Outras Informações Relevantes 6

3. Informações Financ. Selecionadas

3.1 - Informações Financeiras 7
3.2 - Medições Não Contábeis 8
3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras 16
3.4 - Política de Destinação Dos Resultados 17
3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido 19
3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas 20
3.7 - Nível de Endividamento 21
3.8 - Obrigações 22
3.9 - Outras Informações Relevantes 23

4. Fatores de Risco

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco 24
4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado 53
4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes 55
4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores 68
4.5 - Processos Sigilosos Relevantes 69
4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto 70
4.7 - Outras Contingências Relevantes 73

Índice

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados 74

5. Gerenciamento de Riscos E Controles Internos

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos 75

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado 80

5.3 - Descrição Dos Controles Internos 82

5.4 - Programa de Integridade 86

5.5 - Alterações significativas 88

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos 89

6. Histórico do Emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm 90

6.3 - Breve Histórico 91

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial 93

6.6 - Outras Informações Relevantes 94

7. Atividades do Emissor

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas 95

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista 108

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais 109

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais 110

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total 130

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades 131

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior 141

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades 143

7.8 - Políticas Socioambientais 144

7.9 - Outras Informações Relevantes 146

8. Negócios Extraordinários

8.1 - Negócios Extraordinários 147

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor 148

Índice

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais 149

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord. 150

9. Ativos Relevantes

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros 151

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados 152

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis 153

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades 157

9.2 - Outras Informações Relevantes 158

10. Comentários Dos Diretores

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais 159

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro 211

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras 217

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor 219

10.5 - Políticas Contábeis Críticas 220

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras 221

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras 222

10.8 - Plano de Negócios 223

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante 225

11. Projeções

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas 227

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas 228

12. Assembléia E Administração

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa 229

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais 236

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração 241

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem 243

Índice

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal 244

12.7/8 - Composição Dos Comitês 248

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores 250

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros 251

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores 252

12.12 - Outras informações relevantes 253

13. Remuneração Dos Administradores

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária 254

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal 260

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal 264

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária 266

13.5 - Remuneração Baseada em Ações 267

13.6 - Opções em Aberto 268

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues 269

13.8 - Precificação Das Ações/opções 270

13.9 - Participações Detidas Por Órgão 271

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários 272

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal 273

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria 274

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores 275

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam 276

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor 277

13.16 - Outras Informações Relevantes 278

14. Recursos Humanos

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos 279

Índice

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos 280

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados 281

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos 282

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos 283

15. Controle E Grupo Econômico

15.1 / 15.2 - Posição Acionária 284

15.3 - Distribuição de Capital 286

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico 287

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte 288

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor 289

15.7 - Principais Operações Societárias 290

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico 291

16. Transações Partes Relacionadas

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas 292

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas 293

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado 300

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas 303

17. Capital Social

17.1 - Informações Sobre O Capital Social 304

17.2 - Aumentos do Capital Social 305

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações 306

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social 307

17.5 - Outras Informações Relevantes 308

18. Valores Mobiliários

18.1 - Direitos Das Ações 309

Índice

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública 310

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto 311

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados 312

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil 313

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários 314

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação 315

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros 316

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior 317

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição 318

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas 319

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição 320

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários 321

19. Planos de Recompra/tesouraria

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor 322

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria 323

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria 324

20. Política de Negociação

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários 325

20.2 - Outras Informações Relevantes 327

21. Política de Divulgação

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações 328

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas 329

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações 330

21.4 - Outras Informações Relevantes 331

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Marcos Merlin Boff**
Cargo do responsável	Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Angelo Tedesco Muratore**
Cargo do responsável	Diretor Presidente/Relações com Investidores

1.1 – Declaração do Diretor Presidente

1.1 Declaração do Diretor Presidente

Eu, Marcos Merlin Boff, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade nº 403.477.1037-3 SJS/RS, inscrito no CPF/ME sob o nº 946.447.560/91,com endereço comercial na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Dom Pedro II, nº 723, Bairro Higienópolis, CEP: 90.550-142, na qualidade de Diretor Presidente da **Oleoplan S.A. Óleos Vegetais Planalto**, sociedade anônima, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Dom Pedro II, nº 723, Bairro Higienópolis, CEP: 90.550-142, inscrita no CNPJ/ME sob nº 88.676.127/0001-76 ("Oleoplan" ou "Companhia") declaro que: (i) revi todas as informações contidas no Formulário de Referência; (ii) todas as informações contidas no Formulário de Referência atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19; e (iii) o conjunto das informações contidas no Formulário de Referência é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

Marcos Merlin Boff
Diretor Presidente

2

1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores

1.2 Declaração do Diretor de Relações com Investidores

Eu, Angelo Tedesco Muratore, brasileiro, solteiro, engenheiro de produção, portador da cédula de identidade nº 107.351.875-3 SJS/RS, inscrito no CPF/ME sob o nº 816.911.650/34, com endereço comercial na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Dom Pedro II, nº 723, Bairro Higienópolis, CEP: 90.550-142, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da **Oleoplan S.A. Óleos Vegetais Planalto**, sociedade anônima, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Dom Pedro II, nº 723, Bairro Higienópolis, CEP: 90.550-142, inscrita no CNPJ/ME sob nº 88.676.127/0001-76 ("Oleoplan" ou "Companhia") declaro que: (i) revi todas as informações contidas no Formulário de Referência; (ii) todas as informações contidas no Formulário de Referência atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19; e (iii) o conjunto das informações contidas no Formulário de Referência é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

Angelo Tedesco Muratore
Diretor de Relações com Investidores

1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores

1.3. DECLARAÇÃO DO DIRETOR PRESIDENTE/RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Não aplicável. Declarações do Diretor Presidente e do Diretor de Relações com Investidores já se encontram descritas nos itens 1.1. e 1.2 acima.

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	418-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	KPMG AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CPF/CNPJ	57.755.217/0001-29
Data Início	17/08/2020
Descrição do serviço contratado	Os serviços prestados pelos auditores independentes foram: (i) auditoria das demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro - International Financial Reporting Standards - IFRS, referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro 2019; (ii) revisão das informações trimestrais correspondentes aos períodos de três, seis e nove meses findos em 31 de março de 2020 e 30 de junho de 2020 e 30 de setembro de 2020, preparadas de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e a norma IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB).
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, não houve remuneração paga aos auditores independentes.
Justificativa da substituição	Não aplicável.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável.

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Cristiano Jardim Seguecio	21/09/2020	929.772.190-72	Av. Carlos Gomes, 258, 6º andar, Petrópolis, Porto Alegre, RS, Brasil, CEP 90480-000, Telefone (51) 33270303, e-mail: cseguecio@kpmg.com.br

2.3 - Outras Informações Relevantes

2.3 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes que não estejam descritas neste Formulário de Referência.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Últ. Inf. Contábil (30/09/2020)	Exercício social (31/12/2019)	Exercício social (31/12/2018)	Exercício social (31/12/2017)
Patrimônio Líquido	359.741.524,43	618.807.514,75	518.579.917,08	366.603.548,34
Ativo Total	2.012.665.755,31	1.804.182.074,04	1.565.564.445,12	1.208.732.186,64
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	2.682.292.266,38	2.661.870.834,35	2.548.150.251,16	1.960.760.718,48
Resultado Bruto	383.686.235,81	294.207.225,90	348.649.741,58	193.861.777,87
Resultado Líquido	229.155.246,62	205.828.598,88	174.312.084,10	52.318.247,95
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	19.095.387	18.858.244	18.858.244	18.858.244
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	18,839185	32,813634	27,498844	19,439962
Resultado Básico por Ação	12,000555	10,914516	9,243283	2,774291
Resultado Diluído por Ação	12,00	10,91	9,24	2,77

3.2 - Medições Não Contábeis

3.2 – Medições não contábeis

(a) Informar o valor das medições não contábeis

Seguem abaixo as definições das medições não contábeis utilizadas pela Companhia:

EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustado

O "EBITDA" (*earnings before interest, tax, depreciation and amortization*), sigla em inglês para denominar o "LAJIDA" (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização), medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 527, de 4 de outubro de 2012, que consiste no lucro líquido adicionado ao resultado financeiro líquido, às despesas de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos sobre o lucro e aos custos e despesas de depreciação e amortização. A Margem EBITDA corresponde ao EBITDA dividido pela receita líquida de vendas consolidada da Companhia.

O "EBITDA Ajustado" representa uma medição não contábil elaborada pela Companhia que corresponde ao EBITDA ajustado pela variação cambial efeito caixa (impacto de ganhos ou perdas financeiras efetivas ocorridas no período) e acrescido das receitas líquidas de despesas advindas dos Créditos de Descarbonização (CBIOs), as quais são alocadas em outras receitas financeiras e outras despesas financeiras, apesar da Companhia identificá-las como resultado operacional. Para mais informações sobre o RenovaBio, vide item 7.5 deste Formulário de Referência.

Adicionalmente, a Margem EBITDA Ajustada é calculada pela divisão entre o EBITDA Ajustado e a receita líquida de vendas.

O EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustado não são medidas contábeis reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ("**BR GAAP**") nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido, como indicadores do desempenho operacional, como substitutos do fluxo de caixa, como indicadores de liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. Além disso, essas medidas não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

Seguem abaixo os valores do EBITDA, do EBITDA Ajustado, da Margem EBITDA e da Margem EBITDA Ajustado da Companhia para períodos indicados:

	Período de doze meses findo em	Período de nove meses findo em 30 de setembro		Exercício social findo em 31 de dezembro de		
Medições não contábeis (*em milhares de R$, exceto %*)	**2020**	**2020**	**2019**	**2019**	**2018**	**2017**
EBITDA	376.453	309.922	156.378	222.909	259.549	130.796
Margem EBITDA	10,8%	11,6%	8,4%	8,4%	10,2%	6,7%
EBITDA Ajustado	376.312	313.075	138.581	201.819	246.833	152.912
Margem EBITDA Ajustado	10,8%	11,7%	7,5%	7,6%	9,7%	7,8%

3.2 - Medições Não Contábeis

Lucro Líquido Ajustado

O Lucro Líquido Ajustado é uma medida não contábil utilizada pela administração da Companhia que é calculada por meio do lucro líquido da Companhia adicionado do ajuste a valor presente ("AVP") da conta credora dos recebíveis referentes a venda da Enerplan Part S.A. para o FIP em Infraestrutura Origem, para atendimento do CPC 48/IFRS 9. O AVP teve impacto positivo de R$22,408 milhões em 2017, e um impacto negativo de R$10,811 e R$11,597 em 2018 e 2019, respectivamente. O impacto somatório total nestes três anos, tanto contábil, quanto em caixa, é nulo. Sendo assim, a neutralização do AVP tem intuito de expurgar do resultado um item não caixa e de um negócio não operacional da empresa emissora.

Além disso, O Lucro Líquido Ajustado não é medida contábil reconhecida pela BR GAAP nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido, como indicadores do desempenho operacional, como substitutos do fluxo de caixa, como indicador de liquidez ou como base para a distribuição de dividendos.

Ademais, o Lucro Líquido Ajustado não possui significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. Outras empresas podem calcular o Lucro Líquido Ajustado de maneira diferente da Companhia.

Seguem abaixo os valores do Lucro Líquido Ajustado para os períodos indicados:

(Em milhares de reais)	Período de 12 meses findo em 30/09/2020[1]	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Lucro Líquido Ajustado	308.857	194.232	163.501	74.726

[1] Para o cálculo do Lucro Líquido referente ao período de 12 meses findo em 30 de setembro de 2020, foi realizada o somatório do lucro líquido do período de nove meses acumulado até 30 de setembro de 2020 adicionando-se a diferença entre o lucro líquido total do período de 2019 e o do período de nove meses acumulado até 30 de setembro de 2019. Ou seja, acrescido do lucro líquido dos nove meses findo em 30/09/2020 de R$ 229.155 (+) Lucro Líquido do exercício de 2019 de R$ 205.829 (-) Lucro Líquido dos nove meses findo em 30/09/2019 de R$ 123.228 (=) R$ 311.756. Para o Ajuste a Valor Presente, foi considerado o somatório do ajuste a valor presente do período de nove meses acumulado até 30 de setembro de 2020 e de um quarto do Ajuste a Valor Presente do ano de 2019, já que para o período de 12 meses findo em 30/09/2020 há três meses do ano de 2019, referentes a outubro de 2019 até dezembro de 2019 inclusive.

***Return on Equity* (ROE)**

O ROE é calculado pela divisão do Lucro Líquido Ajustado pela média do patrimônio líquido da Companhia, correspondente à soma do patrimônio líquido no fim do período corrente e no fim do período anterior, dividido por dois. O ROE (*Return on Equity*) não é uma medida contábil reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular o ROE de maneira diferente da Companhia.

Seguem abaixo os percentuais do ROE para os exercícios sociais findo em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, bem como para o período de doze meses findo em 30 de setembro de 2020:

(*em %*)	Período de doze meses findo em 30 de setembro de	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018	2017
ROE	63,1%	34,2%	36,9%	20,9%

3.2 - Medições Não Contábeis

***Return on Invested Capital* (ROIC)**

O ROIC (*Return on Invested Capital*) é uma medida não contábil divulgada pela Companhia e é calculada pela divisão do lucro operacional após de impostos (*Net Operating Profit After Taxes*) ("**NOPAT**") pela média do capital investido dos últimos dois exercícios sociais ("**Capital Investido**"). O NOPAT é o resultado antes das receitas (despesas) financeiras dos últimos doze meses, líquido de efeito de IRPJ/CSLL calculado pela alíquota efetiva da Companhia, e pelo ajuste a valor presente da conta credora dos recebíveis referentes à venda da Enerplan Part S.A. para o FIP de Infraestrutura Origem, para atendimento do CPC 48/IFRS 9 e acrescido das receitas líquidas de despesas advindas dos CBIOs. O Capital Investido é a soma dos Empréstimos e financiamentos da Companhia, do Patrimônio Líquido menos o Caixa e Equivalentes de Caixa e menos o saldo dos créditos em aberto com a Enerplan Part S.A. e com o FIP de Infraestrutura Origem.

Seguem abaixo os percentuais do ROIC para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, bem como para o período de doze meses findo em 30 de setembro de 2020:

(em %)	Período de doze meses findo em 30 de setembro de	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018	2017
ROIC	32,0%	21,5%	36,3%	30,4%

Dívida líquida

A Dívida Líquida é calculada pela soma dos empréstimos e financiamentos do passivo circulante e dos empréstimos e financiamentos do passivo não circulante da Companhia (Dívida Bruta), subtraídos do caixa e equivalentes de caixa da Companhia.

A Dívida Líquida não é uma medida de endividamento em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pela IFRS. No entanto, a Companhia utiliza a Dívida Líquida como medida de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares.

(Em milhares de reais)	30/09/2020	2019	2018	2017
Dívida Líquida	885.112	398.899	376.906	311.148

Dívida Líquida Operacional

A Dívida Líquida Operacional é calculada pela soma dos Empréstimos e financiamentos do passivo circulante, dos empréstimos e financiamentos do passivo não circulante, dos Fornecedores, dos Outros passivos circulantes menos o saldo de caixa e equivalentes de caixa, de estoques, de contas a receber clientes e de adiantamentos a fornecedores.

(Em milhares de reais)	30/09/2020	2019	2018	2017
Dívida Líquida Operacional	**113.004**	**113.620**	**154.117**	**186.609**

3.2 - Medições Não Contábeis

(b) conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas e informações contábeis intermediárias consolidadas revisadas

Reconciliação do lucro líquido para o EBITDA e EBITDA Ajustado

A tabela abaixo apresenta a reconciliação do lucro líquido para o EBITDA e EBITDA Ajustado para os períodos indicados:

(R$ mil)	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	Variação 31/12/2019 x 31/12/2018	Variação 31/12/2018 x 31/12/2017
(a): Lucro Líquido	205.829	174.312	52.318	31.517	121.994
(b): Imposto de renda e contribuição social - correntes	12.893	11.267	16.105	1.626	-4.838
(c): Imposto de renda e contribuição social - diferidos	-6.358	-2.258	-9.984	-4.100	7.726
(d): Despesas financeiras líquidas	-5.722	62.321	57.827	-68.043	4.494
(e): Depreciação e amortização	16.267	13.907	14.530	2.360	-623
(f)=(a+b+c+d+e): EBITDA	**222.909**	**259.549**	**130.796**	**-36.640**	**128.753**
(g): Receita líquida de vendas	2.661.871	2.548.151	1.960.760	113.720	587.391
(f/g): Margem EBITDA (%)	8,4%	10,2%	6,7%	-	-
(h): Variação cambial efeito caixa	-21.090	-12.716	22.116	-8.374	-34.832
(i): CBIOs	0	0	0	0	0
(j) = (f+h+i):EBITDA Ajustado	**201.819**	**246.833**	**152.912**	**-45.014**	**93.921**
(j/g): Margem EBITDA Ajustado (%)	7,6%	9,7%	7,8%	-	-

(*em milhares de R$, exceto %*)	Período de doze meses findo em 30 de setembro de 2020	30/09/2020	30/09/2019	Variação 30/09/2019 x 30/09/2020
(a): Lucro Líquido	311.756	229.155	123.228	105.927
(b): Imposto de renda e contribuição social - correntes	42.520	33.494	3.867	29.627
(c): Imposto de renda e contribuição social - diferidos	-19.640	-21.121	-7.839	-13.282
(d): Despesas financeiras líquidas	34.732	56.642	16.188	40.454
(e): Depreciação e amortização	7.085	11.752	20.934	-9.182
(f)=(a+b+c+d+e): EBITDA	**376.453**	**309.922**	**156.378**	153.544
(g): Receita líquida de vendas	3.485.737	2.682.292	1.858.426	823.866
(f/g): Margem EBITDA (%)	10,8%	11,6%	8,4%	-
(h): Variação cambial efeito caixa	-7.696	-4.403	-17.797	13.394
(i): CBIOs	7.556	7.556	0	7.556
(j) = (f+h+i):EBITDA Ajustado	**376.312**	**313.075**	**138.581**	**174.493**
(j/g): Margem EBITDA Ajustado (%)	10,8%	11,7%	7,5%	-

3.2 - Medições Não Contábeis

Reconciliação do Lucro Líquido Ajustado

A tabela abaixo demonstra a reconciliação do Lucro Líquido Ajustado da Companhia para os períodos indicados:

(Em milhares de reais)	12 meses findo em 30/09/2020	2019	2018	2017
Lucro Líquido	311.756	205.829	174.312	52.318
Ajuste a Valor Presente	-2.899	-11.597	-10.811	22.408
Lucro Líquido Ajustado	308.857	194.232	163.501	74.726

Reconciliação do ROE

A tabela abaixo demonstra a reconciliação do ROE da Companhia para os períodos indicados:

	Período de doze meses findo em 30 de setembro de	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
(*em milhares de R$, exceto %*)	2020	2019	2018	2017
Lucro Líquido Ajustado	308.857	194.232	163.501	74.726
Patrimônio Líquido	359.742	618.808	518.580	366.604
Patrimônio Líquido Médio[1]	489.275	568.694	442.592	358.014
ROE	63,1%	34,2%	36,9%	20,9%

[1] O Patrimônio Líquido no final do exercício de 2016 foi de R$349,425 milhões.

Reconciliação para o ROIC

A tabela abaixo apresenta a reconciliação para o ROIC para os períodos indicados:

	Período de doze meses findo em 30 de setembro de	Exercício social findo em		
(*em milhares de R$*)	2020	2019	2018	2017
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras	369.368	206.642	245.642	116.266
Variação cambial efeito caixa	-7.696	-21.090	-12.716	22.116
Ajuste a valor presente	-2.899	-11.597	-10.811	22.408
CBIOs	7.556	-	-	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras ajustado	366.328	173.955	222.115	160.790

	Período de doze meses findo em 30 de setembro de	Exercício social findo em		
(*em milhares de R$*)	2020	2019	2018	2017
(a): Imposto de renda e contribuição social - correntes	-42.520	-12.893	-11.267	-16.105
(b): Imposto de renda e contribuição social - diferidos	19.640	6.358	2.258	9.984
(c): Resultado antes dos tributos sobre o lucro	334.636	212.364	183.321	58.439
(d) = (a+b)/c: Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	-6,8%	-3,1%	-4,9%	-10,5%
(e): Resultado antes das receitas (despesas) financeiras ajustado	**366.328**	**173.955**	**222.115**	**160.790**
(d)*(e): Valor do imposto de renda e contribuição social em caso de aplicação da alíquota efetiva sobre o numerador para o cálculo do ROIC	-25.047	-5.353	-10.915	-16.841

3.2 - Medições Não Contábeis

	Período de doze meses findo em 30 de setembro de	Exercício social findo em		
(*em milhares de R$, exceto %*)	**2020**	**2019**	**2018**	**2017**
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras ajustado	**366.328**	**173.955**	**222.115**	**160.790**
Valor do imposto de renda e contribuição social em caso de aplicação da alíquota efetiva sobre o numerador para o cálculo do ROIC	-25.047	-5.353	-10.915	-16.841
NOPAT (Net Operating Profit After Taxes)	**341.281**	**168.602**	**211.199**	**143.949**

	Período de doze meses findo em 30 de setembro de	Exercício social findo em		
(*em milhares de R$, exceto %*)	**2020**	**2019**	**2018**	**2017**
Patrimônio Líquido	359.742	618.808	518.580	366.604
Dívida Líquida	885.112	398.899	376.906	311.148
Créditos por venda de investimentos (FIP em Infraestrutura Origem)	0	-129.988	-163.191	-152.380
Partes relacionadas (Enerplan Part. S/A)	0	0	-51.375	-51.375
Capital investido ajustado - no fim do período	1.244.854	887.719	680.920	473.997
Capital investido ajustado – médio[1]	1.066.287	784.320	577.459	473.997

[1] Para 2017, o capital investido é apenas o no fim do exercício. Para os demais anos, é a média que corresponde à soma do valor no fim do período corrente e no fim do período anterior, dividido por dois

	Período de doze meses findo em 30 de setembro de	Exercício social findo em		
(*em milhares de R$, exceto %*)	**2020**	**2019**	**2018**	**2017**
NOPAT (Net Operating Profit After Taxes)	341.281	168.602	211.199	143.949
Capital investido ajustado - médio	1.066.287	784.320	577.459	473.997
ROIC	**32,0%**	**21,5%**	**36,6%**	**30,4%**

Reconciliação da Dívida Líquida

A tabela abaixo demonstra a reconciliação da Dívida Líquida da Companhia para os períodos indicados:

	Período de nove meses findo em 30 de setembro de	Exercício social findo em		
(*em milhares de R$, exceto %*)	**2020**	**2019**	**2018**	**2017**
Empréstimos e financiamentos - circulante	431.524	306.066	439.026	300.191
Empréstimos e financiamentos - não circulante	701.077	580.632	316.699	233.088
Caixa e Equivalente de caixa	-247.489	-487.799	-378.819	-222.131
Dívida Líquida	**885.112**	**398.899**	**376.906**	**311.148**

3.2 - Medições Não Contábeis

Reconciliação da Dívida Líquida Operacional

A tabela abaixo demonstra a reconciliação da Dívida Líquida Operacional da Companhia para os períodos indicados:

(Em milhares de reais)	30/09/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Empréstimos e financiamentos - circulante	431.524	306.066	439.026	300.191
Empréstimos e financiamentos - não circulante	701.077	580.632	316.699	233.088
Caixa e equivalentes de caixa	-247.489	-487.799	-378.819	-222.131
Estoques	-533.705	-277.043	-190.778	-171.824
Contas a Receber de Clientes	-412.232	-251.289	-248.492	-170.244
Adiantamentos a Fornecedores	-211.138	-3.861	-18.015	-21.808
Fornecedores	251.188	232.736	216.832	227.593
Outros passivos circulantes	133.779	14.178	17.664	11.744
Dívida líquida operacional	**113.004**	**113.620**	**154.117**	**186.609**

(c) motivo pelo qual tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustado

O EBITDA, EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustado são utilizados como medidas do desempenho da Companhia, motivo pelo qual a administração entende ser importante a sua inclusão neste Formulário de Referência. A administração da Companhia acredita que o EBITDA e a Margem EBITDA são medidas práticas para aferir seu desempenho operacional e sua condição financeira, tendo em vista que não são considerados para o seu cálculo o resultado financeiro líquido, o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido, os custos e as despesas com depreciação e amortização.

Além disso, a administração da Companhia acredita que o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado são utilizados como métricas adicionais do desempenho da Companhia e também como base de comparação com outras empresas do mesmo setor, apesar de poder haver diferenças nas metodologias de cálculo. Para o cálculo do EBITDA Ajustado, a Companhia considera a variação cambial efeito caixa (impacto de ganhos ou perdas financeiras efetivas ocorridas no período) e acrescido das receitas advindas dos Créditos de Descarbonização (CBIOs), as quais são alocadas em receitas financeiras, apesar da Companhia identificá-las como resultado operacional.

Lucro Líquido Ajustado

A Companhia entende que o cálculo do Lucro Líquido Ajustado tem como objetivo avaliar o desempenho da Companhia considerando os efeitos dos ajustes de valor presente da conta credora dos recebíveis referentes a venda da Enerplan Part S.A. para o FIP em Infraestrutura Origem, e com isto prover uma medida que permita a melhor compreensão do resultado da Companhia. Assim, a administração da Companhia acredita que o Lucro Líquido Ajustado é uma medida não contábil mais apropriada para medição e análise de seu desempenho, pois afere de forma mais precisa o resultado advindo exclusivamente das atividades de processamento da soja e produção do biodiesel.

3.2 - Medições Não Contábeis

ROE

A Companhia entende que o ROE é útil para a avaliação do resultado e do retorno da Companhia em relação aos seus investimentos, sendo uma ferramenta comparativa importante para avaliar e monitorar o desempenho operacional da Companhia, de modo a oferecer informação relevantes para embasar determinadas decisões de natureza administrativa.

ROIC

O ROIC funciona como indicador de eficiência da Companhia em usar capital e gerar lucro operacional. A Companhia entende que o ROIC é indicador importante para compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações, pois representa a geração de lucro operacional a partir do capital investido, sendo utilizado internamente como medida para avaliar a produtividade, eficiência e desempenho econômico-financeiro da Companhia. Além disso, a Companhia acredita que o ROIC oferece uma precisa compreensão da sua eficiência em alocar capital e gerar resultado.

Dívida Líquida

A Dívida Líquida é um indicador que mede o endividamento restante da Companhia, calculado após esta usar seu caixa e equivalentes de caixa para o pagamento do seu saldo de empréstimos e financiamentos do passivo circulante e não circulante. A Companhia entende que é uma medida importante, sendo amplamente utilizada como indicador de alavancagem.

Dívida Líquida Operacional

A Dívida Líquida Operacional é um indicador que mede o endividamento restante da companhia após usar seu caixa e seus principais ativos circulantes para o pagamento do seu saldo de empréstimos e financiamentos do passivo circulante e do não circulante e seus principais passivos circulantes.

As posições de caixa e equivalentes de caixa e Dívida Bruta da Companhia podem estar sujeitos a oscilações relevantes no decorrer dos trimestres. Desta forma, em virtude das oscilações de Capital de Giro decorrentes da safra, a posição de Dívida Líquida deve ser confrontada com as posições de estoques, contas a receber de clientes, fornecedores, outros passivos circulantes e adiantamentos a fornecedores. Nesse sentido, a Companhia considera que a Dívida Líquida Operacional fornece informação importante referente a posição líquida de endividamento, devido a ciclicidade das operações da Companhia.

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

A Companhia está em processo de encerramento das atividades da sua controlada indireta, a Barcarena Indústria de Biocombustível Ltda., a qual encontra-se, na data de apresentação deste Formulário de Referência, em fase pré-operacional, sendo que, estima-se que o processo de encerramento e baixa de referida controlada seja concluído até 31 de dezembro de 2020.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

3.4 - Política de destinação dos resultados

	2019	2018	2017
a. regras sobre retenção de lucros	Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia adotava como política de retenção de lucros as previsões contidas em seu estatuto social e na Lei nº 6.404/1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**"), autorizando a assembleia geral a deliberar reter parcela de lucro líquido do exercício.	Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia adotava como política de retenção de lucros as previsões contidas em seu estatuto social e na Lei das Sociedades por Ações, autorizando a assembleia geral a deliberar reter parcela de lucro líquido do exercício.	Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia adotava como política de retenção de lucros as previsões contidas em seu estatuto social e na Lei das Sociedades por Ações, autorizando a assembleia geral a deliberar reter parcela de lucro líquido do exercício.
a.i. valores das retenções de lucros	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Companhia registrou um lucro líquido no valor de R$205.838.919,47 (duzentos e cinco milhões, oitocentos e trinto e oito mil, novecentos e dezenove reais e quarenta e sete centavos), o qual foi aprovado em assembleia geral, sendo que: (i) R$10.106.627,63 (dez milhões, cento e seis mil, seiscentos e vinte e sete reais e sessenta e três centavos) foram destinados à reserva legal de que trata o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações; (ii) R$46.823.179,57 (quarenta e seis milhões, oitocentos e vinte e três mil, cento e setenta e nove reais e cinquenta e sete centavos) foram destinados para a reserva de subvenções (crédito presumido do ICMS); (iii) R$105.600.000,00 (cento e cinco milhões e seiscentos mil reais) para a distribuição de dividendos; e (iv) R$43.309.112,27 (quarenta e três milhões, trezentos e nove mil, cento e doze reais e vinte e sete centavos) para a conta de reserva de retenção de lucros.	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, a Companhia registrou um lucro líquido no valor de R$174.317.714,80 (cento e setenta e quatro milhões, trezentos e dezessete mil, setecentos e quatorze reais e oitenta centavos), o qual foi aprovado em assembleia geral, sendo que: (i) R$8.715.885,74 (oito milhões, setecentos e quinze mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e setenta e quatro centavos) foram destinados à reserva legal de que trata o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações; (ii) R$54.386.040,06 (cinquenta e quatro milhões, trezentos e oitenta e seis mil, quarenta reais e seis centavos) foram destinados para a reserva de subvenções (crédito presumido do ICMS); (iii) R$ 12.350.000,00 (doze milhões, trezentos e cinquenta mil reais) para a distribuição de dividendos; (iv) R$10.000.000,00 (dez milhões de reais) correspondentes aos juros sobre o capital próprio, contabilizados pela Companhia; e (v) o saldo remanescente dos lucros para a conta de Reserva de Retenção de Lucros.	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, a Companhia registrou um lucro líquido no valor de R$52.326.004,69 (cinquenta e dois milhões, trezentos e vinte e seis mil, quatro reais e sessenta e nove centavos), sendo que: (i) R$2.616.300,23 (dois milhões, seiscentos e dezesseis mil, trezentos reais e vinte e três centavos) para a constituição da reserva legal de que trata o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações; (ii) R$44.285.260,46 (quarenta e quatro milhões, duzentos e oitenta e cinco mil, duzentos e sessenta reais e quarenta e seis centavos) foram destinados para a reserva de subvenções (crédito presumido do ICMS); (iii) R$19.500.000,00 (dezenove milhões e quinhentos mil reais) para a distribuição de dividendos; e (iv) o saldo dos lucros, foi destinado para conta de reserva de retenção de lucros.
a.ii. percentuais em relação aos lucros totais declarados	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, os percentuais das retenções em relação ao lucro total declarado foram os seguintes: (i) 5% foram destinados à reserva legal de que trata o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações; (ii) 22,75% foram destinados para a reserva de subvenções (crédito presumido do ICMS); (iii) 51,30% foram destinados para a distribuição de dividendos; e (iv) 21,04% para o saldo remanescente dos lucros para a conta de reserva de retenção de lucros.	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, os percentuais das retenções em relação ao lucro total declarado foram os seguintes: (i) 5% foram destinados à reserva legal de que trata o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações; (ii) 63,80% foram destinados para a reserva de subvenções (crédito presumido do ICMS); e (iii) 51,30% para a distribuição de dividendos; (iv) 5,74% correspondentes aos juros sobre o capital próprio, contabilizados pela Companhia; e (v) 50,98% para o saldo remanescente dos lucros para a conta de reserva de retenção de lucros.	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, os percentuais das retenções em relação ao lucro total declarado foram os seguintes: (i) 5% foram destinados à reserva legal de que trata o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações; (ii) 86,63% foram destinados para a reserva de subvenções (crédito presumido do ICMS); e (iii) 10,37% foram destinados para a distribuição de dividendos. Desta forma, neste exercício social foi distribuído valor superior ao dos lucros totais declarados, por conta dos valores em reserva.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

	2019	2018	2017
b. regras sobre distribuição de dividendos	Em 31 de dezembro de 2019, o estatuto social da Companhia previa que os acionistas teriam direito de receber como dividendo obrigatório, naquele exercício, quantia equivalente a, no mínimo, 25% do lucro líquido anual para os detentores de ações preferenciais e 5% para os detentores de ações ordinárias, caso, após apurado o resultado do exercício e deduzido eventuais prejuízos acumulados, fosse registrado lucro líquido.	Em 31 de dezembro de 2018, o estatuto social da Companhia previa que os acionistas teriam direito de receber como dividendo obrigatório, naquele exercício, quantia equivalente a, no mínimo, 25% do lucro líquido anual para os detentores de ações preferenciais e 5% para os detentores de ações ordinárias, caso, após apurado o resultado do exercício e deduzido eventuais prejuízos acumulados, fosse registrado lucro líquido.	Em 31 de dezembro de 2017, o estatuto social da Companhia previa que os acionistas teriam direito de receber como dividendo obrigatório, naquele exercício, quantia equivalente a, no mínimo, 25% do lucro líquido anual para os detentores de ações preferenciais e 5% para os detentores de ações ordinárias, caso, após apurado o resultado do exercício e deduzido eventuais prejuízos acumulados, fosse registrado lucro líquido.
c. periodicidade das distribuições de dividendos	Em 31 de dezembro de 2019, o artigo 25 do estatuto social da Companhia, outorgava o direito de recebimento de dividendos obrigatórios, em cada exercício, os seguintes percentuais do lucro líquido ajustados, nos termos do art. 202 da Lei das Sociedades Anônimas.	Em 31 de dezembro de 2018, o artigo 25 do estatuto social da Companhia, outorgava o direito de recebimento de dividendos obrigatórios, em cada exercício, os seguintes percentuais do lucro líquido ajustados, nos termos do art. 202 da Lei das Sociedades Anônimas.	Em 31 de dezembro de 2017, o artigo 25 do estatuto social da Companhia, outorgava o direito de recebimento de dividendos obrigatórios, em cada exercício, os seguintes percentuais do lucro líquido ajustados, nos termos do art. 202 da Lei das Sociedades Anônimas.
d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações e pelo estatuto social da Companhia, a Companhia não possuía restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por contratos ou decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações e pelo estatuto social da Companhia, a Companhia não possuía restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por contratos ou decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações e pelo estatuto social da Companhia, a Companhia não possuía restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por contratos ou decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.
e. política de destinação de resultados	Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possuía política específica que tratasse sobre destinação de resultados.	Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possuía política específica que tratasse sobre destinação de resultados.	Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possuía política específica que tratasse sobre destinação de resultados.

3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido

(Reais)	Últ. Inf. Contábil	Exercício social 31/12/2019	Exercício social 31/12/2018	Exercício social 31/12/2017
Lucro líquido ajustado	175.862.896,00	148.909.112,00	111.215.789,00	5.424.444,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	100,000000	70,900000	20,100000	100,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	63,100000	34,200000	36,900000	20,900000
Dividendo distribuído total	285.562.574,00	105.600.000,00	22.350.000,00	19.500.000,00
Lucro líquido retido	0,00	100.238.919,00	151.967.715,00	32.826.005,00
Data da aprovação da retenção	30/09/2020	17/12/2019	02/04/2018	02/04/2018

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Dividendo Obrigatório								
Ordinária	285.562.574,00	30/09/2020	105.600.000,00	17/12/2019	12.350.000,00	02/04/2018		
Juros Sobre Capital Próprio								
Ordinária					10.000.000,00	17/09/2020	19.500.000,00	02/04/2018

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

Não foram declarados dividendos a conta de lucros retidos ou reservas constituídas nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2019.

No entanto, em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 e ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020, foram retidos lucros e reservas de acordo com a tabela abaixo:

(em R$)	**Período de nove meses findo em 30/09/2020**	**Exercício social 31/12/2017**
Dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	**Montante**	**Montante**
Dividendos Distribuídos	113.017.641	14.075.556

3.7 - Nível de Endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
30/09/2020	1.652.923.231,00	Índice de Endividamento	4,59473978	
31/12/2019	1.185.373.559,00	Índice de Endividamento	1,91698610	

3.8 - Obrigações

Últ. Inf. Contábil (30/09/2020)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Empréstimo	Garantia Real		164.708.786,00	498.726.290,00	30.102.667,00	0,00	693.537.743,00
Financiamento	Garantia Flutuante		6.162.969,00	12.512.941,00	137.743,00	0,00	18.813.653,00
Empréstimo	Quirografárias		260.652.741,00	152.403.120,00	7.194.351,00	0,00	420.250.212,00
Total			431.524.496,00	663.642.351,00	37.434.761,00	0,00	1.132.601.608,00

Observação

As informações desta tabela se baseiam nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia relativas aos períodos de três e nove meses findo em 30 de setembro de 2020 (preparada em IFRS e em BR GAAP). O montante total indicado corresponde à soma dos valores de empréstimos e financiamentos. Para fins da tabela acima, foram considerados os prazos de vencimento das respectivas obrigações da Companhia.

Exercício social (31/12/2019)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Financiamento	Garantia Real		9.978.449,00	21.535.287,00	1.022.480,00	0,00	32.536.216,00
Empréstimo	Garantia Real		169.870.126,00	327.443.784,00	16.691.772,00	0,00	514.005.682,00
Empréstimo	Quirografárias		126.216.964,00	205.592.511,00	8.345.886,00	0,00	340.155.361,00
Total			306.065.539,00	554.571.582,00	26.060.138,00	0,00	886.697.259,00

Observação

As informações desta tabela se baseiam nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 (preparada em IFRS e BR GAAP). O montante total indicado corresponde à soma dos valores de empréstimos e financiamentos. Para fins da tabela acima, foram considerados os prazos de vencimento das respectivas obrigações da Companhia.

3.9 - Outras Informações Relevantes

3.9 - Outras informações relevantes

Não aplicável, considerando que todas as informações relevantes relativas a este item 3 foram divulgadas nos demais itens acima.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

4.1 - Fatores de Risco

A seguir, estão descritos os principais fatores de risco considerados relevantes, na data deste Formulário de Referência, e que a Companhia acredita serem relevantes na decisão de investidores em adquirir valores mobiliários emitidos por ela. Caso esses riscos venham a se materializar, os negócios, a reputação, a situação financeira e patrimonial e o preço dos valores mobiliários emitidos pela Companhia podem ser adversamente afetados.

Antes de tomar qualquer decisão de investimento referente a qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados a seguir e as demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, bem como os fatores de risco mencionados nesta seção "4.1 Fatores de Risco". Os negócios, a reputação, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderá diminuir em razão de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder substancial ou totalmente o seu investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia.

Para os fins desta seção "4.1 Fatores de Risco", exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá "efeito adverso" ou "efeito negativo" para a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos negócios, reputação, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia e das suas controladas, bem como no preço dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção "4.1 Fatores de Risco" devem ser compreendidas nesse contexto.

a) Riscos relacionados à Companhia

Nossos resultados operacionais, posição financeira e perspectivas de negócios são altamente dependentes dos preços das commodities, que estão sujeitos a significativa volatilidade e incerteza, e da oferta e demanda globalmente e no Brasil, portanto, nossos resultados podem flutuar substancialmente.

Nossos resultados dependem substancialmente dos preços das commodities. Nossos componentes de custo de produção mais significativos são a soja e o óleo de soja. Nossas receitas de vendas dependem especialmente dos preços do biodiesel e farelo de soja. Os preços do biodiesel são afetados por flutuações nos preços da soja e do óleo de soja, bem como pela oferta e demanda de soja e variações nas taxas de câmbio. Os preços das commodities, globalmente e no Brasil, têm sido historicamente cíclicos e sensíveis às mudanças nacionais e internacionais na oferta e demanda. Como resultado da volatilidade dos preços desses itens, nossos resultados podem flutuar substancialmente e podemos passar por períodos de queda nos preços de nossos produtos e aumento dos custos de nossas matérias-primas e insumos, o que pode afetar negativamente nossos resultados.

Flutuações nos preços da soja, farelo de soja, óleo de soja e biodiesel podem ocorrer por diversos motivos, incluindo fatores fora de nosso controle, tais como:

- investimentos agrícolas, políticas governamentais (incluindo subsídios) e programas para o setor agrícola;
- área plantada de soja, produtividade e condições climáticas, principalmente nas regiões Norte, Sul e Centro-Oeste do Brasil;
- políticas de comércio interno e externo, incluindo o comércio global da China com relação a produtos agrícolas;

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

- variações nas taxas de câmbio, em particular do dólar norte-americano;
- variação da demanda global ou nacional de soja, em especial da China;
- variações dos custos de energia, que impactam a produção de soja;
- flutuações nos valores e/ou na disponibilidade de fretes;
- medidas do governo brasileiro com relação às importações e exportações de soja e derivativos, incluindo tarifas internacionais;
- mudanças nas políticas governamentais em relação aos combustíveis renováveis, incluindo mudanças nas exigências de mistura do biodiesel;
- variações nas capacidades de produção das indústrias de óleo de soja e biodiesel;
- a disponibilidade de produtos substitutos para o biodiesel e o farelo de soja que produzimos; e
- falta de disponibilidade de substitutos para uso em nosso processo produtivo.

Qualquer um dos fatores mencionados acima ou quaisquer outros fatores que não possamos prever podem causar flutuações nos preços da soja, óleo de soja e biodiesel, o que pode afetar adversamente nossos resultados.

Enfrentamos uma concorrência significativa nos setores de biodiesel e farelo de soja.

Enfrentamos concorrência no setor de biodiesel. Alguns de nossos concorrentes são divisões de grandes empresas e corporações multinacionais e podem ter mais recursos financeiros do que nós. Além disso, nossos concorrentes podem construir instalações operacionais próximas a uma ou mais de nossas unidades industriais, ou próximo a um local que escolhemos para uma nova instalação de produção, o que pode prejudicar nossos planos de negócios.

A indústria de farelo de soja é altamente competitiva. O farelo de soja que produzimos é comercializado como substituto do milho e outros ingredientes alternativos de nutrição animal. Existe uma ampla gama de produtos que competem com os nossos produtos de soja, como os chamados DDGs, milho, algodão, cevada, entre outros. A disponibilidade e a dinâmica de preços de ingredientes alternativos de nutrição animal concorrentes afetarão nossa capacidade de vender e precificar adequadamente nosso farelo de soja.

Muitos fatores influenciam nossa posição competitiva, como a disponibilidade, qualidade e custo da soja, água, produtos químicos e mão de obra, bem como fornecedores de serviços terceirizados de transporte e logística. Alguns de nossos concorrentes podem ter maiores recursos financeiros e de marketing, bases de clientes maiores ou gamas de produtos mais amplas. Se não formos capazes de competir com sucesso contra esses produtores, nossa posição competitiva pode ser adversamente afetada.

A redefinição do papel da Petrobras no cenário de combustíveis nacional, em linha com o seu plano estratégico de desinvestimentos, pode impactar o atual modelo de comercialização de biodiesel e, consequentemente, afetar adversamente as atividades da Companhia.

Os leilões de biodiesel são baseados nas normas e diretrizes estabelecidas em âmbito legal, bem como infralegal pelo MME, CNPE e ANP, sendo realizada pela ANP, de acordo com as regras aplicáveis de seus respectivos editais, que são elaborados e publicados pela ANP. A operacionalização dos leilões é realizada pela Petrobras, agente da cadeia de combustíveis com participação de aproximadamente 99% do refino de derivados de petróleo em território nacional, e única adquirente de biodiesel no âmbito dos leilões.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

O projeto de desinvestimento de parte das refinarias da Petrobras (RNEST, RLAM, REPAR, REFAP, REGAP, REMAN, LUBNOR, SIX e RPCC), previsto em seu Plano Estratégico 2020-2024, impactará significativamente o modelo de abastecimento de combustíveis no Brasil, e, consequentemente, todo o segmento de *downstream* no país, o qual compreende as atividades de refino, transporte, distribuição e comercialização dos produtos derivados de óleo e gás, até o consumidor final.

Nesse contexto, no âmbito dos estudos sobre a comercialização de biodiesel no país promovidos pelo Governo Federal, no escopo do programa Abastece Brasil (iniciativa do Ministério de Minas e Energia), que objetiva o desenvolvimento do mercado de combustíveis e a segurança do seu abastecimento, com foco na promoção da livre concorrência no setor), a Petrobras sinalizou oficialmente sua posição pela saída de sua participação no que tange ao suporte para a realização dos Leilões Públicos de Biodiesel (de responsabilidade da ANP, mas que contam com a Petrobras para sua efetiva operacionalização).

Como consequência, poderia haver uma eventual descontinuidade da realização de leilões, com permissão de aquisição de biodiesel pelos compradores diretamente das usinas. Uma mudança significativa no atual modelo de comercialização de biodiesel exigirá adaptações do modelo de negócios da Companhia, o que poderá ter um impacto negativo nas suas receitas.

A perda ou a incapacidade da Companhia de obter ou manter quaisquer licenças ou autorizações necessárias à consecução de suas atividades pode afetar negativamente o seu negócio e seus resultados.

A Companhia atua em um setor regulado por diversos entes da administração pública, incluindo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ("MAPA"), a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis ("ANP") e demais órgãos ambientais competentes, o que lhe obriga a obter e manter determinadas licenças e autorizações para a produção e comercialização de seus produtos, dentre os quais destaca-se o Selo Combustível Social, que lhe confere determinados benefícios de natureza fiscal, bem como a preferência na participação em leilões de venda de biodiesel. O Selo de Combustível Social é um componente de identificação concedido pelo MAPA a cada unidade industrial do produtor de biodiesel, nos termos da Portaria Nº 144 de 2019 do MAPA ("Portaria 144/2019").

As autorizações para o exercício da atividade de produção de biocombustíveis e para operação das suas unidades produtoras são outorgadas pela ANP mediante a comprovação de atendimento aos critérios estabelecidos pela regulamentação aplicável, notadamente a Resolução ANP 734/2018. Para mais informações a respeito da regulamentação da ANP, vide item 7.5 deste Formulário de Referência.

Além disso, as referidas autorizações poderão ser revogadas pela ANP, após conclusão de processo administrativo pertinente, caso o agente autorizado deixe de atender os requisitos estabelecidos pela norma.

A manutenção do Selo Combustível Social exige, entre outros, que a Companhia comprove anualmente, ou a qualquer tempo em razão de denúncia formalizada ao MAPA, o cumprimento dos critérios previstos na Portaria nº 144/2019 do MAPA, dentre as quais destacam-se o fornecimento de assistência técnica aos agricultores familiares, incluindo o acompanhamento e assessoria nos processos de plantio e colheita, bem como a comprovação de que determinado percentual de toda a matéria-prima adquirida para a produção do biodiesel foi produzida por agricultura familiar, nos termos da Portaria nº 144/2019 do MAPA.

No que se refere especificamente à participação em leilões de venda de biodiesel, organizados pela ANP, a Companhia deve confirmar a validade do Selo Combustível Social de sua titularidade, com validade de 5 anos a partir da data de sua emissão, cuja manutenção depende do cumprimento de determinadas obrigações impostas pelo MAPA, conforme indicado acima.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Além disso, considerando as atividades de produção de biodiesel exercidas pela Companhia, esta deverá observar os requisitos dispostos na Lei nº 11.116, de 18 de maio de 2005 ("Lei 11.116/05"), que exigem que a mesma obtenha registro especial, na Secretaria da Receita Federal do Ministério da Economia, de produtor ou importador de biodiesel. No entanto, o Registro Especial poderá ser cancelado, a qualquer tempo, pela Secretaria da Receita Federal se, após a sua concessão, ocorrer qualquer dos seguintes fatos: (i) desatendimento dos requisitos que condicionaram a sua concessão; (ii) cancelamento da autorização instituída pelo inciso XVI do art. 8º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, expedida pela ANP; (iii) não cumprimento de obrigação tributária principal ou acessória, relativa a tributo ou contribuição administrados pela Secretaria da Receita Federal; (iv) utilização indevida do coeficiente de redução diferenciado de que trata o § 1º do art. 5º da Lei 11.116/05; ou (v) prática de conluio ou fraude, como definidos na Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, ou de crime contra a ordem tributária, previsto na Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, ou de qualquer outra infração cuja tipificação decorra do descumprimento de normas reguladoras da produção, importação e comercialização de biodiesel, após decisão transitada em julgado.

Desta forma, Companhia está sujeita a fiscalizações e auditorias realizadas periodicamente por tais entidades, as quais visam a averiguar se a Companhia está em cumprimento com as obrigações estabelecidas na regulamentação aplicável. Caso seja constatado, no âmbito de tais fiscalizações, qualquer descumprimento às regras aplicáveis por parte da Companhia, as licenças e autorizações necessárias às atividades da Companhia, incluindo o Selo Combustível Social, após conclusão de processo administrativo, poderão ser revogadas ou suspensas, além de a Companhia estar sujeita a multas, inabilitação em leilões de venda de biodiesel e outras penalidades administrativas, o que poderá resultar em um efeito negativo nos resultados da Companhia.

Adicionalmente, a Companhia não pode assegurar que eventuais alterações na legislação e regulamentação não afetarão adversamente a produção e comercialização de seus produtos ou seus custos de observância. Qualquer falha da Companhia na obtenção ou manutenção de tais licenças e autorizações poderá fazer com que a Companhia seja impedida de produzir e/ou comercializar determinado produto, gerando, consequentemente, um impacto negativo em seus resultados.

Por fim, para o desempenho de nossas atividades, dependemos também de diferentes cadastros perante órgãos da Administração Pública federal, estadual e municipal e também de licenças, tais como, exemplificativamente, licenças emitidas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), licenças emitidas pelo Exército, Polícia Federal e Polícia Civil no que se refere a produtos químicos controlados, vigilância sanitária, entre outros (em conjunto "Licenças").

Por atuar em um setor sujeito à legislação e regulação extensivas e caracterizado pela necessidade de frequente interação com autoridades governamentais, de modo que alterações nas regulamentações aplicáveis às nossas atividades e produtos, atrasos dos órgãos governamentais na emissão de Licenças de nossos estabelecimentos e/ou produtos ou descumprimento alegado ou efetivo de referidas normas podem nos afetar de modo adverso e relevante. Estamos sujeitos, ainda, à fiscalização ou inspeção dessas entidades em nossos estabelecimentos para verificar o cumprimento das normas e regulamentações vigentes.

As Licenças possuem prazo de validade e devem ser renovadas de tempos em tempos, com ou sem o pagamento de taxas de renovação. A não obtenção ou a não renovação tempestiva das nossas Licenças poderá, caso a caso (1) resultar em autos de infração, (2) nos sujeitar ao pagamento de multas, (3) resultar na interdição ou fechamento de nossos estabelecimentos, (4) expor-nos a riscos adicionais no caso de um acidente de segurança e proteção, ou evento similar, afetar adversamente tal instalação enquanto uma licença estiver pendente; (5) resultar na aplicação de outras penalidades, tais como advertência e apreensão de produtos, de acordo com a legislação específica aplicável (federal, estadual e municipal); entre outros.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Nosso negócio é altamente sensível aos preços da soja e podemos não ser capazes de repassar os aumentos nos preços da soja aos nossos clientes.

As principais matérias-primas utilizadas pela Companhia na produção do farelo de soja e do biodiesel são a soja e o óleo de soja, respectivamente. A título de exemplo, no segmento de extração, soja em grãos representa 100% da matéria prima. No segmento de biodiesel, o principal insumo é o óleo de soja, o qual representou 55%, 56% e 56% para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017. O preço da soja é influenciado por condições climáticas e outros fatores que afetam a produtividade das safras, as decisões de plantio do agricultor e os fatores econômicos, de mercado e regulatórios em geral. Esses fatores podem incluir políticas e subsídios governamentais em relação à agricultura e ao comércio internacional, e à demanda e oferta globais e locais. A significância e o efeito relativo desses fatores no preço da soja são difíceis de prever. Como resultado, quaisquer mudanças no preço desses produtos podem afetar significativamente nossos negócios e as nossas margens de lucro. Além disso, podemos não ser capazes de repassar os aumentos dos custos da soja aos nossos clientes, o que poderá causar um impacto adverso relevante em nossas operações. Por fim, qualquer evento que tenda a afetar negativamente o fornecimento de soja, como clima adverso ou doenças na safra, pode aumentar os preços da soja e prejudicar nossos negócios.

Interrupções na operação das nossas unidades produtoras poderão afetar nossos resultados operacionais.

Qualquer interrupção não programada ou suspensão prolongada de parcela substancial da produção em qualquer das nossas instalações, inclusive em decorrência da COVID-19, ou qualquer avaria ou destruição de nossas unidades produtoras de biodiesel em decorrência de acidentes, eventos imprevistos ou catastróficos, interrupções ou escassez de energia ou outros eventos similares poderá afetar adversamente nossos volumes de produção e, consequentemente, nossos resultados operacionais.

Além disso, qualquer interrupção em nossas instalações pode fazer com que não sejamos capazes de honrar com os nossos compromissos de entrega de biodiesel assumidos nos leilões públicos promovidos pela ANP. Isto porque, para participar dos Leilões Públicos, além de estar autorizada pela ANP a exercer a atividade de produção de biodiesel, é necessário que, antes de cada leilão, a Companhia se submeta a um processo de habilitação em que deve comprovar o atendimento a todas as exigências relacionadas no edital e seus anexos, quais sejam: (i) Registro Especial concedido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil; (ii) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; (iii) prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio da Unidade Produtora; (iv) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS; (v) prova de inscrição no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica; e (vi) inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal.

Ao participar de um certame, a Companhia se compromete a entregar a totalidade do volume ofertado de produção própria. Se ao final do contrato, a Companhia houver entregue volume de biodiesel inferior a 90% do volume negociado no leilão, a ANP poderá abrir processo administrativo para apuração de culpa. Se a culpa for da Companhia, e não do(s) adquirente(s), ela fica impedida de participar do próximo certame. Se for constatado que a Companhia entregou volume de biodiesel que não seja de produção própria, ela poderá ficar também imediatamente impedida pela ANP de participar do próximo certame. Em ambos os casos, a Companhia pode recorrer da decisão, respeitando o prazo previsto em edital. Além disso, em certas circunstâncias legais, como por exemplo, a decretação de falência ou liquidação, a ANP pode determinar a extinção do contrato, a qualquer tempo e independente de interpelação judicial ou extrajudicial, assegurando-se à Companhia os princípios da ampla defesa e do contraditório. A ocorrência de qualquer um dos itens anteriores pode ter um impacto adverso em nossos negócios, resultados operacionais e reputação.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Quaisquer mudanças na legislação tributária, reformas tributárias ou revisão do tratamento tributário de nossas atividades, podem ter um efeito adverso significativo sobre nós.

Alterações à legislação tributária que resultem em mudanças na estrutura tributária atual aplicável às nossas atividades podem afetar adversamente nossa condição financeira e resultados operacionais. O governo brasileiro frequentemente intervém ou atualiza a legislação tributária, ou emite interpretações com o efeito de alterar a estrutura tributária aplicável aos contribuintes, que podem nos incluir. Essas alterações podem incluir alterações nas alíquotas atuais, a criação ou a extinção de tributos, temporária ou permanentemente. Algumas dessas alterações podem aumentar, direta ou indiretamente, a carga tributária do setor de atuação da Companhia, o que pode afetar adversamente nossa lucratividade, bem como restringir nossa capacidade de fazer negócios nos mercados existentes. Não podemos garantir que quaisquer alterações da estrutura e/ou do modelo tributário aplicáveis aos produtos e transações da Companhia não afetarão negativamente os negócios e resultados da Companhia, principalmente os seus fluxos de caixa projetados e sua lucratividade.

Mudanças na legislação tributária brasileira são frequentes e podem ser intensificadas em cenários de finanças públicas enfraquecidas. Atualmente, existem diversos projetos de lei em tramitação no Congresso brasileiro com o objetivo de implementar uma reforma tributária, incluindo propostas para mudar completamente o sistema de tributação do consumo. Uma dessas propostas extinguiria três impostos federais - o imposto federal sobre produtos industrializados ("IPI"), o PIS e a COFINS - além do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS ") na esfera estadual, e o Imposto sobre Operações com Bens e Serviços ("ISS") na esfera municipal, em favor de um novo Imposto sobre Operações com Bens e Serviços, ou "IBS". Outra proposta seria a criação de uma Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços, ou "CBS", que substituiria o PIS e a COFINS por uma contribuição social única de 12% sobre o consumo. Projetos de lei adicionais também podem ser apresentados no contexto de uma ampla reforma tributária prevista pelo governo brasileiro. Além disso, há discussões recentes sobre a potencial imposição de novos impostos, incluindo novos impostos sobre empréstimos compulsórios, impostos sobre patrimônio substancial e uma contribuição sobre transações financeiras, bem como discussões sobre a revogação da isenção do imposto de renda aplicável na distribuição de dividendos. Uma reforma tributária ou qualquer mudança nas leis e regulamentos que afetam os impostos ou incentivos fiscais aplicáveis a nós podem direta ou indiretamente afetar adversamente nossos negócios e resultados operacionais.

Adicionalmente, certas leis tributárias podem estar sujeitas a interpretações controversas. Se as autoridades fiscais interpretarem a legislação tributária de forma inconsistente com nossa interpretação, podemos ser adversamente afetados, incluindo o pagamento integral dos impostos devidos, acrescidos de encargos e multas, o que pode afetar adversamente nossos resultados operacionais.

Além disso, como resultado do impacto econômico da pandemia da COVID-19, as receitas fiscais no Brasil provavelmente serão reduzidas temporariamente, enquanto os gastos do governo com saúde pública e outros setores importantes aumentaram e podem continuar a aumentar. Nesse cenário, os governos federal, estadual e municipal podem promover mudanças legislativas para impor, permanente ou temporariamente, um aumento da carga tributária sobre nossas atividades, o que teria um impacto adverso em nossos negócios e resultados operacionais.

Além disso, podemos estar sujeitos a fiscalizações por parte das autoridades fiscais nas esferas federal, estadual e municipal. Como resultado de tais inspeções, nossas posições fiscais podem ser questionadas pelas autoridades fiscais. As provisões para tais processos poderão ser incorretas, havendo assim identificação de exposição fiscal adicional e sendo necessário determinar reservas fiscais adicionais para qualquer exposição fiscal. Qualquer aumento no valor da tributação como resultado de contestações às nossas posições fiscais pode afetar adversamente nossos negócios, resultados e situação financeira.

As autoridades fiscais brasileiras intensificaram recentemente o número de fiscalizações. Existem várias questões fiscais que preocupam as autoridades brasileiras e em relação às quais as autoridades brasileiras fiscalizam regularmente as empresas, incluindo controle de estoque, despesas de amortização de ágio, reestruturação societária e planejamento tributário, entre outros. Quaisquer processos judiciais e administrativos relacionados a questões tributárias perante os tribunais, incluindo o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ("CARF") e tribunais administrativos estaduais e municipais, podem afetar adversamente a Empresa.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Nosso desempenho depende de relações trabalhistas favoráveis com nossos funcionários, do cumprimento das leis trabalhistas e da segurança de nossas instalações. Qualquer deterioração dessas relações, bem como aumentos nos custos trabalhistas ou danos em nossas instalações, podem afetar adversamente nossos negócios.

Nossos funcionários são geralmente representados por sindicatos. Após a expiração dos acordos coletivos de trabalho existentes ou outros acordos coletivos de trabalho, podemos ser incapazes de chegar a novos acordos com os sindicatos e qualquer um desses acordos pode não ser em termos satisfatórios para nós, o que poderia resultar em maiores pagamentos de salários ou benefícios para trabalhadores sindicalizados. Além disso, se não formos capazes de negociar acordos sindicais aceitáveis, podemos ficar sujeitos a paralisações ou greves.

Além disso, enfrentamos riscos relacionados à segurança operacional de nossas instalações. Se os procedimentos de segurança implementados apresentarem falhas, forem ineficazes ou não forem devidamente seguidos por nossos funcionários ou outros funcionários, ou ainda, em casos de acidentes ou eventuais imprevistos, tais colaboradores podem estar sujeitos a danos, o que pode resultar em custos e perda de produtividade. Qualquer um dos itens anteriores pode ter um impacto adverso em nossos negócios, resultados operacionais e reputação.

A Companhia é garantidora de algumas obrigações constantes de contratos de empréstimo e financiamento de fundo de investimento e outras sociedades controladas por seu acionista controlador, as quais, se inadimplidas ou vencidas poderão impactar diretamente nos resultados operacionais e financeiros da Companhia.

No âmbito de suas operações, a Companhia figura como garantidora de determinadas obrigações assumidas pelo Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura Origem ("FIP") e suas subsidiárias, bem como pela Palmaplan Agroindustrial por meio de contratos de empréstimos e financiamentos ("Transações com Partes Relacionadas"). Em 30 de setembro de 2020, a Companhia era garantidora de Transações com Partes Relacionadas cujo saldo devedor era de, aproximadamente, R$150 milhões. Caso tais Transações com Partes Relacionadas sejam inadimplidas pelo credor original ou caso tais Transações com Partes Relacionadas vençam sem que haja o pagamento dos valores devidos aos seus respectivos credores, a Companhia pode vir a ser obrigada a honrar os compromissos inicialmente assumidos por sociedades detidas pelos acionistas controladores e, consequentemente, afetar adversamente a cotação das ações da Companhia. Para maiores informações sobre as Transações com Partes Relacionadas, veja item 16.2 deste Formulário de Referência.

A Companhia pode vir a precisar de capital adicional no futuro, por meio da emissão de valores mobiliários, o que poderá resultar em uma diluição da participação dos investidores no capital social da Companhia, caso eles não exerçam seu direito de preferência ou a emissão seja realizada com exclusão do direito de preferência, além de impactar negativamente a Companhia caso a captação não seja bem sucedida.

A Companhia pode vir a ter que captar recursos adicionais e pode optar por obtê-los por meio da colocação pública ou privada de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações ou permutáveis por elas. A obtenção de recursos, pela Companhia, por meio da emissão de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, poderá resultar em alteração na quantidade de ações em circulação e no preço das ações, e, consequentemente, na diluição da participação acionária dos referidos acionistas, que poderão passar a ter menor participação proporcional em rendimentos e menor poder de influência nas decisões tomadas pela Companhia, caso não exerçam, por qualquer motivo, seus direitos de preferência na subscrição de novas ações emitidas em decorrência de tais novas ofertas de ações para obtenção de capital adicional no futuro. Caso a captação de recursos adicionais ocorra por meio de oferta pública de ações, essa poderá, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, ser realizada com a exclusão do direito de preferência dos acionistas da Companhia, o que poderá resultar na diluição da participação acionária de tais acionistas. Na hipótese de financiamentos públicos ou privados não estarem disponíveis, ou caso assim decidam os acionistas, tais recursos adicionais poderão ser obtidos por meio de aumento de capital social.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Qualquer recurso adicional obtido por meio de aumento de capital social poderá diluir a participação do investidor no capital social da Companhia.

Nossas operações são inerentemente perigosas e sujeitas a riscos operacionais.

A Companhia produz biodiesel, um líquido inflamável, e se utiliza do óleo de soja em seu processo de produção, que também é um material que se torna inflamável a partir de determinadas temperaturas. Nossas operações envolvem uma variedade de riscos operacionais e de segurança, incluindo manuseio, produção, armazenamento e transporte de materiais inflamáveis. Dependemos da operação contínua de nossas instalações, o que envolve riscos como:

- perigos associados à fabricação de produtos inflamáveis e manuseio, armazenamento e transporte de matérias-primas e produtos inflamáveis;
- acidentes ou desastres naturais, como incêndios, inundações e mau tempo, e outros eventos de força maior fora do nosso controle;
- avaria, falha ou desempenho abaixo do padrão de equipamentos ou processos e atraso na substituição de peças;
- conformidade com os requisitos de licenciamento e manutenção de todas as licenças e autorizações necessárias de agências governamentais;
- interrupções no fornecimento de matéria-prima;
- escassez de força de trabalho ou interrupções no trabalho; e
- interrupções no transporte, incluindo greves de caminhoneiros, fechamento de rodovias, estradas e ferrovias, secas que impedem a navegação de barcaças, entre outros.

A ocorrência de problemas operacionais relevantes, incluindo, mas não se limitando aos eventos acima, ou um acidente relevante em uma de nossas instalações de produção pode nos forçar a suspender nossas operações e resultar em custos de remediação significativos e perda de receita. Adicionalmente, incêndios, desastres naturais ou danos ambientais podem danificar ou destruir as instalações e propriedades da Companhia. Interrupções duradouras no fornecimento de energia elétrica em suas unidades podem implicar em aumentos significativos de seus custos, o que pode causar um efeito material adverso nas atividades, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

Além disso, alguns desses riscos podem resultar em ferimentos pessoais e morte, danos graves ou destruição de propriedade e equipamentos, bem como danos ambientais. A materialização de qualquer um dos riscos mencionados acima ou quaisquer outros riscos podem afetar adversamente nossas operações e reputação e causar um efeito adverso relevante em nossa reputação, nossos resultados operacionais e na lucratividade de uma instalação específica, ou para nós como um todo.

A extensão da pandemia declarada pela Organização Mundial da Saúde devido à propagação da COVID-19, a percepção de seus efeitos, ou a forma como a pandemia afetará os negócios da Companhia depende de desdobramentos futuros, incertos e imprevisíveis e que podem afetar material e adversamente os resultados e operações da Companhia, nossos negócios, condição financeira, resultados de operações e fluxos de caixa e, finalmente, nossa capacidade de continuar a operar nossos negócios.

Historicamente, algumas epidemias e surtos regionais ou globais, como a provocada pelo zika vírus, a provocada pelo vírus ebola, pelo vírus H5N5 (popularmente conhecida como gripe aviária), a febre aftosa, pelo vírus H1N1 (influenza A, popularmente conhecida como gripe suína), a síndrome respiratória do oriente médio (MERS) e a síndrome respiratória aguda grave (SARS) afetaram determinados setores da economia dos países em que essas doenças se propagaram. Em 11 março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a pandemia da COVID-19, doença

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2). Na prática, a declaração significou o reconhecimento pela OMS de que, desde então, o vírus se disseminou por diversos continentes com transmissão sustentada entre as pessoas.

A pandemia da COVID-19 demandou medidas restritivas por parte de autoridades governamentais mundiais, com o objetivo de proteger a população, resultando em restrição no fluxo de pessoas, incluindo quarentena e *lockdown*, restrições a viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução generalizada de consumo. No Brasil, estados e municípios, incluindo as localidades de operação da Companhia, adotaram as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Saúde, adotando medidas para controlar a propagação da doença, como restrição à circulação e o isolamento social, que resultaram no fechamento de restaurantes, hotéis, shopping centers, áreas de grande circulação, parques e demais espaços públicos.

A pandemia pode, também, causar perturbações materiais em nossos negócios e operações no futuro como resultado de, por exemplo, quarentenas, ciberataques, ausência de colaboradores como resultado de doença ou outros fatores como medidas de distanciamento social, viagens ou outras restrições. Se uma porcentagem significativa de nossa força de trabalho não puder trabalhar, inclusive por motivo de doença ou viagens ou restrições governamentais relacionadas com a pandemia, nossas operações podem ser adversamente afetadas. Um período prolongado de trabalho remoto também pode aumentar nossos riscos operacionais, incluindo, mas não limitado, a riscos de cibersegurança, o que pode prejudicar nossa capacidade de gerenciar e operar nossos negócios.

O alcance total do impacto da pandemia da COVID-19 sobre nossos negócios e resultados operacionais depende dos desdobramentos futuros, inclusive a duração e a disseminação da pandemia, que são incertos e imprevisíveis, especialmente no Brasil, de seu impacto sobre os mercados de capital e financeiro e qualquer nova informação que possa surgir sobre a gravidade do vírus, de sua disseminação para outras regiões, das ações tomadas para contê-la, entre outras.

Não temos conhecimento de eventos comparáveis que possam fornecer uma orientação quanto ao efeito da disseminação da COVID-19 e de uma pandemia global e, como resultado, o impacto final do surto da COVID-19 é incerto. Para informações sobre o impacto da COVID em nossas atividades, vide item 10.9 deste Formulário de Referência. Até a data deste Formulário de Referência, não há informações adicionais disponíveis para que fosse possível realizar uma avaliação robusta e definitiva a respeito do impacto de longo prazo do surto da COVID-19 nos negócios da Companhia, além daquela apresentada neste item 4.1 e nos itens 7.1, 10.1 e 10.9 deste Formulário de Referência. Na data deste Formulário de Referência, não é possível assegurar se, futuramente, tal avaliação será prejudicada, tampouco é possível assegurar que não haverá incertezas sobre a capacidade de a Companhia continuar operando seus negócios.

Por essa razão, os impactos financeiros da pandemia da COVID-19 ainda não estão totalmente dimensionados neste Formulário de Referência. Entendemos que os impactos resultantes da pandemia poderão afetar negativamente o consumo doméstico de biodiesel, assim como a produção do farelo de soja e a exportação de soja.
Por fim, mesmo após a eventual diminuição do surto da COVID-19, uma recessão e/ou desaceleração econômica global, notadamente no Brasil, incluindo aumento do desemprego, pode resultar em (i) menor atividade comercial e de consumo; (ii) receio dos consumidores e (iii) aumento do inadimplemento dos clientes.

Qualquer surto de uma doença que afete o comportamento das pessoas ou que demande políticas públicas de restrição à circulação de pessoas e/ou de contato social pode ter um impacto adverso nos nossos negócios, bem como na economia brasileira.

Não podemos garantir que outros surtos regionais e/ou globais não acontecerão. E, caso aconteçam, não podemos garantir que seremos capazes de impedir um impacto negativo em nossos negócios de dimensão igual ou superior ao impacto provocado pela pandemia de COVID-19. O impacto da pandemia da COVID-19 também pode precipitar ou agravar os outros riscos discutidos neste Formulário de Referência.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia possui cláusulas restritivas à capacidade de endividamento em seus contratos de dívidas, cujo descumprimento pode causar o vencimento antecipado dessas dívidas.

A Companhia está sujeita a determinadas cláusulas restritivas (*covenants*) existentes em seus contratos de dívidas, com base em determinados índices financeiros e aspectos não financeiros (obrigações). Os aspectos financeiros estão relacionados com os níveis de alavancagem da Companhia, com verificações usualmente trimestrais.

Ela pode não ser capaz de atender referidos *covenants* em virtude de condições adversas de seu ambiente de negócios, como a retração do mercado em que atua, o que pode ocasionar o vencimento antecipado de suas dívidas, além de desencadear o vencimento antecipado cruzado ou inadimplemento cruzado (*cross-default* e *cross-acceleration*) de outras obrigações da Companhia, conforme cláusulas presentes em contratos de empréstimos e financiamentos existentes. O vencimento antecipado de qualquer de seus contratos financeiros pode afetar a sua capacidade em honrar seus compromissos e acarretar um impacto adverso relevante nos negócios da Companhia e em sua situação financeira. Para mais informações sobre o endividamento da Companhia, vide item 10.1(f) deste Formulário de Referência.

A Companhia pode não ser capaz de renovar ou manter os contratos de locação das suas unidades, especialmente, de depósito e armazéns.

Os imóveis nos quais se encontram o depósito e armazéns são alugados. Em relação aos contratos de locação dos imóveis ocupados pela Companhia, cujo prazo seja igual ou superior a 5 anos, a Companhia poderá pleitear judicialmente a renovação, por um prazo adicional de 5 anos, desde que a Companhia ingresse com ação renovatória no prazo de, no mínimo, 6 meses e, no máximo, 1 ano de antecedência em relação à data de término do prazo do contrato, desde que observados os requisitos legais e que a Companhia esteja adimplente nos contratos. A legislação aplicável, no entanto, prevê que o locador não estará obrigado a renovar o contrato se (i) por determinação do Poder Público, tiver que realizar no imóvel obras que importem na sua radical transformação, ou para modificações de tal natureza que aumente o valor do negócio ou da propriedade; (ii) o imóvel vier a ser utilizado por ele próprio ou para transferência de fundo de comércio existente há mais de 1 ano, sendo detentor da maioria do capital o locador, seu cônjuge, ascendente ou descendente. Dessa forma, caso a Companhia não seja capaz de entrar em um acordo com o locador, ou caso o locador decida vender o imóvel e a Companhia não consiga alcançar um acordo com o novo proprietário, pode não obter a renovação de alguns contratos de locação vigentes.

Em qualquer dos casos, a perda de qualquer das localizações estratégicas à Companhia, seja por não renovação ou manutenção dos contratos de locação de suas unidades, pode afetar adversamente suas operações e/ou resultado financeiros. Adicionalmente, a Companhia terá que buscar novos imóveis para desempenhar, parcial ou totalmente, as operações ora desenvolvidas nessas unidades.
Ainda, nos casos em que os contratos de locação não contiverem cláusula de vigência e/ou não estiverem devidamente registrados e averbados junto aos cartórios de registro de imóveis competentes, e na hipótese de os respectivos proprietários decidirem vender a terceiros os imóveis durante a vigência dos contratos de locação, a Companhia não poderá opor aos compradores a manutenção da vigência dos contratos, bem como não terá o direito de adjudicar judicialmente o imóvel no caso do comprador aliená-lo a terceiros e não respeitar o direito de preferência garantido à Companhia. Nesse caso, os compradores não estariam legalmente vinculados aos termos do contrato de locação e poderiam requerer a desocupação do imóvel.

Por fim, a cada 3 (três) anos, a Lei de Locações permite a revisão dos aluguéis a valor de mercado. Tal reajuste a valor de mercado poderá resultar em um aumento significativo no valor do aluguel dos imóveis que a Companhia loca, o que poderá resultar em impactos não esperados nos custos operacionais, podendo afetar negativamente os resultados da Companhia. Além disso, se a Companhia decidir fechar qualquer uma de suas unidades, localizados em imóveis alugados, antes do fim do prazo contratual da locação, poderá ter que pagar multa contratual ao proprietário, como consequência da rescisão antecipada do contrato de locação.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Os imóveis de propriedade da Companhia, controladas ou coligadas, podem ser desapropriados.

Os imóveis da Companhia, bem como os imóveis das controladas e coligadas estão sujeitos à desapropriação, parcial ou total, por decisão unilateral do Poder Público brasileiro, a fim de atender finalidades de utilidade e interesse público, além de cumprir a função social da propriedade, o que pode afetar adversamente negócios, bem como os resultados operacionais e financeiros da Companhia, uma vez que o valor a ser apurado em sede de perícia para pagamento de indenização decorrente da expropriação pode ser inferior ao valor de mercado do imóvel.

A Companhia poderá perder a propriedade de alguns imóveis onerados.

Um imóvel ocupado pela Companhia, onde está localizado o terminal hidroviário (filial 4), encontra-se onerado por alienação fiduciária. Além disso, quatro imóveis ocupados pela Companhia, onde estão localizadas as unidades de armazenamento de soja (filiais 24, 7, 13 e 14), encontram-se onerados por hipotecas.

Na hipótese de inadimplemento de tais obrigações, os credores poderão proceder à excussão das garantias, situações em que os imóveis poderão ser alienados em leilão, tendo a sua propriedade transferida a um terceiro com quem a Companhia não possui qualquer relação. Caso o proprietário não possua outros bens para garantir o pagamento de tais dívidas, referido ativo poderá ser arrematado por terceiros em leilão extrajudicial ou sua propriedade poderá ser consolidada em nome da própria credora.

Em ambos os casos, a continuidade da operação nos imóveis, na hipótese de excussão das garantias, demandará negociação com os novos proprietários e pagamento de aluguéis, afetando adversamente a Companhia e seus negócios.

A contaminação do farelo de soja que produzimos e outros riscos relacionados podem nos afetar adversamente.

O farelo de soja que produzimos está sujeito à contaminação ou a erros na cadeia de produção ou distribuição. A contaminação do nosso farelo de soja pode resultar em potenciais *recalls* ou na instauração de processos judiciais e administrativos contra a Companhia, o que pode afetar adversamente nossa reputação, nossos negócios, a operação de nossas instalações de produção, nossa condição financeira e nossos resultados operacionais. Qualquer dano à nossa reputação pode ter um efeito adverso relevante sobre nós.

Decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos podem causar efeitos adversos para a Companhia.

A Companhia é ou pode vir a ser ré em processos judiciais, administrativos e arbitrais, nas esferas cível, criminal, tributária e trabalhista, dentre outras, além de processos arbitrais, cujos resultados podem ser desfavoráveis aos seus interesses, aos interesses de seus administradores e/ou de seus acionistas controladores. Estas decisões podem eventualmente alcançar valores substanciais ou, de alguma forma, impedir a realização de seus projetos conforme inicialmente planejados, podendo afetar adversamente sua reputação, seus negócios ou resultados. Além disso, a Companhia incorrerá em custos com honorários advocatícios para patrocínio desses processos, além de poder ser obrigada a oferecer garantias em juízo.

A Companhia não tem como garantir que os valores provisionados, quando existentes, serão suficientes para cobrir as despesas futuras envolvidas nos processos administrativos, judiciais ou arbitrais dos quais é ou venha a ser parte.

Da mesma forma, um ou mais de seus administradores podem vir a ser réus em processos judiciais, administrativos e arbitrais, nas esferas cível, criminal, tributária e trabalhista, cuja instauração e/ou resultados podem afetá-los negativamente, especialmente se forem processos de natureza criminal, eventualmente impossibilitando-os ao exercício de suas funções na Companhia, o que poderá

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

causar efeito adverso relevante na reputação, nos negócios ou nos resultados da Companhia, direta ou indiretamente. Para mais informações acerca das ações judiciais e arbitrais envolvendo a Companhia, veja os itens 4.3 a 4.7 deste Formulário de Referência.

Mudanças e avanços na tecnologia de produção de biodiesel podem exigir que incorramos em custos para atualizar nossas instalações ou podem prejudicar nossa capacidade de competir na indústria de biodiesel ou operar com lucro.

Poderão ocorrer avanços e mudanças na tecnologia de produção do biodiesel. Esses avanços e mudanças podem tornar as tecnologias de produção de biodiesel instaladas em nossas instalações menos eficientes ou obsoletas. Esses avanços também podem permitir que nossos concorrentes produzam biodiesel a um custo menor do que o nosso. Se não formos capazes de adotar ou incorporar avanços tecnológicos, nossos métodos e processos de produção de biodiesel podem ser menos eficientes do que nossos concorrentes, o que pode fazer com que nossas fábricas se tornem não competitivas ou completamente obsoletas. Se nossos concorrentes desenvolverem, obtiverem ou licenciarem tecnologia superior à nossa ou que torne nossa tecnologia obsoleta, podemos ser obrigados a incorrer em custos significativos para aprimorar ou adquirir nova tecnologia para que nossa produção de biodiesel permaneça competitiva. Como alternativa, podemos ser obrigados a buscar licenças de terceiros, o que também pode resultar em despesas significativas. Essas licenças de terceiros podem não estar disponíveis ou, uma vez obtidas, podem não continuar disponíveis em termos comercialmente razoáveis. Esses custos podem impactar negativamente nosso desempenho financeiro, aumentando nossos custos operacionais e reduzindo nosso lucro líquido.

A Companhia pode não dispor de seguro suficiente para se proteger contra perdas substanciais.

A Companhia não pode garantir que as coberturas das apólices estarão disponíveis ou serão suficientes para cobrir eventuais danos decorrentes de sinistros relacionados a riscos inerentes às atividades da Companhia. Além disso, existem determinados tipos de riscos que podem não estar cobertos por suas apólices, tais como, exemplificativamente, guerra, caso fortuito, força maior ou interrupção de certas atividades. Ainda, no caso dos eventos segurados, a cobertura de apólices de seguro está condicionada ao pagamento do respectivo prêmio. A falha da Companhia em pagar esses prêmios cumulada com a ocorrência de um sinistro poderá resultar em danos que, mesmo segurados, não estariam sujeitos à cobertura pela seguradora.

Por fim, sinistros que não estejam cobertos por suas apólices contratadas ou a impossibilidade de renovação de apólices de seguros podem afetar adversamente os negócios da Companhia ou sua condição financeira.

Dependemos de nossos sistemas de tecnologia da informação, e qualquer falha desses sistemas pode afetar adversamente nossos negócios.

Dependemos de sistemas de tecnologia da informação para elementos significativos de nossas operações, incluindo o armazenamento de dados e recuperação de informações comerciais críticas. Nossos sistemas de tecnologia da informação podem ser vulneráveis a danos de várias fontes, incluindo falhas de rede, atos humanos mal-intencionados e desastres naturais. Além disso, alguns de nossos servidores são potencialmente vulneráveis a invasões físicas ou eletrônicas, vírus de computador e problemas semelhantes. Falhas ou interrupções significativas em nossos sistemas de tecnologia da informação ou aqueles usados por nossos prestadores de serviços terceirizados podem nos impedir de conduzir nossas operações comerciais em geral.

Qualquer interrupção ou perda dos sistemas de tecnologia da informação pode ter um efeito adverso em nossos negócios, resultados operacionais e situação financeira. Adicionalmente, armazenamos informações altamente confidenciais em nossos sistemas de tecnologia da informação, incluindo informações relacionadas aos nossos produtos e vendas. Assim, caso os nossos servidores ou servidores de terceiros nos quais nossos dados estão armazenados forem atacados por uma invasão física ou eletrônica, vírus de computador ou outra ação humana maliciosa, nossas informações confidenciais podem ser roubadas ou destruídas. Qualquer violação de segurança envolvendo a apropriação indébita, perda ou outra divulgação não autorizada ou uso de informações confidenciais

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

de nossos fornecedores, clientes ou outros, seja por nós ou por terceiros, poderia (1) nos sujeitar a penalidades civis e criminais, (2) ter um impacto negativo em nossa reputação, ou (3) nos expor a responsabilidades para com nossos fornecedores, clientes, terceiros ou autoridades governamentais. Qualquer um desses desenvolvimentos pode ter um impacto adverso em nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais.

Os interesses dos administradores e executivos da Companhia podem ficar excessivamente vinculados à cotação de ações de nossa emissão, uma vez que poderão participar de um plano de remuneração baseado em ações.

Os administradores e executivos da Companhia poderão ser beneficiários de plano de remuneração baseado em ações, incluindo plano de opção de compra de ações, cujo potencial ganho para seus participantes está vinculado ao maior valor de mercado das ações de nossa emissão.

O fato dos administradores e executivos poderem participar de tais planos pode levar a administração da Companhia a dirigir os negócios e os executivos a conduzir nossas atividades com maior foco na geração de resultados no curto prazo, o que poderá não coincidir com os interesses dos nossos demais acionistas que tenham uma visão de investimento de longo prazo.

A Companhia pode não implementar com sucesso sua estratégia de crescimento.

O crescimento e desempenho financeiro da Companhia dependem da implementação bem-sucedida de sua estratégia de negócios, que envolve a expansão de suas instalações existentes e o desenvolvimento seletivo de projetos *greenfield*. Qualquer crescimento está sujeito a fatores que estão além do controle da Companhia, como cronogramas de desenvolvimento de projetos, custos de construção, financiamento e aprovações governamentais. Como resultado, a Companhia pode não concluir esses projetos em tempo hábil, dentro do orçamento estimado, ou, no limite, abandoná-los, sendo possível que os benefícios antecipadamente relacionados possam não se concretizar. Além disso, a Companhia pode não ser capaz de obter as aprovações governamentais necessárias e o financiamento necessário para a expansão de suas instalações existentes (ou para novos empreendimentos) em termos satisfatórios, ou de forma alguma.

A expansão de suas instalações existentes e, se aplicável, a integração de novos projetos *greenfield* podem resultar em dificuldades operacionais imprevistas, incluindo a capacidade de acessar matérias-primas e atrair novos clientes ou aumentar o volume de clientes existentes em mercados e locais específicos, bem como a habilidade de aumentar sua capacidade operacional e expandir sua capacidade atual de suprir novos mercados. Além disso, tais projetos podem exigir recursos financeiros e administrativos significativos que, de outra forma, seriam usados nas operações existentes da Companhia. A expansão planejada ou futura das instalações existentes e quaisquer projetos *greenfield* podem não melhorar o desempenho financeiro da Companhia.

Qualquer falha na implementação de nossa expansão das instalações existentes ou de nossos projetos *greenfield*, se houver, pode ter um efeito adverso relevante sobre nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais.

A Companhia pode enfrentar situações de potencial conflito de interesses em negociações com partes relacionadas.

A Companhia possui relacionamento com partes relacionadas. Contratações com partes relacionadas podem gerar situações de potencial conflito de interesses entre as partes. Caso essas situações de conflito de interesses se configurem, poderá haver impacto negativo para a Companhia e, consequentemente, para os seus acionistas. Inclusive, em relação aos 19 contratos de arrendamento, relativos a imóveis objetos de 20 matrículas, celebrados entre a Companhia e partes relacionadas, é possível que os valores de aluguel praticados estejam em desconformidade com o valor de mercado, podendo ser questionados no futuro, para fins de adequação. Para mais informações sobre as transações com partes relacionadas da Companhia, vide item 16.2 deste Formulário de Referência.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A perda de membros da alta administração, ou a incapacidade de atrair e manter pessoal adicional para integrá-la, pode ter um efeito adverso relevante sobre a Companhia.

A capacidade da Companhia de manter sua posição competitiva depende em larga escala dos serviços da sua alta administração. A Companhia não pode garantir que terá sucesso em atrair e manter pessoal qualificado para integrar a sua alta administração e acompanhar o ritmo de crescimento. A perda dos serviços de qualquer dos membros de sua alta administração, inclusive em virtude da inabilitação de administradores, decorrente de eventuais processos, ou a incapacidade de atrair e manter pessoal adicional para integrá-la, pode causar um efeito adverso relevante na sua situação financeira e nos seus resultados operacionais.

Caso os atuais membros da administração da Companhia ou quaisquer de seus colaboradores considerados estratégicos, por qualquer motivo, venham a não mais integrar o quadro de administradores ou de colaboradores da Companhia, a Companhia poderá ter dificuldades para substituí-los e, ainda que consiga, não é possível garantir que não incorrerá em custos substanciais para tanto, o que poderá afetar, de forma adversa, suas operações, posição de competitividade e estratégia de crescimento.

A indústria de combustíveis renováveis é uma indústria em constante transformação e pode resultar em acontecimentos inesperados, que podem afetar adversamente nossas operações e o preço de negociação de nossas ações ordinárias.

A indústria de combustíveis renováveis mundial cresceu significativamente na última década, incluindo o etanol, o biodiesel e o diesel verde. Esse rápido crescimento resultou em mudanças significativas nas condições de oferta e demanda desses combustíveis em um período muito curto de tempo. Como resultado, o desempenho passado da indústria de combustíveis renováveis, incluindo o biodiesel, pode não ser indicativo de desempenho futuro. Isto é, a Companhia pode no futuro não repetir o desempenho e o crescimento anteriormente obtido. Além disso, se ocorrerem mudanças na indústria de combustíveis renováveis que dificultem a operação lucrativa de nossas instalações, poderemos sofrer um efeito adverso relevante, que poderá resultar em uma redução no preço de negociação de nossas ações ordinárias.

A concorrência de outras fontes de combustível e de outros substitutos do óleo diesel que possam constituir alternativa mais barata ao óleo diesel ou ao biodiesel poderá afetar adversamente nossa capacidade de comercializar nossa produção e poderá resultar em perda de participação de mercado, reduzindo assim o valor do investimento nas ações da Companhia.

Novas tecnologias poderão ser desenvolvidas ou implementadas para se obter fontes de energia alternativa e produtos que utilizem essas fontes de energia. Os avanços no desenvolvimento de alternativas ao óleo diesel mineral ou mesmo ao biodiesel, ou o desenvolvimento de produtos que utilizem fontes de energia diversas do diesel, poderiam reduzir de modo significativo a demanda por óleo diesel mineral e biodiesel no longo prazo, afetando assim nossas vendas. A demanda por biodiesel no Brasil também pode ser afetada pela disponibilidade e preços de fontes alternativas de combustível, que poderiam substituir o óleo diesel ou o biodiesel no longo prazo.

A demanda de biodiesel no Brasil é atualmente influenciada por incentivos e regulamentos do Governo Federal, sendo que é impossível assegurar que tais incentivos serão mantidos, bem como que a demanda por óleo diesel continuará a crescer ou que o consumo de biodiesel pelos distribuidores de óleo diesel superará os percentuais mínimos obrigatórios.

Se o aumento da oferta de combustíveis alternativos ultrapassar ou acompanhar a demanda por óleo diesel mineral e se esses combustíveis alternativos forem mais baratos que o óleo diesel e o biodiesel, a demanda por biodiesel poderá declinar ou não se desenvolver tão rapidamente quanto prevemos. Se isso ocorrer, poderemos deixar de ter o nível de retorno esperado, e nossas atividades e nossos resultados operacionais podem ser adversamente afetados.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Devemos concorrer com produtores de outros aditivos de óleo diesel produzidos a partir de matérias primas com valores de lubricidade similares aos do biodiesel ou com produtores de biodiesel que empregam processos industriais diversos, utilizando outros produtos químicos, como o etanol. Se um novo combustível for desenvolvido para concorrer com o biodiesel, a competitividade deste biocombustível poderá ser afetada negativamente, o que poderá afetar adversamente nossas atividades e nossos resultados operacionais.

Os preços do biodiesel são diretamente influenciados pelos preços do óleo de soja, de forma que uma flutuação nesses preços poderia afetar adversamente a demanda e o preço do nosso biodiesel.

No Brasil, o biodiesel é, atualmente, um componente obrigatório do diesel "B", o qual é obtido da adição de biodiesel ao óleo diesel, comercializado em todo o território nacional. A Resolução CNPE nº 16/2018 previu um cronograma para que até 2023 a adição obrigatória de biodiesel alcance o percentual de 15%. Em 2020, o percentual obrigatório foi fixado em 12%, tendo sido excepcionalmente reduzido para 10% nos meses de setembro e outubro (Resolução ANP nº 824/2020) e para 11% nos meses de novembro e dezembro (Resolução ANP 831/2020), em razão dos efeitos da pandemia do coronavírus, de forma que variações na demanda por diesel causam também uma variação na demanda por biodiesel. De janeiro a agosto de 2020, aproximadamente 71,4% do biodiesel produzido no Brasil teve como matéria-prima o óleo de soja. Dessa forma, um aumento no preço do óleo de soja poderia afetar adversamente o custo de produção do biodiesel e, consequentemente, o seu preço final.

Se não formos capazes de manter as vendas a preços de mercado geralmente prevalecentes para o biodiesel no Brasil, nosso negócio de biodiesel, bem como nossos fluxos de caixa, podem ser adversamente afetados.

A Companhia pode não pagar dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas titulares de ações.

De acordo com o seu estatuto social, a Companhia deve pagar aos acionistas, no mínimo, 25% de lucro líquido anual, calculado e ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, sob a forma de dividendos ou juros sobre capital próprio. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou retido nos termos previstos na Lei nº 6.404/76 e pode não ser disponibilizado para o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio. Além disso, a Lei nº 6.404/76 permite que uma companhia aberta suspenda a distribuição obrigatória de dividendos em determinado exercício social, caso o Conselho de Administração informe à Assembleia Geral Ordinária que a distribuição seria incompatível com a situação financeira da Companhia. Caso qualquer destes eventos ocorra, os proprietários de ações podem não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

Por fim, a isenção de imposto de renda sobre a distribuição de dividendos e a tributação atualmente incidente sob o pagamento de juros sobre capital próprio prevista na legislação atual poderá ser revista e tanto os dividendos recebidos, quanto os distribuídos poderão passar a ser tributados e/ou, no caso dos juros sobre capital próprio, ter sua tributação majorada no futuro, impactando o valor líquido a ser recebido pelos acionistas da Companhia a título de participação nos resultados.

A Companhia pode falhar em detectar comportamentos contrários à legislação e regulamentação aplicáveis e aos seus padrões de ética e conduta, o que pode ocasionar impactos adversos relevantes sobre seus negócios, sua situação financeira, seus resultados operacionais e sobre a cotação de suas ações ordinárias.

Os processos de prevenção e combate à corrupção, governança, gestão de riscos e *compliance* da Companhia podem não ser capazes de detectar se todos os membros da sua administração, colaboradores, terceiros agindo em nome, interesse e/ou benefício da Companhia, bem como contrapartes e os clientes e fornecedores de tais contrapartes da Companhia atuem sempre em estrito cumprimento às políticas internas, leis e regulamentos voltados à prevenção e combate à corrupção, sendo exemplos dessas normas, no Brasil, o Decreto-Lei n° 2.848/1940, a Lei n° 8.137/1990, a Lei n° 8.429/1992, a Lei n° 8.666/1993, a Lei n° 9.613/1998, a Lei n° 12.846/2013 ("Lei

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Anticorrupção"), Decreto n° 8.420/2015, o Decreto n° 3.678/2000, o Decreto n° 4.410/2002, o Decreto n° 5.687/2006, assim como outras normas relacionadas à Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais da OCDE.

A Companhia pode estar sujeita a violações de seu código de conduta, das leis acima citadas e legislação correlata, em decorrência de conduta nos negócios e ocorrência de comportamento fraudulento e desonesto por parte de seus administradores, colaboradores, terceiros e contrapartes.

A existência de quaisquer investigações, inquéritos ou processos de natureza criminal, administrativa ou judicial relacionados à violação de qualquer destas leis, no Brasil ou no exterior, contra a administração, colaboradores ou terceiros que agem em nome, interesse ou benefício da Companhia podem resultar em: (i) multas e indenizações nas esferas administrativa, civil e penal (essa última hipótese, aos administradores que concorreram para a infração); (ii) perda de licenças operacionais, com a decorrente responsabilização subsidiária ou solidária da Companhia; (iii) proibição ou suspensão das atividades da Companhia; e/ou (iv) perda de direitos de contratar com a administração pública, de receber incentivos ou benefícios fiscais ou quaisquer financiamentos e recursos da administração pública.

Por conseguinte, todas essas circunstâncias poderão ocasionar um efeito adverso relevante sobre a reputação, bem como sobre as operações, condição financeira e resultados operacionais da Companhia. Por fim, vale ressaltar que o dano à imagem da Companhia pode ter origem em diversos fatores, relacionados ao não cumprimento de obrigações legais, práticas de negócio inadequadas, relacionamento com parceiros de postura ética questionável, má conduta de nossos administradores, colaboradores e terceiros que agem em nosso nome, vazamento de informações, práticas anticoncorrenciais, entre outros.

A Companhia também pode vir a ser solidariamente responsabilizada pelo pagamento de multa e reparação integral do dano causado em razão de práticas contrárias à Lei Anticorrupção por suas sociedades controladoras, controladas, coligadas ou consorciadas, que nesse caso poderiam afetar material e adversamente a reputação, negócios, condições financeiras e resultados operacionais da Companhia, ou a cotação de mercado de suas ações ordinárias de forma negativa.

Ademais, os processos internos de controle e gerenciamento de riscos e de *compliance* da Companhia podem não ser capazes de detectar eventuais violações às leis de combate à corrupção, fraudes e práticas, irregulares nos seus controles internos e podem não ser suficientes para monitorar e evitar violações de leis de combate à corrupção e fraudes e práticas irregulares por parte de administradores, colaboradores e terceiros que atuam em nome, interesse e/ou benefício da Companhia.

A Companhia está sujeita a riscos associados ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados e pode ser afetada adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de sanções.

No ano de 2018, foi sancionada a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, conforme alterada, denominada Lei Geral de Proteção de Dados ("LGPD"), regulando as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais de forma geral e não mais esparsa e setorial, como até então o direito à privacidade e proteção de dados era regulado no Brasil. A LGPD entrou em vigor em 18 de setembro de 2020, com a sanção do projeto de lei de conversão da Medida Provisória nº 959, de 29 de abril de 2020 pelo Presidente da República. Apenas os artigos 52, 53 e 54 da LGPD, que tratam das sanções administrativas, entrarão em 1º de agosto de 2021, na forma da Lei nº 14.010/2020.

Ainda, a LGPD criou a Autoridade Nacional de Proteção de Dados ("ANPD"), responsável por elaborar diretrizes e aplicar as sanções administrativas, em caso de descumprimento da LGPD, que até a presente data encontra-se inativa. No dia 26 de agosto de 2020, o executivo federal editou o Decreto nº 10.474/2020 aprovando a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança da ANDP. O Decreto entrará em vigor na data de publicação da nomeação do diretor-presidente da ANPD no Diário Oficial da União.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia coleta, utiliza, processa, armazena e gerencia dados pessoais no curso normal de seus negócios. Tais dados pessoais podem ser processados em desacordo com a legislação e estão sujeitos a incidentes de segurança, em especial invasão, violação, bloqueio, sequestro ou vazamentos. A Companhia deve também providenciar um ambiente seguro para os titulares de dados. O investimento para manutenção das condições técnicas e administrativas para a segurança da informação e proteção de dados pessoais na Companhia também será necessário, inclusive para a sustentação de sua estrutura de governança corporativa de proteção de dados pessoais.

Independentemente da aplicabilidade das sanções administrativas, o descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD tem como riscos a partir da sua entrada em vigor: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas, na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Marco Civil da Internet, em caso de violação de suas disposições, notadamente as regras de segurança do armazenamento online da informação, uma vez que estes já têm atuado neste sentido, antes mesmo da vigência da LGPD e da efetiva estruturação da ANPD, especialmente em casos de incidentes de segurança que resultem em acessos indevidos a dados pessoais.

Em agosto de 2021, com a entrada em vigor das sanções da LGPD, caso não estejamos em conformidade com a LGPD, nós e nossas subsidiárias podemos estar sujeitos às sanções, de forma isolada ou cumulativa, de (i) advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas, (ii) obrigação de divulgação de incidente, (iii) suspensão parcial do funcionamento do banco de dados a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, até a regularização da atividade de tratamento pelo controlador, em caso de reincidência, (iv) suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, em caso de reincidência, (v) bloqueio temporário e/ou eliminação de dados pessoais, (vi) proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados, e (vii) multa de até 2% do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, até o montante global de R$50.000.000,00 por infração. Além disso, podemos ser responsabilizados por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados e sermos considerados solidariamente responsáveis por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados por nós e nossas subsidiárias, devido ao não cumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD.

Como explorado, a Companhia poderá ser judicialmente demandada ao pagamento de indenizações aos usuários prejudicados por violações dos seus direitos como titulares de dados, tais como seus direitos a transparência, no sentido de obter informações sobre o tratamento de seus dados pessoais e demais direitos previstos na LGPD.

Nota-se que, em caso de insuficiência na prestação de informações sobre o tratamento conforme as exigências da LGPD, a Companhia também poderá sofrer sanções administrativas por órgãos e entidades de proteção de dados pessoais, defesa do consumidor e defesa do interesse público.

Desta forma, falhas na proteção dos dados pessoais tratados por nós, bem como a inadequação à legislação aplicável, podem acarretar multas elevadas, divulgação do incidente para o mercado, eliminação dos dados pessoais da base, e até a suspensão de nossas atividades, implicando custos que podem ter um efeito adverso negativo a nossa reputação e em nossos resultados e, consequentemente, afetar o valor de nossas ações.

O aumento do uso de células de combustível, híbridos de plug-in e carros elétricos e a competição com o avanço dos combustíveis alternativos podem diminuir a demanda por biodiesel.

Vários fabricantes automotivos, industriais e de geração de energia estão desenvolvendo sistemas alternativos de energia limpa usando células de combustível, híbridos de plug-in, carros elétricos ou combustíveis gasosos de queima limpa. A popularidade da tecnologia de carros elétricos cresceu recentemente em países desenvolvidos, especialmente em áreas urbanas, o que levou a um

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

aumento nas estações de recarga que podem tornar a tecnologia de carros elétricos mais amplamente disponível no futuro e potencialmente reduzir a demanda por biodiesel, afetando adversando a Companhia.

Combustíveis alternativos, oxigenados de gasolina e métodos de produção de etanol e biodiesel estão continuamente em desenvolvimento. Se essas tecnologias alternativas continuarem a se expandir e ganhar ampla aceitação e se tornarem prontamente disponíveis aos consumidores para uso de veículos motorizados pesados, podemos não ser capazes de competir de forma eficaz.

Essa competição adicional poderia reduzir a demanda por biodiesel, afetando adversamente nossos resultados operacionais e a situação financeira.

b) Riscos relacionados a seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

Os interesses dos acionistas controladores da Companhia podem entrar em conflito com os interesses de outros detentores de suas ações ordinárias.

Os acionistas controladores têm poderes para, entre outras coisas, eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração e determinar o resultado de qualquer deliberação que exija aprovação de acionistas, inclusive nas operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, alienações e a época do pagamento de quaisquer dividendos futuros, observadas as exigências de pagamento do dividendo obrigatório impostas pela Lei nº 6.404/76. Os acionistas controladores poderão ter interesse em realizar aquisições, alienações, buscar financiamentos ou operações similares que podem entrar em conflito com os interesses dos investidores. Não se pode assegurar que os interesses dos acionistas controladores da Companhia estarão alinhados com os interesses dos demais investidores nas deliberações.

c) Riscos relacionados a seus acionistas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui riscos relacionados aos seus acionistas.

d) Riscos relacionados a suas controladas e coligadas

Os resultados da Companhia dependem dos resultados de suas controladas, os quais ela não pode assegurar que serão disponibilizados.

A capacidade da Companhia de cumprir com as suas obrigações financeiras e de pagar dividendos aos seus acionistas depende do fluxo de caixa e dos lucros de suas controladas. Suas controladas podem vir a não pagar dividendos ou juros sobre capital próprio, inclusive em decorrência dos impactos gerados este ano e que possam vir a ser gerados futuramente pelo COVID-19. Não há garantia de que tais recursos serão disponibilizados ou que serão suficientes para o cumprimento das obrigações financeiras da Companhia e para o pagamento de dividendos aos seus acionistas.

e) Riscos relacionados a seus fornecedores

Dependemos de serviços de transporte e logística para entrega de matéria-prima em nossas fábricas e distribuição de nossos produtos aos clientes.

Terceirizamos parte dos serviços de transporte e logística necessários para operar nossos negócios. Nossas operações dependem das operações ininterruptas de nossos fornecedores de serviços de transporte e logística, inclusive com relação a depósitos contratados e instalações de armazenamento, vários meios de transporte e instalações de distribuição. Dependemos do transporte rodoviário para a entrega de matérias-primas, principalmente soja, às nossas fábricas e filiais, bem como para a distribuição de farelo de soja de nossas fábricas aos nossos clientes.

As operações de nossos prestadores de serviços de transporte e logística podem ser parcial ou totalmente paralisadas, temporária ou permanentemente, como resultado de uma série de circunstâncias que não estão sob nosso controle, como desastres naturais ou eventos catastróficos,

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

questões ambientais (incluindo processos de licenciamento ambiental ou incidentes ambientais, contaminação, obrigações de preservação da vida selvagem, mudanças climáticas e outros), dificuldades de trabalho (incluindo paralisações de trabalho, greves e outros eventos) e interrupções em qualquer ou todos os sistemas de infraestrutura de transporte.

Qualquer interrupção ou interrupção significativa no devido fornecimento desses serviços de transporte e logística ou aumentos no custo desses serviços por qualquer motivo, incluindo a disponibilidade ou custo do combustível, regulamentos que afetam a indústria ou paralisações de trabalho na indústria de transporte e logística, poderia ter um efeito adverso em nossa capacidade de fornecer soja às nossas usinas ou de distribuir farelo de soja aos nossos clientes, o que pode ter um efeito adverso relevante em nossas operações e desempenho financeiro. Por exemplo, em maio de 2018, uma greve nacional de caminhoneiros começou no Brasil devido a aumentos nos preços dos combustíveis. A greve interrompeu materialmente a cadeia de abastecimento de várias indústrias em todo o país. Não há garantia de que os caminhoneiros não procurarão se envolver em nenhuma outra greve, que o governo federal brasileiro ou qualquer outra parte relevante será capaz de atender às demandas dos caminhoneiros de maneira satisfatória ou que qualquer greve não afetará de forma adversa nossa cadeia de suprimentos ou a operação de nossas instalações de produção. Além disso, nossa incapacidade de renovar contratos com os principais fornecedores de serviços de transporte e logística ou de celebrar novos contratos com fornecedores de serviços terceirizados alternativos com a mesma qualificação e sob termos e condições semelhantes, se houver, pode nos afetar de maneira adversa e substancial.

Dependemos de fornecedores-chave e terceiros para fornecer aos nossos clientes e a nós instalações e serviços que são essenciais para o nosso negócio.

Celebramos contratos com fornecedores-chave e prestadores de serviços terceirizados para fornecer tecnologias, instalações e serviços necessários para nossas operações, incluindo tecnologia para operar nossas usinas, instalações de armazenamento e serviços de transporte (principalmente para nossas operações de biodiesel). A rescisão, por qualquer motivo, de nossos contratos com fornecedores-chave e prestadores de serviços terceirizados ou incapacidade de renovar esses contratos ou negociar novos contratos com outros fornecedores com qualificações semelhantes e sob termos e condições comparáveis pode prejudicar nosso desempenho comercial e financeiro.

Nossa dependência nesses fornecedores específicos e contratados terceirizados para fornecer serviços essenciais em nosso nome também nos dá menos controle sobre os custos, eficiência, pontualidade e qualidade desses serviços. Esperamos ser dependentes de tais contratos no futuro e, se entrarmos em novos segmentos de mercado, precisaremos ter contratos semelhantes em vigor. No caso de um fornecedor ou terceiro contratado causar danos ambientais, podemos ser considerados solidariamente responsáveis pela reparação de tais danos na esfera civil, de acordo com a legislação ambiental brasileira. A responsabilidade por danos ambientais causados por um fornecedor ou contratado terceirizado pode ter um efeito adverso significativo sobre nossos resultados operacionais, reputação e posição financeira.

Além disso, não podemos garantir que nossos fornecedores e prestadores de serviços terceirizados cumprirão as leis aplicáveis. Caso eles não cumpram as leis aplicáveis, podemos ser adversamente afetados.

f) Riscos relacionados a seus clientes

O mercado de distribuição de biodiesel é altamente concentrado em poucos players.

Os três maiores *players* do mercado brasileiro de distribuição de combustíveis detêm aproximadamente 67,41% do mercado de distribuição de biodiesel no Brasil. Consequentemente, uma parte substancial de nosso biodiesel é vendida a um número restrito de clientes que adquirem grande parte de nossa produção e, portanto, podem exercer um poder de dominância de mercado em relação a preços e outras condições de venda. Além disso, a concorrência intensa na indústria de fornecimento de biodiesel aumenta ainda mais o poder de barganha dos clientes e o potencial

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

para os clientes comprarem parte de seu biodiesel de concorrentes, ou para que percamos todos esses clientes, criando um efeito adverso relevante em nossos volumes de vendas.

Para o exercício fiscal encerrado em 31 de dezembro de 2019, os três maiores clientes da Companhia responderam por 71% da receita de biodiesel, conforme explicitado no item 7.4 do presente Formulário de Referência. Assim, a perda de participação relevante de qualquer um desses clientes poderia afetar a receita e resultados operacionais da Companhia.

No período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020, a Companhia possuía dois clientes que eram responsáveis, individualmente, por mais de 10% da receita líquida total da Companhia, a saber:

Cliente	Receita no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020 (R$ mil)	% da receita no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020
Cliente 1	R$420.671,28	15%
Cliente 2	R$391.077,95	14%

g) Riscos relacionados aos setores da economia nos quais a Companhia atue

Deficiências de infraestrutura no Brasil podem ter um efeito adverso relevante sobre os negócios da Companhia.

Nosso desempenho depende da infraestrutura pública do Brasil e do crescimento da economia brasileira. O crescimento é limitado por infraestrutura inadequada, incluindo escassez potencial de energia e setores deficientes de transporte, logística e telecomunicações, falta de mão de obra qualificada e falta de investimentos privados e públicos nessas áreas, o que limita a produtividade e a eficiência. Qualquer um desses fatores pode levar à volatilidade do mercado de trabalho e, em geral, impactar a receita, o poder de compra e os níveis de consumo, o que pode limitar o crescimento econômico ou resultar em contração e, em última instância, ter um efeito adverso relevante em nossos negócios.

A infraestrutura e o sistema de transporte brasileiro são, muitas vezes, insuficientes, e exigem investimentos do governo brasileiro para operar de forma eficiente. Deficiências na malha rodoviária, ferroviária ou hidroviária das áreas em que operamos, incluindo áreas em que nossas instalações estão localizadas, como estradas não pavimentadas ou sem manutenção e falta de ferrovias, podem causar altos custos logísticos e, consequentemente, redução da rentabilidade de nossos produtos. Da mesma forma, a falha ou imperícia no manuseio do transporte, seja em trens, caminhões ou embarcações, pode levar à perda de produção, desperdício de quantidades ou danos aos nossos produtos.

Além disso, são necessários investimentos substanciais para projetos de melhorias rodoviárias e ferroviárias, sendo que, ainda que sejam realizados, as melhorias podem não ser concluídos em tempo hábil para os planejamentos da Companhia. O transporte por caminhão é significativamente mais caro do que outros modos de transporte e nossa dependência do transporte por caminhão pode prejudicar nossa capacidade de competir como produtor de baixo custo. Qualquer atraso ou falha no desenvolvimento de sistemas de infraestrutura pode prejudicar a demanda por nossos produtos, afetar nossa entrega de produtos ou impor custos adicionais para nós.

As políticas e regulamentações governamentais que afetam os setores agrícola e de combustível e indústrias relacionadas podem afetar adversamente nossas operações e lucratividade.

A produção agrícola e os fluxos de comércio são significativamente afetados pelas políticas e regulamentações brasileiras federais, estaduais e municipais, bem como estrangeiras. As políticas governamentais que afetam a indústria agrícola, como impostos, tarifas, taxas, subsídios, requisitos regulatórios e restrições de importação e exportação de commodities agrícolas e produtos básicos, podem influenciar a lucratividade, o plantio de certas safras em relação a outras, o uso de recursos

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

agrícolas, a localização e tamanho da produção agrícola, os níveis de comércio de commodities processadas e não processadas e o volume e tipos de importações e exportações.

Futuras políticas governamentais no Brasil e em outros lugares podem afetar adversamente o fornecimento, a demanda e os preços de nossos insumos ou produtos ou restringir nossa capacidade de fazer negócios em nossos mercados existentes e mercados alvo, o que pode afetar adversamente nosso desempenho financeiro.

O governo federal estabelece o percentual obrigatório de biodiesel na composição do diesel "B", comercializado em todo o território nacional. Além disso, o petróleo e seus derivados têm estado historicamente sujeitos a controles de preços no Brasil. Atualmente, não há legislação ou regulamentação em vigor que conceda ao governo brasileiro o poder de fixar os preços do petróleo, derivados do petróleo, diesel e biodiesel, mas não podemos garantir que isso continuará no futuro. Além disso, tendo em vista que a Petrobras, principal fornecedora de combustíveis derivados do petróleo no Brasil, é uma empresa controlada pelo governo, os preços do petróleo e seus derivados podem estar sujeitos à influência do governo, resultando em possíveis inconsistências entre os preços internacionais e os preços internos dos derivados de petróleo que, devido à correlação entre o preço do petróleo, gasolina e biodiesel, pode afetar nossos negócios e nossos resultados financeiros.

Operamos em um setor que requer recursos financeiros significativos para atender aos nossos objetivos de investimento e necessidades de capital de giro.

Nossa estratégia de crescimento exige recursos significativos para atender às nossas necessidades de gastos de capital e nossos negócios e operações também exigem recursos significativos de capital de giro. Nossa capacidade de obter recursos para financiar nosso crescimento ou operar nossos negócios dependerá de vários fatores, incluindo nossa capacidade de obter financiamento em condições favoráveis, nosso nível de endividamento e condições de mercado. O financiamento da dívida pode não estar disponível ou, se disponível, pode não estar disponível em termos razoáveis. Financiamentos de dívidas futuras podem resultar em maiores despesas com juros e amortização, maior alavancagem e menor receita disponível para financiar a expansão de nossas instalações existentes ou quaisquer projetos *greenfield* que possamos escolher empreender. Se não conseguirmos obter capital adicional no futuro, podemos ser forçados a reduzir ou atrasar nossos investimentos, vender ativos ou reestruturar ou refinanciar qualquer dívida existente. A ocorrência de qualquer um desses eventos pode ter um efeito negativo em nossa condição financeira.

Além disso, em relação a qualquer novo endividamento que incorrermos, podemos ser obrigados a cumprir certas cláusulas em nossos acordos de financiamento e podemos estar sujeitos a restrições em nossa capacidade de incorrer em novas dívidas ou fazer novos investimentos. A violação dessas cláusulas pode resultar em um pré-pagamento obrigatório ou na antecipação do vencimento de nossa dívida em aberto. No caso de um pré-pagamento ou aceleração, nossos ativos e fluxo de caixa podem não ser suficientes para pagar o valor total devido e uma ou ambas as nossas fábricas podem ser vendidas para o pagamento de tais dívidas, o que afetaria adversamente nossa condição financeira e operacional.

Podemos ser adversamente afetados por leis, regulamentos e responsabilidades ambientais, de saúde e segurança.

Estamos sujeitos a diversas leis e regulamentos ambientais federais, estaduais e locais, incluindo, mas não se limitando, àqueles relacionados à descarga de materiais no ar, água e solo, geração, armazenamento, manuseio, uso, transporte e descarte de materiais perigosos, uso de água, proteção de certas áreas, desmatamento, assim como saúde e segurança de nossos funcionários. Além disso, algumas dessas leis e regulamentos exigem que nossas instalações operem sob licenças e autorizações que estão sujeitas a renovação ou modificação.

Referidas leis e regulamentos podem frequentemente exigir a instalação de equipamentos caros de controle de poluição ou mudanças operacionais para limitar os impactos reais ou potenciais ao meio ambiente. A violação dessas leis e regulamentos pode resultar na aplicação de penalidades

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

administrativas e criminais, assim como eventual obrigação de reparação de danos causados aos recursos naturais na esfera civil. Infrações administrativas podem resultar em multas substanciais de até R$50 milhões, revogações de licenças, interdição e/ou embargo das atividades da Companhia. A legislação brasileira também prevê a possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica da Companhia quando esta representar obstáculo à reparação dos danos causados ao meio ambiente. Nesta situação, os acionistas podem tornar-se pessoalmente responsáveis pela reparação dos danos causados ao meio ambiente. Além disso, a Companhia está sujeita à obrigação de reparação de qualquer dano ambiental decorrente do não cumprimento de leis e regulamentos ambientais, o que podem representar custos significativos, uma vez que não há limite para os valores de indenização. Não podemos garantir que estivemos, estamos ou estaremos sempre em total conformidade com essas leis, regulamentos ou autorizações ou que tivemos ou temos todas as licenças e/ou autorizações necessárias para operar nossos negócios. Neste sentido, poderemos estar sujeitos a ações judiciais instauradas por órgãos de defesa do meio ambiente e outras partes por violações reais ou alegadas das leis ambientais ou de nossas licenças e/ou autorizações.

Podemos ser responsáveis pela investigação e remediação de eventual contaminação ambiental identificada em cada uma das propriedades que possuímos ou operamos e em locais externos onde providenciaremos o descarte de substâncias perigosas. Se essas substâncias foram ou são descartadas e/ou liberadas em locais que passam por fiscalização de órgãos ambientais, podemos ser responsáveis de acordo com as leis ambientais aplicáveis por todos ou parte dos custos de investigação e/ou remediação, assim como por danos causados aos recursos naturais. Também podemos estar sujeitos a reivindicações relacionadas por partes privadas, alegando danos materiais e pessoais devido à exposição a materiais perigosos ou outros, ou materiais provenientes dessas propriedades. Algumas dessas questões podem exigir o dispêndio de quantias significativas para investigação, remediação e/ou adoção de outras medidas. O descumprimento de leis, regulamentos e licenças ambientais pode afetar de maneira material e adversa a reputação e os resultados financeiros e operacionais da Companhia.

Além disso, o advento de leis e regulamentos ambientais mais rígidos, novas interpretações das leis existentes e/ou maior fiscalização governamental de leis ambientais, de saúde e segurança podem exigir que façamos gastos adicionais significativos. O interesse do governo e do público em questões ambientais, de saúde e segurança pode resultar em maiores investimentos futuros para controles ambientais, de saúde e segurança em nossas instalações. Leis e regulamentos atuais e futuros de saúde, segurança e meio ambiente (e suas interpretações) aplicáveis às nossas operações, políticas de aplicação mais vigorosas e descoberta de condições atualmente desconhecidas podem exigir gastos substanciais que podem ter um efeito adverso relevante sobre nossos resultados operacionais e posição financeira.

h) Riscos relacionados à regulação dos setores em que a Companhia atue

A perda de incentivos fiscais para a produção de biodiesel e outros produtos poderá prejudicar nossa capacidade de operar com lucro e reduzir o valor do investimento nas ações da Companhia.

Atualmente, nos beneficiamos de determinados incentivos fiscais federais e estaduais, que poderão ser revogados a qualquer tempo, dentre os quais destacamos, em virtude de sua relevância para as nossas operações, os seguintes:

(i) (i) Crédito presumido de ICMS do estado do Rio Grande do Sul, é de 57% sobre os 12% de ICMS do faturamento de biodiesel produzido com matéria-prima oriunda de dentro do estado, conforme previsto no Decreto nº 37.699/97, Livro I, artigo 32, inciso LXXXVIII, sendo que tal benefício tem validade até 31 de dezembro de 2020;

(ii) (ii) Dilação de prazo para pagamento do ICMS, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica da Bahia – DESENVOLVE, permitindo à Companhia pagar 90% do valor de ICMS dilatado que exceder o piso definido na Resolução 73/2018 do Conselho Deliberativo do Desenvolve com até 90%

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

de desconto, conforme previsto no Decreto Nº 8205/2002, Artigo 10-B , Inciso I e Anexo. Tal benefício tem validade até 1º de Setembro de 2030; e

(iii) Benefício fiscal da SUDENE, o qual reduz em 75% a alíquota do imposto de renda devido sobre as receitas de farelo, casca, glicerina e biodiesel. Essa redução é limitada aos volumes de capacidade incentivada estipulados nos laudos constitutivos aprovados. Tal benefício tem validade até 31/12/2028 para glicerina e biodiesel, e 31/12/2027 para farelo e casca.

Certos incentivos fiscais têm prazo para expirar e outros podem ser descontinuados a qualquer momento, mediante alterações das leis aplicáveis ou em virtude de nossa incapacidade de cumprir com os requisitos para sua obtenção. Além disso, podem ser mantidos incentivos em patamares inferiores aos atuais. A extinção ou redução de inventivos fiscais para o mercado de biodiesel ou a alteração dos requisitos para obtenção de incentivos fiscais que possuímos ou, ainda, nossa incapacidade de cumprir com os requisitos para obtenção de tais incentivos poderá reduzir nossas receitas operacionais e margens, o que pode afetar adversamente as atividades e resultados da Companhia.

Além disso, dada a competição histórica entre os estados para atrair investimentos e novas empresas por meio da concessão de benefícios fiscais, estamos sujeitos a contestações judiciais perante o Supremo Tribunal Federal com relação à constitucionalidade dos benefícios fiscais de ICMS concedidos a nós no caso desses benefícios fiscais não serem aprovados pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ). Adicionalmente, os impactos da aplicação da Lei Complementar 160/2017, regulamentada pelo Convênio ICMS nº 190/2017, no que diz respeito à validação dos benefícios fiscais, o estabelecimento de um período de transição a partir do qual os benefícios fiscais devem ser extintos, devem ser avaliados nos benefícios fiscais em curso. As legislações locais editadas pelos estados e pelo Distrito Federal estão indicando os benefícios fiscais sujeitos ao procedimento de validação. A validação dos benefícios fiscais depende de uma combinação de questões políticas e econômicas, em que diversas obrigações devem ser cumpridas pelos estados. Na falta de validação, esses benefícios fiscais deverão ser revogados, gerando impacto em todo o mercado, uma vez que afetará todos os contribuintes que usufruírem do benefício. Em relação aos benefícios concedidos nas esferas estadual ou municipal, qualquer alteração na legislação tributária ou a declaração de inconstitucionalidade da lei que concede benefícios fiscais poderá afetar não apenas nossas atividades, mas a de todo o setor.

A título de exemplo, para o período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020, o impacto de todos os incentivos fiscais listados acima foi de R$98,163 milhões, em comparação com o benefício fiscal de R$70,950 milhões no mesmo período de 2019. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, o impacto dos incentivos fiscais foi um benefício fiscal de R$106,644 milhões, R$103,213 milhões e R$77,390 milhões, respectivamente.

Não podemos garantir que esses incentivos fiscais serão mantidos ou renovados ou que seremos capazes de obter novos incentivos fiscais. Para garantir a continuidade desses incentivos fiscais durante os seus prazos aplicáveis, devemos cumprir diversos requisitos que podem ser questionados, inclusive judicialmente. Se perdermos nossos incentivos fiscais existentes, devido ao nosso descumprimento de obrigações atuais e exigências futuras ou se os atuais programas e acordos fiscais dos quais nos beneficiamos forem modificados, suspensos, cancelados ou não renovados, poderemos ser adversamente afetados.

A Companhia enfrenta riscos relacionados a licenças e alvarás para a instalação e a operação de suas indústrias.

As atividades da Companhia estão sujeitas à obtenção de autorizações, licenças e alvarás, relacionados à operação e a localização das unidades nas quais operam e devem obter e renová-los periodicamente. Em não sendo possível, a Companhia pode vir a sofrer sanções administrativas ou judiciais, incluindo o pagamento de multas, a suspensão de nossas atividades ou até a interdição das unidades nas quais operamos, afetando também a imagem. A imposição dessas penalidades,

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

em especial, o fechamento de unidades nas quais operamos poderá ter um efeito adverso nos resultados operacionais e negócios da Companhia.

i) Riscos relacionados aos países estrangeiros onde a Companhia atue

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não desenvolve atividades no exterior.

j) Riscos relacionados a questões socioambientais

As mudanças climáticas podem afetar negativamente nossos negócios e resultados operacionais.

Consideramos os efeitos potenciais das mudanças climáticas na avaliação e gestão de nossas operações, reconhecendo a vulnerabilidade dos insumos agrícolas essenciais para nossas atividades. Os principais riscos que identificamos com relação às mudanças climáticas estão relacionados às mudanças de temperatura, mudanças nas chuvas, incluindo secas, inundações, tempestades e falta de água, que podem afetar a produtividade agrícola, especialmente a produção de soja.

As mudanças climáticas e seus efeitos, como custos de conformidade com leis e regulamentos ambientais atuais e futuros, incluindo requisitos de desativação e remediação, e quaisquer responsabilidades decorrentes de liberações passadas ou futuras de, ou exposição a, substâncias perigosas, podem afetar adversamente nossos custos e resultados das operações, incluindo o aumento do preço das commodities agrícolas como resultado de longos períodos de seca ou chuvas excessivas. Todos esses efeitos podem afetar adversamente nossos negócios, reputação, condição financeira e resultados operacionais no futuro.

k) Riscos Macroeconômicos

O surto de doenças transmissíveis em todo o mundo, como o atual surto da pandemia do COVID-19, e as consequentes paralisações em escala global podem gerar interrupções na geração e no trading de energia elétrica. Além disso, o surto mundial pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global, podendo impactar diretamente os nossos negócios e resultados, bem como o valor de nossas ações.

Quaisquer surtos de doenças que podem vir a afetar o comportamento das pessoas, como a atual pandemia do COVID-19, o Zika, o Ebola, a gripe aviária, a febre aftosa, a gripe suína, a Síndrome Respiratória no Oriente Médio (MERS) e a Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS), podem ter um impacto adverso relevante no mercado de capitais global, nas indústrias mundiais, na economia mundial e brasileira e, consequentemente, nos nossos resultados operacionais e nas ações de nossa emissão.

O recente surto global do COVID-19 pode ter impactos de longa extensão, como o fechamento de fábricas, condições desafiadoras de trabalho e interrupção da cadeia de suprimentos global. Atualmente, a cadeia de suprimento global está ameaçada e os fabricantes de equipamentos já reduziram o fornecimento de produtos e/ou matérias- primas.

Além disso, autoridades públicas e agentes privados em diversos países do mundo adotaram e podem vir a adotar uma série de medidas voltadas à contenção do surto, que podem incluir, restrições à circulação de bens e pessoas, incluindo quarentena e lockdown, cancelamento ou adiamento de eventos públicos, suspensão de operações comerciais, fechamento de estabelecimentos abertos ao público, entre outras medidas mais ou menos severas.

Ainda, cabe destacar que qualquer surto de doença pode vir a ter um impacto adverso relevante nos mercados, principalmente no mercado acionário. Por conseguinte, a adoção das medidas descritas acima aliadas às incertezas provocadas pelo surto do COVID-19, provocaram um impacto adverso na economia e no mercado de capitais global, inclusive no Brasil. Durante o mês de março de 2020, por exemplo, houve oito paralisações (*circuit-breakers*) das negociações na B3. A cotação da maioria

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

dos ativos negociados na B3 foi adversamente afetada em razão do surto do COVID-19. Impactos semelhantes aos descritos acima podem voltar a ocorrer, provocando a oscilação dos ativos negociados na B3.

Adicionalmente, qualquer mudança material nos mercados financeiros globais ou na economia brasileira pode diminuir o interesse de investidores em ativos brasileiros, incluindo as ações de nossa emissão, o que pode afetar adversamente a cotação dos tais ativos, além de dificultar o acesso da Companhia ao mercado de capitais e financiamento de suas operações e em termos aceitáveis.

O Governo Federal exerce influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e a política brasileira, poderão causar um efeito adverso relevante nas atividades da Companhia e de suas controladas.

A economia brasileira tem sido marcada por frequentes e, por vezes, significativas intervenções do Governo Federal, bem como por ciclos econômicos instáveis. Neste sentido, o Governo Federal tem frequentemente modificado as políticas monetárias, de crédito, fiscal, entre outras para influenciar a condução da economia do Brasil. As ações do Governo Federal para controlar a inflação envolveram, por vezes, o controle de salários e preços, a restrição ao acesso a contas bancárias, o bloqueio de contas bancárias, controles no fluxo de capital e determinados limites sobre importações e exportações de mercadorias. Além disso, a Companhia está sujeita à ingerência do Governo Federal nos órgãos reguladores que regulamentam as atividades desenvolvidas pela Companhia, principalmente no que se refere às regras da ANP e do MAPA, e às determinações do Conselho Nacional de Política Energética ("CNPE").

A Companhia não tem controle sobre as medidas e políticas que o Governo Federal pode vir a adotar no futuro, e tampouco pode prevê-las. Os negócios da Companhia, sua situação econômico-financeira e seus resultados operacionais poderão vir a ser afetados de maneira relevante por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem fatores, tais como:

(a) taxas de juros;
(b) controles cambiais e restrições a remessas para o exterior;
(c) política monetária;
(d) flutuações cambiais;
(e) alteração das normas trabalhistas, legais e regulatórias;
(f) mudanças na regulamentação aplicável às operações da Companhia principalmente relativas à ANP, MAPA, CNPE e MME, incluindo as regras atinentes à operacionalização e à realização de leilões de venda de biodiesel, notadamente em razão da reorganização estratégica da Petrobras no cenário downstream nacional;
(g) inflação;
(h) liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
(i) expansão ou contração da economia brasileira;
(j) política fiscal e alterações na legislação tributária;
(k) controle sobre importação e exportação;
(l) instabilidade social e política;
(m) expansão e contração da economia brasileira, medida pelo produto interno bruto;
(n) saúde pública, incluindo em razão de epidemias e pandemias, como a atual pandemia da COVID-19; e
(o) outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

Importante destacar que o setor de biodiesel é estritamente regulado e, no cenário atual, o seu principal mercado decorre do percentual de mistura obrigatória de biodiesel no diesel, previsto em legislação federal (Lei nº 13.033 de 2014) e subsidiariamente, em âmbito infralegal, pelo CNPE. Diante desta conjuntura de mercado, uma eventual alteração política poderia resultar em alterações legais com a redução do percentual obrigatório de adição de biodiesel, o que poderia impactar os negócios da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro e dos valores mobiliários emitidos no exterior por companhias brasileiras, incluindo a Companhia.

A contínua instabilidade política afetou adversamente a economia brasileira, o que pode afetar adversamente o preço de negociação de nossas ações ordinárias.

A economia brasileira foi e continua a ser afetada por eventos políticos no Brasil, que também afetaram a confiança dos investidores e do público em geral, afetando adversamente o desempenho da economia brasileira e aumentando a volatilidade dos títulos e valores mobiliários emitidos por empresas brasileiras. Recentemente, o cenário político e econômico brasileiro passou por altos níveis de volatilidade e instabilidade, incluindo a contração do produto interno bruto, ou PIB, fortes oscilações do real em relação ao dólar americano, aumento do desemprego e menores níveis de gastos e confiança do consumidor. Esse cenário pode se intensificar com a eleição presidencial brasileira a ser realizada em outubro de 2022.

Os mercados brasileiros têm sofrido maior volatilidade devido às incertezas derivadas das investigações em andamento conduzidas pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal, e ao impacto dessas investigações na economia brasileira e no ambiente político. Muitos membros do governo brasileiro e do poder legislativo, bem como altos funcionários de grandes empresas estatais e privadas foram condenados por corrupção política relacionada a subornos através de propinas em contratos concedidos pelo governo a diversas infraestruturas, petróleo e gás e construtoras, entre outras.

Essas investigações tiveram um impacto adverso na imagem e reputação das empresas envolvidas e na percepção geral do mercado brasileiro. Em particular, a indústria brasileira de petróleo e gás foi adversamente afetada por essas investigações no passado.

Além disso, o presidente do Brasil pode determinar políticas e emitir atos governamentais relativos à economia brasileira que afetem as operações e o desempenho financeiro das empresas no Brasil, incluindo nós. A incerteza política e econômica e quaisquer novas políticas ou mudanças nas políticas atuais podem ter um efeito adverso relevante sobre nossos negócios, resultados operacionais, condição financeira e perspectivas.

Na data deste Formulário de Referência, investigações vêm sendo realizadas em diversos níveis hierárquicos da administração pública. Quaisquer consequências decorrentes dessas investigações, incluindo processos de afastamento de autoridades, cassação de mandatos, dentre outras, podem ter um efeito material adverso no ambiente político e econômico do Brasil, bem como nas empresas brasileiras, incluindo nós.

O potencial resultado destas e outras investigações é incerto, mas elas já tiveram um impacto negativo sobre a imagem e reputação das empresas envolvidas, bem como sobre a percepção geral do mercado sobre a economia brasileira. O desenvolvimento desses casos de condutas antiéticas tem afetado e pode afetar adversamente nossos negócios, nossa condição financeira e nossos resultados operacionais, bem como o preço de negociação de nossas ações. Não podemos prever se as investigações em curso e seus consequentes desdobramentos irão conduzir a uma maior instabilidade política e econômica, nem se novas alegações contra funcionários e executivos do governo e/ou companhias privadas surgirão no futuro. Também não podemos pode prever os resultados dessas investigações, nem o impacto sobre a economia brasileira ou o mercado acionário brasileiro.

Além disso, qualquer dificuldade do governo federal em conseguir maioria no congresso nacional poderia resultar em impasse no Congresso, agitação política e manifestações massivas e/ou greves que poderiam afetar adversamente as nossas operações. Incertezas em relação à implementação, pelo novo governo, de mudanças relativas às políticas monetária, fiscal e previdenciária, bem como à legislação pertinente, podem contribuir para a instabilidade econômica. Essas incertezas e novas medidas podem aumentar a volatilidade do mercado de títulos brasileiros.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Desenvolvimentos e mudanças na percepção dos investidores sobre risco em outros países, especialmente nos Estados Unidos, Europa e outros países emergentes, podem afetar material e adversamente a economia brasileira e o valor de mercado dos valores mobiliários brasileiros, incluindo as nossas ações.

O valor de mercado dos valores mobiliários das companhias brasileiras pode ser influenciado, em diferentes medidas, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive dos Estados Unidos, China e União Europeia, de países da América Latina e de economia emergente. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses e outros países pode, diante da perspectiva envolvendo os contornos do evento, causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de emissores brasileiros, em especial, aqueles negociados em bolsa de valores. Potenciais crises nos Estados Unidos, China e União Europeia, ou nos países de economia emergente podem, dependendo da dimensão de seus efeitos, reduzir, em certa medida, o interesse dos investidores nos valores mobiliários dos emissores brasileiros, inclusive os valores mobiliários de emissão da Companhia. Os preços das ações na B3, por exemplo, são historicamente afetados por determinadas flutuações nas taxas de juros vigentes nos Estados Unidos, bem como pelas variações dos principais índices de ações norte-americanos. Isso poderia prejudicar o preço das ações de emissão da Companhia, além de dificultar ou impedir totalmente seu acesso ao mercado de capitais e ao financiamento de suas operações no futuro em termos aceitáveis, ou sob quaisquer condições.

Não só a economia brasileira, mas também a de outros países, pode ser afetada de forma geral pela variação das condições econômicas do mercado internacional, e notadamente pela conjuntura econômica dos Estados Unidos, China e União Europeia. Ainda, eventuais reduções na oferta de crédito e a deterioração das condições econômicas em outros países, incluindo a crise da dívida que afeta alguns países da União Europeia, podem, em alguma medida, prejudicar os preços de mercado dos valores mobiliários brasileiros de maneira geral, inclusive das ações de emissão da Companhia. Adicionalmente, o risco de default de países em crise financeira, dependendo das circunstâncias, pode reduzir a confiança dos investidores internacionais e trazer volatilidade para os mercados.

Com relação a fatos macroeconômicos relevantes que podem impactar o negócio da companhia, destacamos a saída do Reino Unido da União Europeia ("Brexit"), que pode afetar de maneira adversa as condições econômicas e de mercado da Europa e do mundo todo, podendo contribuir para a instabilidade nos mercados financeiros globais. Adicionalmente, o Brexit pode levar a incertezas legais e gerar leis e regulamentos nacionais potencialmente divergentes à medida que o Reino Unido determine quais leis da União Europeia ele substituirá ou replicará.

Por fim, essas tensões podem gerar uma instabilidade política e econômica ao redor do mundo, impactando o mercado diretamente o mercado de ações.

A economia do Brasil permanece vulnerável a fatores externos, o que pode ter um efeito adverso sobre o crescimento econômico do Brasil e sobre os negócios e resultados operacionais da Companhia.

A globalização dos mercados de capitais aumentou as vulnerabilidades dos países a eventos adversos. O Brasil permanece vulnerável a flutuações financeiras e econômicas internacionais, inclusive com relação a países da América Latina e países de mercados emergentes.

As recentes e contínuas recessões e crises em determinados países europeus e reduções na taxa de crescimento na economia chinesa afetam a economia brasileira de muitas formas, gerando inclusive uma retração nos fluxos comerciais e de capital e uma redução nos preços de commodities, o que impacta a certeza do investidor e a confiança do consumidor.

Adicionalmente, crises em outros países emergentes podem diminuir o interesse dos investidores em valores mobiliários brasileiros, incluindo os da Companhia, o que pode afetar adversamente o preço de mercado das suas ações. A ocorrência de efeitos negativos como os mencionados acima pode levar à deterioração das condições macroeconômicas no Brasil e os impactos decorrentes e consequentemente afetar os negócios e os resultados operacionais da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A volatilidade e falta de liquidez do mercado de valores mobiliários brasileiro poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender os valores mobiliários de nossa emissão pelo preço e na ocasião que desejarem.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação com outros mercados; isto porque, o mercado de valores mobiliários brasileiro é substancialmente menor, menos líquido, mais volátil e mais concentrado que os principais mercados de valores mobiliários internacionais. A volatilidade e falta de liquidez limitam substancialmente a capacidade dos detentores de nossos valores mobiliários de vendê-los ao preço e na ocasião em que desejem e, consequentemente, poderão afetar negativamente o preço de mercado dos valores mobiliários por nós emitidos. O preço de mercado das ações de emissão da Companhia poderá flutuar por diversas razões, incluindo os fatores de risco mencionados neste Formulário de Referência ou por motivos relacionados ao seu desempenho.

A inflação e os esforços governamentais para combatê-la podem contribuir para um cenário de incerteza econômica, afetando adversamente a Companhia e o preço de mercado das suas ações.

No passado, o Brasil registrou altas taxas de inflação, que tiveram, em conjunto com determinadas ações tomadas pelo governo brasileiro para combatê-la e especulações sobre quais medidas seriam adotadas, efeitos negativos sobre a economia brasileira. As taxas de inflação foram de 7,30% em 2019, 7,54% em 2018 e, -0,52% em 2017, conforme medida pelo IGP-M. As medidas adotadas pelo governo brasileiro para o controle inflacionário incluíram a manutenção de rígidas políticas monetárias com elevadas taxas de juros, consequentemente restringindo a disponibilidade de crédito e reduzindo o crescimento econômico. O Comitê de Política Monetária, ou COPOM, ajustou as taxas de juros oficiais em situações de incerteza econômica para atingir metas estabelecidas na política econômica do governo brasileiro. Mais recentemente, o COPOM reduziu as taxas de juros oficiais, que atingiram mínimas históricas, entretanto, não podemos garantir que as taxas de juros permanecerão, no futuro, nos níveis baixos atuais.

Quaisquer medidas tomadas pelo governo brasileiro no futuro, incluindo a redução nas taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e a implementação de mecanismos para ajustar ou determinar o valor do real, podem desencadear inflação, afetando adversamente o desempenho geral da economia brasileira. Se o Brasil enfrentar inflação alta no futuro, talvez a Companhia não possa ajustar os preços que cobra de seus Clientes para compensar os efeitos da inflação em sua estrutura de custos, o que poderia aumentar seus custos e reduzir suas margens operacionais e líquidas.

Além disso, no caso de aumento da inflação, o governo brasileiro pode optar por aumentar significativamente as taxas de juros. O aumento nas taxas de juros pode afetar não apenas o custo dos novos empréstimos e financiamentos da Companhia, mas também o custo de seu endividamento atual, bem como o caixa e equivalentes a caixa, títulos e valores mobiliários e contratos de arrendamento a pagar da Companhia, que estão sujeitos a taxas de juros. Dessa forma, a flutuação nas taxas de juros brasileiras e a inflação podem afetar adversamente a Companhia, porque ela tem empréstimos e financiamentos indexados à variação do CDI e às taxas oficiais de juros de longo prazo (TJLP). Por outro lado, uma redução significativa nas taxas de CDI, TJLP ou inflação pode afetar adversamente a receita de suas aplicações financeiras.

Qualquer rebaixamento na classificação de crédito do Brasil poderá afetar adversamente o preço de negociação das ações da Companhia.

As classificações de crédito afetam as percepções de risco dos investidores e, como resultado, os rendimentos exigidos nas emissões de dívida nos mercados financeiros. As agências de classificação avaliam regularmente o Brasil e suas classificações soberanas, considerando uma série de fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições fiscais e orçamentárias, endividamento e a perspectiva de mudança nesses fatores.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Na data deste Formulário de Referência, as classificações de crédito soberano do Brasil eram BB- com perspectiva estável, Ba2 com perspectiva estável e BB- com perspectiva negativa pela Standard & Poor's, Moody's e Fitch, respectivamente, que está abaixo do grau de investimento.

Não podemos garantir que as agências de classificação manterão as classificações de crédito soberano do Brasil. Qualquer rebaixamento nas classificações de crédito soberano do Brasil pode aumentar a percepção de risco dos investidores e, como resultado, afetar adversamente o preço dos títulos e valores mobiliários emitidos por empresas brasileiras, incluindo nós, afetando adversamente nossa classificação e, consequentemente, nós.

A instabilidade da taxa de câmbio pode afetar adversamente a economia brasileira e a Companhia.

O real flutuou significativamente em relação ao dólar americano e outras moedas estrangeiras nas últimas décadas. O governo brasileiro utilizou no passado diferentes planos econômicos e regimes de taxa de câmbio, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas (durante as quais a frequência dos ajustes variou de diária a mensal), um sistema de taxa de câmbio flutuante, controles de câmbio e mercados de taxa de câmbio dupla. De tempos em tempos, ocorreram flutuações significativas na taxa de câmbio entre o real e o dólar americano e outras moedas.

Em 31 de dezembro de 2017, a taxa de venda do dólar americano era de R$ 3,308 para US$ 1,00. Em 2018 e 2019, o real se desvalorizou em relação ao dólar americano e a taxa de venda do dólar americano foi de R$ 3,8748 para US$ 1,00 em 31 de dezembro de 2018 e R$ 4,0307 para US$ 1,00 em 31 de dezembro de 2019, conforme divulgado pela Banco Central. Em 30 de setembro de 2020, a taxa de venda do dólar americano era de R$ 5,6407 para US$ 1,00, conforme informado pelo Banco Central, representando uma desvalorização de 39,9% do real em relação ao dólar americano no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020.

Não podemos prever se o Banco Central ou o governo brasileiro continuarão a permitir que o real flutue livremente ou intervirão no mercado de câmbio retornando ao sistema de bandas cambiais ou de outra forma. Além disso, a legislação brasileira prevê que, sempre que houver um sério desequilíbrio na balança de pagamentos do Brasil ou razões substanciais para prever um sério desequilíbrio, restrições temporárias podem ser impostas às remessas de capital estrangeiro para o exterior.

A instabilidade da taxa de câmbio pode ter um efeito adverso relevante sobre a Companhia. O real pode se desvalorizar ou valorizar substancialmente em relação ao dólar americano e outras moedas estrangeiras, o que poderia criar pressões inflacionárias no Brasil por meio do aumento geral dos preços e causar aumentos nas taxas de juros. Essa desvalorização ou valorização pode afetar negativamente o crescimento da economia brasileira, geralmente restringir o acesso de emissores brasileiros, incluindo a Companhia, aos mercados de capitais internacionais e pode ter um efeito significativo em nossos resultados operacionais e condição financeira. A valorização do real em relação ao dólar americano e outras moedas estrangeiras também pode afetar negativamente as contas públicas do Brasil e o balanço de pagamentos, o que pode causar uma redução no crescimento econômico. Não podemos prever ou influenciar quaisquer políticas cambiais adotadas pelo governo brasileiro e podemos ser adversamente afetados por essas políticas.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

4.2 - Descrição dos Principais Riscos de Mercado

A Companhia está exposta a riscos de mercado que podem impactar a sua performance operacional e a rentabilidade líquida. Dentre os principais riscos de mercado aos quais a Companhia está sujeita, estão detalhados abaixo os riscos de preços de commodities, de aquisição de matéria prima, de taxa de câmbio e de taxa de juros:

Risco de preço de *commodities*

A Companhia comercializa e industrializa soja em grãos, gerando assim o óleo de soja e o farelo de soja. Tanto a soja quanto seus produtos derivados são caracterizados como commodities agrícolas. Essas commodities possuem referência de preços em dólar americano na Bolsa de Chicago - Chicago *Board of Trade* (CBOT), sendo negociadas no Brasil em reais, sofrendo, portanto, variações de acordo com o comportamento do câmbio do período.

Risco de câmbio

Além da variação de preços das commodities, mencionados acima, os quais são impactados diretamente pela variação da taxa de câmbio (Dólar Americano versus Real), a Companhia possui uma parcela da dívida em moeda norte-americana. Adicionalmente, uma parte das disponibilidades também está atrelada ao dólar estadunidense, de tal forma que flutuações nessa taxa câmbio podem impactar diretamente o resultado financeiro.

O quadro a seguir demonstra a posição dos principais ativos e passivos monetários da Companhia que possuem variação em dólares norte-americanos e estavam registrados em 30 de setembro de 2020 e que, assim, podem sofrer impactos nos valores futuros conforme a conversão definitiva. Para fins de análise de sensibilidade, adotou-se como cenário provável a taxa câmbio média projetada para 2021 publicada pelo Sistema de Expectativas de Mercado do BACEN (Banco Central do Brasil) de 25/09/2020.

Ativos (valores em milhares)	Saldo Disponível em USD	Saldo Disponível em BRL	-50% R$ 2,54	-25% R$ 3,80	Cenário Provável R$ 5,07	25% R$ 6,34	50% R$ 7,61
Ativos Circulantes	*10.498*	59.210	(32.545)	(19.317)	(5.985)	7.348	20.680
TOTAL	***10.498***	**59.210**	**(35.545)**	**(19.317)**	**(5.985)**	**7.348**	**20.680**

Passivos (valores em milhares)	Saldo Devedor USD	Saldo Devedor BRL	-50% R$ 2,54	-25% R$ 3,80	Cenário Provável R$ 5,07	25% R$ 6,34	50% R$ 7,61
C/ Taxa Pré-Fixada							
Nota de Crédito à Exportação - NCE	*1.007*	5.679	2.958	1.598	238	(1.123)	(2.483)
C/ Taxa Pós							
Nota de Crédito à Exportação - NCE	*25.072*	141.426	76.649	44.205	11.725	(20.793)	(53.348)
TOTAL	***26.079***	**147.105**	**79.607**	**45.803**	**11.962**	**(21.916)**	**(55.831)**

Risco de taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas aos seus empréstimos e financiamentos, bem como impactem a demanda por seus produtos. Flutuações da taxa de juros poderão aumentar o custo das dívidas da Companhia, ocasionando efeitos adversos sobre seus negócios.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

No encerramento do exercício social em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentava posição de empréstimos e financiamentos do passivo circulante e do passivo não circulante de R$886,698 milhões, sendo que R$698,884 milhões estavam expressos em reais e indexadas ao CDI (tanto em CDI acrescido de spread quanto em percentual do CDI), conforme detalhado no item "10.1.f" deste Formulário de Referência. Já em 30 de setembro de 2020, essas posições eram de R$ 1.132,602 milhões e R$937,114 milhões, respectivamente.

O quadro a seguir demonstra a posição de aplicações financeiras e Dívida Bruta da Companhia que possuem indexação ao CDI em 30 de setembro de 2020, e assim estão sujeitas a flutuações de taxas de juros. Para fins de análise de sensibilidade, adotou-se como cenário provável a taxa SELIC média projetada para 2021, publicado pelo Sistema de Expectativas de Mercado do BACEN (Banco Central do Brasil) de 25 de setembro de 2020. Os valores apresentados nos cenário provável (2,2%), sendo +25% (2,8%) e +50% (3,3%) demonstram qual seria o impacto nos próximos 12 meses em cada perspectiva.

(em R$ mil)

Aplicações Financeiras	**Saldo Aplicado 30/09/2020**	**Cenário Provável 2,2% a.a.**	**+25,0% 2,8% a.a.**	**+50,0% 3,3% a.a.**
Aplicações Financeiras indexadas ao CDI				
Aplicações Financeiras indexadas ao CDI	173.197	**3.845**	**4.806**	**5.767**
Total de Aplicações Financeiras	***173.197***	***3.845***	***4.806***	***5.767***
Dívidas Bancárias	**Saldo Devedor 30/09/2020**	**Cenário Provável 2,2% a.a.**	**+25,0% 2,8% a.a.**	**+50,0% 3,3% a.a.**
Dívidas em Reais Taxa Pós-Fixada				
Dívidas em CDI + Spread	715.958	**(32.667)**	(36.732)	(40.797)
Dívidas em % do CDI	221.156	**(6.265)**	(7.831)	(9.397)
Sub total Dívidas indexadas ao CDI	***937.114***	***(38.932)***	***(44.563)***	***(50.194)***
Dívidas em IPCA + Spread	34.988	-	-	-
Dívidas em TLP	286	-	-	-
Sub total Dívidas indexada a Outras Taxas Pós-Fixada	***35.274***	-	-	-
Dívidas em Outras Moedas e Taxa Pré Fixada				
Dívidas em Outras Moedas	147.105	**-**	**-**	**-**
Dívidas em Taxa Pré Fixada	13.109	**-**	**-**	**-**
Total de Dívidas Bancárias	**1.132.602**	**(38.932)**	**(44.563)**	**(50.194)**
Impacto da Flutuação do CDI		***(35.087)***	***(39.757)***	***(44.426)***

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

A Companhia e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos, os quais possuem chance de perda provável, possível e remota. As provisões da Companhia são registradas conforme os regramentos contábeis vigentes, com base na análise individual de cada processo por seus advogados internos e externos, sendo constituídas provisões para processos avaliados por seus consultores jurídicos como processos com chance de perda provável.

Para os fins deste item 4.3, foram considerados como processos relevantes aqueles que, individualmente ou, quando tratarem de matérias conexas, conjuntamente: (i) tiverem valor igual ou superior a R$3 milhões; e (ii) possam vir a impactar negativamente a imagem da Companhia.

A Companhia apresenta a seguir uma breve descrição dos processos mais relevantes em que figura como parte, segregados por sua natureza.

Processos de natureza tributária

Na data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia não figura como parte em processos de natureza tributária considerados como relevantes.

Processos de natureza trabalhista

Em 30 de setembro de 2020, a Companhia e suas controladas figuravam como parte em 115 processos judiciais de natureza trabalhista. O valor total estimado das 115 ações somavam, aproximadamente, R$11,72 milhões.

As referidas demandas foram propostas por ex-empregados, prestadores de serviços, sindicatos, bem como pelo Ministério Público do Trabalho, versando, principalmente sobre: (i) horas extras; (ii) adicional noturno; (iii) adicional de periculosidade; (iv) adicional de insalubridade; (v) intervalo intrajornada; (vi) intervalo interjornada; (viii) indenização por danos morais e materiais; (ix) doença ocupacional; (x) acidente de trabalho, dentre outros. Neste sentido, eventuais condenações poderão trazer impactos financeiros e de rotina para Companhia e suas controladas.

Em 30 de setembro de 2020, a Companhia era parte em: (i) 14 processos com chance de perda remota, dos quais 3, em sua totalidade, correspondem ao valor estimado aproximado de R$49 mil; (ii) 54 processos com chance de perda possível, dos quais 50, em sua totalidade, correspondem ao valor estimado aproximado de R$7 milhões; e (iii) 47 processos com chance de perda provável, dos quais 46, em sua totalidade, correspondem ao valor estimado aproximado de R$5 milhões.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Dentre os processos de natureza trabalhista relevantes em que a Companhia figura como parte no polo passivo, em 30 de setembro de 2020, destacam-se, como explicitado acima, em razão do valor, classificação de chance de perda, e/ou de seu objeto, os seguintes:

Processo nº 0010220-52.2014.5.04.0512	
a. juízo	Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região
b. instância	2ª instância
c. data de instauração	23/05/2014
d. partes no processo	Autor: Ministério Público do Trabalho ("MPT") Réu: Oleoplan S.A
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor estimado de R$300.000,00
f. principais fatos	Trata-se de ação civil pública ajuizada pelo MPT, em maio de 2014, decorrente de acidente de trabalho na qual pleiteia que a Companhia cumpra com diversas obrigações de fazer referentes à segurança e medicina do trabalho, bem como o pagamento de indenização por danos morais coletivos no valor de R$1.000.000,00. Em outubro de 2016, foi proferida decisão considerando parcialmente procedentes os pedidos do MPT, condenando a ré a cumprir com diversas obrigações de fazer incluindo a aplicação de multa para o descumprimento de cada uma delas, bem como ao pagamento de dano moral coletivo no valor de R$300.000,00. Autor e réu interpuseram recursos para os quais foram negados provimento. Em abril de 2019, a ré interpôs Recurso e Revista para o qual foi negado seguimento. Atualmente, aguarda-se julgamento de recurso interposto pela ré em outubro de 2010.
g. chance de perda	Provável
h. análise do impacto em caso de perda	O valor estimado correspondente a essa ação monta em R$300.000,00.
i. status	Decisão denegando seguimento ao recurso.

Processo nº 0021121-48.2015.5.04.0511	
a. juízo	Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região
b. instância	2 ª instância
c. data de instauração	01/07/2015
d. partes no processo	Autor: Ministério Público do Trabalho Réu: Oleoplan S.A
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor estimado de R$300.000,00.
f. principais fatos	Trata-se de ação civil pública ajuizada pelo MPT, em julho de 2015, decorrente de fiscalização do antigo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que teria constado supostas infrações trabalhistas, na qual pleiteia que a Companhia cumpra com diversas obrigações de fazer referentes à segurança e medicina do trabalho, bem como o pagamento de indenização por danos morais coletivos no valor de R$1.000.000,00. Em outubro de 2016, foi proferida decisão considerando parcialmente procedentes os pedidos do MPT, condenando a ré a cumprir com diversas obrigações de fazer incluindo a aplicação de multa para o descumprimento de cada uma delas, bem como ao pagamento de dano moral coletivo no valor de R$300.000,00. As partes interpuseram recursos para os quais aguarda-se julgamento.
g. chance de perda	Provável
h. análise do impacto em caso de perda	O valor estimado correspondente a essa ação monta em R$300.000,00.
i. status	Aguardando julgamento dos recursos interpostos pelas partes

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo nº 0010941-24.2015.5.05.0291	
a. juízo	Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região
b. instância	2ª instância
c. data de instauração	17 de agosto de 2014
d. partes no processo	Autor: Ministério Público do Trabalho Réu: Oleoplan Nordeste
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor estimado de R$100.000,00.
f. principais fatos	Trata-se de ação civil pública ajuizada pelo MPT, em agosto de 2014, decorrente de acidente de trabalho na qual pleiteia que a Companhia cumpra com diversas obrigações de fazer e não fazer referentes à segurança do trabalho e ao cumprimento da legislação com relação às jornadas de trabalho, bem como o pagamento de indenização por danos morais coletivos no valor de R$1.000.000,00. Em agosto de 2016, foi proferida decisão considerando parcialmente procedentes os pedidos do MPT, condenando a ré a cumprir com diversas obrigações de fazer e não fazer incluindo a aplicação de multa para o descumprimento de cada uma delas, bem como ao pagamento de dano moral coletivo no valor de R$100.000,00. As partes interpuseram recursos para os quais foi negado provimento. A ré interpôs Recurso de Revista para o qual foi denegado seguimento em julho de 2020. A ré apresentou novo recurso para o qual aguarda-se julgamento.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	O valor estimado correspondente a essa ação monta em R$100.000,00. Saliente-se que a ré realizou seguro garantia no valor aproximado de R$100.000,00.
i. status	Aguardando julgamento dos recursos interposto pela ré.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processos de natureza cível

Em 30 de setembro de 2020, a Companhia era parte em 60 processos cíveis judiciais de natureza cível. Os objetos dos referidos processos envolvem valor aproximado de R$3,75 milhões e alguns valores indeterminados tratados abaixo.

De acordo com a análise dos advogados externos da Companhia, em 30 de setembro de 2020, a Companhia era parte em: (i) 31 processos com chance de perda remota, no valor estimado aproximado de R$49 mil; (ii) 24 processos com chance de perda possível, no valor estimado aproximado de R$1,6 milhão; (iii) 3 processos com chance de perda provável, no valor estimado aproximado de R$2 milhões; e (iv) 2 processos não se aplica avaliação de prognósticos, por se tratarem de uma medida satisfativa e processo encerrado, respectivamente. Em 30 de setembro de 2020, a Companhia havia provisionado aproximado de R$1,9 milhão para os processos classificados com chance de perda provável, total ou parcial.

Dentre os processos de natureza cível relevantes em que a Companhia figura como parte no polo passivo, em 30 de setembro de 2020, destacam-se, como explicitado acima, em razão do valor, classificação de chance de perda, e/ou de seu objeto, os seguintes:

Processo nº 078.1.12.0002694-6 (CNJ 0005026-60.2012.8.21.0078)	
a. juízo	Vara Judicial de Veranópolis
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	27/12/2012
d. partes no processo	Autor: C.C. (iniciais do autor) Réu: Oleoplan S/A – Óleos Vegetais Planalto de outras
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Esta demanda tem natureza preparatória e não há qualquer pedido condenatório.
f. principais fatos	Trata-se de ação cautelar inominada que visa a impedir a realização de arquivamento de atos societários, a indisponibilidade de bens das sociedades e sócios e a exibição de documentos e livros das sociedades. Foi deferida medida liminar para assegurar ao autor acesso a documentos e livros da Oleoplan. Após apresentação de contestação e réplica, foi determinada a reunião de todas as ações existentes entre as partes. O processo atualmente se encontra suspenso, até o julgamento do processo 078/1.14.0001183-7.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Nesse momento é difícil mensurar qual o real impacto econômico de eventual perda do processo.
i. status	Suspenso até o julgamento do processo 078/1.14.0001183-7.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo nº 078/1.17.0000941-2 (CNJ 0001578-06.2017.8.21.0078)	
a. juízo	Vara Judicial de Veranópolis
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	25.05.2017
d. partes no processo	Autor: C.C. (iniciais do autor) Réu: Oleoplan S/A – Óleos Vegetais Planalto
e. valores, bens ou direitos envolvidos	A Companhia estima o envolvimento de aproximadamente R$168.043,38.
f. principais fatos	Trata-se de ação de cobrança de dividendos cumulada com manutenção de antecipação de dividendos. A liminar foi deferida para determinar que a ré voltasse a pagar os adiantamentos dos lucros futuros, tendo por base o período de 03/2007 a 03/2013. A decisão liminar posteriormente foi revogada. Encerrada a instrução processual, as partes apresentaram razões finais. Não há notícia de sentença no processo.
g. chance de perda	Possível.
h. análise do impacto em caso de perda	Por conta da revogação da liminar, indicando que não são devidos dividendos futuros, o valor indicado pela Companhia de R$ 168.043,38 parece razoável, mas sofrerá atualização monetária e possível acréscimo de honorários advocatícios de 10% a 20%.
i. status	O processo aguarda prolação de sentença.

Processo nº 078/1.13.0001380-3 (CNJ 0002762-36.2013.8.21.0078)	
a. juízo	Vara Judicial de Veranópolis
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	02/08/2013
d. partes no processo	Autor: Oleoplan S/A – Óleos Vegetais Planalto Réu: C.C. (iniciais do réu)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	A Companhia estima o envolvimento de aproximadamente R$6.027.318,00 que já foram depositados em juízo e levantados pelo autor.
f. principais fatos	Trata-se de ação de consignação em pagamento correspondente à participação de sócio retirante, ajuizada pelo Oleoplan. Após a realização do depósito judicial e o levantamento desses valores pelo réu, o processo foi suspenso para aguardar o julgamento do processo 078/1.14.0001105-5.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	O impacto de perda depende do julgamento do processo 078/1.14.0001105-5. Nesse momento é difícil mensurar qual o real impacto econômico de eventual perda do processo.
i. status	Suspenso até o julgamento do processo 078/1.14.0001105-5.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo nº 078/1.14.0001105-5 (CNJ 0001929-81.2014.8.21.0078)	
a. juízo	Vara Judicial de Veranópolis
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	06/06/2014
d. partes no processo	Autor: C.C. (inicias do autor) Réu: Oleoplan S/A - Óleos Vegetais Planalto
e. valores, bens ou direitos envolvidos	O valor da causa é ilíquido pela referência genérica ao método de fluxo de caixa e ao valor justo de mercado da participação social. Em réplica
f. principais fatos	Trata-se de ação declaratória e condenatória ao reembolso de ações a valor justo em decorrência do exercício do direito de retirada de sociedade anônima. No início foi conferida liminar que impedia a empresa de modificar a posição acionária do autor, mas a decisão foi revogada posteriormente. Em que pese o valor incerto da causa, foi indeferida a realização de prova pericial requerida pela autora. A instrução processual foi encerrada e as partes apresentaram razões finais. Os autos se encontram conclusos para sentença.
g. chance de perda	Possível.
h. análise do impacto em caso de perda	Nesse momento é difícil mensurar qual o real impacto econômico de eventual perda do processo. Em laudo próprio o Autor indicou possíveis valores de R$ 16.892.194,58, R$ 22.619.960,00, indicando que poderá ser ainda mais que isso.
i. status	Concluso para sentença.

Processo nº 078/1.14.0001183-7 (CNJ 0002063-11.2014.8.21.0078)	
a. juízo	Vara Judicial de Veranópolis
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	17/06/2014
d. partes no processo	Autor: C.C. (inicias do autor) Réu: Oleoplan S/A – Óleos Vegetais Planalto e outro.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	O valor envolvido na causa é ilíquido e dependerá de decisão do 078/1.14.00001105/5. A Própria inicial faz referência ao valor “inestimável, neste momento”.
f. principais fatos	Trata-se de ação de responsabilidade civil do administrador controlador, cumulada com declaração de nulidade de deliberações sociais. O processo já encerrou a fase instrutória e foram apresentadas razões finais. O processo aguarda o julgamento do 078/1.14.0001105-5.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	O impacto de perda depende do julgamento do processo 078/1.14.0001105-5. Nesse momento é difícil mensurar qual o real impacto econômico de eventual perda do processo.
i. status	Suspenso até o julgamento do processo 078/1.14.0001105-5.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo nº 078/1.14.0001106-3 (CNJ 0001930-66.2014.8.21.0078)	
a. juízo	Vara Judicial de Veranópolis
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	06/06/2014
d. partes no processo	Autor: C.C. (inicias do autor) Réu: Oleoplan S/A – Óleos Vegetais Planalto e outro.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Os valores discutidos são indeterminados, pois o objeto é anulação das assembleis gerais realizadas até 2012.
f. principais fatos	Trata-se de ação de responsabilidade civil do administrador e controlador, cumulada com declaração de nulidade de deliberações sociais. A instrução processual foi encerrada as partes apresentaram razões finais. O feito aguarda sentença.
g. chance de perda	Possível.
h. análise do impacto em caso de perda	Os valores em discussão são indeterminados e em caso de perda ainda poderá haver anulação de assembleias gerais anteriores.
i. status	O feito aguarda sentença.

Processo nº 078/1.14.0001461-5 (CNJ 0002524-80.2014.8.21.0078)	
a. juízo	Vara Judicial de Veranópolis
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	30/07/2014
d. partes no processo	Autor: Espólio de Isidoro Costella Réu: Oleoplan S/A – Óleos Vegetais Planalto e outro
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Tal qual no processo 078/.1.14.0001183-7, o valor da causa é alegadamente “inestimável”. As ações são idênticas.
f. principais fatos	Trata-se de ação de responsabilidade civil do administrador e controlador, cumulada com declaração de nulidade de deliberações sociais. A fase de instrução já foi encerrada e as partes apresentaram razões finais. O feito aguarda sentença.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Os valores em discussão são indeterminados e em caso de perda ainda poderá haver anulação de assembleias gerais anteriores.
i. status	Aguardando sentença.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo nº 078/1.15.0001528-1 (CNJ 0002797-25.2015.8.21.0078)	
a. juízo	Vara Judicial de Veranópolis
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	15/09/2015
d. partes no processo	Autor: Espólio de Isidoro Costella Réu: Oleoplan S/A -Óleos Vegetais Planalto
e. valores, bens ou direitos envolvidos	O valor é inestimável, sendo os pedidos idênticos aos formulados no processo 078/1.14.0001105-5.
f. principais fatos	Trata-se de ação declaratória de condenação ao reembolso de ações a valor justo em decorrência do exercício do direito de retirada de sociedade anônima. A fase instrutória foi encerrada e as partes já apresentaram razões finais. A prova pericial foi indeferida. O processo aguarda sentença.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	O impacto de perda advirá do julgamento do processo 078/1.14.0001105-5, pois as ações são idênticas. Nesse momento é difícil mensurar qual o real impacto econômico de eventual perda do processo.
i. status	Aguardando sentença.

Processo nº 078/1.17.0000941-2 - (CNJ 0001578-06.2017.8.21.0078)	
a. juízo	Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	25.07.2013
d. partes no processo	Autor: C.C. (inicias do autor) Réu: Oleoplan S/A
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Cobrança de dividendos no valor de R$ 168.043,38
f. principais fatos	Em 25.07.2013, protocolada a petição inicial com pedido liminar de condenação ao pagamento de dividendos. Em 20.08.2013, Foi proferida decisão concedendo a tutela provisória. Em 07.10.2013 Foi protocolada contestação da Oleoplan. Em 16.12.2013, proferida decisão que colheu os pleitos preliminares da Oleoplan e determinou a reunião com o processo de nº 078/1.12.0002694-6. Em 17.09.2019, proferida decisão intimando as partes a apresentarem razões finais.
g. chance de perda	Possível
h. análise do impacto em caso de perda	Pagamento de dividendos no valor de R$168.043,38.
i. status	Ativa – Instrução/ aguardando julgamento

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processos de natureza ambiental

Em 30 de setembro de 2020, a Companhia e suas controladas figuravam como parte em 2 processos judiciais de natureza ambiental. O processo em que a Companhia figura como ré possui valor da causa estimado em R$500 mil e o processo judicial que a Companhia figura como autora possui valor da causa estimado em R$729 mil.

De acordo com a análise dos advogados externos da Companhia, em 30 de setembro de 2020, a Companhia era parte em 3 processos com chance de perda possível.

Ressalta-se nesse ponto que os processos judiciais ambientais podem acarretar o despedimento de recursos financeiros que não se restringem ao valor da causa, com o objetivo de reparar os danos ambientais causados. Por isso, necessária a sua constatação mesmo que o valor da causa esteja abaixo do valor de corte.

Dentro desse contexto, os processos administrativos ambientais podem refletir danos ambientais com impacto nas esferas civil e penal.

Dentre os processos de natureza ambiental relevantes em que a Companhia figura como parte no polo passivo e ativo, em 30 de setembro de 2020, destacam-se, como explicitado acima, em razão do valor, classificação de chance de perda, e/ou de seu objeto, os seguintes:

Processo nº 078/1.13.0001613-6	
a. juízo	Vara Judicial da Comarca de Veranópolis
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	30/8/2013
d. partes no processo	Autor: Ministério Público Estadual Réu: Oleoplan S.A. Óleos Vegetais Planalto
e. valores, bens ou direitos envolvidos	A Companhia estima o envolvimento de aproximadamente R$500.000,00.
f. principais fatos	Em 30/8/2013, o Ministério Público do Rio Grande do Sul ("MPRS") propôs Ação Civil Pública contra a Companhia, alegando diversas irregularidades constatadas, quais sejam: (i) controle de particulados com deficiência; (ii) falta de limpeza no pátio, que ensejou a degradação de grãos de soja causando forte odor desagradável, tendo sido constatada a presença de vetores alados; (iii) pequenos vazamentos de gordura animal pela rampa de descarga de óleos, os quais eram recolhidos e alocados em tambores metálicos abertos; (iv) no setor de preparação havia fugas de emissões atmosféricas por alguma deficiência dos controles adotados; (v) ocorrência de alguns vazamentos de águas condensadas utilizadas no processo e que ao caírem no chão, misturavam-se ao pó de soja ali existente e consequentemente ocorrendo o escorrimento desse material para o pátio; (vi) irregularidade na dosagem dos produtos químicos utilizados para o tratamento da água; (vii) na saída de águas pluviais, verificou-se a existência de águas drenadas, carreando possivelmente materiais resultantes de vazamentos de processo; (viii) acúmulo indevido de sucatas diversas no pátio; e (ix) a lagoa de abastecimento de água existente nos fundos da empresa, encontrava-se bastante eutrofisada, com muitas algas e aguapés, com coloração esverdeada e exalando odor característico de fossa séptica. Além disso, o MPRS alega que a inobservância da Companhia com diversas prerrogativas ambientais estaria causando a mortandade de peixes no Arroio Jabuticaba.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

	Em resumo, o MPRS requereu fosse a Companhia condenada para adotar uma série de medidas de remediação, prevenção e compensação, bem como cumprimento de todas as condicionantes estabelecidas nas licenças vigentes. Em 11/9/2013, foi deferida a liminar requerida pelo Ministério Público, para o efeito de determinar à Companhia implementar todas as medidas da Análise Preliminar de Risco ("APR"), bem como cumprir com todas as condicionantes das licenças ambientais e demais providências visando prevenir acidentes e a emissão de poluentes, sob pena de multa de R$ 1.000,00 (mil reais) por dia de atraso. Em 22/1/2014, foi protocolada contestação da Companhia, alegando que nunca se opôs a executar as medidas, assim comovem cumprindo com as mesmas, necessárias para a regularidade da operação do empreendimento. Rebate, ainda, que a mortandade dos peixes do Arroio Jabuticaba não decorre de qualquer atividade exercida pela Companhia. Em 11/3/2014, o MPRS apresentou réplica, requerendo o afastamento de todas as preliminares invocadas na contestação, reiterando os pedidos da petição inicial. Em 22/4/2016, a Companhia apresentou manifestação juntando documentos técnicos que comprovam a adoção de diversas medidas e providências para regularização ambiental e prevenção de acidentes, bem como cumprimento do APR. Em 30/9/2016, o MPRS apresentou alegações finais aduzindo, dentre outros argumentos, que a Companhia não havia cumprido o APR integralmente nos prazos determinados pelo documento. Em 5/12/2016, a Companhia apresentou alegações finais afirmando que a Companhia efetivamente implementou as medidas requeridas, não averiguando a existência de danos e informando que a prova técnica aponta situação ambiental com condições melhores. Em 21/5/2018, foi proferida decisão determinando o envio dos autos ao Núcleo de Resolução de Conflitos Ambientais, para tentativa de conciliação, sem prejuízo de posterior publicação de sentença.
g. chance de perda	Possível, tendo em vista que não foi proferida sentença.
h. análise do impacto em caso de perda	Além do pagamento da multa pecuniária, a Companhia poderá despender demais esforços financeiros para implementação de diversas medidas ambientais requeridas pelo MPRS.
i. status	Aguarda-se a realização de audiência de conciliação.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo nº 008/1.16.0022151-9	
a. juízo	4ª Vara Cível da Comarca de Canoas
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	24/11/2016
d. partes no processo	Autor: Oleoplan S.A. Óleos Vegetais Planalto Réu: Secretário Municipal de Meio Ambiente de Canoas
e. valores, bens ou direitos envolvidos	A Companhia estima o envolvimento de aproximadamente R$729.157,61.
f. principais fatos	Em 24/11/2016, a Companhia impetrou mandado de segurança com o objetivo de afastar a exigência de pagamento de contribuição como condição para renovação da licença ambiental do terminal de Canoas. Em 25/11/2016, foi indeferida em 1ª instância a liminar para a suspensão da exigência do pagamento de compensação financeira. Contudo, em sede de Agravo de Instrumento, a liminar foi deferida. Em 12/11/2018, foi proferida sentença acolhendo a preliminar de decadência arguida pelo Município, revogando a liminar e julgando extinto o feito. Ato contínuo, a Companhia interpôs apelação. Em 8/5/2019, os autos foram remetidos ao Tribunal de Justiça. Ressalta-se que a renovação da licença de operação do estabelecimento foi emitida em 1/10/2019 com validade até o dia 19/10/2022.
g. chance de perda	Possível.
h. análise do impacto em caso de perda	No caso de perda da ação, a Companhia estará sujeita ao pagamento da compensação financeira.
i. status	Aguarda-se o julgamento do recurso de apelação interposto pela Companhia.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Auto de Infração nº 03289-0567/13-0	
a. juízo	Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler (“FEPAM”)
b. instância	Recursal
c. data de instauração	26/2/2013
d. partes no processo	Autor: FEPAM Réu: Oleoplan S/A – Óleos Vegetais Planalto
e. valores, bens ou direitos envolvidos	A Companhia estima o envolvimento de aproximadamente R$ 897.020,39 – atualizado em setembro/2020
f. principais fatos	Em 26/2/2013 foi lavrado Auto de Infração por: “*causar poluição através do vazamento de substância oleosa (biodiesel B-100) para o meio ambiente, atingindo o solo e recursos hídricos superficiais, em uma extensão mínima de 7KM, decorrente de falha no sistema de contenção da área de tancagem do produto, nas instalações da empresa e descumprimento de exigência estabelecida pela FEPAM através da Licença de Operação nº 05938/2012, mais especificamente no que se refere aos itens 9.1 das condições e restrições, uma vez que a empresa não efetuou a comunicação do vazamento à FEPAM*”. Em 18/3/2013, a Companhia apresentou Defesa Administrativa. Em 13/9/2017, foi proferida decisão de primeira instância administrativa mantendo a multa. Em 6/11/2017, a Companhia interpôs Recurso Administrativo.
g. chance de perda	Possível.
h. análise do impacto em caso de perda	Em caso de perda, a Companhia estaria sujeita ao pagamento da multa determinada pelo Auto de Infração.
i. status	Aguarda-se decisão sobre o Recurso Administrativo.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.3

Os processos relevantes descritos no item 4.3 acima têm como valor total de provisão o montante de R$ 600 mil, referente aos processos com risco de perda provável, em 30 de setembro de 2020. Ademais, os processos classificados com risco de perda provável têm como valor total de provisão o montante de R$ 516 mil.

.

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

A Companhia e suas controladas não figuram como parte em processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores.

4.4.1. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos neste item 4.4 deste Formulário de Referência

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia e suas controladas não figuram como parte em processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores.

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes

4.5 - Processos sigilosos relevantes

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia e suas controladas não figuram como parte em processos sigilosos que sejam considerados relevantes.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

Apresentamos abaixo os processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, em que a Companhia ou suas controladas figuram no polo passivo em 30 de setembro de 2020, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, não sigilosos e relevantes em conjunto:

Ações Civis Públicas	
A Companhia figura como parte no polo passivo em 4, sendo que: (i) 3 versam sobre matéria trabalhista; e (ii) 1 versa sobre matéria ambiental.	
a) valores envolvidos	R$1.200.000,00
b) prática da Companhia que causou tal contingência	As Ações Civis Públicas de natureza trabalhistas foram originadas após acidente de trabalho ocorrido e verificação de supostas infrações à legislação trabalhista. Quanto à Ação Civil Pública envolvendo matéria ambiental, decorre de supostas infrações ambientais.
c) valor provisionado	R$600.000,00, referente aos processos com risco de perda provável
Ações Trabalhistas	
A Companhia figura como parte no polo passivo em aproximadamente 48 processos trabalhistas, que em sua maioria, versam sobre pleitos de realizados por motoristas ex-empregados, e que totalizam o valor atualizado de R$7.885.847,45.	
a) valor envolvido da totalidade de 48 ações	R$7.885.847,45
b) prática da Companhia que causou tal contingência	As ações trabalhistas ajuizadas por empregados envolvem diversos temas, dentre os quais versam sobre: (i) o pagamento de horas extras; (ii) inaplicabilidade do inciso I do art.62 da CLT que trata sobre o trabalho externo; (iii) o pagamento de indenização por danos morais; (iv) o pagamento de hora extras pelo não cumprimento do intervalo intrajornada e interjornada; (v) o pagamento do adicional noturno; e (vi) o pagamento do adicional de periculosidade e/ou insalubridade, dentre outros.
c) valor provisionado	R$3.663.417,15

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

Ações Tributárias	
A Companhia figura como parte no polo passivo em 90 processos administrativos tributários que tratam da não homologação ou homologação parcial de compensações de tributos federais efetuadas. Tais processos discutem os montantes que deixaram de ser pagos em função das compensações e multas pela não homologação das compensações.	
a) valores envolvidos	R$3.355.292,37, sendo: (i) R$3.492,00 avaliados como “perda provável”; (ii) R$1.529.252,65 avaliados como “perda possível”; e (iii) R$1.822.547,72 avaliados como “perda remota”.
b) prática da Companhia que causou tal contingência	A Companhia registrou e compensou créditos da contribuição ao Programa de Integração Social e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social calculados sobre dispêndios com a contratação de fretes de insumos não sujeitos ao pagamento dessas contribuições. De acordo com a fiscalização, o frete na aquisição de insumo não se caracterizaria como um insumo apartado, sendo seu valor computado como custo do insumo transportado. A Companhia sustenta que o frete na aquisição de um insumo é um insumo independente e que sobre esse valor podem ser calculados créditos dessas contribuições.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

4.6.1. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.6

Os Valores provisionados para as ações descritas no item 4.6 estão mencionados acima.

A Companhia acredita que estas provisões são suficientes para cobrir as perdas prováveis e que possam ser razoavelmente estimadas. Ainda, entende que eventuais perdas, decorrentes de outras contingências, administrativas ou judiciais, não terão efeito adverso material sobre seus negócios, situação financeira ou resultados.

4.7 - Outras Contingências Relevantes

4.7 - Outras contingências relevantes

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia possuía um Termo de Ajustamento de Conduta nº 3059/2012, firmado em 2012 com o Ministério Público do Trabalho ("MPT"), resultante de Inquérito Civil nº 000267.2011.04.0006/5, no qual se comprometeu a cumprir com diversas obrigações de fazer e não fazer com relação à jornada de trabalho. Inicialmente o referido TAC produziria efeitos por 3 anos da data de sua celebração, ficando assegurado o direito de revisão de suas cláusulas mediante requerimento do MPT. Em setembro de 2020, foi homologado aditamento ao TAC com acordo para pagamento de multa no valor de R$500.000,00 pelo descumprimento de 4 cláusulas acordadas.

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

Não se aplica, uma vez que a Companhia não é categorizada como emissora estrangeira.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

5.1 Em relação aos riscos indicados no item 4.1, informar:

a) Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia possui uma Política de Gestão de Riscos Corporativos, aprovada, em reunião do Conselho de Administração ocorrida em 20 de outubro de 2020 e vigente desde a aprovação ("Política de Risco"). A Política de Risco tem por objetivo estabelecer as diretrizes e responsabilidades na gestão de riscos da Companhia.

b) Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

O objetivo da Política de Risco da Companhia é de estabelecer as diretrizes para a gestão de riscos corporativos com o desenvolvimento, disseminação e implementação da cultura do gerenciamento de risco institucional, por meio de orientação do processo de identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos, num ato de promover melhoria contínua para os processos e foco no resultado da Companhia. Além disso, a Política de Risco direciona à criação de mecanismos para identificação e análise dos riscos que possam afetar a Companhia, bem como controles e procedimentos para monitoramento, de forma a prevenir sua ocorrência ou minimizar seu impacto.

Com a implementação da Política de Risco espera-se proteger e criar valor para a Companhia por meio da identificação dos riscos e do mapeamento dos processos, sistemas e controles que suportam suas atividades, permitindo a melhor tomada de decisão por sua Administração.

i. Os riscos para os quais se busca proteção

A Política de Risco busca proteção contra todo tipo de risco, fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento e o cumprimento dos objetivos da Companhia, com destaque para os listados abaixo:

Riscos estratégicos: são riscos que podem prejudicar o núcleo do modelo de negócios da Companhia. Desafiam a lógica das escolhas estratégicas, ameaçam a competitividade e prejudicam a capacidade de se alcançar ou manter um desempenho excepcional. Riscos que estão associados à tomada de decisão da alta administração e podem gerar perda substancial no valor econômico da Companhia.

Riscos financeiros: são riscos que podem afetar de forma adversa as finanças de uma Companhia, associados à exposição das operações financeiras da empresa. São decorrentes de variações de valores de ativos e passivos no mercado, descumprimento de obrigações financeiras de contrapartes, alto custo ou incapacidade de cumprir suas obrigações financeiras, ineficiência na alocação do capital ou falhas nos reportes financeiros.

Riscos operacionais: são riscos decorrentes de falhas de processos e controles, falta de consistência e adequação dos sistemas de informação, bem como oriundos de erros ou fraudes que prejudiquem ou impossibilitem o exercício das atividades da Companhia. Os riscos operacionais geralmente acarretam redução, degradação ou interrupção, total ou parcial, das atividades, com impacto negativo na reputação da sociedade, além da potencial geração de passivos contratuais, regulatórios e ambientais.

Riscos regulamentares: são riscos relacionados a sanções legais ou regulatórias, de perda financeira ou de reputação que a Companhia pode sofrer como resultado da falha no cumprimento da aplicação de leis, acordos e regulamentos, no âmbito da aplicação da legislação trabalhista, tributária, fiscal, referentes a relações contratuais, regulamentação de mercado e de prestação de serviços, como exemplos.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

Riscos cibernéticos: são riscos que podem expor os ativos de informação da Companhia a ameaças conhecidas ou desconhecidas através de ataques cibernéticos por hackers. Este risco pode ser representado por falhas, indisponibilidade ou obsolescência de equipamentos e instalações, assim como de sistemas informatizados de controle, comunicação, logística e gerenciamento operacional, que prejudiquem ou impossibilitem a continuidade das atividades regulares da Companhia, ao longo da sua cadeia de valor (clientes, fornecedores, parceiros e unidades regionais).

Riscos socioambientais: são riscos relacionados a perdas em consequência de efeitos negativos no meio-ambiente e na sociedade decorrentes de impacto ambiental, impactos em povos e comunidades nativas e proteção da saúde humana, de propriedades culturais e da biodiversidade.

ii. Os instrumentos utilizados para proteção do risco

De acordo com a Política de Risco, a Companhia adota o modelo de gerenciamento de riscos conforme diretrizes do COSO – *Committee of Sponsoring Organizations of Treadway Commission*, os passos descritos na norma ABNT ISO 31000: 2009, e no Guia de Orientação para Gerenciamento de Riscos Corporativos do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).

Identificação dos riscos

A identificação de riscos tem como objetivo gerar uma lista abrangente de riscos baseada nos eventos que a Companhia é submetida ou sofre e que possam criar, aumentar, evitar, reduzir, acelerar ou atrasar o alcance dos objetivos da Companhia. Convém que pessoas com um conhecimento adequado sejam envolvidas na identificação dos riscos. Para a identificação de riscos são utilizadas entrevistas com os diretores e principais executivos de cada setor da Companhia, tendo em vista os principais processos pelos quais são responsáveis.

Análise de riscos

A análise de riscos envolve desenvolver a compreensão dos riscos, fornecendo uma entrada para a avaliação de riscos e para as decisões sobre a necessidade de tratá-los, e sobre as estratégias e métodos mais adequados de tratamento. A análise de riscos também pode fornecer uma entrada para a tomada de decisões em que escolhas precisam ser feitas e as opções envolvem diferentes tipos e níveis de risco. O risco é analisado determinando–se as consequências e sua probabilidade, e outros atributos do risco. Convém que os controles existentes e sua eficácia e eficiência também sejam levados em consideração. Dependendo das circunstâncias, a análise pode ser qualitativa, semi-quantitativa ou quantitativa, ou uma combinação destas.

Avaliação de riscos

Esta etapa possui como finalidade o auxílio na tomada de decisões com base nos resultados da análise de riscos, sobre quais riscos necessitam de tratamento e a prioridade para a implementação do tratamento. A avaliação de riscos envolve comparar o nível de risco encontrado durante o processo de análise com os critérios de risco estabelecidos quando o contexto foi considerado. Priorização de acordo com a posição dos riscos na matriz de probabilidade x impacto, tendo como base também o apetite a risco estabelecido pelos executivos da Companhia:

Verde: Impacto baixo – são caracterizados por envolverem (i) perdas financeiras imateriais (abaixo de 0,005% da receita); (ii) insatisfação de clientes; ou (iii) pagamento de multas ou outras penalidades de pequena relevância.

Amarelo: Impacto médio – são caracterizados por envolverem (i) perdas financeiras consideráveis (entre 0,005% e 0,1% da receita); (ii) insatisfação de clientes podendo resultar em perda de transações; (iii) pagamento de multas ou outras penalidades de pequena relevância; (iv) perda de oportunidade de negócios; ou (v) descumprimento de procedimentos internos, leis e regulamentações.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

Vermelho: Impacto alto – são caracterizados por envolverem (i) perdas financeiras significativas (entre 0,1% e 0,5% da receita); (ii) perda de clientes ou de muitas transações; (iii) pagamento de multas elevadas ou penalidades severas; ou (iv) perda de grandes oportunidades de negócios ou investimentos com prazo indefinido de retorno.

Preto: Impacto extremo – são caracterizados por envolverem (i) perdas financeiras que podem comprometer a rentabilidade do negócio (acima de 0,5% da receita); (ii) perda de clientes chave ou *market share*; (iii) pagamento de multas elevadas ou penalidades severas com impacto na imagem e reputação da empresa; e (iv) perda de grandes investimentos ou retorno muito abaixo do esperado.

Tratamento de riscos

O tratamento de riscos envolve a seleção de uma ou mais opções para modificar os riscos e a implementação dessas opções. Uma vez implementado, o tratamento fornece novos controles ou modifica os existentes. Tratar risco é um processo cíclico e envolve os seguintes aspectos:

Ao optar sobre uma ação de tratamento ao risco, os executivos devem analisar o custo benefício da ação, com a análise dos custos, esforços, implementação, assim como estudar os benefícios decorrentes da ação no âmbito financeiro, legal, imagem, entre outros. O plano de tratamento deve identificar a ordem de prioridade em que cada tratamento deva ser implementado. O tratamento do risco pode gerar novos riscos residuais e, desta forma, é devido o monitoramento do risco inicial e os novos riscos residuais, se aplicável.

Monitoramento e análise crítica

Os processos de monitoramento e análise crítica da organização possui a finalidade de garantir que os controles sejam eficazes e eficientes no projeto e na operação, obter mais informações para melhor balizar a fase de avaliação de riscos, analisar eventos, mudanças, tendências, sucessos e fracassos, detectar mudanças nos contextos internos e externos, e identificar os riscos emergentes.

iii. A estrutura organizacional de gerenciamento de Riscos

De acordo com a Política de Risco da Companhia, a estrutura organizacional envolvida no gerenciamento do risco é dividida em três principais linhas de defesa:

1ª Linha de Defesa – A primeira linha é organizada frente ao risco da Companhia, com os gerentes operacionais (*front* e *back office*). Estes possuem propriedade sobre os riscos e são os responsáveis por implementar as ações corretivas com objetivo de resolver as deficiências de controle e de processo, mitigando os riscos relacionados.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

2ª Linha de Defesa – A segunda linha de defesa é organizada pela área de Auditoria Interna e possui um status de prevenção em relação ao risco, com ênfase em controles internos e conformidade, em relação a leis e regulamentos aplicáveis à Companhia, como também em relação aos aspectos de Controladoria, com o monitoramento dos riscos financeiros e questões de reporte financeiro. Esta segunda linha de defesa deve assessorar a primeira linha nos aspectos de controles internos, procedimentos, normas, apoiar as políticas de gestão, definir papéis e responsabilidades, identificar mudanças de apetite de risco da empresa, auxiliar a construção de processos, controles e procedimentos.

3ª Linha de Defesa – A terceira linha de defesa é a auditoria interna, que fornece à alta gestão e aos órgãos de governança avaliações estruturadas dos riscos mapeados, com base nos eventos e consequências relacionados, de forma independente e com objetividades dentro da Companhia. De forma detectiva, a auditoria interna provê avaliações sobre o status da governança, dos controles internos estruturados e de que forma este cenário impacta nos objetivos da Companhia. Abaixo é esquematizado o modelo de três linhas de defesa atuantes na Companhia.

Ainda de acordo com a Política de Risco da Companhia, os órgãos envolvidos na sua gestão e implementação têm as seguintes competências/funções:

Conselho de Administração: tem as seguintes responsabilidades: (i) estabelecer o nível de apetite a risco da Companhia, com relação ao risco/retorno definido; (ii) definir e revisar os critérios e a estratégia da gestão do risco; e (iii) avaliar e deliberar os reportes realizados pela auditoria interna.

Comitê de Auditoria: para fins da Política de Risco, o Comitê de Auditoria tem as seguintes responsabilidades: (i) avaliar a efetividade dos controles internos e o processo e as estruturas de gerenciamento de riscos da Companhia; (ii) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia; (iii) propor ao Conselho de Administração os níveis de tolerância para exposição aos riscos; (iv) debater e analisar com as diretorias responsáveis, as políticas, procedimentos e sistemas de mensuração e gestão de riscos; (v) gestão de ações e medidas para que as remediações de controle sejam viabilizadas e riscos com exposição inaceitável sejam mitigados, acompanhando a sua implementação; (vi) acompanhar as atividades da área de controles internos da Companhia; (vii) avaliar e monitorar e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações entre partes relacionadas; (viii) ser informado pela Auditoria Interna e pelo Canal de Denúncias de temas relevantes de falhas de ética, integridade e fraudes, definindo os procedimentos de investigação a serem adotados; (ix) zelar para que a Diretoria desenvolva controles internos confiáveis; (x) estabelecer canal para receber denúncias, inclusive sigilosas, internas e externas à Companhia, em matérias relacionadas ao escopo de suas atividades; (xi) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação; (xi) opinar na contratação e destituição dos serviços de auditoria independente; e (xii) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

Diretor Presidente: para fins da Política de Risco, o Diretor Presidente tem as seguintes responsabilidades: (i) definir diretrizes, recursos e metas que garantam o bom funcionamento da gestão de riscos; e (ii) promover a integração da gestão de riscos com os ciclos de gestão e planejamento.

Gestores Operacionais: para fins da Política de Risco, os gestores operacionais têm as seguintes responsabilidades: (i) identificar e gerenciar os riscos das respectivas áreas de acordo com as estratégias e planos de ação traçados; e (ii) implementar os planos e acompanham as ações corretivas e/ou preventivas nas áreas responsáveis pelos riscos.

Auditoria Interna: para fins da Política de Risco, a área de Auditoria Interna tem as seguintes responsabilidades: (i) aferir a qualidade e efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança da Companhia; (ii) avaliar a eficácia da governança corporativa; (iii) elaborar o planejamento e assegurar a operacionalização da gestão de riscos; (iv) elaborar e operacionalizar o plano de auditoria interno, por setor da Companhia, de acordo com os riscos previamente mapeados e priorizados; (v) avaliar a eficiência dos controles internos, com a medição do potencial impacto e probabilidade da eventual falha dos controles; (vi) avaliar e propor estratégias de mitigação dos riscos; (vii) reportar aos órgãos de governança da Companhia; (viii) operacionalizar o Canal de Denúncias da Companhia; e (ix) realizar o treinamento do Código de Conduta.

Controles Internos e Riscos Corporativos: a área de Auditoria Interna tem as seguintes responsabilidades: (i) avaliar eficiência e eficácia da operação; (ii) salvaguarda de ativos; (iii) confiabilidade de informações; (iv) integridade dos processos; (v) aderência em relação a leis, regulamentos, políticas e procedimentos; (vi) o ambiente de controles internos; e (vii) a função detectiva de analisar os processos das áreas de negócio e de apoio da Companhia.

c) A adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Considerando a Política de Risco da Companhia, bem como as atribuições de cada um dos órgãos envolvidos no processo de identificação, mapeamento e mitigação de riscos descritos nos itens anteriores, a Administração da Companhia entende que a atual estrutura operacional e de controles internos é adequada para a verificação da efetividade da Política de Risco.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

5.2 Em relação aos riscos de mercado indicados no item 4.2, informar:

a) Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

O Conselho de Administração da Companhia aprovou em 20 de outubro de 2020 a Política de Gestão de Riscos Corporativos Companhia ("Política de Gestão de Riscos").

b) Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

i) Os riscos para os quais se busca proteção

Nos termos da Política de Gestão de Riscos, sem prejuízo de outros riscos de mercado que o contexto das operações da Companhia e/ou do processo mapeado, os riscos de mercado para os quais a Companhia busca proteção são classificados da seguinte forma, sendo os riscos descritos no item 4.2 deste Formulário de Referência:

Riscos de Preço de *Commodities*: são riscos que podem afetar de forma adversa os resultados financeiros da Companhia, devido à exposição de variação dos preços de comercialização dos produtos vendidos pela Companhia. As diretrizes de hedge visam permitir uma efetiva gestão de risco de preços tanto na aquisição da matéria prima (soja em grãos e óleos vegetais) quanto na venda do farelo de soja. Ela prevê a utilização de contratos comerciais spot e futuros, e dependendo das condições de mercado pode-se operar através de contratos futuros de bolsa ou balcão.

Riscos de Aquisição de Matéria Prima: são riscos vinculados ao fluxo operacional do negócio. A Companhia não possui uma política formalizada de gestão de aquisição de matéria prima, entretanto para atenuar os efeitos deste risco, adota uma série de práticas para fidelização a fim de garantir a originação da soja, tais como: (i) operações de filiais de armazenamento de grãos, distribuídas em zonas de produção, (ii) auxílio e assistência técnica direcionada aos pequenos produtores, (iii) fornecimento de insumos agrícola em condições facilitadas, e (iv) reputação e credibilidade perante o mercado decorrente do cumprimento tempestivo de seus compromissos.

Risco de Câmbio: A Companhia tem como objetivo gerenciar e mitigar o risco cambial das operações comerciais e financeiras através das operações de hedge. Esse gerenciamento destina-se a identificação, análise e enquadramento nos parâmetros aprovados na Política de Gestão de Riscos da Companhia. As estratégias de hedge variam conforme o nível de exposição, sendo decorrente principalmente de operações de exportação, conversão de preços de produtos em reais, operações de empréstimos atrelados em moeda estrangeira e qualquer eventual exposição oriunda do negócio. Adicionalmente, pode-se fazer uso de derivativos financeiros com a finalidade de hedge.

Risco de Taxas de Juros: o gerenciamento de risco de taxas de juros tem como o principal objetivo a desoneração do custo financeiro, dentro dos parâmetros de riscos aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia. A estratégia visa analisar e monitorar constantemente as taxas e *duration* dos contratos de financiamentos mais relevantes.

ii) A estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A estratégia de gerenciamento de riscos cambiais da Companhia pode envolver o uso de instrumentos financeiros derivativos para tratamento da exposição cambial de certas obrigações, especialmente quando da existência de compromissos em moedas para as quais a Companhia não possua expectativa de fluxos de recebimentos. Além disso, a Política de Gestão de Riscos visa monitorar continuamente as exposições líquidas de commodities com a finalidade de proteção da margem operacional da Companhia.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

iii) Os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

A Companhia poderá utilizar instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de preços de commodities, câmbio e taxas de juros. Os derivativos são contabilizados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são apurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado do exercício.

Os instrumentos de derivativos utilizados com a finalidade de *hedge* para o gerenciamento de riscos são*:*

- Contrato a termo de moeda (NDF);
- Contrato de Swap (CETIP e BM&F);
- Contrato futuro de soja em grãos (CBOT e CETIP);
- Contrato futuro de farelo de soja (CBOT e CETIP);
- Contrato futuro de óleo de soja (CBOT e CETIP); e
- Contrato de dívida em moeda estrangeira.

iv) Os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

O monitoramento dos riscos é realizado a partir da exposição líquida da Companhia decorrente das atividades operacionais que apresentem algum risco cambial e/ou de commodity. Ressalta-se que os parâmetros de riscos são definidos pelo Conselho de Administração através da Política de Gestão de Riscos com o foco em garantir a margem operacional estabelecida.

O acompanhamento das exposições líquidas é gerenciado diariamente pela Diretoria Financeira. Semanalmente ou sempre que convocado, os membros do Comitê Operacional de Risco reúnem-se para verificação e definição dos níveis de contratação de hedge.

v) Se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não utiliza instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*).

vi) A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de risco de mercado

A Diretoria Financeira é responsável pelo controle do gerenciamento de riscos de mercado e pela exposição líquida. A execução e contratação das operações de *hedge* de commodity são realizadas pela Diretoria Comercial, enquanto as operações de *hedge* financeiro são de responsabilidade da Diretoria Financeira, ambas amparadas pelas diretrizes estabelecidas pela Política de Gestão de Riscos e pela avaliação do Comitê Operacional de Risco).

A estrutura organizacional envolvida no gerenciamento e controle de riscos de mercado é a mesma descrita no item 5.1 “b” acima.

c. a adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Considerando a Política de Gestão de Riscos da Companhia, bem como as atribuições de cada um dos órgãos envolvidos no processo de identificação, mapeamento e mitigação de riscos descritos nos itens anteriores, a Administração da Companhia entende que a atual estrutura operacional e de controles internos é adequada para a verificação da efetividade da Política de Gestão de Riscos face aos riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

5.3 - Descrição dos controles internos

a) ***As principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las.***

A Companhia busca sempre a melhoria contínua de sua estrutura de governança corporativa e o melhor desempenho de seus controles internos.

Dentre as práticas, a Companhia destaca alguns pontos:

- Gerenciamento de riscos operacionais;
- Instituição de políticas corporativas relevantes de *compliance* e controles internos;
- Aprimoramento do compliance anticorrupção;
- Canal de Denúncias independente e terceirizado, com aprimoramento contínuo;
- Comitê do Canal de Denúncias, com encontros semanais para discutir todas as denúncias recepcionadas pelo canal de denúncias independente e as ações para as devidas tratativas; e
- Estrutura consolidada da Auditoria Interna da Companhia, com escopo de atuação baseado em riscos, com reporte periódico ao Conselho de Administração, em conformidade com as melhores práticas de governança corporativa.

Em relação a elaboração das demonstrações financeiras, a Companhia elabora suas demonstrações financeiras com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e nas normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). A Companhia possui um calendário de fechamento dos módulos sistêmicos onde também são definidos prazos de entrega das conciliações das contas contábeis e revisão das integrações sistêmicas. Ao finalizar a elaboração das demonstrações financeiras as mesmas são revisadas pela Diretoria, pela Auditoria Interna, pelo Comitê de Auditoria e aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia.

A Companhia sempre revisa as práticas conforme necessidade, com o objetivo de aperfeiçoar os níveis de controle da organização. A Companhia possui práticas de controles internos baseados em premissas do *Internal Control – Integrated Framework* emitido pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission – COSO* e NBR-ISO 31000, com o objetivo de prezar pelo monitoramento eficiente e adequado do ambiente de controles internos, com base nos seus processos operacionais e financeiros.

b) As estruturas organizacionais envolvidas

A estrutura organizacional segue o modelo das três linhas de defesa (conforme também descrito no item 5.1, subitem "iii"), tendo uma parte significante da estrutura organizacional envolvida nas atividades de Controles Internos, com destaques as seguintes partes da Companhia:

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

Comitê de Auditoria

Responsável por: (i) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, sendo responsável por supervisionar as atividades de Gestão de Riscos Corporativos da Companhia; (ii) avaliar o cumprimento da legislação aplicável, das políticas, normas e procedimentos internos da Companhia, em todos os seus níveis; (iii) avaliar e monitorar e recomenda à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações entre partes relacionadas; (iv) avaliar a adequação dos recursos humanos e financeiros destinados à gestão de riscos da Companhia; (v) acompanhar as atividades da auditoria interna, avaliando e opinando acerca dos reportes feitos por ela, e da área de controles internos da Companhia; e (vi) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

No tocante às demonstrações financeiras

O Comitê de Auditoria é responsável por: (i) avaliar e revisar, previamente à divulgação, as demonstrações financeiras da Companhia, incluídos também, as notas explicativas e o relatório da administração; (ii) opinar na contratação e destituição dos serviços de auditoria independente; (iii) analisar, em conjunto com o Auditor Independente, relativamente às demonstrações financeiras: (a) os princípios e critérios contábeis utilizados; (b) a forma de constituição das principais provisões; (c) os métodos de avaliação de risco e os resultados dessas avaliações; os principais riscos; (d) as mudanças de escopo nos trabalhos da Auditoria Independente eventualmente acontecidas; (e) as deficiências relevantes, se encontradas, e as principais falhas de controles internos; (f) os efeitos de fatores externos (econômicos, normativos, setoriais, sociais e ambientais) nos relatórios financeiros e no processo de auditoria; (iv) Analisar, em conjunto com o Auditor Independente, os métodos alternativos de tratamento contábil, se existentes, seus efeitos nas demonstrações financeiras e os critérios utilizados para sua divulgação, bem como o tratamento contábil eventualmente aconselhado pela empresa de auditoria independente; (v) Atuar na solução de divergências porventura existentes entre os auditores independentes e a Diretoria, relativas às demonstrações financeiras e aos relatórios financeiros.

Auditoria Interna

Responsável por: (i) aferir a qualidade e efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança da Companhia; (ii) avaliar a eficácia da governança corporativa; (iii) elaborar o planejamento e assegurar a operacionalização da gestão de riscos; (iv) elaborar e operacionalizar o plano de auditoria interna, por setor da Companhia, de acordo com os riscos previamente mapeados e priorizados; (v) avaliar a eficiência dos controles internos, com a medição do potencial impacto e probabilidade da eventual falha dos controles; (vi) avaliar e propor estratégias de mitigação dos riscos; (vii) reportar aos órgãos de governança da Companhia; (viii) operacionalizar o Canal de Denúncias da Companhia; e (ix) realizar o treinamento do Código de Conduta. A área de Auditoria Interna é uma das áreas de controles internos responsáveis pela garantia dos procedimentos preventivos da 2ª Linha de Defesa da estrutura organizacional de gerenciamento de riscos da Companhia. Para mais informações vide item 5.1(b) deste Formulário de Referência.

c) Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo acompanhamento.

A Auditoria Interna, que se reporta ao Comitê de Auditoria e possui autonomia de atuação, possui a responsabilidade de avaliar o grau de eficiência dos controles internos da Companhia, conforme o Plano Anual de Auditoria Interna, o qual é revisado e validado pelo citado comitê.

A área de Auditoria Interna revisa periodicamente os processos da Companhia, avaliando os riscos operacionais destes processos, além de manter uma matriz de riscos e controles das áreas de negócio e da administração, a qual é submetida, anualmente, a testes dos referidos controles destacados em matriz e com as devidas validações e pontos de ajustes realizados pelas áreas da Companhia, em um processo de monitoramento e melhoria contínua.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

Também, vale salientar, conforme a descrição de linhas de defesa, que a supervisão da eficácia dos controles internos da Companhia é também realizada e defendida pelas demais áreas da Companhia, que validam, revisam e atuam conforme os processos manuais e eletrônicos homologados e disponibilizados pela Companhia, sendo feita por coordenação da área de Gestão.

d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

1. **Deficiências nos controles internos relativos ao controle dos estoques**

   Situação observada. Não há interface sistêmica entre o módulo sistêmico de estoques e o sistema contábil, sendo assim todos os ajustes de inventário, bem como as movimentações e a própria posição de estoque ao término de cada mês é registrada no sistema contábil de forma manual. Existem indícios da existência de rotinas de revisão dos números imputados através de revisões gerais de fechamento, entretanto, não foram identificados procedimentos formais de revisão e/ou aprovação dos registros imputados no sistema contábil.

   Possíveis efeitos. A ausência de uma interface sistêmica aumenta o risco de registros incorretos devido à *imputs* manuais. Além disso, considerando que todo registro é manual, a ausência de um processo formal de revisão e aprovação dos ajustes realizados aumenta os riscos do cadastro ser realizado por valores incorretos, diferenças apontadas sem justificativas e/ou ajustadas de forma duplicadas.

   Recomendação. Recomenda-se a parametrização do sistêmica de forma a integrar os módulos de estoque e contábil e/ou a implementação de procedimento de aprovação sistêmica dos ajustes de inventário e saldos de estoques cadastrados no sistema, com a devida segregação de função entre os profissionais que realizaram o *imput* das diferenças no sistema e o aprovador, de acordo com as políticas internas definidas pelo Companhia.

2. **Ausência de mensuração dos estoques de produto acabado e semi-acabado ao custo médio de produção por ajuste ao final do período e custeio integrado**

   Situação observada. Os itens de estoque relacionados a produtos acabado e semi acabados não são valorizados ao custo médio de produção de acordo com as movimentações ocorridas durante o período de acordo com o requerido pelo CPC 16. Verificou-se que a Companhia adota como procedimento de mensuração arbitrada do estoque, considerando como custo 70% do maior preço de venda do item no período. Para corrigir a posição do estoque de forma a refletir o custo médio de produção, ao final de cada ano a Companhia realiza o comparativo entre os custos apurados e realizada o ajuste ao custo médio, considerando um cálculo global. Esse procedimento é realizado de forma manual, o que aumenta o risco na mensuração do custo dos produtos vendidos.

   Possíveis efeitos. A ausência de mensuração aos estoques está em desacordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. O procedimento manual de ajuste aumenta o risco de mensuração e apresentação incorreta nas demonstrações financeiras.

   Recomendação. Recomenda-se a parametrização sistêmica de forma que o estoque seja mensurado pelo custo médio de produção.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

e) Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas.

1. **Deficiências nos controles internos relativos ao controle dos estoques:**

(a) Ausência de interface sistêmicas entre o módulo sistêmico de estoques e sistema contábil

A Companhia possui controles que garantem as informações pertinentes à valorização das posições de estoque, assegurando que os registros contábeis reflitam a realidade. A Administração irá avaliar a implementação da parametrização sistêmica das informações com o intuito de eliminar os lançamentos manuais.

(b) Ausência de mensuração dos estoques de produto acabado e semi acabado ao custo médio de produção por ajuste ao final do período e custeio integrado

A Companhia possui o controle gerencial do custo integrado, garantindo a devida apropriação de custeio. A Administração entende que o ERP atende à parametrização sistêmica relativa a implantação de custo integrado de forma automática, essa rotina já está em fase de implantação.

5.4 - Programa de Integridade

5.4 - Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pela Companhia para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, informar:

a. se a Companhia possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

A Companhia possui práticas e procedimentos de integridade que têm como objetivo a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública. A fim de consolidar todas as práticas adotadas, a Companhia as formalizou em seu Código de Conduta (conforme descrito abaixo). Essas normas internas voltadas à integridade reúnem um conjunto de mecanismos e procedimentos internos utilizados na prevenção, detecção e combate a desvios de conduta e descumprimento da legislação aplicável, tais como fraudes e corrupção.

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pela Companhia, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Companhia desenvolveu um Código de Conduta que pauta as condutas esperadas de todos os colaboradores da Companhia, respeitando as diferenças individuais, a legislação, os princípios éticos e nossa cultura organizacional. Ainda, disponibilizou um canal de denúncias a cargo de terceiros, onde serão denúncias, inclusive em sigilo, visando a coibir qualquer prática ilegal.

O Código de Ética e Conduta é orgânico, portanto, está em constante desenvolvimento, quaisquer alterações necessárias serão avaliadas pelo Comitê de Ética, que se reunirá com o fim de deliberar sobre possíveis alterações no Código anualmente.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

O Comitê de Auditoria é responsável por divulgar e assegurar a compreensão do Código de Conduta, avaliar regularmente a sua aplicabilidade, realizar eventuais atualizações ou retificações, julgar os casos de descumprimento dos seus princípios e garantir a aplicação das medidas cabíveis. O Comitê de Auditoria é órgão não estatutário que possui autonomia de atuação, possui a responsabilidade de avaliar o grau de eficiência dos controles internos da Companhia.

iii. se a Companhia possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

A Companhia possui um Código de Ética e Conduta a fim de reforçar os valores éticos que orientam a condução de suas operações.

Todas as demais diretrizes da Companhia, formalizadas por meio de suas políticas, igualmente se alinham e se inspiram no conjunto de valores delineados no Código de Conduta.

• se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

O Código de Conduta é destinado a todos os colaboradores da Companhia, independentemente do nível hierárquico, localização geográfica ou funcional.

• se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema

Todos os colaboradores da Companhia são cientificados e treinados a respeito do conteúdo do Código de Conduta da Companhia no momento de sua contratação, e, os administradores, no

5.4 - Programa de Integridade

momento de sua eleição. Além disso, sempre que ocorrem atualizações do conteúdo do Código de Conduta, seu conteúdo é novamente divulgado e disponibilizado para todos os administradores, colaboradores, fornecedores e prestadores de serviços da Companhia e de suas controladas.

• as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas

Nos casos em que houver violação ou suspeita de violação de qualquer dos dispositivos do Código de Conduta da Companhia, o setor de *Compliance* da Companhia será acionado, e avaliará os fatos apresentados, aplicando, conforme o caso, as medidas disciplinares abaixo, previstas no Código de Conduta, em qualquer ordem, dependendo da gravidade da situação: (a) advertência por escrito; (b) suspensão; (c) demissão/desligamento; (d) exclusão do fornecedor ou prestador de serviços; e/ou (e) ajuizamento de ações judiciais cabíveis.

• órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A última versão do Código de Conduta foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 20 de outubro de 2020, e está disponível para consulta nos websites da CVM (www.cvm.gov.br), da B3 (www.b3.com.br) e da Companhia (www.ri.oleoplan.com.br).

b. se a Companhia possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

• se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

A Companhia possui canal de denúncias interno operacionalizado pela área de Auditoria Interna.

• se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

Os canais para recebimento de denúncias são disponíveis para o público interno e externo.

• se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé

O anonimato é garantido para os colaboradores e pessoas externas que não queiram se identificar, mas realizam relatos sobre situações que inferem as regras de conduta ética.

• órgão da Companhia responsável pela apuração de denúncias

Todos os casos reportados são apurados pelo Comitê ASG, o qual, após análise e verificação dos fatos, deverá reportar os casos ao Conselho de Administração, conforme relevante.

c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

Em que pese o Código de Conduta da Companhia não estabelecer diretrizes específicas a respeito de processos aplicáveis a operações de fusões e aquisições, a Companhia realizada os procedimentos usualmente aplicados neste tipo de operação, incluindo legal e *business due diligence*, com o intuito de identificar, entre outras questões a existência de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas companhias alvo.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, uma vez que a Companhia adota o Código de Conduta e a Política Risco, conforme descrito nos itens anteriores, como forma de prevenção, detecção e remediação.

5.5 - Alterações significativas

5.5 - Alterações significativas

No último exercício social não houve alterações significativas nos principais riscos a que a Companhia está exposta, tampouco na Política de Risco adotada.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

5.6 - Outras informações relevantes

Não existem outras informações consideradas relevantes além daquelas divulgadas nos itens anteriores.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm

Data de Constituição do Emissor	10/11/1975
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade por Ações
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	Registro Sendo Requerido

6.3 - Breve Histórico

6.3 - Breve histórico do emissor

Breve histórico do emissor

Em 1979, o Sr. Irineu Boff assumiu uma empresa de esmagamento de soja inativa no município de Veranópolis/RS que, no ano seguinte, viria a se tornar a “Oleoplan S.A - Óleos Vegetais Planalto”.

Com o crescimento verificado nos anos subsequentes, a Companhia identificou a necessidade de desenvolver uma estrutura logística para melhor atender os seus clientes nacionais e internacionais com a sua produção de derivados da soja (notadamente o óleo e o farelo). Pensando nisso, em 1992, a Companhia adquiriu o terminal hidroviário de Canoas/RS. Estrategicamente localizado às margens do Rio Gravataí, o terminal desempenha até hoje importante papel no transporte intermodal das exportações da Companhia até o Porto de Rio Grande/RS.

Em 2002, com vistas a garantir a originação da soja através da fidelização dos seus fornecedores, a Companhia implantou a sua primeira filial de recebimento de grãos no Estado do Rio Grande do Sul. Este número tem crescido desde então e, atualmente, a Companhia opera 19 unidades de originação e armazenamento de soja estrategicamente posicionadas nas regiões produtoras de soja do Estado.

Com o advento do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), em 2007, a Companhia expandiu as suas atividades, ingressando no setor de biocombustíveis. Com a construção de uma usina de biodiesel junto à sua indústria de processamento de soja em Veranópolis/RS, a Companhia despontou como uma das pioneiras na produção de biodiesel no Brasil.

Ainda em 2007, foi concedido à Companhia pela Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) o Selo Combustível Social, que confere ao produtor de biodiesel o caráter de promotor de inclusão dos agricultores familiares enquadrados no Pronaf (Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Para mais informações sobre o Selo Social, vide item 7.5 deste Formulário de Referência.

Em 2008, a usina de Veranópolis/RS passou pelo seu primeiro processo de ampliação de capacidade, elevando a sua produção de 327 para 660 mil litros/dia. No ano seguinte, em 2009, a usina ocupou pela primeira vez o posto de maior produtora de biodiesel do Brasil, com uma participação de 10,7% no mercado doméstico. Desde então, a Companhia figura entre as três maiores produtoras brasileiras de biodiesel.

Uma nova ampliação foi realizada em 2010, quando a capacidade de produção da usina de Veranópolis/RS passou para 1,05 milhão de litros/dia, um aumento de 59%. Concluída a expansão, a Companhia passou a ocupar o posto de maior unidade produtiva de biodiesel do país. No mesmo ano, a Companhia também ampliou a capacidade de esmagamento de soja de 1,3 para 2 milhões de toneladas/dia, possibilitando uma maior autonomia no suprimento de óleo de soja, sua principal matéria-prima para a produção de biodiesel.

O ano de 2012 marcou a entrada da Companhia na Região Nordeste do Brasil, com a aquisição de unidades produtoras de biodiesel da “Vanguarda Agro S.A.”, nos municípios de Iraquara, na Bahia e de Porto Nacional, no Tocantins. A transação, no valor de R$ 100 milhões. A unidade no Tocantins foi vendida, ainda em 2012, para a “Granol Industria Comércio e Exportacao S.A.”. Em 2014, a unidade de Iraquara/BA, até então denominada “V-Biodiesel Ltda.”, teve a sua denominação social alterada para “Oleoplan Nordeste Indústria de Biocombustíveis Ltda.”.

Desde que adquiriu a unidade de Iraquara/BA, a Companhia realizou sucessivos investimentos em infraestrutura e processos. Em 2017, a Companhia ampliou pela primeira vez a capacidade de produção de biodiesel da unidade de Iraquara/BA, de 300 para 500 mil litros/dia, consolidando-a como a maior produtora da Região Nordeste, com 51% de participação de mercado. Em 2018, a planta passou por uma nova ampliação, atingindo a marca de 800 mil litros/dia. No mesmo ano, a Companhia também ampliou a capacidade de produção de biodiesel da unidade de Veranópolis/RS para o seu tamanho atual, de 1,3 milhão de litros/dia. Somadas, as duas unidades aumentaram em 35% a capacidade de produção de biodiesel da Companhia.

6.3 - Breve Histórico

No ano de 2020, ambas as unidades produtoras de biodiesel da Companhia receberam da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) o Certificado da Produção Eficiente de Biocombustíveis. Referido certificado foi atribuído à Companhia no âmbito da Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio), instituída pela Lei nº 13.576, de 26 de dezembro de 2017, que reflete os compromissos assumidos pelo Brasil na COP21 (Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2015), incluindo as metas de descarbonização para o setor de transportes. A certificação no RenovaBio premia a Companhia pela sua eficiência energética e a habilita, pelo período de três anos, a emitir e comercializar Créditos de Descarbonização (CBIOs). Para mais informações sobre o RenovaBio, vide item 7.5 deste Formulário de Referência.

Em setembro de 2020, foi realizado aporte de capital através de 100% das quotas da Holding Origem Part., a qual é detentora de 47,5% da *Joint Venture* FRROP que controla a Graxaria Pacifico Indústria e Comércio de Óleos e Proteínas Ltda., graxaria já em operação até então controlada pelo Grupo FASA, na cidade de Cacoal/RO, e a Oleoplan Rondônia Ltda., empresa que irá operar planta de biodiesel no Estado de Rondônia.

Ainda em setembro, celebrou um acordo vinculante para a aquisição de uma participação de 20% da FASA América Latina Participações Societárias S.A., o qual garante à Companhia a preferência na aquisição de parte da produção de gorduras animais da FASA. A conclusão dessa transação, a qual está sujeita ao cumprimento de determinadas condições precedentes, incluindo a aprovação pelo CADE, possibilitará a expansão das atividades da Companhia no mercado de biodiesel em outras regiões do país, sobretudo no Norte .

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial

6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

Não aplicável. Até a data do presente Formulário de Referência, não houve qualquer pedido de falência e/ou de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

6.6 - Outras Informações Relevantes

6.6 - Outras informações relevantes

Não existem outras informações relevantes aplicáveis a este item 6 do presente Formulário de Referência.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

VISÃO GERAL

A Oleoplan acredita ser uma das maiores e mais diversificadas companhias de energia renovável da América Latina, com ampla atuação na cadeia produtiva da soja. No ano de 2019, a Companhia figurou como líder em volume vendido de biodiesel no mercado nacional, tendo contratada a venda de 608 milhões de litros, o que lhe garantiu uma participação de mercado de 10,1%, conforme dados da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). A Companhia é a segunda maior companhia do país em capacidade instalada de produção de biodiesel, segundo dados da ANP, totalizando 936 milhões de litros/ano[1], e conta com duas unidades industriais de esmagamento de soja capazes de processar 4.500 toneladas de soja/dia.

A Companhia detém uma trajetória única de crescimento e liderança no mercado de biodiesel do Brasil, sendo que, desde 2011, figura entre os três maiores, e, desde 2014, está posicionada entre os dois maiores produtores, conforme dados da ANP. Fundada pela família Boff, a Oleoplan atua na cadeia produtiva da soja há mais de 40 anos. Foi a pioneira na produção de biodiesel no estado do Rio Grande do Sul. Consolidou-se como um dos principais players do setor do Brasil por meio de crescimento orgânico e aquisições estratégicas.

[1] Inclui 180 milhões de litros de biodiesel/ano decorrentes da ampliação da planta de Iraquara/BA, a qual está em fase final de obtenção das aprovações pela ANP.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

A Companhia opera de forma integrada e verticalizada na cadeia de processamento da soja e produção de biodiesel. Atua na prospecção, na armazenagem e no transporte dos grãos, no processamento da soja para a produção do óleo, do farelo e da lecitina. A partir dos óleos e gorduras de produção própria e/ou adquiridos de terceiros, produz o biodiesel e a glicerina. A figura abaixo mostra o ciclo de processamento da soja no âmbito das atividades da Companhia:

Os principais segmentos de negócio da Companhia são o biodiesel e a extração, os quais juntos representaram, R$2.585,998 milhões (96,4%) e R$2.564,215 milhões (96,3%) da sua receita líquida no período findo em 30 de setembro de 2020 e no exercício social findo em 30 de dezembro de 2020, respectivamente.

Biodiesel. É um combustível renovável que pode ser empregado como substituto parcial ou total do óleo diesel de petróleo em motores ciclo diesel, como os de caminhões, ônibus, locomotivas ferroviárias, embarcações, máquinas agrícolas e geradores de energia elétrica e camionetes. Quando comparado ao óleo diesel mineral, reduz a emissão de carbono (CO2), além de não produzir outros gases poluentes e agressivos à saúde e ao meio ambiente. Foi inserido na matriz energética brasileira, em 2007, como uma política de Estado, com um percentual de mistura obrigatória ao diesel fóssil de 2%, o qual, desde então, tem sido gradativamente elevado, alcançando 12%, em março de 2020. Conforme rege a Resolução CNPE n° 16/2018, o percentual obrigatório de biodiesel deverá chegar a 15% do diesel, aumentando um ponto percentual ao ano até 2023.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

O biodiesel, pelo seu alto potencial de contribuição para a descarbonização do setor de combustíveis, está contemplado na Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio), instituída pela Lei n° 13.576, de 26 de dezembro de 2017, que reflete os compromissos ambientais assumidos pelo Brasil na COP21 (Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2015). Ambas as unidades produtoras de biodiesel da Companhia aderiram voluntariamente ao programa, submetendo-se a um processo de Certificação da Produção Eficiente de Biocombustíveis. Em fevereiro de 2020, a ANP certificou as duas unidades da Companhia reconhecendo-a pela sua eficiência energética ao habilitá-la, pelo período de três anos, a emitir e comercializar Créditos de Descarbonização (CBios).

Diferentemente de outros combustíveis comercializados no Brasil, o biodiesel obedece a uma sistemática de comercialização própria: os leilões públicos, os quais costumam ter periodicidade bimestral e são regulados pela ANP. O biodiesel, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, representou 62,2% da receita líquida da Companhia.

Como um coproduto da produção de biodiesel, obtém-se a glicerina, que possui diversas aplicações, sobretudo nas indústrias química, farmacêutica, cosmética e de nutrição animal. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, a glicerina representou 1,4% das vendas da Companhia, sendo a sua maior parte destinada ao mercado internacional.

Extração. O segmento de extração consiste, principalmente, na produção de farelo e óleo de soja, sendo que este corresponde, em média, a 20% do produto final do processamento do grão. No caso da Oleoplan, 100% do óleo é destinado à produção do biocombustível. O farelo de soja representa, aproximadamente, 76% do processamento do grão e 31,8% da receita líquida da Companhia, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020. Devido ao seu alto valor proteico, sua principal destinação é a indústria de nutrição animal para elaboração de ração, sobretudo de aves, suínos e bovinos.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Além do farelo e do óleo, a Companhia também produz lecitina de soja, que corresponde a, aproximadamente, 0,5% da receita líquida no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020. Como um emulsificante natural, ela possui uma ampla gama de aplicações na indústria alimentícia (sobretudo de biscoitos, chocolates, sorvetes, pães, balas e margarinas), farmacêutica, cosmética, de tintas e borrachas.

A Companhia possui uma base diversificada com aproximadamente 5 mil fornecedores diretos e mais milhares de fornecedores indiretos por meio de cooperativas parceiras. Os 40 maiores fornecedores representaram apenas 48% do total de soja recebida pela Companhia, em 2019, sendo 51% pessoa jurídica (principalmente cooperativas de agricultura familiar), garantindo a manutenção do Selo Combustível Social, cuja titularidade lhe confere a capacidade de ser um vetor de inclusão social de agricultores enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Como forma de fidelizar seus fornecedores, a Companhia também revende fertilizantes e defensivos agrícolas. Tudo isso, sem ter que financiar lavouras ou antecipar recursos para produtores, o que mitiga substancialmente seus riscos de crédito. Oportunamente, a Companhia também faz a exportação de grãos, aproveitando a eficiência logística conferida por seu Terminal Portuário em Canoas/RS.

Ao longo da sua trajetória, a Companhia implementou de forma contínua, consistente e exitosa, um bem sucedido plano de negócios para crescer. Com pioneirismo e vocação à inovação, a Oleoplan, impulsionada pelo advento do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB), construiu em 2007 a sua primeira usina de biodiesel junto à planta de esmagamento de soja na cidade de Veranópolis/RS. Já em 2012, a Oleoplan iniciou seu plano de expansão e diversificação geográfica quando adquiriu a unidade de esmagamento de soja e produção de biodiesel em Iraquara/BA. A movimentação estratégica para a região Nordeste do país possibilitou à Companhia atender um mercado carente de suprimento e com alto potencial de crescimento. Por fim, no ano de 2020, a Companhia constituiu uma joint venture com a Pacífico Indústria e Comércio de Óleos e Proteínas Ltda. (uma empresa do Grupo FASA), o que lhe garante o suprimento necessário de gordura animal para implantação da nova planta de produção de biodiesel em Rondônia, que é parte do plano estratégico e do destino dos recursos da oferta da Companhia.

Além do projeto de Rondônia, a Companhia planeja investir na construção de sua quarta indústria de biodiesel, esta no Estado do Pará. Somados, esses dois novos projetos devem adicionar 432 milhões de litros/ano à sua capacidade instalada de produção de biodiesel, que já é a segunda maior do país. O início da operação dessas plantas está programado para ocorrer no primeiro semestre de 2022.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

O comprovado histórico de transações concluídas, somado à capacidade de identificar oportunidades vantajosas, capturar sinergias e integrar os negócios adquiridos credenciam a Companhia como um player relevante na consolidação do setor de produção de biodiesel no Brasil.

A construção da história da Companhia baseada no crescimento e pioneirismo se fundamenta nos membros da sua alta administração que possuem vasta e comprovada experiência e profundo conhecimento no setor de processamento de soja e produção de biodiesel. O Presidente do Conselho de Administração, que desde 1979 detém o controle da empresa, Sr. Irineu Boff, atua na cadeia produtiva da soja há mais de 45 anos e possui sólida expertise no setor. Com vocação ESG, a Companhia adota elevados padrões de governança corporativa, estando sempre alinhada com os princípios de transparência, diversidade, equidade e sustentabilidade, incluindo as questões socioambientais.

Nos últimos 25 anos, a Companhia sempre obteve resultados positivos, e, de 2008 a 2019 registrou crescimento composto na produção de biodiesel de 18% ao ano, apesar das condições macroeconômicas desafiadoras que prevaleceram no Brasil durante a maior parte desse tempo. A Companhia entende que esse sucesso se deve à robustez do seu modelo de negócios verticalmente integrado, bem como à capacidade de implementação do seu plano de negócios.

PRINCIPAIS INDICADORES FINANCEIROS E OPERACIONAIS

A tabela abaixo apresenta alguns dos principais indicadores financeiros e operacionais da Companhia para os períodos indicados, com base em suas demonstrações financeiras consolidadas e outras informações financeiras não contábeis. Para mais informações, vide itens "3.2 Medições Não Contábeis" e "10.1 Comentários dos diretores" deste Formulário de Referência.

(*Em R$ milhares, exceto %*)	Período de doze meses findo em 30 de setembro de 2020	Período de nove meses findo em 30 de setembro de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
		2020	2019	2019	2018	2017
Receita Operacional Líquida	3.485.737	2.682.292	1.858.426	2.661.871	2.548.151	1.960.760
Lucro Líquido	311.756	229.155	123.228	205.829	174.312	52.318
Lucro Líquido Ajustado(1)	308.857	229.155	114.531	194.232	163.501	74.726
EBITDA(2)	376.453	309.922	156.378	222.909	259.549	130.796
Margem EBITDA(3)	10,8%	11,6%	8,4%	8,4%	10,2%	6,7%
EBITDA Ajustado(4)	376.312	313.075	138.582	201.819	246.833	152.912
Margem EBITDA Ajustada(5)	10,8%	11,7%	7,5%	7,6%	9,7%	7,8%
ROE(6)	63,1%	N/A	N/A	34,2%	36,9%	20,9%
ROIC(7)	32,0%	N/A	N/A	21,5%	36,6%	30,4%

(1) Calculado por meio do lucro líquido da Companhia adicionado do ajuste a valor presente da conta credora dos recebíveis referentes a venda da Enerplan Part S.A. para o FIP em Infraestrutura Origem, para atendimento do CPC 48/IFRS 9.
(2) Consiste no lucro líquido adicionado ao resultado financeiro líquido, às despesas de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos sobre o lucro e aos custos e despesas de

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

depreciação e amortização.
(3) Corresponde ao EBITDA dividido pela receita líquida de vendas consolidada da Companhia.
(4) Corresponde ao EBITDA ajustado pela variação cambial efeito caixa (impacto de ganhos ou perdas financeiras efetivas ocorridas no período) e acrescido das receitas líquidas de despesas advindas dos Créditos de Descarbonização (CBIOs), as quais são alocadas em outras receitas financeiras e outras despesas financeiras, apesar da Companhia identificá-las como resultado operacional.
(5) Calculada pela divisão entre o EBITDA Ajustado e a receita líquida de vendas.
(6) Calculado pela divisão do Lucro Líquido Ajustado pela média do patrimônio líquido da Companhia correspondente à soma do patrimônio líquido no fim do período corrente e no fim do período anterior, dividido por dois.
(7) Calculado pela divisão do lucro operacional após de impostos (*Net Operating Profit After Taxes*) ("NOPAT") pela média do capital investido dos últimos dois exercícios sociais ("Capital Investido"). O NOPAT é o resultado antes das receitas (despesas) financeiras dos últimos doze meses, líquido de efeito de IRPJ/CSLL calculado pela alíquota efetiva da Companhia, e pelo ajuste a valor presente da conta credora dos recebíveis referentes à venda da Enerplan Part S.A. para o FIP de Infraestrutura Origem, para atendimento do CPC 48/IFRS 9 e acrescido das receitas líquidas de despesas advindas dos CBIOs. O Capital Investido é a soma dos Empréstimos e financiamentos da Companhia, do Patrimônio Líquido menos o Caixa e Equivalentes de Caixa e menos o saldo dos créditos em aberto com a Enerplan Part S.A. e com o FIP de Infraestrutura Origem.

Dando prosseguimento ao seu plano estratégico, em setembro de 2020, a Companhia celebrou um memorando de entendimento vinculante. Uma vez cumpridas as condições ali previstas, passará a deter 20% do capital social da FASA, o que lhe possibilitará maior acesso à produção de gorduras animais. A conclusão desta transação proporcionará uma vantagem competitiva relevante no mercado em que atua. Até a presente data, a transação envolvendo a FASA, embora em fase adiantada de negociação, ainda não havia sido concluída.

A FASA é uma das maiores processadoras independentes de gorduras animais da América Latina, contando com 12 unidades industriais distribuídas pelo Brasil. Há mais de 12 anos, a Companhia é cliente do Grupo FASA, desenvolvendo uma relação mútua de parceria. Abaixo estão os principais indicadores financeiros e patrimoniais de FASA referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019:

Informações adicionais FASA	2019	2018
Receita líquida	819.006	659.223
EBITDA	165.351	144.108
Margem EBITDA	20,2%	21,9%
Lucro líquido	82.741	67.709
Margem líquida	10,1%	10,3%

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

SETOR DE ATUAÇÃO

A Companhia está inserida no setor agropecuário brasileiro, sobretudo com atividades ligadas à cadeia produtiva da soja. Ao longo dos últimos anos, o volume de produção de soja no Brasil aumentou consideravelmente e 36% da produção de soja no Brasil, em 2019, foi processada internamente (ABIOVE).

Maiores produtores de soja mundiais | 2018/19

1	EUA	33,8%
2	Brasil	32,8%
3	Argentina	14,9%
4	China	4,5%
5	Paraguai	2,5%
6	Outros	11,5%

% em milhões de toneladas produzidas

Do esmagamento da soja, obtêm-se dois principais produtos: o óleo e o farelo. A industrialização do grão contribui para o aumento da oferta de óleo para a produção de biodiesel, que passará de 12 para 13% de participação na composição de todo o óleo diesel comercializado em 2021.

O Brasil é o terceiro maior produtor de biodiesel do mundo, com mais de 5,9 bilhões de litros produzidos em 2019, garantindo uma posição de destaque na produção e uso de biocombustíveis. Juntos, o etanol e o biodiesel fortalecem a participação dos biocombustíveis na matriz energética nacional e a imagem do país que valoriza a diversidade de fontes energéticas.

Ranking global de produtores de biodiesel | 2019 (bilhões de litros)

1	Indonesia	7,9
2	EUA	6,5
3	Brasil	5,9
4	Alemanha	3,8
5	França	3,0

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

No Brasil, o volume comercializado nos leilões deve ser suficiente para atender aos percentuais de mistura obrigatórios de biodiesel ao óleo diesel comercializado em todo o território nacional. No âmbito dos leilões, a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), por deter participação no mercado nacional de refino de derivados de petróleo superior a 99%, adquire todo o biodiesel que as distribuidoras necessitam para o cumprimento da mistura. Essas, por sua vez, retiram o produto diretamente nos produtores que elas escolherem na disputa do leilão. Além do preço, atributos como a logística, qualidade e atendimento são levados em consideração pelas distribuidoras na sua decisão.

PONTOS FORTES

A Companhia acredita se destacar, principalmente, pelos seguintes pontos:

Posição consolidada de liderança no mercado de biodiesel no Brasil

A Companhia foi líder em volume vendido de biodiesel no Brasil em 2019, segundo dados da ANP. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 registrou uma produção de 593 milhões e 458 milhões de litros de biodiesel, respectivamente. Entre 2008 e 2019, apresentou um crescimento de 518% em seu volume produzido. Historicamente, a Companhia atua no Rio Grande do Sul e no estado da Bahia, sendo que, recentemente, iniciou projetos de expansão na região Norte, onde acredita estar bem posicionada para replicar o seu modelo de negócios.

Evolução na Produção de Biodiesel da Companhia (milhões de litros)

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Modelo de negócios diferenciado e verticalmente integrado

A Companhia opera um modelo de negócios diferenciado que combina (i) originação de grãos, (ii) logística e armazenagem próprias, (iii) esmagamento e processamento de soja, (iv) produção, comercialização e transporte de farelo de soja, e (v) produção e comercialização de biodiesel. Este modelo verticalmente integrado permite ganhos de escala, confiabilidade quanto à disponibilidade de produtos, padrões de qualidade no processo, controle de custos e presença multirregional para atender seus clientes. Dada a localização estratégica das instalações, a Companhia é capaz de atender regiões carentes de alternativas próximas para seu suprimento, a exemplo da região Nordeste, cuja demanda representa 15,6% de todo o biodiesel consumido no país e a produção é de somente 7,7%.

Outro elemento fundamental do modelo verticalmente integrado reside no relacionamento comercial desenvolvido ao longo dos anos com seus fornecedores, o qual é pautado pela extrema confiança e credibilidade, que garantem o suprimento de soja constante e de qualidade durante todo o ano. Dentro da política do Selo Combustível Social, a Companhia tem sido eficaz na interação com sua base de agricultura familiar, provendo assistência técnica e fomentando as melhoras práticas em todas as etapas da produção da soja.

A Companhia conta com uma infraestrutura completa de armazenagem de grãos que alcança mais de 430 mil toneladas de capacidade estática. As 20 unidades de recebimentos permitem a manutenção de estoques estratégicos em períodos como a entressafra, além de facilitar a atividade de originação de grãos. Uma das unidades também possui um terminal portuário em Canoas (RS), permitindo o escoamento de grãos e farelo de soja até o porto de Rio Grande com maior eficiência.

A Companhia também vem diversificando o seu mix de matérias-primas de forma a tornar sua produção mais flexível e capaz de capturar oportunidades do mercado ao mesmo tempo em que reduz a exposição aos riscos de suprimento. Para tanto, a Companhia utiliza variadas alternativas de suprimentos, tais como óleo de soja, óleo de algodão, óleo de canola, óleo de palma, óleo de fritura usado e gorduras animais. Adicionalmente, o mix de matérias-primas utilizado pela Companhia para produção de biodiesel é projetado para garantir a otimização dos custos de produção e, consequentemente, atingir melhores preços aos consumidores com maiores margens operacionais.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Localização estratégica

A Companhia acredita que suas instalações estão estrategicamente localizadas para (i) obter o suprimento constante de soja necessário para a produção de biodiesel e farelo, (ii) facilitar a destinação da produção para os mercados interno e externo; e (iii) atender à demanda reprimida de determinadas regiões. A unidade de Veranópolis/RS encontra-se situada entre a região produtora de soja (principalmente de agricultores familiares), o mercado interno consumidor de farelo e o maior centro de destino de biodiesel do Estado, além de estar próxima ao Terminal Hidroviário de Canoas. A bem-sucedida expansão para novos mercados ao longo dos últimos anos, como é o caso da aquisição da planta de Iraquara/BA, permitiu à Companhia acessar mercados pouco explorados e com grande demanda por biodiesel, além do acesso a rotas alternativas de escoamentos de produtos. Em razão disto, a Companhia acredita possuir vantagens competitivas por ter conhecimento em implementar o modelo de negócios verticalmente integrado para atender as demandas de cada região.

Comprovado histórico de aquisições e integração de negócios

A Companhia está bem posicionada para consolidar o setor em que atua, conquistando uma participação de mercado cada vez maior com a sua experiência em aquisições e desenvolvimento de projetos greenfield. A Companhia realizou uma série de importantes investimentos estratégicos ao longo dos anos que representaram passos fundamentais para a sua expansão geográfica e de capacidade. Nesse contexto, destaca-se a aquisição da unidade produtora de biodiesel da “Vanguarda Agro S.A.”, em 2012, no município de Iraquara/BA. Desde então, ela vem recebendo sucessivos investimentos em infraestrutura e processos que possibilitaram que se transformasse em um dos cases de turnaround mais relevantes da história recente do setor. Desde que adquiriu essa unidade, a Companhia já multiplicou a sua capacidade de produção de biodiesel em mais de 3,6 vezes, reativou a sua planta de esmagamento e está concluindo a duplicação da sua capacidade de produção de óleo e farelo de soja. Por fim, a Companhia possui uma equipe multidisciplinar dedicada à prospecção de oportunidades de investimento, seleção de ativos e execução de negócios estratégicos.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

DNA socioambiental (ESG) com práticas e controles internos diferenciados no setor de agronegócios

A Companhia é detentora, desde 2007, do Selo Combustível Social, que garante a inclusão da agricultura familiar em sua cadeia de suprimento e, a partir de fevereiro de 2020, com a certificação do RenovaBio, credenciou-se como emissora de Créditos de Descarbonização - CBios. A Nota de Eficiência Energético-Ambiental (NEEA) obtida por cada uma das suas plantas produtoras de biodiesel habilita a Companhia a ser uma das maiores emissoras de CBios entre os produtores nacionais de biodiesel, com receitas financeiras superiores a R$7,5 milhões até 30 de setembro de 2020. No âmbito do Programa do Renovabio, cada CBio gerado corresponde à uma tonelada de gás carbônico (CO2) que deixa de ser emitido. Há mais de 10 anos, a Companhia vem implementando diversas melhorias nos seus controles internos, tendo suas demonstrações financeiras auditadas por firma de auditoria independente, bem como uma série de práticas e políticas focadas em áreas estratégicas, incluindo controle de qualidade e segurança com auditoria interna por meio de central de monitoramento corporativa. A Companhia acredita que estes fatores contribuem para colocá-la em uma posição diferenciada no mercado em que atua, bem como para alavancar seu crescimento sustentável de longo prazo.

Administração experiente com profundo conhecimento de mercado

A Companhia acredita que a vasta experiência e o profundo conhecimento de mercado de seus administradores constituem vantagens competitivas decisivas no seu complexo mercado de atuação. A administração da Companhia é composta, atualmente, por uma equipe comprometida e experiente no setor de processamento de soja, sendo que os 5 principais executivos possuem, em média, 20 anos de experiência no setor, dos quais 17 anos, em média, foram dedicados exclusivamente à Companhia. Os membros da gerência sênior têm, em média, aproximadamente 11 anos de experiência relevante no setor, com conhecimento específico em todos os aspectos da cadeia de abastecimento, produção e comercialização de biodiesel. A Companhia acredita que o nível de experiência operacional e financeira de sua equipe de gestão permitirá executar com sucesso as suas estratégias de negócios no futuro. Além disso, em virtude do bem sucedido crescimento e comprometimento com as melhores práticas de recursos humanos, a Companhia acredita estar bem posicionada para continuar a atrair e reter profissionais altamente qualificados em todos os níveis. Por fim, os interesses dos administradores estão altamente alinhados com os dos acionistas, uma vez que os principais executivos são beneficiários de planos de remuneração baseado em ações.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

PRINCIPAIS ESTRATÉGIAS

Os principais elementos da estratégia da Companhia são os seguintes:

Crescer organicamente por meio de um plano de expansão bem estruturado para o médio e longo prazo

Apesar de sua consolidada posição de liderança no mercado de biodiesel, a Companhia entende haver oportunidades relevantes para expandir ainda mais seus negócios e sua participação de mercado na região Norte do Brasil, onde há um déficit de produção do biodiesel. Para tanto, diferentemente dos seus competidores, a Companhia assegurou uma parceria com um dos maiores produtores de gordura animal da América Latina, a FASA, que tem a expertise necessária para atuar na região, atualmente já operando unidades no Pará e em Rondônia- esta última em joint venture com a Companhia. Este fato irá melhorar a presença geográfica e a cadeia de fornecimento de matéria-prima da Companhia na região Norte. Assim, a Companhia pretende efetivar seu plano de expansão. A nova unidade de produção de biodiesel de Rondônia já possui licença prévia obtida junto ao órgão ambiental, terreno e equipamentos adquiridos. A usina do Pará está em processo de aquisição de área em Distrito Industrial já estruturado junto à CODEC, Companhia de Desenvolvimento Econômico do Pará. Ambas estão previstas para iniciar suas operações no ano de 2022, possuindo capacidade de produção de 216 milhões de litros, cada uma.

Assim como a região Norte, a região Sudeste também apresenta déficit na produção de biodiesel. Com vistas a aproveitar as oportunidades nesta região e mercados de nicho em outras, em uma segunda fase de expansão prevista para 2023 a 2026, a Companhia desenvolveu um pipeline de projetos greenfield com os quais pretende agregar uma capacidade instalada adicional de 576 milhões de litros/ano de biodiesel.

Aproveitar oportunidades atrativas de crescimento por meio de aquisições estratégicas selecionadas

A Companhia entende que o crescimento do setor é uma realidade e que oportunidades para aquisições e parcerias estratégicas serão pilar essencial da Companhia para sua consolidação no mercado. A Oleoplan acredita que o mercado nacional de biodiesel é fragmentado e isso, aliado à ausência de solidez financeira de alguns de seus competidores, confere à Companhia, a oportunidade de ativamente continuar a participar da consolidação do setor no Brasil. Desta maneira, a Companhia acredita estar bem posicionada para conquistar uma participação de mercado cada vez maior, sendo tal fator fundamentado pelo histórico de aquisições que a Companhia apresentou ao longo de sua existência.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Compromisso de entregar produtos sustentáveis alinhados às melhores práticas sociais e ambientais

Como uma das pioneiras na produção de biodiesel no Brasil, a Companhia historicamente tem se preocupado com a sustentabilidade nos negócios em que atua. Atualmente, a Companhia possui aproximadamente 5 mil fornecedores locais de soja, mamona e palma de óleo que se enquadram no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e cerca de 42% de todo o fornecimento de soja é proveniente dos agricultores familiares, de acordo com dados do ano de 2019. Tal parceria garante o Selo Combustível Social (SCS) para as duas usinas de biodiesel, em Iraquara (BA) e Veranópolis (RS). Tal Selo foi concedido à Oleoplan em 2007 pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) mediante o compromisso de adquirir parte de suas matérias-primas dos agricultores familiares enquadrados no Pronaf.

A Companhia, ainda, é caracterizada como uma plataforma sustentável e certificada para monetizar Créditos de Descarbonização (CBios). Atualmente, a Companhia vem se beneficiando da emissão de CBios, tendo contabilizado até 30 de setembro de 2020 mais de R$7,5 milhões em receita financeira. Ambas as plantas em que a Companhia opera possuem o Certificado de Produção Eficiente de Biocombustível desde fevereiro deste ano.

Assegurar flexibilidade e o uso eficiente das matérias-primas

Entre o período de 2009 a 2019, a produção do biodiesel através da gordura animal e outras matérias-primas ganhou relevância frente aos materiais tradicionais, como a soja. Em 2019, o óleo de soja foi responsável por cerca de 68% da matéria-prima usada para se produzir o biodiesel no Brasil, enquanto gorduras animais como a bovina por apenas 11%. Nesse contexto, a Oleoplan destaca-se por possuir um mix diferenciado na composição das suas matérias-primas para a produção do biodiesel, apresentando, nesse mesmo ano, cerca de 30% do seu biodiesel produzido por gorduras animais e 55% por óleo de soja. A Companhia busca flexibilizar o emprego de diferentes matérias-primas além da soja, conforme as diferentes regiões e sazonalidades, sempre respeitando os padrões de qualidade exigidas e buscando maior rentabilidade. Para intensificar essa estratégia, a Companhia celebrou um memorando de entendimento vinculante por meio do qual, uma vez cumpridas as condições ali previstas, passará a deter 20% do capital social da FASA, o que possibilitará maior acesso a sua produção de gordura animal.

Pontos Fracos, Obstáculos e Ameaças

Os pontos fracos, obstáculos e ameaças à Companhia, seus negócios e condição financeira estão relacionados à concretização de um ou mais cenários adversos contemplados nos fatores de risco, ocorrendo de maneira combinada. Para mais informações, vide, neste Formulário de Referência, os itens 4.1 e 4.2.

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

7.1-A – Indicar, caso o emissora seja sociedade de economia mista: (a) interesse público que justificou sua criação; (b) atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização, indicando: os programas governamentais executados no exercício social anterior, os definidos para o exercício social em curso, e os previstos para os próximos exercícios sociais, critérios adotados pelo emissor para classificar essa atuação como sendo desenvolvida para atender ao interesse público indicado na letra "a"; quanto às políticas públicas acima referidas, investimentos realizados, custos incorridos e a origem dos recursos envolvidos – geração própria de caixa, repasse de verba pública e financiamento, incluindo as fontes de captação e condições; estimativa dos impactos das políticas públicas acima referidas no desempenho financeiro do emissor ou declarar que não foi realizada análise do impacto financeiro das políticas públicas acima referidas; e (c) processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Justificativa para o não preenchimento do quadro

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

a) Produtos e serviços comercializados

A atividades da Companhia estão relacionadas aos seguintes segmentos: (i) biodiesel, (ii) extração, e (iii) revendas.

b) receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

(R$ mil)	Período de nove meses findo em 30 de setembro		Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de:		
Receita Operacional Líquida	**2020**	**2019**	**2019**	**2018**	**2017**
Biodiesel	1.708.635	1.129.182	1.721.094	1.538.604	1.135.193
Extração	877.363	649.565	843.121	848.668	644.221
Revendas	96.295	79.654	97.629	160.864	181.334
Outros	0	25	27	14	13
Total	**2.682.292**	**1.858.426**	**2.661.871**	**2.548.151**	**1.960.760**

As informações foram extraídas das demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 e aos períodos de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e 30 de setembro de 2019, as quais foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS e BR GAAP) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e práticas do Brasil.

c) lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

(R$ mil)	Período de nove meses findo em 30 de setembro		Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de:		
Lucro Operacional	**2020**	**2019**	**2019**	**2018**	**2017**
Biodiesel	152.777	101.361	197.356	190.550	100.780
Extração	156.014	23.043	5.214	58.427	18.572
Revendas	10.455	4.124	5.093	14.528	17.563
Outros	-3.673	-1.461	-1.996	-1.039	-1.163
Corporativo	-17.403	8.378	975	-16.824	-19.486
Total	**298.170**	**135.444**	**206.642**	**245.642**	**116.266**

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

a) características do processo de produção

O biodiesel é um produto derivado de uma reação química denominada transesterificação em que triglicerídeos provenientes de biomassas (como óleos vegetais e/ou gorduras animais) reagem com um álcool primário (nesse caso, o metanol). Como coprodutos desse processo, resultam ainda a glicerina e a borra de refino.

Já o farelo de soja consiste em um dos produtos do esmagamento do grão de soja (em média 76%), sendo ainda produzidos o óleo de soja (na proporção de aproximadamente 20%), a lecitina e a casca de soja.

Do ponto de vista produtivo, a Companhia inicia seu processo pela aquisição das matérias-primas necessárias para a produção do farelo de soja e do biodiesel, mediante originação, ou seja, o processo de comercialização junto a produtores rurais de diferentes escalas de produção, bem como a fornecedores de matérias-primas graxas de origem animal (vide fluxograma detalhado no item 7.3 (c), abaixo).

Por não possuir produção própria de soja, a Companhia tem toda a sua demanda pelo grão suprida por terceiros (produtores rurais), que se dividem basicamente entre pessoas físicas com declaração de aptidão ao pronal ("DAP") ou sem DAP e pessoas jurídicas (notadamente as cooperativas, também DAP e não DAP). Seja devido à forte presença da Companhia no estado do Rio Grande do Sul, seja pelas exigências vinculadas ao Selo Combustível Social, a Companhia conta com milhares de fornecedores, com os quais mantém-se um relacionamento próximo, inclusive via prestação de assistência técnica rural (na qual praticam-se visitas de campo e treinamentos visando as melhores práticas agrícolas do mercado).

A soja originada é recebida ao longo da safra em uma das 19 filiais de recebimento de armazenamento de grãos (vide item 9.1 (a)) e/ou nas unidades fabris; estas unidades recebem também – de fornecedores diversos – outros óleos vegetais e gorduras animais utilizadas na produção do biodiesel, sendo o transporte das matérias-primas realizado pelo modal rodoviário. São recebidos nas unidades, ainda, gorduras animais, outros óleos vegetais (algodão, canola, palma, de fritura usado), metanol (importado) e metilato de sódio, todos insumos relevantes para a produção do biocombustível.

Do processamento da soja deriva o óleo de soja degomado, destinado integralmente à produção do biodiesel.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Farelo de soja

O farelo de soja é resultado do esmagamento do grão de soja. Deste processo, resultam, em média, entre 19% e 21% de óleo de soja (posteriormente destinado à produção do biodiesel) e entre 73% e 76% de farelo de soja, produto comercializado pela Companhia nos mercados doméstico e internacional. Devido ao seu alto valor proteico, sua principal destinação é a indústria de nutrição animal para elaboração de ração, sobretudo de aves, suínos e bovinos. A certificação GMP+, do farelo da Oleoplan garante a sua qualidade e a aplicação das melhores práticas ao longo de todo o seu processo de produção.

Em 30 de setembro de 2020, as unidades fabris de Veranópolis/RS e Iraquara/BA possuíam, respectivamente, 2 mil toneladas/dia e 1 mil toneladas/dia em capacidade de esmagamento de soja.

Unidade de produção	UF	Capacidade de processamento de soja (ton/dia)
Veranópolis	RS	2.000
Iraquara	BA	1.000

Biodiesel

O biodiesel é um combustível biodegradável derivado de fontes renováveis, produzido a partir de gorduras animais e óleos vegetais. Em conjunto com um álcool metílico (ou metanol) e um catalizador (metilato de sódio) ocorre uma reação conhecida como processo de transesterificação que resulta como produto principal biodiesel. Como produtos de processo de produção conjunta (coprodutos), gera-se a glicerina (produto que possui diversas aplicações, sobretudo nas indústrias químicas e de nutrição animal) e a borra de refino (caracteristicamente possui alto teor de ácidos graxos saponificados e é formada durante a etapa de neutralização do refino químico do material graxo. É usada para diversas finalidades, como por exemplo, na indústria de sabões e para a produção de concentrado de ácidos graxos livres).

O início da produção do biodiesel consiste na recepção das matérias-primas, em geral pelo modal rodoviário, as quais são pesadas e testadas no que diz respeito às especificações desejadas. Após, o processo industrial de transesterificação resulta nos produtos supracitados, sendo o biodiesel destinado a tanque específico que passa pelo processo de certificação da especificação e, então lacrado. Os coprodutos são destinados principalmente ao mercado internacional (glicerina) e nacional (borra de refino).

Em 30 de setembro de 2020, as unidades de produção de biodiesel de Veranópolis/RS e Iraquara/BA tinham capacidades instaladas de 1.300 m³/dia e de 800 m³/dia, respectivamente. O quadro a seguir apresenta as matérias-primas utilizadas em cada uma das unidades industriais da Companhia.

Unidade de produção	UF	Capacidade de produção de biodiesel (m³/dia)	Matérias-primas utilizadas
Veranópolis	RS	1.300	Óleo de soja, sebo bovino, óleo de fritura usado, óleo de canola, outras matérias-primas
Iraquara	BA	800	Óleo de soja, óleo de algodão, sebo bovino, óleo de palma, outras matérias-primas

Transcorrido o processo de produção, passa-se ao processo de comercialização dos produtos, mediante modelos de distribuição abaixo detalhados.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

b) características do processo de distribuição

Farelo de soja

O farelo de soja (proteico) destina-se majoritariamente para o mercado doméstico, suprindo demandas de ração animal para as indústrias de carnes. A entrega é feita particularmente no modelo CIF ("*cost insurance and freight*"), utilizando-se para tal o modal rodoviário. O atendimento do mercado externo é feito também na modalidade CIF, ou seja, através do qual a Companhia entrega o farelo de soja produzido diretamente nas instalações de nossos clientes, transferindo-se a propriedade do produto no momento da entrega, utilizando-se para tanto os portos com logística adequada para tal escoamento. Ambas as unidades fabris (Veranópolis/RS e Iraquara/BA) possuem certificação GMP+ do farelo de soja produzido.

Casca de soja

A casca da soja é obtida no processo de industrialização do grão de soja. Livre de substâncias alérgicas e de aditivos químicos, a casca de soja é comercializada sobretudo para utilização na alimentação animal, principalmente de ruminantes. A destinação da casa dá-se integralmente para o mercado doméstico, a granel, nas modalidades CIF ou FOB (*"free on board"*), ou seja, quando os clientes retiram o produto diretamente nas instalações transferindo-se a propriedade neste momento, a depender das condições contratadas pelos clientes.

Lecitina

Também obtida a partir do processamento do grão de soja, a lecitina é um emulsificante natural, possuindo aplicações na indústria alimentícia – sobretudo de biscoitos, chocolates, sorvetes, pães, balas e margarinas – além de ser utilizada também na indústria farmacêutica e cosmética ou na fabricação de tintas e borrachas.

Por cumprir os mais exigentes padrões de qualidade do mercado, a produção de lecitina da Oleoplan está habilita para venda tanto no mercado interno quanto no externo. Possui o Certificado de Conformidade Halal, estando em conformidade com requisitos estabelecidos pelo Manual de Certificação Halal CHS 12001-2 e a norma GSO 2055-1. A expedição do produto dá-se via modal rodoviário e, quando exportada, via marítimo, nas modalidades CIF, FOB e *ex works*, a depender das condições contratadas pelos clientes. O *ex works* é uma modalidade de incoterms, no qual o vendedor é responsável por disponibilizar os produtos para retirada em seu próprio armazém, sendo o comprador o responsável pelo transporte do produto.

Biodiesel

Até o presente momento, a retirada do biodiesel pelas distribuidoras de combustíveis se dá exclusivamente pelo modal rodoviário, com o uso de caminhões-tanque, na modalidade FOB (sendo o transporte da carga de responsabilidade das distribuidoras de combustíveis e/ou seus transportadores contratados).

Para garantir os padrões de especificação e qualidade exigidos pela ANP e pelo mercado, a Oleoplan possui laboratórios próprios acreditados pela Coordenação Geral de Acreditação do Inmetro (CGCRE). Através da acreditação NBR ISO/IEC 17025, a Companhia garante a padronização das atividades de ensaio de seus laboratórios com os padrões internacionais.

Todo o biodiesel expedido destina-se à mistura compulsória no diesel B comercializado em território nacional, sendo tal mistura de responsabilidade das distribuidoras de combustíveis.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Glicerina

A Oleoplan comercializa a glicerina – produto destinado a aplicações nas indústrias indústria farmacêutica, alimentícia, cosmética, têxtil, de papel, de tabaco, de explosivos, de lubrificantes, de tintas, de alimentação animal, de geração de energia, de plásticos – em sua forma com 83% de teor de glicerol.

A maior parte do volume produzido pela Companhia se destina ao mercado internacional, nas modalidades CIF e/ou FOB (a depender das condições contratadas pelos clientes). Para o mercado interno, utiliza-se venda a granel via modal rodoviário. Já as exportações utilizam-se de compartimentos *flexitank*, perpassando o uso dos modais rodoviário (em território nacional) e marítimo (para entrega ao cliente final).

Borra de refino

Emulsão oleosa alcalina constituída por água, ácidos graxos saponificados, triglicerídeos, fosfatídeos e outros compostos em menor quantidade. Se forma durante a etapa de neutralização do refino químico do material graxo, sendo usada para diversas finalidades, sobretudo na indústria de sabões. Comercializada integralmente no mercado interno, 100% a granel via modal rodoviário, nas modalidades CIF ou FOB, a depender das condições contratadas pelos clientes.

Fertilizantes e Defensivos Agrícolas

A Oleoplan, através das suas filiais e de seus colaboradores localizados no Estado do Rio Grande do Sul, oferta fertilizantes e defensivos agrícolas aos seus fornecedores de soja, nas modalidades de venda tradicional à vista, a prazo ou permuta por soja em grão (*barter*). Nesta última modalidade, o agricultor pode optar por transformar os custos dos seus insumos em sacas de soja a serem pagos após a colheita. A fixação do valor visa mitigar riscos das oscilações dos custos dos insumos e da produção agrícola.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

c) características dos mercados de atuação, em especial:

Dinâmica do mercado Agropecuário

Atualização do cenário mundial

Em janeiro de 2020, o Fundo Monetário Internacional (FMI) divulgou a primeira projeção do setor agropecuário para o ano, com expectativa de crescimento de 3,3% da economia mundial, sendo 4,4% para os mercados emergentes e países em desenvolvimento, e 1,6% para as demais economias. Nesse momento pré-pandemia, o FMI previa que, depois da China, os países que mais cresceriam seriam os da América Latina e do Caribe superando os Estados Unidos e a média dos países da Europa. Esse crescimento seria impulsionado em parte pelo potencial de novos mercados consumidores de commodities agrícolas e energéticas. O Brasil, apesar de também ser um grande produtor de commodities agrícolas, tinha sido apontado pela instituição como sendo o país da América do Sul com menor crescimento no ano.

O avanço da Covid-19 e a adoção de políticas de isolamento e distanciamento social adotadas pela maioria dos países, fez diversas instituições em todo mundo acompanharem a evolução da propagação do vírus e revisarem suas estimativas para o ano de 2020. O FMI atualmente trabalha com os seguintes dados:

Área e produção entre 2018/19 e 2020/21 (projetado)

Fonte: Conab, FMI, World Economic Outlook Database, abril de 2020

No Brasil, a previsão da maioria dos setores do PIB aponta para um decrescimento, no entanto, o setor de agropecuária possui expectativa positiva para os meses subsequentes.

Evolução das expectativas de mercado para o PIB do Brasil de 2020, por setor da economia, janeiro a julho de 2020

Fonte: Bacen

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

O agronegócio brasileiro

O Brasil é um dos maiores produtores de alimento do mundo, com potencial para ser o maior produtor mundial. A vasta produção de alimentos é favorecida sobretudo por fatores climáticos, quantidade significativa de água presente no território brasileiro e o potencial de mais áreas agricultáveis (utilizamos uma pequena parcela dessas áreas). Associado a isso, massivos investimentos em tecnologia nos últimos anos tornaram a produção mais eficiente e lucrativa.

Desta forma, o agronegócio vem se tornando mais eficiente, consciente e cada vez mais relevante na economia brasileira. O PIB do agronegócio representa hoje 21,4% (2019) do PIB total brasileiro e a projeção para 2020 é de 23,7% de participação na composição do mesmo.

Participação % do PIB do Agronegócio brasileiro no PIB do Brasil

Fonte: CNA/Cepea; 7 de julho de 2020, E: Projeções Cogo Inteligência em Agronegócio

Além disso, o agronegócio é responsável por metade das exportações do país, demonstrando seu grande poder sobre o saldo positivo na balança comercial brasileira.

Balança Comercial do Agronegócio Brasileiro (2018[1] – 2019[2])

Fonte: Secretaria da Agricultura de Minas Gerais
Nota: (1) 2018 – Fevereiro a Dezembro; (2) 2019 – Janeiro a Fevereiro

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Com relação ao mercado mundial de produção e exportação de produtos agropecuários, o Brasil está muito bem posicionado nos principais produtos.

Posição do Brasil no Ranking Global de Produção e Exportação

Fonte: USDA (2017/2018); Brazilian Trade and Investment Promotion Agency

O mercado internacional de soja

O mercado internacional de soja é composto por quatro principais players produtores e exportadores: Brasil, Estados Unidos e Argentina, e um comprador (importador) a China. Segundo o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (Usda), em sua última divulgação do quadro de oferta e demanda mundial, a safra mundial de soja em grãos 2018/19 realizada mostra que o Brasil (33,2%), EUA (33,4%) e Argentina (15,3%), são responsáveis por 81,8% de toda a produção mundial de soja em grão, e a China por 61,54% de todas as importações mundiais.

Produção mundial de soja em grãos – safra 2018/2019

Fonte: Usda, 2020

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Exportação mundial de soja em grãos – safra 2018/2019

Fonte: Usda, 2020

O Brasil, na safra 2018/19, continua a ser o maior exportador de soja do mundo, com aproximadamente 75 milhões de toneladas soja em grãos exportados.

Esmagamento mundial de soja em grãos – safra 2018/2019

Fonte: Usda, 2020

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

O mercado de soja no Brasil

O complexo soja, composto pela soja em grãos e seus derivados como óleo e farelo de soja foi o principal produto exportado em 2017, representando 14,10% de toda a exportação brasileira, ou seja, US$ 30,69 bilhões, ficando à frente de produtos importantes como minérios, petróleo e combustíveis.

Daí a importância do acompanhamento do panorama internacional, pois, sendo o Brasil o maior exportador de soja mundial, os preços internacionais afetam diretamente a balança comercial brasileira, e mais diretamente os preços deste complexo no mercado nacional. Além disto, a soja em grãos é esmagada internamente, extraindo-se dois subprodutos: o óleo e o farelo de soja.

Os esmagamentos representam a possibilidade de aumento de consumo de óleo de soja para produção de biodiesel, que passará de B12 para B13 e estimula estimativa do aumento dos esmagamentos para 47,3 milhões de toneladas em 2021 e 44,6 milhões de toneladas em 2020 (Conab).

Ao longo dos últimos anos, o volume de produção de soja aumentou consideravelmente: 6,1% ao ano composto. No entanto, apenas 36% da produção de soja no Brasil é processada internamente (2019) e o menor crescimento da capacidade de processamento relativo à produção resultou no aumento significativo de exportação.

Evolução da destinação ao longo dos últimos anos no Brasil (milhões de toneladas)

Fonte: Abiove, 2020

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Destino das exportações de soja (%) – safra 2018/2019

Fonte: Abiove, 2020

Área plantada de soja no Brasil (Mil hectares)

Fonte: Conab

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Safra histórica anual e projeção safra 2019/20 | Brasil

Fonte: Conab, AGROSTAT

Especificamente nos mercados do Rio Grande do Sul e da Bahia, onde estão localizadas as principais plantas da Oleoplan, temos o seguinte histórico de produção e produtividade média:

Safra histórica anual e projeção safra 2019/20 | Rio Grande do Sul

Fonte: Conab, AGROSTAT

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Safra histórica anual e projeção safra 2019/20 | Bahia

Fonte: Conab, AGROSTAT

Com relação aos preços de soja, historicamente, verifica-se um comportamento sazonal no qual durante o período de safra e consequente abundância do grão, os preços são menores (meses de março a maio), enquanto na entressafra, com consequente redução da disponibilidade do grão têm-se um aumento nos preços:

Histórico sazonal do preço da soja ao longo do ano (média histórica anual de 1997 a 2019)

Fonte: Abiove, 2020

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

A cadeia de soja inicia-se com a produção / originação do grão, passando pelo esmagamento (processamento) resultando a produção de farelo, lecitina, óleo e outros. O farelo é usado principalmente para produção de ração animal, o óleo para o biodiesel, alimentos e outras finalidades.

Cadeia da soja no Brasil

Fonte: Abiove, 2020

Destinação do farelo de soja

Do farelo de soja produzido no Brasil 48,8% é destinado para o **consumo interno**, sobretudo para a utilização de rações animais (bovinos, equinos, suínos, aves e pet) dado o alto teor de proteínas. O restante da produção (51,2%) é **exportado**, levando em consideração que a exportação possui destinação mais diversificada do que a soja in natura.

Destinação do farelo de soja exportado (mil toneladas)

Fonte: Conab, 2020

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Dinâmica do mercado de Biodiesel

O biodiesel é um combustível renovável obtido a partir de um processo químico denominado transesterificação. Por meio desse processo, os triglicerídeos presentes nos óleos e gordura animal reagem com um álcool primário, metanol ou etanol, gerando dois produtos: o éster e a glicerina. O primeiro somente pode ser comercializado como biodiesel, após passar por processos de purificação para adequação à especificação da qualidade, sendo destinado principalmente à aplicação em motores de ignição por compressão (ciclo Diesel).

Os primeiros estudos para a criação de uma política para o biodiesel no Brasil iniciaram em 2003, com a criação da Comissão Executiva Interministerial do Biodiesel (CEIB) e do Grupo Gestor (GG) pelo governo federal. Em dezembro de 2004, o governo federal lançou o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), com o objetivo inicial de introduzir o biodiesel na matriz energética brasileira. Com enfoque na inclusão social e no desenvolvimento regional, o principal resultado dessa primeira fase foi a definição de um arcabouço legal e regulatório.

A sua mistura ao diesel fóssil teve início em 2004, em caráter experimental e, entre 2005 e 2007, no teor de 2%, a comercialização passou a ser voluntária. A obrigatoriedade veio no artigo 2º da Lei n° 11.097/2005, que introduziu o biodiesel na matriz energética brasileira. Em janeiro de 2008, entrou em vigor a mistura legalmente obrigatória de 2% (B2), em todo o território nacional. Com o amadurecimento do mercado brasileiro, esse percentual foi sucessivamente ampliado pelo CNPE até o atual percentual de 12%, nos termos da Lei n° 13.263/2016, conforme pode ser observado:

Evolução do percentual de teor de biodiesel presente no diesel fóssil no Brasil:

- 2003 - Facultativo
- Jan/2008 - 2%
- Jul/2008 - 3%
- Jul/2009 - 4%
- Jan/2010 - 5%
- Ago/2014 - 6%
- Nov/2014 - 7%
- Mar/2017 - 8%
- Mar/2018 - 10%
- Set/2019 - 11%
- Mar/2020 - 12%[1]
- Mar/2021 - 13%[2]
- Mar/2022 - 14%[3]
- Mar/2023 - 15%[4]

[1] ***A ANP autorizou a redução do percentual de mistura mínima obrigatória do biodiesel ao diesel A de 12 para 10% no período entre os dias 16 e 21 de junho de 2020, considerando a situação de emergência em saúde de calamidade pública em virtude do Coronavírus (Covid-19) com vistas a garantir o abastecimento interno de diesel B. A Resolução da ANP nº 824, de 13 de agosto de 2020, alterou temporariamente o percentual de mistura mínima obrigatória do biodiesel ao diesel fóssil de 12 para 10% de 01 de setembro a 31 de outubro e a Resolução nº 831, de 07 de outubro de 2020, alterou temporariamente o mesmo percentual para 11% no período de 1º de novembro a 31de dezembro.***

[2] ***Conforme previsto na Lei 13.263/2016 e regulamentado pelo CNPE através da Resolução nº 16/2018.***

[3] ***Conforme previsto na Lei 13.263/2016 e regulamentado pelo CNPE através da Resolução nº 16/2018.***

[4] ***Conforme previsto na Lei 13.263/2016 e regulamentado pelo CNPE através da Resolução nº 16/2018.***

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

A especificação do biodiesel tem sido aprimorada constantemente ao longo dos anos, o que tem contribuído para a sua harmonização com as normas internacionais e alinhamento da sua qualidade às condições do mercado brasileiro, assegurando maior segurança e previsibilidade aos agentes econômicos.

Assim, o biodiesel já é uma realidade no País e garante ao Brasil uma posição destacada em relação ao resto do mundo. Juntos, etanol e biodiesel fortalecem a participação dos biocombustíveis na matriz energética nacional e a imagem do Brasil como país que valoriza a diversidade de fontes energéticas.

O biodiesel pode ser produzido a partir de diversos tipos de óleos vegetais (soja, canola, girassol, mamona, pinhão-manso, algodão, dendê, etc.) ou de gordura animal. Em 2019, no Brasil, o óleo de soja representava cerca de 67,8% da matéria-prima utilizada para produzir biodiesel, seguido por 13,8% de gordura animal, 1,1% de algodão e o restante é composto por demais matérias-primas residuais, conforme pode ser observado no gráfico a seguir:

Matérias-primas utilizadas na produção de biodiesel (B100) no Brasil

Fonte: ANP

Ranking global de produtores de biodiesel | 2019 (bilhões de litros)

1	Indonesia	7,9
2	EUA	6,5
3	Brasil	5,9
4	Alemanha	3,8
5	França	3,0

Fonte: US Energy Information Administration (EIA), International Energy Agency (IEA)

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Participação regional na produção de biodiesel

Fonte: ANP/ABIOVE - Coordenadoria de Economia e Estatística, dados disponíveis até julho de 2020

Produção anual de biodiesel (m³)

Fonte: ANP/ABIOVE - Coordenadoria de Economia e Estatística, dados disponíveis até julho de 2020

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Evolução mensal de produção (m³) de biodiesel no Brasil versus teor de biodiesel na mistura obrigatória (%)

Fonte: ANP

Previsão da sequência de aumentos do percentual de mistura:

- B13: março/2021 (13%)
- B14: março/2022 (14%)
- B15: março/2023 (15%)

Leilões de biodiesel

A comercialização do biodiesel é feita por meio de leilões públicos organizados pela ANP. Os leilões de biodiesel visam à aquisição de biodiesel pelos adquirentes (refinarias e importadores de óleo diesel) para atendimento ao percentual mínimo obrigatório de adição de biodiesel ao óleo diesel e para fins de uso voluntário, cujo volume deve ser entregue pelas unidades produtoras de biodiesel. Entretanto, conforme apresentado no item 7.4 deste Formulário de Referência, atualmente a Petrobras figura como única adquirente dos leilões de biodiesel.

O edital padrão do leilão vigente estabelece que o processo do certame seja composto de oito etapas, na seguinte ordem:

Etapa 1: habilitação dos fornecedores de biodiesel, promovida diretamente pela ANP por meio de análise documental.

Etapa 2: apresentação das ofertas pelos fornecedores para atender à mistura obrigatória. Cada fornecedor pode apresentar até três ofertas por unidade produtora. O somatório das três ofertas de um fornecedor não pode ser superior a 100% da sua capacidade de produção (habilitada pela ANP) para o período estipulado em edital, normalmente de dois meses (60 dias). O preço apresentado para cada oferta, em reais por metro cúbico, na condição FOB, incluindo PIS/Pasep e Cofins, sem ICMS, não pode ser superior ao preço máximo de referência (PMR) regional, que é calculado pela ANP.

Etapa 2.a: apresentação de uma oferta individual de venda, com indicação do preço unitário e do volume pelos fornecedores, exclusivamente para fins de comercialização de biodiesel de uso voluntário. O volume ofertado por cada fornecedor não poderá ser superior ao seu saldo total de oferta não vendida para fins de adição obrigatória. Na segunda rodada de lances o fornecedor poderá alterar apenas o preço unitário.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Etapa 3: seleção das ofertas pelos adquirentes, com origem exclusiva em fornecedores detentores do selo combustível social. Nessa etapa os distribuidores disputam os lotes de biodiesel ofertados pelos produtores detentores do selo.

Etapa 4: reapresentação de preços de ofertas pelos fornecedores. Nessa etapa, os fornecedores deverão apresentar novos preços, sempre iguais ou inferiores àqueles apresentados na etapa 2, visando a sua participação na etapa 5.

Etapa 5: seleção das demais ofertas pelos adquirentes, com origem em quaisquer fornecedores, independentemente de possuírem o selo combustível social.

Etapa 5.a: seleção das ofertas pelos adquirentes para fins de comercialização de biodiesel de uso voluntário.

Etapa 6: consolidação e divulgação do resultado final, que é publicado no Diário Oficial da União (DOU).

Além dos leilões regulares, cuja periodicidade é bimestral para reger as entregas de biodiesel do bimestre seguinte ao de realização do certame, a ANP poderá realizar leilões complementares ou específicos em situações nas quais houver necessidade de:

1. Suprir os volumes de biodiesel não entregues pelos produtores aos adquirentes; e

2. Aquisição de quantidades de biodiesel superiores à demanda necessária ao atendimento do percentual mínimo obrigatório.

O caráter público do leilão promove um ambiente mais transparente de comercialização devido ao conhecimento, pelos agentes envolvidos, dos fornecedores, dos volumes transacionados e das condições de preços. O leilão também fornece igualdade de acesso entre fornecedores e não discrimina o porte do produtor no processo de negociação.

Cadeia de Biodiesel no Brasil

Fonte: ANP

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

d) eventual sazonalidade

As colheitas das safras de soja dependem, principalmente, das condições climáticas, como chuvas e temperatura, que variam e podem ser influenciadas pelas mudanças climáticas globais. As condições climáticas têm historicamente causado volatilidade na produção de soja e, consequentemente, em nossos resultados operacionais, causando quebras ou redução de safras. Enchentes ou secas, que podem ser influenciadas por mudanças climáticas globais, podem afetar adversamente o fornecimento e os preços das commodities agrícolas, notadamente a soja, que usamos em nossos negócios. O suprimento de soja é sazonal, pois não está disponível o ano todo no mercado *spot* em quantidades suficientes para a produção industrial e deve ser contratualmente garantido antes da necessidade.

e) principais insumos e matérias primas, informando:

(i) descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

Dentre as principais matérias-primas e insumos utilizados nos processos produtivos da Companhia, destacam-se a soja, o óleo de soja, a gordura animal, o óleo de palma e o metanol. A primeira (soja) é a matéria-prima básica que, após esmagada, gera o farelo de soja e o óleo de soja próprios. Os demais óleos e gorduras supracitados, assim como o metanol, são utilizados na produção do biodiesel comercializado.

O fornecimento da soja advém de aproximadamente 5 mil produtores rurais e cooperativas agrícolas. Particularmente localizados(as) no estado do Rio Grande do Sul, tais fornecedores possuem um sólido histórico de relacionamento com a Companhia, fato este caracterizado, por exemplo, pela permuta de fertilizantes e defensivos por soja em grão (*barter*), pela prestação de assistência técnica especializada e remuneração via bônus (vinculados ao Selo Combustível Social) e pelo recebimento da produção agrícola nas unidades de armazenamento da Companhia.

Já no caso da produção do biodiesel, além da extrapolação das considerações supracitadas no caso da soja, a Companhia mantém relações sólidas especialmente com outros fornecedores de óleo de soja, óleo de palma, gorduras animais e metanol. A estrutura contratual estabelecida com tais fornecedores prevê a aquisição de volumes compatíveis com as vendas bimestrais do biocombustível, sendo, em alguns casos, estabelecidos contratos de maior duração, com vistas à redução de exposições a riscos de mercado, garantia de fornecimento de matéria-prima e fidelização das relações comerciais.

Do ponto de vista do cumprimento às legislações e regulamentações, destacam-se:

- ***Produtores de soja***: legislações atinentes à produção rural, tais como Novo Código Florestal (Lei nº 12.651 de 2012), Cadastro Ambiental Rural (Decreto nº 7.830 de 2012, que regulamenta a Lei nº 12.651 de 2012), Zoneamento Agroecológico da Palma (Decreto 7.172 de 2010), bem como às regulações atinentes a licenças ambientais (IBAMA), utilização de defensivos agrícolas (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Agência Nacional de Vigilância Sanitária), normas regulamentadoras (NR's/Ministério da Economia) e relações trabalhistas (Ministério da Economia);

- ***Fornecedores de óleos vegetais e gorduras animais***: legislações trabalhistas (Ministério da Economia), ambientais (IBAMA, Secretarias Estaduais de Meio Ambiente, Corpo de Bombeiros), sanitárias (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Agência Nacional de Vigilância Sanitária), normas regulamentadoras (NR's/Ministério da Economia) e relações trabalhistas (Ministério da Economia); e

- ***Fornecedores de metanol***: legislações e regulações atinentes ao transporte de produtos perigosos (Ministério da Infraestrutura, CONTRAN, Agência Nacional de Transportes Terrestres) e aos combustíveis (Resoluções nº 734 de 2018 e nº 696 de 2017, da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis).

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

(ii) eventual dependência de poucos fornecedores

No que tange às aquisições de soja em grão, destaque-se que os 40 maiores fornecedores representam 48% do total de soja recebida pela Companhia em 2019, sendo 51% pessoa jurídica (principalmente cooperativas de agricultura familiar). As características intrínsecas ao Selo Combustível Social (vide item 7.5), por si só, fazem com que a Companhia busque uma diversificação e ampliação de sua base de fornecimento.

Já as aquisições de óleos vegetais e gorduras animais são realizadas de outros esmagadores de palmáceas e oleaginosas – cuja produção de óleo vegetal pode ser destinada tanto para os mercados interno quanto externo, para fins alimentícios ou combustível – assim como de recicladores de carcaças animais (para complementações, vide, por exemplo, item 6.3). Nesse tocante, destaque-se que, tanto no ano de 2019 quanto no acumulado de 2020 (até 30 de setembro), em nenhum caso, as aquisições individuais de cada fornecedor de matérias-primas corresponderam a volume igual ou superior a 10% do total das aquisições da Companhia.

(iii) eventual volatilidade em seus preços

Todas as principais matérias-primas e insumos supracitados ou são *commodities per se* ou possuem relações de correlação ou co-integração de preços com alguma *commodity* agrícola, sendo natural e intrinsecamente caracterizadas por comportamentos voláteis de seus preços ao longo dos períodos temporais.

De maneira geral, a soja e o óleo de soja são *commodities* precificadas na CBOT (vide item 5.2 deste Formulário de Referência), oscilando conforme as condições de oferta e demanda dos principais produtores e compradores do mercado, notadamente o Brasil e os Estados Unidos e a China, respectivamente. Já os preços do óleo de palma seguem as condições de mercado da Malásia e Indonésia (principais produtores) e da Europa (principal comprador). Uma vez que no mercado doméstico o óleo de palma possui destinação significativa para a produção de biodiesel (além de seu uso como alimento humano e outros usos), os preços internos também oscilam de acordo com as variações do óleo de soja (principal matéria-prima utilizada na produção do biodiesel) no mercado brasileiro. As gorduras animais (antes resíduos do processo de reciclagem animal), em virtude de sua ampla utilização como matéria-prima para a produção do biodiesel, oscilam, em geral, acompanhando os preços do óleo de soja. Por fim, o metanol acompanha as cotações internacionais do petróleo (Brent e WTI).

Para maiores informações sobre preços e volatilidade, vide item 10.a.a) do presente Formulário de Referência.

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

a. montante total de receitas provenientes do cliente.

O modelo de comercialização de biodiesel vigente no Brasil consiste na compra e venda do biocombustível em sistema de Leilões Públicos, realizados bimestralmente pela ANP. Para fins de execução dos certames, a ANP designa como adquirente(s) de biodiesel, mediante editais de leilões, aquele(s) agente(s) econômico(s) com participação(ões) substanciais no mercado nacional de óleo diesel. A Petróleo Brasileiro S.A. ("Petrobras") é responsável pela realização dos certames, tendo em vista que detém aproximadamente 99% da capacidade de refino de derivados de petróleo no mercado doméstico. Para mais informações sobre os leilões realizados pela Petrobras, vide item 7.5 deste Formulário de Referência.

Por sua vez, a Petrobras utiliza-se do sistema Petronect para a efetivação dos leilões, nos termos do artigo 2º, parágrafo 2º, da Portaria MME 311/2018, nos quais os Fornecedores (usinas de biodiesel) ofertam o biocombustível para a aquisição pela Petrobras, atualmente única adquirente dos volumes de biodiesel comercializado no âmbito dos leilões.

Assim, sob o prisma contratual e financeiro, a usina ofertante de biodiesel possui apenas uma fonte pagadora, isto é, a Petrobras via emissão, pelo produtor de biodiesel, de nota fiscal eletrônica referente a "Remessa Simbólica – Venda a Ordem". A operação comercial, por sua vez, se dá entre as distribuidoras de combustíveis (clientes finais) e as usinas produtoras do biocombustível (fornecedoras).

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía três clientes que eram responsáveis por mais de 10% da receita líquida total da Companhia, a saber:

Cliente	Receita no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 (R$ mil)	% da receita líquida total da Companhia em 31 de dezembro de 2019
Cliente 1	R$683.396,88	25%
Cliente 2	R$294.513,19	11%
Cliente 3	R$278.757,10	10%

No período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020, a Companhia possuía dois clientes que eram responsáveis, individualmente, por mais de 10% da receita líquida total da Companhia, a saber:

Cliente	Receita no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020 (R$ mil)	% da receita no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020
Cliente 1	R$420.671,28	15%
Cliente 2	R$391.077,95	14%

b. segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente.

Os clientes responsáveis, individualmente, por mais de 10% da receita líquida total da Companhia estão no segmento de produção de biodiesel, e representavam 29,0% da receita total da Companhia no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020 (45,3% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019).

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades da Companhia

a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Marco Legal e Regulatório do Biodiesel

As preocupações em relação à poluição ambiental e ao aquecimento global ganharam espaço a partir dos anos 2000 no cenário mundial, incentivando a busca por soluções alternativas ao consumo de combustíveis fósseis. Acompanhando o movimento mundial, em 2004, o Governo Federal, por meio do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel ("PNPB"), introduziu o biodiesel na matriz energética brasileira. O PNPB objetivou a implementação da produção e uso do biodiesel de forma sustentável, com foco na inclusão social e no desenvolvimento regional, visando também a redução da dependência de importação do diesel.

O biodiesel é um combustível derivado de fontes renováveis produzido a partir de matéria orgânica de origem animal e vegetal. No Brasil, a soja é a principal matéria-prima utilizada na produção do biodiesel.

A Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005 ("Lei 11.097/2005"), representa o marco legal do setor de biocombustíveis no Brasil. A Lei 11.097/2005 ampliou a competência regulatória da Agência Nacional do Petróleo, que então passa a ser Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis ("ANP"), sobre as atividades atinentes à indústria de biocombustíveis. A partir da publicação da referida lei, a ANP assumiu a atribuição de regular, autorizar e fiscalizar as atividades relativas à produção, importação, especificação, exportação, armazenagem, distribuição, revenda e controle de qualidade do biodiesel.

Em âmbito infralegal, a ANP passou a editar a regulamentação do biodiesel e a organizar os leilões de biodiesel, a fim de estimular a oferta e demanda do combustível no país. As principais resoluções da ANP que disciplinam as atividades relativas à produção e especificação do biodiesel são as seguintes:

- Resolução ANP 734 de 2018, que regulamenta a autorização para o exercício da atividade de produção de biocombustíveis e a autorização de operação da instalação produtora de biocombustíveis ("RANP 734/2018"); e

- Resolução ANP 45 de 2014 (conforme alterada pela Resolução ANP 798 de 2019) que estabelece a especificação do biodiesel contida no Regulamento Técnico ANP nº 3/2014 e as obrigações quanto ao controle da qualidade a serem atendidas pelos diversos agentes econômicos que comercializam o produto em todo o território nacional ("RANP 45/2014").

A produção de biocombustíveis somente pode ser exercida por agente que atenda, em caráter permanente, aos requisitos da RANP 734/2018, e que, portanto, esteja autorizado ao exercício da atividade. Nos termos da RANP 734/2018, o exercício da atividade de produção de biodiesel depende da obtenção de (i) uma autorização para o exercício da atividade de produção de biocombustíveis; e (ii) uma autorização para operação da instalação produtora. Enquanto a primeira autorização depende de confirmação de regularidade societária e fiscal do empreendedor, a segunda autorização depende de confirmação, pela ANP, dente outros aspectos, de que a instalação produtora está de acordo com as normas e os padrões técnicos aplicáveis e possui autorização dos bombeiros e autoridade ambiental para funcionar.

Uma vez obtida a autorização para a produção de biodiesel, o agente assume diversas obrigações perante a ANP, relativas, dentre outras, ao atendimento a procedimentos de segurança operacional e à especificação dos biodiesel. Neste último caso, destaca-se a obrigação de emissão de certificados de qualidade para o biodiesel comercializado, nos termos da RANP 45/2014.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

A norma estabelece limitações à comercialização do biodiesel. O produtor autorizado de biodiesel somente poderá comercializar o referido combustível com agente distribuidor de combustíveis líquidos, exportador de biodiesel, refinarias, centrais de matéria-prima petroquímica, ou outros agentes autorizados pela ANP. Para exportação, o produtor de biodiesel deverá obter autorização específica para a atividade de comércio exterior.

No mais, a comercialização do biodiesel no mercado nacional destinada à mistura obrigatória com óleo diesel (disciplinada por meio da Lei nº 13.033 de 2014 e da Lei nº 13.263 de 2016) é feita exclusivamente por meio de leilões de biodiesel organizados pela ANP e operacionalizados via sistema eletrônico da Petrobras, observando as diretrizes gerais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Política Energética ("CNPE") e pelo Ministério de Minas e Energia ("MME"), por meio da Resolução CNPE nº 5 de 2007, da Portaria MME nº 311, de 2018 e da Portaria MME nº 116, de 2013, que estabelece as diretrizes para a formação de estoques pelo adquirentes de biodiesel no Brasil.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

O PNPB vinculou a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira a mecanismos de inclusão e fomento da agricultura familiar, consubstanciados no Selo Combustível Social.

O Selo Combustível Social, criado por meio do Decreto n° 5.297 de 2004, é um certificado concedido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ("MAPA"), aos produtores de biodiesel, e que confere alíquotas de PIS/Pasep e COFINS reduzidas, variando de acordo com a matéria-prima adquirida e a região da aquisição. Além das alíquotas diferenciadas, o produtor de biodiesel detentor do Selo Combustível Social possui prioridade nos leilões de biodiesel, uma vez que o seu combustível é oferecido previamente à oferta dos demais produtores não detentores do selo, no âmbito da chamada etapa 3 dos leilões de biodiesel. Portanto, a obtenção e manutenção do Selo Combustível Social é fator tipicamente determinante da viabilidade de projetos de produção de biodiesel no Brasil.

O Selo Combustível Social é concedido aos produtores de biodiesel que adquiram percentuais mínimos de matéria-prima de agricultores familiares, assegurando preços mínimos, capacitação e assistência técnica a esses agricultores.

Os critérios relativos à obtenção e manutenção do Selo Combustível Social são tratados na Portaria nº 144 de 2019 do MAPA ("Portaria 144"), que estabelece percentuais mínimos de aquisição diferentes por região do país, quais sejam: I - 15% (quinze por cento) para as aquisições provenientes das regiões Norte e Centro-Oeste; II - 30% (trinta por cento) para as aquisições provenientes das regiões Sudeste, Nordeste e Semiárido. III - 40% (quarenta por cento) para aquisições provenientes da região Sul. A aquisição da matéria-prima poderá ser feita diretamente do agricultor ou por meio de cooperativas, cujos cooperados sejam possuidores da Declaração de Aptidão ao Pronaf e a cooperativa esteja registrada no MAPA. A portaria também estabelece os procedimentos para envio de documentação ao MAPA para solicitação do Selo Combustível Social.

A Companhia atua na indústria brasileira de produtos destinados à alimentação animal. A Lei Federal nº 6.198 de 26 de dezembro de 1974 ("Lei Federal nº 6.198/74") e o Decreto nº 6.296 de 11 de dezembro de 2007 ("Decreto nº 6.296/07") descrevem as regras relativas aos alimentos destinados aos animais.

De acordo com o Decreto nº 9.013, de 29 de março de 2017 ("Decreto nº 9.013/2017"), que regulamenta a inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal, todo estabelecimento que realizar atividades relacionadas com o tratamento e comércio de subprodutos do abate de animais deverá registrar seus estabelecimentos e os rótulos de seus produtos no MAPA.

Os produtos destinados à alimentação animal somente poderão ser produzidos, fabricados, fracionados, embalados, importados, exportados, armazenados, comercializados respeitadas as normas estabelecidas no Decreto nº 6.296/07. Nesse sentido, todo estabelecimento que produza, fabrique, manipule, fracione, importe e comercie produto destinado à alimentação animal deve, obrigatoriamente, estar registrado no MAPA. O registro de estabelecimento será efetuado por unidade fabril e terá prazo de validade de cinco anos, podendo ser renovado, pelo mesmo período.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Portanto, é responsabilidade da Companhia certificar-se de que somente fabricará e comercializará produtos devidamente registrados.

Caso a Companhia incorra em alguma infração prevista no artigo 71 e ss. do Decreto nº 6.296/07, como por exemplo armazenar, vender ou expor à venda produto destinado à alimentação animal em condições inadequadas de conservação; ou fracionar e comercializar produtos destinados à alimentação animal sem a devida autorização do MAPA, poderá estar sujeita às seguintes penalidades: (i) advertência; (ii) multa (valor a depender da gravidade da infração cometida); (iii) apreensão de matéria-prima e produto acabado; (iv) suspensão; (v) impedimento ou interdição temporária ou definitiva de funcionamento ou cassação ou cancelamento do registro.

Ainda, todo produto destinado à alimentação animal para ser comercializado deve, obrigatoriamente, estar registrado no MAPA conforme Decreto nº 6.296/07. O registro de produto terá validade de 5 anos em todo o território nacional e será concedido somente para uma unidade fabril da empresa.

Produtos Químicos Controlados pela Polícia Federal

Ademais, a Companhia está sujeita à obtenção de autorização da Polícia Federal de licença para controle e manipulação de produtos químicos. Por meio desta, a Polícia Federal realiza o controle e a fiscalização da fabricação, produção, armazenamento, transformação, embalagem, compra, venda, comercialização, aquisição, posse, doação, empréstimo, permuta, remessa, transporte, distribuição, importação, exportação, reexportação, cessão, reaproveitamento, reciclagem, transferência e utilização de produtos químicos que possam ser utilizados como insumo na elaboração de drogas ilícitas, cumprindo a Lei n° 10.357/2001 (e regulamentações) e a Portaria MJSP 240/2019; sendo esta licença essencial para o funcionamento regular das atividades da Companhia.

Vigilância Sanitária

A nível local, os Departamentos Sanitários Estaduais ou Municipais ("VISA Local") são responsáveis pela supervisão das atividades sanitárias. Assim, para o correto desempenho de atividades relacionadas ao setor de saúde, para algumas de suas filiais, a Companhia deve também cumprir as regras e requisitos da VISA Local na Unidade Federativa onde se encontram localizadas, como por exemplo a obtenção de licença sanitária para seus refeitórios e ambulatórios e/ou a contratação de terceiro que possua as devidas licenças.

De acordo com a Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977 ("Lei nº 6.437/77"), que regulamenta as sanções sanitárias, as instalações que não mantiverem as devidas licenças sanitárias, estarão sujeitas às seguintes penalidades: (i) advertência; (ii) multa (variando de R$ 2.000,00 a R$1.500.000,00, a depender da gravidade da infração); (iii) apreensão e inutilização do produto; (iv) suspensão de vendas e/ou fabricação de produto; (v) cancelamento de registro de produto; ou (vi) interdição parcial ou total do estabelecimento.

Leilões de Biodiesel

A principal função dos leilões de biodiesel é garantir o equilíbrio adequado entre a oferta e demanda do biodiesel nacional, bem como o acesso dos produtores e adquirentes de maneira igualitária e não discriminatória. Os leilões são pautados nas normas e diretrizes estabelecidas em âmbito legal[1], bem como infralegal pelo MME[2], CNPE[3] e ANP[4], voltadas a garantir a isonomia concorrencial dos produtores de biodiesel e segurança de entrada dos produtores no mercado nacional de biodiesel.

---

[1] *Lei nº 11.097 de 2005, 13.033 de 2014 e 13.263 de 2016.*
[2] *Portaria MME 16 de 2003.*
[3] *Resolução CNPE nº 05 de 2007.*
[4] *Resoluções nº 33 de 2007 e 58 de 2014.*

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

A ANP é responsável pela realização dos leilões. A regras aplicáveis aos leilões são estabelecidas em seus respectivos editais, elaborados e publicados pela ANP. Para participação nos leilões, os fornecedores devem cumprir uma etapa de habilitação, promovida diretamente pela ANP por meio de análise documental, de acordo com as regras do edital.

Os leilões geralmente ocorrem em periodicidade bimestral, sem prejuízo da realização de leilões complementares para suprimento de demanda não planejada. Os leilões promovidos pela ANP ocorrem em oito fases, resumidas abaixo:

- **Etapa 1**: habilitação dos fornecedores de biodiesel;
- **Etapa 2**: apresentação das ofertas pelos fornecedores para atender à mistura obrigatória; **Etapa 2.a**: apresentação de uma oferta individual de venda, com indicação do preço unitário e do volume pelos fornecedores, exclusivamente para fins de comercialização de biodiesel de uso voluntário;
- **Etapa 3**: seleção das ofertas pelos adquirentes, com origem exclusiva em fornecedores detentores do selo combustível social. Nessa etapa os distribuidores disputam os lotes de biodiesel ofertados pelos produtores detentores do selo;
- **Etapa 4**: reapresentação de preços de ofertas pelos fornecedores. Nessa etapa, os fornecedores deverão apresentar novos preços, sempre iguais ou inferiores àqueles apresentados na etapa 2, visando a sua participação na etapa 5;
- **Etapa 5**: seleção das demais ofertas pelos adquirentes, com origem em quaisquer fornecedores, independentemente de possuírem o selo combustível social; **Etapa 5.a**: seleção das ofertas pelos adquirentes para fins de comercialização de biodiesel de uso voluntário;
- **Etapa 6**: consolidação e divulgação do resultado final, que é publicado no Diário Oficial da União (DOU).

RenovaBio

Em 2016, foi lançado pelo governo o Programa RenovaBio com o objetivo de estimular a produção de biocombustíveis no país na matriz energética nacional, incluindo o biodiesel, tendo em vista os compromissos assumidos no Acordo de Paris, bem como assegurar previsibilidade para o mercado de combustíveis, induzindo ganhos de eficiência energética e de redução de emissões de gases poluidores, comercialização e uso de biocombustíveis.

Neste contexto, foi publicada a Lei nº 13.576 de 2017, que dispõe sobre a Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio), cujo principal instrumento é o estabelecimento de metas nacionais de descarbonização para o setor de combustíveis, tendo o Crédito de Descarbonização por Biocombustíveis (CBIO) como mecanismo central para o cumprimento dos objetivos definidos pela iniciativa.

O CBIO é o documento emitido pelos produtores ou importadores de biocombustíveis e adquirido pelos distribuidores de combustíveis em mercados organizados, inclusive em leilões, ou seja, é um ativo financeiro negociado em bolsa, derivado da certificação do processo produtivo de biocombustíveis com base nos respectivos níveis de eficiência alcançados em relação a suas emissões, decorrentes das metas compulsórias anuais de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa.

As metas nacionais de redução de emissões para a matriz de combustíveis foram definidas para o período de 2019 a 2029 pela Resolução CNPE nº 15 de 2019. A Resolução ANP Nº 791 de 2019 apresentou a individualização dessas metas anuais para a comercialização de combustíveis, no âmbito do RenovaBio. Já a Resolução ANP nº 802 de 2019 de estabeleceu os procedimentos para geração de lastro necessário para emissão primária de CBIOs.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Para a adesão ao programa, os produtores ou importadores de biocombustíveis devem contratar firmas inspetoras credenciadas na ANP para realização da Certificação de Biocombustível e validação da Nota de Eficiência Energético-Ambiental e do volume elegível. Tal Certificado da Produção Eficiente de Biocombustíveis é válido por três anos, contados a partir da data de sua aprovação pela ANP, e somente poderá ser emitido pela firma inspetora após a aprovação do processo pela Agência.

Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)

As normas sobre privacidade e proteção de dados no mundo têm evoluído nos últimos anos, de modo a estabelecer regras mais objetivas sobre como os dados pessoais, ou seja, de toda e qualquer informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável.

No ano de 2018, foi sancionada a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, conforme alterada, denominada Lei Geral de Proteção de Dados ("LGPD"), regulando as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais de forma geral e não mais esparsa e setorial, como até então o direito à privacidade e proteção de dados era regulado no Brasil. Em 18 de setembro de 2020, a LGPD entrou em vigor, com exceção dos artigos 52, 53 e 54, os quais tratam das sanções administrativas, que entrarão em vigor posteriormente, em 1º de agosto de 2021, de acordo com a Lei nº 14.010/2020.

A LGPD estabelece um novo marco legal a ser observado nas operações de tratamento de dados pessoais, altera determinadas disposições do Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/14), e prevê, entre outros, os direitos dos titulares de dados pessoais, as bases legais que permitem o tratamento de dados pessoais, obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança da informação, vazamentos de dados pessoais e a transferências de dados pessoais, inclusive internacional, bem como prevê sanções a serem aplicadas em caso de descumprimento, que variam de uma simples advertência e determinação de exclusão dos dados pessoais tratados de forma irregular à imposição de uma multa, no valor equivalente a até 2% (dois por cento) do faturamento da organização no Brasil.

A LGPD transformará a forma pela qual a proteção de dados pessoais no Brasil é regulada e tratada, criando um microssistema de regras que impacta todos os setores da economia. O âmbito de aplicação da LGPD abrange todas as atividades de tratamento de dados pessoais, inclusive em ambiente online, e se estende a pessoas físicas e entidades públicas e privadas, independentemente do país onde estão sediadas ou onde os dados são hospedados, desde que (i) o tratamento de dados pessoais ocorra no Brasil; (ii) a atividade de tratamento de dados destine-se a oferecer ou fornecer bens ou serviços a ou processar dados de indivíduos localizados no Brasil; ou (iii) os titulares dos dados estejam localizados no Brasil no momento em que seus dados pessoais são coletados.

Relevante destacar, ainda, que, após a publicação da LGPD, esta foi alterada por meio da Lei 13.853/2019 que, dentre outras providências, criou a Autoridade Nacional de Proteção de Dados ("ANPD"), autoridade garantidora da observância das normas sobre proteção de dados, que terá poderes e responsabilidades análogas às autoridades europeias de proteção de dados, exercendo um triplo papel de (i) investigação, compreendendo o poder de solicitar informações de controladores e operadores de dados pessoais; (ii) execução, nos casos de descumprimento da lei, por meio de processo administrativo; e (iii) educação, com a responsabilidade de disseminar informações e fomentar o conhecimento da LGPD e medidas de segurança, inclusive emitindo resoluções sobre a forma como a LGPD deve ser interpretada, promovendo padrões de serviços e produtos que facilitem o controle de dados e elaborando estudos sobre práticas nacionais e internacionais para a proteção de dados pessoais e privacidade, entre outros.

A ANPD tem assegurada sua autonomia técnica, embora esteja subordinada à Presidência da República. A competência da ANPD prevalece sobre qualquer autoridade relacionada de outras entidades públicas no que diz respeito à proteção de dados pessoais, mas por ora a ANPD está inativa. No dia 26 de agosto de 2020, o executivo federal editou o Decreto nº 10.474/2020 aprovando a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança da ANDP. O Decreto entrará em vigor na data de publicação da nomeação do diretor-presidente da ANPD no Diário Oficial da União.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Com isso, alguns órgãos de defesa do consumidor já têm atuado especialmente em casos de incidentes de segurança que resultem em acessos indevidos a dados pessoais, exercendo funções de fiscalização da LGPD, aplicando penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e no Marco Civil da Internet.

Logo, a Companhia deve observar os requisitos de segurança previstos na legislação brasileira, de modo a garantir conformidade com os requisitos legais e minimizar situações de risco, como o acesso ou uso não autorizado aos dados pessoais que trata, posto que eventual não conformidade com a legislação aplicável à proteção de dados pessoais, segurança da informação e outras regulamentações governamentais no setor de tecnologia da informação, atualmente, podem resultar, também, em indenizações e na perda da confiança de clientes na segurança dos serviços, afetando adversamente a Companhia.

Ainda que as sanções previstas na LGPD entrem em vigor em 1º de agosto de 2021, o descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD tem como riscos: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas, na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e Marco Civil da Internet por alguns órgãos de defesa do consumidor, em razão da não efetiva estruturação da ANPD.

b) política ambiental da Companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental:

A Lei da Política Nacional do Meio Ambiente ("Lei n° 6.938/1981") prevê, como um de seus instrumentos, o licenciamento ambiental. De acordo com a Lei n° 6.938/1981, a construção, a instalação, a ampliação, o funcionamento de estabelecimentos e o exercício de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, dependem de prévio licenciamento do órgão ambiental competente, o qual estabelecerá as condições, as restrições e as medidas de fiscalização do empreendimento.

O processo de licenciamento ambiental, regulado pela Lei Complementar nº 140/2011 e pela Resolução CONAMA nº 237/1997, compreende um sistema trifásico, no qual cada licença fica condicionada à emissão de sua precedente, conforme segue:

- **Licença Prévia ("LP")**: concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou da atividade, aprovando a sua localização e concepção; atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação;

- **Licença de Instalação ("LI")**: autoriza a instalação do empreendimento ou da atividade conforme as especificações constantes dos planos, dos programas e dos projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e condicionantes, da qual constituem motivo determinante e

- **Licença de Operação ("LO")**: autoriza a operação da atividade ou do empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinadas para operação.

Tais normas também estabelecem que compete ao órgão ambiental estadual o licenciamento ambiental de empreendimentos cujos impactos ficam restritos ao seu território e também a competência subsidiária para o licenciamento ambiental de empreendimentos que não são atribuídos ao IBAMA e ao órgão ambiental municipal. Ao IBAMA compete o licenciamento ambiental de empreendimentos e de atividades com significativo impacto ambiental em âmbito regional ou internacional. Aos órgãos ambientais municipais, o licenciamento de empreendimentos com impacto local.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

A Lei Complementar nº 140/2011 determina, ainda, que a renovação de qualquer licença ambiental deve ser solicitada com antecedência mínima de 120 dias da expiração de seu prazo de validade, para que esse fique automaticamente prorrogado até a manifestação definitiva do órgão ambiental.

As autoridades ambientais, mediante decisão fundamentada, podem suspender ou cancelar uma licença nos casos de: (i) violação das normas legais ou inadequação de qualquer das condicionantes; (ii) omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a emissão da licença; e (iii) superveniência de graves riscos ambientais e de saúde.

A ausência de licenças ou de autorizações dos órgãos ambientais para construção, para alteração, para ampliação e para operação de atividades e/ou de empreendimentos potencialmente poluidores sujeita o infrator a sanções criminais e administrativas que podem culminar em multas de R$ 500,00 a R$ 10.000.000,00. Independentemente das multas, podem incidir penalidades como embargo, desativação e demolição, dentre outras. Essas penalidades também são aplicáveis caso o empreendedor deixe de atender às condicionantes estabelecidas na licença ambiental.

Resíduos Sólidos

A Lei nº 12.305 de 2 de agosto de 2010, instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos ("PNRS"), dispondo diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos. A legislação brasileira regula a segregação, coleta, armazenamento, transporte, tratamento, acondicionamento e destinação final de resíduos sólidos, devendo ser observada a classificação dos resíduos. Ressalta-se que os projetos relacionados são sujeitos à prévia aprovação do órgão ambiental competente. A atividade de segregação, coleta, armazenamento, transporte, tratamento, acondicionamento e destinação final de resíduos está sujeita ao licenciamento ambiental. A disposição inadequada, bem como os acidentes decorrentes do manuseio inadequado desses resíduos, além de poder resultar na contaminação de solo e de águas subterrâneas, podem ensejar a aplicação de sanções nas esferas administrativa (multas que podem variar de R$ 5.000,00 a R$ 50.000.000,00) e penal, bem como responsabilização no âmbito civil, sendo que, neste último caso, independentemente de culpa.

Os empreendimentos, especialmente aqueles que sejam considerados grandes geradores de resíduos sólidos, devem elaborar um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos ("PGRS"), que estabelecerá os procedimentos necessários para o manejo e destinação ambientalmente correta dos resíduos gerados. O PGRS deve dispor sobre os métodos adotados nas fases de coleta, segregação, acondicionamento, transporte e destinação dos resíduos.

Cumpre destacar a instituição da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos (artigo 30 da PNRS), por meio de ações individualizadas e encadeadas, abrangendo os fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes, os consumidores e titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.

Por fim, é importante ressaltar o sistema de logística reversa, também instituída pela PNRS, a qual se apresenta como instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado pelo conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada.

As penalidades administrativas aplicáveis para a disposição inadequada de resíduos sólidos, líquidos e gasosos, que cause ou não poluição efetiva, incluem, dentre outras, embargo da atividade ou da obra e multas de até R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais). Ressalta-se que referido valor é estabelecido pela legislação e de acordo com nossa experiência, a penalidade máxima só é imposta quando houver grave dano ao meio ambiente.

O transporte, o tratamento e a destinação final adequados de resíduo dependem da classe a que eles pertencem e os projetos estão sujeitos à prévia aprovação do órgão ambiental. A atividade de tratamento de resíduos é passível de licenciamento, de maneira que as empresas contratadas para realizar essa atividade devem demonstrar sua regularidade quanto ao licenciamento ambiental.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Recursos Hídricos

A Lei Federal nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos, estabelece que o uso de tais recursos está sujeito à outorga pelo Poder Público, seja para a captação de um corpo d'água, ainda que de um poço artesiano e/ou para consumo público, seja para o lançamento num corpo d'água de esgotos e de demais resíduos líquidos ou gasosos, tratados ou não, com o fim de sua diluição, de transporte ou de disposição final. Estão dispensados da outorga os usos de proporções insignificantes e quando a captação/lançamento se dá por meio da rede pública, desde que essa possua sistema de tratamento adequado.

A Política Nacional de Recursos Hídricos dispõe que a captação ou o lançamento realizado sem outorga de direito de uso de recursos hídricos sujeita a pessoa física ou jurídica a penalidades como, por exemplo, advertência, embargo provisório ou definitivo, interdição e multa, simples ou diária, que pode variar de R$100,00 (cem reais) até R$10.000,00 (dez mil reais).

Áreas Contaminadas

Os órgãos ambientais têm adotado posturas cada vez mais severas com relação ao gerenciamento de áreas contaminadas, inclusive com o estabelecimento de padrões ambientais orientadores para a qualidade do solo e águas subterrâneas. Como exemplo de gerenciamento de áreas contaminadas no Brasil vislumbra-se no Estado de São Paulo, a Lei Estadual nº 13.577, de 8 de julho de 2009, que dispõe que o responsável legal por um terreno, ou aqueles considerados solidariamente responsáveis (como exemplo, o superficiário, o detentor da posse efetiva e o beneficiário), ao detectar indícios ou suspeita de contaminação devem comunicar o fato aos órgãos ambientais e de saúde, sob pena de multa de até R$ 50.000.000,00. Nos casos em que houver a necessidade de remediação, exigir-se-á seguro ou garantia bancária.

A adoção de medidas de remediação e monitoramento pode acarretar gastos significativos e a falta dessas ações pode desencadear responsabilização nas esferas administrativa, criminal e civil.

Devido ao aparato legal da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo referente à gestão de áreas contaminadas, seus procedimentos são tomados como modelo para os demais órgãos ambientais no Brasil.

Ademais, a remediação da contaminação não está sujeita a limite de valores. Da mesma forma, a responsabilidade por danos ambientais não está sujeita a prazos de prescrição, ou seja, não são extintas no decorrer do tempo.

No caso de existência de áreas contaminadas e de descumprimento de diretrizes estabelecidas pelos órgãos ambientais e de saúde, a Companhia poderá estar sujeita a sanções administrativas, inclusive multas de até R$ 50.000.000,00, suspensão de financiamento e benefícios fiscais, entre outros.

Além disso, sanções penais, como a aplicação de multas de até aproximadamente R$2 milhões podem ser impostas.

Biodiversidade

A Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015, também conhecida como o "Novo Marco Legal da Biodiversidade", foi promulgada com o intuito de trazer maior segurança jurídica e promover de forma mais efetiva o uso sustentável da biodiversidade brasileira.

Estão sujeitas às exigências do Novo Marco Legal da Biodiversidade (i) o acesso ao patrimônio genético ou ao Conhecimento Tradicional Associado; (ii) remessa para o exterior de amostras de patrimônio genético e (iii) exploração econômica de produto acabado ou material reprodutivo oriundo de acesso ao patrimônio genético ou ao Conhecimento Tradicional Associado realizado após a entrada em vigor da lei.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Para a aplicação do Novo Marco Legal da Biodiversidade, especificamente no que se refere ao patrimônio genético, é necessário que seja identificada no processo produtivo a utilização de patrimônio genético da biodiversidade brasileira.

Nos termos do Novo Marco Legal da Biodiversidade, artigo 2º, I, considera-se patrimônio genético toda e qualquer informação de origem genética de espécies vegetais, animais, microbianas ou espécies de outra natureza, incluindo substâncias oriundas do metabolismo destes seres vivos.

O Decreto nº 8.772/2016, artigo 1º, § 1º, que regulamenta o Novo Marco Legal da Biodiversidade, estabelece que o patrimônio genético deve ser encontrado em condições in situ no território nacional, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva brasileira.

Nos termos do § 2º, do mesmo artigo 1º, também serão consideradas patrimônio genético, encontrado em condições in situ no território nacional, as espécies vegetais e animais introduzidas no País quando formarem populações espontâneas que tenham adquirido características distintivas próprias. Ou seja, espécies que desenvolveram características próprias, apresentando variações genéticas dentro de uma mesma população.

Nas mesmas condições, de acordo com o § 4º, enquadra-se a variedade proveniente de espécie introduzida pela ação humana no território nacional com diversidade genética desenvolvida ou adaptada por populações indígenas, comunidades tradicionais ou agricultores tradicionais, incluindo a seleção natural combinada com a seleção humana no ambiente local.

Também compõem o patrimônio genético nacional as variedades tradicionais locais ou crioulas de plantas e as raças localmente adaptadas ou crioulas de animais.

O acesso ao patrimônio genético, segundo artigo 2º, inciso VIII, do Novo Marco Legal da Biodiversidade, é a realização de pesquisa ou desenvolvimento tecnológico sobre esse patrimônio.

Por pesquisa entende-se a “atividade, experimental ou teórica, realizada sobre o patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado, com o objetivo de produzir novos conhecimentos, por meio de um processo sistemático de construção do conhecimento que gera e testa hipóteses e teorias, descreve e interpreta os fundamentos de fenômenos e fatos observáveis”.

O desenvolvimento tecnológico, por sua vez, é o “trabalho sistemático sobre o patrimônio genético ou sobre o conhecimento tradicional associado, baseado nos procedimentos existentes, obtidos pela pesquisa ou pela experiência prática, realizado com o objetivo de desenvolver novos materiais, produtos ou dispositivos, aperfeiçoar ou desenvolver novos processos para exploração econômica”.

No caso de desenvolvimento tecnológico com o intuito de desenvolver novos materiais, produtos ou dispositivos, aperfeiçoando ou desenvolvendo novos processos com o fim de exploração econômica, além do cadastro no Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado - SisGen, deve ser realizada a notificação do produto acabado para que ocorra a repartição dos benefícios, determinada pelo Novo Marco Legal da Biodiversidade.

c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Marcas

No Brasil, marcas são sinais distintivos visualmente perceptíveis que identificam e distinguem produtos e/ou serviços, não abarcando, portanto, sinais sonoros, gustativos e/ou olfativos, sendo que, em alguns casos, as marcas também possuem a função de certificar a conformidade de produtos e/ou serviços com determinadas normas e/ou especificações técnicas.

A Lei nº 9.279/96 (“Lei de Propriedade Industrial”) dispõe que a propriedade de marcas somente pode ser adquirida por meio do registro concedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (“INPI”), autarquia federal responsável pelo registro de marcas, patentes e outros direitos de propriedade intelectual.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Após a concessão do registro, o titular da marca passa a deter o direito exclusivo de uso no Brasil para designar produtos e/ou serviços incluídos na classe na qual a marca foi registrada, por um período de 10 (dez) anos, que poderá ser sucessivamente prorrogado por períodos iguais e sucessivos, mediante o pagamento das taxas administrativas aplicáveis.

Durante o processo de registro, o depositante possui apenas uma expectativa de direito de propriedade das marcas depositadas aplicadas para a identificação de seus produtos ou serviços e o direito de zelar pela integridade material e/ou reputação do sinal requerido. Essa expectativa pode vir a não se concretizar em direito nas hipóteses de: (i) falta de pagamento das taxas retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento do pedido de registro pelo INPI; e (iii) não contestação ou não cumprimento de exigência formulada pelo INPI.

Ainda, relevante destacar, que o registro de determinada marca se extingue pela (i) expiração do prazo de vigência, quando da não renovação no prazo adequado; (ii) renúncia (abandono voluntário do titular); (iii) caducidade (falta de uso da marca); (iv) declaração de nulidade administrativa ou judicial; ou (v) inobservância do disposto no artigo 217 da Lei de Propriedade Industrial (referente à necessidade de a pessoa domiciliada no exterior manter procurador no Brasil), sendo, portanto, um requisito de manutenção do registro de marca a continuidade de seu uso, nos termos da solicitação de registro depositada junto ao INPI.

Atualmente, a Companhia é titular de algumas marcas registradas no Brasil junto ao INPI, tais como “OLEOPLAN” e “GRUPO OLEOPLAN”, as quais são consideradas relevantes para suas atividades, na medida em que desempenham um importante papel na manutenção e melhoria de sua posição competitiva.

Nomes de Domínio

Além disso, a Companhia é titular de nomes de domínios associados a tais marcas, dentre os quais se destacam: “grupooleoplan.com.br“, “oleoplan.com.br”, “oleoplanver.com.br”, “enerplan.eco.br”.

Um nome de domínio é uma identificação de autonomia, autoridade ou controle dentro da internet. Os nomes de domínio seguem as regras e procedimentos do Domain Name System (“DNS”), de modo que qualquer nome registrado no DNS é um nome de domínio.

No Brasil, o responsável pelo registro de nomes de domínio, bem como pela administração e publicação do DNS para o domínio “.br”, a distribuição de endereços de sites e serviços de manutenção é o Registro.br.

Contratos de Transferência de Tecnologia

A Companhia informou que possui contrato de licenciamento de tecnologia celebrado com a Monsanto em março de 2015. O objeto deste consiste na utilização de tecnologia da Monsanto pela Companhia para realização de testes exigidos pela própria Monsanto sobre a instabilidade da soja dos produtores. A Companhia informou, ainda, que o contrato vigente não é relevante para as suas atividades.

Para mais informações sobre os ativos de propriedade intelectual da Companhia, favor verificar item 9.1(b).

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior

7.6 - Em relação aos países dos quais a Companhia obtém receitas relevantes, identificar:

As receitas da Companhia são provenientes tanto de vendas realizadas no mercado interno (vendas de biodiesel no mercado interno e venda de soja para tradings com destino a exportação) quanto de vendas realizadas para o exterior (exportação de soja e revenda de grãos e derivados).

(a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor.

A receita da Companhia proveniente dos clientes atribuídos ao seu país sede (Brasil) totalizou, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, R$2.472.094 mil ou 92,87% da receita líquida da Companhia para o exercício e, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, R$2.516.288 mil ou 93,81% da receita líquida da Companhia para o período.

	Exercício social findo em 31/12/2019 (R$ mil)	
Brasil	2.472.094	92,87%
	Período de nove meses findo em 30/09/2020 (R$ mil)	
Brasil	2.516.288	93,81%

(b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a receita da Companhia proveniente de clientes estrangeiros concentrou-se na Itália (2,79%), Uruguai (1,97%) e Cingapura (1,45%), seguida dos demais países abaixo destacados. Já no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, a receita da Companhia proveniente de clientes estrangeiros concentrou-se na Suíça (3,99%), Uruguai (1,31%) e Cingapura (0,71%).

Abaixo, apresentamos tabela contendo a receita da Companhia proveniente de clientes estrangeiros:

Exercício social encerrado em 31/12/2019		
País	**Receita (R$ mil)**	**% da Receita Líquida**
Itália	74.213,19	2,7880%
Uruguai	52.373,96	1,9676%
Cingapura	38.698,74	1,4538%
Suíça	7.966,67	0,2993%
Estados Unidos	5.707,26	0,2144%
Hong Kong	5.018,27	0,1885%
Rússia	2.631,96	0,0989%
Peru	1.786,43	0,0671%
China	485,30	0,0182%
Colômbia	326,19	0,0123%
Bélgica	186,84	0,0070%
Chile	138,85	0,0052%
Panamá	104,97	0,0039%
França	86,25	0,0032%
Costa Rica	52,19	0,0020%

Período de nove meses encerrado em 30/09/2020		
País	**Receita (R$ mil)**	**% da Receita Líquida**
Suíça	107.024,64	3,9900%
Uruguai	35.046,32	1,3066%
Cingapura	18.948,57	0,7064%
China	2.355,26	0,0878%
Rússia	1.065,48	0,0397%
Índia	437,82	0,0163%
Hong Kong	416,90	0,0155%
Colômbia	290,74	0,0108%
Panamá	188,78	0,0070%
Bélgica	100,93	0,0038%
Chile	74,37	0,0028%
Costa Rica	54,66	0,0020%

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior

(c) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, a receita total proveniente de clientes estrangeiros totalizou R$189.777mil ou 7,13% da receita líquida total da Companhia no exercício. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, a receita líquida total da Companhia totalizou R$166.004 mil ou 6,19% no período.

	Exercício social findo em 31/12/2019 (R$ mil)	
Países Estrangeiros	189.777	7,13%
	Período de nove meses findo em 30/09/2020 (R$ mil)	
Países Estrangeiros	166.004	6,19%

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

Até a data deste Formulário de Referência, não existem medidas como restrições e quotas ou suspensões à importação adotadas por determinados países ou regiões em relação aos produtos comercializados pela Companhia.

7.8 - Políticas Socioambientais

7.8 - Políticas socioambientais

(a) se o emissor divulga informações sociais e ambientais

A Companhia não possui uma política de responsabilidade socioambiental formalizada e não publica relatório de sustentabilidade. No entanto, adota práticas de sustentabilidade nos projetos que desenvolve, as quais estão descritas a seguir.

Sob o prisma social, a Companhia, como líder do mercado doméstico de biodiesel, é natural e consequentemente responsável por volumes e valores significativos de contratação de matérias-primas da agricultura familiar para fins de obtenção e manutenção do Selo Combustível Social, concedido e fiscalizado pelo Ministério da Agricultura e Pecuária. Em suma, 42% de todo o suprimento de soja é adquirido de agricultores familiares brasileiros – além da transferência a valores de mercado e o pagamento adicional de bônus, toda a base de agricultura familiar envolvida no Selo Combustível Social recebe, ainda, assistência técnica especializada desde o plantio até a entrega da produção à Companhia.

Não menos importante é o comprometimento da Companhia com o RenovaBio. Em fevereiro de 2020, foi concedida pela ANP o Certificado da Produção Eficiente de Biocombustíveis para ambas as unidades produtoras de biodiesel da Companhia (Veranópolis/RS e Iraquara/BA), resultando na concessão do direito à comercialização dos CBIOs gerados pela Companhia. Tendo em vista a redução de emissões de gases do efeito estufa do biodiesel ante o diesel fóssil (redução de 72%), resta clara a colaboração da Companhia para com o processo de descarbonização da matriz energética nacional, induzindo ganhos de eficiência e tecnológica em todo o processo agroindustrial vinculado à produção de biodiesel.

A Companhia mantém operantes e em contínuo processo de aprimoramento programas de contratação de Jovens Aprendizes (43 posições), Trainees (2 posições) e Pessoas com Deficiência Física (40 posições), totalizando 85 posições, ou 8,3% do quadro total de colaboradores.

No que tange a composição de gênero dos colaboradores, destaque-se a preponderância feminina na composição do quadro corporativo da Companhia, onde 52,86% são mulheres e 47,14% homens. Na mesma linha, em termos globais, os salários base das mulheres são 6,55% superiores aos salários base do gênero masculino.

Ainda, mostram-se os protocolos de controle e geração de resíduos, circuitos fechados de tratamento de efluentes e avaliações de fornecedores e prestadores de serviços críticos para o Sistema de Gestão Ambiental (SGA).

Por fim, vale destacar que as políticas e iniciativas supracitadas estão em absoluta consonância com diversos dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis da ONU, dentre os quais:

- **Fome Zero e Agricultura Sustentável**: com a promoção de agricultura sustentável mediante ações vinculadas à política do Selo Combustível Social e a indução de cadeias agropecuárias à jusante e à montante dos segmentos operados pela Companhia;

- **Igualdade de Gênero**: ampla participação feminina nos mais diversos níveis hierárquicos da Companhia;

- **Energia Limpa e Acessível**: contribuindo com infraestrutura e produção de biodiesel, combustível renovável que emite 72% menos gases de efetivo estufa em comparação a seu par fóssil, o óleo diesel;

- **Trabalho Decente e Crescimento Econômico**: promovendo a inclusão de milhares de postos de trabalho qualificados, especialmente nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, proporcionando, inclusive, treinamentos profissionais qualificados aos colaboradores da Companhia;

7.8 - Políticas Socioambientais

- **Indústria, Inovação e Infraestrutura**: desenvolvendo infraestrutura de produção e armazenamento, particularmente de biodiesel e farelo de soja, em diversas microrregiões do interior do Brasil, bem como mantendo aperfeiçoamentos contínuos nos parques industriais de processamento e recepção de matérias-primas; e

- **Ação Contra a Mudança Global do Clima**: contribuindo com a produção de biodiesel, cujas emissões de gases de efetivo estufa são em média 72% inferiores ao diesel mineral.

Para mais informações sobre o Selo Combustível Social e o RenovaBio, vide item 7.5 deste Formulário de Referência.

(b) metodologia seguida na elaboração das informações socioambientais

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga relatórios estruturados com informações socioambientais.

(c) se essas informações são auditadas ou revisadas por entidade independente

As informações referentes a contratação de matérias-primas da agricultura familiar para fins de obtenção e manutenção do Selo Combustível Social são anualmente auditadas pela Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo, do Ministério da Agricultura e Pecuária (SEAD/MAPA). Adicionalmente, informamos que a Companhia é anualmente auditada, inclusive passando inicialmente pelo escrutínio de uma Consulta Pública – pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

(d) Indicar a página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas as informações socioambientais

De forma geral, as informações socioambientais da Companhia estão disponíveis no endereço eletrônico: http://www.oleoplan.com.br/oleoplan/sustentabilidade. Já as informações públicas de que trata o item (c) acima podem ser encontradas nos endereços eletrônicos da SEAD/MAPA (https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/biodiesel/selo-combustivel-social) e da ANP (http://www.anp.gov.br/producao-de-biocombustiveis/renovabio).

7.9 - Outras Informações Relevantes

7.9 - Outras informações relevantes

Saúde e Segurança

A Companhia está comprometida em fornecer um ambiente de trabalho seguro para todos os seus colaboradores e contratados, para isso, os gestores têm o compromisso de buscar a máxima mitigação de quaisquer riscos à saúde e à segurança, sendo o dever de todos seguir os protocolos de saúde e segurança.

O planejamento e a execução de treinamentos constantes, visando à padronização e o aprimoramento dos processos e segurança operacional, aliados aos controles, inspeções e verificações das condições de trabalho e automatização dos processos industriais, proporcionam a nossos colaboradores um ambiente de trabalho seguro.

A Companhia mantém sistema de gestão de indicadores gerenciais de saúde e segurança, visando à participação e envolvimento de todos os níveis da organização, de maneira que sejam garantidas as ações visando melhorias de processos.

Seguro

A Companhia contrata seguro patrimonial de riscos nomeados com cobertura para danos materiais de todos locais onde realiza suas operações contemplando prédios, equipamentos, estoques, e adicionalmente, para as usinas, possui cobertura para despesas fixas do período inoperante decorrentes de dano material coberto. Além disso, a Companhia mantém uma apólice de responsabilidade civil com cobertura em caso de danos a terceiros resultantes da operação. A Companhia considera os valores cobertos usuais para uma corporação de seu porte e adequados para proteção de riscos previsíveis associados a suas atividades.

8.1 - Negócios Extraordinários

8.1 - Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor.

Não aplicável, considerando que nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente a Companhia não realizou operações que não se enquadrem como normais em seus negócios. Para mais informações sobre operações societárias realizadas no período envolvendo a Companhia e suas controladas, vide item 15.7 deste Formulário de Referência.

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor

8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 e no exercício social corrente, não ocorreram quaisquer alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais

8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, não foram celebrados contratos não relacionados com as atividades operacionais da Companhia e de suas controladas que não fossem diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.

8.4 - Outras Informações Relevantes

Não existem outras informações consideradas relevantes além daquelas divulgadas nos itens anteriores.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

9.1. Descrever os bens do ativo não circulante relevantes para o desenvolvimento das atividades do emissor

Além dos ativos discriminados nos itens a seguir, não existem outros bens do ativo não-circulante que a Companhia julgue relevantes.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Usina de Biodiesel/extração de soja	Brasil	RS	Veranópolis	Própria
Unidade de Armazenamento de Soja - Capão 1	Brasil	RS	Capão Bonito do Sul	Arrendada
Unidade de Armazenamento de Soja - Capão 2	Brasil	RS	Capão Bonito do Sul	Arrendada
Unidade de Armazenamento de Soja - Capão Cedro	Brasil	RS	Lagoa Vermelha	Arrendada
Unidade de Armazenamento de Soja	Brasil	RS	Charrua	Arrendada
Unidade de Armazenamento de Soja	Brasil	RS	Esmeralda	Arrendada
Unidade de Armazenamento de Soja	Brasil	RS	Estação	Arrendada
Unidade de Armazenamento de Soja	Brasil	RS	Ipê	Arrendada
Unidade de Armazenamento de Soja	Brasil	RS	Jacutinga	Arrendada
Unidade de Armazenamento de Soja - Lagoa Vermelha 2	Brasil	RS	Lagoa Vermelha	Arrendada
Unidade de Armazenamento de Soja	Brasil	RS	Mato Castelhano	Arrendada
Unidade de Armazenamento de Soja	Brasil	RS	Muitos Capões	Arrendada
Unidade de Armazenamento de Soja	Brasil	RS	Passo Fundo	Arrendada
Unidade de Armazenamento de Soja	Brasil	RS	Pontão	Arrendada
Unidade de Armazenamento de Soja	Brasil	RS	Sertão	Arrendada
Unidade de Armazenamento de Soja	Brasil	RS	Santo Expedito do Sul	Arrendada
Unidade de Armazenamento de Soja	Brasil	RS	Tupanci do Sul	Arrendada
Unidade de Armazenamento de Soja Turvo	Brasil	RS	Lagoa Vermelha	Arrendada
Terminal Hidroviário	Brasil	RS	Canoas	Arrendada
Unidade de Armazenamento de Graneis Líquidos- Sapupema	Brasil	RS	Veranópolis	Arrendada
Unidade de Armazenamento de Soja	Brasil	RS	Ipiranga do Sul	Arrendada
Unidade de Armazenamento de Soja - Rio Toldo	Brasil	RS	Erechim	Arrendada
Escritório Corporativo	Brasil	RS	Porto Alegre	Arrendada
Terreno com área de 43,3102ha (futura instalação Usina de Biodiesel)	Brasil	RO	Cacoal	Própria
Usina de Biodiesel/extração de soja	Brasil	BA	Iraquara	Própria
Graxaria de gordura animal	Brasil	RO	Cacoal	Própria

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro n° 822811260, para marca mista "OLEOPLAN", na classe NCL(7) 29	Até 10/10/2026	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade do registro, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre elas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações. A Companhia não pode quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas, porém, na hipótese de perda de alguma marca considerada estratégica, poderá sofrer perda substancial de ativos.
Marcas	Registro n° 914813986, para marca mista "OLEOPLAN", na classe NCL(11) 04.	Até 07/05/2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade do registro, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre elas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações. A Companhia não pode quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas, porém, na hipótese de perda de alguma marca considerada estratégica, poderá sofrer perda substancial de ativos.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro n° 914814133, para marca mista "OLEOPLAN", na classe NCL(11) 29.	Até 14/05/2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade do registro, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre elas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações. A Companhia não pode quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas, porém, na hipótese de perda de alguma marca considerada estratégica, poderá sofrer perda substancial de ativos.
Marcas	Registro n° 914814168, para marca mista "GRUPO OLEOPLAN", na classe NCL(11) 04.	Até 14/05/2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade do registro, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre elas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações. A Companhia não pode quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas, porém, na hipótese de perda de alguma marca considerada estratégica, poderá sofrer perda substancial de ativos.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro n° 914814214, para marca mista "GRUPO OLEOPLAN", na classe NCL(11) 29.	Até 14/05/2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade do registro, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre elas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações. A Companhia não pode quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas, porém, na hipótese de perda de alguma marca considerada estratégica, poderá sofrer perda substancial de ativos.
Marcas	Registro n° 914814273, para marca mista "GRUPO OLEOPLAN", na classe NCL(11) 40.	Até 14/05/2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência sem o pagamento da respectiva retribuição, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela declaração de nulidade do registro, ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre elas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações. A Companhia não pode quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas, porém, na hipótese de perda de alguma marca considerada estratégica, poderá sofrer perda substancial de ativos.
Nome de domínio na internet	grupooleoplan.com.br	Até 21/03/2021	Eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a tais ativos estão relacionados a: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos solicitados; (iii) por ordem judicial decorrente de disputa, como por exemplo, anterioridade de marca registrada semelhante ao nome de domínio registrado por outro titular; (iv) expressa solicitação do requerente do registro do domínio; e (v) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado.	Em caso de perda do nome de domínio, a Companhia deverá cessar a utilização do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão solicitar o registro do domínio. Apesar de existir a possibilidade de perda do direito de utilizar tal nome de domínio, a Companhia possui outros nomes de domínio, bem como poderá registrar outros nomes de domínio, que poderiam substituir este.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	oleoplan.com.br	Até 19/10/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São os mesmos eventos descritos acima.
Nome de domínio na internet	oleoplanver.com.br	Até 29/01/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São os mesmos eventos descritos acima.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		
Oleoplan Nordeste Industria de Biocombustível Ltda.	13.463.913/0001-96	-	Controlada	Brasil	BA	Iraquara	Produção de biocombustível e extração de soja.	99,990000
30/09/2020	32,060000	0,000000	80.000.000,00	**Valor mercado**				
31/12/2019	59,420000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	30/09/2020	414.797.078,07		
31/12/2018	58,800000	0,000000	40.000.000,00					
31/12/2017	37,770000	0,000000	15.000.000,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Os investimentos foram realizados visando ampliar as operações da Companhia na região Nordeste.								
Origem Participações Ltda.	35.960.130/0001-50	-	Controlada	Brasil	RS	Porto Alegre	Participações em outras sociedades.	100,000000
30/09/2020	2,990000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	30/09/2020	39.043.879,00		
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Os investimentos foram realizados visando ampliar as operações da Companhia na região Norte.								

9.2 - Outras Informações Relevantes

9.2 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes acerca desta seção 9 constam dos itens anteriores.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais.

Introdução

As informações financeiras contidas neste item 10 devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 e para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, e suas respectivas notas explicativas. As informações neste item 10, exceto quando indicado de forma diferente, são expressas em moeda corrente nacional (em milhares de Reais).

As demonstrações financeiras consolidadas auditadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 e para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro, ou IFRS, conforme emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e BR GAAP.

Os comentários dos diretores da Companhia visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 e para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, bem como compreender as mudanças nas principais linhas dessas demonstrações financeiras entre os períodos analisados e os principais fatores que explicam essas variações.

As informações financeiras incluídas neste item, exceto quando expressamente ressalvado, referem-se às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, ressalvado o disposto no item 10.9.

As informações constantes deste item devem ser lidas e analisadas em conjunto com as informações constantes das demonstrações financeiras completas e suas respectivas notas explicativas, disponíveis no *website* de relações com investidores da Companhia (www.oleoplan.com.br) e no website da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br).

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A seguir, apresentamos as informações sobre a estrutura financeira e patrimonial da Companhia:

	Em 30 de setembro de	Em 31 de dezembro de		
(R$ milhares, exceto percentuais)	**2020**	**2019**	**2018**	**2017**
(A) Empréstimos e Financiamentos	**1.132.602**	**886.698**	**755.725**	**533.279**
Capital de Giro	1.113.788	854.161	498.875	312.963
ACC	-	-	216.736	188.400
FINAME	18.814	32.536	40.056	31.916
Consórcios	-	-	58	-
(B) Caixa, Equivalentes de Caixa e Aplicações financeiras	**247.489**	**487.799**	**378.819**	**222.131**
Caixa e equivalentes de Caixa	74.292	38.555	177.146	88.553
Aplicações financeiras	173.197	449.244	201.673	133.577
(C=A-B) Dívida Líquida	**885.113**	**398.899**	**376.906**	**311.148**
(D) Patrimônio Líquido e participação dos não controladores	**359.742**	**618.353**	**518.144**	**366.147**
(E=C/D) Dívida Líquida/Patrimônio Líquido e participação dos não controladores	**246,04%**	**64,51%**	**72,75%**	**84,98%**

Os diretores acreditam que o setor passa por um bom momento devido, principalmente, a previsibilidade de crescimento na demanda pelo biodiesel (cuja regulação pertinente rege a implementação do percentual de mistura compulsória de biodiesel no diesel B de 15% até março de 2023). A atual conjuntura macroeconômica de atuação dos negócios da Companhia (energia e alimentos) corrobora para o crescimento da performance operacional, mesmo em épocas de pandemia e crises. Além do crescimento setorial, destacam-se ainda outros pontos, entre eles: a redução da taxa de juros doméstica, baixo nível de inflação e melhores condições de crédito e liquidez bancária.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

A Companhia apresenta índices de alavancagem que seus diretores consideram baixo e está preparada e tem condições plenas de acessar o mercado para fazer frente a oportunidades que surjam no setor. Além disso, acredita estar bem posicionada em mercados de atuação que combinam atividade econômica relevante, forte demanda e geração de renda.

b. Estrutura de capital

Em 30 de setembro de 2020, o capital social da Companhia era de R$80.522 milhões, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 80.522.000 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. Abaixo encontra-se demonstrada a divisão da estrutura de capital da Companhia entre capital próprio (representada pelo patrimônio líquido) e capital de terceiros (correspondente ao nosso passivo):

	Em 30 de setembro de	**Em 31 de dezembro de:**		
(R$ milhares, exceto percentuais)	**2020**	**2019**	**2018**	**2017**
Passivo Circulante (a)	895.138	590.768	717.792	584.154
Passivo Não Circulante (b)	757.785	594.606	329.192	257.974
Patrimônio Líquido e participação dos não controladores (c)	359.743	618.353	518.114	366.147
Total (d)	**2.012.666**	**1.803.726**	**1.565.098**	**1.208.275**
Capital de Terceiros ((a+b)/d)	82,13%	65,72%	66,90%	69,70%
Capital Próprio (c/d)	17,87%	34,28%	33,10%	30,30%

Nos últimos três exercícios sociais, a Companhia apresentou manutenção na proporção de capital próprio em sua estrutura de capital, já no exercício social corrente ocorreu um aumento do endividamento líquido, principalmente em razão do efeito da sazonalidade (setembro *versus* dezembro) e das recentes reestruturações societárias (distribuição de dividendos e cisão de ativos).O efeito da sazonalidade deve-se a maior necessidade de capital de giro para financiamento da posição de estoque da Companhia.

Para tanto a Companhia utiliza para mensuração de suas obrigações líquidas com terceiros a Posição de Dívida Líquida Operacional, apresentada no Item 3.2 deste Formulário de Referência, sendo que esta manteve-se estável em R$113,004 milhões em 30 de setembro de 2020 e R$113,620 milhões em 31 de dezembro de 2019.

Apesar do recente aumento, os diretores da Companhia acreditam que sua estrutura de capital atual é adequada para a continuidade das operações e que o nível de alavancagem financeira, mensurado pela relação dívida líquida sobre patrimônio líquido, conforme demonstrado no item 10.1.a. acima, continua em nível confortável, sobretudo observando empresas comparáveis do setor.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Cabe destacar que, a Companhia acumulou resultados nos últimos três exercícios, permitindo melhorar a estrutura de capital e reduzir a alavancagem, concomitantemente, a administração alongou o perfil de endividamento e aumentou a liquidez do caixa, conforme demonstrado no item 10.1.(a). Em 30 de setembro de 2020, a rentabilidade permaneceu alta e o cronograma de amortização do endividamento bruto tinha 61,90% registrado no longo prazo, além disso as disponibilidades totalizavam cerca de R$247,489 milhões. Deste modo, os diretores da Companhia acreditam que a estrutura de capital da Companhia seja suficiente para suprir suas necessidades de caixa, relativas às suas obrigações contratuais decorrentes de empréstimos, financiamentos, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos. Caso seja necessário contrair empréstimos para financiar investimentos e aquisições, os diretores da Companhia acreditam que a Companhia possui condições de contratar e de honrar tais obrigações.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

O cronograma de vencimento do endividamento da Companhia em 30 de setembro de 2020 era:

Cronograma de Vencimento	Valores a Vencer (em milhares de reais)	%
Próximos 12 meses	431.524	38,10%
Entre 13 e 24 meses	376.574	33,25%
Entre 25 e 36 meses	209.401	18,49%
Entre 27 e 48 meses	77.668	6,86%
Acima de 49 meses	37.435	3,31%
Total do Endividamento	**1.132.602**	**100,00%**

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e nos três últimos exercícios sociais, a Companhia financiou as suas atividades predominantemente com a geração de capital operacional e financiamentos de terceiros, em especial, através linhas de capital de giro de longo prazo. As principais linhas de financiamento utilizada pela Companhia no último exercício foram (i) capital de giro, (ii) fundos constitucionais, e (iii) FINAMES. Para mais informações sobre a composição do endividamento da Companhia, vide item 10.1(f).

No curso normal de suas atividades, em montante significativamente menor, a Companhia investe na aquisição de máquinas e equipamentos que são destinados à mecanização e industrialização da extração do óleo de soja e na produção do farelo de soja e biodiesel. Para aquisição destes equipamentos, conforme o caso, a Companhia poderá contratar financiamentos, primordialmente, por meio da contratação de FINAMES ou utilizar recursos próprios oriundos do acúmulo de resultados das suas atividades.

Os Diretores acreditam que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, consequentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia dispõe de acesso a linhas de financiamentos com custos competitivos do mercado financeiro, em razão da boa bancabilidade que manteve ao longo dos anos. Assim, para fazer frente às eventuais necessidades de capital de giro e investimentos em ativos não circulantes, a Companhia avalia os custos, expectativas de variação de taxas de câmbio e juros, riscos e níveis de alavancagem para, posteriormente, decidir sobre a utilização de saldos de caixa e equivalente de caixa ou financiamento de terceiros.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e nos três últimos exercícios sociais, a Companhia contratou (i) Notas de Crédito à Exportação (NCE); (ii) Antecipação de Contratos de Câmbio (ACC); (iii) Pré Pagamento de Exportação (PPE); (iv) Cédula de Crédito à Exportação (CCE); (v) Cédulas de Crédito Bancário (CCB); (vi) Fundos Constitucionais do Nordeste (FNE); e (v) linhas do BNDES, dentre outros.

No item 10.1(f) deste Formulário de Referência estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia e as características de cada uma.

f. Níveis de endividamento e características das dívidas

Em 30 de setembro de 2020, o endividamento total da Companhia (representado pela soma dos empréstimos e financiamentos, circulante e não circulante, e despesas de juros sobre dívidas financeiras) da Companhia atingiu o montante total de R$1.132,602 milhões, representando um aumento de 27,73% em seu endividamento total quando comparado com o endividamento total em

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

31 de dezembro de 2019.

Em 31 de dezembro de 2017, o endividamento total (representado pela soma dos empréstimos e financiamentos, circulante e não circulante, e despesas de juros sobre dívidas financeiras) da Companhia atingiu o montante total de R$ 553,279 milhões, sendo que R$300,191 milhões representavam dívidas de curto prazo e R$ 233,088 milhões correspondiam a dívidas de longo prazo. A dívida líquida (expressa pelo endividamento total menos o total de caixa e equivalentes de caixa), por sua vez, em 31 de dezembro de 2017 era de R$ 311,148 milhões.

Em 31 de dezembro de 2018, o endividamento total (representado pela soma dos empréstimos e financiamentos, circulante e não circulante, e despesas de juros sobre dívidas financeiras) da Companhia atingiu o montante total de R$ 755,725 milhões, sendo que R$439,026 milhões representavam dívidas de curto prazo e R$316,699 milhões correspondiam a dívidas de longo prazo, representando um aumento de 41,71% em seu endividamento total quando comparado com o endividamento total em 31 de dezembro de 2017. A dívida líquida (expressa pelo endividamento total menos o total de caixa e equivalentes de caixa), por sua vez, em 31 de dezembro de 2018 era de R$376,906 milhões, representando um aumento de 21,13% em sua dívida líquida quando comparado com a dívida líquida em 31 de dezembro de 2017.

Em 31 de dezembro de 2019, a posição de caixa, equivalentes de caixa era de R$ 487,799 milhões, representando um aumento de 28,77% em relação a 31 de dezembro de 2018. Em 30 de setembro de 2020, o saldo total de empréstimos e financiamentos da Companhia era de R$1.132,602 milhões, enquanto a posição de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras era de R$247,489 milhões, uma redução de 49,26% em relação a 31 de dezembro de 2019.

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A descrição abaixo apresenta as principais características dos contratos de empréstimo e financiamento relevantes em 30 de setembro de 2020:

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Cédulas de Crédito Bancário

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia e suas controladas emitiram 12 (doze) Cédulas de Crédito Bancário, em favor das seguintes instituições financeiras: (i) Banco do Brasil S.A.; (ii) Banco ABC Brasil S.A.; (iii) Banco da Amazônica; (iv) Banco Santander (Brasil) S.A.; (v) China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A.; (vi) Itaú Unibanco S.A.; e (vii) Banco Votorantim S.A. Essas Cédulas de Crédito Bancário totalizam o montante de R$505,580 milhões, com o saldo devedor de R$486,554 milhões, em 30 de setembro de 2020. As principais características das Cédulas de Crédito Bancário estão elencadas no quadro abaixo:

#	Tipo de Contrato	Instituição Financeira	Taxa de juros	Garantia	Vencimento	Valor original *(em R$ milhões)*
1.	Cédula de Crédito Bancário	Banco do Brasil S.A.	CDI + 1,75% a.a.	(i) Aval de Irineu Boff.; e (ii) Hipoteca dos seguintes imóveis (a) matrícula nº 18.169 do Registro de Imóveis da comarca de Getúlio Vargas, estado do Rio Grande do Sul; e (b) matrícula 54.944 do Registro de Imóveis de Passo Fundo, estado do Rio Grande do Sul.	20/12/2018 a 14/1/2022	100
2.	Cédula de Crédito Bancário	Banco do Brasil S.A.	CDI + 1,27% a.a.	Aval de Irineu Boff.	4/12/2019 a 18/1/2021	50
3.	Cédula de Crédito Bancário	Banco do Brasil S.A.	CDI + 1,40% a.a.	Aval de Irineu Boff.	9/12/2019 a 25/10/2021	50
4.	Cédula de Crédito Bancário	Banco Santander (Brasil) S.A.	CDI + 1,4720% a.a.	(i) Aval de: Irineu Boff e Oleoplan S.A. Óleos Vegetais Planalto; e (ii) *Standby Letter of Credit.*	5/12/2019 a 4/1/2021	59,5
5.	Cédula de Crédito Bancário	Banco Santander (Brasil) S.A.	CDI + 3,25% a.a.	(i) aval de: Irineu Boff e Oleoplan S.A. Óleos Vegetais Planalto; (ii) Penhor de bens mercantis; e (iii) *Stand by Letter of Credit*.	7/8/2020 a 2/8//2022	50
6.	Cédula de Crédito Bancário	Banco ABC Brasil S.A.	CDI + 3,65% a.a.	Aval de Irineu Boff.	25/5/2020 a 16/5/2022	20
7.	Cédula de Crédito Bancário	Banco ABC Brasil S.A.	CDI + 3,60% a.a.	Aval de Irineu Boff.	24/6/2020 a 14/6/2022	20
8.	Cédula de Crédito Bancário	Banco da Amazônia S.A.	140% CDI	Aval de Irineu Boff.	20/4/2020 a 15/4/2023	10
9.	Cédula de Crédito Bancário	Banco da Amazônia S.A.	130% CDI	Fiança bancária.	30/6/2020 a 15/7/2023	60
10.	Cédula de Crédito Bancário	China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A.	CDI + 3,50% a.a.	(i) Aval de Irineu Boff; e (ii) Alienação Fiduciária de Bem Móvel.	26/6/2020 a 4/1/2022	20
11.	Cédula de Crédito Bancário	Itaú Unibanco S.A.	CDI + 3,50% a.a.	Aval de Irineu Boff.	29/6/2020 a 30/6/2022	50
12.	Cédula de Crédito Bancário	Banco Votorantim S.A.	IPCA + 3,17% + 4,26%	(i) Aval de Irineu Boff; (ii) Alienação Fiduciária de Bem móvel; e (iii) Alienação Fiduciária de bem imóvel.	5/10/2018 a 15/10/2023	16

Cédulas e Notas de Crédito à Exportação

Em 30 de setembro de 2020, a Companhia e suas controladas tem 16 (dezesseis) Cédulas de Crédito à Exportação e 2 (duas) Notas de Crédito à Exportação tinham vigentes, em favor das seguintes instituições financeiras: (i) Banco Citibank S.A.; (ii) Banco ABC Brasil S.A.; (iii) Itaú Unibanco S.A.; (iv) Banco Rabobank International Brasil S.A.; e (v) Banco Bradesco S.A. Os empréstimos celebrados totalizam o montante de R$684,377 milhões, com o saldo devedor de R$576,124 milhões, em 30 de setembro de 2020.

As principais características das Cédulas de Crédito à Exportação e Notas de Crédito à Exportação estão elencadas no quadro abaixo:

#	Tipo de Contrato	Instituição Financeira	Taxa de juros	Garantia	Vencimento	Valor original *(em R$ milhões)*
1.	Cédula de Crédito à Exportação	Banco Citibank S.A.	CDI + 3,15% a.a.	(i) Aval de Irineu Boff e Oleoplan Nordeste Industria de Biocombustível Ltda.; e (ii) Cessão e Alienação Fiduciária de CDB.	30/6/2020 a 30/12/2021	27
2.	Cédula de Crédito à Exportação	Banco Citibank S.A.	LIBOR + 1,80%	(i) Aval de Irineu Boff e Oleoplan Nordeste Industria de Biocombustível Ltda.; (ii) Hipoteca; (iii) Alienação Fiduciária de Bem Imóvel; e (iv)Alienação e Cessão Fiduciária;	30/1/2020 a 10/1/2025	105
3.	Cédula de Crédito à Exportação	Banco ABC Brasil S.A.	6,60% a.a.	Aval de Irineu Boff.	6/3/2018 e 18/2/2021	16
4.	Cédula de Crédito à Exportação	Itaú Unibanco S.A.	CDI + 2,3500%	(i) Aval de: (a) Irineu Boff; (b) Oleoplan Nordeste Indústria de Biocombustível Ltda.; e (c) Palmaplan Agroindustrial Ltda.; e (ii) Alienação Fiduciária de Cotas de Fundo de Investimento em Participação em Infraestrutura Origem.	1/6/2016 a 17/4/2023	50
5.	Cédula de Crédito à Exportação	Itaú Unibanco S.A.	CDI + 2,3500%	(i) Aval de: (a) Irineu Boff; (b) Oleoplan Nordeste Indústria de Biocombustível Ltda.; e (c) Palmaplan Agroindustrial Ltda.; e (ii) Alienação Fiduciária de Cotas de Fundo de Investimento em Participação em Infraestrutura Origem	27/1/2017 a 17/4/2023	10
6.	Cédula de Crédito à Exportação	Itaú Unibanco S.A.	CDI + 2,3500%	(i) Aval de: (a) Irineu Boff; (b) Oleoplan Nordeste Indústria de Biocombustível Ltda.; e (c) Palmaplan Agroindustrial Ltda.; e (ii) Alienação Fiduciária de Cotas de Fundo de Investimento em Participação em Infraestrutura Origem	12/9/2017 a 17/4/2023	8,6
7.	Cédula de Crédito à Exportação	Itaú Unibanco S.A.	CDI + 2,3500%	(i) Aval de: (a) Irineu Boff; (b) Oleoplan Nordeste Indústria de Biocombustível Ltda.; e (c) Palmaplan Agroindustrial Ltda.; e (ii) Alienação Fiduciária de Cotas de Fundo de Investimento em Participação em Infraestrutura Origem	24/5/2017 a 17/4/2023	7,5
8.	Cédula de Crédito à Exportação	Itaú Unibanco S.A.	CDI + 2,3500%	(i) Aval de: (a) Irineu Boff; (b) Oleoplan Nordeste Indústria de Biocombustível Ltda.; e (c) Palmaplan Agroindustrial Ltda.; e (ii) Alienação Fiduciária de Cotas de Fundo de Investimento em Participação em Infraestrutura Origem	13/6/2017 a 17/4/2023	7,5
9.	Cédula de Crédito à Exportação	Itaú Unibanco S.A.	CDI + 2,3500%	(i) Aval de: (a) Irineu Boff; (b) Oleoplan Nordeste Indústria de Biocombustível Ltda.; e (c) Palmaplan Agroindustrial Ltda.; e (ii) Alienação Fiduciária de Cotas de Fundo de Investimento em Participação em Infraestrutura Origem	16/4/2019 a 17/4/2023	50
10.	Cédula de Crédito à Exportação	Itaú Unibanco S.A.	CDI + 2,3500%	(i) Aval de: (a) Irineu Boff; (b) Oleoplan Nordeste Indústria de Biocombustível Ltda.; e (c) Palmaplan Agroindustrial Ltda.; e (ii) Alienação Fiduciária de Cotas de Fundo de Investimento em Participação em Infraestrutura Origem	6/6/2017 a 17/4/2023	20
11.	Cédula de Crédito à Exportação	Banco Rabobank International Brasil S.A.	CDI + 2,3500%	(i) Aval de: (a) Irineu Boff; (b) Oleoplan Nordeste Indústria de Biocombustível Ltda.; e (c) Palmaplan Agroindustrial Ltda.; e (ii) Alienação Fiduciária de Cotas de Fundo de Investimento em Participação em Infraestrutura Origem	1/6/2016 a 17/4/2023	50

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

12.	Cédula de Crédito à Exportação	Banco Rabobank International Brasil S.A.	CDI + 2,3500%	(i) Aval de: (a) Irineu Boff; (b) Oleoplan Nordeste Indústria de Biocombustível Ltda.; e (c) Palmaplan Agroindustrial Ltda.; e (ii) Alienação Fiduciária de Cotas de Fundo de Investimento em Participação em Infraestrutura Origem	12/7/2017 a 17/4/2023	32,1
13.	Cédula de Crédito à Exportação	Banco Rabobank International Brasil S.A.	CDI + 2,3500%	(i) Aval de: (a) Irineu Boff; (b) Oleoplan Nordeste Indústria de Biocombustível Ltda.; e (c) Palmaplan Agroindustrial Ltda.; e (ii) Alienação Fiduciária de Cotas de Fundo de Investimento em Participação em Infraestrutura Origem	16/4/2019 a 17/4/2023	50
14.	Cédula de Crédito à Exportação	Banco Rabobank International Brasil S.A.	CDI + 2,3500%	(i) Aval de: (a) Irineu Boff; (b) Oleoplan Nordeste Indústria de Biocombustível Ltda.; e (c) Palmaplan Agroindustrial Ltda.; e (ii) Alienação Fiduciária de Cotas de Fundo de Investimento em Participação em Infraestrutura Origem	21/6/2017 a 17/4/2023	7
15.	Cédula de Crédito à Exportação	Banco Rabobank International Brasil S.A.	CDI + 2,3500%	(i) Aval de: (a) Irineu Boff; (b) Oleoplan Nordeste Indústria de Biocombustível Ltda.; e (c) Palmaplan Agroindustrial Ltda.; e (ii) Alienação Fiduciária de Cotas de Fundo de Investimento em Participação em Infraestrutura Origem	10/7/2017 a 17/4/2023	7
16.	Cédula de Crédito à Exportação	Banco Rabobank International Brasil S.A.	CDI + 2,3500%	(i) Aval de: (a) Irineu Boff; (b) Oleoplan Nordeste Indústria de Biocombustível Ltda.; e (c) Palmaplan Agroindustrial Ltda.; e (ii) Alienação Fiduciária de Cotas de Fundo de Investimento em Participação em Infraestrutura Origem	07/8/2017 a 17/4/2023	7
17.	Nota de Crédito à Exportação	Banco Bradesco S.A.	125,84% CDI	Aval de Irineu Boff	17/12/2019 a 19/12/2024	150
18.	Nota de Crédito à Exportação	Banco Bradesco S.A.	CDI + 1,18% a.a.	Aval de Irineu Boff	9/9/2020 a 26/8/2021	80

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Contrato de Linha de Crédito celebrados com o Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Em 30 de setembro de 2020, a Oleoplan Nordeste Indústria de Biocombustível Ltda., sociedade controlada da Companhia, figura como parte no Contrato de Abertura de Crédito por Instrumento Particular, nº 181.2020.720.4228, celebrado com o Banco do Nordeste do Brasil S.A., em 20 de julho de 2020, cujo montante total e saldo devedor, em 30 de setembro de 2020, eram de R$29,5 milhões e de R$29,569 milhões, respectivamente. Esse contrato possui taxa de juros IPCA + 2,3041% a.a., para o montante de R$23,6 milhões e 0,67% para o montante de R$5,9 milhões, e conta com aval e fiança para 50% do saldo devedor, com data de vencimento em 15 de agosto de 2023.

ii. outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras

A Companhia não possui outras relações de longo prazo com instituições financeiras, exceto aquelas descritas neste item.

iii. grau de subordinação entre as dívidas da Companhia

Nenhuma das dívidas da Companhia existentes em 30 de setembro de 2020 possui condição contratual ou legal específica de subordinação, exceto no caso de um eventual concurso universal de credores, de forma que a ordem de pagamento das dívidas da Companhia, em um eventual concurso universal de credores, seria determinada de acordo com as disposições da legislação em vigor.

iv. eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

Os contratos de financiamento citados acima possuem cláusulas restritivas da seguinte natureza:

Cédulas de Crédito Bancário e Cédulas de Crédito à Exportação

- Restrição à incorporação, cisão, fusão, ou à ocorrência de qualquer processo de reorganização societária ou de alteração de controle direto ou indireto, em que a Companhia esteja envolvida;
- Restrição em caso de falência, concurso de credores, intervenção, liquidação, regime de administração especial temporária, recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia;
- Restrição para alteração do objeto social ou da atividade principal da Companhia ou alteração de estabelecimento comercial ou de parcela significativa de bens ou direitos de seu ativo permanente; e
- Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,0; e Patrimônio Líquido/Ativo Total maior ou igual 30% a partir de 2020.

(g) limites de utilização dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 30 de setembro de 2020, a Companhia não dispunha de nenhum contrato de empréstimo ou financiamento cujo desembolso não tenha sido integralmente realizado e o valor atualizado a ser quitado, em 30 de setembro de 2020, era de R$1.132,602 milhões.

A Administração acredita que o relacionamento da Companhia com instituições financeiras de primeira linha permite o acesso a linhas de créditos adicionais, na hipótese de haver necessidade.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As variações relevantes nos itens principais das demonstrações financeiras consolidadas referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 e em 30 de setembro de 2020 são discutidas a seguir.

Ressaltamos que as informações referentes às demonstrações financeiras consolidadas auditadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 e para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, foram preparadas de acordo com as IFRS e BR GAAP.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2020 COMPARADO AO PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2019

		Consolidado				
(em R$ milhares, exceto %)	**Nota**	**01/01/2020 a 30/09/2020**	**A.V.**	**01/01/2019 a 30/09/2019**	**A.V.**	**A.H.**
Receita líquida de vendas	29	2.682.292	100,0%	1.858.426	100,0%	44,3%
Custo dos produtos vendidos	30(c)	(2.298.606)	-85,7%	(1.663.876)	-89,5%	38,1%
Lucro bruto		**383.686**	14,3%	**194.550**	10,5%	97,2%
Despesas administrativas	30(c)	(30.673)	-1,1%	(27.663)	-1,5%	10,9%
Despesas com vendas	30(c)	(55.713)	-2,1%	(55.228)	-3,0%	0,9%
Outras receitas operacionais	30(a)(b)	4.543	0,2%	23.785	0,0%	-80,9%
Resultado da equivalência patrimonial		(3.673)	-0,1%		0,0%	
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras		**298.170**	11,1%	**135.444**	7,3%	120,1%
Receitas financeiras	31	106.973	4,0%	34.941	1,9%	206,2%
Despesas financeiras	31	(122.141)	-4,6%	(47.595)	-2,6%	156,6%
Variação cambial		(41.474)	-1,5%	(3.534)	-0,2%	1073,7%
Despesas financeiras líquidas		**(56.642)**	-2,1%	**(16.188)**	-0,9%	249,9%
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**241.528**	9,0%	**119.256**	6,4%	102,5%
Imposto de renda e contribuição social - correntes	27(a)	(33.494)	-1,2%	(3.867)	-0,2%	766,2%
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	27(a)	21.121	0,8%	7.839	0,4%	169,4%
Lucro líquido do período		**229.155**	8,5%	**123.228**	6,6%	86,0%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Receita líquida de vendas

A receita líquida de vendas no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 foi de R$2.682,292 milhões, representando um aumento de R$823,866 milhões ou 44%, quando comparado a R$1.858,426 milhões registrado no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019. Esse acréscimo se deve além de aumentos em volume, principalmente, ao aumento de preço médio vendido tanto no segmento de extração quanto no biodiesel, o qual foi impactado pelo aumento do preço da soja e da variação da cotação do dólar em decorrência dos efeitos da pandemia da COVID-19 no Brasil e no mundo.

(em R$ milhares, exceto %)	9M20	A.V	9M19	A.V	A.H
Receita Líquida	**2.682.292**	**100,0%**	**1.858.426**	**100,0%**	**44,3%**
Extração	877.363	32,7%	649.565	35,0%	35,1%
Biodiesel	1.708.635	63,7%	1.129.182	60,8%	51,3%
Revendas	96.295	3,6%	79.654	4,2%	20,9%
Outros	0	0,0%	25	0,0%	-100,0%

Extração

No segmento de extração, o preço médio dos produtos vendidos (farelo de soja) apurado em 30 de setembro de 2020 aumentou 31,3% e o volume aumentou 2,8% quando comparado ao mesmo período de 2019. A tabela abaixo mostra a variação do preço médio nos períodos indicados:

	2020	A.V	2019	A.V	A.H
R$ milhares total	877.363	100,0%	649.565	100,0%	35,1%
Tonelada Esmagada	662.511		644.513		2,8%
R$/ Ton	1.324	-	1.008	-	31,3%

Biodiesel

No segmento de biodiesel, os volumes aumentaram em 9% devido ao aumento do percentual obrigatório de biodiesel na composição do diesel, que resultou em uma maior demanda pelo biodiesel produzido pela Companhia. O preço médio do produto vendido aumentou 38,9% devido, principalmente, (i) à variação de preço da aquisição de óleo de soja e óleos animais em decorrência das quebras de safra no estado do Rio Grande do Sul, (ii) ao aumento da cotação do dólar, e (iii) ao aumento da demanda por soja, especialmente oriundo da China, após o início da pandemia da COVID-19. A tabela abaixo mostra a variação do volume e do preço médio do biodiesel nos períodos indicados:

	2020	A.V	2019	A.V	A.H
R$ milhares total	1.708.635	100,0%	1.129.182	100,0%	51,3%
Volume Produzido m^3	458.190		420.504		9,0%
R$/ m^3	3.729	-	2.685	-	38,9%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Revendas

A receita advinda de revendas sofreu aumento de 20,9% devido ao aumento do preço médio da soja no ano de 2020.

	2020	A.V	2019	A.V	A.H
R$ milhares total	96.295	100,0%	79.654	100,0%	20,9%

Custo dos produtos vendidos

O custo dos produtos vendidos no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 foi de R$2.298,606 milhões, representando um aumento de R$634,730 milhões ou 38%, quando comparado a R$1.663,876 milhões apurado no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019. O custo dos produtos vendidos representava 86% e 90% da receita líquida no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e 2019, respectivamente. Essa redução do custo dos produtos vendidos em relação à receita líquida está associada à capacidade da Companhia de antecipação do aumento do preço da soja em conjunto com sua alta capacidade de armazenagem por meio de suas filiais no interior do estado do Rio Grande do Sul, resultando em uma diminuição dos custos vendidos em relação a sua receita. Apesar disso, os custos dos produtos vendidos registraram um aumento devido ao acréscimo do faturamento da Companhia contabilizado no período.

Extração

O custo dos produtos vendidos do segmento de extração totalizou R$ 692,602 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 comparado com R$ 594,829 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, representando um crescimento de 16,4%, sendo que o volume em toneladas aumentou 2,8% e os custo médio por tonelada 13,2%, em razão do aumento do preço da Soja, principal insumo.

	2020	A.V	2019	A.V	A.H
R$ milhares total	-692.602	-78,9%	-594.829	-91,6%	15,6%
Tonelada Esmagada	662.511		644.513		2,8%
R$/ Ton	-1.038	-	-923	-	12,4%

Biodiesel

O custo dos produtos vendidos do segmento de biodiesel totalizou R$ 1.520,525 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 comparado com R$ 992,923 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, representando um crescimento de 53,1%, sendo que o volume em metro cúbicos aumentou 9,0% e os custo médio por metro cúbico 40,5%, tendo em vista os aumentos de preço de aquisição de matérias primas conforme mencionado no capitulo de receitas.

	2020	A.V	2019	A.V	A.H
R$ milhares total	-1.520.525	-89,0%	-992.923	-87,9%	53,1%
Volume Produzido m^3	458.190		420.504		9,0%
R$/ m^3	-3.319	-	-2.361	-	40,5%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Revendas

O Custo por de revendas aumentou 13,7%, devido ao aumento de preço dos grãos e fertilizantes, porém inferior ao crescimento de receita no segmento.

	2020	A.V	2019	A.V	A.H
R$ milhares total	-85.479	-88,8%	-75.177	-94,4%	13,7%

Lucro bruto

Devido aos fatores descritos acima, o lucro bruto no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 foi de R$386,686 milhões, representando um aumento de R$189,136 milhões ou 97% quando comparado a R$194,550 milhões apurado no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019. O lucro bruto representava 14,3% e 10,5% da receita líquida no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e 30 de setembro de 2019, respectivamente. Esse aumento decorre, principalmente, do aumento da receita líquida, o qual se deve aos motivos já explicitados acima.

Extração

Como resultado do aumento de produção e aumentos das relações de troca de Farelo/Óleo de Soja, a margem bruta por tonelada esmagada aumentou 237,6%.

	2020	A.V	2019	A.V	A.H
R$ milhares total	184.761	21,1%	54.735	8,4%	246,3%
Tonelada Esmagada	662.511		644.513		2,8%
R$/ Ton	279	-	85	-	236,4%

Biodiesel

Como resultado do aumento de produção de 9% já explicitado anteriormente, a empresa aumentou o lucro bruto por m^3 em 26,9%, decorrente do posicionamento estratégico em suprimentos em um ano com restrição de matéria prima devido à quebra de safra de soja do Rio Grande do Sul e pela demanda chinesa pelos grãos relacionados aos desbalanceamentos das cadeias de suprimentos globais.

	2020	A.V	2019	A.V	A.H
R$ milhares total	188.109	10,7%	136.259	12,1%	38,1%
Volume Produzido m^3	458.190		420.504		9,0%
R$/ m^3	411	-	324	-	26,9%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Revendas

O lucro bruto das revendas aumentou 141,6%, totalizando R$10,816 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 comparado a R$4,477 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019.

	2020	A.V	2019	A.V	A.H
R$ milhares total	10.816	11,2%	4.477	5,6%	141,6%

Despesas com vendas

As despesas com vendas no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 foram de R$55,713 milhões, representando um aumento de R$0,485 milhões ou 1% quando comparado a R$55,228 milhões apurado no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019. As despesas com vendas representavam 2,1% e 3,0% da receita líquida no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e em 30 de setembro de 2019, respectivamente. Essa redução percentual se deve principalmente ao aumento da receita liquida pelos motivos já descritos acima.

Despesas administrativas

As despesas administrativas no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 foram de R$30,673 milhões, representando um aumento de R$3,010 milhões ou 11% quando comparado a R$27,663 milhões apurado no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019. Destaca-se que a Posição de Dívida Líquida Operacional, apresentada no Item 3.2 deste Formulário de Referência ficou estável sendo R$113,004 milhões em setembro de 2020 e R$113,620 milhões em 2019. A variação deve principalmente as despesas tributarias, relacionadas a R$1,16 milhões de contribuição ao fundo de combate à pobreza (Funcef BA), R$0,505 milhões de Cofins sobre receitas financeiras e R$0,683 milhões de IRRF referente as receitas de CBIOs. As despesas administrativas representavam 1,1% e 1,5% da receita líquida no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e em 30 de setembro de 2019, respectivamente. Esse aumento é atribuído, principalmente, ao aumento das despesas corporativas que subiram 18% enquanto as despesas por segmento subiram apenas 4%. A redução do percentual das despesas administrativas em relação à receita líquida decorre do fato que esta registrou um aumento de 44% quando comparado ao mesmo período de 2019.

Outras receitas operacionais

As outras receitas operacionais no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 foram de R$4,543 milhões, representando uma diminuição de R$19,242 milhões quando comparado a R$23,785 milhões registrado no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019. No ano de 2019 foi lançado um crédito extemporâneo de R$22.966 relativo a exclusão do crédito presumido de ICMS da base de cálculo de IRPJ e CSSL em anos anteriores a 2017.

Resultado antes das receitas (despesas) financeiras

Devido aos fatores descritos acima, o resultado antes das receitas (despesas) financeiras no período de nove meses no findo em 30 de setembro de 2020 foi de R$298,170 milhões, representando um acréscimo de R$ 162,726 milhões ou 120% quando comparado ao Resultado antes das receitas (despesas) financeiras de R$ 135,444 milhões apurado no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019. O resultado antes das receitas (despesas) financeiras representava 11% e 7% da receita líquida nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019, respectivamente.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Despesas financeiras líquidas

O resultado financeiro líquido foi de uma despesa financeira líquida de R$56,642 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, comparado a uma despesa financeira líquida de R$16,188 milhões no mesmo período de 2019, resultando em uma variação de R$40,454 milhões. A conta de variação cambial foi negativa de R$41,474 milhões em 2020, comparado a um resultado negativo de R$3,534 milhões no mesmo período de 2019. Destaca-se que R$32,157 milhões da variação cambial de 2020 refere-se à operação de empréstimo em moeda estrangeira junto ao Citibank, cujo saldo no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 era R$141,426 milhões, para a qual a Companhia possui *swap* vinculado. Ou seja, a perda supracitada registrada na rubrica variação cambial é compensada por um ganho em resultado de operações de *forward* e *swap*.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, o resultado ativo das operações de *foward* de *swap* foi de R$72,544 milhões e o resultado passivo de R$81,838 milhões para essa conta, resultando em um impacto líquido negativo de R$9,294 milhões. Considerando que parte do resultado ativo compensou a variação cambial do empréstimo junto ao Citibank, o saldo remanescente entre as contas de operações de *forward* e *swap* ativas e passivas tem sua contrapartida no lucro operacional, uma vez que as mesmas são realizadas para fins de proteção (*hedge*) da operação, conforme “Política de Riscos” (vide item 5.2 deste Formulário de Referência).

Resultado antes dos impostos

Devido aos fatores descritos acima, o resultado antes dos impostos no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 foi de R$241,528 milhões, representando um aumento de R$122,272 milhões ou 103% quando comparado a um lucro de R$119,256 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 foi de R$12,373 milhões negativos, representando um aumento de R$16,345 milhões quando comparado a um valor positivo de R$3,972 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019. Esse aumento é decorrente do aumento da base do resultado antes de tributos sobre o lucro (R$241,528 milhões em 30 de setembro de 2020 ante R$119,256 milhões para o mesmo período).

Lucro líquido do período

Devido aos fatores descritos acima, o lucro líquido no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 foi de R$229,155 milhões, representando um aumento de R$105,927 milhões ou 86% quando comparado a um lucro de R$123,228 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

R$ milhares	2019	A.V.	2018	A.V.	A.H.
Receita líquida de vendas	2.661.871	100,0%	2.548.151	100,0%	4,5%
Custo dos produtos vendidos	(2.367.664)	-88,9%	(2.199.501)	-86,3%	7,6%
	-		-		
Lucro bruto	**294.207**	11,1%	**348.650**	13,7%	-15,6%
	-		-		
Despesas administrativas	(39.540)	-1,5%	(32.018)	-1,3%	23,5%
Despesas com vendas	(72.015)	-2,7%	(72.764)	-2,9%	-1,0%
Outras receitas operacionais	23.990	0,9%	1.774	0,1%	1252,3%
Resultado da equivalência patrimonial	-	0,0%	-	0,0%	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras	**206.642**	7,8%	**245.642**	9,6%	-15,9%
Receitas financeiras	68.696	2,6%	38.921	1,5%	76,5%
Despesas financeiras	(60.775)	-2,3%	(65.517)	-2,6%	-7,2%
Variação cambial	(2.199)	-0,1%	(35.725)	-1,4%	-93,8%
Reversão dos juros sobre capital próprio	-		-		-
Despesas financeiras líquidas	**5.722**	0,2%	**(62.321)**	-2,4%	-109,2%
	-	0,0%	-	0,0%	-
	-	0,0%	-	0,0%	-
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	**212.364**	8,0%	**183.321**	7,2%	15,8%
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(12.893)	-0,5%	(11.267)	-0,4%	14,4%
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	6.358	0,2%	2.258	0,1%	181,6%
	-		-		
Lucro líquido do período	**205.829**	7,7%	**174.312**	6,8%	18,1%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Resultados por Segmento de Negócios de 2019

R$ milhares	2019	Extração	Biodiesel	Revendas	Outros	Corporativo
Receita líquida de vendas e serviços	2.661.871	843.121	1.721.094	97.629	27	0
Custo dos produtos e serviços vendidos	-2.354.075	-792.769	-1.468.151	-91.810	-1.345	0
Depreciações e amortizações	-13.589	-4.644	-8.690	-255	0	0
Lucro Bruto	**294.207**	**45.708**	**244.253**	**5.564**	**-1.318**	**0**
(Despesas) receitas operacionais	-87.565	-40.494	-46.897	-472	-678	975
Despesas com vendas	-72.017	-31.767	-38.155	-472	0	-1.624
Despesas administrativas	-39.540	-9.240	-9.255	0	-678	-20.367
Outras receitas (despesas) operacionais	23.991	513	513	0	0	22.966
Lucro Operacional	**206.642**	**5.214**	**197.356**	**5.093**	**-1.996**	**-975**

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Resultados por Segmentos de Negócios de 2018

R$ milhares	**2018**	**Extração**	**Biodiesel**	**Revendas**	**Outros**	**Corporativo**
Receita líquida de vendas e serviços	2.548.151	848.668	1.538.604	160.864	14	0
Custo dos produtos e serviços vendidos	-2.187.318	-741.340	-1.299.308	-146.020	-651	0
Depreciações e amortizações	-12.182	-3.553	-8.379	-251	0	0
Lucro Bruto	**348.650**	**103.775**	**230.918**	**14.594**	**-636**	**0**
(Despesas) receitas operacionais	-103.007	-45.347	-40.368	-65	-403	-16.824
Despesas com vendas	-72.763	-39.051	-32.404	-65	0	-1.242
Despesas administrativas	-32.018	-7.183	-8.850	0	-404	-15.582
Outras receitas (despesas) operacionais	1.774	886	886	0	1	0
Lucro Operacional	**245.642**	**58.427**	**190.550**	**14.528**	**-1.039**	**-16.824**

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Receita líquida de vendas

A receita líquida de vendas no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$2.661,871 milhões, representando um aumento de R$113,720 milhões ou 4% quando comparado a R$2.548,151 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Abaixo são explicadas as variações por unidade de negócios.

	2019	A.V	2018	A.V	A.H
Receita Líquida (R$ mil)	**2.661.871**	**100,0%**	**2.548.151**	**100,0%**	**4,5%**
Extração (R$ mil)	843.121	31,7%	848.668	33,3%	-0,7%
Biodiesel (R$ mil)	1.721.094	64,7%	1.538.604	60,4%	11,9%
Revendas (R$ mil)	97.629	3,7%	160.864	6,3%	-39,3%
Outras Atividades (R$ mil)	27	0,0%	14	0,0%	92,8%

Extração

O volume de esmagamento de soja aumentou em 6,9%, enquanto os preços caíram 7,1%, devido à variação de preço do farelo de soja (principal produto).

	2019	**A.V**	**2018**	**A.V**	**A.H**
R$ milhares total	843.121	100,0%	848.668	100,0%	-0,7%
Tonelada Esmagada	873.213		816.481		6,9%
R$/ Ton	966	-	1.039	-	-7,1%

Biodiesel

A produção de biodiesel aumentou em 10,3% decorrente do incremento de demanda provocado pelo aumento do percentual obrigatório de biodiesel no diesel de 10% para 11%, e do crescimento da demanda de diesel no Brasil. O preço médio por m^3 ficou estável de 2018 para 2019.

	2019	**A.V**	**2018**	**A.V**	**A.H**
R$ milhares total	1.721.094	100,0%	1.538.604	100,0%	11,86%
Volume Produzido m^3	592.655		537.146		10,3%
R$/ m^3	2.904	-	2.864	-	1,4%

Revendas

A receita advinda de revendas sofreu queda de 39% devido à redução da exportação de soja por questões comerciais e redução da dívida da Companhia em dólar (ACC), a qual diminui a necessidade de exportações para comprovação.

	2019	**A.V**	**2018**	**A.V**	**A.H**
R$ milhares total	97.629	100,0%	160.864	100,0%	-39,3%

Custo dos produtos vendidos

O custo dos produtos vendidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$2.367,664 milhões, representando um aumento de R$168,163 milhões ou 7,6% quando comparado a R$ 2.199,501 milhões apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

O custo dos produtos vendidos representava 88,9% e 86,3% da receita líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. O aumento do custo dos produtos vendidos ocorreu basicamente pelo aumento da produção tanto no segmento de extração quanto no de biodiesel,

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

volumes já explicados acima devido à maior demanda de mercado, enquanto o preço médio se manteve praticamente constante em ambos os casos. Já no segmento de revendas, houve redução devido à queda do faturamento já explicitada.

	Extração				
	2019	A.V	2018	A.V	A.H
R$ milhares total	-797.413	-94,6%	-744.893	-87,8%	7,1%
Tonelada Esmagada	873.213		816.481		6,9%
R$/ Ton	-913	-	-912	-	0,1%

	Biodiesel				
	2019	A.V	2018	A.V	A.H
R$ milhares total	-1.476.841	-85,8%	-1.307.687	-85,0%	12,9%
Volume Produzido m^3	592.655		537.146		10,3%
R$/ m^3	-2.492	-	-2.435	-	2,4%

	Revendas				
	2019	A.V	2018	A.V	A.H
R$ milhares total	-92.065	-94,3%	-146.271	-90,9%	-37,1%

Lucro bruto

Devido aos fatores descritos acima, o lucro bruto no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$294,207 milhões, representando uma redução de R$54,443 milhões ou 15,6% quando comparado a R$348,650 milhões no período no exercício findo em 31 de dezembro de 2018. O lucro bruto representava 11,1% e 13,7% da receita líquida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente.

Extração

A redução no lucro bruto ocorreu, principalmente, devido à queda de receita advinda do segmento de extração, o qual sofreu queda de 56,0% no período devido à redução do preço médio por tonelada e manutenção de custo de aquisição de matéria prima devido ao menor prêmio entre o Farelo de Soja e o valor da Grão de Soja adquirido.

	Extração				
	2019	A.V	2018	A.V	A.H
R$ milhares total	45.708	5,4%	103.775	12,2%	-56,0%
Tonelada Esmagada	873.213		816.481		6,9%
R$/ Ton	52	-	127	-	-58,8%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Biodiesel

A queda do lucro bruto foi suavizada pelo aumento de vendas no segmento de biodiesel, o qual apresentou um acréscimo de 5,8% resultado principalmente do aumento de volume produzido de 10,3%, decorrente da verificação de maior demanda no mercado.

	Biodiesel				
	2019	**A.V**	**2018**	**A.V**	**A.H**
R$ milhares total	244.253	14,2%	230.918	15,0%	5,8%
Volume Produzido m^3	592.655		537.146		10,3%
R$/ m^3	412	-	430	-	-4,1%

Revendas

De 2018 para 2019, houve redução no lucro bruto das revendas de 62% por conta da menor exportação de soja pelos motivos já explicitados anteriormente.

	2019	**A.V**	**2018**	**A.V**	**A.H**
R$ milhares total	5.564	5,7%	14.594	9,1%	-61,9%

Despesas administrativas

As despesas administrativas no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram de R$39,540 milhões, representando um aumento de R$7,522 milhões ou 23% quando comparado a R$32,018 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018. As despesas administrativas representavam 1,5% e 1,3% da receita líquida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente.

Despesas administrativas - Segmento Corporativo

R$ milhares	**2019**	**A.V**	**2018**	**A.V**	**A.H**
Despesas Administrativas	**-20.367**	**-0,8%**	**-15.582**	**-0,7%**	**30,7%**

As despesas administrativas corporativas tiveram um aumento, principalmente, devido a uma conta de contingência referente ao histórico da Companhia de processos cíveis no valor de R$3.387 milhões.

Despesas administrativas – Segmentos de Extração, Biodiesel e Outros

As despesas administrativas das Unidades de Negócios aumentaram 16,7%, de R$16,436 milhões para R$19.173 milhões, passando de 1,3% da Receita Líquida para 1,5% da Receita Líquida. Um dos maiores aumentos, R$0,960 milhão, que ocorreu nas despesas administrativas está relacionado à despesa tributária referente ao FUNCEP – Fundo de Combate à Pobreza na operação na Bahia. Este valor está diretamente relacionado às vendas de biodiesel, uma vez que a produção na usina de Iraquara aumentou cerca de 40%. Outro aumento significativo decorre de Honorários com terceiros para consultoria tributária no valor de R$0,797 milhão para auxílio na recuperação dos créditos que a Companhia gera em sua operação.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Outras receitas operacionais

As outras receitas operacionais no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram de R$23,990 milhões, representando um aumento de R$22,216 milhões ou 1.352,6% quando comparado a uma receita de R$1,774 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018. O principal motivo deste aumento está relacionado a um crédito no valor de R$22,966 milhões, advindo de precatórios federais relativos a exclusão de créditos presumidos de ICMS da base de cálculo de imposto de renda e contribuição social referentes aos anos de 2011 e 2014.

Resultado antes das receitas (despesas) financeiras

Devido aos fatores descritos acima, o resultado antes das receitas (despesas) financeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$206,642 milhões comparado ao resultado antes das receitas (despesas) financeiras de R$ 245,642 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, representando um decréscimo de R$39,000 milhões ou 16%. O resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro representava 7,8% e 9,6% da receita líquida nos exercícios findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente.

Despesas financeiras líquidas

O resultado financeiro líquido foi de uma receita financeira líquida de R$5,722 milhões positiva no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, comparado com uma despesa financeira líquida de R$62,321 milhões no mesmo período de 2018. Essa diminuição está relacionado, principalmente, à maior receita financeira, de R$29,775 milhões, especificamente na variação positiva de R$6,397 milhões de Aplicações Financeiras devido a uma maior posição de caixa médio ao longo do ano de 2019 e de R$16,304 milhões de Outras Receitas Financeiras auferidas devido a valores pagos a maior de IR/CS de Exercícios Anteriores no valor de R$25,280 milhões. As Despesas Financeiras diminuíram em R$4,742 milhões, principalmente em função da redução de despesas sobre empréstimos e financiamentos impactadas pela desalavancagem da Companhia e queda da custo efetivo da dívida. A variação cambial reduziu em R$ 33,526 milhões entre 2018 e 2019, em razão da redução das captações com *funding* atrelados à moeda norte americana.

Resultado antes dos impostos

Devido aos fatores descritos acima, o resultado antes dos impostos sobre o lucro no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$212,364 milhões, representando um aumento de R$29,043 milhões ou 15% quando comparado a um lucro de R$183,321 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Imposto de renda e contribuição social

Os impostos sobre o lucro no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram de R$6,535 milhões, representando uma diminuição de R$2,474 milhões quando comparado a R$9,009 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018. A alíquota efetiva do Imposto de Renda e Contribuições Sociais ficou em 3,1% e 4,9% do Lucro antes de Impostos, devido principalmente à exclusão da Base de Cálculo dos Incentivos do crédito presumido de ICMS.

Lucro líquido do exercício

Devido aos fatores descritos acima, o lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$205,829 milhões, representando uma variação de R$31,517 milhões ou 18,1% quando comparado a um lucro de R$174,312 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

R$ milhares	2018	A.V.	2017	A.V.	A.H.
Receita líquida de vendas	2.548.151	100,0%	1.960.760	100,0%	30,0%
Custo dos produtos vendidos	-2.199.501	-86,3%	-1.766.898	-90,1%	24,5%
Lucro bruto	**348.650**	**13,7%**	**193.862**	**9,9%**	**79,8%**
Despesas administrativas	-32.018	-1,3%	-35.103	-1,8%	-8,8%
Despesas com vendas	-72.764	-2,9%	-55.111	-2,8%	32,0%
Outras receitas operacionais	1.774	0,1%	12.618	0,6%	-85,9%
Resultado de equivalência patrimonial	-		-		
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras	**245.642**	**9,6%**	**116.266**	**5,9%**	**111,3%**
Receitas financeiras	38,921	1,5%	17.391	0,9%	6123,8%
Despesas financeiras	-65.517	-2,6%	-78,837	-4,0%	-16,9%
Variação cambial	-35.725	-1,4%	3.619	0,2%	-1087,2%
Despesas financeiras líquidas	**-62,321**	**-2,4%**	**-57.827**	**-2,9%**	**7,8%**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	**183.321**	**7,2%**	**58.439**	**3,0%**	**213,7%**
Imposto de renda e contribuição social - correntes	-11.267	-0,4%	-16.105	-0,8%	-30,0%
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	2.258	0,1%	9.984	0,5%	-77,4%
Lucro líquido do exercício	**174.312**	**6,8%**	**52.318**	**2,7%**	**233,2%**

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Resultado operacional de 2018 por segmento:

R$ milhares	2018	Extração	Biodiesel	Revendas	Outros	Corporativo
Receita líquida de vendas e serviços	2.548.151	848.668	1.538.604	160.864	14	0
Custo dos produtos e serviços vendidos	-2.187.318	-741.340	-1.299.308	-146.020	-651	0
Depreciações e amortizações	-12.182	-3.553	-8.379	-251	0	0
Lucro Bruto	**348.650**	**103.775**	**230.918**	**14.594**	**-636**	**0**
(Despesas) receitas operacionais	-103.007	-45.347	-40.368	-65	-403	-16.824
Despesas com vendas	-72.763	-39.051	-32.404	-65	0	-1.242
Despesas administrativas	-32.018	-7.183	-8.850	0	-404	-15.582
Outras receitas (despesas) operacionais	1.774	886	886	0	1	0
Equivalência patrimonial	0	0	0	0	0	0
Lucro Operacional	**245.642**	**58.427**	**190.550**	**14.528**	**-1.039**	**-16.824**

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Resultado operacional de 2017 por segmento:

R$ milhares	2017	Extração	Biodiesel	Revendas	Outras atividades	Corporativo
Receita líquida de vendas e serviços	1.960.760	644.221	1.135.193	181.334	13	0
Custo dos produtos e serviços vendidos	-1.754.240	-585.713	-1.004.191	-163.498	-837	0
Depreciações e amortizações	-12.658	-4.256	-8.180	-222	0	0
Lucro Bruto	**193.862**	**54.251**	**122.821**	**17.613**	**-824**	**0**
(Despesas) receitas operacionais	-77.595	-35.679	-22.041	-50	-339	-19.486
Despesas com vendas	-55.111	-33.902	-20.207	-50	0	-952
Despesas administrativas	-35.103	-8.086	-8.143	0	-339	-18.534
Outras receitas (despesas) operacionais	12.618	6.309	6.309	0	0	0
Equivalência patrimonial	0	0	0	0	0	0
Lucro Operacional	**116.266**	**18.572**	**100.780**	**17.564**	**-1.163**	**-19.486**

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Receita líquida de vendas

A receita líquida de vendas no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R$2.548,151 milhões, representando um aumento de R$587,391 milhões ou 30,0% quando comparado a R$1.960,760 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, pelas razões expostas abaixo.

R$ milhares	2018	A.V	2017	A.V	A.H
Receita Líquida	**2.548,151**	**100,0%**	**1.960,760**	**100,0%**	**30,0%**
Extração	848.668	33,3%	644,221	32,9%	31,7%
Biodiesel	1.538.604	60,4%	1.135,193	57,9%	35,5%
Revendas	160,864	6,3%	181,334	9,2%	-11,3%
Outros	14	0,0%	13	0,0%	12,4%

Extração

A Receita Líquida de extração totalizou R$848,668 milhões em 31 de dezembro de 2018 comparado com R$ 644,221 milhões em 31 de dezembro de 2017. A produção da extração cresceu 7,4% em toneladas entre os anos de 2018 e 2017, em razão do maior esmagamento de soja com objetivo de aumentar o suprimento de óleo de soja proporia na produção de biodiesel, contudo a receita líquida teve um crescimento de 31,7% devido principalmente ao aumento do preço médio por tonelada de 22,6%, influenciado pela valorização ocorrida na commodity e dólar médio do período.

	Extração				
	2018	**A.V**	**2017**	**A.V**	**A.H**
R$ milhares total	848.668	100,0%	644.221	100,0%	31,7%
Tonelada Esmagada	816.481		759.890		7,4%
R$/ Ton	1.039	-	848	-	22,6%

Biodiesel

A Receita Líquida de biodiesel totalizou R$1.538,604 milhões em 31 de dezembro de 2018 comparado com R$1.135,193 milhões em 31 de dezembro de 2017. A produção de biodiesel teve um crescimento de 23,5% em metro cúbicos, decorrentes de uma maior demanda pelo biodiesel em função do aumento do percentual obrigatório de biodiesel no óleo diesel para o consumidor final (B10) de 8% para 10% em 31 de dezembro de 2017 para em 31 de dezembro de 2018, junto com aumento do preço médio por m^3 de 9,8%, influenciado pelo aumento de preço da soja e do dólar, resultando em um incremento de 35,5% na receita líquida de 31 de dezembro de 2017 para 31 de dezembro de 2018.

	Biodiesel				
	2018	**A.V**	**2017**	**A.V**	**A.H**
R$ milhares total	1.538.604	100,0%	1.135.193	100,0%	35,5%
Volume Produzido m^3	537.146		435.056		23,5%
R$/ m^3	2.864	-	2.609	-	9,8%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Revendas

A receita advinda de revendas sofreu queda de 11,3%, devido a opções comerciais da Companhia em processar um maior volume de grãos devido às boas margens internas, diminuindo a vantagem relativa de exportações de soja, totalizando R$160,864 milhões em 31 de dezembro de 2018, comparado a R$181,334 milhões em 31 de dezembro de 2017.

	2018	A.V	2017	A.V	A.H
R$ milhares total	160.864	100,0%	181.334	100,0%	-11,3%

Custo dos produtos vendidos

O custo dos produtos vendidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R$2.199,501milhões, representando um aumento de R$432,603 milhões ou 24,5% quando comparado a R$1.766,898 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, em razão dos fatores expostos abaixo. O custo dos produtos vendidos representava 86,3% e 90,1% da receita líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente.

Extração

O custo dos produtos vendidos do segmento de extração totalizou R$ 744,893 milhões em 2018 comparado com R$ 589,969 milhões em 2017, representando um crescimento de 26,3%, sendo que o volume em toneladas aumentou 7,4% e o custo médio por tonelada 17,5%, em razão do aumento do preço da Soja, principal insumo.

	Extração				
	2018	**A.V**	**2017**	**A.V**	**A.H**
R$ milhares total	-744.893	-87,8%	-589.969	-91,6%	26,3%
Tonelada Esmagada	816.481		759.890		7,5%
R$/ Ton	-912	-	-776	-	17,5%

Biodiesel

O custo dos produtos vendidos do segmento de biodiesel totalizou R$ 1.307,687 milhões em 2018 comparado com R$ 1.012,371 milhões em 2017, representando um crescimento de 29,2%, sendo que o volume em metro cúbicos aumentou 23,5% e os custo médio por metro cúbico 4,6%, tendo em vista o aumento de mistura mínima de 8% para 10%.

	Biodiesel				
	2018	**A.V**	**2017**	**A.V**	**A.H**
R$ milhares total	-1.307.687	-85,00%	-1.012.371	-89,2%	29,2%
Volume Produzido m^3	537.146		435.056		23,5%
R$/ m^3	-2.435	-	-2.327	-	4,6%

Revendas

O custo dos produtos vendidos das revendas totalizaram R$146,271 milhões em 2018, comparado com R$163,720 milhões em 2017, em razão da redução no volume de exportação de soja em grãos.

	2018	A.V	2017	A.V	A.H
R$ milhares total	-146.271	-90,9%	-163.720	-90,3%	-10,70%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Lucro bruto

Devido aos fatores descritos acima, o lucro bruto no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R$348,650 milhões comparativamente a R$ 193,862 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de R$154,788 milhões ou 79,8%. O lucro bruto representava 13,7% e 9,9% da receita líquida nos exercícios findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente.

Extração

O lucro bruto da extração teve um aumento no período de 91,3% devido, principalmente, a aumento do preço médio por tonelada de 78,0%, aliado a um aumento no volume em toneladas de 7,5%.

Extração

	2018	A.V	2017	A.V	A.H
R$ milhares total	103.775	12,2%	54.251	8,4%	91,3%
Tonelada Esmagada	816.481		759.890		7,5%
R$/ Ton	127	-	71	-	78,0%

Biodiesel

O lucro bruto do biodiesel apresentou um aumento 88,0% no período devido a um efeito conjunto de aumento do lucro bruto médio por tonelada de 52,3%, conforme relação de troca positiva entre o farelo mais óleo de soja e grãos, bem como do volume produzido (23,5%).

Biodiesel

	2018	A.V	2017	A.V	A.H
R$ milhares total	230.918	15,0%	122.821	10,8%	88,0%
Volume Produzido m^3	537.146		435.056		23,5%
R$/ m^3	430	-	282	-	52,3%

Revendas

O lucro bruto das revendas reduziu 17,1%, totalizando R$14,594 milhões em 2018 e R$17,613 milhões em 2017.

	2018	A.V	2017	A.V	A.H
R$ milhares total	14.594	9,1%	17.613	9,7%	-17,1%

Despesas com vendas

As despesas com vendas no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram de R$72,764 milhões, representando um aumento de R$17,653 milhões ou 32,0% quando comparado a R$55,111 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, em linha com o aumento de Receita, mantendo a proporção sobre a Receita Líquida. As despesas com vendas registraram manutenção na proporcionalidade e representavam cerca de 2,9% e 2,8% da receita líquida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente.

Despesas administrativas

As despesas administrativas no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram de R$ 32,018 milhões, representando uma diminuição de R$3,085 milhões ou 8,8% quando comparado a R$35,103 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017. As despesas administrativas totais representavam 1,3% e 1,8% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente. Esse aumento de eficiência se deu devido à redução diluição de despesas decorrentes do aumento da receita líquida, assim como pela redução de honorários advocatícios com terceiros para consultoria tributária para auxílio na recuperação de créditos no valor de R$4,424 milhões em 2018 contra R$1,120 milhão em 2017.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Despesas administrativas – Segmento Corporativo

As despesas corporativas tiveram uma redução de 15,9% em 2018 relativa a 2017, principalmente devido a uma conta de honorários advocatícios com terceiros para consultoria tributária para auxílio na recuperação dos créditos no valor de R$4,424 milhões em 2018 contra R$1,120 milhão em 2017.

R$ milhares	2018	A.V	2017	A.V	A.H
Despesas Administrativas Corp.	-15.582	-0,6%	-18.534	-0,9%	-15,9%

Despesas administrativas – Segmentos de Extração, Biodiesel e Outros

As despesas administrativas dos segmentos de Extração, Biodiesel e Outros reduziram em 0,8%, totalizando R$16,569 milhões, ou seja, 0,8% da receita líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, enquanto que no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 foi de R$16,436 milhões, equivalente a 0,6% da receita líquida, mantendo-se estáveis apesar do aumento de processamento de soja esmagada e de produção de biodiesel no período.

Outras receitas operacionais

As outras receitas operacionais, líquidas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 foram de R$1,774 milhões, representando uma diminuição de R$10,844 milhões ou 85,9% quando comparado a R$12,618 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017. No ano de 2017, foi reconhecido um ganho líquido na venda de ativo imobilizado de R$11,409 milhões, referente a venda de duas unidades de armazenamento de soja em Campinas do Sul/RS e Ronda Alta/RS.

Resultado antes das receitas (despesas) financeiras

Devido aos fatores descritos acima, o Resultado antes das receitas (despesas) financeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R$245,642 milhões comparado ao resultado antes das receitas (despesas) financeiras de R$116,266 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de R$129,376 milhões ou 111,3%. O resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro representava 9,6% e 5,9% da receita líquida nos exercícios findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Despesas financeiras líquidas

O resultado financeiro líquido foi de uma despesa financeira líquida de R$62,321 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, comparado com uma despesa financeira líquida de R$57,827 milhões no mesmo período de 2017. Esse aumento está relacionado, principalmente, à maior variação cambial, que diminuiu em R$39,344 milhões o resultado entre 2017 e 2018.

R$ milhares	2018	A.V.	2017	A.V.	A.H.
Despesas financeiras líquidas	**-62.321**	**-2,4%**	**-57.827**	**-2,9%**	**7,8%**
Receitas financeiras	38.921	1,5%	17.391	0,9%	123,8%
Despesas financeiras	-65.517	-2,6%	-78.837	-4%	-16,9%
Variação cambial	-35.725	-1,4%	3.619	0,2%	-1087,2%

Resultado antes dos impostos

Devido aos fatores descritos acima, o resultado antes dos impostos sobre o lucro no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R$183,321 milhões, representando um aumento de R$124,882 milhões ou 213,7% quando comparado a um lucro de R$58,439 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017. O resultado antes dos impostos representava 7,2% e 3,0% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente.

Imposto de renda e contribuição social

Os impostos sobre o lucro no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram de R$9,009 milhões, representando um aumento de R$2,888 milhões quando comparado a R$6,121 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, decorrentes da maior base de resultado antes de tributos sobre o lucro.

Lucro líquido do exercício

Devido aos fatores descritos acima, o lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R$174,312 milhões, representando um aumento de R$121,994 milhões ou 233,2% quando comparado a um lucro de R$52,318 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017. O lucro líquido do exercício representava 6,8% e 2,7% da receita líquida nos exercícios sociais findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

BALANÇO PATRIMONIAL

Discussão das principais variações nas contas do balanço patrimonial consolidado em 30 de setembro de 2020 em comparação a 31 de dezembro de 2019.

	Consolidado				
R$ milhares	**30/09/2020**	A.V.	**31/12/2019**	A.V.	A.H.
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	247.489	12%	487.799	27%	-49%
Contas a receber clientes	412.232	20%	251.289	14%	64%
Adiantamentos a fornecedores	211.138	10%	3.861	0%	5369%
Estoques	533.705	27%	277.043	15%	93%
Créditos tributários	122.757	6%	98.735	5%	24%
Instrumentos financeiros derivativos	33.933	2%	3.565	0%	852%
Créditos por venda de investimentos	-	0%	129.988	7%	-100%
Outros ativos circulantes	22.534	1%	18.747	1%	20%
Total do ativo circulante	**1.583.788**	79%	**1.271.027**	70%	25%
Não circulante					
Créditos tributários	50.216	2%	77.021	4%	-35%
Contas a receber de partes relacionadas	-	0%	160	0%	-100%
Adiantamentos a fornecedores	-	0%	25.698	1%	-100%
Depósitos judiciais	3.639	0%	3.553	0%	2%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25.955	1%	5.255	0%	394%
Propriedades para investimentos	-	0%	21.450	1%	-100%
Total do realizável a longo prazo	**79.810**	4%	**133.137**	7%	-40%
Investimentos	40.683	2%	2.397	0%	1597%
Imobilizado	244.953	12%	386.963	21%	-37%
Intangível	10.255	1%	10.658	1%	-4%
Direito de uso em arrendamento	53.177	3%	-	0%	-
	349.068	17%	**400.018**	22%	-13%
Total do ativo não circulante	**428.878**	21%	**533.155**	30%	-20%
Total do ativo	**2.012.666**	100%	**1.804.182**	100%	12%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

R$ milhares	Consolidado				
	30/09/2020	**A.V.**	**31/12/2019**	**A.V.**	**A.H.**
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	251.188	12%	232.736	13%	8%
Operações de compror	-	0%	9.857	1%	-100%
Salários a pagar	3.389	0%	7.232	0%	-53%
Impostos e contribuições a pagar	15.596	1%	8.643	0%	80%
Imposto de renda e contribuição social a pagar	29.201	1%	8.289	0%	252%
Empréstimos e financiamentos	431.524	21%	306.066	17%	41%
Instrumentos financeiros derivativos	18.552	1%	3.767	0%	393%
Arrendamento mercantil a pagar	11.909	1%	-	0%	-
Outros passivos circulantes	133.779	7%	14.178	1%	844%
Total do passivo circulante	**895.138**	44%	**590.768**	33%	52%
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	701.077	35%	580.632	32%	21%
Provisão para contingências	6.848	0%	6.848	0%	0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.593	0%	6.410	0%	34%
Arrendamento mercantil a pagar	41.628	2%	-	0%	-
Contas a pagar à partes relacionadas	-	0%	716	0%	-100%
Total do passivo não circulante	**757.786**	38%	**594.606**	33%	27%
Patrimônio líquido					
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores					
Capital social	80.522	4%	174.038	10%	-54%
Reserva de capital	5.674	0%	-	0%	-
Ajustes de avaliação patrimonial	872	0%	2.971	0%	-71%
Reservas de lucros	272.674	14%	441.344	24%	-38%
	359.742	18%	**618.353**	34%	-42%
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores					
	-		455	0%	-100%
	-		**455**	0%	-100%
Total do patrimônio líquido	**359.742**	18%	**618.808**	34%	-42%
Total do passivo e patrimônio líquido	**2.012.666**	100%	**1.804.182**	100%	12%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Ativo circulante

Em 30 de setembro de 2020, o ativo circulante era de R$ 1.583,788 milhões, em comparação com R$ 1.271,027 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante representava 79% em 30 de setembro de 2020 e 70% em 31 de dezembro de 2019. Este aumento de R$312,761 milhões ou 25%, decorreu, principalmente pelo aumento de contas a receber, dos estoques e pelos adiantamentos.

Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 30 de setembro de 2020, o a conta de caixa e equivalentes de caixa totalizou R$ 247,489 milhões, apresentando uma redução de 49% em relação à posição desta conta em 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R$ 487,799 milhões. Esta redução do caixa deveu-se, principalmente, à variação de capital de giro, da atividade de investimentos e de financiamentos, apesar do resultado positivo da Companhia neste período.

As aplicações financeiras são realizadas em bancos de primeira linha, substancialmente com remuneração baseada na variação do CDI, liquidez de curtíssimo prazo, com vencimento igual ou menor do que três meses, estando sujeito a um insignificante risco de mudança de valor.

A Companhia tem adotado critérios para obter maior montante em caixa em relação aos últimos anos em razão da possibilidade de se obter maiores oportunidades comerciais, com potencial conversão em lucros no curto prazo. Para tanto, a Companhia aderiu práticas mais frequentes com o mercado de crédito a fim de aproximar o relacionamento, realizando inclusive periódicas divulgações de seus resultados tanto financeiros, quanto operacionais.

Contas a receber de clientes

Em 30 de setembro de 2020, o saldo de contas a receber do ativo circulante, era de R$ 412,232 milhões, apresentando um aumento de 64% em relação à posição desta conta em 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R$ 251,289 milhões. Esse aumento deve-se, principalmente ao incremento da receita líquida da Companhia que aumentou 44% em relação ao mesmo período de 2019.

A Companhia possui grande parte de suas contas a receber de clientes no prazo de 30 dias, tendo em vista a dinâmica de vendas do biodiesel que possui recebimento neste prazo.

Adiantamentos a fornecedores

Em 30 de setembro de 2020, o saldo de adiantamentos a fornecedores era de R$ 211,138 milhões, apresentando um aumento em relação à posição desta conta em 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R$ 3,861 milhões. Esse aumento deveu-se, principalmente a adiantamentos para compra de soja, de matérias-primas para o biodiesel e de outros adiantamentos em operação de “performance”.

Os adiantamentos de soja são para recebimento no curto prazo, ainda em 2020. O adiantamento de matérias-primas para o biodiesel são adiantamentos realizados para fornecedores estratégicos, os quais propiciam à Companhia margens diferenciadas. Outros adiantamentos são contratos comerciais de “performance”, em que a Companhia possui como contrapartida no balanço a conta de Outros passivos circulantes. Nesta operação de “performance”, os compromissos financeiros já foram liquidados em 30 de setembro de 2020. Estas duas contas serão baixadas dos ativos e dos passivos a medida que forem ocorrendo as exportações de grãos. Esta operação foi realizada para comprovação de exportação junto a financiamentos.

Essa dinâmica de adiantamentos a fornecedores tem ocorrido de forma ocasional, visto que o cenário interno de abastecimento está escasso, com matérias-primas a níveis mais altos em relação ao início

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

do ano, requerendo que a Companhia, por ter capacidade financeira para sustentar esse cenário, conseguisse comprar matéria-prima para sua operação.

Estoques

Em 30 de setembro de 2020, o saldo de estoques era de R$ 533,705 milhões, apresentando um aumento de 93% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R$ 277,043 milhões. Esse aumento deveu-se, principalmente a situação de mercado e estratégia comercial da companhia de se antecipar na compra de soja, para ter matéria-prima para venda em leilões em um mercado de restrição de suprimentos, principalmente neste ano em razão da pandemia e escassez de soja no mercado interno. Esta estratégia de compras adotada pela Companhia no início do ano possibilitou um incremento na lucratividade em 2020.

Créditos tributários

Em 30 de setembro de 2020, o saldo de créditos tributários, do ativo circulante, era de R$ 122,757 milhões, aumento de 24% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R$ 98,735 milhões. Apesar do aumento das vendas da companhia e ao aumento dos créditos, a companhia conseguiu manter o mesmo patamar desse nível de créditos tributários totais, somando os créditos do ativo circulante com o ativo não circulante.

R$ milhares	**Consolidado**	
Créditos Tributários	30/09/2020	31/12/2019
Circulante	122.757	98.735
Não circulante	50.216	77.021
Total	**172.973**	**175.756**

Do montante total de créditos tributários, a Companhia possui a maioria em créditos de PIS e COFINS. A origem desses créditos está majoritariamente na venda do biodiesel, o qual é creditado 45% dos 9,25% sobre a venda de biodiesel. Estes créditos de PIS e COFINS oriundos de crédito presumido nas vendas, a Companhia recebe em espécie 70% dos créditos trimestrais em até 60 dias após o pedido de ressarcimento. Os 30% restantes são recebidos após 1 (um) ano, mediante fiscalização da Receita Federal do Brasil.

Instrumentos financeiros derivativos

Em 30 de setembro de 2020, o saldo de Instrumentos financeiros derivativos era de R$ 33,933 milhões, aumento em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2019, quando totalizou de R$ 3,565 milhões.

Em 30 de setembro de 2020, a maior parte desta conta é advinda de *Swaps* de taxa de juros utilizados para *hedging*, instrumento este utilizado para conversão de taxa de juros de crédito bancário de dólar para CDI, em operação de Empréstimo em Moeda Estrangeira.

Créditos por venda de investimentos

Em 30 de setembro de 2020, a conta de créditos por venda de investimento da Companhia foi zerada em relação aos R$ 129,988 milhões totalizada em 31 de dezembro de 2019. A redução dos créditos com partes relacionadas se deve principalmente, ao recebimento de recursos em agosto de 2020 do Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura Origem pela venda, em 31 de dezembro de 2015, da totalidade da participação que detinha na então controlada Enerplan Participações S.A.

Outros ativos circulantes

Em 30 de setembro de 2020, o saldo de outros ativos circulantes era de R$ 22,534 milhões, aumento de 189% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2019 de R$ 18,747 milhões.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Ativo não circulante

Em 30 de setembro de 2020, o ativo não circulante era de R$79,810 milhões, em comparação com R$133,137 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante representava 4% em 30 de setembro de 2020 e 7% em 31 de dezembro de 2019. Esta redução de R$53,327 milhões ou 40%, decorreu, basicamente da redução de Créditos por venda de investimentos.

Créditos tributários

Em 30 de setembro de 2020, o saldo de créditos tributários, do ativo não circulante, era de R$50,216 milhões, redução de 53% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R$77,021 milhões.

Adiantamentos a fornecedores

Em 30 de setembro de 2020, as contas a receber de adiantamentos a fornecedores foi zerada em relação aos R$ 25,698 milhões totalizados em 31 de dezembro de 2019. Essa redução, deve-se à cisão com a versão de créditos para a IMGC Administração de Participações Ltda., holding da família Boff, conforme detalhado nas demonstrações financeiras da Companhia.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 30 de setembro de 2020, a conta de imposto de renda e contribuição social diferidos era de R$ 25,955 milhões. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo líquido era passivo de R$5,255 milhões. Este saldo é composto pelo saldo das contas de depreciação societária, derivativos swap/NDF, estoque, prejuízo fiscal, reserva de reavaliação, variação cambial competência e provisão de contingências. A variação ocorrida em 30 de setembro de 2020 é devida à provisão de prejuízo dos derivativos swap/NDF e da Variação cambial competência, detalhadas nas demonstrações financeiras da Companhia.

Propriedades para investimentos

Em 30 de setembro de 2020, a conta de propriedades para investimento foi zerada em relação aos R$ 21,450 milhões totalizados em 31 de dezembro de 2019. Esta conta era composta de imóveis e estes foram cindidos.

Investimento

A conta de investimento totalizou R$ 40,683 milhões em 30 de setembro de 2020, aumento de 1597% em relação ao valor de R$ 2,397 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esta variação ocorreu pelo aporte de cotas da Origem Participações Ltda., controladora conjunta com a FASA da *joint venture* FRROP. A FRROP, por sua vez, controla uma graxaria já em operação, a Pacífico Indústria e Comércio de Óleos e Proteínas Ltda., empresa até então controlada pelo Grupo FASA, antes da entrada da Origem Participações Ltda. na sociedade. A partir deste veículo de investimento (Origem Participações Ltda.), a Oleoplan também iniciará operação de biodiesel no Estado de Rondônia, com a empresa Oleoplan Rondônia Ltda.

Imobilizado

O ativo imobilizado totalizou R$ 244,953 milhões em 30 de setembro de 2020, redução de 37% em relação ao valor de R$ 386,963 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esta conta é composta, principalmente, por máquinas e equipamentos, sendo que a redução no período é decorrente das cisões realizadas com destaque à baixa de investimento da Palmaplan Agroindustrial LTDA.

Intangível

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

O ativo intangível totalizou R$ 10,255 milhão em 30 de setembro de 2020, redução de 4% em relação ao valor de R$ 10,658 milhão em 31 de dezembro de 2019. Esta conta é composta basicamente por ágio na aquisição de investimentos advindos da Oleoplan Nordeste Ltda.

Direito de uso em arrendamento

A conta de direito de uso em arrendamento totalizou R$ 53,177 milhão em 30 de setembro de 2020. Em 31 de dezembro de 2019, esta conta não existia. O Grupo arrenda armazéns e fábricas. Esses arrendamentos têm prazo de cinco anos, com opção de renovação do arrendamento após este período. O novo CPC 06(R2)/IFRS 16 requer registro do direito de uso desses ativos.

Passivo circulante

Em 30 de setembro de 2020, o passivo circulante era de R$ 895,138 milhões, em comparação com R$ 590,768 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante representava 44% em 30 de setembro de 2020 e 33% em 31 de dezembro de 2019. Este aumento de R$ 304,370 milhões ou 52%, decorreu, basicamente, do aumento dos Empréstimos e Financiamentos e da conta de Outros Passivos Circulantes.

Fornecedores

Em 30 de setembro de 2020, o saldo da conta “Fornecedores” correspondeu a R$ 251,188 milhões, aumento de 8% em relação ao saldo em 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R$ 232,736 milhões, mantendo o patamar dos fornecedores, mesmo com aumento das vendas, devido a dinâmica de mercado. Esta conta é majoritariamente composta por fornecedores de soja, que depositam a soja nas filiais de recebimento operadas pela Companhia e fixam preço conforme sua conveniência. Sendo que o aumento é devido ao maior nível de vendas da Companhia em 2020, acompanhando os maiores níveis de preços das matérias-primas, e a sua necessidade de capital de giro.

Operações de compror

Em 30 de setembro de 2020, o saldo de operações de compror foi zerada em relação ao saldo em 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R$ 9,857 milhões, em razão da não renovação, pela Companhia, de operação que havia intermediado para pagamento aos fornecedores.

Impostos e contribuições a pagar

Em 30 de setembro de 2020, o saldo de Impostos e contribuições a pagar correspondeu a R$ 15,596 milhões, aumento de 80% em relação ao saldo em 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R$ 8,643 milhões. Este aumento é devido em razão do crescimento do faturamento da Companhia, o qual consequentemente aumento a rubrica de contribuição de ICMS.

Impostos de renda e contribuição social a pagar

Em 30 de setembro de 2020, o saldo da conta Impostos de renda e contribuição social a pagar correspondeu a R$ 29,201 milhões, aumento de 252% em relação ao saldo em 31 de dezembro de 2019, de R$ 8,289 milhões, em razão do aumento do lucro da Companhia em 2020.

Empréstimos e Financiamentos

Em 30 de setembro de 2020, o saldo da conta “Empréstimos e Financiamentos” correspondeu a R$ 431,524 milhões, um aumento de 41% em relação ao saldo em 31 de dezembro de 2019, de R$ 306,066 milhões, devido às captações realizadas junto a bancos em razão da dinâmica de mercado e do porte da Companhia que passou a ter mais estoques e contas a receber de clientes, fazendo-se necessária a maior necessidade de capital.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Instrumentos financeiros derivativos

Em 30 de setembro de 2020, o saldo do valor justo na conta de instrumentos financeiros de derivativos correspondeu a R$18,552 milhões, aumento de 393% em relação ao saldo em 31 de dezembro de 2019, de R$ 3,767 milhões. Tal variação, correspondente ao valor de R$14,785 milhões, ocorreu devido ao aumento das contas de *swaps* de taxa de juros utilizados para *hedging*, no valor de R$ 2,284 milhões, e contratos de termo de moedas utilizados para *hedging*, no valor de R$12,501 milhões, devido a marcação-a-mercado em oscilações de operações para proteção e de derivativos.

Arrendamento mercantil a pagar

Em 30 de setembro de 2020, o saldo da conta de arrendamento mercantil a pagar correspondeu a R$ 11,909 milhões. em 31 de dezembro de 2019, esta conta estava zerada. Esta conta foi aberta em 2020 devido ao CPC 06(R2)/IFRS 16, o qual requer o registro em conta de ativo e passivo o contrato de aluguel por 5 anos das filiais de recebimento de soja.

Outros passivos circulantes

Em 30 de setembro de 2020, o saldo de outros passivos circulantes correspondeu a R$133,779 milhões, aumento de 844% em relação ao saldo em 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R$ 14,178 milhões. O aumento desta conta se deve aos contratos comerciais de “performance”, explicados no item de “adiantamentos a fornecedores”.

Passivo não circulante

Em 30 de setembro de 2020, o passivo não circulante era de R$757,786 milhões, em comparação com R$594,606 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante representava 38% em 30 de setembro de 2020 e 33% em 31 de dezembro de 2019. Este aumento de R$163,180 milhões ou 27%, decorreu, basicamente, das contas de Empréstimos e Financiamentos e Arrendamento mercantil a pagar.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Empréstimos e Financiamentos

Em 30 de setembro de 2020, o saldo da conta "Empréstimos e Financiamentos" do passivo não circulante, correspondeu a R$ 701,077 milhões, um aumento de 21% em relação ao saldo em 31 de dezembro de 2019, de R$ 580,632 milhões. Esse aumento decorreu das captações que a Companhia realizou para manter a proporcionalidade do perfil dos empréstimos e financiamentos acima de 60% no longo prazo.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 30 de setembro de 2020, o saldo da conta imposto de renda e contribuição social diferidos correspondeu a R$8,593 milhões, 34% superior ao saldo desta conta e em 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R$6,410 milhão. Esse aumento decorre da depreciação societária para refletir a vida útil efetiva dos ativos da Companhia, a qual aumenta o lucro e, por consequência, aumenta o imposto de renda e contribuição social diferidos.

Arrendamento mercantil a pagar

Em 30 de setembro de 2020, o saldo de obrigações do arrendamento mercantil a pagar correspondeu a R$ 41,268 milhões, conta aberta em 2020 devido ao novo CPC 06(R2)/IFRS 16, o qual requer o registro em conta de ativo e passivo o contrato de aluguel por 5 anos das filiais de recebimento de soja.

Patrimônio Líquido

Em 30 de setembro de 2020, o saldo do Patrimônio Líquido era R$359,742 milhões, 42% inferior aos R$618,808 milhões apresentados em 31 de dezembro de 2019. A variação desta conta deve-se, principalmente, ao lucro registrado no período ajustado por distribuição de dividendos.

Além disso, houve a cisão de empresas e ativos da Companhia em agosto de 2020, no montante equivalente a R$208,877 milhões.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

BALANÇO PATRIMONIAL

Discussão das principais variações nas contas do balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2019 em comparação a 31 de dezembro de 2018.

R$ Milhares	Consolidado				
	2019	A.V.	**2018**	A.V.	A.H.
Ativos					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	487.799	27%	378.819	24%	29%
Contas a receber clientes	251.289	14%	248.492	16%	1%
Adiantamentos a fornecedores	3.861	0%	18.015	1%	-79%
Estoques	277.043	15%	190.778	12%	45%
Créditos tributários	98.735	5%	76.820	5%	29%
Instrumentos financeiros derivativos	3.565	0%	5.831	0%	-39%
Créditos por venda de investimentos	129.988	7%	0	0%	-
Outros ativos circulantes	18.747	1%	6.480	0%	189%
Total do ativo circulante	**1.271.027**	70%	**925.235**	59%	37%
Não circulante					
Créditos tributários	77.021	4%	19.813	1%	289%
Contas a receber de partes relacionadas	160	0%	54.718	3%	-100%
Adiantamentos a fornecedores	25.698	1%	27.258	2%	-6%
Créditos por venda de investimentos	0	0%	163.191	10%	-100%
Depósitos judiciais	3.553	0%	1.939	0%	83%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.255	0%	0	0%	-
Propriedades para investimentos	21.450	1%	21.450	1%	0%
Total do realizável a longo prazo	**133.137**	7%	**288.369**	18%	-54%
Investimentos	2.397	0%	1.877	0%	28%
Imobilizado	386.963	21%	339.415	22%	14%
Intangível	10.658	1%	10.668	1%	0%
	400.018	22%	**351.960**	22%	14%
Total do ativo não circulante	**533.155**	30%	**640.329**	41%	-17%
Total do ativo	**1.804.182**	100%	**1.565.564**	100%	15%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

	Consolidado				
R$ milhares	**2019**	A.V.	**2018**	A.V.	A.H.
Passivos					
Circulante					
Fornecedores	232.736	13%	216.832	14%	7%
Operações de *compror*	9.857	1%	26.727	2%	-63%
Salários a pagar	7.232	0%	6.804	0%	6%
Impostos e contribuições a pagar	8.643	0%	7.264	0%	19%
Imposto de renda e contribuição social a pagar	8.289	0%	1.619	0%	412%
Empréstimos e financiamentos	306.066	17%	439.026	28%	-30%
Instrumentos financeiros derivativos	3.767	0%	1.856	0%	103%
Outros passivos circulantes	14.178	1%	17.664	1%	-20%
Total do passivo circulante	**590.768**	33%	**717.792**	46%	-18%
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	580.632	32%	316.699	20%	83%
Provisão Contingências	6.848	0%	3.446	0%	99%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.410	0%	7.513	0%	-15%
Outros passivos não circulantes	0	0%	0	0%	-
Contas a pagar à partes relacionadas	716	0%	1.534	0%	-53%
Total do passivo não circulante	**594.606**	33%	**329.192**	21%	81%
Patrimônio líquido					
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores					
Capital social	174.038	10%	174.038	11%	0%
Ajustes de avaliação patrimonial	2.971	0%	3.203	0%	-7%
Reserva de lucros	441.344	24%	340.873	22%	29%
	618.353	34%	**518.114**	33%	19%
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores	455	0%	466	0%	-2%
		0%		0%	-
Total do patrimônio líquido	**618.808**	34%	**518.580**	33%	19%
Total do passivo e patrimônio líquido	**1.804.182**	100%	**1.565.564**	100%	15%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o ativo circulante era de R$ 1.271,027 milhões, em comparação com R$ 925,235 milhões em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante representava 70% em 31 de dezembro de 2019 e 59% em 31 de dezembro de 2018. Este aumento de R$ 345,792 milhões ou 37%, decorreu, principalmente pelo aumento dos estoques, pelo aumento de caixa e equivalente de caixa e pelos créditos por venda de investimentos

Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de dezembro de 2019, a conta de caixa e equivalentes de caixa totalizou R$487,799 milhões, apresentando um aumento de 29% em relação à posição desta conta em 31 de dezembro de 2018, quando totalizou R$ 378,819 milhões. Este aumento do caixa deveu-se, principalmente, ao seu resultado líquido positivo, da variação de capital de giro, da atividade de investimentos e de financiamentos ao longo de 2019.

Contas a Receber

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de contas a receber, do ativo circulante, era de R$ 251,289 milhões, se mantendo próximo ao saldo de 31 de dezembro de 2018 de R$ 248,492 milhões. Essa estabilidade deveu-se, principalmente à manutenção do patamar de receita líquida. A Companhia possui grande parte de Contas a Receber de clientes no prazo de 30 dias, tendo em vista a dinâmica de vendas do biodiesel que possui recebimento neste prazo.

Adiantamentos a fornecedores

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de adiantamentos a fornecedores era de R$ 3,861 milhões, apresentando uma redução em relação à posição desta conta em 31 de dezembro de 2018, quando totalizou R$ 18,015 milhões. A variação ocorreu tanto em fornecedores diversos quanto fornecedores de soja devido a estratégia comercial. No saldo total de adiantamentos a fornecedores, a variação foi de R$1,560 milhão.

R$ milhares	2019	2018
Adiantamentos a fornecedores	**29.559**	**45.273**
Circulante	3.861	18.015
Não circulante	25.698	27.258

Estoques

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de estoques era de R$ 277,043 milhões, apresentando um aumento de 45% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2018 de R$ 190,778 milhões. Esse aumento deveu-se, principalmente ao aumento de matérias-primas e materiais de consumo, que aumentou R$ 88,807 milhões por estratégias comerciais.

Créditos tributários

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de créditos tributários do ativo circulante era de R$ 98,735 milhões, aumento de 29% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2018 de R$ 76,820 milhões. Do montante total de créditos tributários, a Companhia possui a maioria em créditos de PIS e COFINS. A origem desses créditos está majoritariamente na venda do biodiesel, o qual é creditado 45% dos 9,25% sobre a venda de biodiesel. Dos créditos de PIS e COFINS oriundos de crédito presumido nas vendas, a Companhia recebe 70% dos créditos trimestrais em espécie até 60 dias após o pedido de

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

ressarcimento. Os 30% restantes são recebidos após 1(um) ano, mediante fiscalização da Receita Federal do Brasil.

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos era de R$3,565 milhões, 39% inferior ao saldo de 31 de dezembro de 2018 de R$5,831 milhões. Essa rubrica foi impactada pelo montante de operações da Companhia contratadas aliado à variação dos fechamentos das curvas dos índices futuros no momento da apuração do valor justo (marcação-a-mercado).

Créditos por venda de investimentos

Em 31 de dezembro de 2019, a conta de créditos por venda de investimentos totalizou R$129,988 milhões, apresentando sua parcela total no ativo circulante em relação aos R$163,191 milhões totalizados em 31 de dezembro de 2018, quando esteve nos ativos não circulantes. A diferença entre esses montantes ocorreu em função do recebimento destes créditos por parte do Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura Origem.

Outros ativos circulantes

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de outros ativos circulantes era de R$ 18,747 milhões, representando aumento de 189% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2018 de R$ 6,480 milhões. A variação ocorreu devido à compra para entrega futura de imobilizado, referente ao investimento na caldeira de Veranópolis.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o ativo não circulante era de R$ 133,137 milhões, em comparação com R$ 288,369 milhões em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante representava 7% em 31 de dezembro de 2019 e 18% em 31 de dezembro de 2018. Esta redução de R$ 155,232 milhões decorreu basicamente de contas a receber de partes relacionadas e créditos por venda de investimentos.

Créditos tributários

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo dos créditos tributários, era de R$ 77,021 milhões, 289% superior em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2018 de R$ 19,813 milhões. A elevação desta rubrica ocorreu, majoritariamente, devido a créditos de IRPJ e CSLL oriundos de crédito presumido de ICMS de anos anteriores, classificados como subvenção investimentos, corrigidos pela Selic, sem prazo para prescrição, os quais foram habilitados pela Receita Federal para sua compensação com quaisquer tributos federais, inclusive INSS; e, referente ao precatório federal decorrente da exclusão do ICMS presumido da base de cálculo do IRPJ e CSLL de exercícios anteriores.

Créditos a receber de partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2019, a conta de créditos com partes relacionadas totalizou R$ 0,160 milhão, apresentando uma redução de 99,7% em relação aos R$ 54,718 milhões de 31 de dezembro de 2018. A redução dos créditos com partes relacionadas ocorreu por causa do recebimento de crédito junto ao Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura Origem pela venda, em 31 de dezembro de 2015, da totalidade da participação que detinha na então controlada Enerplan Participações S.A.

Créditos por venda de investimentos

Em 31 de dezembro de 2019, a conta de créditos por venda de investimentos foi zerada no longo não circulante, em relação aos R$ 163,191 milhões totalizados em 31 de dezembro de 2018. A redução dos créditos por vendas de investimentos se deve ao recebimento dos créditos junto ao Fundo de

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Investimento em Participações em Infraestrutura Origem pela venda, em 31 de dezembro de 2015, da totalidade da participação que detinha na então controlada Enerplan Participações S.A.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos era de R$ 5,255 milhões. Em 31 de dezembro de 2018 esta conta estava zerada. O aumento da conta decorre do Prejuízo Fiscal advindos da operação de biodiesel pela utilização do credito presumido de ICMS, a qual é utilizada para abater da base de cálculo para apuração do imposto de renda e contribuição social a pagar.

Imobilizado

O ativo imobilizado totalizou R$ 386,963 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando crescimento de 14% em relação ao valor de R$ 339,415 milhões, em 31 de dezembro de 2018. Esta conta é composta, principalmente, por máquinas e equipamentos e investimentos nas fábricas, sendo que o aumento verificado no período é decorrente do crescimento das operações.

Intangível

Nosso ativo intangível totalizou R$ 10,668 milhões em 31 de dezembro de 2019, mesmo patamar de 31 de dezembro de 2018. Esta conta é composta basicamente por Ágio na aquisição de investimentos advindo da Oleoplan Nordeste Ind. de Biocombustível LTDA.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o passivo circulante era de R$ 590,768 milhões, em comparação com R$ 717,792 milhões em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante representava 33% em 31 de dezembro de 2019 e 46% em 31 de dezembro de 2018. Esta redução de R$ 127,024 milhões decorreu, basicamente, da redução de empréstimos e financiamentos.

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo da conta “Fornecedores” correspondeu a R$ 232,736 milhões, aumento de 7% em relação ao saldo em 31 de dezembro de 2018, de R$ 216,832 milhões. A variação ocorreu majoritariamente em fornecedores de soja por estratégia comercial.

Operações de compror

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de operações de compror foi de R$ 9,857 milhões, redução de 63% em relação ao saldo em 31 de dezembro de 2018, quando totalizou R$ 26,727 milhões. A redução da rubrica foi em decorrência da menor atratividade da operação ao longo de 2019, tanto no custo da operação, quanto do modelo comercial.

Impostos de renda e contribuição social a pagar

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo da conta impostos de renda e contribuição social a pagar correspondeu a R$ 8,289 milhões, aumento de 412% em relação ao saldo em 31 de dezembro de 2018, de R$ 1,619 milhão, em razão do crescimento do resultado líquido registrado no exercício de 2019.

Empréstimos e Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo da conta “Empréstimos e Financiamentos” correspondeu a R$ 306,066 milhões, uma redução de 30% em relação ao saldo em 31 de dezembro de 2018, de R$ 439,026 milhões, em razão do alongamento das dívidas, que passaram a compor a conta de empréstimos e financiamentos de longo prazo.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo da conta Instrumentos financeiros derivativos correspondeu a R$ 3,767 milhões, aumento de 103% em relação ao saldo em 31 de dezembro de 2018, de R$ 1,856 milhão. Estas alterações ocorreram em virtude da apuração do valor justo (instrumentos de *hedging*) com *swaps* de taxa de juros e derivativos de moedas.

Outros passivos circulantes

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo da conta Outros passivos circulantes correspondeu a R$ 14,178 milhões, redução de 20% em relação ao saldo em 31 de dezembro de 2018, de R$ 17,664 milhões, preponderantemente devido à redução em adiantamento de clientes de exportação.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o passivo não circulante era de R$594,606 milhões, em comparação com R$329,192 milhões em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante representava 33% em 31 de dezembro de 2019 e 21% em 31 de dezembro de 2018. Este aumento de R$ 256,414 milhões decorreu, basicamente, da linha de empréstimos e financiamentos.

Empréstimos e Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo da conta “Empréstimos e Financiamentos” correspondeu a R$ 580,632 milhões, um aumento de 83% em relação ao saldo em 31 de dezembro de 2018, de R$ 316,699 milhões, acompanhando o aumento da necessidade de capital de giro decorrente do crescimento da Companhia, uma vez que a empresa virou o ano de 2019 com mais estoques por estratégia comercial, e de investimentos relevantes no período. Vale destacar que a Companhia adotou como estratégia o alongamento do perfil de endividamento, passando de 42% de dívida de longo no exercício findo em 2018, para 65%, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Provisão contingências

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo da conta Provisão contingências correspondeu a R$6,848 milhões, aumento de 99% em relação ao saldo em 31 de dezembro de 2018, de R$3,446 milhões. Estes aumentos são decorrentes de provisões de contingências trabalhistas devido à evolução dos processos de acordo com o posicionamento dos advogados responsáveis.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo da conta Imposto de renda e contribuição social diferidos correspondeu a R$6,410 milhões, redução de 15% em relação ao saldo em 31 de dezembro de 2018, quando totalizou R$7,513 milhões.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo do Patrimônio Líquido era R$618,808 milhões, 19% superior aos R$518,580 milhões apresentados em 31 de dezembro de 2018. A variação desta conta deve-se, principalmente, ao lucro registrado no período ajustado por distribuição de dividendos, conforme demonstrado na demonstração de movimento no patrimônio líquido do período.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

BALANÇO PATRIMONIAL

Discussão das principais variações nas contas do balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2018 em comparação a 31 de dezembro de 2017.

	Consolidado				
R$ Milhares	**2018**	A.V.	**2017**	A.V.	A.H.
Ativos					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	378.819	24%	222.131	18%	71%
Contas a receber clientes	248.492	16%	170.244	14%	46%
Adiantamentos a fornecedores	18.015	1%	21.808	2%	-17%
Estoques	190.778	12%	171.824	14%	11%
Créditos tributários	76.820	5%	39.596	3%	94%
Instrumentos financeiros derivativos	5.831	0%	0	0%	-
Créditos por venda de investimentos	0	0%	0	0%	-
Outros ativos circulantes	6.480	0%	8.136	1%	-20%
Total do ativo circulante	**925.235**	59%	**633.739**	52%	46%
Não circulante					
Créditos tributários	19.813	1%	10.804	1%	83%
Contas a receber de partes relacionadas	54.718	3%	51.535	4%	6%
Adiantamentos a fornecedores	27.258	2%	28.325	2%	-4%
Créditos por venda de investimentos	163.191	10%	152.380	13%	7%
Depósitos judiciais	1.939	0%	1.645	0%	18%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	0	0%	0	0%	-
Propriedades para investimentos	21.450	1%	21.450	2%	0%
Total do realizável a longo prazo	**288.369**	18%	**266.139**	22%	8%
Investimentos	1.877	0%	1.119	0%	68%
Imobilizado	339.415	22%	297.174	25%	14%
Intangível	10.668	1%	10.561	1%	1%
	351.960	22%	**308.854**	26%	14%
Total do ativo não circulante	**640.329**	41%	**574.993**	48%	11%
Total do ativo	**1.565.564**	100%	**1.208.732**	100%	30%

	Consolidado

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

R$ milhares	2018	A.V.	2017	A.V.	A.H.
Passivos					
Circulante					
Fornecedores	216.832	14%	227.593	19%	-5%
Operações de *compror*	26.727	2%	24.040	2%	11%
Salários a pagar	6.804	0%	5.938	0%	15%
Impostos e contribuições a pagar	7.264	0%	9.259	1%	-22%
Imposto de renda e contribuição social a pagar	1.619	0%	913	0%	77%
Empréstimos e financiamentos	439.026	28%	300.191	25%	46%
Instrumentos financeiros derivativos	1.856	0%	4.476	0%	-59%
Outros passivos circulantes	17.664	1%	11.744	1%	50%
Total do passivo circulante	**717.792**	46%	**584.154**	48%	23%
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	316.699	20%	233.088	19%	36%
Provisão Contingências	3.446	0%	973	0%	254%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.513	0%	9.770	1%	-23%
Outros passivos não circulantes	0	0%	0	0%	-
Contas a pagar à partes relacionadas	1.534	0%	14.143	1%	-89%
Total do passivo não circulante	**329.192**	21%	**257.974**	21%	28%
Patrimônio líquido					
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores					
Capital social	174.038	11%	174.038	14%	0%
Ajustes de avaliação patrimonial	3.203	0%	3.893	0%	-18%
Reserva de lucros	340.873	22%	188.216	16%	81%
	518.114	33%	**366.147**	30%	42%
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores	466	0%	457	0%	2%
		0%		0%	-
Total do patrimônio líquido	**518.580**	33%	**366.604**	30%	41%
Total do passivo e patrimônio líquido	**1.565.564**	100%	**1.208.732**	100%	30%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2018, o ativo circulante era de R$ 925,235 milhões, em comparação com R$ 633,739 milhões em 31 de dezembro de 2017. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante representava 59% em 31 de dezembro de 2018 e 52% em 31 de dezembro de 2017. Este aumento de R$ 291,496 milhões ou 46%, decorreu, principalmente pelo aumento de contas a receber, dos estoques e pelo aumento de caixa e equivalente de caixa.

Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de dezembro de 2018, a conta de caixa e equivalentes de caixa totalizou R$ 378,819 milhões, apresentando um aumento de 71% em relação à posição desta conta em 31 de dezembro de 2017, quando totalizou R$ 222,131 milhões. Este aumento do caixa deveu-se, principalmente, ao seu resultado líquido positivo, da variação de capital de giro, da atividade de investimentos e de financiamentos ao longo de 2018.

Contas a Receber

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de contas a receber do ativo circulante, era de R$ 248,492 milhões, 46% superior ao saldo de 31 de dezembro de 2017 de R$ 170,244 milhões. Esse aumento deveu-se, principalmente ao crescimento da receita líquida, que cresceu 30% ao longo dos períodos.

A Companhia possui grande parte de sua Conta a Receber de clientes no prazo de 30 dias, tendo em vista a dinâmica de vendas do biodiesel que possui recebimento neste prazo.

Adiantamentos a fornecedores

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de adiantamentos a fornecedores era de R$ 18,015 milhões, apresentando uma redução de 17% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2017 de R$ 21,808 milhões. No saldo total, incluindo os adiantamentos a fornecedores do ativo circulante e não circulante, a redução foi de R$4,860 milhões, sendo a principal variação devido a redução do Adiantamento a fornecedores de soja, que por dinâmica de mercado encerrou o exercício de 2018 com menor o saldo a pagar.

R$ milhares	2018	2017
Adiantamentos a fornecedores	**45.273**	**50.133**
Circulante	18.015	21.808
Não circulante	27.258	28.325

Estoques

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de estoques era de R$ 190,778 milhões, apresentando um aumento de 11% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2017 de R$ 171,824 milhões. O aumento deveu-se, principalmente ao incremento de produtos acabados que foi de R$49,440 milhões no final do exercício de 2017 para R$67,744 milhões ao final de 2018. Eventualmente, a Companhia adota estratégias comerciais de ampliação da posição de estoques para buscar uma melhor rentabilidade da operação no final do exercício de 2018, por estratégia comercial da Companhia.

Créditos tributários

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de créditos tributários do ativo circulante era de R$ 76,820 milhões, aumento de 94% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2017 de R$ 39,596 milhões. Esse aumento deveu-se, principalmente ao aumento de PIS e COFINS a compensar e a ressarcir, que está vinculado ao crescimento de 30% da receita líquida de vendas de 2017 para 2018.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2018, a conta de instrumentos financeiros derivativos totalizou R$ 5,831 milhões. Em 31 de dezembro de 2017 não houve saldo. Essa conta é devido a instrumentos de proteção contra oscilações cambiais, sendo R$4,875 milhões para *swap* de taxa de juros e R$0,956 milhões para derivativos de moeda.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2018, o ativo não circulante era de R$ 288,369 milhões, em comparação com R$ 266,139 milhões em 31 de dezembro de 2017. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante representava 19% em 31 de dezembro de 2018 e 22% em 31 de dezembro de 2017. Este aumento de R$ 22,230 milhões ou 8%, decorreu, basicamente em razão do aumento de créditos tributários e créditos por venda de investimentos.

Créditos tributários

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de créditos tributários, era de R$ 19,813 milhões, aumento de 83% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2017 de R$ 10,804 milhões. Esse aumento deveu-se, principalmente ao aumento de PIS e COFINS a compensar e a ressarcir, que está vinculado ao crescimento de 30% da receita líquida de vendas de 2017 para 2018.

Contas a receber de Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2018, as contas a receber de Partes relacionadas totalizou R$ 54,718 milhões, apresentando um aumento de 6% em relação aos R$ 51,535 milhões totalizados em 31 de dezembro de 2017. O aumento dos créditos com partes relacionadas se deve principalmente, a antecipações de dividendos e distribuições de lucros.

Adiantamentos a fornecedores

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de adiantamentos a fornecedores era de R$ 27,258 milhões, 4% inferior ao saldo de 31 de dezembro de 2017, quando totalizou de R$ 28,325 milhões, patamar semelhante ao do ano anterior. Conforme demonstrado acima, a redução total da conta dos adiantamentos a fornecedores tanto do ativo circulante foi de R$ 4,860 milhões adiantamento a fornecedores do ativo circulante.

Créditos por venda de investimentos

Em 31 de dezembro de 2018, a conta de créditos por venda de investimentos totalizou R$ 163,191 milhões, 7% superior ao saldo de 31 de dezembro de 2017, quando totalizou R$ 152,380 milhões. Essa conta é composta majoritariamente por créditos junto ao Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura pela venda, em 31 de dezembro de 2015, da totalidade da participação que detinha na então controlada Enerplan Participações S.A. As oscilações foram devido ao ajuste a valor presente (AVP) da conta credora dos recebíveis referentes a venda da Enerplan Part S.A. para o FIP em Infraestrutura Origem, para atendimento do CPC 48/IFRS 9.

Investimentos

A conta de investimentos da Companhia totalizou R$ 1,877 milhão em 31 de dezembro de 2018, crescimento de 68% em relação ao valor de R$ 1,119 milhão em 31 de dezembro de 2018.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Imobilizado

O ativo imobilizado totalizou R$ 339,415 milhões em 31 de dezembro de 2018, crescimento de 14% em relação ao valor de R$ 297,174 milhões em 31 de dezembro de 2017. Esta conta é composta, principalmente, por máquinas e equipamentos, sendo que o aumento verificado no período é decorrente do aumento das capacidades de produção das usinas de Veranópolis(RS) e de Iraquara (BA).

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2018, o passivo circulante era de R$ 717,792 milhões, em comparação com R$ 584,154 milhões em 31 de dezembro de 2017. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante representava 46% em 31 de dezembro de 2018 e 48% em 31 de dezembro de 2017. Este aumento de R$ 133,638 milhões ou 23%, decorreu, basicamente, do aumento da conta de Empréstimos e financiamentos.

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo da conta “Fornecedores” correspondeu a R$216,832 milhões, uma diminuição de 5% em relação ao saldo em 31 de dezembro de 2017, de R$ 227,593 milhões, devido ao menor saldo de fornecedores de soja em aberto, em razão da dinâmica de mercado de recebimentos e suas fixações.

Operações de compror

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de operações de compror foi de R$ 26,727 milhões, redução de 11% em relação ao saldo em 31 de dezembro de 2017, quando totalizou R$ 24,040 milhões. Esse aumento decorre da oscilação do saldo na operação intermediação de pagamento aos fornecedores.

Impostos e contribuições a pagar

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo da conta Impostos e contribuições a pagar correspondeu a R$7,264 milhões, redução de 22% em relação ao saldo em 31 de dezembro de 2017, de R$ 9,259 milhões.

Impostos de renda e contribuição social a pagar

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo da conta Impostos de renda e contribuição social a pagar correspondeu a R$ 1,619 milhão, aumento de 77% em relação ao saldo em 31 de dezembro de 2017, de R$ 0,913 milhão, devido ao maior lucro no período.

Empréstimos e Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo da conta “Empréstimos e Financiamentos” correspondeu a R$ 439,026 milhões, um aumento de 46% em relação ao saldo em 31 de dezembro de 2017, de R$ 300,191 milhões, acompanhando o aumento operacional da Companhia, que necessitou investimentos em capital de giro, especificamente nas contas de Estoques, Contas a receber de Clientes e aumento no patamar de caixa e equivalentes de caixa.

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo da conta Instrumentos financeiros derivativos correspondeu a R$ 1,856 milhão, redução de 59% em relação ao saldo em 31 de dezembro de 2018, quando totalizou R$ 4,476 milhões. Estas alterações ocorreram em virtude da apuração do valor justo (instrumentos de *hedging*) com *swaps* de taxa de juros e derivativos de moedas.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Outros passivos circulantes

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo da conta Outros passivos circulantes correspondeu a R$ 17,664 milhões, aumento de 50% em relação ao saldo em 31 de dezembro de 2017, de R$ 11,744 milhões, sendo devida ao aumento de adiantamentos de clientes de exportação.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2018, o passivo não circulante era de R$ 329,192 milhões, em comparação com R$ 257,974 milhões em 31 de dezembro de 2017. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante representava 21% em 31 de dezembro de 2018 e 22% em 31 de dezembro de 2017. Este aumento de R$ 71,218 milhões ou 28%, decorreu, basicamente, da linha de empréstimos e financiamentos.

Empréstimos e Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo da conta “Empréstimos e Financiamentos” correspondeu a R$ 316,699 milhões, um aumento de 36% em relação ao saldo em 31 de dezembro de 2017, de R$ 233,088 milhões, acompanhando o aumento de receitas da Companhia e a maior necessidade de capital de giro decorrente do crescimento das operações da Companhia.

Provisão contingências

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo da conta Provisão contingências correspondeu a R$ 3,446 milhões, aumento de 254% em relação ao saldo em 31 de dezembro de 2017, de R$ 0,973 milhão. Estes aumentos são decorrentes de provisões de contingências trabalhistas e cíveis, devido à evolução dos processos de acordo com o posicionamento dos advogados responsáveis.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo da conta Imposto de renda e contribuição social diferidos correspondeu a R$ 7,513 milhão, redução de 23% em relação ao saldo em 31 de dezembro de 2017, quando totalizou R$ 9,770 milhões. A redução da conta foi devido principalmente devido a Variação Cambial Competência do período.

Contas a pagar a partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo das contas a pagar a partes relacionadas correspondeu a R$1,534 milhão, redução de 89% em relação ao saldo em 31 de dezembro de 2017, quando totalizou R$14,143 milhões. Essa redução decorre da redução do montante de antecipações de dividendos e distribuições de lucros a acionistas.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo do Patrimônio Líquido era R$ 518,580 milhões, 41% superior aos R$ 366,604 milhões apresentados em 31 de dezembro de 2017. A variação desta conta deve-se, principalmente, ao lucro registrado no período ajustado por distribuição de dividendos, conforme demonstrado na demonstração de movimento no patrimônio líquido do período.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

FLUXO DE CAIXA

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa consolidado da Companhia para os períodos indicados:

PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020 E 2019

	Consolidado		
R$ milhares	**2020**	**2019**	A.H.
CAIXA LÍQUIDO (APLICADO) GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**(231.447)**	**78.797**	(310.224)
CAIXA LÍQUIDO (APLICADO) GERADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	**55.470**	**(8.171)**	63.641
CAIXA LÍQUIDO (APLICADO) GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	**(63.573)**	**(155.268)**	91.695
Aumento (Redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	**(239.550)**	**(84.642)**	(154.908)
Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa	**(239.550)**	**(84.642)**	(154.908)

Atividades operacionais

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, a Companhia apresentou um caixa líquido aplicado nas atividades operacionais de R$231,447 milhões, comparado ao mesmo período de 2019 onde o caixa líquido gerado nas atividades operacionais foi de R$78,797 milhões, representando, portanto, um aumento do caixa aplicado de R$ 310,224 milhões. O aumento deve-se, basicamente, às variações das rubricas de “estoques” e “contas a receber”.

Ressalta-se que em 2020, a Administração da Companhia optou por uma estratégia comercial de elevação de estoque com a finalidade de garantir o suprimento da matéria-prima para a produção do biodiesel, visto a escassez da soja em grãos no Estado do Rio Grande do Sul. Além disso, com o crescimento do mercado do biodiesel (aumento no percentual de mistura para 12%) no exercício corrente e, concomitantemente, os preços mais altos de B100, a carteira de recebíveis da Companhia cresceu R$ 160,943 milhões.

Atividades de investimentos

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, a Companhia apresentou um caixa líquido gerado nas atividades de investimentos de R$ 55,470 milhões, comparado com o mesmo período de 2019 onde o caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos foi de R$ 8,171 milhões, o que representa um aumento do caixa líquido gerado de R$ 63,641 milhões, devido principalmente ao recebimento por venda de investimentos. O recebível é referente a amortização do saldo da venda do Parque Eólico Enerplan para o FIP Origem no montante de R$129,988 milhões.

Atividades de financiamento

O caixa líquido aplicado pelas atividades de financiamento totalizou R$ 63,573 milhões para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 comparado com o caixa liquido aplicado de R$ 155,268 milhões para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019. Essa redução do caixa aplicado de R$ 91,695 milhões é justificada basicamente pelo aumento dos empréstimos e financiamentos, que por sua vez ocorreram por conta dos investimentos no capital de giro realizados majoritariamente nas contas de estoques e contas a receber, durante o período.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

	Consolidado		
R$ Milhares	**2019**	**2018**	A.H.
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**113.195**	**94.732**	18.463
CAIXA LÍQUIDO (APLICADO) GERADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	**19.799**	**(69.200)**	88.999
CAIXA LÍQUIDO (APLICADO) GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	**(24.014)**	**131.156**	(155.170)
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	**108.980**	**156.688**	(47.708)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	**108.980**	**156.688**	(47.708)

Atividades operacionais

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou um caixa líquido gerado nas atividades operacionais de R$ 113,195 milhões, comparado ao mesmo período de 2018 onde o caixa líquido gerado nas atividades operacionais foram de R$94,732 milhões representando um aumento de R$ 18,463 milhões. O aumento deve-se, basicamente, ao aumento do resultado líquido e pela variação das contas de capital de giro, principalmente as rubricas de “Estoques” e “Créditos Tributários”.

Atividades de investimentos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou um caixa líquido gerado nas atividades de investimentos de R$ 19,799 milhões, comparado com o mesmo período de 2018 onde o caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos foram R$69,200 milhões, o que representa um aumento do valor gerado de R$88,999 milhões, devido principalmente a recebimentos de partes relacionadas e recebimento por vendas de investimentos. Esses recebíveis são referentes a um mútuo entre a Enerplan Participações (partes relacionadas) e a Companhia, e a amortização parcial da venda do Parque Eólico Enerplan para o FIP Origem (venda de investimentos).

Atividades de financiamento

O caixa líquido aplicado pelas atividades de financiamento totalizou R$24,014 milhões para exercício findo em 31 de dezembro de 2019 comparado com o saldo gerado de R$ 131,156 milhões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento do saldo aplicado de R$ 155,170 milhões, é justificado basicamente pelo pagamento do saldo de empréstimos.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

	Consolidado		
R$ Milhares	**2018**	**2017**	A.H.
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**94.732**	**149.667**	(54.935)
CAIXA LÍQUIDO (APLICADO) GERADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	**(69.200)**	**5.383**	(74.583)
CAIXA LÍQUIDO (APLICADO) GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	**131.156**	**(3.557)**	134.713
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	**156.688**	**151.493**	5.195
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	**156.688**	**151.493**	5.195

Atividades operacionais

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentou um caixa líquido gerado nas atividades operacionais de R$ 94,732 milhões, comparado ao mesmo período de 2017 onde o caixa líquido gerado nas atividades operacionais foram de R$149,667 milhões representando uma redução de R$54,935 milhões. A redução deve-se, basicamente, às contas de capital de giro, especificamente as contas a receber, créditos tributários e dos estoques. O aumento dessas rubricas foi reflexo do incremento da operação de biodiesel que ocorreu no exercício.

Atividades de investimentos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentou um caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos de R$69,200 milhões, comparado com o mesmo período de 2017 onde o caixa líquido gerado nas atividades de investimentos foram R$ 5,383 milhões, o que representa um aumento do caixa líquido gerado de R$ 74,583 milhões, devido principalmente a aquisições de imobilizado. As compras das máquinas e equipamentos são para atender o plano de investimentos da Companhia, através: (i) das ampliações das plantas de Veranópolis/RS e Iraquara/BA para 1.300 m^3 por dia e 800 m^3 por dia, respectivamente; (ii) de melhorias no processo operacional de produção do Biodiesel; e (iii) das substituições de equipamentos no plano de manutenção anual.

Atividades de financiamento

O caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento totalizou R$131,156 milhões para exercício findo em 31 de dezembro de 2018 comparado com o saldo aplicado de R$ 3,557 milhões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Esse aumento do caixa liquido gerado de R$ 134,713 milhões é justificado basicamente pela maior captação de empréstimos.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

10.2 - Resultado operacional e financeiro

a) Resultados das operações do emissor

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Os resultados operacionais da Companhia são oriundos do processamento de soja para produção de biodiesel e farelo de soja. Em 30 de setembro de 2020, a receita líquida de vendas no período de nove meses foi de R$2.682,292 milhões, representando um aumento de R$823,866 milhões ou 44%, quando comparado a R$1.858,426 milhões registrado no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019. Esse acréscimo se deve além de aumentos em volume, principalmente, ao aumento de preço médio vendido tanto no segmento de extração quanto no biodiesel, o qual foi impactado pelo aumento do preço da soja e da variação da cotação do dólar em decorrência dos efeitos da pandemia da COVID-19 no Brasil e no mundo.

(R$ mil)	Período de nove meses findo em 30 de setembro		Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de:		
Receita Operacional Líquida	**2020**	**2019**	**2019**	**2018**	**2017**
Biodiesel	1.708.635	1.129.182	1.721.094	1.538.604	1.135.193
Extração	877.363	649.565	843.121	848.668	644.221
Revendas	96.295	79.654	97.629	160.864	181.334
Outros	-	25	27	14	13
Total	**2.682.292**	**1.858.426**	**2.661.871**	**2.548.151**	**1.960.760**

Os gráficos abaixo demonstram a composição da receita operacional líquida da Companhia:

Biodiesel

Os preços do biodiesel são afetados principalmente pela variação dos preços do óleo de soja, além disso a mecânica dos leilões conduzidos pela ANP, favorecem a disputa de preços pelo produto.

Aproximadamente 70% de todo o biodiesel produzido no Brasil origina-se do óleo de soja. Assim, os preços do biodiesel são sensíveis aos preços da soja e do óleo de soja. Para informações sobre os preços da soja, vide “Soja.”

No Brasil, o biodiesel é um componente obrigatório do diesel conforme a Lei 13.263/2016. A ANP estabelece um percentual obrigatório de biodiesel na fórmula do diesel. Na data deste Formulário de Referência, o percentual obrigatório é 12,0%. Alterações nos regulamentos da ANP sobre o biodiesel como componente obrigatório na fórmula do diesel afetam a demanda pelo biodiesel no mercado brasileiro.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

Nossa produção de biodiesel é vendida somente em leilões periódicos conduzidos pela ANP. Os preços do biodiesel a serem oferecidos nos leilões da ANP são influenciados pela oferta e demanda da soja no mercado e também pela demanda consumo por diesel. Se a oferta de biodiesel aumentar e a demanda por diesel diminuir, os preços do biodiesel tendem a diminuir. Por outro lado, se a oferta de biodiesel diminuir e a demanda por diesel aumentar, os preços do biodiesel tendem a aumentar.

Extração

Os preços da soja impactam diretamente nossos preços de farelo de soja (extração). Nosso farelo de soja é usado, principalmente, como ração para a indústria de proteína animal.

O aumento no preço da soja em grãos aumenta o preço de comercialização do nosso farelo de soja e uma redução no preço dessa commodity diminui o preço do nosso farelo de soja. Além disso, a desvalorização do real em relação ao dólar americano também aumenta nossas receitas do farelo de soja, uma vez que essa commodity é geralmente afetadas positivamente pela desvalorização da taxa de câmbio do real em relação ao dólar.

(ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os resultados das operações da Companhia no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, foram e continuarão a ser influenciadas pelos seguintes fatores:

Tributação e Benefícios Fiscais

A tributação no ramo de atuação da Companhia varia de acordo com uma série de fatores, a depender dos produtos, matérias-primas, destinos e origens. Os produtos mais relevantes, que compreendem cerca de 95% da receita bruta da Companhia em 30 de setembro de 2020, são: biodiesel (64%), farelo de soja (30%) e glicerina (1%).

O biodiesel possui crédito presumido de PIS/COFINS, o qual por algumas vezes, torna a Companhia credora, pois este crédito varia de acordo com o preço de venda do biodiesel. Além disso, a Companhia possui alguns benefícios fiscais ao se produzir com matéria-prima de agricultura familiar, a qual reduz a base de tributação de PIS/COFINS. O fato de a Companhia possuir filiais no RS permite o recebimento diretamente do Agricultor Familiar (pessoa física), trazendo benefícios tributários com este relacionamento de longo prazo que a Companhia possui com os fornecedores.

O ICMS na venda de biodiesel, tanto no RS quanto na BA, possui débito de 12%. No entanto, os créditos ocorrem de forma diferente em cada Estado. No RS, ocorre crédito sobre o total do débito. Já na BA, o crédito é apurado sobre o saldo a pagar de ICMS.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

Critério de apuração de impostos

	Biodiesel	Farelo de soja - local / exportação	Farelo de soja Interestadual	Glicerina - mercado interno	Glicerina - exportação
PIS/COFINS	R$ 148/m³	0%	0%	9,25%	0%
PIS/COFINS com PRONAF (RS)	R$ 58,24/m³	-	-		
PIS/COFINS com PRONAF (BA)	R$ 0/m³	-	-		
Crédito Presumido PIS/COFINS	9,25% sobre 45% do valor da venda	9,25% sobre 27% do valor da venda	9,25% sobre 27% do valor da venda		
ICMS (RS)	12%	0%	8,4%	7%, 12% or 18%	0%
Incentivo ICMS (RS)	57% sobre os 12%	-	-		
ICMS (BA)	12%	0%	8,4%	12% or 18%	0%
Incentivo ICMS (BA)	72,9% sobre o saldo de ICMS (débitos-créditos)	-	-		

Base Legal:

	Base Legal	Base Legal	Base Legal	Base Legal	Base Legal
PIS/COFINS	Decreto 5.297/2004, art. 3º, parágrafo único	Suspensão de PIS/COFINS: Art. 29 da Lei 12.865/13	Suspensão de PIS/COFINS: Art. 29 da Lei 12.865/13	Regra Geral - Leis 10.833/03 e 10.637/02	Lei 10.833/03, art. 06º e 10.637/02 art. 5º
PIS/COFINS with PRONAF (RS)	Decreto 5.297/2004, art. 4º, inc II.				
PIS/COFINS with PRONAF (BA)	Decreto 5.297/2004, art. 4º, inc III.				
Crédito Presumido PIS/COFINS	Art. 31 da Lei 12.865/13	Art. 31 da Lei 12.865/13	Art. 31 da Lei 12.865/13		
ICMS (RS)	Decreto 37.699/97, ap. I, seção II, item XXVII - Convênio ICMS 113/06	Isento conforme Livro I, art.9º Inciso IX Alínea A do Decreto 37699/97 RICMS/RS	Decreto 37.699/97, Livro I, art. 23.	Venda Interna - Diferimento parcial se utilizado para industrialização - cfe livro III, artigo 1-A, inciso XXVI do decreto 37.699 Interestadual - 7% ou 12% (Regra geral)	Não incidente conforme Livro I, art. 11 Inciso V do decreto 37699/97 RICMS/RS
Incentivo ICMS (RS)	Livro I, artigo 32, inciso LXXXVIII do Decreto nº 37.699/97 - Válido até 31/12/2020				
ICMS (BA)	Decreto 13.780/12, art. 266 cap. VII, inc. VIII. - Convênio ICMS 113/06	Decreto 13.780/12, art. 264, inc XVIII	Decreto 13.780/12, art. 266, inc III	Regra geral - 18% alíquota interna e 12% interestadual	Não incidência conforme Artigo 3º, inciso II, da Lei nº 7.014/96
Incentivo ICMS (BA)	Resolução 73.2018 - Válido até set/2024				

Além dos regimes e benefícios apontados acima, a Companhia também usufrui dos benefícios da SUDENE, os quais reduzem em 75% a alíquota do imposto de renda devido sobre as receitas de farelo, casca, glicerina e biodiesel, nos limites estipulados nos laudos constitutivos.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

Preços de commodities

Nossos resultados são diretamente afetados pelos preços das commodities, especialmente os preços da soja em grãos, óleo de soja e biodiesel, que são afetados pela dinâmica da oferta e da demanda relacionada à produção e consumo de combustíveis e à produção e consumo de soja no mundo e no Brasil. Os preços das commodities, globalmente e no Brasil, têm sido historicamente cíclicos e sensíveis às mudanças nacionais e internacionais de oferta e demanda. Como resultado da volatilidade dos preços das commodities, nossos resultados podem flutuar e podemos enfrentar períodos de queda nos preços de nossos produtos e aumento dos custos de nossas matérias-primas, o que pode afetar adversamente nossos resultados operacionais.

Adicionalmente, esclarecemos que a principal referência para o preço da soja no Brasil é o equivalente em reais dos contratos futuros de soja negociados na CBOT (Chicago Board of Trade), que por sua vez é influenciado por diversos fatores, entre eles câmbio, oferta global e dinâmica da demanda, logística custos, clima e produtividade das safras em países com forte plantio (como nos EUA e Brasil). Assim, os preços da soja no Brasil consistem no preço da soja negociado na CBOT, ajustado pela taxa de câmbio do dólar em relação ao real e pelo prêmio negociado no mercado local (basis). O prêmio reflete a dinâmica da oferta e demanda nos mercados internacional e local e, para nós em particular, a dinâmica da oferta e demanda nos mercados regionais dos estados do Rio Grande do Sul e da Bahia, onde as nossas instalações estão localizadas.

Asseguramos uma parte de nossas necessidades futuras de soja com antecedência, por meio de compras futuras de soja física de agricultores locais. Nos termos desses contratos futuros, coletamos a soja física dos agricultores locais e armazenamos em nossos armazéns até que o agricultor local venda essa soja para nós a um preço específico a ser determinado pelo agricultor local com base no valor de mercado então vigente. Além disso, também celebramos contratos de compra de soja no mercado spot com agricultores locais, sendo esses contratos negociados individualmente.

Qualquer aumento ou redução nos preços internacionais da soja, combinado com qualquer aumento ou redução nas taxas de câmbio, pode ter um impacto em nossos resultados operacionais. Para obter mais informações, consulte “Fatores de risco—Nosso negócio é altamente sensível aos preços da soja e podemos não ser capazes de repassar os aumentos nos preços da soja aos nossos clientes”. Qualquer desvalorização do *real* em relação ao dólar americano pode aumentar nosso custo de produtos vendidos, consistindo principalmente de soja.

A tabela a seguir apresenta os preços da soja (USD por *bushel*) para os períodos indicados:

	Período de nove meses encerrado em 30 de setembro de		Exercício encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2020	2019	2018
	(USD por bushel, exceto percentuais)				
Preço CBOT inicial	9,44	9,07	9,07	9,65	10,04
Preço CBOT de fechamento	10,27	9,06	9,40	8,96	9,46
Menor preço CBOT	8,22	8,03	8,03	8,14	9,04
Preço CBOT médio	8,93	8,85	8,93	9,36	9,77

A tabela a seguir apresenta os preços da saca de soja (R$) em uma das principais praças de comercialização da Companhia (Passo Fundo/RS) para os períodos indicados:

	Período de nove meses encerrado em 30 de setembro de		Exercício encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2019	2018	2017
	(R$ por saca, exceto percentuais)				
Preço Saca de Soja inicial	86,00	77,50	77,50	69,00	75,00
Preço Saca de Soja de fechamento	155,00	83,00	85,50	77,50	69,50
Menor preço Saca de Soja	81,50	70,00	70,00	67,00	59,50
Preço Saca de Soja médio	107,07	76,32	78,54	79,44	67,25

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

Sazonalidade também é um fator importante que impacta os preços da soja. O período da colheita é entre março e abril, sendo marcado pelo aumento da oferta e a consequente diminuição dos preços da soja. Cabe ressaltar que fatores internacionais também influenciam diretamente os preços comercializados no mercado interno (basis), como por exemplo, a guerra comercial entre China e EUA, o qual pressionou o demanda da oleaginosa no Brasil nos últimos anos.

Inflação

O ambiente econômico brasileiro tem sido historicamente caracterizado por variações significativas no crescimento econômico, inflação e taxas de câmbio. Nossos resultados operacionais e situação financeira são influenciados por esses fatores, que afetam a demanda e os preços de nossos produtos.

A tabela a seguir apresenta o crescimento real do PIB, taxas de inflação, taxas de juros médias e variações das taxas de câmbio (*real* para dólar americano) nas datas e para os períodos indicados:

	Período de nove meses encerrado 30 de setembro de	Exercício encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018	2017
Crescimento do PIB	(2,2)% (7)	1,1%	1,1%	1,0%
Inflação (IGP-M)(1)	14,4%	7,3%	7,5%	(0,5)%
Inflação (IPCA)(2)	3,1%	4,3%	3,8%	2,9%
Taxa CDI(3)	1,9%	5,95%	6,4%	9,9%
SELIC(4)	2,0%	6,0%	6,6%	10,2%
Valorização/(desvalorização) do real em relação ao dólar americano	(39,9)%	(3,9)%	(14,6)%	(1,5)%
Taxa de câmbio no final do período (em R$ por US$ 1,00)(5)	5,64	4,0307	3,8748	3,3080
Taxa média de câmbio (R$ por US$ 1,00)(6)	5,07	3,9461	3,6538	3,1925

Fontes: BNDES, Banco Central, FGV, IBGE, Bloomberg e Economática.
(1) Índice Geral de Preços – Mercado, ou IGP-M, é medido pela FGV.
(2) Índice de Preços ao Consumidor – Amplo, ou IPCA, é medido pelo IBGE.
(3) O CDI é a taxa acumulada dos depósitos interfinanceiros no Brasil em cada período.
(4) Taxa de juros média anual.
(5) Taxa de câmbio (de venda) do último dia do período.
(6) Média das taxas de câmbio (de venda) do período.
(7) Acumulado 12 meses, referência 2 trimestre de 2020.

Taxa de Câmbio

Os resultados operacionais da Companhia são significativamente afetados pelas flutuações das taxas de câmbio, visto que, as recentes desvalorizações do real frente a moeda norte-americana permitiram o crescimento das receitas das vendas para o mercado externo. Adicionalmente, a formação de preços na comercialização do mercado interno das commodities do complexo soja são diretamente impactadas pelo câmbio.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

Historicamente, temos conseguido repassar para os nossos clientes variações positivas e negativas nos custos de nossos produtos. Tais variações podem ser causadas pela taxa de câmbio, taxa de juros e outros elementos que impactam os nossos custos de produção, bem como os custos de nossos principais fornecedores.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante:

Inflação

As informações deste item estão prestadas no item 10.2.a deste Formulário de Referência.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

Variação dos principais insumos e produtos

As informações deste item estão prestadas no item 10.2.a deste Formulário de Referência.

Câmbio

Nossos resultados operacionais no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020 foram afetados pela flutuação abrupta e significativa na taxa de câmbio do real em relação ao dólar. Como resultado, a comparabilidade do período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020 com o período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019 reflete esse impacto.

Nossas variações cambiais aumentaram em (R$ 37,941) milhões, para (R$ 41,474) milhões no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020 de (R$ 3,534) milhões no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019. No período encerrado em 30 de setembro de 2020, a taxa de câmbio aumentou 39,9% para R$ 5,6407 comparativamente de R$ 4,0307 em 31 de dezembro de 2019, o que foi refletido em nossos empréstimos em aberto e em dólares americanos no valor principal de US$ 26,0 milhões (R$ 146,658 milhões) em 30 de setembro de 2020.

A volatilidade das taxas de câmbio também impactou as variações cambiais do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, que diminuíram R$ 33,526 milhões, para (R$ 2,199) milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 de (R$ 35,725) milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, o que foi refletido nos empréstimos em aberto denominados em dólares americanos no valor principal de US$ 11,399 milhões (R$ 45,946 milhões) em 31 de dezembro de 2019. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, a taxa de câmbio aumentou 17,1%, para R$ 3,8748 em 31 de dezembro de 2018 de R$ 3,3080 em 31 de dezembro de 2017.

Taxa de Juros

A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros pós-fixada, tanto para seu caixa e equivalentes de caixa quanto para operações e empréstimos e financiamentos. Conforme demonstrado na tabela do item 10.2 (a) ii deste Formulário de Referência, a taxa de juros no mercado interno (SELIC) vêm caindo ao longo dos últimos exercícios corroborando para a redução das despesas financeiras com empréstimos e financiamentos. No encerramento do exercício social em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentava posição de Dívida Bruta (Empréstimos e financiamentos do passivo circulante e do passivo não circulante) de R$886,698 milhões, sendo que R$ 698,884 milhões estavam expressos em reais e indexadas ao CDI – cerca de 78,82%. Já no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, essas posições eram de R$ 1.132,602 milhões e R$ 937,114 milhões, respectivamente, cerca de 82,74%.

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a) ***Introdução ou alienação de segmento operacional***

Nenhum segmento operacional foi introduzido ou alienado no âmbito das atividades da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020.

b) ***Constituição, aquisição ou alienação de participação societária***

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 não houve nenhuma constituição, aquisição ou alienação. Já no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 houve aquisição e reestruturação societária conforme descrito abaixo:

Cisão Parcial

Por meio da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 02 de agosto de 2020 foi aprovada a cisão parcial do patrimônio líquido da Companhia, com versão para outras sociedades do acervo líquido contábil no montante de R$208.877 mil, mediante utilização de R$114.361 mil da reserva de lucros acumulados e redução de capital de R$94.516 mil sem cancelamento de ações existentes.

Desta forma, o capital social de R$ 174.038 mil (cento e setenta e quatro milhões, trinta e oito mil reais), foi reduzido para R$ 79.522 mil (setenta e nove milhões, quinhentos e vinte e dois mil reais), mediante a redução do valor patrimonial de cada ação ordinária nominativa da Companhia e sem o cancelamento de ações, uma vez que as ações da Companhia não têm valor nominal. Dessa forma, o número total de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal unitário, permaneceu o mesmo, qual seja 18.858.244 (dezoito milhões, oitocentas e cinquenta e oito mil, duzentas e quarenta e quatro).

O acervo líquido vertido de R$208.877 mil está composto conforme segue:

Conta contábil	R$ mil	Empresa Cindenda
Imobilizado - Veículos	422	IMGC Adm. de Participações Ltda.
Imobilizado - Imóveis	20.794	IMGC Adm. de Participações Ltda.
Contas a receber - Cessão de créditos	25.298	IMGC Adm. de Participações Ltda.
Imobilizado - Sedes de filiais	58.593	Plano Investimento Imobiliário Ltda.
Imobilizado - Filial de Canoas – RS	1.300	Termican Participações Ltda.
Investimentos - Palmaplan Ltda.	101.973	IMGC Adm. de Participações Ltda.
Imobilizado - Aeronave	497	IMGC Adm. de Participações Ltda.
Total	**208.876**	

Aumento de capital

Por meio da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de setembro de 2020 foi aprovado o aumento do capital social da Sociedade em R$1.000 mil (um milhão de reais), mediante a emissão de 237.143 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal unitário. Desta forma, o capital social passou de R$ 79.522 mil (setenta e nove milhões, quinhentos e vinte e dois mil reais), dividido em 18.858.244 (dezoito milhões, oitocentas e cinquenta e oito mil, duzentas e quarenta e quatro) para R$ 80.522 mil (oitenta milhões, quinhentos e vinte e dois mil reais), correspondentes a 19.095.387 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal unitário.

O referido aumento de capital foi totalmente subscrito e integralizado na referida data por meio da conferência à Companhia de quotas representativas da integralidade do capital social da empresa Origem Participações Ltda., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Porto Alegre/RS.

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

A empresa Origem Participações Ltda. é uma holding operacional e foi constituída em janeiro de 2020, e possui a seguinte situação patrimonial:

	R$ mil
Total de ativos	32.379
Total de passivos	31.393
Patrimônio líquido	986

c) ***Eventos ou operações não usuais***

Não aplicável, tendo em vista que nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, não foram registrados quaisquer eventos ou operações não usuais.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

O exercício de 2018 caracterizou-se pelo primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Companhia no qual o CPC 48/IFRS 09 – Instrumentos financeiros foi aplicado. A Companhia avaliou os impactos da adoção desta norma, principalmente com relação ao reconhecimento de ativos e passivos financeiros, nos quais a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento, não sendo identificados impactos a serem ajustados em suas demonstrações financeiras.

A partir de 1º de setembro de 2020 a Companhia passou a aplicar o CPC 06(R2)/IFRS 16 – Arrendamentos, abordagens retrospectiva e prospectiva. Portanto, as informações comparativas não foram reapresentadas e continuam a ser apresentadas conforme o CPC 06(R1)/IAS 17 e ICPC 03/IFRIC 4. Os detalhes das políticas contábeis conforme CPC 06(R1)/IAS 17 e ICPC 03/IFRIC 4 são divulgados separadamente.

b) *Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis*

Os Diretores da Companhia entendem que, além das alterações citadas no item “a” acima, não houve outras alterações em práticas contábeis que tiveram efeitos significativos nas demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

c) *Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor*

Os relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis da Companhia nos últimos três exercícios sociais e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 foram emitidos sem ressalvas.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

10.5 - Políticas contábeis críticas

No processo de elaboração das Demonstrações Financeiras, a Administração exerceu julgamentos, utilizou estimativas e premissas para calcular valores reconhecidos nos ativos, passivos e resultados (receitas e despesas).

Entretanto, caso ocorra necessidade de avaliação para novas questões mais complexas, serão necessários outros julgamentos e estudos, os quais poderiam apresentar resultados relevantes diferentes dessas estimativas. Esses impactos significativos podem existir em caso de alterações nas condições e premissas apresentadas inicialmente.

A Administração entende que as políticas contábeis críticas que podem ter impacto significativo, causando ajustes relevantes no valor contábil dos ativos, passivos e resultados (receitas e despesas) para o encerramento de futuros exercícios financeiros são elencadas a seguir:

Provisão para crédito de liquidação Duvidosa

A perda estimada em crédito é constituída com base na análise da carteira de clientes, em montante considerado suficiente pela administração para fazer frente a eventuais perdas na realização dos créditos.

Vida útil dos ativos imobilizado

A depreciação dos ativos imobilizado considera a melhor estimativa da Administração sobre a utilização destes ativos ao longo de suas operações. Mudanças no cenário econômico podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil. A Companhia adota como procedimento a revisão periódica dos bens do ativo imobilizado com o objetivo de identificar as possíveis perdas e efetua também, anualmente, revisões da vida útil dos bens registrados no ativo imobilizado. Caso sejam identificadas, tais revisões serão realizadas de forma prospectiva.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração da Companhia revisa, anualmente, o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo identificadas tais evidências e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando-se o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Administração da Companhia conta com o suporte das informações recebidas de seus assessores jurídicos para constituir provisão no montante considerado suficiente para cobrir as perdas esperadas com as ações em curso, sendo atualizadas até a data da divulgação das demonstrações financeiras.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Administração da Companhia avalia, anualmente, com base na expectativa de lucros futuros, a possibilidade de absorção dos prejuízos acumulados. Com base nessa avaliação é definida a amortização dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferido existente.

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a) **Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items) tais como: (i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; (ii) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando os respectivos passivos; (iii) contratos de futura compra e venda de produtos e serviços; (iv) contratos de construção não terminada; e (v) contratos de recebimento futuros de financiamentos.**

No curso normal de seus negócios, a Companhia celebra contratos com terceiros para aquisição da sua principal matéria-prima, a soja em grãos. Os preços acordados nesses contratos são fixos e a entrega física sempre acontece na safra do próximo ano, ou seja, os contratos são de até um ano. Os compromissos firmes de compra são demonstrados na tabela abaixo:

	Controladora				Consolidado			
	30/09/20	**2019**	**2018**	**2017**	**30/09/20**	**2019**	**2018**	**2017**
Preço médio saca (em Reais)	105,56	80,29	82,07	71,65	104,66	79,65	80,24	71,07
Quant. Sacas (Un.)	2.099.420	1.546.882	1.491.561	1.238.711	2.815.916	1.923.220	1.836.561	1.391.974
Total de Compras para Recebimento Futuro (R$ Milhares)	**221.607**	**124.199**	**122.412**	**88.754**	**294.726**	**153.184**	**147.366**	**98.928**

b) ***Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras***

Não existem outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não existem outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não existem outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não existem outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10.8 - Plano de Negócios

10.8 - Plano de Negócios

a) Investimentos

(i) Descrição dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, a Companhia realizou investimentos em ativos imobilizados totalizando R$31,813 milhões, referentes à construção de novas plantas e expansão de unidades industriais existentes. Durante os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a Companhia realizou investimentos em ativos imobilizados no montante de R$66,625 milhões, R$57,632 milhões e R$27,141 milhões, respectivamente.

Os investimentos da Companhia estão diretamente relacionados ao seu plano de expansão visando a aumentar a sua capacidade instalada nas plantas atuais, bem como a ingressar em novos mercados, como a região Norte e Centro-Oeste. Nos próximos anos, a Companhia pretende continuar alocando recursos no seu projeto de expansão orgânica por meio da construção de novas unidades industriais, com foco em regiões com alta demanda por biodiesel e déficit de demanda, como as regiões Norte e Nordeste, bem como na constituição de parcerias estratégicas para produção de matérias primas utilizadas pela Companhia no seu processo produtivo, o qual prevê a realização de investimentos de R$130 milhões para a Fase 1, que contarão com 2 plantas na região Norte do país, e R$240 milhões para a Fase 2, na qual será realizada a expansão para as regiões Sudeste e Centro-Oeste. Além disso, estão previstas duas novas filiais na Bahia e 2 refinarias de glicerina em Veranopolis/RS e Iraquara/BA, que contarão com investimento no valor total de R$120 milhões. A Companhia ainda irá desembolsar valor para o pagamento do investimento realizado na FASA, no montante de R$465 milhões. Além disso, a Companhia tem a intenção de continuar investindo na expansão da capacidade de esmagamento de suas plantas atuais localizadas em Veranópolis/RS e Iraquara/BA, aumentando: (i) de 2.000 toneladas por dia para 2.500 toneladas por dia em Veranópolis/RS; (ii) de 1.000 toneladas por dia para 2.000 toneladas por dia em Iraquara/BA; e (iii) a produção de biodiesel de Iraquara/BA de 800 m³/dia para 1.300 m³/dia, com investimento total previsto de R$ 68 milhões.

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

Historicamente, os investimentos realizados pela Companhia são financiados por: (i) geração do próprio caixa operacional da Companhia; e (ii) capital de terceiros, decorrente das operações da Companhia. Além disso, a Companhia utilizar parte dos recursos decorrentes da oferta pública de ações da Companhia para financiar os investimentos descritos neste item.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável, tendo em vista que na data de apresentação deste Formulário de Referência não há desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

b) Aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não aplicável, tendo em vista que na data de apresentação deste Formulário de Referência não houve a aquisição de quaisquer plantas, equipamentos ou outros ativos que possam influenciar de maneira significativa a capacidade produtiva da Companhia.

c) Novos produtos e serviços, indicando:

(i) Pesquisas em andamento

Não aplicável, tendo em vista que na data de apresentação deste Formulário de Referência não há pesquisas de novos produtos e serviços em andamento.

10.8 - Plano de Negócios

(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que na data de apresentação deste Formulário de Referência a Companhia não teve gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável, tendo em vista que na data de apresentação deste Formulário de Referência a Companhia não possui projetos em desenvolvimento.

(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que na data de apresentação deste Formulário de Referência não houve gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

10.9 - Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

A pandemia pela Covid-19 (*Coronavirus Disease*) trouxe consigo efeitos negativos relevantes para inúmeros setores da economia nacional, dentre os quais, o de combustíveis.

No diesel, os efeitos, embora adversos, mostraram-se menos impactantes do que nos combustíveis. Embora os meses de abril e maio de 2020 tenham apresentado queda significativa de consumo de diesel B em relação ao mesmo período de 2019 (de 13,9% e 9,1%, respectivamente), a tendência inverteu-se em junho e julho do ano vigente, retornando ao campo negativo em agosto (-2,3% em relação ao mesmo mês de 2019). No acumulado do ano até agosto de 2020, as vendas de diesel B haviam caído 2,1% em relação ao mesmo período do ano anterior. Volumes expressivos de exportações – alavancadas pela desvalorização cambial do real frente ao dólar norte-americano – safras agrícolas recordes, predominância do uso de diesel fora dos grandes centros urbanos e fluxos livres nas estradas explicam, em parte, o menor impacto sentido no mercado de diesel.

As entregas de biodiesel experimentaram apenas um mês de declínio em 2020, qual seja, o mês de abril (queda de aproximadamente 0,5% em relação ao mesmo período de 2019). Muito embora tenha-se observado uma diminuição da demanda por diesel B no final de março e ao longo dos meses de abril e maio (culminando inclusive com a flexibilização [10] do volume mínimo de entrega de biodiesel no terceiro bimestre), no acumulado do ano até agosto de 2020, os volumes de biodiesel adquiridos pelas distribuidoras de combustíveis superam em 15% àqueles comprados em 2019. Tal fato explica-se basicamente pelo efeito do aumento do teor de mistura compulsória de biodiesel em todo o diesel B comercializado em território nacional, que subiu de 10% para 12% ao longo do período em comento.

Efeitos econômicos

A Covid-19 não causou efeitos econômicos relevantes para a Companhia (até o período findo em 30 de setembro de 2020). A Administração não identificou, até a data de aprovação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas que acompanham o presente Formulário de Referência, a existência de *impairment* ou outros efeitos materiais negativos, uma vez que todos os ativos existentes seguiram operando em condições consideradas normais, não impactando de forma material a performance da Companhia e suas controladas. A companhia tampouco identificou queda nas vendas durante o período findo em 30 de setembro de 2020, comparado ao mesmo período do ano anterior.

A Companhia seguirá acompanhando os efeitos da pandemia nos próximos meses e registrará os ajustes necessários nas informações financeiras intermediárias ou demonstrações financeiras anuais individuais e consolidadas quando e se ocorrerem e venham a produzir efeitos materiais.

---

[10] ***Redução do volume mínimo de entrega, pelo produtor e/ou retirada pela distribuidora, de 95% para 80% do volume contratado conforme disposto no edital de leilão público n° 002/2020.***

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Ações adotadas

A Companhia tomou todas medidas preventivas e de mitigação dos riscos em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais, visando minimizar eventuais impactos no que se refere à saúde e segurança dos colaboradores, familiares, parceiros e comunidades, e à continuidade das operações e dos negócios. Dentre as medidas adotadas, destacam-se:

(i) criação de Comitê de Crise, composto pela Diretoria e setores de Recursos Humanos/Departamento Pessoal e Jurídico para avaliar e deliberar sobre medidas a serem adotados pela Companhia em razão da pandemia;

(ii) distribuição de máscaras para todos os colaboradores;

(iii) higienização frequente de superfícies de toque;

(iv) colaboradores da Companhia, considerados como grupo de risco, foram afastados das atividades ou, quando possível, mantêm suas atividades laborais de forma isolada e com monitoramento regular;

(v) colaboradores dos setores administrativos, quando possível, estão trabalhando de forma remota (home office);

(vi) busca ativa de colaboradores e terceiros com sintomas, orientando-os para a busca de atendimento médico;

(vii) orientação através dos técnicos de segurança dos procedimentos de prevenção, bem como fixação de cartazes em locais estratégicos e de fácil visualização a fim de instruir a todos a respeito do novo coronavírus;

(viii) disponibilização de álcool gel; e

(ix) procedimentos que mitigam aglomerações nos refeitórios.

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções e/ou estimativas.

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções e/ou estimativas.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

a) atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que se reportam ao conselho de administração:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Companhia é composto por, no mínimo, 5 membros, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

Dos membros do conselho de administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, devendo a caracterização dos indicados ao conselho de administração como conselheiros independentes ser deliberada na assembleia geral que os eleger. Será considerado conselheiro independente, aquele Conselheiro que atender aos requisitos previstos no Regulamento do Novo Mercado da B3 ("Regulamento do Novo Mercado") para tal (ou norma que vier a substituir o Regulamento do Novo Mercado). Também será(ão) considerado(s) como independente(s) o(s) conselheiro(s) eleito(s) mediante faculdade prevista pelo artigo 141, parágrafos 4º e 5º da Lei das Sociedades por Ações. Quando, em decorrência do cálculo do percentual referido acima, o resultado gerar um número fracionário, a Companhia deve proceder ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior, nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

Sem prejuízo das demais atributos previstas em lei, no Estatuto Social e no Regimento Interno do Conselho de Administração, compete ao Conselho de Administração: (i) definir as políticas e fixar as estratégias orçamentárias para a condução dos negócios, bem como liderar a implementação da estratégia de crescimento e orientação geral dos negócios da Companhia; (ii) aprovação, alteração e/ou revogação do plano de negócios, do orçamento anual, bem como quaisquer planos de estratégia, de investimento, anuais e/ou plurianuais, e projetos de expansão da Companhia; (iii) distribuir a remuneração global aprovada pela Assembleia Geral e fixar a remuneração individual dos diretores, Conselheiros e membros do Conselho Fiscal, se instalado e dos membros de qualquer comitê de assessoramento da Companhia; (iv) convocar as Assembleias Gerais da Companhia quando julgar conveniente, ou nos casos previstos no Estatuto Social e na Lei das Sociedades por Ações; (v) definir o número de cargos a serem preenchidos na Diretoria da Companhia, eleger seus diretores, bem como atribuir aos diretores suas respectivas funções, atribuições e limites de alçada não especificados no Estatuto Social; (vi) criar e alterar as competências, regras de funcionamento, convocação e composição dos órgãos de administração da Companhia, incluindo seus comitês de assessoramento; (vii) fiscalizar e supervisionar a Diretoria no cumprimento do objeto social da Companhia, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitando informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos; (viii) apreciar o relatório da administração e as contas da Diretoria e deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral; (ix) autorizar a emissão, pela Companhia, de ações e bônus de subscrição dentro do limite do capital autorizado, fixando as condições de emissão, inclusive preço e prazo de integralização, e deliberar, dentro do limite do capital autorizado, sobre a emissão de debêntures conversíveis em ações, especificando o limite do aumento de capital decorrente da conversão das debêntures, em valor do capital social ou em número de ações, podendo, ainda, excluir o direito de preferência nas emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis em ações, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou em permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, ou ainda para fazer frente a planos de outorga de opção de compra de ações da Companhia, nos termos estabelecidos em lei e no Estatuto Social; (x) autorizar a aquisição, pela Companhia, de ações de sua própria emissão ou sobre o lançamento de opções de venda e compra, referenciadas em ações de emissão da Companhia para manutenção em tesouraria e/ou posterior cancelamento ou alienação; (xi) aprovar a outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos administradores, empregados ou prestadores de serviços da Companhia ou de suas controladas, assim como aos administradores, empregados e prestadores de serviços de outras sociedades que sejam controladas, direta ou indiretamente, pela Companhia, sem direito de preferência aos acionistas, de acordo com os planos aprovados pela Assembleia Geral; (xii) aprovação da proposta da administração de distribuição de dividendos, ainda que intercalares ou

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

intermediários, ou pagamento de juros sobre capital próprio com base em balanço anual, semestral, trimestral ou mensal; (xiii) aprovação de qualquer investimento ou despesa não prevista no orçamento anual aprovado, cujo valor, individual ou agregado, exceda a R$20.000.000,00 (vinte milhões de reais); (xv) aquisição, alienação, locação, arrendamento, cessão, transferência ou constituição de quaisquer ônus sobre qualquer ativo ou bem, móvel ou imóvel, cujo valor, individual ou agregado, exceda a R$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), exceto se especificamente previsto no orçamento anual aprovado; (xvi) constituição de quaisquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem, móvel ou imóvel da Companhia, bem como contratação de qualquer operação de *leasing back* (com ou sem alienação fiduciária de bens), cujo valor dado em garantia represente mais da metade do montante, individual ou agregado, da transação contratada, exceto se especificamente previsto no orçamento anual aprovado; (xvi) aprovação da emissão de notas promissórias, *commercial papers*, *bonds*, *notes*, debêntures simples, certificados de recebíeis (ou de qualquer outra transação de securitização de recebíveis), ou outros títulos de dívida, para distribuição pública ou privada, no Brasil ou no exterior, pela Companhia ou pelas subsidiárias; (xvii) aprovação da celebração, alteração ou rescisão de contratos de abertura de crédito, mútuos, empréstimos, financiamento, arrendamento mercantil, *leasing*, *compror*, *vendor*, desconto de recebíveis ou créditos, adiantamentos ou outras formas de concessão de crédito ou qualquer outro tipo de operação financeira ou série de operações financeiras relacionadas cujo valor exceda R$100.000.000,00 (cem milhões de reais); (xviii) assunção de quaisquer obrigações ou sucessivas operações relacionadas, bem como a contratação de derivativos de qualquer espécie, cuja exposição global, individual ou agregado, exceda a R$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), que estejam vinculadas a instrumentos financeiros de *hedge* e que impliquem exposição global da Companhia, individual ou agregado, em valor superior a R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais); (xix) celebração de qualquer contrato, acordo ou negócio, de qualquer natureza, com partes relacionadas à Companhia, cujo valor, individual ou agregado, exceda a R$2.000.000,00 (dois milhões de reais), exceto se especificamente previsto no orçamento anual aprovado; (xx) prestação de fianças, avais ou quaisquer outras garantias, reais ou fidejussórias, em favor de terceiros (a) em operação que não envolvam a própria Companhia e/ou suas subsidiárias; e/ou (b) representem um valor acima de R$2.000.000,00 (dois milhões de reais); (xxi) aquisição, subscrição, oneração ou alienação de qualquer participação em qualquer outra sociedade ou consórcio, inclusive por meio da constituição de qualquer afiliada ou coligada, bem como a celebração, aditamento ou rescisão de acordo de acionistas, acordos de sócios ou acordos semelhantes em qualquer sociedade na qual a Companhia detiver participação; (xxii) aprovação das políticas, códigos e regimentos internos da Companhia; (xxiii) aprovar o orçamento do Comitê de Auditoria da Companhia, da área de auditoria interna e de eventuais outros comitês que sejam constituídos; (xxiv) definição de voto da Companhia, das suas subsidiárias e seus respectivos representantes nas assembleias gerais, reuniões ou assembleias de sócios ou quaisquer órgãos da administração ou comitês das subsidiárias, afiliadas e coligadas da Companhia, que vierem a deliberar exclusivamente sobre qualquer das matérias elencadas no artigo 22 do Estatuto Social; (xxv) escolha e destituição os auditores independentes da Companhia com base em recomendação do Comitê de Auditoria; (xxvi) aprovar a realização de oferta pública a ser lançada pela própria Companhia para saída do Novo Mercado ou de qualquer outro mercado no qual as ações da Companhia forem negociadas; e (xxvii) elaborar e divulgar parecer fundamentado, favorável ou contrário à aceitação de qualquer OPA que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da OPA, que deverá abordar, no mínimo: (a) sobre a conveniência e oportunidade da OPA quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (b) quanto aos planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; e (c) a respeito de alternativas à aceitação da OPA disponíveis no mercado.

COMITÊS

A Companhia também não possui comitês estatutários, contudo, nos termos do seu Estatuto Social, compete ao Conselho de Administração a criação de referidos órgãos de assessoramento, competindo-lhe, ainda, definir regras sobre composição, prazo de gestão, remuneração e funcionamento.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Nesse sentido, o Comitê de Auditoria foi constituído em 20 de outubro de 2020. Já os seguintes comitês: Comitê ASG (Ambiental, Social e de Governança), Comitê de Pessoas e Remuneração e Comitê de Transações entre Partes Relacionadas foram constituídos em [•] de 2020. Todos os Comitês de Assessoramento possuem regimento interno, conforme aprovado pelo Conselho de Administração em 20 de outubro de 2020 e em [•] de [•] de 2020.

Comitê de Auditoria

Em reunião realizada em 20 de outubro de 2020, os membros do Conselho de Administração da Companhia deliberaram a criação do comitê de auditoria ("Comitê de Auditoria"), bem como eleição de seus membros. O Comitê de Auditoria é um órgão não estatutário de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, a quem se reporta, atuando com independência em relação à Diretoria. Os objetivos do Comitê de Auditoria são avaliar continuamente os sistemas de identificação de riscos e os controles internos da Companhia, monitorando as exposições de risco da Companhia. O Comitê de Auditoria é composto por, no mínimo, 3 membros, sendo, no mínimo: (i) 1 (um) membro independente, conforme definido pelo Regulamento do Novo Mercado; e (ii) 1 (um) membro com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nos termos da regulamentação editada pela Comissão de Valores Mobiliários que dispõe sobre o registro e o exercício da atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários e define os deveres e as responsabilidades dos administradores das entidades auditadas e no relacionamento com os auditores independentes. Compete ao Comitê de Auditoria: (i) avaliar a efetividade dos controles internos e o processo e as estruturas de gerenciamento de riscos da Companhia; (ii) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia; (iii) propor ao Conselho os níveis de tolerância para exposição aos riscos; (iv) debater e analisar com as diretorias responsáveis, as políticas, procedimentos e sistemas de mensuração e gestão de riscos; (v) demandar da gestão ações e medidas para que as remediações de controle sejam viabilizadas e riscos com exposição inaceitável sejam mitigados, acompanhando a sua implementação; (vi) acompanhar as atividades da área de controles internos da Companhia; (vii) avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações entre partes relacionadas; (viii) ser informado pela Auditoria Interna e pelo Canal de Denúncias de temas relevantes de falhas de ética, integridade e fraudes, definindo os procedimentos de investigação a serem adotados; (ix) zelar para que a Diretoria desenvolva controles internos confiáveis; (x) estabelecer canal para receber denúncias, inclusive sigilosas, internas e externas à Companhia, em matérias relacionadas ao escopo de suas atividades; (xi) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação. A íntegra do regimento interno do Comitê de Auditoria poderá ser acessada no *website* de relações com investidores (www.ri.oleoplan.com.br) e no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), na categoria "Regimento Interno de Comitês".

Comitê de Pessoas e Remuneração

Em reunião realizada [•] de [•] de 2020, os membros do Conselho de Administração da Companhia deliberaram a criação do comitê de pessoas e remuneração ("Comitê de Pessoas e Remuneração"), bem como a eleição de seus membros. O Comitê de Pessoas e Remuneração é um órgão não estatutário de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, a quem ser reporta, e é composto por 3 (três) membros, todos com mandato de 2 (dois) anos.

O Comitê de Pessoas e Remuneração é responsável pela alocação do montante destinado como verba global aos administradores, definido pela assembleia geral, entre os membros de cada órgão e sua divisão conforme a natureza dos benefícios. O Comitê de Pessoas e Remuneração não possui regimento interno próprio.

Ademais, visando adotar prática salarial alinhada à sua estrutura organizacional, bem como coerente com as práticas adotadas pelos demais integrantes do setor agrícola, o Comitê de Pessoas e Remuneração é responsável por:

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(i) manter e otimizar a capacidade da Companhia em obter, reter e desenvolver seus colaboradores, estimulando continuamente a motivação e incentivando o desempenho para a qualidade, a produtividade e o comprometimento com os objetivos e resultados;

(ii) proporcionar uma remuneração competitiva, de acordo com as condições econômicas da Companhia para atrais e manter profissionais qualificados, que contribuam para a continuidade e melhoria dos resultados financeiros e operacionais da Companhia;

(iii) proporcionar subsídios, por meio do estabelecimentos de meios adequados à movimentação de pessoal, ao desenvolvimento com os objetivos e resultados; e

(iv) manter os custos de pessoal dentro dos parâmetros prefixados, de maneira a permitir o seu acompanhamento e controle, buscando o equilíbrio entre os interesses financeiros da Companhia e suas práticas de gestão de pessoas.

Comitê ASG (Ambiental, Social e de Governança)

Em reunião realizada [•] de [•] de 2020, os membros do Conselho de Administração da Companhia deliberaram a criação do comitê ambiental, social e de governança ("Comitê ASG"), bem como a eleição de seus membros. O Comitê ASG é um órgão colegiado de assessoramento e instrução, instituído pelo Conselho de Administração da Companhia, na forma no estatuto social da Companhia, e tem como responsabilidade principal assessorar o Conselho de Administração em relação à inserção de culturas sociais, de sustentabilidade e de governança corporativa no posicionamento estratégico da Companhia.

Comitê de Transações entre Partes Relacionadas

Em reunião realizada [•] de [•] de 2020, os membros do Conselho de Administração da Companhia deliberaram a criação do comitê de transações entre partes relacionadas ("Comitê de Transações entre Partes Relacionadas"), bem como a eleição de seus membros. O Comitê de Transações entre Partes Relacionadas é um órgão colegiado, não estatutário, de assessoramento ao Conselho de Administração, que possui como objetivo supervisionar as transações com partes relacionadas da Companhia e prezar pela adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia, avaliar e monitorar as exposições de risco da companhia, podendo inclusive requerer informações detalhadas de políticas e procedimentos vinculados a partes relacionadas e avaliar periodicamente as transações entre partes relacionadas e a Companhia e suas subsidiárias.

CONSELHO FISCAL

A Companhia terá um Conselho Fiscal que somente funcionará nos exercícios sociais em que for instalado, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação da CVM aplicável e do Estatuto Social da Companhia. O pedido de funcionamento do Conselho Fiscal poderá ser formulado em qualquer Assembleia Geral, ainda que a matéria não conste do anúncio da convocação. Esta mesma Assembleia procederá a eleição dos membros do Conselho Fiscal, de seus respectivos suplentes e a fixação da remuneração dos Conselheiros Fiscais que exercerem suas funções na forma do parágrafo terceiro do artigo 162 da Lei das Sociedades por Ações. O Conselho Fiscal da Companhia deverá ser composto, instalado e remunerado em conformidade com a legislação em vigor.

O Conselho Fiscal, quando instalado, será composto por, no mínimo, 3 membros e, no máximo, 5 membros. As atribuições e os poderes do Conselho Fiscal são definidos em lei, não podendo ser outorgados a outro órgão da Companhia sem prévia e expressa autorização legal.

O Conselho Fiscal da Companhia não foi instalado até a data deste Formulário de Referência.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

ii. Informar se possui comitê estatutário de auditoria, informando, caso positivo, suas principais atribuições, forma de funcionamento e se ele atende aos requisitos da regulamentação emitida pela CVM

Na data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia não possui Comitê Estatutário de Auditoria. No entanto, a Companhia possui Comitê de Auditoria, sendo este órgão não estatutário, instituído pelo Conselho de Administração da Companhia.

iii. Informar de que forma o Conselho de Administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se a Companhia possui uma política de contratação de serviços extra-auditoria com o auditor independente, e informando o órgão responsável pela aprovação da política, data de sua aprovação, e caso ela seja divulgada, os locais onde ela pode ser consultada

O Conselho de administração da Companhia seleciona o serviço de auditoria independente dentre as empresas com melhores reputação e experiência no mercado. Os resultados e apontamentos de risco da auditoria são avaliadas nas reuniões do Conselho de Administração e constam em ata. A Companhia não adota uma política de contratação e serviços extra-auditoria com o auditor independente.

b) em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais, indicando se a diretoria possui regimento interno próprio, e informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Diretoria da Companhia será composta por, no mínimo, 3 membros e, no máximo 7 membros, acionistas ou não, eleitos pelo Conselho de Administração, autorizada a cumulação de funções para o cargo de Diretor de Relação com Investidores, sendo designado 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor Financeiro, 1 (um) Diretor de Relações com Investidores, 1 (um) Diretor de Operações e 1 (um) Diretor Industrial e os demais diretores não terão designação específica.

Os Diretores serão eleitos pelo Conselho de Administração, tendo mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição. Os diretores serão investidos nos seus cargos mediante assinatura do termo de posse no livro próprio, observado o disposto no do Estatuto Social da Companhia, e permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores.

Compete exclusivamente à Diretoria: (i) o exercício das atribuições que a lei e o seu Estatuto Social lhe conferirem para assegurar o pleno e regular funcionamento da Companhia e das suas controladas, coligadas e divisões de negócios; (ii) apresentar, anualmente, até o encerramento de cada exercício social, à apreciação do Conselho de Administração, proposta de orientação geral dos negócios da Companhia, de suas controladas e das divisões de seus negócios, relativa ao exercício seguinte, incluindo: (a) a estratégia empresarial das divisões de negócios da Companhia e de suas controladas e coligadas; (b) a estrutura operacional dos negócios, indicando o Diretor que deverá ser responsável pelo acompanhamento de cada uma das suas divisões; (c) o orçamento e plano de metas de cada divisão de negócios; (d) a política de investimentos e desinvestimentos de cada divisão de negócios; (e) a remuneração dos gestores de cada divisão de negócios; (f) a estrutura de capital necessária à execução do orçamento e plano de metas de cada divisão de negócios; e (g) planejamento de pagamento de juros sobre o capital próprio; (iii) apresentar, anualmente, nos 3 (três) meses seguintes ao encerramento do exercício social, à apreciação do Conselho de Administração e dos acionistas, o seu relatório e demais documentos pertinentes às contas do exercício social, bem como proposta para destinação do lucro líquido, observadas as imposições legais e o que dispõe o Capítulo VI do Estatuto Social; (iv) a eleição e destituição dos administradores das sociedades controladas e coligadas de acordo com as indicações feitas pelo Conselho de Administração; (v) abrir, movimentar e encerrar contas bancárias e de investimento; (vi) transigir, renunciar, desistir, fazer acordos, firmar compromissos, contrair obrigações, fazer aplicações de recursos, adquirir, onerar e alienar ativos e conceder garantias, assinando os respectivos termos e contratos; (vii)

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

representar a Companhia, em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, perante quaisquer terceiros, incluindo repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais; e (viii) cumprir as demais atribuições que lhe sejam estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia, pela lei e pelo seu Estatuto Social.

Além das prerrogativas gerais atribuídas aos Diretores, competirá especificamente:

Diretor Presidente: (i) a direção geral dos negócios da Companhia, a convocação e presidência das reuniões da Diretoria e a coordenação dos trabalhos dos demais diretores e do processo de tomada de decisão; (ii) a representação ativa e passiva da Companhia em todas as suas relações com terceiros, em juízo ou fora dele, podendo nomear procuradores e prepostos para que prestem depoimentos em nome da Companhia perante as autoridades requisitantes, responsabilizando-se pelos resultados econômico-financeiros da Companhia e pela proteção de seu nome; (iii) a organização e supervisão das políticas e diretrizes de pessoal, organizacional, gerencial, operacional e de marketing; (iv) a supervisão do cumprimento das políticas e normas estabelecidas pelo Conselho de Administração e das deliberações tomadas em Assembleia Geral; (v) zelar pela observância da lei e do Estatuto Social; (vi) anualmente, elaborar e apresentar ao Conselho de Administração o plano anual de negócios e o orçamento anual da Companhia; (vii) administrar os assuntos de caráter societário em geral; (viii) avaliar os profissionais sob sua responsabilidade; e (ix) indicar nomes de candidatos a ocupar outros cargos na Diretoria da Companhia.

Diretor Financeiro: Compete ao Diretor Financeiro: (i) coordenar a elaboração das demonstrações financeiras da Companhia; (ii) gerir as atividades da Diretoria Financeira da Companhia, incluindo administrar, gerir e controlar as áreas de tesouraria, fiscal e tributária, controladoria, contabilidade e de planejamento financeiro, segundo as orientações do Estatuto Social, das normas legais vigentes e das políticas e diretrizes consignadas pela Assembleia Geral; (iii) assinar propostas, convênios, acordos, contratos com bancos e afins, documentos em geral para abertura, movimentação e encerramento de contas bancárias da Companhia, bem como todo e qualquer documento à administração das finanças da Companhia, em conjunto com qualquer outro Diretor ou um Procurador com poderes específicos; e (iv) administrar os recursos financeiros da Companhia, orientando a aplicação dos excedentes de caixa dentro das políticas e diretrizes existentes, e conduzindo os processos de contratação de empréstimo e de financiamento e os serviços correlatos necessários à expansão da Companhia, conforme orçamento anual.

Diretor de Relação com Investidores: (i) responsabilizar-se pela prestação de informações ao público investidor, à CVM e às bolsas de valores ou mercados de balcão, nacionais e internacionais, bem como às entidades de regulação e fiscalização correspondentes, mantendo atualizados os registros da Companhia nessas instituições; (ii) representar a Companhia perante a CVM, as bolsas de valores e demais entidades do mercado de capitais, bem como prestar informações relevantes aos investidores, ao mercado em geral, à CVM e à B3; e (iii) outras funções estabelecidas em lei e na regulamentação vigente.

Diretor de Operações: Compete ao Diretor de Operações: (i) planejar, organizar, gerir e supervisionar as atividades operacionais de processamento de soja e produção de biodiesel da Companhia; (ii) supervisionar, coordenar e avaliar os profissionais sob sua responsabilidade, incluindo as gerências de tecnologia da informação, de assuntos administrativos, de logística, de recursos humanos, bem como o departamento jurídico; (iii) implementar os procedimentos e assegurar o cumprimento das normas estipuladas pelos órgãos reguladores das atividades da Companhia; e (iv) supervisionar as atividades e ações industriais da Companhia que estão sob a gestão da Diretoria Industrial.

Diretor Industrial: Compete ao Diretor Industrial: (i) liderar e coordenar as atividades e ações industriais na Companhia e em suas filiais operacionais relacionadas aos investimentos em ativo fixo, produção, manutenção, planejamento e controle da produção e engenharia de processos de fabricação; (ii) fiscalizar a qualidade dos processos e produtos da Companhia; e (iii) definir as regras operacionais, os controles e processos relacionados à cadeia de produção.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

A Diretoria da Companhia não possui regimento interno.

c) data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, informando se possui regimento interno próprio, e indicando, em caso positivo, data da sua aprovação pelo conselho fiscal e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia não dispõe de um Conselho Fiscal permanente. Nos termos da lei, a Companhia poderá instalar o Conselho Fiscal a pedido dos acionistas, não tendo sido ele instalado nos exercícios de 2019, 2018 e 2017 ou no exercício social corrente.

d) Informar se há mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração

O desempenho dos membros dos comitês, da Diretoria e seus sucessores é avaliado anualmente, com base em critérios qualitativos e quantitativos, visando a programação, desenvolvimento profissional e remuneração.

Conselho de Administração e Diretoria

O Conselho de Administração realiza, anualmente, avaliação de desempenho do órgão como colegiado, cujo resultado será divulgado a todos os Conselheiros, bem como a avaliação individual de cada um de seus membros, cujo resultado será divulgado somente ao respetivo Conselheiro que foi objeto de avaliação. Além disso, o Conselho de Administração é responsável pela avaliação individual dos membros da Diretoria da Companhia, a qual é realizada anualmente e cujo resultado será divulgado somente ao respetivo Diretor que foi objeto de avaliação. Caberá ao Presidente do Conselho de Administração a condução e coordenação do processo de avaliação anual do Conselho de Administração, tanto do órgão como de cada conselheiro, bem como pela avaliação individual dos membros da Diretoria da Companhia. O Conselho de Administração poderá, a seu exclusivo critério, contar com o apoio de consultoria externa no processo de avaliação.

Comitê de Auditoria e demais comitês

Os Comitês da Companhia realizam avaliações anuais do órgão colegiado, bem como de seus respectivos membros, de forma individual. A condução do processo de avaliação é de responsabilidade do coordenador do comitê, conforme aplicável. Os resultados consolidados das avaliações serão disponibilizados a todos os membros do comitê. Os resultados das avaliações individuais serão disponibilizados à pessoa em questão, ao coordenador do comitê em questão e ao Presidente do Conselho de Administração da Companhia. A avaliação dos comitês deverá ser realizada prioritariamente pelos órgãos internos da Companhia, sendo que a contratação de consultoria externa poderá ser feita em caráter excepcional, conforme aprovado pelo Presidente do Conselho de Administração.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

a. prazos de convocação

A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 04 (quatro) meses seguintes ao término de cada exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem, observadas em sua convocação, instalação e deliberação, as prescrições legais pertinentes e as disposições do Estatuto Social da Companhia.

As reuniões das Assembleias Gerais serão convocadas com, no mínimo, 15 (quinze) dias corridos de antecedência em primeira convocação, e 08 (oito) dias de antecedência, em segunda convocação, se necessária ou, ainda, no prazo determinado pela legislação aplicável. A Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas representando, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do total de ações de emissão da Companhia, salvo quando a lei exigir *quórum* mais elevado e observadas as disposições do Estatuto Social; e, em segunda convocação, com qualquer número de acionistas.

b. competências

Cabe a Assembleia Geral, além das competências que lhe cabem por força de lei: a) fixar o limite da remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e dos membros do Conselho Fiscal, se instalado, observado que caberá ao Conselho de Administração deliberar sobre a distribuição da remuneração individual de cada membro do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, se instalado; b) aprovar planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações ou quaisquer planos de remuneração baseado em ações aos seus administradores, empregados e pessoas físicas que prestem serviços à Companhia, assim como aos administradores, empregados e pessoas físicas que prestem serviços a outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia; c) apresentar pedidos de recuperação judicial ou extrajudicial, ou de autofalência; d) atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações; e) deliberar sobre aumento ou redução do capital social, bem como qualquer decisão que envolva a recompra, resgate ou amortização de ações, em conformidade com as disposições do Estatuto Social, exceto pelo previsto no parágrafo 1°, do artigo 7°, do Estatuto Social; f) deliberar sobre qualquer emissão de ações ou quaisquer valores mobiliários conversíveis em ações, observado o item (ix) do artigo 22 do Estatuto Social; e g) aprovar a dispensa da realização de oferta pública de aquisição de ações para saída do Novo Mercado.

c. endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas no escritório corporativo da Companhia, na Rua Dom Pedro II, nº 861, 9º andar, salas 901 e 902, Bairro Higienópolis, CEP 90.550-142, Porto Alegre/RS, no site da CVM (www.cvm.gov.br), no site da B3 (www.b3.com.br) e no site de relações com investidores da Companhia (www.ri.oleoplan.com.br).

d. identificação e administração de conflitos de interesses

Não adotamos um mecanismo específico para identificar conflitos de interesse no Conselho de Administração, aplicando-se à hipótese as regras constantes na legislação brasileira.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

e. solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

A Companhia não possui regras, políticas ou práticas formalizadas para solicitação de procurações pela Administração para o exercício do direito de voto em suas assembleias gerais.

f. formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procurações outorgados por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização, consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

A Companhia, observando o disposto na Lei das Sociedades por Ações, na regulamentação em vigor, demanda como requisito para a admissão em Assembleia, a apresentação pelos acionistas ou por seus representantes, com até 48 horas de antecedência, dos seguintes documentos: (a) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia, na forma do art. 126 da Lei das Sociedades por Ações; (b) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente, datado de até dois dias úteis antes da realização da Assembleia Geral; e (c) na hipótese de representação do acionista, instrumento de mandato, o qual deverá (i) ter sido outorgado em conformidade com as disposições do §1º do art. 126 da Lei das Sociedades por Ações, (ii) apresentar firmas reconhecidas. O acionista, seu representante legal ou o mandatário, conforme o caso, deverá comparecer à Assembleia Geral munido de documentos que comprovem sua identidade: (a) documento de identificação com foto, para as pessoas físicas; (b) cópia autenticada do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação, bem como documento de identificação com foto dos representantes legais, para as pessoas jurídicas; e (c) cópia autenticada do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social de seu administrador, além da documentação societária outorgando poderes de representação, bem como documento de identificação com foto dos representantes legais, para os fundos de investimento. No caso das pessoas jurídicas estrangeiras, a documentação que comprova os poderes de representação deverá passar por processo de notarização e consularização. Documentos redigidos em outras línguas, nos termos do Decreto-Lei n.º 4.657, de 4 de setembro de 1942, conforme alterado, só serão aceitos mediante apresentação de tradução juramentada.

Nos termos da Convenção Sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros, celebrada em 5 de outubro de 1961, e promulgada pelo Decreto Nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, fica dispensada a consularização de documentos estrangeiros emitidos em países signatários da mencionada convenção, desde que observados todos os seus termos e condições.

Por fim, a Companhia não admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico.

g. formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à Companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização e consularização

Para participar da Assembleia Geral por meio dessa modalidade, os acionistas da Companhia deverão preencher os campos próprios, assinar o Boletim de Voto e enviá-lo, alternativamente, para: (i) o Agente Escriturador (conforme abaixo definido) das ações de emissão da Companhia; (ii) o agente de custódia responsável pela custódia das ações de emissão da Companhia de sua titularidade ("Agente de Custódia"), desde que ele esteja apto a receber o Boletim de Voto nos termos da Instrução CVM 481; ou, ainda, (iii) a Companhia, diretamente.

Neste sentido, a Companhia informa que o agente escriturador de suas ações, a saber, Banco Bradesco S.A., nos termos do convênio firmado com a Companhia, receberá em toda a sua rede de agências bancárias espalhadas por todo o território nacional, conforme normas divulgadas pelo escriturador, o boletim de voto de seus acionistas, que não detenham ações objeto de depósito centralizado. Os acionistas ou seus representantes deverão comparecer em qualquer agência bancária do Agente Escriturador, munidos de documento de identidade válido, original, com foto e,

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

no caso de acionistas considerados pessoas jurídicas e/ou representados por procurador, deverão ser apresentados os documentos de representação competentes, além do Boletim de Voto.

Além disso, cabe salientar que nos termos da Instrução CVM 481, os agentes de custódia podem, mas não são obrigados a receber os Boletins de Voto dos acionistas da Companhia. Em razão disso, é recomendado aos acionistas que verifiquem junto ao respectivo Agente de Custódia se o mesmo prestará tal serviço, bem como seus custos e procedimentos. Nos casos em que o Agente de Custódia opte por receber os Boletins de Voto, os acionistas da Companhia poderão, também, a seu exclusivo critério, encaminhar o Boletim de Voto diretamente a tais agentes.

Ainda, nos termos da Instrução CVM 481, os acionistas que assim desejarem, também poderão encaminhar o Boletim de Voto diretamente para a Companhia, e, neste caso, devem observar as regras a seguir:

(i) o Boletim de Voto somente será recebido quando enviado fisicamente, por via postal, endereçado ao Departamento de Relações com Investidores da Companhia, localizado na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Dom Pedro II, nº 723, Bairro Higienópolis, CEP: 90.550-142, ou quando enviado por *e-mail*, para o seguinte endereço eletrônico: ri@oleoplan.com.br, devendo os originais, neste último caso, serem encaminhados à Companhia antes da data prevista para realização da Assembleia Geral;

(ii) o Boletim de Voto deverá conter local, data e assinatura do acionista solicitante. Caso o acionista seja considerado uma pessoa jurídica nos termos da legislação brasileira, a assinatura deverá ser de seus representantes legais, ou procuradores com poderes para prática deste tipo de ato; e

(iii) o Boletim de Voto encaminhado diretamente à Companhia deverá estar acompanhado da documentação que comprove a qualidade de acionista ou de representante legal do acionista signatário, observados, portanto, os requisitos e formalidades indicados no edital de convocação da Assembleia Geral.

O Boletim de Voto que estiver desacompanhado da documentação necessária à comprovação da condição de acionista, ou à comprovação de sua representação não será considerado válido, e, em consequência, não será processado pela Companhia, podendo, contudo, ser corrigido e reenviado pelo acionista à Companhia, observados os prazos e procedimentos estabelecidos na Instrução CVM 481.

Será admitido o Boletim de Voto que for recebido pelo Agente Escriturador, pelo Agente de Custódia (conforme o caso) e/ou pela Companhia até 7 (sete) dias antes da data de realização da Assembleia Geral, nos termos da Instrução CVM 481.

h. se a Companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância

A Companhia não disponibiliza sistema eletrônico próprio de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância. Também não disponibiliza mecanismos de participação à distância ou um sistema para transmissão ao vivo do vídeo e/ou áudio das assembleias gerais. Ressalta-se que, considerando o disposto no artigo 21-C da Instrução CVM 481, tais sistemas não são obrigatórios à Companhia, ainda que, se verificada a necessidade de sua implementação em um futuro próximo, a Companhia poderá implementá-los.

i. instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do Conselho de Administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância

Nos termos da Instrução CVM 481, será assegurado aos acionistas da Companhia, observadas a regulação vigente e as instruções contidas neste item, o direito de indicar candidatos ao cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia, bem como matérias que sejam consideradas

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

pertinentes para inclusão na ordem do dia de suas assembleias gerais ordinárias.

Regras Gerais

Todas as solicitações de inclusão de matérias para deliberação e de candidatos a membro do Conselho de Administração da Companhia deverão obedecer os prazos estipulados na Instrução CVM 481 para tanto, quais sejam, (i) 45 (quarenta e cinco) dias antes da data de realização da Assembleia Geral Ordinária; e (ii) 25 (vinte e cinco) dias antes da data de realização de Assembleia Geral Extraordinária neste caso, exclusivamente para solicitações de inclusão de candidatos a membro do Conselho de Administração, nas assembleias gerais extraordinárias que venham a ser convocadas para este fim; e deverão ser encaminhadas diretamente à Companhia, endereçado ao departamento de Relação com os Investidores, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Dom Pedro II, nº 861, 9º andar, salas 901 e 902, Bairro Higienópolis, CEP 90.550-142, ou quando enviado por e-mail, para o endereço: ri@oleoplan.com.br, devendo os originais, neste último caso, serem encaminhados à Companhia antes do termo final do prazo indicado nos subitens “i” e “ii” acima.

A solicitação de inclusão de matérias ou de candidatos deverá conter: local, data e assinatura do acionista solicitante. Caso o acionista seja considerado uma pessoa jurídica nos termos da legislação brasileira, a assinatura deverá ser de seus representantes legais, ou procuradores com poderes para prática deste tipo de ato.

Além disso, toda e qualquer solicitação deverá estar acompanhada da documentação comprobatória de representação do acionista indicada na alínea “f” deste item 12.2

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

Ainda, as solicitações de inclusão deverão ser elaboradas em linguagem clara, objetiva e que não induza os acionistas a erro, devendo conter no máximo 2.100 (dois mil e cem) caracteres (incluindo os espaços), por matéria/candidato, devendo, ainda, ser formulada como uma proposta indicando ao final o acionista responsável por sua autoria, de modo que baste aos demais acionistas aprová-la, rejeitá-la ou abster-se de deliberar sobre ela.

Adicionalmente, deverão ser encaminhadas juntamente com as solicitações de inclusão todas as informações necessárias ao correto entendimento da matéria em deliberação, especialmente caso ela se enquadre no rol de matérias que requerem informações específicas nos termos dos artigos 8º a 21 da Instrução CVM 481.

Por fim, as solicitações de inclusão de matérias e/ou candidatos deverão vir acompanhadas das informações indicadas no Anexo 21-M-II-d da Instrução CVM 481.

A solicitação de inclusão que estiver desacompanhada da documentação necessária não será considerada válida, e, em consequência, não será processada pela Companhia, podendo, contudo, ser corrigida e reenviada pelo acionista à Companhia, observados os prazos e procedimentos estabelecidos na Instrução CVM 481.

Por fim, nos termos do inciso II do artigo 21-L da Instrução CVM 481, somente poderão encaminhar solicitações de inclusão de propostas de deliberação no âmbito das assembleias gerais ordinárias os acionistas que detiverem participação societária igual ou superior a 5,0% (cinco inteiros por cento) do capital social total da Companhia. Por sua vez, nos termos do inciso I do artigo 21-L da Instrução CVM 481, poderão encaminhar indicações de candidatos à eleição de membros do Conselho de Administração da Companhia no âmbito das assembleias gerais ordinárias e extraordinárias destinadas a deliberar sobre estas matérias os acionistas que detiverem participação societária igual ou superior a 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) do total das ações de mesma espécie e/ou classe de ações emitidas pela Companhia.

j. se a Companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias. Caso se verifique a existência dessa demanda em momento futuro, a Companhia avaliará os melhores métodos de implementação de sistemas como os mencionados.

k. Outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito ao voto a distância

Outras informações relativas à participação à distância nas assembleias da Companhia serão divulgadas por ocasião de sua convocação.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

a. frequência das reuniões:

A Companhia não possuía Conselho de Administração instalado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

No entanto, atualmente o Estatuto Social da Companhia estabelece que o Conselho de Administração reunir-se-á: (i) ordinariamente ao menos 4 (quatro) vezes por ano; e (ii) extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente ou pela maioria de seus membros, mediante notificação escrita entregue com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

b. se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui, nesta data, acordo de acionistas vigente. Não obstante, caso a Companhia verifique que, a depender do percentual de participação societária que será disponibilizado à venda no contexto da oferta pública de distribuição primária de ações de emissão da Companhia, e a depender da estrutura societária a ser estruturada após referida oferta, incluindo no que diz respeito ao percentual de ações em circulação que estarão disponíveis no mercado, a Companhia pode vir a celebrar um acordo de acionistas entre os seus, na ocasião, acionistas, o que, se for o caso, será objeto de descrição neste item do Formulário de Referência.

c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses

A Política de Transações com Partes Relacionadas, aprovada pelo Conselho de Administração em 20 de outubro de 2020, visa a estabelecer regras a fim de assegurar que todas as decisões envolvendo partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses sejam tomadas tendo em vista os nossos interesses. A Política de Transações com Partes Relacionadas interpreta conflito de interesses como uma situação que emerge quando uma pessoa se encontra envolvida em processo decisório, negócio ou potencial transação em que ela tenha o poder de influenciar ou direcionar o resultado final deste processo e, assim, assegurar uma vantagem indevida para si, algum familiar ou terceiros, ou ainda que possa interferir na sua capacidade de julgamento isento, prejudicando o nosso melhor interesse. Dessa forma, a nossa Política estabelece alguns procedimentos a serem observados pelos administradores envolvidos em operações com partes relacionadas ou potenciais conflitos de interesse.

Os nossos administradores ou os administradores de nossas controladas envolvido no processo de aprovação de qualquer transação com partes relacionadas, que estiver em uma situação pessoal de conflito de interesses, deverá informar essa situação à nossa Diretoria ou ao nosso Conselho de Administração (a depender do órgão responsável pela aprovação da transação com parte relacionada) e deverá explicar seu envolvimento na transação e, mediante solicitação, fornecer detalhes e explicações sobre os termos e condições da transação e sua situação. Neste caso, o administrador conflitado deverá se ausentar da parte final da discussão, incluindo o processo de votação da matéria.

Para mais informações sobre a nossa Política de Transações com Partes Relacionadas, vide item 16.1 deste Formulário de Referência. A íntegra da nossa Política de Transações com Partes Relacionadas pode ser acessada no nosso site de relações com investidores (www.ri.oleoplan.com.br) e no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), na categoria “Política de Transações entre Partes Relacionadas”.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

d. se o emissor possui política de indicação e de preenchimento de cargos do Conselho de Administração formalmente aprovada, informando, em caso positivo:

(i) órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado; e

Em reunião realizada em 20 de outubro de 2020, os membros do nosso Conselho de Administração aprovaram a nossa política de indicação dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria, do Conselho Fiscal e dos Comitês de Assessoramento ("Política de Indicação"). A íntegra da nossa Política de Indicação pode ser acessada no nosso site de relações com investidores (www.ri.oleoplan.com.br) e no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), na categoria "Política de indicação".

(ii) principais características da política, incluindo regras relativas ao processo de indicação dos membros do Conselho de Administração, à composição do órgão e à seleção de seus membros

A Política de Indicação estabelece as diretrizes, critérios e procedimentos para a indicação de membros ao Conselho de Administração, Diretoria e membros de comitês de assessoramento do Conselho de Administração da nossa Companhia. Como diretriz geral, a Política prevê que o processo de indicação de candidatos deve visar que os cargos elegíveis sejam preenchidos por membros de perfil diversificado, levando-se em conta conhecimentos, experiências, comportamentos, aspectos culturais, faixa etária e gênero. Adicionalmente, os indicados aos cargos deverão ser profissionais altamente qualificados, com notável experiência profissional, técnica e acadêmica, com reputação ilibada.

A indicação dos membros para composição do Conselho de Administração poderá ser feita pela administração ou por qualquer acionista da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

O acionista que desejar indicar candidatos para o Conselho de Administração poderá notificar a Companhia por escrito informando o nome completo e qualificação dos candidatos em até 30 (trinta) dias antes da realização da assembleia geral de acionistas que elegerá o novo Conselho de Administração da Companhia.

Nos termos do artigo 3º da Instrução CVM nº 367, de 29 de maio de 2002 ("Instrução CVM 367"), o acionista que submeter a indicação de membro do Conselho de Administração deverá apresentar, no mesmo ato:

(i) cópia do instrumento de declaração de desimpedimento, nos termos da Instrução CVM 367, ou declarar que obteve do indicado a informação de que está em condições de firmar tal instrumento, indicando as eventuais ressalvas; e

(ii) currículo do candidato indicado, contendo, no mínimo, sua qualificação, experiência profissional, escolaridade, principal atividade profissional que exerce no momento e indicação de quais cargos ocupa em conselhos de administração, fiscal ou consultivo em outras companhias e o atendimento aos requisitos da Cláusula 2.4 acima.

O cumprimento dos requisitos estabelecidos acima será verificado pela diretoria da Companhia e, caso cumpridos, o nome do candidato será posto em votação em assembleia geral de acionistas da Companhia, sendo que, em qualquer caso, se o candidato indicado não cumprir com os requisitos elencados na referida Política, será vedada a sua indicação para aprovação da Assembleia. A eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia será realizada conforme previsto no Estatuto Social e na legislação aplicável.

Por fim, a proposta de reeleição de membros do Conselho de Administração deverá levar em consideração o desempenho do candidato, assim como sua experiência e a assiduidade nas reuniões durante o mandato anterior.

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem

12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

O Estatuto Social da Companhia prevê que ela seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal (se instalado), efetivos e suplentes, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do conselho fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385, de 07 de setembro de 1976, conforme alterada, na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, dos regulamentos da B3 e do Contrato de Participação do Novo Mercado.

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
Marcos Merlin Boff	15/10/1979	Pertence apenas à Diretoria	20/10/2020	2 anos	6
946.447.560-91	Economista	19 - Outros Diretores	20/10/2020	Sim	0.00%
O Sr. Marcos Merlin Boff exerce também o cargo de membro (efetivo) do Conselho de Administração da Companhia, com mandato até outubro de 2022.		Diretor Presidente			
Angelo Tedesco Muratore	15/04/1984	Pertence apenas à Diretoria	20/10/2020	2 anos	0
816.911.650-34	Engenheiro de Produção	12 - Diretor de Relações com Investidores	20/10/2020	Sim	0.00%
O Sr. Angelo Tedesco Muratore exerce ainda o cargo de Diretor Financeiro da Companhia.					
Andrea Mie Taneda Santi Pereira	04/02/1969	Pertence apenas à Diretoria	20/10/2020	2 anos	6
511.445.810-87	Bacharel em Tecnologia da Informação	19 - Outros Diretores	20/10/2020	Sim	0.00%
Não aplicável.		Diretora de Operações			
Domingos Costella	02/09/1951	Pertence apenas à Diretoria	20/10/2020	2 anos	20
223.537.800-59	Administrador de Empresas	19 - Outros Diretores	20/10/2020	Sim	0.00%
Não aplicável.		Diretor Industrial			
Luís Rheingantz Barbieri	16/10/1981	Pertence apenas ao Conselho de Administração	20/10/2020	2 anos	0
221.808.818-51	Engenheiro de Produção Agroindustrial	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	20/10/2020	Sim	100.00%
Não aplicável.					
Paulo Iserhard	24/09/1955	Pertence apenas ao Conselho de Administração	20/10/2020	2 anos	0
184.832.910-53	Engenheiro mecânico	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	20/10/2020	Sim	100.00%
Não aplicável.					
Osvaldo B. Schirmer	22/08/1950	Pertence apenas ao Conselho de Administração	20/10/2020	2 anos	0
108.187.230-68	Administrador de Empresas	29 - Outros Conselheiros	20/10/2020	Sim	100.00%

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
O Sr. Osvaldo também exerce a função de coordenador do Comitê de Auditoria da Companhia.		Conselho de Adm. Independente (Efetivo) / Vice-Presidente do Conselho de Administração			
Irineu Boff	13/07/1948	Pertence apenas ao Conselho de Administração	20/10/2020	2 anos	0
006.642.780-00	Engenheiro	20 - Presidente do Conselho de Administração	20/10/2020	Sim	100.00%
Não aplicável.					

Experiência profissional / Critérios de Independência

Marcos Merlin Boff - 946.447.560-91

O Sr. Marcos Merlin Boff exerce o cargo de Diretor Presidente da Companhia desde 10/2020, tendo atuado, entre 2010 e 2020 como Diretor Comercial e anteriormente como Gerente Financeiro na Oleoplan, atua na empresa há 23 anos. O Sr. Marcos Merlin Boff graduou-se em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, possuindo ainda MBA em Gestão com Ênfase em Finanças pela Escola Superior de Propaganda e Marketing. É vice-presidente técnico da UBRABIO – União Brasileira do Biodiesel e Bioquerosene, além de atuar como sócio e/ou diretor de outras sociedades.
O Sr. Marcos Merlin Boff não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução da CVM n° 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Angelo Tedesco Muratore - 816.911.650-34

O Sr. Angelo Tedesco Muratore exerce o cargo de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia, além de configurar como sócio de outras sociedades e conselheiro da Rodoil Distribuição de Combustiveis S/A. O Sr. Angelo é formado de engenharia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e é Alumni na Harvard Business School: (i) Programa of leadership development, (ii) Leading Professional Services Firms e (iii) Changing the Game. Ademais, o Sr. Angelo atuou como sócio da Pier Partners, além de atuar como sócio e/ou diretor de outras sociedades.

O Sr. Angelo Tedesco Muratore não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução da CVM n° 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Andrea Mie Taneda Santi Pereira - 511.445.810-87

A Sra. Andrea Mie Taneda Santi Pereira exerce o cargo de Diretora de Operações da Companhia desde 10/2020, tendo atuado, entre 2010 e 2020, como Diretora Administrativa Corporativa, entre 2007 e 2009 como Gerente Administrativa Corporativa e anteriormente, como Controller na Oleoplan, atua na empresa há 22 anos, além de atuar como sócia e/ou diretora de outras sociedades. A Sra. Andrea Mie Taneda Santi Pereira graduou-se em Tecnologia da Informação pela UNISINOS.
A Sra. Andrea Mie Taneda Santi Pereira não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução da CVM n° 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Domingos Costella - 223.537.800-59

O Sr. Domingos Costella exerce o cargo de Diretor Industrial da Companhia desde 1979. O Sr. Domingos Costella graduou-se em Administração de Empresas pela Associação Internacional de Educação Continuada (AIEC), além de atuar como sócio e/ou diretor de outras sociedades.
O Sr. Domingos Costella não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução da CVM n° 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Luís Rheingantz Barbieri - 221.808.818-51

O Sr. Luis Rheingantz Barbieri exerce o cargo de Conselheiro do Conselho de Administração da Companhia desde 2020, tendo atuado, entre 2004 e 2019, em diversos cargos de liderança (Trader, Diretor e Diretor Executivo) da Louis Dreyfus Company, também atuando como Conselheiro e Diretor Executivo da AZL Grãos e da Carguero, como Conselheiro da ABIOVE e como Presidente da ANEC. O Sr. Luis Rheingantz Barbieri graduou-se em Engenharia de Produção Agroindustrial pela UFSCar, com especializações em Disruptive Innovation (pela Harvard Business School) e na LDC Leadership Program (pelo IMD Business School).

O Sr. Luis Rheingantz Barbieri não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução da CVM n° 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Paulo Iserhard - 184.832.910-53

O Sr. Paulo Iserhard exerce o cargo de Conselheiro do Conselho de Administração da Companhia desde 2020, tendo atuado, entre 2008 e 2012, como Conselheiro de Administração das empresas MWV Wadco India Pvt.Ltd, Medabil Sistemas Construtivos S.A. e Escola Americana de Campinas. Anteriormente, atuou em cargos de liderança na Rigesa Embalagens Papel e Celulose Ltda (Vice-Presidente), na Medabil Varco-Pruden S.A. (Diretor-Geral) e na Condor S.A. (Diretor-Geral). É Conselheiro de Administração da Alliage SA Equipamentos Médico Odontológicos, GG Participações S.A, Kemin South America, Lwart Participações e Empreendimentos Ltda, Celulose Irani SA, Sikur Participações Societárias Ltda. e Habitasul de Participações S.A. O Sr. Paulo Iserhard graduou-se em Engenharia Mecânica pela UFRGS, possuindo especializações nos Programas de Dinâmica do Mercado Global (pela Kellogg School of Management- Northwestern University – EEUU), de Gestão Avançada (pela INSEAD/França), de Gestão Estratégica de Pessoas (também pela INSEAD/França) e diversos cursos para conselheiros (pelo IBGC e FDC).
O Sr. Paulo Iserhard não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução da CVM n° 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Osvaldo B. Schirmer - 108.187.230-68

O Sr. Osvaldo B. Schirmer exerce o cargo de Conselheiro do Conselho de Administração e Vice-Presidente do Conselho de Administração e a função de Coordenador do Comitê de Auditoria da Companhia desde 2020, tendo atuado, entre 1986 e 2013, em diversos cargos, inclusive como Diretor Financeiro, CFO e vice-presidente do Grupo Gerdau, e, anteriormente, em cargos de liderança no Grupo Iochpe. É vice-presidente do Conselho de Administração da Lojas Renner S.A, coordenador do Comitê de Pessoas e membro Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos nesta mesma empresa. Também é membro dos Conselhos de Administração da SLC Agrícola S/A., da CMPC produtora de Celulose e Papel e da Estácio Participações S.A. (Atualmente YDUQS), onde nesta última acumula com a coordenação do comitê de Auditoria e Finanças. Também é membro dos Conselhos Consultivos da SLC Participações, da META Soluções de Informática e da FCC. O Sr. Osvaldo B. Schirmer graduou-se em Administração de Empresas pela UFRGS, com “Masters’ Degree” pela Southern Illinois University e especialização em Instrumentos de Gestão para “Senior Management”, pela Harvard Business School.
O Sr. Osvaldo B. Schirmer não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução da CVM n° 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Irineu Boff - 006.642.780-00

O Sr. Irineu Boff exerce o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Companhia desde 10/2020, tendo atuado, desde 1979 como Diretor Presidente da Oleoplan. O Sr. Irineu Boff graduou-se em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. É presidente do SINDIBIO, presidente do SIÓLEO, vice-presidente da UBRABIO e vice-presidente do SINDIEÓLICA, além de atuar como sócio e/ou diretor de outras sociedades.
O Sr. Irineu Boff não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução da CVM n° 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Marcos Merlin Boff - 946.447.560-91	
N/A	

Angelo Tedesco Muratore - 816.911.650-34

748

N/A

Andrea Mie Taneda Santi Pereira - 511.445.810-87

N/A

Domingos Costella - 223.537.800-59

N/A

Luís Rheingantz Barbieri - 221.808.818-51

N/A

Paulo Iserhard - 184.832.910-53

N/A

Osvaldo B. Schirmer - 108.187.230-68

N/A

Irineu Boff - 006.642.780-00

N/A

749

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	**Descrição outros comitês**	**Profissão**	**Descrição outros cargos ocupados**	**Data eleição**	**Número de Mandatos Consecutivos**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Osvaldo B. Schirmer	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não estatutário	Outros	22/08/1950	20/10/2020	20/10/2020
108.187.230-68		Administrador de Empresas	Coordenador do Comitê de Auditoria (Efetivo) (Independente)	20/10/2020	0	100.00%
O Sr. Osvaldo B. Schirmer também exerce o cargo de Conselheiro (Efetivo) e Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia, com mandato até 2022. Também exerce a função de Coordenador do Comitê de Auditoria na Companhia.						
Carlos Fernando Couto de Oliveira Souto	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não estatutário	Outros	30/01/1967	20/10/2020	20/10/2020
469.694.890-00		Advogado	Membro do Comitê de Auditoria (Efetivo) (Independente)	20/10/2020	0	100.00%
Não aplicável.						
Reinaldo H. Lacerda	Outros Comitês	Comitê de Auditoria Não estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	03/03/1960	20/10/2020	20/10/2020
041.189.718-79	Pertence apenas ao Comitê de Auditoria	Engenheiro		20/10/2020	0	100.00%
Não aplicável.						

Experiência profissional / Critérios de Independência

Osvaldo B. Schirmer - 108.187.230-68

O Sr. Osvaldo B. Schirmer exerce o cargo de Conselheiro do Conselho de Administração e a função de Coordenador do Comitê de Auditoria da Companhia desde 2020, tendo atuado, entre 1986 e 2013, em diversos cargos, inclusive como Diretor Financeiro, CFO e vice-presidente do Grupo Gerdau, e, anteriormente, em cargos de liderança no Grupo Iochpe. É vice-presidente do Conselho de Administração da Lojas Renner S.A, coordenador do Comitê de Pessoas e membro Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos nesta mesma empresa. Também é membro dos Conselhos de Administração da SLC Agrícola S/A., da CMPC produtora de Celulose e Papel e da Estácio Participações S.A. (Atualmente YDUQS), onde nesta última acumula com a coordenação do comitê de Auditoria e Finanças. Também é membro dos Conselhos Consultivos da SLC Participações, da META Soluções de Informática e da FCC. O Sr. Osvaldo B. Schirmer graduou-se em Administração de Empresas pela UFRGS, com “Masters’ Degree” pela Southern Illinois University e especialização em Instrumentos de Gestão para “Senior Management”, pela Harvard Business School.
O Sr. Osvaldo B. Schirmer não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução da CVM n° 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.
A Companhia não tem conhecimento da participação do Sr. Osvaldo B. Schirmer em entidades do terceiro setor.
A Companhia não tem conhecimento de que o Sr. Osvaldo B. Schirmer tenha sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.
O Sr. Osvaldo B. Schirmer não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 301.

Carlos Fernando Couto de Oliveira Souto - 469.694.890-00

O Sr. Carlos Fernando Couto de Oliveira Souto é advogado há 31 anos, sendo reconhecido, várias vezes, em guias internacionais especializados nas áreas societária, regulatória, resolução de conflitos e reestruturação de empresas. Tem vasta experiência em projetos jurídicos complexos. Serve também há muitos anos em conselhos de empresas e instituições, bem como em comitês de conselhos. Foi diretor e presidente do IEE - Instituto de Estudos Empresariais, do qual é membro do conselho, do Instituto Liberdade, do YPO - Área Brasil, do qual também foi conselheiro, foi presidente da AMCHAM - Porto Alegre, da qual é também membro do conselho. Foi diretor e vice-presidente da Federasul e da Associação Comercial de Porto Alegre.
O Sr. Carlos Fernando Couto de Oliveira Souto não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução da CVM n° 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.
A Companhia não tem conhecimento da participação do Sr. Carlos Fernando Couto de Oliveira Souto em entidades do terceiro setor.
A Companhia não tem conhecimento de que o Sr. Carlos Fernando Couto de Oliveira Souto tenha sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.
O Sr. Carlos Fernando Couto de Oliveira Souto não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 301.

Reinaldo H. Lacerda - 041.189.718-79

O Sr. Reinaldo H. Lacerda possui com vivência no mercado Brasileiro e Internacional e ampla experiência em Finanças, Gestão empresarial e de Investimentos, tendo assumido posições de liderança em grandes conglomerados financeiros, além de ter atuado, entre 2014 a 2019, como conselheiro de administração da Faisa S/A.
O Sr. Reinaldo H. Lacerda não possui qualquer condenação criminal ou em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução da CVM n° 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.
A Companhia não tem conhecimento da participação do Sr. Reinaldo H. Lacerda em entidades do terceiro setor.
A Companhia não tem conhecimento de que o Sr. Reinaldo H. Lacerda tenha sofrido, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo a CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.
O Sr. Reinaldo H. Lacerda não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 301.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Osvaldo B. Schirmer - 108.187.230-68	
N/A	
Carlos Fernando Couto de Oliveira Souto - 469.694.890-00	
N/A	
Reinaldo H. Lacerda - 041.189.718-79	
N/A	

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Administrador do emissor ou controlada				
Irineu Boff	006.642.780-00	Oleoplan S.A. Óleos Vegetais Planalto	88.676.127/0001-76	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Presidente do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Marcos Merlin Boff	946.447.560-91	Oleoplan S.A. Óleos Vegetais Planalto	88.676.127/0001-76	
Diretor Presidente e Conselheiro				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
Irineu Boff	006.642.780-00	IMGC ADMINISTRAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES LTDA.	38.176.235/0001-01	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Presidente do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Greice Merlin Boff	788.496.590-91	IMGC ADMINISTRAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES LTDA.	38.176.235/0001-01	
Acionista				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
Marcos Merlin Boff	946.447.560-91	Oleoplan S.A. Óleos Vegetais Planalto	88.676.127/0001-76	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretor Presidente e Conselheiro				
Pessoa relacionada				
Greice Merlin Boff	788.496.590-91	Oleoplan S.A. Óleos Vegetais Planalto	88.676.127/0001-76	
Acionista				
Observação				

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Na data de apresentação deste Formulário de Referência, não há relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores, controladas e controladores da Companhia.

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

Na data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia está em fase de negociação para contratação de Seguro contra Responsabilidade Civil (D&O) para os membros do Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal, caso instalado.

12.12 - Outras informações relevantes

12.12. - Outras Informações Relevantes

Data e quórum de instalação das Assembleias Gerais realizada nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente:

DATA:	TIPO DA ASSEMBLEIA:	QUÓRUM DE INSTALAÇÃO:
28/04/2017	Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	100%
02/04/2018	Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	100%
08/07/2019	Assembleia Geral Extraordinária	100%
17/12/2019	Assembleia Geral Extraordinária	100%
02/08/2020	Assembleia Geral Extraordinária	100%
05/05/2020	Assembleia Geral Extraordinária	100%
15/04/2020	Assembleia Geral Extraordinária	100%
15/09/2020	Assembleia Geral Ordinária	100%
16/09/2020	Assembleia Geral Extraordinária	100%
14/10/2020	Assembleia Geral Extraordinária	100%
20/10/2020	Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	100%

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia possui uma Política de Remuneração de Administradores, aprovada por seu Conselho de Administração em 20 de outubro de 2020, e que se encontra disponível para consulta no site de relações com investidores da Companhia (www.ri.oleoplan.com.br), estabelece diretrizes e regras para a fixação da remuneração e dos benefícios concedidos aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado, e dos comitês instituídos pela Companhia ("Administradores").

A prática de remuneração da Companhia para o Conselho de Administração, a Diretoria Estatutária e o Conselho Fiscal, quando instalado, tem por objetivo: (i) atrair, recompensar, reter e incentivar os Administradores na condução de seus negócios de forma sustentável, observados os limites de risco adequados, estando alinhada aos interesses dos acionistas; (ii) proporcionar uma remuneração com base em critérios que diferenciem o desempenho, e que permitam também o reconhecimento e a valorização da performance individual; e (iii) assegurar a manutenção de padrões compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho referencial, estabelecendo diretrizes para a fixação de eventual remuneração e benefícios concedidos aos Administradores.

A Companhia possui Conselho Fiscal de funcionamento não permanente, sendo que o referido órgão não foi instalado no exercício social de 2019, 2018 e 2017 ou no exercício social corrente.

b. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles:

Conselho de Administração

Remuneração Fixa

Pró-labore. A remuneração dos membros do nosso Conselho de Administração, exceto em casos em que os conselheiros também atuem como executivos, é composta por uma remuneração mensal fixa, a qual tem como objetivo remunerar os serviços de cada conselheiro, dentro do escopo de responsabilidade atribuído ao Conselho de Administração da Companhia e com base na dedicação de tempo, sendo estabelecida e revisada de acordo com a legislação e os padrões de mercado.

Benefícios Diretos e Indiretos

Os membros do Conselho de Administração poderão receber benefícios quando elegíveis. Quando necessário, a Companhia reembolsa as despesas de estada e locomoção vinculadas ao exercício do cargo em questão.

Participação em Comitês

Os membros do Conselho de Administração poderão fazer jus à remuneração por participação em comitês, cujos critérios de exigibilidade deverão ser definidos pelo Conselho de Administração.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Remuneração Variável

Os membros do Conselho de Administração não fazem jus a remuneração variável, incluindo bônus, participação nos resultados, participações em reuniões, e comissões. No entanto, os membros do Conselho de Administração que ocuparem outros cargos na Companhia poderão fazer jus ao recebimento de remuneração variável

Benefícios Pós-Emprego

Os membros do Conselho de Administração não fazem jus a benefícios pós-emprego.

Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo

Os membros do Conselho de Administração não fazem jus a benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo.

Remuneração Baseada em Ações

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui remuneração baseada em ações em vigor. Contudo, a Companhia esclarece que está em fase de estruturação e implementação de um plano de remuneração baseado em ações, cujos termos e condições, potenciais beneficiários, entre outros aspectos, serão descritos neste item 13 tão logo tal plano seja aprovado em sede de assembleia geral da Companhia. Para mais informações sobre a estruturação do plano de remuneração da Companhia baseado em ações, vide item 13.4 deste Formulário de Referência.

Diretoria Estatutária

Remuneração Fixa

Pró-labore. Nossos executivos (diretores estatutários) fazem jus à remuneração fixa que tem como objetivo remunerar os serviços de cada diretor, dentro do escopo de responsabilidade atribuído à Diretoria da Companhia.

Benefícios Diretos e Indiretos.

Os nossos diretores poderão fazer jus a benefícios, como um assistência médica, vale refeição por dia útil, previdência privada, ajuda de custo e seguro de vida em grupo. No entanto, ressaltamos que o valor desses benefícios não possui qualquer representatividade no montante da remuneração.

Participação em Comitês

Os membros da Diretoria Estatutária não fazem jus à remuneração por participação em comitês.

Remuneração Variável

Os membros da Diretoria Estatutária fazem jus à remuneração variável (Bônus) anual, baseada em indicadores de desempenho quantitativos e qualitativos definidos periodicamente, que tem como objetivo de incentivar o cumprimento das metas de desempenho anual da empresa, alinhando os incentivos de curto prazo entre executivos e acionistas, bem como atrair e reter os melhores profissionais do mercado.

Remuneração Baseada em Ações

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui remuneração baseada em ações

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

em vigor. Contudo, a Companhia esclarece que está em fase de estruturação e implementação de um plano de remuneração baseado em ações, cujos termos e condições, potenciais beneficiários, entre outros aspectos, serão descritos neste item 13 tão logo tal plano seja aprovado em sede de assembleia geral da Companhia. Para mais informações sobre a estruturação do plano de remuneração da Companhia baseado em ações, vide item 13.4 deste Formulário de Referência.

Comitês

Os membros dos Comitês, que sejam considerados independentes ou que não tenham qualquer vínculo prévio com a Companhia, são elegíveis a uma remuneração fixa mensal. Em relação aos membros do comitê que exercem outras funções dentro da Companhia, caberá ao Conselho de Administração decidir sobre o pagamento de remuneração adicional.

ii. ***Em relação aos três últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total:***

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2019	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitês
Remuneração Fixa	-	100%	N/A	N/A
Remuneração Variável	-	0%	N/A	N/A
Baseada em Ações	-	0%	N/A	N/A
T O T A L	-	100,00%	N/A	N/A

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2018	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitês
Remuneração Fixa	-	100%	N/A	N/A
Remuneração Variável	-	0%	N/A	N/A
Baseada em Ações	-	-	N/A	N/A
T O T A L	-	100,00%	N/A	N/A

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2017	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitês
Remuneração Fixa	-	100%	N/A	N/A
Remuneração Variável	-	0%	N/A	N/A
Baseada em Ações	-	-	N/A	N/A
T O T A L	-	100,00%	N/A	N/A

iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A remuneração global dos Executivos observará, em qualquer caso, os limites estabelecidos pela assembleia geral de acionistas da Companhia, nos termos da legislação societária. O valor global máximo a ser pago aos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e dos membros do Conselho Fiscal, quando instalado, a título de remuneração será determinado pela assembleia geral de acionistas, observado que caberá ao Conselho de Administração deliberar sobre a distribuição individual da remuneração do próprio Conselho de Administração, da Diretoria e, se instalado, do Conselho Fiscal.

A metodologia de cálculo e reajuste leva em consideração as práticas comumente adotadas pelo mercado, e se baseia em pesquisas específicas realizadas com foco em empresas do mesmo setor, bem como nos índices oficiais de inflação divulgados pelo governo, de forma que a remuneração dos

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

administradores seja periodicamente reajustada garantindo a compatibilidade dos valores com as metas e com as diretrizes da Companhia, conforme a evolução dos indicadores de desempenho descritos no item “c” abaixo.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

iv. ***razões que justificam a composição da remuneração***

A Companhia mantém em seu quadro profissionais qualificados para a função, com relevante experiência. Desta forma, a remuneração fixa dos administradores se refere ao cumprimento das obrigações funcionais associados ao cargo, atrelada ao grau de responsabilidades e da experiência para ocupar a posição.

A remuneração fixa tem como objetivo atrair e reter profissionais qualificados que possam contribuir para o crescimento, sucesso e perpetuidade da Companhia e leva em conta a responsabilidade do cargo ocupado.

A Companhia acredita que a combinação dos elementos fixos que compõem a remuneração, alinha os interesses dos executivos aos interesses da Companhia no curto, médio e longo prazos. A parcela fixa dos rendimentos proporciona segurança para o cumprimento de obrigações rotineiras dos executivos, associada a metas estabelecidas para cada exercício social, oferece o estímulo necessário para que o próprio executivo e também os seus liderados entreguem seus melhores esforços no sentido de atingir e superar as metas da Companhia.

A Companhia acredita que o pagamento de bônus baseado em indicadores financeiros alinha os interesses de médio e longo prazo de seus administradores com os da instituição, à medida que busca desenvolver neles o sentimento de "dono", conforme sejam remunerados pelos resultados positivos da Companhia.

v. a existência de membros não remunerados pela Companhia e a razão para esse fato

Não aplicável, tendo em vista que todos os membros da administração da Companhia são remunerados.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:

Os indicadores levados em consideração na determinação da remuneração fazem parte de um sistema de gestão de metas, que leva em consideração, entre outros, os seguintes aspectos: (i) indicadores estratégicos da Companhia, como EBITDA, receita, crescimento, satisfação do cliente, volume de vendas e despesas (ii) projetos estratégicos, retenção de talentos e aderência a padrões. O modelo de avaliação de desempenho da administração, quando aplicável, é baseado em objetivos e metas estabelecidos para o período a partir de planejamento estratégico empresarial.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Tendo em vista que a remuneração fixa e os benefícios não são afetados diretamente pelo desempenho individual de nossos administradores, não há indicadores específicos para estes elementos da remuneração. A parcela variável dos diretores está vinculada ao desempenho da própria Companhia no período em questão. Sendo assim, os valores a serem pagos aos diretores da Companhia a título de remuneração variável dependem dos resultados da Companhia (meta coletiva) e do alcance das metas individuais de tais diretores.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A estratégia de remuneração da Companhia tem como objetivo a atração, retenção e motivação de profissionais qualificados, bem como a perpetuidade da Companhia. As práticas de remuneração adotadas alinham-se aos interesses da Companhia, através das políticas e diretrizes que, em suas análises, tem como itens principais a criação de valor e a continuidade dos negócios.

A parcela fixa da remuneração dos administradores, é uma forma de se buscar a compatibilidade da política de remuneração com os níveis de responsabilidade assumidos pelos administradores e a

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

gestão de riscos da Companhia. Assim, a estrutura da política de remuneração visa a evitar a assunção de riscos excessivos e proteger os acionistas.

A Companhia busca o alinhamento de interesses por meio de salários compatíveis com os níveis de mercado e busca por meio da meritocracia premiar o alcance e a superação de metas.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Nos últimos três exercícios sociais e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, determinados administradores da Companhia receberam parcela da sua remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos da Companhia. Para mais informações, vide item 13.15 deste Formulário de Referência.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Na data deste Formulário de Referência, não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário atribuídos aos administradores da Companhia.

h. práticas e procedimentos adotados pelo Conselho de Administração para definir a remuneração individual do Conselho de Administração e da Diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

O valor global máximo a ser pago aos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, quando instalado, a título de remuneração será determinado pela Assembleia Geral de acionistas, estando a remuneração global máxima para tal público atendendo aos limites impostos pelo artigo 152 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada. A remuneração global fixada pela Assembleia Geral entre os Diretores, Conselheiros e membros do Conselho fiscal, se instalado, é distribuída pelo Conselho de Administração.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Os diretores da Companhia receberão um salário fixo mensal, definido de acordo com a negociação individual com cada um desses membros, orientada dentre outros fatores, por pesquisas salariais conduzidas por consultorias especializadas independentes, principalmente envolvendo empresas de setor similar, observada Política de Remuneração da Companhia.

Os Conselheiros da Companhia terão remuneração mensal, baseada na dedicação de tempo e responsabilidade das suas atribuições. A remuneração será revisada ao menos a cada dois anos, levando em consideração quaisquer mudanças nas atividades prestadas ou nos níveis de remuneração utilizados pelo mercado.

iii. com que frequência e de que forma o Conselho de Administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

O Conselho de Administração avaliará a adequação da Política de Remuneração anualmente, de forma a verificar a sua aderência com as responsabilidades de cada Administrador, bem como com o volume de trabalho do cargo, com o negócio desenvolvido pela Companhia e com sua situação econômico-financeira no exercício social em questão.

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2020 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	1,25	4,00	0,00	5,25
Nº de membros remunerados	1,00	4,00	0,00	5,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	765.000,00	2.333.833,34	0,00	3.098.833,34
Benefícios direto e indireto	6.625,68	76.673,61	0,00	83.299,29
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	153.000,00	519.482,33	0,00	672.482,33
Descrição de outras remunerações fixas	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2020	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2020.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2020	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2020	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2020	
Total da remuneração	924.625,68	2.929.989,28	0,00	3.854.614,96

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0,00	4,00	0,00	4,00
Nº de membros remunerados	0,00	4,00	0,00	4,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	1.466.232,59	0,00	1.466.232,59
Benefícios direto e indireto	0,00	50.187,83	0,00	50.187,83
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	413.389,90	0,00	413.389,90

Descrição de outras remunerações fixas		Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2020		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2020	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2020	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2020	
Total da remuneração	0,00	1.929.810,32	0,00	1.929.810,32

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0,00	4,00	0,00	4,00
Nº de membros remunerados	0,00	4,00	0,00	4,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	1.396.081,76	0,00	1.396.081,76
Benefícios direto e indireto	0,00	45.021,64	0,00	45.021,64
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	392.763,73	0,00	392.763,73
Descrição de outras remunerações fixas		Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2020		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2020	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2020	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2020	
Total da remuneração	0,00	1.833.867,13	0,00	1.833.867,13

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0,00	4,00	0,00	4,00
Nº de membros remunerados	0,00	4,00	0,00	4,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	1.384.280,96	0,00	1.384.280,96
Benefícios direto e indireto	0,00	36.539,64	0,00	36.539,64
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	389.309,88	0,00	389.309,88
Descrição de outras remunerações fixas		Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2020		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00

Observação	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2020	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2020	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2020	
Total da remuneração	0,00	1.810.130,48	0,00	1.810.130,48

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

13.3 - Remuneração variável do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e conselho fiscal

Prevista para o Exercício Social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2020				
	Conselho de Administração	**Diretoria Executiva**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Número total de membros	0,00	4	N/A	4
Número de membros remunerados (1)	0,00	4	N/A	4
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0	N/A	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	R$ 2.672.947,70	N/A	R$ 2.672.947,70
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	R$ 2.672.947,70	N/A	R$ 2.672.947,70
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	N/A	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	N/A	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0,00	0,00	N/A	0,00

(1) Corresponde ao número de diretores e conselheiros, conforme aplicável, a quem pode ser atribuída remuneração variável reconhecida no resultado da Companhia no exercício, conforme disposto no Ofício Circular/CVM/SEP/Nº02/2020.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2019				
	Conselho de Administração	**Diretoria Executiva**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Número total de membros	-	0	N/A	0
Número de membros remunerados (1)	-	0	N/A	0
Bônus	-	0	N/A	0
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	0	N/A	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	0	N/A	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	0	N/A	0
Participação nos resultados	-	0	N/A	0
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	0	N/A	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	0	N/A	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	0	N/A	0

(1) Corresponde ao número de diretores e conselheiros, conforme aplicável, a quem pode ser atribuída remuneração variável reconhecida no resultado da Companhia no exercício, conforme disposto no Ofício Circular/CVM/SEP/Nº02/2020.

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2018				
	Conselho de Administração	**Diretoria Executiva**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Número total de membros	-	0	N/A	0
Número de membros remunerados (1)	-	0	N/A	0
Bônus	-	0	N/A	0
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	0	N/A	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	0	N/A	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	0	N/A	0
Participação nos resultados	-	0	N/A	0
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	0	N/A	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	0	N/A	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	0	N/A	0

(1) Corresponde ao número de diretores e conselheiros, conforme aplicável, a quem pode ser atribuída remuneração variável reconhecida no resultado da Companhia no exercício, conforme disposto no Ofício Circular/CVM/SEP/Nº02/2020.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2017				
	Conselho de Administração	**Diretoria Executiva**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Número total de membros	-	0	N/A	0
Número de membros remunerados (1)	-	0	N/A	0
Bônus	-	0	N/A	0
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	0	N/A	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	0	N/A	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	0	N/A	0
Participação nos resultados	-	0	N/A	0
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	0	N/A	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	0	N/A	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	0	N/A	0

(1) Corresponde ao número de diretores e conselheiros, conforme aplicável, a quem pode ser atribuída remuneração variável reconhecida no resultado da Companhia no exercício, conforme disposto no Ofício Circular/CVM/SEP/Nº02/2020.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e diretoria estatutária

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui remuneração baseada em ações em vigor. Contudo, a Companhia esclarece que está em fase de estruturação e implementação de um plano de remuneração baseado em ações, cujos termos e condições, potenciais beneficiários, entre outros aspectos, serão descritos neste item 13 tão logo tal plano seja aprovado em sede de assembleia geral da Companhia.

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

13.5 - Remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da diretoria estatuária

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui, na data deste Formulário de Referência, plano de remuneração baseada em ações.

13.6 - Opções em Aberto

13.6 - Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui, na data deste Formulário de Referência, plano de remuneração baseada em ações.

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da diretoria estatuária

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui, na data deste Formulário de Referência, plano de remuneração baseada em ações.

13.8 - Precificação Das Ações/opções

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui, na data deste Formulário de Referência, plano de remuneração baseada em ações.

13.9 - Participações Detidas Por Órgão

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

Em 31/12/2019

Órgão	Ações Ordinárias	Total
Conselho de Administração	0	0
Diretoria	17.840.244	17.840.244
Conselho Fiscal	0	0

Nos termos do Ofício Circular CVM/SEP/Nº 02/2020, para evitar duplicidade, os valores mobiliários detidos por membros do Conselho de Administração que também são membros da Diretoria e/ou do Conselho Fiscal foram divulgados somente no quadro de valores mobiliários detidos pelos membros do Conselho de Administração.

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários

13.10 - Informações em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do Conselho de Administração e aos diretores estatutários

Não aplicável, dado que a Companhia não oferece planos de previdência aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários da Companhia.

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Nº de membros	4,00	4,00	4,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Nº de membros remunerados	4,00	4,00	4,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor da maior remuneração(Reais)	734.618,73	689.353,40	674.305,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor da menor remuneração(Reais)	174.858,22	169.028,29	166.691,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor médio da remuneração(Reais)	454.351,20	431.433,09	426.549,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Observação

Diretoria Estatutária

Conselho de Administração

Conselho Fiscal

775

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria

13.12 – Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Na data deste Formulário de Referência, não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores

13.13 – Em relação aos 03 (três) últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração de cada órgão reconhecida no resultado detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores diretos ou indiretos

Exercício de 2019	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria
Remuneração total do órgão (R$)	-	0	R$1.929.810,32
Remuneração total dos membros que sejam partes relacionadas aos controladores (R$)	-	0	R$962.151,45
Percentual da remuneração das partes relacionadas em relação ao total pago	-	0	R$49,85%

Exercício de 2018	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Executiva
Remuneração total do órgão (R$)	-	0	R$ 1.833.867,13
Remuneração total dos membros que sejam partes relacionadas aos controladores (R$)	-	0	R$ 920.269,64
Percentual da remuneração das partes relacionadas em relação ao total pago	-	0	50,18%

Exercício de 2017	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Executiva
Remuneração total do órgão (R$)	-	0	R$1.810.130,48
Remuneração total dos membros que sejam partes relacionadas aos controladores (R$)	-	0	R$ 916.042,09
Percentual da remuneração das partes relacionadas em relação ao total pago	-	0	50,61%

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam

13.14 – Em relação aos 03 (três) últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado como remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam.

Não aplicável, uma vez que, nos últimos três exercícios sociais, os membros da Diretoria e do Conselho de Administração (haja vista que o Conselho Fiscal da Companhia não foi instalado) não perceberam qualquer remuneração que não aquela decorrente do exercício de seus respectivos cargos.

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor

13.15 - Em relação aos 03 (três) últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas, como remuneração de administradores e membros do conselho fiscal.

Os membros da Diretoria da Companhia receberam a título de remuneração dos controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e das controladas da Companhia, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, os montantes de R$4.237.900,58, R$3.862890,60 e R$2.764.235,40, respectivamente.

13.16 - Outras Informações Relevantes

13.16 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos

a. número de empregados da Companhia em 31 de dezembro dos respectivos exercícios sociais (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

A tabela abaixo demonstra o número de empregados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 e em 30 de setembro de 2020, divididos por localização geográfica.

Empregados por Localização Geográfica				
	30/09/2020	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**31/12/2017**
Sul	704	732	678	668
Nordeste	283	309	243	233
Norte	0	189	160	170
Total	**987**	**1230**	**1081**	**1071**

A tabela abaixo demonstra o número de empregados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 e em 30 de setembro de 2020, divididos por atividade.

Empregados por Atividade				
	30/09/2020	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**31/12/2017**
Administrativo	317	343	324	315
Produtivo	491	709	593	595
Frota	179	178	164	161
Total	**987**	**1230**	**1081**	**1071**

b. número de terceirizados da Companhia em 31 de dezembro dos respectivos exercícios sociais (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

A tabela abaixo demonstra o número de terceirizados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 e em 30 de setembro de 2020, divididos por localização geográfica.

Terceiros por Localização Geográfica				
	30/09/2020	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**31/12/2017**
Sul	12	10	8	2
Nordeste	19	18	18	19
Total	31	28	26	21

A tabela abaixo demonstra o número de terceirizados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, divididos por atividade.

Terceiros por Atividade				
	30/09/2020	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**31/12/2017**
Administrativo	31	28	26	21

c. Índice de Rotatividade apurado em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, bem como em 30 de setembro de 2020:

	30/09/2020	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**31/12/2017**
Índice de Rotatividade (geral)	33,74%	39,23%	35,89%	37,58%
Índice de Rotatividade (sem safrista)	16,51%	29,88%	25,72%	26,47%

A fórmula utilizada pela Companhia para o cálculo do índice de rotatividade anual é pela divisão da média de admissões e demissões do ano pelo número total de funcionários no final do exercício.

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

Em 2020, houve uma redução de 243 funcionários devido a cisão parcial dos ativos da Companhia ocorrida em 02 de agosto de 2020, conforme descrito no item 15.7 deste Formulário de Referência.

Além disso, no período de safra de soja, que ocorre uma vez ao ano, a empresa contrata em média 130 funcionários por tempo determinado, denominados safristas, para realização de atividades de recebimento e armazenagem nas 19 unidades de armazenamento de soja operadas pela Companhia no interior do Rio Grande do Sul.

A Companhia elevou seu índice de rotatividade em 2019 devido ao aumento no quadro funcional para atender demanda de aumento de capacidade produtiva e ajustes de horários, e posteriormente em 2020, teve uma redução neste índice devido à cisão parcial ocorrida em 02.08.2020, conforme já referenciado.

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

a. política de salários e remuneração variável

A Companhia sob a supervisão de seu Comitê de Pessoas e Remuneração adota uma prática salarial que acredita estar alinhada à sua estrutura organizacional, bem como coerente com as práticas adotadas pelos demais integrantes do setor agrícola, objetivando reter talentos para alcançar os objetivos da Companhia de curto, médio e longo prazo.

Considerando os negócios da Companhia, reter profissionais qualificados e experientes é essencial para o seu crescimento, assim a remuneração oferecida busca remunerar, reconhecer e retribuir de forma justa, equilibrada e competitiva seus colaboradores, dentro das perspectivas de melhores práticas de custo de pessoal.

Além disso, podem ser concedidos aumentos salariais em bases anuais, assim como gratificações por méritos espontâneos que visam demonstrar o reconhecimento do desempenho de seus colaboradores, além de propiciar um ambiente que estimule a motivação e o comprometimento, contribuindo para o crescimento profissional.

Além disso, a Companhia possui um programa de Participação nos Lucros e Resultados, com premissas definidas que contemplam seus empregados.

Portanto, para nortear a gestão de remuneração e carreira da Companhia, são observados os seguintes princípios e objetivos:

(i) manter e otimizar a capacidade da Companhia em obter, reter e desenvolver seus colaboradores, estimulando continuamente a motivação e incentivando o desempenho para a qualidade, a produtividade e o comprometimento com os objetivos e resultados;

(ii) proporcionar uma remuneração competitiva, de acordo com as condições econômicas da Companhia para atrais e manter profissionais qualificados, que contribuam para a continuidade e melhoria dos resultados financeiros e operacionais da Companhia;

(iii) proporcionar subsídios, por meio do estabelecimentos de meios adequados à movimentação de pessoal, ao desenvolvimento com os objetivos e resultados;

(iv) manter os custos de pessoal dentro dos parâmetros prefixados, de maneira a permitir o seu acompanhamento e controle, buscando o equilíbrio entre os interesses financeiros da Companhia e suas práticas de gestão de pessoas.

b. política de benefícios

A Companhia concede aos seus funcionários os benefícios previstos nas convenções coletivas de trabalho, celebrados com os sindicatos da categoria. Adicionalmente, a Companhia poderá oferecer benefícios espontâneos alinhados às práticas de mercado, constituídas por: (i) vale refeição / alimentação; (ii) assistência médica; (iii) assistência odontológica; (iv) plano de previdência privada; (v) vale transporte; (vi) auxílio para desenvolvimento profissional; e (vii) ajuda de custo.

c. características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando: (i) grupos de beneficiários; (ii) condições para exercício; (iii) preços de exercício; (iv) prazos de exercício; e (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano.

Não aplicável, considerando que não existe plano de remuneração baseado em ações para os empregados da Companhia.

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

As relações entre a Companhia e os sindicatos da categoria se dão através de parceria, respeito e transparência, visando alinhar as diretrizes e cláusulas que envolvam seus colaboradores. Todos os colaboradores da Companhia, em sua abrangência nacional, contam com o respaldo de convenções coletivas de trabalho que garantem direitos além daqueles concedidos pela legislação trabalhista.

Não houve paralisações e greves dos empregados da Companhia nos 3 (três) últimos exercícios sociais.

São sindicatos representativos da categoria:

Região Sul:

- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Caxias do Sul;
- Sindicato dos Trabalhadores de Transporte Rodoviário de Cargas de Bento Gonçalves;
- Sindicato dos Trabalhadores de Transporte Rodoviário de Cargas Liquida, Gasosas e Derivados de Petroquímicos do RS;
- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de POA;
- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Passo Fundo;
- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Vacaria;
- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Getúlio Vargas;
- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Erechim e Gaurama;
- Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação do RS;
- Sindicato das Indústrias de Óleos Vegetais no Estado do Rio Grande do Sul;
- Sindicato das Empresas de Transportes de Carga e Logística do Estado do Rio Grande do Sul; e
- Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas de Bento Gonçalves.

Região Nordeste:

- Sindicato dos Trabalhadores no Ramo Químico/Petroleiro na Bahia;
- Sindicato dos Trabalhadores de Transporte Rodoviário de Cargas da Bahia;
- Sindicato das Indústrias de Produtos Químicos e Fins Industriais e Produtos Farmacêuticos no Estado da BA; e
- Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas no Estado da Bahia.

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos

14.5 - Outras informações relevantes

Não existem outras informações consideradas relevantes além daquelas divulgadas nos itens anteriores.

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
Irineu Boff					
006.642.780-00	Brasileiro	Não	Não	16/09/2020	
Não					
8.151.667	42,689%	0	0,000%	8.151.667	42,689%
IMGC ADMINISTRAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES LTDA.					
38.176.235/0001-01	Brasileira	Não	Sim	16/09/2020	
Não					
10.943.720	57,310%	0	0,000%	10.943.720	57,310%
OUTROS					
0	0,000%	0	0,000%	0	0,000%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000%	0	0,000%	0	0,000%
TOTAL					
19.095.387	100,000%	0	0,000%	19.095.387	100,000%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
IMGC ADMINISTRAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES LTDA.				38.176.235/0001-01	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Irineu Boff					
006.642.780-00	Brasileiro	Não	Sim	17/09/2020	
Não					
182.216.709	93,364	0	0,000	182.216.709	93,364
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
12.951.055	6,635	0	0,000	12.951.055	6,635
TOTAL					
195.167.764	100,000	0	0,000	195.167.764	100,000

787

15.3 - Distribuição de Capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	20/10/2020
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	1
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	1
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	0	0,000%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000%
Total	0	0,000%

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico

15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

A Companhia não possui, nesta data, acordo de acionistas arquivado em sua sede ou do qual o controlador seja parte .

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Por meio da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 2 de agosto de 2020, foi aprovada a redução do capital social da Companhia de R$174.037.728,04 para R$79.522.253,04, gerando, portanto, uma redução de R$94.515.475,00, e a consequente versão da parcela cindida da Companhia para as seguintes sociedades, Plano Investimento Imobiliário Ltda., Termican Participações Ltda. e IMGC Administração de Participações Ltda.

Em decorrência da referida cisão, o capital social da Companhia, antes detido pelo Irineu Boff e pela Greice Merlin Boff, passou a ser detido pela IMGC Administração de Participações Ltda. e pelo Irineu Boff. Para mais informações acerca da cisão parcial, vide item 15.7 deste Formulário de Referência.

15.7 - Principais Operações Societárias

15.7 - Principais operações societárias

Evento	Cisão parcial da Companhia e incorporação do acervo cindido
Principais condições do negócio	Redução do capital social da Companhia de R$174.037.728,04 para R$79.522.253,04, gerando, portanto, uma redução de R$94.515.475,00.
Sociedades envolvidas	Oleoplan S.A. – Óleos Vegetais Planalto Plano Investimento Imobiliário Ltda. Termican Participações Ltda. IMGC Administração de Participações Ltda.
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores da Companhia	Cisão parcial da Companhia e versão e incorporação da parcela cindida as sociedades Plano, Termican e IMGC. Em razão da incorporação do acervo cindido, houve a versão da seguinte forma: (i) R$58.592.972,73 para a Plano Investimento Imobiliário Ltda.; (ii) R$1.299.705,91 para a Termican Participações Ltda.; e (iii) R$148.983.870,93 para a IMGC Administração de Participações Ltda.
Quadro societário antes e depois da operação	

Composição societária da Companhia	**Antes da Cisão Parcial**	**Depois da Cisão Parcial**
Irineu Boff	94,6018%	42,6892%
Greice Merlin Boff	5,3982%	0,00%
IMGC Administração de Participações Ltda.	00,00%	57,3108%
Total	100,0000%	100,0000%

Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	A cisão parcial da Companhia e subsequente versão e incorporação do acervo cindido foi aprovada em ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 2 de agosto de 2020.

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

15.8 - Outras informações relevantes

Não existem outras informações consideradas relevantes além daquelas divulgadas nos itens anteriores.

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, indicando, quando houver uma política formal adotada pelo emissor, o órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

Na Reunião do Conselho de Administração, realizada em 20 de outubro de 2020, foi aprovada a Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia. O principal objetivo dessa política consiste em estabelecer diretrizes e consolidar os procedimentos de transações dessa natureza, de forma que tais transações sejam realizadas tendo em vista os interesses da Companhia e de seus acionistas, assegurando também a transparência deste processo e a aderência da Companhia às melhores práticas de governança corporativa.

A Política de Transações com Partes Relacionadas se aplica à Companhia, suas Partes Relacionadas, conforme aplicável, e seus colaboradores. A principal diretiva da Política de Transação com Partes Relacionadas, visa assegurar que todas as decisões, relacionadas às transações com Partes Relacionadas, sejam tomadas tendo em vista os interesses da Companhia e de seus acionistas e, ainda, sejam conduzidas dentro de condições de mercado, prezando as melhores práticas de governança corporativa, com a devida transparência.

Adicionalmente, a Companhia segue a regras estabelecida na Lei das Sociedades por Ações que proíbe conselheiros e diretores de: (i) realizar qualquer ato gratuito com a utilização de ativos da Companhia, em detrimento da Companhia; (ii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização constante do respectivo estatuto social ou concedida por meio de assembleia geral; e (iii) intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da Companhia, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais conselheiros.

A Política define ainda, de maneira objetiva, conceitos sobre Partes Relacionadas e transações com Partes Relacionadas, além de conflito de interesses e pessoal chave da administração, estabelecendo exigências mínimas de divulgação de informações sobre essas transações. A Política de Partes Relacionadas está disponibilizada para consulta eletronicamente pelo site da Companhia http://ri.oleoplan.com.br.

Por fim, a Companhia adota Políticas de Indicação de Membros da Administração, Regimento Interno do Conselho de Administração, Regimento Interno do Comitê de Auditoria, Política de Gestão de Riscos Corporativos, Política de Remuneração, Política de Negociação e Política de Divulgação, aplicáveis para todas as sociedades de seu grupo econômico, tendo como objetivo orientar as ações e a tomada de decisões de todos os colaboradores das empresas do grupo, nos diversos níveis de relacionamento empresarial e operacional.

Não obstante, a prática recomendada pela Companhia para possíveis conflitos de interesse é baseada no princípio de que o colaborador deverá tomar decisões e agir sempre de maneira idônea, sem se deixar influenciar por questões particulares, de familiares ou de amigos que possam afetar seu julgamento em relação à atividade na qual ele esteja envolvido, ou seja, deve-se recusar a promover qualquer forma de favorecimento ou a agir contra os interesses da Companhia.

A Companhia entende que as práticas descritas para realização de transações com partes relacionadas garantem a comutatividade de tais operações e os preços e condições de mercado.

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Palmaplan Agroindustrial Ltda.	24/09/2019	541.040,00	496.477,60	541.040,00	44 meses	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade controlada pela Companhia						
Objeto contrato	Contrato de FINAME						
Garantia e seguros	(i) aval prestado pela Companhia; e (ii) alienação fiduciária de equipamentos.						
Rescisão ou extinção	Se a devedora deixar de cumprir qualquer uma de suas obrigações dispostas no contrato.						
Natureza e razão para a operação	Contrato de financiamento na modalidade FINAME para financiamento de projeto ao Banco da Amazônia.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Avalista						
Palmaplan Agroindustrial Ltda.	18/10/2018	283.360,00	242.310,51	283.360,00	59 meses	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade controlada pela Companhia						
Objeto contrato	Contrato de FINAME						
Garantia e seguros	(i) aval prestado pela Companhia; e (ii) alienação fiduciária de equipamentos.						
Rescisão ou extinção	Se a devedora deixar de cumprir qualquer uma de suas obrigações dispostas no contrato.						
Natureza e razão para a operação	Contrato de financiamento na modalidade FINAME para financiamento de projeto ao Banco da Amazônia.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Avalista						
Palmaplan Agroindustrial Ltda.	21/06/2018	751.020,00	564.050,79	751.020,00	59 meses	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade controlada pela Companhia						
Objeto contrato	Contrato de FINAME						
Garantia e seguros	(i) aval prestado pela Companhia; e (ii) alienação fiduciária de equipamentos.						
Rescisão ou extinção	Se a devedora deixar de cumprir qualquer uma de suas obrigações dispostas no contrato.						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Contrato de financiamento na modalidade FINAME para financiamento de projeto ao Banco da Amazônia.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Avalista						
Palmaplan Agroindustrial Ltda.	21/06/2018	250.340,00	200.627,65	250.340,00	59 meses	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade controlada pela Companhia						
Objeto contrato	Contrato de FINAME						
Garantia e seguros	(i) aval prestado pela Companhia; e (ii) alienação fiduciária de equipamentos.						
Rescisão ou extinção	Se a devedora deixar de cumprir qualquer uma de suas obrigações dispostas no contrato.						
Natureza e razão para a operação	Contrato de financiamento na modalidade FINAME para financiamento de projeto ao Banco da Amazônia.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Avalista						
Palmaplan Agroindustrial Ltda.	03/10/2018	235.280,00	200.195,01	235.280,00	59 meses	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade controlada pela Companhia						
Objeto contrato	Contrato de FINAME						
Garantia e seguros	(i) aval prestado pela Companhia; e (ii) alienação fiduciária de equipamentos.						
Rescisão ou extinção	Se a devedora deixar de cumprir qualquer uma de suas obrigações dispostas no contrato.						
Natureza e razão para a operação	Contrato de financiamento na modalidade FINAME para financiamento de projeto ao Banco da Amazônia.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Avalista						
Palmaplan Agroindustrial Ltda.	30/01/2019	933.920,00	837.521,06	933.920,00	59 meses	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade controlada pela Companhia						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Contrato de FINAME						
Garantia e seguros	(i) aval prestado pela Companhia; e (ii) alienação fiduciária de equipamentos.						
Rescisão ou extinção	Se a devedora deixar de cumprir qualquer uma de suas obrigações dispostas no contrato.						
Natureza e razão para a operação	Contrato de financiamento na modalidade FINAME para financiamento de projeto ao Banco da Amazônia.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Avalista						
Palmaplan Energia SPE S.A.	06/09/2019	3.517.785,65		3.517.785,65	27 meses	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade controlada pela Companhia						
Objeto contrato	Seguro garantia para fiel cumprimento do leilão da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL						
Garantia e seguros	A Companhia configura como garantidora						
Rescisão ou extinção	Se a devedora deixar de cumprir qualquer uma de suas obrigações dispostas no contrato.						
Natureza e razão para a operação	Seguro de contratos de contra garantia						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Garantidor						
Enerplan Energia Eólica III S.A.	27/07/2015	65.747.000,00	R$58.251.321,38	R$58.251.321,38	16 anos	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade controlada pela Companhia						
Objeto contrato	Contrato de financiamento mediante abertura de crédito, divido em 3 subcréditos, os quais foram destinados, respectivamente, a: (i) construção e implantação da central geradora eólica denominada EOL Pontal 3B (“Central Eólica”); (ii) aquisição de máquinas e equipamentos necessários à implantação da Central Eólica; e (iii) investimentos sociais no âmbito da comunidade na localidade da Central Eólica.						
Garantia e seguros	i) Penhor das ações detidas pela Enerplan Pontal Participações Societárias S.A.; (ii) cessão fiduciária de direitos creditórios; (iii) penhor dos aerogeradores relacionados à Central Eólica; (iv) penhor dos direitos emergentes provenientes do Contrato de Fornecimento de Aerogeradores; (v) penhor dos direitos emergentes provenientes do Contrato de Prestação de Serviços; (vi) penhor dos direitos emergentes da autorização decorrentes da Portaria nº 398, de 2 de julho de 2012, do Ministério de Minas e Energie – MME; (vii) cessão fiduciária dos direitos sobre a conta reserva de sobrecustos, criada						
Rescisão ou extinção	Se a devedora deixar de cumprir qualquer uma de suas obrigações dispostas no contrato e nas Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDES.						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Contrato de financiamento para desenvolvimento Central Eólica.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Fiadora						
Enerplan Energia Eólica IV S.A.	04/12/2015	28.317.000,00	23.878.774,91	23.878.774,91	16 anos	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade controlada pela Companhia						
Objeto contrato	Contrato de financiamento mediante abertura de crédito, divido em 3 subcréditos, os quais foram destinados, respectivamente, a: (i) construção e implantação da central geradora eólica denominada EOL Pontal 2A (“Central Eólica”); (ii) aquisição de máquinas e equipamentos necessários à implantação da Central Eólica; e (iii) investimentos sociais no âmbito da comunidade na localidade da Central Eólica.						
Garantia e seguros	(i) Penhor das ações detidas pela Enerplan Pontal Participações Societárias S.A.; (ii) cessão fiduciária de direitos creditórios; (iii) penhor dos aerogeradores relacionados à Central Eólica; (iv) penhor dos direitos emergentes provenientes do Contrato de Fornecimento de Aerogeradores; (v) penhor dos direitos emergentes provenientes; (vi) penhor dos direitos emergentes da autorização decorrentes da Portaria nº 398, de 2 de julho de 2012, do Ministério de Minas e Energie – MME; (vii) cessão fiduciária dos direitos sobre a conta reserva de sobrecustos, criada no âmbito do financiamento; e (viii)						
Rescisão ou extinção	Se a devedora deixar de cumprir qualquer uma de suas obrigações dispostas no contrato e nas Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDES.						
Natureza e razão para a operação	Contrato de financiamento para desenvolvimento Central Eólica.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Fiadora						
Enerplan Energia Eólica IV S.A.	04/12/2015	14.053.000,00	11.637.894,94	14.053.000,00	16 anos	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade controlada pela Companhia						
Objeto contrato	Contrato de financiamento mediante abertura de crédito, divido em 3 subcréditos, os quais foram destinados, respectivamente, a: (i) construção e implantação da central geradora eólica denominada EOL Pontal 2A (“Central Eólica”); (ii) aquisição de máquinas e equipamentos necessários à implantação da Central Eólica; e (iii) investimentos sociais no âmbito da comunidade na localidade da Central Eólica.						
Garantia e seguros	(i) Penhor das ações detidas pela Enerplan Pontal Participações Societárias S.A.; (ii) cessão fiduciária de direitos creditórios; (iii) penhor dos aerogeradores relacionados à Central Eólica; (iv) penhor dos direitos emergentes provenientes do Contrato de Fornecimento de Aerogeradores; (v) penhor dos direitos emergentes provenientes do Contrato Operação e Manutenção celebrado entre a Enerplan Energia Eólica IV S.A. e a Alston Brasil Energia e Transporte Ltda.; (vi) penhor dos direitos emergentes da autorização decorrentes da Portaria nº 398, de 2 de julho de 2012, do Ministério de Minas e Ener						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Se a devedora deixar de cumprir qualquer uma de suas obrigações dispostas no contrato e nas Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDES.						
Natureza e razão para a operação	Contrato de financiamento para desenvolvimento Central Eólica.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Fiadora						
Palmaplan Energia SPE S.A.	20/12/2019	3.517.785,65		3.517.785,65	27 meses	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade controlada pela Companhia						
Objeto contrato	Contrato de Fornecimento de Óleo Vegetal						
Garantia e seguros	A Companhia configura como fornecedora						
Rescisão ou extinção	Se a devedora deixar de cumprir qualquer uma de suas obrigações dispostas no contrato.						
Natureza e razão para a operação	A Palmaplan Energia SPE S.A. se sagrou como vencedora em processo de concorrência mediante leilão (Edital nº 001/2019 – ANEEL) para geração e fornecimento de energia elétrica acionada por fonte térmica renovável.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Fornecedor						
Plano Investimento Imobiliário Ltda.	01/09/2020	59.327.999,89	58.400.999,89	59.327.999,89	64 meses	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade controlada da Companhia.						
Objeto contrato	Arrendamento de imóveis rurais para operação das filiais de Capão Bonito 12, Capão Bonito 13, Capão do Cedro, Charrua, Esmeralda, Estação, Ipê, Jacutinga, Lagoa Vermelha 2, Mato Castelhano, Muitos Capões, Passo Fundo, Pontão, Sertão, Santo Expedito, Tupanci, Turvo e Sapopema						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	31/12/2025						
Natureza e razão para a operação	Locação de imóveis para operação e exploração de unidades de recebimento e armazenamento de grãos e de comércio e depósito de insumos agrícolas						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Locatária						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Termican Participações Ltda.	01/09/2020	4.500.000,00	4.375.000,00	4.500.000,00	36 meses	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade controlada da Companhia.						
Objeto contrato	Locação de imóvel para operação da filial de Canoas						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	01/09/2023						
Natureza e razão para a operação	Contrato de Locação de Terminal Portuário localizado na Cidade de Canoas/RS						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Locatária						
Oleoplan Nordeste Industria de Biocombustível	01/01/2017	0,00			15 anos	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade controlada pela Companhia						
Objeto contrato	Contrato de Compartilhamento de Despesas						
Garantia e seguros	A Companhia configura como Parte						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Despesas operacionais provenientes do compartilhamento do departamento administrativo.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Parte Rateio mensal das despesas na proporção de 20% para a Oleoplan Nordeste Industria de Biocombustível e 80% para Companhia.						
Palmaplan Agroindustrial Ltda.	31/08/2020	1.000.000,00	N/A	1.000.000,00	120 dias	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade controlada pela Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de Fornecimento de Óleo de Palma Bruto						
Garantia e seguros	A Companhia configura como Contratante.						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Por qualquer das partes mediante comunicação por escrito sem qualquer tipo de compensação nos seguintes casos: (i) pedido de falência ou recuperação judicial; (ii) caso fortuito ou força maior por mais de 30 (trinta) dias; (iii) na hipótese de as multas previstas no contrato atingirem 10% de 1.000.000,00 (um milhão de reais); ou (iv) fraude ou dolo. A Contratante poderá a seu exclusivo critério resolver o Contrato mediante prévia e expressa comunicação com antecedência mínima de 7 (sete) dias, em casos de descumprimento de qualquer obrigação e não sanada no prazo de 30 (trinta) dias, ou no prazo definido no Contrato ou pelas Partes, conforme o caso, após o recebimento de notificação da Contrante e/ou paralisação do fornecimento do produto sem prévio e expresso acordo das partes. A Contratada poderá a seu exclusivo critério resolver o Contrato mediante prévia e expressa comunicação com antecedência mínima de 7 (sete) dias, em casos de atrasos injustificados de pagamentos por período superior a 30 (trinta) dias. Atrasos injustificados na disponibilização de informação que comprometa o regular cumprimento das obrigações assumidas e não sanado no prazo de 10 dias após notificação; descumprimento de qualquer obrigação pela Contratante que resulte diretamente no impedimento para a Contratada de continuar o cumprimento de suas obrigações e não sanado on prazo de 10(dez) dias após notificação; cessão, subcontratação e/ou transferência parcial ou total das obrigações assumidas, ou dos créditos decorrentes do Contrato, sem prévia e expressa autorização. A Contratada poderá ainda, resolver em casos de fraude ou dolo; utilização de mão de obra infantil; descumprimento material de legislação aplicável à saúde e segurança do trabalho; e/ou violação de propriedade intelectual.						
Natureza e razão para a operação	A Palmaplan Agroindustrial Ltda., fornece óleo de palma bruto.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Contratante Fornecimento de 500 toneladas de óleo de palma bruto.						
Palmaplan Agroindustrial Ltda.	01/03/2021	28.622.657,60		28.622.657,60	5 meses	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade controlada pela Companhia						
Objeto contrato	Carta de crédito						
Garantia e seguros	A Companhia configura como devedor solidário						
Rescisão ou extinção	Se a devedora deixar de cumprir qualquer uma de suas obrigações dispostas no contrato.						
Natureza e razão para a operação	Carta consulta de crédito relacionada aos financiamentos para financiamento de projeto ao Banco da Amazônia.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Devedor solidário						

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

A Companhia adota práticas de governança corporativa e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação em vigor, incluindo aquelas previstas no Regulamento do Novo Mercado da B3.

Antes de sua celebração, a Companhia negocia individualmente os contratos celebrados com partes relacionadas, analisando seus termos e condições à luz dos termos e condições usualmente praticados pelo mercado, bem como diante das particularidades de cada operação, incluindo prazos, valores e atendimento de padrões de qualidade, dentre outros. O procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do Estatuto Social da Companhia, Lei das Sociedades por Ações, bem como as instruções emitidas pela CVM, além da condições compatíveis com as de mercado. Em função disso, foi elaborada Política de Transações com Partes Relacionadas.

Considera-se, ainda, em tais operações a sinergia existente entre as Partes Relacionadas, em comparação com aquelas decorrentes da celebração do negócio com terceiros.

Em situações em que qualquer transação com Partes Relacionadas exija a aprovação prévia nos termos da Política, a pessoa envolvida no processo de aprovação, que estiver em uma situação pessoal de conflito de interesse com a recomendação ou decisão a ser tomada, deverá constar da ata da reunião do órgão social que deliberar sobre a transação, e a referida pessoa deverá se afastar, inclusive fisicamente, das discussões e deliberações.

Caso algum administrador, que possa ter um interesse pessoal conflitante, não manifeste seu conflito de interesses, qualquer outro membro do órgão ao qual pertence e que tenha conhecimento da situação deverá fazê-lo.

A ausência de manifestação voluntária de qualquer tomador de decisão será considerada violação aos princípios da boa governança corporativa e a Política de Transações com Partes Relacionadas, devendo tal comportamento ser levado ao imediato conhecimento do Conselho de Administração da Companhia para tomada de decisão acerca das medidas cabíveis no caso concreto.

b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

O processo atinente às Transações com Partes Relacionadas, visa primordialmente: (i) prevenir situações de conflito de interesses, garantindo a proteção da Companhia e de suas controladas; (ii) evitar prejuízo da Companhia ou de suas controladas ou de seus públicos de interesse em benefício de parte relacionada; e (iii) assegurar que todos os contratos celebrados com partes relacionadas respeitem condições de mercado, sem benefícios adicionais ou diferenciados em relação aos que seriam verificados em transações equivalentes, se contratadas com demais contrapartes.

Neste sentido, visando a dar cumprimento a estes objetivos, as transações com partes relacionadas realizadas fora do curso ordinário dos negócios são avaliadas previamente pela Diretoria e submetidas ao Conselho de Administração da Companhia para deliberação, além de observarem alçadas internas específicas.

A comutatividade dos contratos celebrados entre a Companhia e as suas controladas e partes relacionadas será apurada mediante a verificação da compatibilidade das cláusulas econômicas e financeiras estabelecidas no respectivo contrato entre as partes relacionadas, perante outros atos e negócios similares praticados no mercado. Em regra, as transações com partes relacionadas levam em consideração critérios de melhor preço, prazo, sinergia, melhor capacitação técnica e encargos financeiros compatíveis com as práticas usuais de mercado.

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

A fim de garantir a verificação de seu caráter comutativo, a submissão das transações com partes relacionadas ao Conselho de Administração da Companhia deverá vir acompanhada das seguintes informações:

a) tipo de relacionamento com a parte relacionada;

b) informações sobre a natureza e extensão do interesse da parte relacionada na operação;

c) comprovação de que a transação observa condições semelhantes àquelas aplicáveis a partes independentes, inclusive, quanto a limites, taxas de juros, carência, prazos, garantias requeridas;

d) justificativa para realizar a transação com a parte relacionada em vez de com uma parte independente;

e) informações sobre transações previamente existentes com a mesma parte; e

f) benefícios esperados com a celebração do contrato.

Quando da celebração dos contratos com Partes Relacionadas que se encontram descritos no item 16.2 deste Formulário de Referência, inexistiam procedimentos ou políticas formais que eram reconhecidamente efetivos para demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou de pagamentos compensatórios adequados no tocante às tais transações. Não obstante a ausência de procedimentos ou políticas formais para demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas, as transações com partes relacionadas foram formalizadas por meio de instrumentos adequados, com a devida indicação do objeto da transação, valores envolvidos no negócio, prazos e taxas cobradas, se aplicáveis, bem como dos demais direitos e responsabilidades das partes envolvidas, com o propósito de oferecer maior transparência para cada transação contratada, e priorizando agregar valores às operações da Companhia.

Nesse sentido, vale ressaltar que a Companhia apresentou no item 16.2 acima transações com partes relacionadas que consistem no compartilhamento de despesas administrativas entre a Companhia e suas subsidiárias, bem como transações realizadas entre a Oleoplan Nordeste Indústria de Biocombustível Ltda. e a Palmaplan Agroindustrial Ltda. referentes a adiantamentos para fornecimento de óleo de palma.

(I) Garantias

As garantias prestadas de uma parte relacionada a outra serão remuneradas conforme taxas praticadas pelo mercado para esse tipo de operação. Além disso, nos termos dos Contratos de Garantia, ao celebrar contratos ou estabelecer relações comerciais com suas partes relacionadas, a Companhia o faz sempre observando as condições praticadas no mercado à época da transação, equivalentes às que seriam estipuladas entre partes independentes e não relacionadas. Além disso, é facultado à Companhia solicitar a liberação das garantias por ela prestadas a qualquer momento, sendo que nesta hipótese a Companhia deverá providenciar, em igualdade de condições e valor, a liberação de garantias que também foram prestadas. Por essas razões, a Companhia entende que as garantias prestadas entre partes relacionadas atendem aos seus melhores interesses.

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

A tabela abaixo apresenta os saldos de garantias prestadas entre a Companhia e suas partes relacionadas em 30 de setembro de 2020:

GARANTIAS ATIVAS		
Operação	**Valor contratado**	**Saldo em 30/09/2020**
Fundo de Investimento em Participações em infraestrutura Origem - Empréstimos junto ao Itaú e Rabobank	R$ 200.000	R$ 170.740
Total	**R$ 200.000**	**R$ 170.740**
Net		**R$ 14.728**

GARANTIAS PASSIVAS		
Operação	**Valor contratado**	**Saldo em 30/09/2020**
Enerplan Energia Eólica IV S/A - Empréstimos junto ao BNDES e BADESUL	R$ 42.370	R$ 35.730
Enerplan Energia Eólica III S/A - Empréstimos junto ao BNDES	R$ 65.747	R$ 58.251
Força dos Ventos S/A - Empréstimos junto ao BADESUL	R$ 32.300	R$ 27.170
Palmaplan Agroindustrial Ltda - Empréstimos junto ao Itaú	R$ 31.618	R$ 31.343
Palmaplan Energia SPE - Seguro perante Junto Seguros relativo ao fiel cumprimento de Leilão da	R$ 3.518	R$ 3.518
Total	**R$ 175.552**	**R$ 156.012**

(II) Contratos de Locação

De forma a garantir que os valores referentes aos contratos de locação dos imóveis em que se encontram suas plantas operacionais sejam razoáveis e em linha com os preços praticados no mercado, a Companhia realiza a cotação de preços médios do aluguel por m2 de imóveis com as mesmas características e localidades aonde estão localizadas suas plantas operacionais. Nos termos da Política de Partes Relacionadas da Companhia, cabe ao Comitê de Transações com de Partes Relacionadas validar, cada uma das operações de aluguel ou de arrendamento contratadas junto a partes relacionadas, de forma a garantir sua comutatividade.

Importante mencionar também que a escolha de um imóvel para instalação de sua unidade industrial ou base operacional não privilegia em nenhuma hipótese imóveis de partes relacionadas. Pelo contrário, os aluguéis contratados junto a partes relacionadas o foram feitos de forma a suprir uma ausência de oferta de outros imóveis para locação em cada uma dessas regiões. Neste sentido, a Companhia entende que as contratações com partes relacionadas atendem aos seus melhores interesses, tendo sido celebradas em condições estritamente comutativas e com pagamento compensatório adequado.

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

16.4 - Outras informações relevantes

Não existem outras informações consideradas relevantes além daquelas divulgadas nos itens anteriores.

17.1 - Informações Sobre O Capital Social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	**Capital Emitido**				
16/09/2020	80.522.253,04		19.095.387	0	19.095.387
Tipo de capital	**Capital Subscrito**				
16/09/2020	80.522.253,04		19.095.387	0	19.095.387
Tipo de capital	**Capital Autorizado**				
16/09/2020	80.522.253,04		19.095.387	0	19.095.387

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
16/09/2020	Assembleia Geral Extraordinária	16/09/2020	999.994,56	Subscrição particular	237.143	0	237.143	101,25000000	999.994,56	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão Fixado de acordo com os parâmetros do art. 170 da Lei das Sociedades por Ações.

Forma de integralização Moeda corrente nacional e conferência à Companhia dos ativos, bens e direitos, incluindo participações societárias em sociedades.

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, bem como no exercício social corrente, não foram aprovados desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações da Companhia.

Não obstante, para fins de realização da oferta pública de distribuição inicial de ações de emissão da Companhia, a depender do andamento de referida oferta e de uma melhor definição da avaliação econômico-financeira da Companhia, e para fins do atingimento de um determinado preço por ação que esteja em patamares aceitáveis para situações similares, a Companhia pode vir a necessitar realizar um desdobramento das ações de sua emissão, a uma razão que será definida em momento oportuno e de acordo com as melhores práticas de mercado, a fim de permitir e estimular a liquidez das ações de emissão da Companhia que estiverem em negociação no mercado. Referido desdobramento, se necessário e quando realizado, deverá ocasionar em uma diluição patrimonial dos atuais acionistas, sem que haja uma diluição de participação societária.

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, bem como no exercício social corrente, não foram aprovadas reduções de capital pela Companhia.

17.5 - Outras Informações Relevantes

17.5 - Outras informações relevantes

As informações consideradas relevantes foram informadas nos itens anteriores.

18.1 - Direitos Das Ações

Espécie de ações ou CDA	**Ordinária**
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, diminuídos ou acrescidos das seguintes importâncias: destinada à constituição de reserva legal; destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e decorrente da reversão da reserva de lucros a realizar formada em exercícios anteriores, nos termos da Lei nº 6.404/76, sendo que esta não é obrigatória no exercício em que ela for incompatível com a situação financeira da Companhia. No exercício em que o dividendo obrigatório, calculado nos termos do Estatuto Social e da Lei nº 6.404/76, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar. Por deliberação Conselho de Administração, ad referendum da Assembleia Geral, a Companhia poderá pagar ou creditar aos acionistas, juros sobre o capital próprio.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Sim
Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital-social	Não há previsão sobre conversibilidade de ações no Estatuto Social da Companhia.
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	Qualquer um dos acionistas da Companhia dissidente de certas deliberações tomadas em assembleia geral poderá retirar-se da Companhia, mediante o reembolso do valor de suas ações, com base no valor patrimonial. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o direito de retirada poderá ser exercido, dentre outras, nas seguintes circunstâncias: (i) cisão da Companhia; (ii) redução do dividendo mínimo obrigatório da Companhia; (iii) mudança do objeto social da Companhia; (iv) fusão ou incorporação da Companhia em outra sociedade; e (v) participação da Companhia em um grupo de sociedades;
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Sim
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	Cabe a Assembleia Geral da Companhia deliberar sobre as condições de resgate de ações.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não há previsão no Estatuto Social sobre condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o estatuto social nem a assembleia geral poderão privar o acionista dos direitos de: (i) participar dos lucros sociais; (ii) participar do acervo da Companhia, em caso de liquidação; (iii) fiscalizar, na forma prevista nesta Lei, a gestão dos negócios sociais; (iv) preferência para a subscrição de ações, partes beneficiárias conversíveis em ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, observado o disposto nos artigos 171 e 172 da Lei das Sociedades por Ações; e (v) retirar-se da sociedade nos casos previstos na referida lei.
Outras características relevantes	Não há outras características relevantes além das mencionadas acima.

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

O Estatuto Social da Companhia estabelece que o acionista ou grupo de acionistas que atingir, de forma direta ou indireta a titularidade de ações de emissão da Companhia (ou quaisquer direitos que assegurem, de forma permanente ou temporária, direitos políticos ou patrimoniais de acionista sobre ações de sua emissão), em quantidade igual ou superior a 20% do capital social, seja por meio de uma única operação, como por meio de diversas operações, deverá efetivar uma oferta pública de aquisição da totalidade das ações e valores mobiliários conversíveis por ações, de titularidade dos demais acionistas da Companhia ("OPA por Atingimento de Participação Relevante"). O preço de aquisição por ação objeto da OPA por Atingimento de Participação Relevante não poderá ser inferior ao maior valor determinado entre: (i) o valor justo, definido como o maior dentre os valores das ações da Companhia que vierem a ser determinados pela instituição ou empresa especializada escolhida para elaboração do laudo de avaliação, mediante a utilização dos critérios de (a) fluxo de caixa descontado (abordagem de renda) e (b) patrimônio líquido a mercado (abordagem de ativo), com o ajuste do valor contábil (saldo líquido) das contas patrimoniais aos valores justos de mercado dos ativos e passivos, a ser apurado em laudo de avaliação; e (ii) o maior preço pago pelo novo acionista relevante nos 12 meses que antecederem o atingimento da Participação Relevante, ajustado por eventos societários, tais como a distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio, grupamentos, desdobramentos, bonificações, exceto aqueles relacionados a operações de reorganização societária, bem como devidamente atualizado pela Taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC.

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, a Assembleia Geral poderá suspender o exercício dos direitos, inclusive do direito de voto, do acionista que deixar de cumprir qualquer obrigação imposta pela Lei das Sociedades por Ações, por sua regulamentação ou por este Estatuto Social.

Além disso, conforme disposto no Estatuto Social da Companhia, a critério da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, conforme o caso, poderá ser excluído o direito de preferência ou reduzido o prazo para seu exercício, nas emissões de ações ordinárias, debêntures conversíveis em ações ordinárias ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante (i) venda em bolsa ou subscrição pública, ou (ii) permuta de ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos da lei, e, no caso do Conselho de Administração, dentro do limite do capital autorizado.

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não aplicável, uma vez que nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 e no exercício social corrente não existiam valores mobiliários de emissão da Companhia admitidos à negociação em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado.

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, e no exercício social corrente, não existiam ou existem outros valores mobiliários de emissão da Companhia emitidos no Brasil, além das ações de sua emissão.

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Em 30 de setembro de 2020, não existiam outros valores mobiliários de emissão da Companhia emitidos no Brasil, além das ações de sua emissão.

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

Item não aplicável, uma vez que na data deste Formulário de Referência, não existem valores mobiliários de emissão da Companhia admitidos à negociação em mercados brasileiros.

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Na data deste Formulário de Referência, não existem valores mobiliários de emissão da Companhia admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve oferta pública de distribuição de valores mobiliários da Companhia no exterior nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 e no exercício social corrente.

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição

18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Não houve oferta pública de distribuição de valores mobiliários da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 e no exercício social corrente.

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas

18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

A Companhia não fez oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018, 2017, e no exercício social corrente.

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição

18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

A Companhia não fez oferta pública de aquisição ações de emissão de terceiros nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, bem como no exercício social corrente.

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

18.12 - Outras informações relevantes

As informações consideradas relevantes foram informadas nos itens anteriores.

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não aprovou qualquer plano de recompra de ações nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 e tampouco no exercício social corrente.

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, considerando que a Companhia não realizou nenhuma movimentação de ações em tesouraria nos últimos três exercícios sociais ou no exercício social corrente.

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria

19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Data aprovação	**20/10/2020**
Órgão responsável pela aprovação	Conselho de Administração
Cargo e/ou função	Diretores, membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal (caso instalado), e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária, bem como seus cônjuges não separados judicialmente, companheiro ou dependente incluído na declaração anual de imposto de renda, e sociedades por elas controladas, direta ou indiretamente, nos termos do artigo 11 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 358, de 03 de janeiro de 2002, e pela Companhia.

Principais características e locais de consulta

A Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Companhia estabelece regras para assegurar a observância de práticas de boa conduta na negociação, por parte do Acionista Controlador, pela própria Companhia, pelos Administradores, Membros de Comitês Estatutários, Funcionários e membros de quaisquer órgãos da Companhia com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária, de Valores Mobiliários de emissão da Companhia. Tais regras também procuram coibir a prática de insider trading (uso indevido em benefício próprio ou de terceiros de Informações Privilegiadas) e tipping (dicas de Informações Privilegiadas para que terceiros delas se beneficiem), preservando a transparência nas negociações de Valores Mobiliários de emissão da Companhia sempre que realizadas por pessoas a este relacionadas.

A íntegra da Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Companhia pode ser consultada nos websites da CVM (www.cvm.gov.br), da B3 (www.b3.com.br) e da Companhia (ri.oleoplan.com.br), além de estar disponível fisicamente na sede da Companhia, localizada na de Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Dom Pedro II, nº 723, Bairro Higienópolis, CEP: 90.550-142.

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização

São vedadas a negociação, prestação de aconselhamento ou assistência de investimento, pela própria Companhia ou pelas Pessoas Vinculadas, de valores mobiliários, desde a data em que tomem conhecimento de ato ou fato relevante relativo à Companhia, até a sua divulgação ao mercado. É vedada a negociação com Valores Mobiliários pelas Pessoas Vinculadas nas datas em que a Companhia negociar com ações de sua emissão, com base em qualquer programa de recompra aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

A Companhia e as Pessoas Vinculadas deverão abster-se de negociar seus Valores Mobiliários em todos os períodos em que o Diretor de Relações com Investidores tenha determinado a proibição de negociação, mediante autorização prévia do Presidente do Conselho de Administração da Companhia.

No contexto de uma oferta pública de distribuição de Valores Mobiliários, as Pessoas Vinculadas deverão abster-se de negociar valores imobiliários, desde a data em que tenham tomado conhecimento de tal oferta pública até a publicação do anúncio de encerramento.

As Pessoas Vinculadas não poderão negociar os Valores Mobiliários, independente de determinação do Diretor de Relações com Investidores: (a) no período de 15 (quinze) dias corridos que anteceder a divulgação das informações trimestrais (ITR) e anuais (DFP) da Companhia, cabendo ao Departamento de Relações com Investidores informar, antecipadamente, às Pessoas Vinculadas as datas previstas para divulgação dessas informações; (b) entre a data da deliberação do órgão competente de aumentar o capital social, distribuir dividendos e pagar juros sobre o capital próprio, e a publicação dos respectivos editais ou anúncios; (c) a partir do momento em que tiverem acesso à informação relativa à intenção da Companhia ou dos acionistas controladores da Companhia de: (i) modificar o capital social da Companhia mediante subscrição de novas ações; (ii) aprovar um programa de aquisição ou alienação de ações de emissão da Companhia pela própria Companhia; ou (iii) distribuir dividendos e/ou juros sobre capital próprio, bonificações em ações ou seus derivativos ou desdobramento; e (d) a publicação dos respectivos editais e/ou anúncios ou informativos.

As Pessoas Vinculadas que se afastarem da Companhia anteriormente à divulgação de Ato ou Fato Relevante originado durante seu período de gestão não poderão negociar Valores Mobiliários desde a data em que tenham tomado conhecimento de Ato ou Fato Relevante até o que ocorrer primeiro entre (i) a data de sua divulgação ao mercado pela Companhia e (ii) 6 (seis) meses após o seu afastamento.

Caso tenha sido celebrado qualquer acordo ou contrato visando à transferência do controle acionário respectivo, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim, bem como se existir a intenção de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária, e enquanto a operação não for tornada pública por meio da publicação de fato relevante, o Conselho de da Companhia não poderá deliberar a aquisição ou alienação de ações de própria emissão.

20.2 - Outras Informações Relevantes

20.2 - Outras informações relevantes

Não existem outras informações consideradas relevantes além daquelas divulgadas nos itens anteriores.

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

A Companhia tem o compromisso de prover o mercado com informações corporativas objetivas, confiáveis, tempestivas e divulgadas de forma homogênea, em linha com os requisitos legais, para permitir a melhor decisão de investimento. Esse compromisso é mantido, em todos os momentos, inclusive nos de crise, de modo que os agentes da sociedade, em especial a comunidade de investidores, tenham acesso democrático e rápido a essas informações. Para isto, em conformidade com a Instrução CVM 358, a Companhia mantém Política de Divulgação de Informações, que trata da divulgação de Ato ou Fato Relevante, expectativas de desempenho futuro, bem como, do período de silêncio que antecede as divulgações de seu resultado.

Além disso, em razão de possuir suas ações admitidas à negociação no segmento especial da B3 denominado “Novo Mercado” a Companhia se submete às regras e disposições a respeito da divulgação de informações previstas no Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

A Política de Divulgação de Informações da Companhia foi aprovada na Reunião do Conselho de Administração realizada em 20 de outubro de 2020 e estabelece as regras que devem ser observadas pelo Diretor de Relações com Investidores da Companhia e demais Pessoas Vinculadas no que tange à divulgação de Informações Relevantes e à manutenção de sigilo acerca de Informações Relevantes que ainda não tenham sido divulgadas ao público. A Política de Divulgação de Informações foi elaborada nos termos da Instrução CVM 358, de 03 de janeiro de 2002.

As Pessoas Vinculadas são os acionistas controladores, diretos e indiretos, e as pessoas por eles indicadas para acessar informações da Companhia, Diretores, membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal (caso instalado) e de quaisquer outros órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária, gerentes e empregados, sociedades controladas e/ou sob controle comum e respectivos acionistas controladores, membros da administração e de órgãos com funções técnicas ou consultivas, prestadores de serviços e outros profissionais que aderem à Política, sendo que todos assinam um termo de adesão.

A Informação Relevante deve ser divulgada ao público por meio de anúncio em portal de notícias com página na rede mundial de computadores utilizado pela Companhia, podendo o anúncio conter a descrição resumida da Informação Relevante, desde que indique endereço na internet onde esteja disponível a descrição completa da Informação Relevante, em teor no mínimo idêntico ao texto enviado à CVM, às Bolsas de Valores e a outras entidades, conforme aplicável.

Sempre que for veiculada Informação Relevante por qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no País ou no exterior, a Informação Relevante será divulgada simultaneamente à CVM, às Bolsas de Valores e ao público investidor em geral.

Qualquer Pessoa Vinculada que tenha conhecimento de atos ou fatos que possam configurar Informação Relevante deverá proceder à comunicação imediata ao Diretor de Relação com Investidores.

As Pessoas Vinculadas que tiverem conhecimento de Informação Relevante, sempre que se certificarem de omissão na divulgação de Informações Relevantes, caracterizada a omissão após decorridos três dias úteis do recebimento comprovado de comunicado escrito endereçado ao Diretor de Relação com Investidores, devem comunicar a Informação Relevante diretamente à CVM.

A Companhia tem com a Política de Divulgação de Informações o objetivo de assegurar a manutenção de sigilo pelas Pessoas Vinculadas que aderem à Política, as quais devem guardar sigilo acerca de Informações Relevantes que ainda não tenham sido divulgadas, que tenham acesso em razão do cargo ou posição que ocupam, até que tais Informações Relevantes sejam divulgadas ao público, bem como zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam.

Mesmo após a sua divulgação ao público, a Informação Relevante deve ser considerada como não tendo sido divulgada até que tenha decorrido tempo razoável para que os participantes do mercado tenham recebido e processado a Informação Relevante.

Violações da Política de Divulgação de Informações verificadas pelas Pessoas Vinculadas deverão ser comunicadas imediatamente à Companhia, na pessoa do Diretor de Relação com Investidores ou para pessoa por ele designada.

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

É de responsabilidade do Diretor de Relações com Investidores da Companhia a implementação da Política de Divulgação de Informações ao Mercado de Ato ou Fato Relevante, bem como zelar pela sua manutenção, avaliação e fiscalização.

21.4 - Outras Informações Relevantes

21.4 - Outras informações relevantes

Não existem outras informações consideradas relevantes além daquelas divulgadas nos itens anteriores.